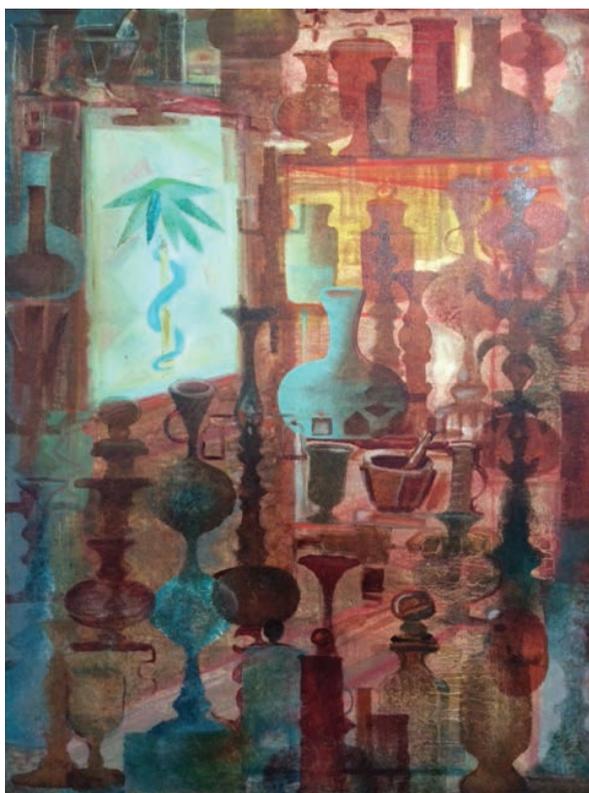


Rui Manuel Pinto Costa

Ricardo Jorge

Ciência, humanismo e modernidade



Ricardo Jorge

Ciência, humanismo e modernidade

Ricardo Jorge. Ciência, humanismo e modernidade, é uma obra que pretende caracterizar, sob o ponto de vista da história das ciências da saúde, um dos personagens mais relevantes da história da medicina e da saúde portuguesas. Ao avaliar o contributo de Ricardo de Almeida Jorge para o progresso da consciência social higienista, ressalva-se o papel de um paladino da ciência pasteuriana. Personagem de relevo na vida científica, sanitária e política, com perfil interventivo e apoloético, dispersou-se por várias áreas do saber. Médico, cientista, higienista, climatologista, hidrologista, escritor e polemista, redigiu mais de três centenas de trabalhos, sendo que algumas das suas obras marcaram decisivamente os rumos da higiene e medicina social portuguesa. Ao evocarmos a memória do homem através da sua prosopografia, constrói-se o percurso de um cientista permeado pelos ventos da época em que viveu, mas onde ainda hoje afloram claros ecos de modernidade.

Rui Manuel Pinto Costa — é pós-doutorado em História da Ciência pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, doutorado em História e mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigador integrado do CEIS20, afecto ao Grupo de História e Sociologia da Ciência e Tecnologia. As suas áreas de interesse científico revolvem em torno da História da Saúde e das Ciências Biomédicas, História da Ciência e História Contemporânea. De entre diversas publicações destacam-se: *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839 - 1974)*. Porto: CITGEM/Edições Afrontamento, 2012 e *O poder médico no Estado Novo (1945-1974). Afirmção, legitimação e ordenamento profissional*. Porto: U. Porto editorial, 2009.

(Página deixada propositadamente em branco)

Diretores (Main Editors)

João Rui Pita e Ana Leonor Pereira
Universidade de Coimbra

Os originais enviados são sujeitos
a apreciação científica por referees.

Coordenação Editorial (Editorial Coordinator)

Maria João Padez Ferreira de Castro

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.uc.pt>

Design

Imprensa da Universidade de Coimbra

Imagem da Capa

Pedro Freitas

Sem Título, 2000

Acrílico sobre tela

Cortesia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Foto João Rui Pita

Infografia

Mickael Silva

Impressão e Acabamento

Impressões Improváveis, Lda.

ISSN

2183-9832

ISBN

978-989-26-1531-8

ISBN Digital

978-989-26-1532-5

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1532-5>

Depósito Legal

443942/18

Obra publicada com a colaboração de:

2



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS

Os volumes desta coleção encontram-se indexados e catalogados
na Basesdados da Web of Science.

© JULHO 2018, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COSTA, Rui Manuel Pinto, 1975-

Ricardo Jorge : ciência, humanismo e modernidade

ISBN 978-989-26-1531-8 (ed. impressa)

ISBN 978-989-26-1532-5 (ed. eletrónica)

CDU 61Jorge, Ricardo

RUI MANUEL PINTO COSTA

Ricardo Jorge.
Ciência, humanismo e modernidade



• COIMBRA 2018

CONSELHO EDITORIAL (EDITORIAL BOARD)

Alain Touwaide

Institute for the Preservation of Medical Traditions, Smithsonian Institution,
Washington, USA

Anita Magowska

Poznan University of Medical Sciences, Poland

António Gonzalez Bueno

Universidad Complutense de Madrid, España

Emanuela Appetiti

Institute for the Preservation of Medical Traditions, Smithsonian Institution,
Washington, USA

Javier Puerto

Universidad Complutense de Madrid, España

Jean-Noel Missa

Université Libre de Bruxelles, Belgique

Juan António Rodriguez Sanchez

Universidad de Salamanca, España

Márcia Ferraz

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Olivier Lafont

Université de Rouen, France

Patricia Aceves

Universidad Autónoma Metropolitana, Xoximilco, México

Pedro Ricardo Fonseca

Universidade de Coimbra, Portugal

Philip Rieder

Université de Genève, Suisse

Stéphane Tirard

Université de Nantes, France

Stuart Anderson

London School of Hygiene and Tropical Medicine, Great Britain

Tania Fonseca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Victoria Bell

Universidade de Coimbra, Portugal

SIGLAS E ABREVIATURAS

AHMS - INSA – Arquivo Histórico do Museu da Saúde - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto. Casa do Infante

ANT – Assistência Nacional aos Tuberculosos

APR – Aurélio da Paz dos Reis

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos

CEP – Corpo Expedicionário Português

CPF – Centro Português de Fotografia

CUP – Cambridge University Press

DGS – Direção Geral de Saúde

DL – Decreto-Lei

EMCL – Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa

EMCP – Escola Médico-Cirúrgica do Porto

EUA – Estados Unidos da América

HGSA – Hospital Geral de Santo António

ICH – Instituto Central de Higiene

INSA – Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

MEN – Ministério da Educação Nacional

OH – Office d’Hygiène.

OIHP – Office International D’Hygiène Publique

OUP – Oxford University Press

SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto

SDN – Sociedade das Nações

Art.º – Artigo

Cap. – capítulo

Cf. – Confira
Cit. – Citado
Coord./coord. – Coordenação
Cx. – Caixa
Dir./dir. – Direção
Esp. – Espólio
Ed. /eds. – Edição/editores
Fasc. – Fascículo
Gráf. – Gráfica
Liv. – Livraria
Imp. – Imprensa
n.p – não paginado.
Of. – Oficina
Org./s. – Organização/organizadores
p. / pp. – página/s
pref. – prefácio
rev. – revista
s.a – sem autor
s.l – sem lugar
s.p – sem página
Sep. – Separata
T. – Tomo
Tip. – Tipografia
Trad. – Tradução
Vol./s. – Volume/s

Nota do autor – Este texto foi escrito de acordo com o novo acordo ortográfico. Apesar de não se predispor a qualquer dificuldade interpretativa, harmonizou-se a ortografia de todos os textos transcritos, incluindo a bibliografia. Todas as traduções de textos em língua não portuguesa foram realizadas pelo autor.

PREFÁCIO

Há mais de 10 anos que temos tido o privilégio de trabalhar no âmbito da História com o Doutor Rui Manuel Pinto Costa e, desde a primeira hora, verificámos o seu interesse e a sua paixão pela história da ciência, em particular, pela história das ciências da saúde. Fizemos parte do seu júri de provas de doutoramento e, ao longo destes anos, apercebemo-nos das suas qualidades científicas e competências historiográfica e profissional.

Rui Manuel Pinto Costa é licenciado em enfermagem, pela Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria, Porto. É também licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2004). Concluiu o Mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com a classificação final de *Muito Bom*. A sua dissertação intitula-se: *O poder médico e o poder político. A afirmação do poder médico em Portugal, do pós – guerra a 1974* (2006). Em 2010 prestou provas de doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo merecido, de novo, a classificação máxima. A sua tese tinha como temática a história do cancro em Portugal e dela resultou a obra *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839 - 1974)* editada em 2012. A sua investigação, superiormente orientada pelo Prof. Doutor Jorge Alves, decorreu no âmbito do CITCEM-Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste estudo, Rui Pinto Costa aborda a oncologia e a luta contra o cancro do ponto de vista histórico, sublinhando a dinâmica científica e institucional, a vertente da luta social e outras.

Posteriormente, o Doutor Rui Pinto Costa realizou no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra o seu posdoutoramento. Fomos supervisores deste trabalho académico que decorreu no triénio de 2012 a 2014. Neste contexto, realizou a investigação intitulada “Saúde e modernidade em Ricardo Jorge. Estudo bio-bibliográfico”. A sua investigação foi-se traduzindo em diversas publicações e na preparação desta obra intitulada: *Ricardo Jorge. Ciência, humanismo e modernidade*. Neste estudo, Rui Costa apresenta um completo estado da arte sobre Ricardo Jorge, reorganizando e reclassificando a vastíssima multiplicidade de textos (com níveis de cientificidade historiográfica muito distintos) sobre o tema. Com efeito, a parte da sua obra intitulada “O que se escreveu e o que se escreve:

Ricardo Jorge na tribuna da história” consiste numa análise da história da história de Ricardo Jorge. A complexa figura de Ricardo Jorge é focada no capítulo segundo intitulado “As faces de Jano: o pluralismo de Ricardo Jorge” enquanto figura cimeira da cultura literária e científica; mas ainda Ricardo Jorge em contexto, enquanto médico, higienista, homem de ciência. A parte intitulada “Caminhos e descaminhos: da cidade invicta até Lisboa” retrata o processo biográfico na complexidade inerente à época, o que é testemunhado pelos efeitos, a vários níveis, desencadeados pela epidemia de peste no Porto em 1899. Na parte intitulada “A construção de um desígnio biopolítico” Rui Costa elabora uma abordagem original da fundação do Instituto Central de Higiene e do trabalho de Ricardo Jorge no *Office International d'Hygiène Publique*. A obra encerra com uma notável lista de fontes e de bibliografia, autêntico roteiro para a história da higiene e da saúde pública em Portugal.

A obra *Ricardo Jorge. Ciência, humanismo e modernidade* é um livro marcante na história da ciência, em particular, das ciências da saúde e da medicina em Portugal. É, efetivamente, uma nova e completa bio-bibliografia de Ricardo Jorge com um roteiro original para a história da higiene e saúde pública em Portugal. Ao fazer o ponto da situação dos estudos sobre Ricardo Jorge e ao abrir novas frentes de investigação importantes, este livro impõe-se aos futuros estudiosos como guia para inovadoras pesquisas.

O livro está bem escrito de modo claro e rigoroso, beneficiando da dupla formação que Rui Manuel Pinto Costa obteve, uma licenciatura na área das ciências da saúde e a sua formação completa e avançada no âmbito da História e das ciências sociais e humanas.

Os múltiplos estudos publicados pelo Doutor Rui Costa, em editoras credenciadas e em revistas de grande relevância na área, evidenciam a qualidade científica do trabalho historiográfico que tem realizado. Os prémios e distinções que tem vindo a alcançar traduzem também o valor da sua produção historiográfica.

É com todo o gosto que prefaciamos esta obra do Doutor Rui Manuel Pinto Costa. Trata-se de um livro que resulta de parte de uma importante investigação que o autor tem realizado no âmbito da história da ciência em Portugal e que tem sido reconhecida nacional e internacionalmente, sendo de consulta incontornável para todos os interessados na temática.

Ana Leonor Pereira*¹
João Rui Pita*²

¹ Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

² Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

* Investigadores e Coordenadores do Grupo de Investigação de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20, Universidade de Coimbra

NOTA DE ABERTURA

O presente livro baseia-se no relatório de pós-doutoramento em História da Ciência apresentado no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra em 2015. Intitulado *Saúde e modernidade em Ricardo Jorge. Estudo biobibliográfico*, este relatório inicial foi substancialmente reduzido e adaptado à edição em livro. Materializou-se após os incentivos do Prof. Dr. João Rui Pita e da Prof^a Dr.^a Ana Leonor Pereira, investigadores e coordenadores do Grupo de História e Sociologia da Ciência e Tecnologia (GHSCT) do CEIS20, a quem devo o estímulo para me abalar a uma empresa que se desenrolou ao longo de três anos. Publicando em colaboração ou isoladamente, os coordenadores deste grupo deram à estampa um número significativo de trabalhos resultantes da sua investigação em história da higiene e da saúde pública, com o que marcaram e continuam a marcar uma era de trabalho particularmente coerente e profícuo, trilhando um caminho muito bem definido que se vai inspirando no que de melhor se faz internacionalmente neste campo. É justamente a estes prestigiados professores que remeto um sentido agradecimento, expresso em palavras que ultrapassam em muito as locuções tantas vezes escritas com o propósito de responder a uma mera formalidade académica.

Nesse sentido, este trabalho trilha uma parte muito substancial dos objetivos programáticos perfilhados pelo GHSCT, servindo de algum modo como contributo ao vasto labor de investigação já realizado por este grupo no domínio da história da saúde portuguesa, plasmado em trabalhos referenciais dedicados à história da saúde e da cultura científica.

O facto de ter sido convidado em 2010 pelo Prof. João Rui Pita a prosseguir os trabalhos de pós-graduação no CEIS20, local onde a historiografia das ciências biomédicas se tem notabilizado em contexto nacional e internacional, permitiu-me tomar contacto com uma rede de investigadores com interesses semelhantes, dando origem a salutareas partilhas de ideias, experiências, saberes e métodos de trabalho, difíceis de conseguir e trilhar em contextos universitários onde esta vertente da História não se tem desenvolvido, ou para a qual não se encontram tradicionalmente vocacionados.

Seguindo os propósitos do GHSCT, contribuímos com este estudo monográfico dentro das nossas possibilidades, para o que esperamos seja o enriquecimento e abertura de mais linhas de investigação no domínio da história da saúde e das ciências biomédicas.

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

I – O QUE SE ESCREVEU E O QUE SE ESCREVE:	
RICARDO JORGE NA TRIBUNA DA HISTÓRIA	15
1.1 – O CIENTISTA SOB O OLHAR DO BIÓGRAFO	15
1.2 – O PARADIGMA HIGIENISTA:	
A BASE PARA UMA REVISITAÇÃO DE RICARDO JORGE.....	19
1.3 – RESENHA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO	22
1.4 – AS REMEMORAÇÕES	30
1.5 – A HISTÓRIA DA HISTÓRIA: ANÁLISES	
HISTORIOGRÁFICAS EM REDOR DE RICARDO JORGE.....	32
2 – AS FACES DE JANO: O PLURALISMO DE RICARDO JORGE	39
2.1 – MICROBIOLOGIA, HIGIENISMO E SAÚDE PÚBLICA:	
UM DISCÍPULO PASTEURIANO	39
2.2 – HISTÓRIA DA MEDICINA E EXERCÍCIOS DE RETRODIAGNOSE ...	53
2.3 – ESCRITOR “ATACADO DE GRAFOMANIA” E	
“AMADOR DA PALEOLITERATURA”	70
2.4 – UMA VEIA POLÊMICA.....	80
2.5 – “DEUS TE REPARTA EM BEM – POR ESSE MUNDO ALÉM!”:	
IMPRESSÕES DE VIAGEM.....	86
3 – CAMINHOS E DESCAMINHOS: DA CIDADE INVICTA ATÉ LISBOA.....	93
3.1 – A VIDA NO PORTO:	
DO COLÉGIO DA LAPA À ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA	93
3.2 – CIÊNCIA E POLÍTICA:	
VIVENDO EM REDOR DA ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA	107

3.3 – UM PROJETO ABSORVENTE: O GERÊS TERMAL.....	121
3.4 – O “INOCÊNCIO VI DA HIGIENE”: A POLÍTICA DE SAÚDE À LUZ DO DISCURSO RICARDIANO.....	140
3.5 – A EPIDEMIA DE PESTE NO PORTO E O VIRAR DE UMA PÁGINA.....	163
4 – A CONSTRUÇÃO DE UM DESÍGNIO BIOPOLÍTICO	193
4.1 – UM PROFETA EM TERRA ALHEIA: REFORMANDO A POLÍTICA DE SAÚDE	193
4.2 – A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO CENTRAL DE HIGIENE	233
4.3 – NO MUNDO DA SAÚDE INTERNACIONAL: O <i>OFFICE INTERNATIONAL D’HYGIÈNE PUBLIQUE</i>	239
4.4 – TRANSES DE GUERRA.....	251
4.5 – “OUVE: MORREU UM TEU AMIGO...”	270
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA	283
6.1 – ESPÓLIO.....	286
6.2 – FONTES IMPRESSAS.....	286
6.2.1 – DOCUMENTOS OFICIAIS	286
6.2.2 – LEGISLAÇÃO	286
6.3 – PERIÓDICOS	286
6.3.1 – PERIÓDICOS DE NATUREZA MÉDICA E SANITÁRIA	286
6.3.2 – OUTROS PERIÓDICOS.....	287
6.4 – BIBLIOGRAFIA SOBRE RICARDO JORGE	288
6.5 – BIBLIOGRAFIA RICARDIANA	295
6.5.1 – OBRA LITERÁRIA, CIENTÍFICA E LEGISLATIVA	295
6.5.2 – EDIÇÕES E REIMPRESSÕES PÓSTUMAS	312
6.5.3 – PREFÁCIOS, PRÓLOGOS E INTRODUÇÕES	314
6.5.4 – OBRAS TRADUZIDAS	315
6.5.5 – PRESIDÊNCIA DE DISSERTAÇÕES INAUGURAIS.....	316
6.6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA SUBSIDIÁRIA	317

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – VALORES DOS ORÇAMENTOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA (1902 – 1926)	228
QUADRO 2 – VALORES DOS ORÇAMENTOS E DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA (1925 – 1928).....	228
QUADRO 3 – NÚMERO DE MÉDICOS DIPLOMADOS PELO ICH (1903-1929).....	237

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DE RICARDO JORGE (1879-1940).....	26
GRÁFICO 2 – CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA DAS PUBLICAÇÕES DE RICARDO JORGE (1879-1940)	27
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA DAS PUBLICAÇÕES DE RICARDO JORGE POR ANO (1879-1940)	28

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – CARICATURA DE RICARDO JORGE (1900).....	53
FIGURA 2 – RICARDO JORGE. ESBOÇO REALIZADO EM LONDRES (1922).....	65
FIGURA 3 – “OS DEPUTADOS DO PORTO: DANTON, ROBESPIERRE, MARAT” (1900).....	182
FIGURA 4 – “VIAJANTE ILUSTRE” (1900).....	191
FIGURA 5 – <i>DR. RICARDO JORGE.</i> <i>O MAIOR MICRÓBIO DA CIÊNCIA MICROBIANA (1911)</i>	232
FIGURA 6 – <i>VELOSO SALGADO.</i> <i>O SR. DR. RICARDO JORGE [...] (1911)</i>	232
FIGURA 7 – CARICATURA DE RICARDO JORGE. (S.D)	233

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 1 – RETRATO DE RICARDO JORGE E A SUA ASSINATURA (NÃO DATADO)	18
FOTO 2 – RICARDO JORGE NO BRASIL (1929).....	91
FOTO 3 – INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA PORTUGUESA DE SÃO PAULO (1929).....	91
FOTO 4 – RICARDO JORGE NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE BACTERIOLOGIA (1899).....	120
FOTO 5 – RICARDO JORGE COM TRAJE REGIONAL DOS PASTORES DO MINHO [1890-1891]	139
FOTO 6 – RETRATO DE RICARDO JORGE (1890)	162
FOTO 7 – RICARDO JORGE ACOMPANHADO PELOS DELEGADOS DAS MISSÕES (1899)	169
FOTO 8 – EQUIPA DE DESINFEÇÃO (1899)	177
FOTO 9 – DESINFEÇÃO DE CASAS INSALUBRES DO PORTO (1899)	177
FOTO 10 – BOMBEIROS DESINFETANDO UM CAIXÃO (1899).....	178
FOTO 11 – MEMBROS DA CONFERÊNCIA SANITÁRIA DE VENEZA DE 1897.....	187
FOTO 12 – MEMBROS DO <i>OFFICE INTERNATIONAL</i> <i>D'HYGIÈNE PUBLIQUE</i> (1933)	250
FOTO 13 – CHEGADA A LISBOA DE FERNANDO MAGALHÃES (1926).....	273

1 – O QUE SE ESCREVEU E O QUE SE ESCREVE: RICARDO JORGE NA TRIBUNA DA HISTÓRIA

1.1 – O cientista sob o olhar do biógrafo

Não é fácil enquadrar e percorrer de forma sintética o caminho biobibliográfico de Ricardo de Almeida Jorge (1858-1939), homem de ciência e de cultura que continua a ser referência no universo médico e científico dos séculos XIX e XX.

Apontado como personagem cimeiro da higiene pública e das ciências da saúde por aqueles que o conheceram ou sobre ele escreveram, o desafio do historiador do nosso tempo não se pode resumir a respigar informações biográficas, tanto mais que não é fácil enquadrá-lo tendo apenas como referência o quadro cronológico em que viveu ou as memórias que vários médicos entretanto lhe dedicaram. Foi um homem nitidamente complexo, que merece ser alvo de uma prosopografia de síntese que se desenvolva num quadro de investigação alargado e integrado na análise do contexto científico em que viveu.

Indivíduo multifacetado: médico, cientista, higienista, hidrólogo, ensaísta, polemista, crítico de arte, político, historiador da medicina e escritor dotado de vasta cultura, recai com toda a propriedade no rol daqueles personagens mitificados não só pelos contemporâneos mas também pelos seus pares do universo médico. À custa do caráter pessoal e do papel desempenhado enquanto porta-estandarte da renovação da saúde pública, passou a integrar o panteão laico onde a figura do cientista começou a ser deificada e elevada ao estatuto de personalidade referencial e venerável.

Barahona Fernandes deslindou-o de modo particularmente feliz, sem no entanto fugir do habitual discurso encomiástico que caracterizou muitas das memórias que se escreveram:

“Cada qual pode ver nela o que mais lhe interesse – desde o sábio ao jornalista, do cultor da ciência ao vernáculo quixotesco da língua, do pedagogo ao polemista, do historiógrafo ao prático da epidemiologia, do clínico ao sanitário social, do orador empolgado ao escritor solitário, do higienista internacional ao familiar extremoso. Se quiserem também numa perspetiva histórico-evolutiva – o Homem da Renascença, permeado pelo

Barroco e pelo Iluminismo – florindo no começo da crise do século XIX. Ou mais simplesmente – o cientista positivo, de alma literária, do final da época do Naturalismo.”¹

Não se pretende aqui discutir se estamos ou não perante um génio polimorfo saído da forja de uma época de transição de paradigmas; pretende-se acima de tudo compreender de que forma se tornou um fruto da época e dos contextos em que viveu. Imbuído de um claro sentido de modernidade científica, resultante de cânones higienistas e da revolução biológica impressa pela microbiologia/bacteriologia de sabor pasteuriano, foi no devir desta dupla influência que Ricardo Jorge soube analisar e propor mudanças estruturais na realidade sanitária portuguesa do seu tempo.

A sua vida decorreu no seio de dois grandes movimentos refundadores das ciências médicas, enquadradas sob as diretrizes culturais do positivismo. E se há valores que absorveu e corporizou, foram os da ciência construída na base da verdade experimental. Por um lado, a afirmação e sedimentação da microbiologia/bacteriologia que decorreu ao longo do último quartel do século XIX e início do século XX, por outro a consolidação do papel social da medicina através da confirmação e aceitação do higienismo como disciplina do conhecimento ao serviço dos Estados e das populações.

É bem conhecido o ambiente cultural que ao longo do século XIX levou à renovação das ciências biomédicas, dirigidas pelo novo conhecimento de sabor positivo que as orientou. Tudo se punha à prova da experiência para ser validado e a medicina não ficou alheia a esta redefinição dos seus saberes². Não apenas no caso da medicina, mas muito particularmente nesta, o laboratório assumiu o papel avalizador e construtor do conhecimento de base experimental, com o que conseguiu atribuir a origem de uma série de doenças a outros tantos microrganismos, revolucionando não só o conhecimento etiopatogénico mas também as medidas e mecanismos destinadas a controlá-los.

Como relator e promotor da codificação legislativa que marcou o paradigma higienista e da medicina preventiva, Ricardo Jorge esteve imerso nas particularidades de um período de transição charneira no tocante à redefinição dos padrões higio-sanitários portugueses.

Propagandeando a validade do higienismo como ferramenta médico-social de controlo sanitário, Ricardo Jorge passou a corporizá-lo, inscrevendo-o na letra da lei. Deu assim forma a um paradigma que se iria manter durante

¹ FERNANDES, Barahona – *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual*. Sep. de Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. T. 123. Nº 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 1959, p. 6.

² Cf. BYNUM, W. F. – *Science and the practice of medicine in the nineteenth century*. Cambridge: CUP, 1994.

mais de meio século. Não viveu o suficiente para ver a revolução antibiótica tomar de assalto e tornar obsoletos muitos dos pilares da «ciência higiénica», mas viveu o suficiente para se impor como um dos paladinos da reforma científica operada em Portugal entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX.

Se, como o filósofo Zbigniew Kotowicz defende para algumas áreas do saber biomédico,³ a ciência está eivada de hibridismo pelo facto de em muitos casos os diferentes reinos do saber se encontrarem ligados por pontes comuns, principalmente pela figura do laboratório, será igualmente verdadeiro que alguns homens de ciência também se podem com particular justiça considerar híbridos, no sentido de serem plurais e multifacetados, saltando com a mesma facilidade entre distintas áreas e saberes. No entanto tais figuras são raras e é por isso mesmo que costumam ser alvo de particular interesse historiográfico. Não restam dúvidas que Ricardo Jorge é um deles. É certo que a historiografia científica não tem propósitos laudatórios, mas cumpre a sua função social trabalhando para a memória dos povos, verdadeiro corpo mental da identidade desses povos, que com recurso a rituais próprios se atualiza e renova. Um trabalho sobre Ricardo Jorge com o perfil aqui traçado deve honrar tanto o higienista como a memória social e a consciência higienista pública do povo português.

³ Cf. KOTOWICZ, Zbigniew – *Psychosurgery - The Birth of a New Scientific Paradigm. Egas Moniz and the Present Day*. Lisbon: Centre for Philosophy of Science, University of Lisbon, 2012.

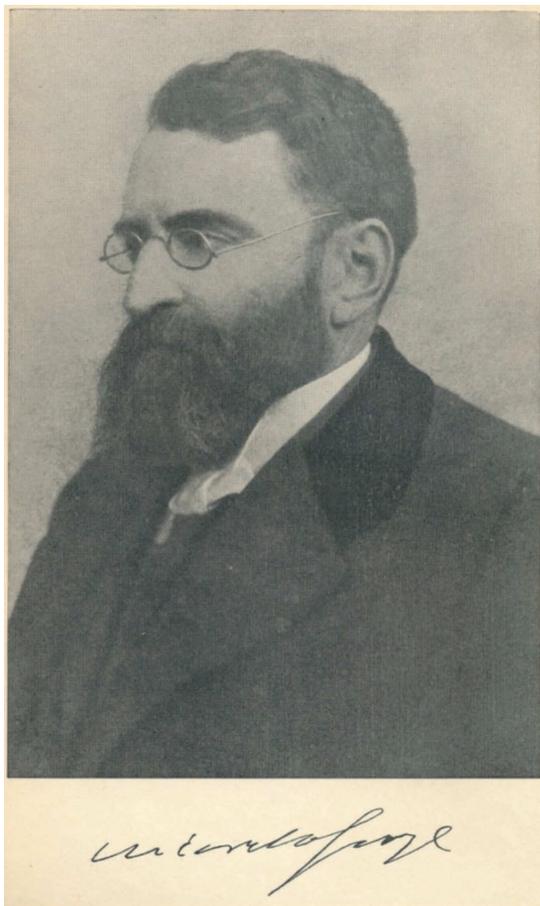


Foto 1 – Retrato de Ricardo Jorge e a sua assinatura (não datado). Fonte: *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I, nº 1 (1946), pp. 4-5. Sobre o perfil fisionómico de Ricardo, Barahona Fernandes escreveu: “ (...) a face alta e seca, de barba já encanecida. Uma barba forte, esfiampada, que prolongava o vulto saliente do mento, (...) Os lábios tensos, apertados ou levemente arreganhados, cortavam aquele perfil adunco e vincado, em que todos viam o traço semítico e uns descreviam como «quixotesco», outros como «mefistofélico». Um ar sério, denso, recolhido mas não distante. (...) «cara de poucos amigos», disse de si próprio, um «brazabu lusitano».”⁴ Como Ricardo Jorge frisaria, o termo “Mefistófeles” foi utilizado pelo seu colega Laignel-Lavastine no anfiteatro da Sociedade de Medicina de Londres em 1922, quando por oposição à hirsuta e peculiar figura, lhe admirava as qualidades intelectuais e humanas.⁵

⁴ FERNANDES, Barahona – *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual*. Sep. de Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. T. 123. Nº 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 1959, pp. 17-18.

⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *Um vôo a Londres. III – Speech anglo-luso*. In JORGE, Ricardo – *Canhenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 7º Milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, pp. 30-31.

1.2 – O paradigma higienista: a base para uma revisitação de Ricardo Jorge

O paradigma higienista tem sido alvo de vários estudos históricos, muitos dos quais plasmados em análises de contextos sanitários, políticos, sociais, intelectuais e demográficos. As vantagens que comportam, ultrapassam a linearidade de uma construção científica do passado, uma vez que tanto os agentes políticos envolvidos na determinação de políticas de saúde como aqueles que os aconselham, ambos se têm servido da História como instrumento – entre outros usos – para avaliar e modelar da sua eficácia.⁶

Se bem que existem variadíssimos trabalhos, alguns deles já clássicos em redor da estruturação do higienismo e da saúde pública, as principais obras de fundo e com rigor historiográfico sobre esta temática foram-nos fornecidas por investigadores do universo anglo-saxónico, como por exemplo os de Dorothy Porter,⁷ Erna Lesky⁸, John Duffy⁹ e George Rosen¹⁰. No caso francês, continuam a ser referenciais os estudos de Pierre Darmon,¹¹ Lion Murard e Patrick Zylberman.¹² Em Portugal, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita também abordaram o tema, enfatizando a receção e aplicação das doutrinas higienistas no contexto da afirmação da saúde pública.¹³ E se a história em redor das estruturas e cultura científica servem para proporcionar imagens em grande escala, os atores que lhe deram corpo e face também não foram esquecidos:

⁶ Sobre a importância da história na estruturação de políticas de saúde no tempo presente, veja-se BERRIDGE, Virginia – “History Matters? History’s Role in Health Policy Making”. *Medical History*. Vol. 52. Nº 3 (May 2008), pp. 311-326.

⁷ PORTER, Dorothy – *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London: Routledge, 1999, PORTER, Dorothy (ed.) – *The history of public health and the modern state*. Amsterdam: Rodopi, 1994, PORTER, Dorothy – “Public health”. In BYNUM, W. F. and PORTER, Roy (eds.) – *Companion encyclopedia of the history of medicine*. Vol. 2. London and New York: Routledge, 1993, pp. 1231-1261.

⁸ LESKI, Erna – *Medicina Social. Estudios y testimonios históricos*. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo, 1984.

⁹ DUFFY, John – *The sanitarians: a history of American public health*. Urbana: University of Illinois Press, 1990.

¹⁰ Cf. ROSEN, George – *De la policia médica a la medicina social. Ensayos sobre la historia de la atención a la salud*. Trad. do inglês de Humberto Sotomayor. México: Siglo XXI editores, 1985 e idem – *A history of public health*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

¹¹ Cf. DARMON, Pierre – *L’homme et les microbes: XVIIe-XXe siècles*. Paris: Fayard, 1999.

¹² Cf. MURAD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick – *L’hygiène dans la République. La santé publique en France ou l’utopie contrariée, 1870-1918*. Paris: Fayard, 1996.

¹³ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), pp. 437-559 e PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Public health, municipalities and the state: founding microbiological laboratories in Portugal”. In DINGES, Martin (Ed.) – *Health and health care between self-help, intermediary organizations and formal poor relief (1500-2005)*. Edições Colibri / CIDEHUS-UEI PhoenixTN, 2007, pp. 121- 130.

tanto nos Estados Unidos da América como em outros países da Europa, estão já publicadas várias biografias analíticas adequadamente contextualizadas. Muita da investigação em história da ciência e da medicina materializou-se numa multiplicidade de estudos dedicados a indivíduos específicos, enquadrados em molduras temporais e geográficas igualmente circunscritas. Vejam-se, por exemplo, as narrativas dadas à estampa sobre William Harvey, Sydenham, Bichat, Chadwick, Claude Bernard, Louis Pasteur, Rudolf Virchow, Robert Koch, Santiago Ramón y Cajal ou Alexander Fleming, entre muitos outros.

E em Portugal? Consta-se que começam a surgir trabalhos de amplo fôlego sobre algumas das individualidades do universo médico-científico, alguns deles diretamente ligados a projetos de investigação em História da Ciência. Egas Moniz, por exemplo, foi historiografado por Ana Leonor Pereira e João Rui Pita,¹⁴ mais recentemente por Manuel Correia,¹⁵ e biografado por João Lobo Antunes.¹⁶ Por seu turno, outros personagens como Miguel Bombarda, Sousa Martins e Júlio de Matos, entre outros, também têm sido alvo de uma recente e contextualizada análise, que não esquece as correntes de mudança social e intelectual em que se inscreveram.¹⁷

Para os historiadores da ciência, da tecnologia e da medicina, a questão das biografias é particularmente premente, uma vez que inclui, necessariamente, os relatos dos *grandes homens*, apesar de reconhecermos que o papel do indivíduo por si só está há muito alheado das narrativas históricas herdeiras da longa duração da escola dos *Annales*. No entanto, a questão permanece: como é que a vida destes personagens se cruza com as tendências coletivas da época em que viveram? Não podemos esquecer que há ainda nomes sonantes da história da medicina que aguardam os seus historiadores. Alguns tiveram projeção internacional, outros a nível interno, mas todos são importantes na hora de caracterizar e construir o discurso historiográfico em torno do progresso da cultura científica em Portugal.

Os trabalhos que temos vindo a referir não deixam de fazer menção mais ou menos alongada a personagens carismáticos que corporizaram doutrinas e personificaram modelos de intervenção sanitária. As questões que Bruno Latour levantou em torno de nomes carismáticos como Pasteur e a expansão

¹⁴ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui; RODRIGUES, Rosa Maria – *Retrato de Egas Moniz*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.) – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000 e PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Egas Moniz (1874-1955). Marinheiro da ciência e da tecnologia, Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia, 1949”. *Estudos*. Nova série. 5 (2005), pp. 331-346.

¹⁵ Cf. CORREIA, Manuel da Encarnação Simões – *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder*. Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

¹⁶ Cf. ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz. Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva, 2010. Até 2011 contam-se 4 edições desta obra.

¹⁷ Cf. PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui (coord.) – *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; REPOLHO, Sara – *Sousa Martins; ciência e espiritualismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

da bacteriologia em França, podem ser igualmente utilizadas para Ricardo Jorge. Se quisermos usar a terminologia *latouriana* sobre a dimensão destas figuras carismáticas do mundo médico-científico,¹⁸ Ricardo Jorge recai com toda a propriedade nesse âmbito, não só por ser uma dessas figuras da ciência portuguesa dos séculos XIX e XX, mas também por ter tido projeção internacional dentro do modelo higienista que defendeu e corporizou.

Se quisermos, podemos até incluí-lo como ator de palco de um período histórico que adequadamente recai no que se define como *transição sanitária*.¹⁹ Trata-se de um conceito globalizante utilizado na explicação das mudanças na saúde das populações, que implica as causas que subjazem às mutações das condições de saúde, considerando as dinâmicas locais e os determinantes da saúde, incluindo vários elementos de natureza social, cultural e comportamental.

O conhecimento da atividade científica de Ricardo Jorge, o conhecimento da emergência da higiene pública e da sua consolidação enquanto disciplina científica e enciclopédica são relevantes no plano da consciência higienista do cidadão. Fortalecem a *consciência social* médica-higienista e a responsabilidade individual, ajudando a prevenção dos comportamentos de risco, mostrando o esforço da ciência perante flagelos e epidemias, mostrando o valor ético-social e ambiental do esforço científico para disciplinar a sociedade no sentido do bem-estar físico e mental. Daí que possamos argumentar da pertinência pedagógica deste tipo de estudos historiográficos no plano da ética e da moral dos indivíduos, reconhecendo o valor intrínseco da História da Saúde para os atuais domínios da saúde pública.²⁰

Pela importância e determinismo que teve na vida científica, sanitária e *médico-política* portuguesa, Ricardo de Almeida Jorge é uma figura inevitável. Parecerá certamente um lugar-comum afirmá-lo, mas podemos dizer que qualquer análise dedicada à história das ciências da saúde na época contemporânea não estaria completa sem a referência ao impacto deste personagem no panorama sanitário português. Ao evocarmos a memória do homem através da oficina do historiador, constrói-se a história de um cientista permeado pelos ventos da época que viveu. Mas talvez mais do que biografá-lo, importa realizar um exercício prosopográfico em jeito de revisitação, analisando a sua bibliografia, deixando-o falar, contextualizando-o, trazendo à luz do dia novos documentos e executando uma interpretação científico-historiográfica atualizada em conformidade com os preceitos hermenêuticos.

¹⁸ Cf. LATOUR, Bruno – *The Pasteurization of France*. Trad. Alan Sheridan e John Law. Cambridge, London: Harvard University Press, 1988, pp. 14-16.

¹⁹ Cf. CASELLI, Graziela – “National Differences in the Health Transition in Europe”. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*. Vol.29. Nº 3 (1996), pp. 107-125.

²⁰ Cf. PERDIGUERO, E.; BERNABEU, J.; HUERTAS, R.; RODRIGUEZ-OCAÑA, E. – “History of health, a valuable tool in public health”. *Journal of Epidemiology and Community Health*. Vol. 55. Nº 9 (2001), pp. 667-73.

1.3 – Resenha biobibliográfica e análise de conteúdo

Ricardo Jorge nasceu na cidade do Porto em 1858 tendo-se diplomado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto aos 21 anos. Aí lecionou antes de rumar a Lisboa onde desenvolveu um amplo trabalho enquanto higienista, professor e diretor do Instituto Central de Higiene, vindo a falecer em 1939 com 81 anos. Fez parte de uma das gerações mais relevantes da história da medicina e da farmácia portuguesas que, além de Ricardo Jorge, compreende figuras como Júlio de Matos, Magalhães Lemos, Câmara Pestana, Miguel Bombarda, Serras e Silva, Manuel Ferreira Ribeiro, Augusto Rocha e Augusto Filipe Simões.

Teve e manteve contacto direto com uma série de personalidades do mundo político e cultural do seu tempo. Ao percorrermos o arquivo epistolar ricardiano, torna-se evidente a extensão de relações que foi mantendo ao longo da vida. Chegou a trocar intensa correspondência com várias delas, mormente as do mundo cultural. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Venceslau de Moraes, Alfredo Pimenta, Antero de Figueiredo e Carlos de Passos, são apenas alguns dos muitos nomes que preenchem a vasta coleção epistolográfica que ainda se conserva, e que facilmente se conta na ordem das centenas de páginas manuscritas.²¹ Maximiano Lemos, Bettencourt Raposo, António de Almeida Garrett e Nicolau de Bettencourt, colegas de profissão e outros amigos pessoais também se podem enumerar entre o mesmo rol. Alguns dos agentes políticos da época também se corresponderam com ele em algum ponto da sua vida: a rainha D^a Amélia, D. Manuel II, Bernardino Machado, Teixeira Gomes e Afonso Costa, contam-se também na mesma listagem. Com outros esgrimiou-se em polémicas, e poucos dos que o conheceram ou simplesmente leram o que escreveu lhe terão ficado indiferentes.

Dominando com invulgar mestria a língua portuguesa, redigiu um conjunto heterogéneo e eclético de narrativas com impacto científico e literário, divididos entre numerosos relatórios científicos e epidemiológicos, legislação sanitária, estudos históricos, literatura de viagens, crítica literária, traduções e prefácios, obras que no cômputo geral se contabilizam em torno das três centenas. Este número impressionante de publicações resulta em parte do facto de várias das suas obras terem conhecido impressões e edições sucessivas, mas também porque vários dos artigos que escreveu se multiplicaram por distintas publicações periódicas, em alguns casos em língua diferente da portuguesa.

Algumas delas marcaram decisivamente os rumos da higiene e medicina social, tendo-se tornado autênticos textos de pendor doutrinário, entre eles a *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa* (1885) e a *Demografia e Higiene na cidade do Porto* (1899). Entre outras obras igualmente valiosas no contexto científico e médico da época contam-se ainda: *O reino dos protistas* (1882), *O bioplasma e a biodinâmica* (1882), *Ensaios científicos e críticos* (1886), *A sanitariedade urbana*

²¹ Cf. BNP. Esp. E18/Cx. 1 e 2.

(1888). Também prefaciou obras capitais da cultura científica como a obra de Herbert Spencer, *Educação intelectual, moral e física* (1884), ao mesmo tempo que nos legou várias obras de natureza literária e ensaios como, por exemplo, *Ramalho Ortigão* (1915), *Canhenho dum Vagamundo. Impressões de viagem* (1923), *Sermões dum leigo. Discursos e alocuções* (1925), entre outras.

Num tempo em que o exercício da medicina passava a exigir uma atualização constante do corpo médico, dificilmente se poderia compreender que um personagem como Ricardo Jorge não fizesse refletir nos periódicos a sua veia jornalística.²² Tendo compreendido a necessidade de manter e promover a difusão dos saberes médicos através da imprensa especializada, também se dedicou ao jornalismo científico, fundando a *Revista Científica* – onde colaboraram, entre outros, Oliveira Martins, Rodrigues de Freitas, Adolfo Coelho e Bernardino Machado – e tendo feito parte do conselho de redação de revistas de elevada aceitação e prestígio como *A Medicina Contemporânea*. As dezenas de artigos que entretanto foi publicando de modo esparso e irregular pela demais imprensa científica e generalista espelham bem o gosto com que cultivou a língua portuguesa e o domínio da francesa, a última delas muito em voga nos círculos científicos entre a segunda metade do século XIX e a década de 30 do século XX. Numa toada mais cultural e literária, não deixou de participar em periódicos voltados para uma audiência fundamentalmente intelectual e académica: *Arquivo Literário* (1923-1927) e *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses* (1924-1927), mas também para o grande público, como na revista *Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil*, e no *Diário de Lisboa: edição mensal* (1933), onde esporadicamente pôde dar azo ao comentário mordaz e esclarecido que também cultivou.

Enquanto médico municipal, foi fundador e diretor dos Serviços Municipais de Higiene do Porto, tendo sido figura-chave na abordagem e resolução da epidemia de peste que assolou a cidade em 1899. Depois de ter sido forçado a rumar a Lisboa no final de um 1899 bastante conturbado, o prestígio e competência científica que entretanto granjeara como perito higienista, levou-o a assumir os cargos de Inspetor-Geral da Saúde Pública e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

É na nova qualidade de Inspetor-Geral que dá corpo a um projeto legislativo que chega finalmente à letra da lei, tendo sido o autor da famosa reforma de saúde de 1901. Conhecida desde então por *Reforma de Ricardo Jorge*, apesar de promulgada em 1899 só foi regulamentada em 1901, entrando em funcionamento em 1903. Documento basilar e estruturante do paradigma higienista português durante quase meio século, este regulamento consagrou, no dizer de

²² Sobre a importância do periodismo médico no contexto da transmissão, problematização e difusão dos saberes médico-científicos veja-se, por todos: BYNUM, W. F.; LOCK, Stephen; PORTER, Roy (ed.) – *Medical journals and medical knowledge: historical essays*. Routledge: London, 1992.

Gonçalves Ferreira, as “bases do que se pode chamar o moderno sanitarismo considerado necessário ao País”²³. Em 1926, já no contexto posterior ao 28 de maio, foi igualmente da sua mão que saiu o texto normativo que procedeu a uma reforma parcelar do regulamento de 1901.

Em 1899 fundou o Instituto Central de Higiene, estabelecimento que dirigiu até 1926, e que em 1929 veio a adotar o nome do seu fundador e primeiro diretor. Entretanto, desde 1912 passou a ser o representante português no *Office International d'Hygiène Publique*, para o qual realizou variadíssimos relatórios sobre doenças infecciosas, incluindo a peste, cólera, febre-amarela, varíola e muitas outras. Notabilizou-se nas instâncias do sanitarismo internacional, tendo recolhido a consideração dos seus congêneres estrangeiros. Em 1916 e 1917 visitou os dispositivos sanitários dos exércitos britânicos e francês da frente ocidental. Enquanto Diretor-Geral de Saúde desempenhou um papel ativo na gestão sanitária do combate a vários surtos epidêmicos, de que ressalta a epidemia de gripe que atingiu Portugal entre 1918-1919. No seguimento do trabalho desenvolvido no *Office*, integrou o Comité de Higiene da Sociedade das Nações. Em 1928 sai da DGS e é nomeado presidente técnico do Conselho Superior de Higiene. Morreu em Lisboa, em 1939. Em resumo, são estes elementos que se encontram bastas vezes repetidos na vasta bibliografia que consultámos sobre Ricardo Jorge.

Ao submetermos a bibliografia ricardiana a um exercício de categorização, algo que neste caso passa pela análise de conteúdo e pelo processo bibliométrico, compreendemos a dificuldade de a esmiuçar e compartimentar. A categorização escolhida foi sendo alterada e revista ao longo da análise, uma vez que o conteúdo exposto nos textos nem sempre corresponde diretamente ao sugerido nos títulos. Cada uma destas grandes áreas é passível de ser subdividida, de acordo com outros critérios que não recaem no âmbito lato e mais abrangente deste estudo, o que esbarra com a miríade subtemática que a bibliografia ricardiana pode facilmente gerar. Se bem que os objetivos do método assentem no desejo de rigor e na necessidade de ultrapassar aquilo que parece ser evidente, tal como Laurence Bardin admite, “Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendido, tem que ser reinventada a cada momento, (...)”²⁴. Laboriosas e em muitos casos exaustivas, as técnicas utilizadas devem ser adequadas ao domínio e aos objetivos pretendidos, sob pena de desvirtuação do trabalho desenvolvido.

Por isso mesmo interessou-nos ressaltar mais o conteúdo manifesto dos documentos do que o seu conteúdo latente, uma vez que o nosso objetivo se

²³ Cf. FERREIRA, F. A. Gonçalves – *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 337.

²⁴ BARDIN, Laurence – *L'analyse de contenu*. Paris: 1977, PUF, p. 31 (tradução nossa). Existe versão mais recente: idem – *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

prende com a operacionalização dos dados de forma quantitativa. Optou-se pela análise categorial (ou temática), por ser de natureza transversal, ter um uso prático, direto e uma capacidade de inferência mais vasta. Julgamos que a riqueza enciclopédica e multiplicidade temática – e, se quiséssemos, subtemática – é de tal ordem extensa que apenas a distribuição em grandes áreas podem dar uma ideia global das diversas temáticas ricardianas, *lato sensu*. De outra forma, sujeitar-nos-íamos a obter resultados intratáveis ou inexpressivos, daí que se optou por reduzir a 5 o número total das categorias:

- 1 - Medicina (relatórios médicos/sanitários e/ou epidemiológicos, hidrologia, patologia infecciosa – peste, febre-amarela, alastrim, varíola, leishmaniose...)
- 2 - História (demografia histórica, biografias históricas, retrodiagnósticos, história da arte)
- 3 - Literatura (impressões de viagem, memórias, crítica literária, polémicas, prefácios, prólogos, introduções e traduções. Nota: abrangeram-se as traduções nesta tipologia dado que estas incluem geralmente introduções e acrescentos de Ricardo Jorge)
- 4 - Legislação sanitária
- 5 - Outras (deontologia, cultura ibérica, etc.)

Como já referimos, a categorização da bibliografia ricardiana apresenta algumas dificuldades. Várias das suas obras mesclam diferentes temáticas abordadas sob diferentes vertentes de análise (epidemiologia e história, relatórios técnico-científicos e história, hidrologia e história, etc...), não sendo raro encontrar obras que podem incluir mais do que uma tipologia. Veja-se como exemplo os *Ensaio científico e crítico* (1886), onde coligiu vários artigos sobre biologia, filosofia, história, pedagogia e crítica, maioritariamente publicados na *Revista Científica* e/ou no *Anuário dos Progressos de Medicina em Portugal*.

Daí que se tenha optado por agrupá-las nestas 5 grandes tipologias, classificando cada uma das referências bibliográficas de acordo com a sua tipologia dominante. Veja-se, no entanto, uma exceção: apesar da tradução da obra de Gaston Tissander se enquadrar no grupo 3 (Literatura), foi introduzida no grupo 2 por incluir um estudo de Ricardo Jorge sobre personalidades históricas de Portugal e do Brasil. Refira-se ainda que apesar da tipologia 4 (Legislação) estar muito pouco representada numericamente, incluiu-se por ser de extrema importância da conjuntura de toda a obra ricardiana.

Atente-se de seguida aos seguintes gráficos:

Gráfico 1 – Distribuição das publicações de Ricardo Jorge (1879-1940)

Gráfico 2 – Categorização temática das publicações de Ricardo Jorge (1879-1940)

Gráfico 3 – Distribuição da categorização temática das publicações de Ricardo Jorge por ano (1879-1940)

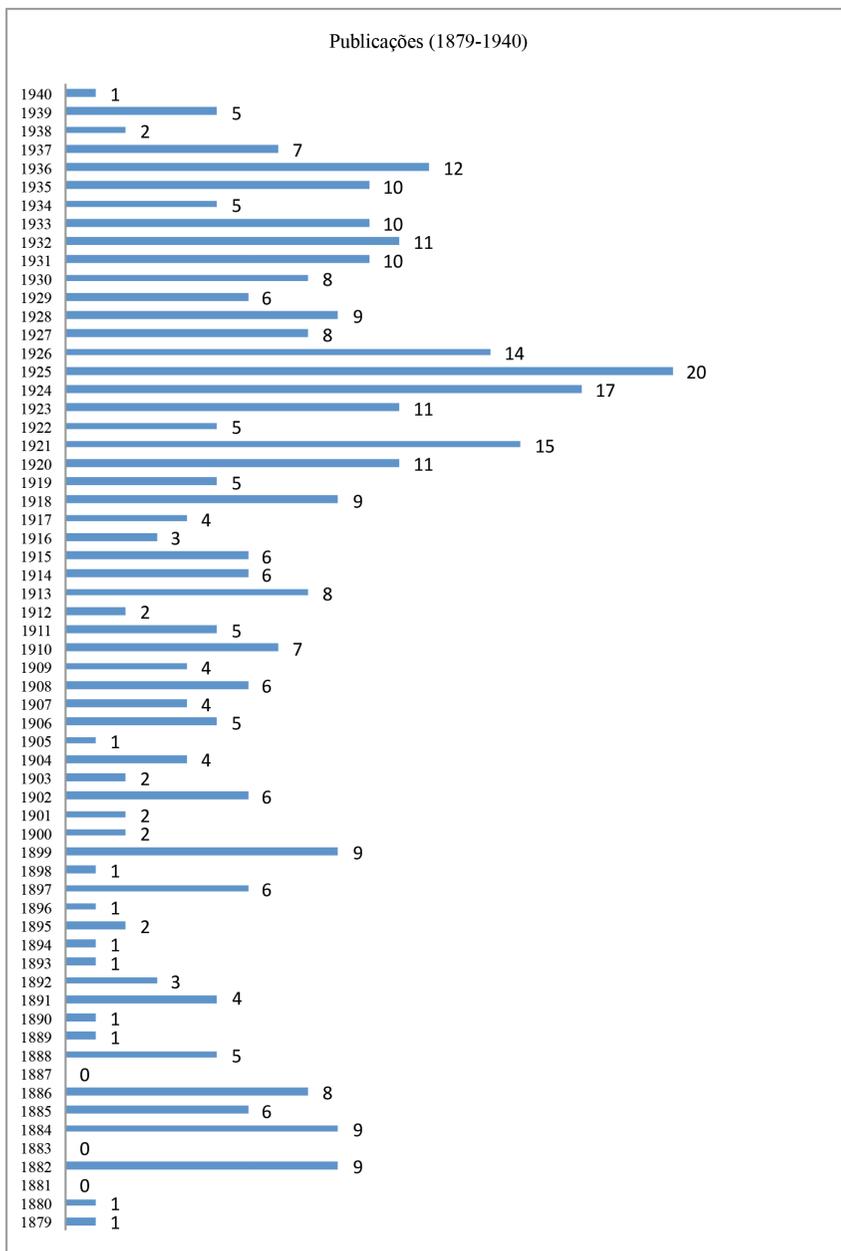


Gráfico 1 – Distribuição das publicações de Ricardo Jorge (1879-1940).

Na elaboração do gráfico 1 incluíram-se todas as obras publicadas de Ricardo Jorge ao longo da vida, independentemente da sua dimensão e temática (n=357). Incluíram-se as traduções (3), os prefácios, prólogos e/ou introduções (19), de acordo como a listagem do capítulo 6.5.

Importa notar que esta lista aponta vários textos que foram dados ao prelo em mais do que uma publicação, sem quaisquer alterações; nesses casos, foram contabilizados apenas uma vez. Por razões óbvias, não se incluiu nesta distribuição o *Boletim Mensal de Estatística Sanitária do Porto* (1893-1899), de que foi diretor, nem o *Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto* (1898 – [19--]), de que foi redator. Note-se que apesar de ter morrido em 1939, o seu último texto escrito em vida – um prefácio – foi publicado em 1940.

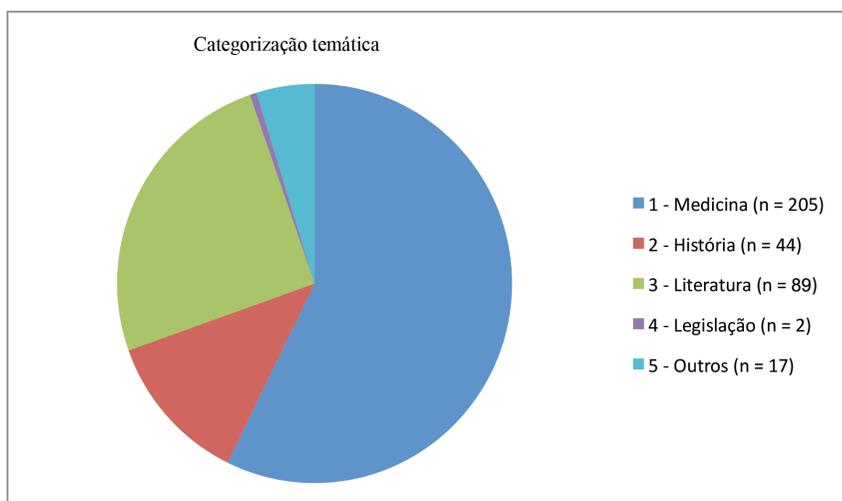


Gráfico 2 – Categorização temática das publicações de Ricardo Jorge (1879-1940)

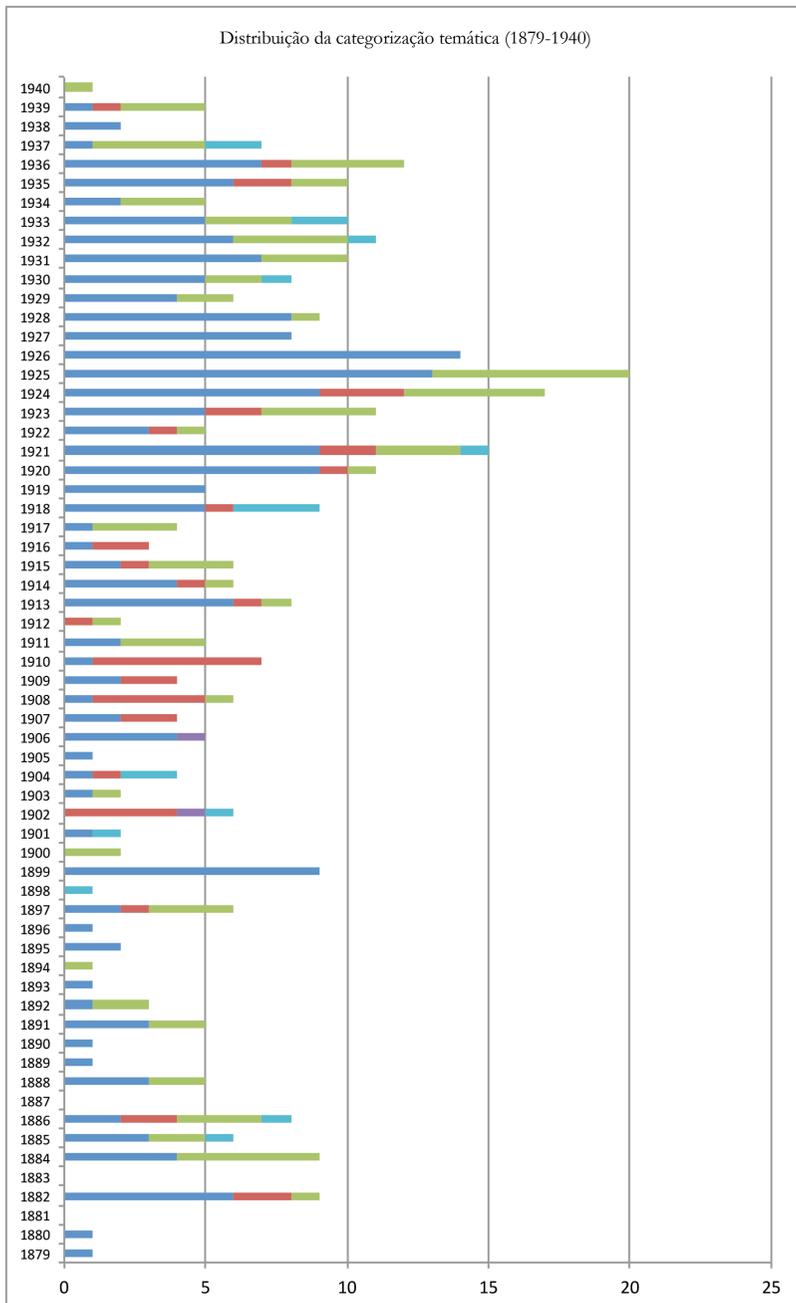


Gráfico 3 – Distribuição da categorização temática das publicações de Ricardo Jorge por ano (1879-1940)

Vista sob o ponto de vista estritamente numérico, a quantidade de textos impressiona. Escritos ao longo de 60 anos, as oscilações não podem ser encaradas de forma linear, uma vez que a obra diverge na sua extensão: alguns são escritos com poucas páginas, outros encerram centenas delas, pelo que apesar de encontrarmos alguns anos de exígua produção, essas poucas obras dadas à estampa podem revelar extensos e longos textos.

A atividade escrita foi, por isso mesmo, bastante regular entre 1882 e 1913. Por volta de 1911 começa a ressentir-se fisicamente e torna-se no que poderíamos apelidar de doente crónico, acometido regularmente por maleitas gastrointestinais. Paradoxalmente, começará a partir daí a fase mais profícua da sua já ampla produção científico-literária. Este período particularmente produtivo estende-se até 1936, justificado em grande medida pela produção dos numerosos relatórios no contexto do *Office International d'Hygiène Publique* (OIHP), mas também por ser nessa altura um homem de ciência e de cultura plenamente consagrado, não só no âmbito nacional mas internacionalmente. Entre 1891 e 1900 os textos mostram o acentuar da vocação higienista e epidemiologista, se bem que esta última vertente se tenha tornado claramente mais profícua a partir de 1912, durando quase até ao fim da existência. A reforma dos serviços de saúde pública, a criação do Instituto Central de Higiene e o combate aos episódios epidémicos a partir de 1899, explicam de igual forma os diversos relatórios epidemiológicos e os textos de natureza legislativa.

A partir de 1914, já com 56 anos, as muitas discussões no seio do Conselho do OIHP polarizaram-lhe grandemente a vida, acentuando-se o número de publicações dedicadas a uma miríade de aspetos epidemiológicos. Inesperadamente, os últimos 25 anos de vida serão os mais produtivos, algo que não seria de supor num homem com a saúde fragilizada pelo menos desde 1912, se bem que se saiba que já desde 1909 tinha necessidade de passar por períodos longos de convalescença. Os vários prefácios, prólogos e introduções que foi convidado a realizar entre 1924 e 1939 também atestam esta realidade, correspondendo a uma fase que poderíamos denominar por jubilar, ou mais adequadamente: pré-jubilar.

A temática mais extensa desenrolou-se em torno de questões puramente médicas (n=205), na sua esmagadora maioria do foro epidemiológico e saúde pública/higiene (mais de 130 títulos), fruto da sua atividade como fundador e diretor do Instituto Central de Higiene a partir de 1899, mas também como representante português em organismos internacionais: a OIHP e a OH. Grande parte desta temática encontra-se expressa em relatórios médicos/sanitários e/ou epidemiológicos, mas também em trabalhos dedicados à patologia infecciosa, – tifo exantemático, peste, gripe, encefalites letárgica e pós-vacinal, dengue, a vacina, varíola, alastrim, a espiroquetose, febre-amarela, leishmaniose – hidropatia e outras menos representativas. Algumas delas coincidem com períodos de surtos epidémicos, denotando os problemas, vicissitudes e surtos epidémicos nacionais mas também as grandes preocupações sanitárias internacionais coevas.

Segue-se a tipologia denominada Literatura, (n=89) esta, sim, de distribuição muito regular ao longo de toda a vida, incluindo um conjunto heterogéneo de subtipologias que vão das muito apreciadas impressões de viagens às memórias, passando pela paleoliteratura, a crítica literária, as polémicas, os prefácios, prólogos, introduções e traduções.

A categoria seguinte dedicada à História (n=44) revela uma particular afeição pelo culto dos grandes homens, aspeto refletido nas várias biografias históricas de médicos portugueses, mas também nos retrodiagnósticos, na demografia histórica, – de que se pode justamente considerar o fundador no nosso país – e ainda em algumas incursões na história da arte.

Encerra-se esta categorização com dois itens muito menos representativos: a legislação sanitária (n=2) e outros (n=17). O primeiro justifica-se pela reforma de saúde de 1901 e 1926, expressas na legislação lavrada pelo próprio Ricardo Jorge; o segundo, pelo facto de haver alguns temas tão exóticos que de modo algum se conseguiam inserir nas categorias anteriores, como sejam os casos da deontologia, da recolha etnográfica,²⁵ da cultura ibérica ou até do xadrez.

1.4 – As lembranças

Periodicamente, seja em datas comemorativas do seu nascimento, morte ou fundação do INSA, a figura de Ricardo Jorge é lembrada. À data da sua morte, em 1939, tanto a imprensa médica como a mais generalista lhe dedicaram lugar de franco destaque: artigos de homenagem na sua esmagadora maioria, foi amplamente evocado enquanto professor, médico, cientista, crítico literário, ou simplesmente amigo, mas sempre em tom claramente laudatório.

Com o assentar da poeira dos anos, foram surgindo as homenagens póstumas de pendor mais cívico ou académico conforme os autores dos eventos, materializadas em cerimónias e discursos públicos. Da toponímia à pintura, passando pela atribuição do seu nome ao Instituto que presidira em vida, foram várias as formas de homenagem que se acumularam no tempo. Em 1929 é publicado o Decreto nº 16 861, de 11 de maio, que atribui o seu nome ao Instituto Central de Higiene, estabelecimento que desde então se passaria a denominar Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, atualmente sob a designação Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Em 1950 a toponímia lisboeta passaria a contar com uma rua com o seu nome na freguesia de Alvalade: a Rua Ricardo Jorge, o mesmo sucedendo no Porto com a Rua do Doutor Ricardo Jorge, localizada na freguesia de Cedofeita. A 9 de maio de 1946, ano em que completaria 88 anos, o recém-empossado diretor do Instituto Superior de Higiene, Fernando da Silva Correia, reuniu cerca de 60

²⁵ Cf. JORGE, Ricardo – “Geresiana”. *Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº 267 (27 setembro 1886), p. 1.

peessoas com o intuito de organizar um plano de homenagens póstumas que incluiria a reedição de obras, conferências e homenagens a realizar em Lisboa, Porto e Coimbra. Resultaria daqui o *Grupo dos Amigos do Prof. Ricardo Jorge*, que incluía, entre muitos outros, Alfredo Pimenta, Egas Moniz, Reinaldo dos Santos, Augusto de Vasconcelos, Eduardo Coelho, o próprio Fernando da Silva Correia e ainda um dos filhos de Ricardo Jorge: Artur Ricardo Jorge.²⁶

Em 1958 comemoraram-se os 100 anos do nascimento, altura em que se reeditaram algumas das suas obras pelo Instituto de Alta Cultura com o apoio de subsídios estatais ao longo dos 5 anos seguintes. O mesmo sucederia em 1972 com um novo subsídio do Ministério da Educação, que permitiria a reedição dos *Sermões de um leigo*,²⁷ livro que reúne algumas das conferências e discursos mais significativos que proferiu entre 1897 e 1923, incluindo os textos: *Sousa Martins, João Semana, O Médico penitente, A guerra e o pensamento médico, A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro, Maximiano de Lemos, e A propósito de Pasteur*.²⁸

Em 2008 são os 150 anos que permitem agendar nova visita, desta feita com iniciativas do Instituto Ricardo Jorge, que no ano seguinte lhe agregou a comemoração dos 70 anos da sua morte e o 110º da criação da Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública.²⁹

A Faculdade de Medicina do Porto, herdeira das tradições da antiga Escola Médico-Cirúrgica não se furtou a uma dessas cerimónias, ao passo que a Câmara Municipal da Porto lhe rendeu uma homenagem expressa num número especial do seu *Boletim Cultural* em 1941,³⁰ cumprindo um tardio ato de contrição em nome da cidade que o viu nascer e da qual se viu forçada o partir de forma inglória no rescaldo da epidemia de peste de 1899.

A Universidade do Porto não deixou de lhe prestar culto e tributo, particularmente após a sua morte. Escreveram-se e publicaram-se uma quase miríade de pequenos textos, memórias e testemunhos, lembrando desde os episódios mais marcantes às particularidades da sua vida pessoal e científica, ressaltando o lugar como professor, mas também como homem da cultura

²⁶ Cf. CORREIA, Fernando da Silva – “O grupo dos amigos do Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 3 (1946), pp. 232-234 e idem – “O grupo dos amigos do Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 2 (1946), pp. 153-160.

²⁷ O subsídio de 5000 escudos foi entregue ao seu filho Artur. Cf. a missiva do MEN datada de 26/12/1972 em BNP. Esp. E18/Cx. 27. Tanto quanto nos foi possível pesquisar só se reeditou uma obra: *Sermões de um leigo*. 2ª ed. Lisboa: 1972.

²⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *Sermões de um leigo*. 2º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

²⁹ Cf. as Comemorações do 150º aniversário do nascimento de Ricardo Jorge (1858-1939), 15 de dezembro de 2008.

³⁰ Cf. o *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 307-408.

portuense. Esses ecos vão ressoando no tempo presente, bem patentes na nota biográfica que a Universidade do Porto lhe reserva na página web dedicada aos seus mais ilustres e diletos professores e alunos.³¹ A republicação póstuma de vários trabalhos chegou a contou em 1972 com um apoio pecuniário do Ministério de Educação Nacional.

Enquanto mecanismo memorialista, a própria filatelia não deixou de o incluir em duas emissões especiais cronologicamente separadas por 33 longos anos: a primeira em 1966, na emissão intitulada Cientistas Portugueses, e a mais recente em setembro de 1999, sob a designação Vultos da Medicina.³²

Entretanto, as homenagens cronologicamente mais próximas da sua morte foram dando lugar a posteriores e sucessivas análises historiográficas que se têm debruçado sobre aspetos parcelares da vasta herança documental e bibliográfica que deixou.³³ É ainda a vez da História das Ciências se encarregar de o continuar a dissecar e expor; decompondo o personagem nas suas diferentes facetas, deslindando o contexto científico e cultural em que viveu, examinando o legado que persiste.

Em agosto de 1939, quando Alfredo Pimenta escreveu sobre o recém-falecido Ricardo Jorge, apontava: “As memórias, se as escreveu, devem esclarecer milhares de assuntos – tanto no que se refere às pessoas, como no que diz respeito aos acontecimentos.”³⁴ Mas tanto quanto sabemos, nunca as redigiu, pelo que coube (e ainda cabe) aos profissionais da História reconstruir o seu percurso.

1.5 – A História da História: análises historiográficas em redor de Ricardo Jorge

Percorrer a produção historiográfica dedicada a Ricardo Jorge, equivale a realizar uma viagem em redor da mitificação a que foi sujeito depois da sua morte, deambulando pela prosa elogiosa e memorialista dos seus biógrafos até desembocar na historiografia mais recente, certamente mais crítica na abordagem das fontes e mais desapaixonada nos resultados que mostra.

As abundantes narrativas em torno de Ricardo Jorge, sobretudo as dos biógrafos e médicos que lhe foram coevos, ou pelo menos mais próximos em termos cronológicos, não conseguiram fugir do discurso apologético ou

³¹ Cf. Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto. Ricardo Jorge. Disponível em <http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1001233> [Consulta realizada em 21/02/2013].

³² Cf. PITA, João Rui – “Filatelia. Ricardo Jorge e a Farmácia”. *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*. 35 (2000), p. 32.

³³ Cf. as diversas comunicações apresentadas na Conferência Internacional Medicine, Laboratory and Society – Trajetos da História da Medicina e da Saúde Pública em Portugal – em homenagem a Ricardo Jorge (1858-1939). 25-26 de maio de 2009.

³⁴ PIMENTA, Alfredo – “Ricardo Jorge”. *A Voz* (3 de agosto de 1939).

heroicizante do biografado. Apesar da relativa profusão de estudos de história da medicina que versam este personagem na sua plural singularidade, apresentam intencionalmente um perfil claramente laudatório, arredando-se muitas vezes do rigor historiográfico. Daí que muitas destas abordagens sejam de natureza mais memorialista do que histórica, pelo facto de não contarem com as técnicas e métodos do historiador, seja a consulta direta de fontes, a sua contextualização e a determinação do sentido histórico dela resultante. E mesmo em alguns trabalhos mais recentes, nota-se a dificuldade que existe em expurgar o discurso historiográfico do elogio em que é fácil incorrer.

Esta bibliografia secundária consiste em artigos muito pequenos, de poucas páginas (em média, duas), com o propósito expresso de o elogiar. Os exemplos são abundantes, mostrando a propensão dos médicos para manterem viva a memória do seu confrade, uma vez que à exceção de alguns críticos literários, escritores ou amigos pessoais, estes pequenos ensaios foram esmagadoramente redigidos por personalidades do mundo médico. A partir de 1937, mas sobretudo desde 1939 e até meados da década de 60 estes textos foram-se acumulando: Eduardo Coelho (que privou de perto com Ricardo Jorge nos últimos 10 anos de vida deste), Fernando da Silva Correia, José Alberto de Faria, Celestino da Costa, Nicolau de Bettencourt, Almeida Garrett, Egas Moniz, Luís de Pina, Hernâni Monteiro, Mário Sottomayor Cardia, Armando Narciso, Augusto da Silva Travassos, Carlos Santos, Vasconcelos Frazão, António Augusto de Carvalho Dias, João de Araújo Correia, J. Cândido de Oliveira, Jacques Parisot, Reinaldo Santos, Celestino Maia e Maria Olívia Rúber de Meneses, entre outros.³⁵ Estes pequenos textos, muitos deles impressos sob a forma de notas esparsas, não representam um avanço historiográfico significativo no conhecimento da época e da obra de Ricardo Jorge.

No entanto, existem trabalhos de maior fôlego e profundidade analítica saídos da pena dos seus principais biógrafos. Sendo também os mais prolíficos, os médicos Eduardo Coelho e Fernando da Silva Correia escreveram aquelas que ainda continuam a ser as principais obras dedicadas à biografia de Ricardo Jorge. Apenas uma delas se publicou ainda em vida do biografado: *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico seguido da resenha bibliográfica da sua obra* (1929), na qual Eduardo Coelho coligiu pela primeira vez as referências de grande parte da obra publicada. As demais tiveram lugar em 1939 ou foram realizadas pouco depois da sua morte.

Um esforço posterior, ainda mais considerável foi realizado por Fernando da Silva Correia a partir de 1946. Como o próprio afirmou: “Ao tomar posse do cargo de diretor, em 24 de janeiro de 1946, tomei o compromisso, antes de qualquer programa de ação, de prestar culto à alta figura mental e profissional

³⁵ Para uma relação expandida de todos estes textos veja-se o ponto 6.4 – Bibliografia sobre Ricardo Jorge, p. 290.

de Ricardo Jorge.”³⁶ Com uma abordagem ainda marcado pela filosofia do culto dos *grandes homens*, e privilegiando o indivíduo em detrimento mais ou menos discreto das estruturas sociais e políticas que o rodearam, este autor debruçou-se sobre algumas das múltiplas facetas do biografado, publicando variadíssimos trabalhos fragmentários, onde os escritos e o trajeto de Ricardo Jorge são elementos de referência incontornável sempre que a saúde pública aflora como pano de fundo.³⁷ A melhor síntese que legou encontra-se bem caracterizada pelo título: *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge* (1960), que continua a ser até hoje a mais completa e celebrada antologia biográfica de que se dispõe.

Numa linha semelhante, mas aflorando temáticas igualmente circunscritas do universo ricardiano, outros continuaram o mesmo desiderato: Cruz Malpique com *Ricardo Jorge – O escritor* e *Ricardo Jorge – O intelectual* (1958),³⁸ Barahona Fernandes com *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual* (1959) e ainda Eduardo Coelho: *Ricardo Jorge: o médico e o humanista* (1961). Lançando um breve olhar analítico a todas estas obras, importa sublinhar que se fizeram há mais de cinco décadas. Conquanto sejam fontes secundárias valiosas e muitas vezes as únicas passíveis de ser utilizadas, além de não trazerem a marca do historiador e da pesquisa arquivística, sacrificam muito vincadamente a malha contextual tanto a nacional como a internacional. Sendo rasgos biográficos assumidamente segmentários ou claramente temáticos, com maior ou menor interesse científico, praticamente todos eles são espaços de reflexão onde os autores ordenam e ressaltam os aspetos que melhor conhecem do biografado. Apesar disso, a história contextualizada de Ricardo Jorge tem vindo a ser escrita aos poucos, graças aos contributos mais ou menos díspares de diversos autores.

As narrativas convencionais e lineares, propositadamente escoradas nos postulados da genialidade pessoal e na inexorabilidade do progresso foram dando lugar a abordagens menos circunscritas e mais enraizadas na análise do espaço sociopolítico e da espessura temporal que envolveram a vida de Ricardo Jorge.

A comemoração dos 150 anos do seu nascimento em 2008 deu azo a um processo de revisionismo histórico de contornos bem mais próximos do que se espera da moderna historiografia. Passa então a ser analisado e visto

³⁶ CORREIA, Fernando da Silva – “O grupo dos amigos do Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 2 (1946), p. 153.

³⁷ Entre 1924 e 1959, foram pelo menos 27 o número de trabalhos em que se ocupou de Ricardo Jorge. Cf. Essa relação em CORREIA, Fernando da Silva – *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1960, p. [II].

³⁸ Cf. MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge – O escritor”. *O Tripeiro*. Ano XIII. Nº 11 (março de 1958), pp. 335-340; MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge – O intelectual”. *O Tripeiro*. Ano XIII. Nº 12 (abril de 1958), pp. 363-367; MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge - O intelectual”. *O Tripeiro*. Ano XIV. Nº 1 (maio de 1958), pp. 9-12.

primordialmente pelo escopo de historiadores, historiadores da ciência ou médicos-historiadores.

Numa breve análise biográfica, contextualizada do ponto de vista do espaço político do higienismo, da história das ciências biomédicas e das premissas do biopoder *foucaudiano*, Jorge Fernandes Alves traçou um quadro biográfico estruturado, integrando e articulando a figura de Ricardo Jorge no seio da saúde pública portuguesa.³⁹ Poucos anos antes, o mesmo autor deu à estampa a transcrição do relatório que Ricardo Jorge realizou em 1885 sobre o ensino médico no Porto. No prefácio, que bem mais do que um texto de apresentação é um excelente estudo introdutório, o autor traçou e contextualizou as preocupações e os problemas acerca do ensino médico na Escola Médico-Cirúrgica do Porto da segunda metade do século XIX.⁴⁰ Ainda no seguimento das comemorações de 2008, Amélia Ricon Ferraz realizou uma contextualização diferente, com base no ambiente escolar e de progresso em que o nosso biografado viveu, realçando sobretudo o papel que teve no decorrer do episódio pestífero de 1899.⁴¹

O culminar destas comemorações permitiu que viesse a lume um significativo conjunto de contributos de reflexão histórica, a que não continuam a faltar os textos de homenagem, desta feita já sem as antigas premissas heroizantes, mas bebendo ainda dos traços de preito que rodearam uma figura – que há que reconhecê-lo – quanto melhor se conhece, mais sedutora e cativante se torna. Trata-se de *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge* (2010),⁴² editado pelo Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos no rescaldo da Conferência Internacional *Medicine, Laboratory and Society. Trajetos da História da Medicina e da Saúde Pública em Portugal - em homenagem a Ricardo Jorge (1858-1939)*, que tiveram lugar no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge entre 25 e 26 de maio de 2009. Destacam-se as controvérsias científicas, a emergência do higienismo e da microbiologia, aflora a investigação no âmbito laboratorial. A maior novidade desta coletânea de artigos prende-se com, no dizer da recensão de Zulmira Hartz, a existência de um denominador comum que tem como “(...) quadro de referência a apropriação do conhecimento, entrelaçando diferentes continentes e áreas médicas numa mesma matriz ideológica pasteuriana, (...)” e ainda “(...) na reflexão sobre a história da saúde pública, com base

³⁹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes – “Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal – Um Apostolado Sanitário”. *Arquivos de Medicina*. 22 (2/3) (2008), pp. 85-90.

⁴⁰ Cf. ALVES, Jorge Fernandes (org. e prefácio) – *Signo de Hipócrates - O ensino médico no Porto segundo Ricardo Jorge*. Porto: Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia, 2003.

⁴¹ Cf. FERRAZ, Amélia Ricon – “Ricardo de Almeida Jorge – Médico e Humanista Portuense, Higienista Intemporal”. *Arquivos de Medicina*. 22 (2/3) (2008), pp. 91-100.

⁴² Cf. AMARAL, Isabel; CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; BORGES, Victor Machado; DORIA, José Luís (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010.

nos aspetos centrais do legado de Ricardo Jorge: a medicina, o laboratório e a intervenção social.⁴³

Neste caso o mote comemorativo também deu azo a outras reflexões: em tempos de crise, instabilidade e redefinição do Serviço Nacional de Saúde, também se revisita Ricardo Jorge com intuitos que por breves instantes ultrapassam os propósitos comemorativos. É isto que se depreende das palavras de Victor Machado Borges no prólogo dos *Percursos da Saúde Pública*, mostrando até que ponto a escrita da História pode servir princípios programáticos e políticos que ultrapassam a pena do historiador:

“Num tempo em que as grandes personagens se apagam em comissões, conselhos, grupos de trabalho, em que as responsabilidades se diluem e os méritos se desvanecem, estudar a obra daqueles que, associando o pensamento à ação, contribuíram de forma decisiva para aquela que é talvez a maior conquista civilizacional do século XX – o Serviço Nacional de Saúde – é fundamental para inspirar a luta na sua defesa, num tempo em que estranhos aos seus conceitos e às suas vantagens sociais, se comprazem em ataques fáceis e irresponsáveis.”⁴⁴

O habitual pendor historiográfico das obras dedicadas a Ricardo Jorge começa mesmo a apresentar matizes de natureza sociológica, como é o caso da nota introdutória da reedição de *A Peste Bubónica no Porto* (2010; 1ª ed. 1899), onde Bruno Monteiro realiza “uma autópsia social da cidade laboriosa”.⁴⁵

No entanto, é enquanto ator de políticas de saúde pública e interveniente direto em questões sanitárias que o seu pensamento e atuação continuam a ser frequentemente invocados e analisados, como no caso de “*Uma Questão Nacional*” *Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX* (2010)⁴⁶ de Mónica Saavedra, na revisitação do episódio pestífero em *O cerco da peste no Porto. Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899* (2012)⁴⁷ de David

⁴³ HARTZ, Zulmira Maria de Araújo – “Ricardo Jorge e a história da saúde pública em Portugal”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 19. Nº 3 (2012), p. 1101.

⁴⁴ BORGES, Victor Machado – “Prólogo. Um grande Homem do seu tempo, um grande Homem de sempre”. In AMARAL, Isabel; *et al* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010, p. 5.

⁴⁵ Cf. MONTEIRO, Bruno – “Os anos portuenses de Ricardo Jorge. Sociologia de um higienista ‘militante’ (1858-1900)”. In JORGE, Ricardo – *A Peste Bubónica no Porto*. Prefácio de Virgílio Borges Pereira e nota introdutória de Bruno Monteiro. Lisboa: Deriva Editores, 2010, pp. 15-52.

⁴⁶ Cf. SAAVEDRA, Mónica Alexandra de Almeida Monteiro – “*Uma Questão Nacional*” *Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade: Antropologia Social e Cultural. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2010.

⁴⁷ Cf. PONTES, David – *O cerco da peste no Porto. Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

Pontes, na abordagem de Fátima Nunes⁴⁸ sobre a construção de um discurso público médico-sanitário em torno da pandemia de influenza de 1918, ou ainda nos meandros da história da cultura científica: caso da clássica *Liturgia Higienista no século XIX* (1993)⁴⁹ de Ana Leonor Pereira e João Rui Pita.

Colocando de parte os discursos encomiásticos, que julgamos estarem já arredados da investigação histórica científica, estas abordagens mais recentes não deixam de mostrar o prestígio granjeado por Ricardo Jorge. Por outro lado, não é possível tratar com propriedade toda uma série de assuntos da História Contemporânea portuguesa sem fazer uso das fontes diretas e indiretas que nos legou, seja quando se pretende escrever sobre demografia ou bioestatística, higienismo e saúde pública, doenças emergentes ou prevalentes, flagelos sanitários ou políticas sanitárias.

Apesar do valor de todos estes contributos que referimos, sobretudo dos que têm vindo a lume desde 2003, atrevemo-nos a afirmar que se continua a aguardar a monografia integradora que o tema e o personagem impõem, tanto mais que uma visão desapaixonada requer uma abordagem menos laudatória e mais analítica.

⁴⁸ Cf. NUNES, Maria de Fátima – “Ricardo Jorge and the construction of a medical-sanitary public discourse. Portugal and International scientific networks”. In PORRAS GALLO, Maria-Isabel; RYAN, Davies A. – *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-1919 - Perspectives from the Iberian Peninsula and the Americas*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2014, pp. 56-71.

⁴⁹ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), pp. 437-559.

(Página deixada propositadamente em branco)

2 – AS FACES DE JANO: O PLURALISMO DE RICARDO JORGE

2.1 – Microbiologia, higienismo e saúde pública: um discípulo pasteuriano

Em meados do século XIX, a medicina estava longe de ser um serviço público. Não só não dispunha de técnicas eficazes de tratamento e combate às doenças, como as medidas de higiene e prevenção direta eram de natureza quarentenária e isoladora, pouco eficazes nos resultados. Os principais ganhos em saúde obtidos em finais de oitocentos seriam os proporcionados pelo denominado movimento sanitário, que não só modificaram a compreensão dos problemas de saúde geral da população como alargaram a intervenção da medicina e do poder político nos domínios da saúde pública. Nesse movimento congregaram-se várias influências significativas, que iam da estruturação da nova medicina assente nas descobertas da era bacteriológica, passando pela revolução dos cuidados hospitalares e a ação dos reformadores sanitários e sociais. O papel destes orientava-se no sentido do esclarecimento da opinião pública mas sobretudo dos políticos, responsabilizados cada vez mais enquanto promotores diretos de medidas legislativas favorecedoras da melhoria da saúde pública.

A afirmação progressiva da medicina experimental, teorizada e divulgada por Claude Bernard, caminha em paridade com o surgimento na Europa do denominado “Estado Higienista”, ao promover o envolvimento e participação do poder político nas questões da medicina preventiva. Com o objetivo de defender a sociedade, os Estados mostravam-se cada vez mais empenhados e despertos para os problemas da higiene e saúde pública, entendidas como um problema social, reforçando, por conseguinte a influência dos médicos.

Como Ana Leonor Pereira e João Rui Pita demonstraram para o caso português, num país que tem sido ao longo dos tempos um recetor de saber científico, não se pode deixar de valorizar o contexto internacional, bem como os mecanismos de receção e de reprodução das inovações científicas feitas a partir dos países dotados de equipamento e de recursos mais favoráveis à criatividade.⁵⁰ A 2ª metade do século XIX é consensualmente encarada como o

⁵⁰ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Ciências”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 652-667.

período em que a valorização e cientificação da higiene permitiram que esta se tornasse numa ciência de matriz biopolítico, dando corpo a uma “Medicina de Estado” plasmada na codificação legislativa exclusivamente dedicada à saúde pública. Foram vários os pródromos que a antecedem e os fatores que o justificam, entre eles a conversão da saúde num objeto de administração pública e legislação estatais, a prevenção vacínica, o desenvolvimento da química com o seu contributo experimentalista e laboratorial, a revolução pasteuriana, e por fim a bioestatística, esta última entendida como matemática social necessária à gestão do capital humano dos povos.⁵¹

Estes pródromos também foram reinterpretando e reconfigurando a produção legislativa sobre saúde pública ao longo do século XIX - múltipla e variada - tanto nos objetivos quanto nas perspetivas que a nortearam, arregimentada e reorganizada entre sucessivas diplomas e regulamentos, mas sempre com um olhar posto nos fenómenos epidémicos. No caso português, a produção legislativa sobre a saúde pública estendeu-se ao longo de todo o século, mas o cumprimento das medidas sanitárias e de higiene coletiva legalmente impostas acabou por ter quase sempre fraca aceitação e execução pouco eficiente. As doenças infecciosas mantiveram-se em alta incidência e mortalidade em todas as idades. É verdade que apesar de Portugal ainda ter assistido a vários fenómenos epidémicos no decorrer de oitocentos, estes tendiam a perder o habitual alcance nacional, circunscrevendo-se a determinadas regiões. Também é certo que partir da 2.^a metade do século também deixam de se verificar os habituais números de mortalidade catastrófica. Contudo, isso não significa que as crises epidémicas tivessem deixado de existir: na segunda metade de oitocentos e na primeira metade do século XX ainda se sucederam vários episódios, com maior ou menor número de óbitos, mas sempre com uma forte carga emocional.⁵²

Paralelamente, a segunda metade do século XIX assiste à emergência da mentalidade etiopatológica e ao desenvolvimento da medicina social. Pasteur introduz a hipótese do parasitismo como mecanismo patogénico, conduzindo-o a estabelecer o princípio do isolamento como medida preventiva e aprofundando a conceção de imunidade artificial, posta em prática com o carbúnculo e a raiva. Derivando diretamente das descobertas pasteurianas, Lister enriqueceu o arsenal sanitário com a desinfeção pelo ácido fénico. Estes novos elementos estruturantes do saber e poder dos médicos permitiram transformar a higiene pública numa disciplina médico-farmacêutica de pleno direito no quadro das disciplinas do domínio das ciências da saúde. Ainda durante a sua permanência

⁵¹ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), pp. 437-559.

⁵² Sobre as crises epidémicas na 2.^a metade do século XIX, veja-se CORREIA, F. da Silva – “Portugal dans l’histoire de l’hygiène”. *III Congrès International d’Histoire des Sciences. Conférences et Communications*. Lisboa: 1936, p. 362.

no curso da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Ricardo Jorge assistiu ao momento em que a medicina foi tomada de assalto pela revolução pasteuriana.

Fenómeno de inegável progresso que redefiniu diretamente a biologia e a química, com implicações ao nível da medicina e da redefinição dos seus saberes, é importante notar que já nessa altura a higiene pública se encontrava sob a alçada do laboratório desde Max von Pettenkofer.⁵³ Vista sob o prisma “enciclopédico” de Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, sublinhe-se que apesar de ser uma disciplina constante nos currículos médicos, a higiene era uma disciplina muito lata, na qual participavam profissionais com formações científicas diversas, que iam dos médicos aos engenheiros, dos químicos aos veterinários, dos farmacêuticos aos meteorologistas.⁵⁴ Contudo, Pasteur introduz como novidade a vertente etiológica, permitindo à bacteriologia emergir como testemunha direta da influência dos microrganismos no desenvolvimento de toda uma panóplia de doenças de natureza infecciosa. Progressivamente, passou a ser possível identificar toda uma miríade de agentes microbianos causadores de múltiplas doenças, com o que as medidas profiláticas do higienismo se viram não só plenamente legitimadas como reforçadas na sua eficácia potencial. A revolução aberta por Pasteur determinaria novos sucessos: em 1882 Koch descortinava o bacilo causador da tuberculose e em 1884 o vibrião colérico, expondo-se por fim os agentes causais de duas das maiores causas e morte da altura. A higiene, enquadrada sob a alçada do quadro normalizador do ensino médico, passa a munir-se de um instrumento poderoso na redefinição das estratégias de promoção da saúde coletiva.

No entanto, a revolução pasteuriana não se materializou numa mudança imediata nos currículos dos estabelecimentos de ensino médico portugueses. Tanto nos conceitos como na etiopatogenia, a noção de contágio e de infeção estavam ainda muito próximas das teorias dos eflúvios e miasmas. Pouco anos antes de concluir a sua formação médica, a origem miasmática das doenças era assunto corrente, assistindo-se a disputas entre contagionistas e anticontagionistas, isto é, entre aqueles que acreditavam na contagiosidade das doenças pelo contacto com seres humanos, objetos ou água contaminada, e aqueles que viam nos miasmas os vetores de transmissão. Estes conceitos encontravam-se muito presentes no pensamento de professores das escolas médico-cirúrgicas e da Faculdade de Medicina de Coimbra. Nesta última, os textos do lente Bernardino António Gomes exprimiam a prevalência destes conceitos no

⁵³ Max von Pettenkofer (1818-1901): fundador do primeiro Instituto de Higiene, em Munique, em 1875. Considerado como um dos criadores da higiene moderna, no dizer da notícia da sua morte em *A Medicina Contemporânea*, seria mesmo “o mais legítimo fundador da higiene moderna.” Cf. “Pettenkofer”. *A Medicina Contemporânea*. Série 2. Vol. 1. Nº 8 (1901), p. 67.

⁵⁴ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), p. 483.

pensamento médico coevo, poucos anos antes da revolução pasteuriana as começar a tornar obsoletas.⁵⁵

Quando terminava o curso na escola médica, Ricardo Jorge ainda não tivera a oportunidade de observar diretamente, senão em figuras, os seres microscópicos e as bactérias que Pasteur anunciava. A efervescência e novidade da ciência microbiológica abria janelas de conhecimento e novas possibilidades de aprendizagem, mas os défices tecnológicos da escola, expressos pelo uso limitado do microscópio, obstavam a uma aprendizagem prática da histologia, da fisiologia experimental e da bacteriologia.

“A nós, o que nos desesperava, era não vermos os decantados e disputados microrganismos. Quando nos seria dado enxerga-los por um óculo, real e verdadeiramente, em vez de imagens o uso do microscópio era quase desconhecido, ignorávamos *de visu* as bactérias de Pasteur, como ignorávamos as próprias células de Virchow. Pôde tanto esta carência que nos consagrámos avidamente ao aprendizado autodidático da histologia primeiro, da fisiologia experimental depois, e da bacteriologia por fim; (...)”⁵⁶

Apesar da extensa lista de cientistas que seguiram rapidamente as pisadas de Pasteur, tanto as descobertas microbiológicas como a questão da propagação das doenças não tiveram aceitação imediata. Envolvido inicialmente em polémica e visada pelo contraditório, a aceitação generalizada acabaria por se afirmar não só em França como em todo o mundo, não sem antes ultrapassar um período de validação. Portugal também foi palco desse contraditório, num processo de assimilação e aceitação cauteloso que deu azo à dúvida e ao contraditório:

“Advém Pasteur; entra de destruir e de criar; luta dentro do laboratório contra o desconhecido, e luta cá fora contra o conhecido - o misonéismo. Enquanto não ultrapassa os domínios da química bruta, descortinando os agentes das fermentações, ainda o deixam; mal toca temerário na arca do organismo vivo, tentando perscrutar causas e remédios de doenças, os gansos do Capitólio dão voz de alarme. A medicina clássica enfuria-se, rinhe-se rijo no redondel da Academia. Segui com curiosidade ao tempo os episódios da campanha, e recordo-me ainda dos apodos verberados contra o revolucionário das biopatias - ele

⁵⁵ Cf. GOMES, Bernardino António – *Sur la transmissibilité et l'importation de la fièvre jaune, du choléra, et de la peste*. État actuel de la question. 1858. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

⁵⁶ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pasteuriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, pp. 34-35.

nem sequer conhecia a preceito o instrumento que manuseava, ignorando a ótica do microscópio - ele nem conhecia os próprios micróbios com que lidava, a sua mórfica e a sua taxia deviam-se a Cohn. Razões todos as tinham pró e contra, mas a razão convincente e vincente estava do lado do mestre,- que triunfou em toda a linha retumbantemente e teve a dita de gozar em vida do seu triunfo.”⁵⁷

A influência da bacteriologia no jovem Ricardo Jorge foi determinante, não só na modernização do ensino médico, como na sua posterior apologia higienista. Mas se para ele o processo de assimilação dos novos cânones científicos se fez sem sobressaltos, o mesmo não aconteceu em todo o lado. Um pouco à semelhança do processo de “pasteurização” da França, terminologia que Bruno Latour adotou para caracterizar a expansão da bacteriologia no contexto francês,⁵⁸ Portugal também atravessou um período de aceitação do novo paradigma microbiológico. Uma parte importante deste processo prendeu-se com a vulgarização do microscópio, cujo potencial como instrumento de valor clínico era menosprezado e não fazia parte do arsenal diagnóstico.

No caso da escola do Porto, o microscópio era objeto raramente utilizado pelo corpo docente, cabendo a um jovem aluno a divulgação do potencial do instrumento no estudo da fisiologia e histologia. Em 1875, António Plácido realiza uma preleção na *Aliança Académica do Porto* acerca do microscópio, do seu potencial científico e diagnóstico.⁵⁹ A dissertação inaugural de António Plácido em 1879, que por sinal era condiscípulo de Ricardo Jorge, esclarece bem o “desprezo sistemático” a que o corpo médico ainda votava o singular instrumento:

“Os facultativos rurais e a grande maioria dos médicos das cidades e grandes centros, mesmo aqueles que não descaram a constante reforma e a atualização do seu saber, parece que votam convicta indiferença ao microscópio. Esta incúria tão generalizada, que chega a assumir as proporções de um desprezo sistemático, talvez leve ao espírito de muitos a desconfiança no valor positivo do microscópio em assuntos de diagnose. Contra esta desconfiança, tão mal fundada e prejudicial, cumpre-nos agora lutar diretamente acercando-nos bem

⁵⁷ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, pp. 33-34.

⁵⁸ Cf. LATOUR, Bruno – *The Pasteurization of France*. Trad. Alan Sheridan e John Law. Cambridge, London: Harvard University Press, 1988.

⁵⁹ Cf. PLÁCIDO, António – “Micrologia. O microscópio e as suas revelações”. *Revista Científica*. Ano I (1882), pp. 420-435; 460-472.

próximos da matéria e patenteando a grande perda que forçosamente sofrem aqueles práticos que assim procedem”.⁶⁰

Essa adaptação ao paradigma microbiológico teve de ultrapassar vários problemas e resistências: por um lado, o uso ainda raro do microscópio; por outro, o predomínio do método clínico-anatómico na prática diagnóstica, e por fim as implicações profundas que teria na prática cirúrgica. Exigia acima de tudo um sério reajuste no modo de pensar a própria medicina e a maneira como se exercia, o que para muitos médicos obrigaria a repensar a sua prática à luz de uma disciplina que se mostrava absolutamente revolucionária e de difícil compreensão. O ensino médico teria de reformular a abordagem clínica à luz de um mundo invisível e aparentemente infinito. Daí que Ricardo Jorge “Não admire que, mal compreendido ainda o pastorismo como doutrina, à ciência e à técnica dos micróbios se não abrisse logo lugar no ensino. A nova patologia infecciosa desconcertava as inteligências; conheci lentes e médicos de real talento, saber e capacidade que não havia meio de a abrangerem.”⁶¹ Nesta altura, é certo que o conceito da Higiene já se estabelecera como disciplina de valor intrínseco, ultrapassando o ambiente algo hermético das esferas científicas e políticas, mas o valor da bacteriologia ainda não. Seria necessário este contributo para confirmar a importância do Higienismo na condução dos destinos biopolíticos das populações.

Apesar do processo de institucionalização da microbiologia no contexto universitário e científico português ter suscitado resistências e momentos de tensão, – bem visível, entre outros, no processo de criação do Laboratório de Microbiologia na Universidade de Coimbra, o primeiro laboratório bacteriológico fundado em Portugal ⁶² – durante as décadas de 80 e 90 as observações microbiológicas e histológicas foram-se firmando, não só no seio do corpo docente da Universidade, mas também das escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto. Na Universidade de Coimbra seria Augusto Rocha a introduzir em 1882 o ensino da bacteriologia na Faculdade de Medicina: após ultrapassar obstáculos epistemológicos e institucionais, o Gabinete de Microbiologia institucionalizou-se em 1886 mas só passaria a ter instalações próprias em 1890.⁶³ É a partir da década de 80 que os estudos microbiológicos acabaram por se tornar indispensáveis,

⁶⁰ COSTA, António Plácido – *Apontamentos de micrologia médica*. Dissertação inaugural. Porto: Imprensa Comercial, 1879, p. 43.

⁶¹ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugalíia, 1923, p. 35.

⁶² Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Augusto Rocha, introdutor da microbiologia em Portugal”. *In Vivo*. 2. 3 (2001), pp. 43-45.

⁶³ Cf. PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – “A receção da ciência de Pasteur na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1882-1911)”. In AMARAL, Isabel; *et al* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 145-154.

incluindo as análises microbiológicas das águas e dos géneros alimentícios, passando a ser aplicados à resolução de problemas de saúde pública. Em 1881 funda-se o Laboratório de Higiene em Lisboa sob a direção de José Joaquim da Silva Amado com a colaboração de Holtreman do Rego; no Porto surge o Laboratório Municipal dirigido por Ferreira da Silva e ampliado em 1892 com um laboratório de bacteriologia dirigido por Ricardo Jorge, ambos suprimindo as necessidades dos Serviços de Saúde e Higiene.

Acerca de uma década de 80 absolutamente determinante na compreensão e aceitação do paradigma bacteriológico, Ricardo Jorge sublinhou a importância do determinismo político e das estratégias separadas e independentes:

“Ao tempo a microbiologia começava a vagir em estabelecimentos públicos; o professor Amado tentava-a no laboratório municipal de higiene, onde trabalhou contratado o alemão Emmerich; ensaiava-se em Coimbra, e entrava até na orgânica e no programa do instituto de Agronomia, reformado em 1886 pela pena alta dum estadista de vistas de águia e pulso de atleta, Emídio Navarro, tão sabedor e consciente, e como tal prestes atirado à gemonias. Esta contribuição dos médicos veterinários foi deveras proveitosa à bacteriologia nascente e merece louvores.”⁶⁴

Assistiu-se a um período de clara resistência e adaptação, que permitiu a manutenção de medidas quarentenárias tradicionais. Em 1883 o problema em torno dos regimes quarentenários continuava na ordem do dia. Mais ou menos rigorosos, esses regimes eram reanalisados periodicamente com o passar dos anos, se bem que a posição oficial de Portugal se colocava sempre no lugar de “ferrenho apóstolo das quarentenas.”⁶⁵ Contudo, a corrente antiquarentenária ia ganhando novos adeptos, inspirada nos paradigmas científicos da bacteriologia, defendendo-se “a necessidade de se reforçar com providências de outra ordem [leiam-se: medidas de higiene e salubridade coletiva] as medidas quarentenárias.”⁶⁶ Enquanto a validade das teorias de Pasteur e Koch ainda não tinham firmado cátedra e com elas as novas medidas de higiene coletiva e saúde pública, na dúvida, adotavam-se os habituais instrumentos profiláticos. Ainda em 1884, aquando da defesa sanitária do país contra a ameaça da epidemia de cólera que grassava em Espanha, as medidas adotadas pela Junta de Saúde Pública não se basearam no novo saber médico, mas sim na influência de discursos como o de Lourenço Azevedo, lente catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra que se tornará vogal efetivo da Junta Consultiva da Saúde Pública em 1885.

⁶⁴ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugalíia, 1923, p. 43.

⁶⁵ [s.a.] – [O cólera e as quarentenas]. *A Medicina Contemporânea*. Ano 1. Nº 27 (1883), p. 214.

⁶⁶ [s.a.] – [O cólera e as quarentenas]. *A Medicina Contemporânea*. Ano 1. Nº 27 (1883), p. 214.

Apesar de reconhecer a validade dos trabalhos e as teorias microbianas de Pasteur e de Koch, Lourenço Azevedo não acreditava na existência do agente microbiano causador da doença. O texto de 39 páginas que publica em julho de 1884 sobre a cólera, impresso em português e francês, adquire uma certa circulação junto do público e dos poderes públicos, formatando a futura aceitação do cordão sanitário pela população e influenciando a planificação da Junta de Saúde Pública.⁶⁷ Baseando-se na sua experiência como clínico no hospital de coléricos de Coimbra em 1859, também não acreditava na hipótese da sua transmissão humana, sublinhando a sua origem miasmática e apontando que “Os alimentos, as bebidas e sobretudo a água, a atmosfera, as roupas, e outros objetos, podem ser os condutores da causa morbífica. Os objetos embalados ou encaixotados podem mais facilmente ser os veículos da transmissão a grandes distâncias.”⁶⁸ Foi com base neste tipo de argumentos que a defesa sanitária do país assentou nos tradicionais cordões sanitários. Durante dois anos a fronteira foi alvo de um cordão sanitário, adjuvado por lazaretos nos postos fronteiriços (Marvão, Elvas, Vilar Formoso, Valença, Vila Real de Santo António) onde seriam internados e sujeitos a quarentena os infetados ou suspeitos, e a introdução de passaportes sanitários, com o que se julgava estar assegurada a defesa sanitária.⁶⁹

Em 1886 já se admitia a origem microbiana de várias doenças, entre elas a cólera, se bem que se acolhia ainda a ideia que a transmissão se realizava de indivíduo para indivíduo.⁷⁰ No entanto, as dúvidas continuavam a imperar, levando a grandes discussões nos areópagos científicos lusitanos, sobretudo na SCML. Seriam os cordões sanitários essenciais para prevenir a invasão da cólera ou bastariam as medidas de desinfecção propostas pela corrente dos defensores das medidas de higiene pessoal e higienização coletiva dos aglomerados populacionais? Seria prudente permitir o tráfego internacional de

⁶⁷ Cf. AZEVEDO, Lourenço d’Almeida – *A cólera-morbus. Sua profilaxia e tratamento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884 e idem – *Le choléra-morbus. Sa prophylaxie et son traitement*. Coimbre: à l’Imprimerie de l’Université, 1884 e ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de – “Dr. Lourenço d’Almeida e Azevedo (Notas bio-bibliographicas)”. *O Instituto: jornal científico e literário*. Vol. XXXVIII (1890-1891), pp. 903-909.

⁶⁸ AZEVEDO, Lourenço d’Almeida – “Le choléra-morbus. Notions abrégées sur l’origine, la genèse et la transmissibilité de la maladie...”. *O Instituto: jornal científico e literário*. Vol. XXXVIII (1890-1891), p. 916. (Tradução nossa).

⁶⁹ Sobre o cordão sanitário veja-se BELÉM, A. M. da Cunha; ENES, Guilherme José – *Os lazaretos terrestres de fronteira nos anos de 1884 e 1885. Relatório a sua ex^a o Ministro do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

⁷⁰ Cf. BOMBARDA, Miguel – “Instruções populares sobre a natureza do cólera morbus e sobre precauções individuais a por em prática em tempo de epidemias, apresentado à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa por uma comissão composta por [...]”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 20 (1886), pp. 163-166.

pessoas e mercadorias ou adotar medidas quarentenárias restritivas?⁷¹ Numa das sessões da *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* em 1886, Silva Amado diria acerca da coartação imposta pelos cordões sanitários que “Quanto mais tirânico não é o que se fez de liberdades individuais nos cordões sanitários?”⁷² Mantiveram-se acesas discussões nessa sociedade entre março e julho de 1886 em torno da validade da teoria patogénica de Koch no caso da cólera, ou então mais tarde, no debate em redor de Pasteur e da raiva. Feito na sequência da elaboração de um relatório contendo instruções de profilaxia contra a cólera, este debate opôs dois blocos antagónicos: enquanto Miguel Bombarda e Sousa Martins defenderam a teoria de Koch, outros se lhe opuseram, como Silva Jones e Silva Amado, entre outros.

No entanto, a revolução pasteuriana espoletou grande interesse junto da elite médica. A viagem de José António Serrano ao laboratório de Pasteur em 1886 revela a importância de que se revestia a emergência da bacteriologia e da medicina de feição laboratorial.⁷³ Firmado o valor da microbiologia em França, a criação em 1887 do Instituto Pasteur de Paris dedicado à vacinação antirrábica acabaria por levar o governo português a ouvir as escolas médicas acerca da criação de um estabelecimento com incumbências semelhantes em Lisboa, em consonância com o que já tinha sido solicitado por Miguel Bombarda, Sousa Martins e Eduardo Burnay. Enquanto relator do parecer do Conselho escolar da EMCP acerca da fundação do estabelecimento em Lisboa para a vacinação antirrábica, Ricardo Jorge não só louvou a iniciativa como sugeriu que esse instituto fosse elevado à categoria de centro de estudo e ensino de bacteriologia, apontando a escassez dos laboratórios existentes e os défices na formação em matéria de bacteriologia. Em Lisboa, o relatório enviado pelo conselho da EMCL seria lavrado por Miguel Bombarda.⁷⁴

Pródromo do debate que se seguiria nesse ano aquando da proposta de Miguel Bombarda para criar um Instituto Bacteriológico em Lisboa, o relatório que apresentou não teve aprovação imediata na Sociedade das Ciências Médicas ao contrário do que sucedera na Escola Médico-Cirúrgica. A *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* foi o palco de uma polémica entre os defensores e os detratores da validade das teorias microbianas de Pasteur e da utilidade

⁷¹ Cf. [s.a] – “Devem estabelecer-se cordões sanitários na fronteira do Porto, para se evitar a invasão da cólera?”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4 (1886), pp. 187-194, 199-207, 212-216, 220-224, 229-230, 233-235, 237-240, 244-247, 249-250, 251-254.

⁷² [s.a] – “Cordões sanitários”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 30 (1886), p. 252

⁷³ Cf. SERRANO, J. A. – “Uma visita ao laboratório de Pasteur”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 13 (1886), pp. 106-109.

⁷⁴ Cf. BOMBARDA, Miguel – “A vacina da raiva. Extrato do relatório apresentado ao conselho da Escola médico-cirúrgica de Lisboa, pelo prof. Miguel Bombarda”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 5. Nº 14 (1887), pp. 105-108; Ano 5. Nº 15 (1887), pp. 113-116; Ano 5. Nº 17 (1887), pp. 129-132.

da vacina antirrábica, mostrando até que ponto a aceitação da revolução pasteuriana não se fez de forma linear e imediata. Sujeita ao contraditório e ao ceticismo, de um lado encontravam-se Eduardo de Abreu e Silva Carvalho, para quem a legitimidade do trabalho de Pasteur era posta em causa, ao passo que Sousa Martins, Eduardo Burnay e Miguel Bombarda se alinhavam em defesa do sábio francês, perfilando-se entre os principais adeptos e dinamizadores das descobertas pasteurianas. A polémica durou cerca de meio ano, entre janeiro e agosto, de acordo com os ecos dos artigos publicados na *Medicina Contemporânea*. No rescaldo da aplicação da vacina antirrábica por Louis Pasteur, Eduardo de Abreu fora enviado a França na qualidade de emissário do Governo para seguir e avaliar os trabalhos de vacinação, tendo elaborado um relatório de que se publicou um extrato. Nesse extrato, o relator punha em causa não só a validade dos resultados obtidos, mas também a metodologia e os êxitos profiláticos no combate à raiva. Considerando a vacinação antirrábica ineficaz e ilusória, afirmava sem qualquer reboço que “Na minha opinião, o sr. Pasteur não cura a raiva. E enquanto à tão apregoada eliminação da raiva, tenho a dizer que longe dela tender a desaparecer, está pelo contrário aumentando numa proporção verdadeiramente assustadora.”⁷⁵

As críticas iam da ausência de experimentação animal à credibilidade e metodologia, passando pela inexistência de uma clara identificação clínica de todos os casos suspeitos de raiva entretanto tratados pela via vacinal. Alegava ainda outros aspetos alheios ao processo científico, como foram as menções ao próprio estado físico de um Pasteur que exibia os sinais e sequelas evidentes de um acidente vascular cerebral, e que o poderia ter deixado mentalmente diminuído. O facto de Pasteur também não ser médico não é dito de forma clara, mas de forma subliminar, o que aliado à defesa e divulgação dos êxitos de Pasteur pelos periódicos católicos (e em especial, jesuítas) pode explicar em certa medida a aversão de Eduardo Abreu à vacina antirrábica, apesar de apontar que “admira e venera muito Pasteur e os seus trabalhos”.⁷⁶ A opinião de Eduardo de Abreu foi secundada por Silva Carvalho mas fortemente contestada por Sousa Martins, Eduardo Burnay e Miguel Bombarda. Este último, aproveitando o seu lugar como redator na *Medicina Contemporânea*, fez uso do já prestigiado periódico científico para publicar excertos do relatório que apresentou ao Conselho da EMCL sobre a vacina da raiva, mas também as atas das sessões da Sociedade das Ciências Médicas onde o debate se prolongou até agosto. Mais do que um debate, a questão assumiu foros de discussão áspera e contundente, com direito a tiradas plenas de ironia. Eduardo de Abreu opunha as suas próprias experiências às de Pasteur, se bem que reconhecendo-lhes menor

⁷⁵ ABREU, Eduardo – “A raiva (Extrato do relatório apresentado ao governo)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 5. Nº 3 (1887), p. 17.

⁷⁶ “Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Atas das sessões de 14 de maio”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 5. Nº 19 (1887), p. 162.

dimensão, ao que Miguel Bombarda não deixou de apontar que “como experimentador pouco vale”⁷⁷, denegrindo a legitimidade do trabalho que apresentou.

Apesar de Eduardo de Abreu criticar a posição e Miguel Bombarda pelo facto de este não ter realizado qualquer ensaio científico e baseado o seu discurso somente nos trabalhos publicados, os que se opunham ao método de Pasteur acabaram por não reunir senão pouco mais de um terço dos votos. Sousa Martins e Eduardo Burnay fizeram pender a balança a favor dos discípulos pasteurianos. No novo contexto de legitimação laboratorial, a cauterização e a lavagem das mordeduras, técnicas tradicionais que se contrapunham ao novo método vacinal, deixavam de ter a importância de outrora. Enquanto não se firmava completamente, o novo paradigma microbiológico encontrava em Portugal os seus primeiros defensores e alguns detratores. Um novo escol médico prodigalizava e dinamizava a obra de Pasteur, cujas inovações aplicadas à higiene permitiriam melhorar radicalmente as condições de higiene das populações.

Desta polémica em torno do valor da vacinação antirrábica, Ricardo Jorge recordaria que se disputava “feito e forte (...) Sousa Martins pró, e Eduardo Abreu contra, batem-se à mão tente.”⁷⁸ No rescaldo do acontecimento, Sousa Martins, Miguel Bombarda e Eduardo Burnay, subscreveram em 1889 uma petição ao governo, solicitando a instauração dum Instituto antirrábico em Lisboa, sob sua direção gratuita.⁷⁹ No parecer apresentado pela escola do Porto, Ricardo Jorge congratulava-se com a proposta, vendo nela mais uma oportunidade de promoção da ciência de cariz laboratorial: “Industriem-se onde devem; mandem-se educar nos laboratórios estranhos, entre essa viagem instrutiva nas despesas da instalação (...) acabe-se com a miséria dos nossos laboratórios e gabinetes (...)”⁸⁰

Apesar dos pareceres favoráveis dos Conselhos das escolas médicas de Lisboa e Porto, cujos relatórios foram lavrados, respetivamente por Bettencourt Raposo e Ricardo Jorge, o projeto não vingou no imediato. Mas a ideia não morreu, de tal forma que em 1892 surgiria o Instituto Bacteriológico de Lisboa em instalações anexas ao hospital de São José, desta feita no rescaldo de mais um surto de febre tifoide, mostrando que o poder político apenas investia em mecanismos duradouros de promoção da saúde pública nos períodos de maior risco sanitário.

Seria com os fortes contributos de médicos como Miguel Bombarda, que a bacteriologia encontraria um lugar próprio e legitimado no seio dos saberes

⁷⁷ “Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Atas das sessões de 2 e 7 de julho de 1887”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 5. Nº 30 (1887), p. 235.

⁷⁸ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, pp. 37-38.

⁷⁹ COSTA, Alfredo da – “O relatório do Sr. Burnay sobre a fundação de um instituto antirrábico pelo método pasteuriano”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 7 (1889), pp. 51-53, 73-75.

⁸⁰ JORGE, Ricardo – “Parecer apresentado ao Conselho da Escola do Porto, sobre o relatório do delegado de saúde de Lisboa”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 7. Nº 15 (1889), p. 115.

médicos, o que por sua vez permitiria ao higienismo estabelecer-se sobre a solidez do pilar microbiológico, justificando medidas e procedimentos sanitários em contexto de controlo de algumas doenças ou surtos epidémicos.

Tal como parte substancial da elite médica, também Ricardo Jorge não se escusou de ver no químico francês a pedra basilar da medicina moderna e da higiene pública, à qual “Pasteur dera corpo e alma (...), forjando as armas da profilaxia anti-infeciosa.”⁸¹ Enfileirou claramente pelos cultores da nova batuta de sabor pasteuriano, acabando por ter na propaganda higienista o instrumento mais visível do seu alinhamento. Ele próprio foi o vetor dessa propaganda em vários momentos, antes mesmo desta polémica de 1887, logo a partir das famosas palestras de 1884. Recordando a excitação em torno do advento da microbiologia no Laboratório Municipal do Porto, Almeida Garrett recordaria o local do “(...) laboratório organizado por Ricardo para as pesquisas bacteriológicas, que deviam acender nele clarões de entusiasmo, decerto emocionantes, nessa era de sol nascente da microbiologia, promotor de magníficos triunfos sobre a doença e a morte.”⁸²

Consciente do atraso da escola médica portuense na formação dos alunos e até da própria sensibilidade de uma parte do corpo docente para a era pasteuriana, Ricardo Jorge fez parte de um corpo médico que inseriu em Portugal os ventos da teoria pasteuriana e, paralelamente, da microscopia histológica.

Cinco anos volvidos sobre a polémica na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, em 1892 a teoria microbiana fazia cátedra no corpo docente da escola médica do Porto, sendo já evidente que a falta de investimento em medidas de assepsia e antisepsia não passava ao lado dos próprios alunos. Nesse mesmo ano, o discurso de António Pimenta corporizava o peso de um saber que já era visto como inquestionável: “Diante da consagração prática das doutrinas microbianas, que sem dúvida alguma são a base de todo o progresso da cirurgia moderna, é lastimável dizer-se que os serviços clínicos da nossa escola, no Hospital de Santo António, não possuem uma sala própria para operações! E só podemos atribuir isto à incúria ou má interpretação das administrações do hospital.”⁸³ Por outro lado, a participação de professores das escolas médicas ou da Faculdade de Medicina de Coimbra nos congressos e eventos internacionais dedicados à temática higienista desempenharam um papel que não se pode negligenciar na aceitação das doutrinas higienistas. Testemunham a vitalidade e recetividade

⁸¹ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pasteuriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, p. 51.

⁸² GARRET, António de Almeida – “Ricardo Jorge, higienista”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), p. 372.

⁸³ PIMENTA, António Coutinho de Araújo – *Assepsia e Antisepsia em Cirurgia*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1892, p. 70.

dessa disciplina no contexto científico português. Às conferências sanitárias internacionais de 1866 e 1874, onde participam, respetivamente, Bernardino António Gomes e Sousa Martins, juntavam-se na transição finissecular o *Congresso de Higiene e de Demografia de Londres* (1891)⁸⁴ e o *Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Budapeste* (1894).⁸⁵ Os relatórios da participação portuguesa expressam o dinamismo assumido pela Higiene como disciplina médica de franco impacto social. Tudo o que obstasse de alguma forma à cabal aplicação dos princípios ou armas da Higiene passava a ser mal visto e alvo de reprovação.⁸⁶

Pasteur torna-se numa figura heróica. A 1 de agosto de 1897, sob a presidência do conselheiro Venceslau de Lima, presidente do município portuense, reuniu-se a comissão dedicada à ereção de um monumento em bronze a Pasteur, da qual faziam parte personalidades dedicadas ao universo da química e da medicina portuense: Ferreira da Silva (secretário), Ricardo Jorge, Maximiano de Lemos, Clemente Pinto e Domingos José Salgado. A subscrição atingia nessa altura os 300\$000 réis.⁸⁷ A breve trecho, também Portugal teria o seu primeiro “mártir” da nova ciência, quando Câmara Pestana morre no decorrer do combate à peste no Porto em 1899. Dele diria Ricardo Jorge: “Câmara Pestana é o apóstolo e mártir da nova fé em terras portuguesas; e o seu nome é o maior pregão de humanitarismo, de cientismo e de civismo que podemos dar hoje ao mundo.”⁸⁸

Na mente e no discurso científico de finais do século XIX e início do século XX, como seja o caso de Ricardo Jorge, Câmara Pestana, Miguel Bombarda ou Augusto Rocha, apenas para citar alguns dos que mais se destacaram, existia um certo sentido de expectativa no progresso inexorável da medicina inaugurada pela revolução pasteuriana, fruto lógico de uma fé aparentemente inabalável na bacteriologia e na possibilidade real de se evitarem os fenómenos epidémicos e no desenvolvimento de vacinas capazes de eliminar o risco de contrair as doenças infecciosas, caso houvesse um forte investimento em mecanismos de proteção da saúde pública.

Os novos modelos etiológicos e a bacteriologia deram força às recomendações e propostas dos higienistas, beneficiando reivindicações e propostas

⁸⁴ Cf. ROCHA, Augusto – “Portugal no Congresso de Higiene e Demografia de Londres”. *Coimbra Médica*. Vol. 11. Nº 17 (1891), pp. 253-255.

⁸⁵ Cf. JÚNIOR, João Lopes da Silva Martins – *O Congresso Internacional de Higiene e Demografia em Budapeste. Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897. Martins Júnior era lente substituto da Escola Médico-Cirúrgica do Porto desde 1895.

⁸⁶ Cf. [s.a] – “A profilaxia da raiva e os seus empecilhos”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 13 (1895), pp. 196-198.

⁸⁷ Cf. *O Tripeiro*. Va série. Ano III (agosto 1947), p. 91.

⁸⁸ JORGE, Ricardo – “Doutor Luís da Câmara Pestana. 15 de novembro de 1899”. *O Dia*. Ano 1º. Nº 220 (15 de novembro de 1900), p. 2.

como as de Ricardo Jorge. Chegados ao dealbar do século XX, todos os estabelecimentos de ensino médico, fosse no Porto, em Coimbra ou Lisboa, dispunham dos seus laboratórios dedicados à bacteriologia. Mesmo assim, os estabelecimentos de ensino médico ainda demoraram a dedicar-lhe cadeiras próprias e independentes. No caso da Faculdade de Medicina de Coimbra a introdução da disciplina de “Bacteriologia e Parasitologia” só teria lugar em 1911, aquando da reforma republicana dos estudos médicos.⁸⁹ No entanto, na visão de Ricardo Jorge a higiene científica dava um sentido plenamente social à medicina. Pugnando pelo cumprimento do ideal de bem-estar físico e moral do indivíduo e do todo social, as inovações científicas da era bacteriológica em que a higiene se alicerçava davam azo a um otimismo e a sua autorrepresentação enquanto *religião do futuro*.

A presença de Ricardo Jorge em Lisboa a partir de 1899 foi o suficiente para que a Escola Médico-Cirúrgica da capital introduzisse a Higiene como disciplina autónoma a partir desse ano letivo. Até aí, existia integrada na cadeira de Medicina Legal e Higiene Pública. Corolário da influência de Pasteur na reconfiguração da medicina e da higiene, não é de estranhar que em junho de 1923 se deslocasse com Aníbal Bettencourt à Sorbonne para participar no centenário pastorian. Ainda no mesmo mês, também pôde assistir à inauguração do monumento dedicado a Pasteur na praça da universidade em Estrasburgo.

Cronologicamente inserido numa janela temporal que inclui outros tantos “Apóstolos” da ciência, o “Evangelho” de Ricardo Jorge materializava-se na força discursiva e apologética da cartilha do higienismo. E se, como aponta José Pedro Sousa Dias: “Não devemos estranhar, portanto, que as ciências biomédicas tenham tido em Portugal um Pai, Bombarda, um Filho, Câmara Pestana, que deu a vida pela ciência, um Espírito Santo, Sousa Martins, a crer pelo culto que lhe é atualmente movido e um Papa, Marck Athias, que lhe estruturou a escola.”,⁹⁰ não podemos deixar de ressaltar que Ricardo Jorge não destoou destes outros atores, no sentido em que também ele corporizou a mudança e a promoção da ciência médica e do higienismo como elementos renovadores e normalizadores da sociedade moderna, partilhando os mesmos caminhos de efervescência científica que todos eles viveram.

⁸⁹ Cf. PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – “A receção da ciência de Pasteur na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1882-1911)”. In AMARAL, Isabel; *et al* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 145-154.

⁹⁰ DIAS, José Pedro Sousa – “Da Cólera à Raiva. O materialismo e a introdução da investigação biomédica em Lisboa”. In CORREIA, C. P.; DIAS, J. P. S. – *Assim na Terra como no Céu. Ciência, Religião e estruturação do Pensamento ocidental*. Lisboa: Relógio d’Água, 2003, p. 448.

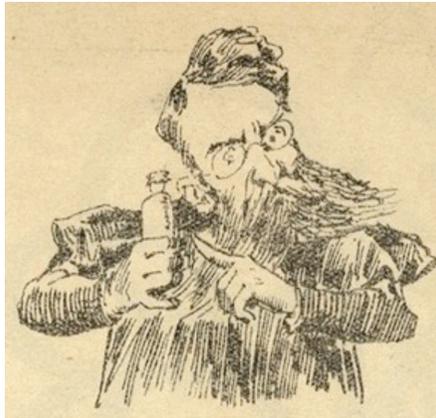


Figura 1 – Caricatura de Ricardo Jorge. Fonte: *A Paródia*. Ano I. Nº 9 (14 de março de 1900), p. 66.

2.2 – História da medicina e exercícios de retrodiagnose

Atualmente, a história da medicina, da saúde e das doenças, assentam cada vez mais na produção historiográfica de profissionais não-médicos, detendo sensibilidades muito diversas e tendo na base do seu trabalho a metodologia própria das ciências sociais e humanas. Entre os protagonistas desta realidade contam-se sobretudo os historiadores de profissão e outros cientistas dos fenómenos sociais, de tal forma que os receios de se produzir uma “história da medicina sem medicina”⁹¹ chegaram a causar alguma agitação em meios mais tradicionais, habituados a uma história da medicina de pendor iatrocêntrico, ou, para simplificar, claramente voltada para a figura tutelar e polarizadora dos médicos no universo da saúde.

E se é verdade que os contributos dos profissionais da História serviram para trazer um enriquecimento considerável ao apontar novas perspetivas sobre velhos problemas, tanto em termos conceptuais como metodológicos, a verdade é que foi o olhar reflexivo dos médicos sobre o seu próprio percurso ao longo do tempo que abriu as portas à criação da história da medicina, em particular na segunda metade do século XIX. Consentâneos com uma visão inaugurada com o positivismo *comtiano*, o que lhes importava era tentarem encontrar nos indícios do passado a prefiguração do presente enquanto ponto de chegada, analisando o processo histórico como o caminho inexorável na senda do progresso. Nos estudos que dedicou à história da medicina, Ricardo Jorge não foge destas premissas.

⁹¹ Cf. WILSON, L. G. – “Medical history without medicine”. *J. Hist. Med.* 35. 1 (1980), pp. 5-7; NULAND, S. B. – “Doctors and historians”. *J. Hist. Med.* 43. 2 (1988), pp. 137-40.

Seria fastidioso enumerar todos os nomes dos médicos que nessa altura dedicaram grande parte do seu tempo (e em alguns casos, da própria vida) a “desenterrar” personagens, práticas, doutrinas e acontecimentos; contudo, entre os mais conhecidos e que mais e melhor obra deixaram contam-se Maximiano Lemos e o próprio Ricardo Jorge, seu contemporâneo, para quem a adequada crítica de fontes se revelou fundamental na solidez do trabalho publicado.

Claramente influenciado pelo seu colega da Escola Médico-Cirúrgica, a intensa troca de correspondência entre ambos atesta não só a amizade pessoal com o seu “camarada dilectíssimo”⁹² mas também a regular troca de informação, dados, documentos e opiniões em torno de variadíssimos aspetos relativos à história da medicina. A confirmá-lo estão as cerca de 300 missivas trocadas entre ambos e que ainda se conservam.⁹³ Por si só, a análise desse *corpus* documental constituído por centenas de cartas permite compreender melhor até que ponto muitos dos trabalhos que ambos realizaram separadamente não terão resultado de uma sinergia até agora não estudada. A própria escola médica portuense albergava nessa altura um grupo de médicos-historiadores: Aires de Gouveia, José Carlos Lopes e Pedro Dias, que também deixariam obra dedicada à história da medicina.

No entanto, por maior que possa ter sido o apoio e sugestões que tenha tido do amigo Maximiano Lemos, a investigação histórica de Ricardo Jorge seguiu objetivos operativos próprios e autónomos, longe da mera escavação de erudições, e que não se podem desligar do papel esclarecedor da História para a própria epidemiologia. Só assim se compreende que se tenha abalçado em primeiro lugar na demografia histórica, na busca dos personagens que antecederam o higienismo científico, entremeados com pontuais exercícios de retrodiagnose.

Mas talvez o primeiro aspeto que ressalta da análise da sua bibliografia de pendor historiográfico seja um certo gosto que desde cedo manifestou pelo culto dos grandes homens, movimento com raízes no século XVIII mas que ganhara novo folego em Portugal nos finais do século XIX. É certo que sofreu a influência dos fortes ecos que tiveram as comemorações do tricentenário de Camões (1880)⁹⁴ e do centenário do Marquês de Pombal (1882), não sendo por acaso que em 1882 escreveu dois ensaios na *Revista Científica* que fundara recentemente: *Os grandes Homens e as Comemorações Cívicas – Centenário do Marquês de Pombal* e ainda *Luís de Verney – Centenário do Marquês de*

⁹² Cf. o prefácio em JORGE, Ricardo – *Camilo e António Aires. Seguindo do poema “As Comendas”*. 1.º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, [n.p].

⁹³ Cf. as 274 cartas que Ricardo Jorge lhe enviou e as 19 que recebeu em BNP. Esp. E18/Cx. 22.

⁹⁴ “Dos textos consagrados, o que me deixou rasto mais saudoso foram os *Lustadas*, cuja leitura era de rigor, em edição inteira (...)”, in JORGE, Ricardo – “O abcê e a escola velha (recordações)”. In PORTUGAL. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Homenagem à memória do Professor Ricardo Jorge. Número especial do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1941, p. 313.

*Pombal*⁹⁵. Escritos num ambiente anticlerical e antijesuítico, permeado pelo republicanismo emergente e pela modernidade científica, estes textos sobre Pombal ajudam-nos a definir as suas tendências intelectuais e posições políticas. Para Ricardo Jorge, estas “comunhões patrióticas” serviam para ilustrar momentos de crise e rutura evolutiva nas ideias e políticas que regiam a sociedades. Este e outros “grandes homens” são na sua perspetiva um sinal de modernidade e rutura, sendo-lhe por isso mesmo apelativos na simbologia que congregam. Estes “grandes homens” seriam, pois, os agentes materializadores de mudanças coletivas, “(...) os dispensadores da força acumulada n’um longo período de tentativas e de esforços; dão a forma precisa e a realização potente aos ideais vagos, desconexos e até inconscientes dos espíritos comuns.”⁹⁶ Mas para além disso, era na análise dos projetos e reformas destes políticos e pensadores de outros tempos que encontrava os argumentos daqueles que encetaram ou propuseram reformas do ensino paradigmáticas, servindo-lhe como referências sempre que pretendia expor a necessidade de reformar o ensino sob o prisma da moderna pedagogia. Com alguma mágoa, reconhecia a incongruência dos políticos: “Ia-me esquecendo que em Portugal, já nem há Verneys, nem Pombais, e que os nossos políticos têm mão tão sábia que há uns poucos de anos fazem e desfazem reformas de instrução secundária; não sabem o que querem, ou não querem que se saiba.”⁹⁷

Este culto dos grandes homens encontra-se igualmente patente na tradução que realizou em 1886 de os *Heróis do Trabalho* de Gaston Tissander, acrescentado com a notícia e exemplos de varões ilustres de Portugal e Brasil.⁹⁸ Num elogio póstumo à memória de Sousa Martins ressalta novamente o culto dos grandes homens, bem visível em algumas passagens do texto, onde expõe e justifica o seu pensamento:

“A imortalidade não é apenas a relíquia do valor pessoal do extinto; sem o culto póstumo, sem o fervor dos adeptos, não há peanha que a carcoma do tempo não derrube prestes. (...) Vivemos dos que foram, dos que polarizaram a nossa existência com a sua orientação poderosa. E sem nebulas tanatológicas

⁹⁵ Cf. JORGE, Ricardo – “Introdução da filosofia científica em Portugal. Luiz de Verney e a Reforma Pombalina – Centenário do Marquês de Pombal”. *Revista Científica*. Ano I (1882), pp. 221-238 e idem – “Os grandes Homens e as Comemorações Cívicas – Centenário do Marquês de Pombal”. *Revista Científica*. Ano I. N° 6 (junho de 1882), pp. 323-328.

⁹⁶ JORGE, Ricardo – *Os grandes homens e as comemorações cívicas.*, in *Ensaios científicos e críticos*. Porto: Tip. Ocidental, 1886, p. 97.

⁹⁷ JORGE, Ricardo – “Luiz de Verney”. In JORGE, Ricardo – *Ensaios científicos e críticos*. Porto: Tip. Ocidental, 1886, p. 88.

⁹⁸ Cf. TISSANDER, Gaston – *Os heróis do trabalho. Obra vertida livremente e consideravelmente aumentada com notícias e exemplos de varões ilustres de Portugal e do Brasil, pelo professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto Ricardo Jorge*. Porto: Livraria Moderna de Alcino Aranha & C.ª, 1886.

e metempsicoses subtis, o meu pensamento está em bem pouco; é que os mortos nos pagam as lágrimas e as lembranças, nos compensam os esforços para resgatar-lhes a perpetuidade.”⁹⁹

Este espectro dos grandes homens, encarados como figuras providenciais e pseudomessiânicas ecoaria ao longo de toda a vida, tal como se pode depreender das impressões que colheu de Mussolini na década de 20. Quando viajou por Itália em 1923, teve contacto direto com um país moldado sob a visão política do fascismo. Tendo-o visto discursar num concorrido comício em Florença, não se furtou a mostrar entusiasmo pelo “(...) ecoar impressivamente o tumultuar dos camisas negras, o explodir do ésto e do verbo do Duce, o fusilar da ardência patriótica ao choque do profeta do redentorismo italiano – rebento pujante da linha ancestral dos condotieros e hipostase do príncipe de Machiavello.”¹⁰⁰ Filho de um ferreiro, tal como Ricardo Jorge, via em Mussolini um homem “(...) que começou por ser um humilde cabouqueiro, chamado pelo valor revelado a reger um grande país, conquistando a realeza, o povo e até o papado.”¹⁰¹ Esta experiência política fascista mereceu-lhe uma mirada atenta e reflexiva, mas parece que terá ficado mais impressionado com a materialização hospitalar e institucional da obra de saúde pública do governo italiano:

“A partir de Genova, pela Riviera além, o olhar do higienista paira gratamente no rosário de sanatórios, hospícios e instalações de saúde e cura de toda a ordem para padecentes e frágeis de todas as idades e classes, brotados ao abrigo da amenidade do clima. Mostruário numeroso da sociotecnia resgatadora dos males físicos, testemunha a vasta compreensão que tem o Estado mussoliniano do bem geral e da salvaguarda coletiva. Essa a mais excelsa grandeza do homem público, pastor dos povos, essa a que levará mais longe o seu nome do que a monumental estação de Milão há pouco inaugurada, onde flameja orgulhosa a marca do Duce, construção ciclópica admiranda, duma magnificência esmagadora a emparelhar com os palácios e os templos faraónicos.”¹⁰²

O gosto pela História e seus grandes personagens levaram-no inclusive a adotar esporadicamente alguns pseudónimos. O pseudónimo *Celsio* foi escolhido

⁹⁹ JORGE, Ricardo – *Souza Martins. Discurso proferido por Ricardo Jorge na Sociedade de Medicina e Cirurgia na sessão de 8-11-97. Extraído da «Gazeta Médica do Porto»*. Porto: Tip. a Vapor de Artur José de Sousa, 1897, p. 8.

¹⁰⁰ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. XI.

¹⁰¹ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 33.

¹⁰² JORGE, Ricardo – “Soalheiras e Desportes”. *Diário de Lisboa. Edição mensal*. 1º Ano. Nº 3 (1 a 30 de julho de 1933), p. 27.

quando escreveu para o efêmero *Almanaque de Amenidades Medicas*, e onde a cumplicidade com o médico-historiador Maximiano Lemos se encontra bem patente. Se um era *Celsio*, o outro assumiria o nome do anatomista italiano *Fabrizio d'Acquapendente*.¹⁰³ Ambos escreveram ainda na *Folha Nova*, periódico do partido republicano no Porto, tendo sido num desses artigos publicados sob pseudónimo que deu azo a uma crítica irónica e mordaz sobre o charlatanismo e a prática ilegal da medicina.¹⁰⁴ Outro dos pseudónimos era o *Dr. Mirandela*, sob o qual escreveria artigos esporádicos no jornal *Novidades* e no *Diário de Notícias*.

Nas conferências de 1884, Ricardo Jorge faz um uso nitidamente utilitarista da História: a alusão constante à evolução da legislação sanitária, à profilaxia e aos seus agentes de épocas passadas, serve sobretudo para preparar a audiência para as propostas que lança no final.¹⁰⁵ Em 1885, quando preparava o texto do Relatório que apresentaria ao Conselho Superior de Instrução Publica, fez questão de abrilhantar o documento com uma alusão ao ensino médico portuense de tempos passados, elaborando uma colorida descrição – plena de ironia – acerca da ligeireza com que se concedia o título de sangrador aquando dos exames práticos nos primórdios da Escola Médico-Cirúrgica do Porto:

“O presidente tinha um fraco sensível pelas fitas lavradas e ralhudas de cetim, e sempre que o candidato desenrolava a competente vara para enfeitar o braço do meirinho – que generosamente oferecia no exame as túrgidas cordoveias azuladas do sangradouro para a demonstração figurada da técnica flebotómica – o dócil juiz deitava jubilosos as mãos à fita, ameigando-lhe a macieza e deliciando a retina com o belo matiz; estava terminada a farsa e contava-se mais um sangrador.”¹⁰⁶

Nestes casos, sublinhe-se que o discurso é direcionado de acordo com a necessidade de abordar criticamente o presente, servindo-se bastas vezes de exemplos históricos enquadrados em *tableaus* coloridos e denotadamente cenográficos, cuja composição serve para reinterpretar o presente à luz de uma História-comédia. Por vezes, são os fenómenos da moda que o estimulavam a

¹⁰³ Cf. o *Almanaque de Amenidades Medicas. Por Celsio e Fabrizio* (d'Acquapendente). [Pseudónimos de Ricardo Jorge e Maximiano Lemos]. Porto: Tip. Ocidental, 1882/3.

¹⁰⁴ Cf. Celsio [JORGE, Ricardo] – “Coisas Médicas do Porto”. *Folha Nova*. Nº 326 (22 de junho de 1882), p. 1.

¹⁰⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *Higiene social aplicada à Nação Portuguesa. Conferências feitas no Porto. (A Higiene em Portugal; A evolução da sepultura; Inumação e cemitérios; A cremação)*. Porto: Livraria Civilização, 1885.

¹⁰⁶ JORGE, Ricardo – *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Publica na sessão de 1 d'outubro de 1885*. Porto: 1885, cit. in MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia portuense*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926, pp. 82-83.

escrever sobre o passado, como é o caso dos *Cometas antigos em Lisboa* (1910),¹⁰⁷ ensaio inspirado no alvoroço causado pela passagem do cometa Halley em 1910.

No entanto, a análise historiográfica assentava sempre em fontes documentais sólidas, submetidas a uma crítica loquaz. Partindo das suas próprias palavras, sabe-se que terá sido em 1888 que começa a consultar os documentos do Arquivo Municipal do Porto com o objetivo de coligir textos e memórias de tempos passados relativas à saúde pública da cidade, que reuniu e publicou sob a forma de apêndice no *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento* (1888).¹⁰⁸ Influenciado por um Ricardo Jorge que descobrira recentemente as potencialidades de um arquivo em grande medida inexplorado, o presidente da câmara da altura, Oliveira Monteiro, convida-o a realizar uma recolha dos documentos mais significativos para a história do município,¹⁰⁹ nomeando uma comissão em outubro de 1888 composta por José Carlos Lopes, José Caldas e pelo próprio Ricardo Jorge. O intuito seria o de reproduzir e publicar os mais representativos diplomas e documentos desse acervo.¹¹⁰

Nos anos seguintes continuaria a realizar pesquisa documental em prol desse objetivo: a 14 de Julho de 1898, Venceslau de Lima apresentou na sessão da câmara municipal dois traslados fiéis das listas dos moradores da cidade e seus termos no 1º quartel do séc. XVI, encontrados por Ricardo Jorge na Torre do Tombo, propondo a sua passagem a livro.¹¹¹ A sua ligação à História da edilidade acabou mesmo por se estender à preservação do património da cidade. Na sessão da câmara municipal de 27 de janeiro de 1898, aludindo às queixas da imprensa sobre o desaparecimento de monumentos antigos, o vereador Venceslau de Lima propôs a formação de uma comissão encarregue de realizar um inquérito acerca dos monumentos existentes para melhor olhar pela sua conservação. Composta pelos engenheiros Vitorino Laranjeira e António Arroio, incluía ainda Eduardo Allen,¹¹² Joaquim de Vasconcelos, Ricardo Jorge e Rocha Peixoto.

Mas se a primeira recolha documental que realizou para o relatório de 1888 obedecia a um propósito quase pitoresco, pensado como forma de adorno final, seria a necessidade de justificar a defesa dos princípios higienistas na renovação da saúde pública portuense que o fizeram embrenhar na ainda

¹⁰⁷ Cf. JORGE, Ricardo – “Cometas antigos em Lisboa. 1577 – 1590 – 1607 – 1618”. *Diário de Notícias*. Ano 46. Nº 15982 (13 de maio de 1910), p. 1.

¹⁰⁸ JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888.

¹⁰⁹ Cf. a missiva do então presidente dos paços do concelho em BNP. Esp. E18/Cx. 11.

¹¹⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Sep. de Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene. Porto: Tip. Ocidental, 1897.

¹¹¹ Cf. *O Tripeiro*. Vª série. Ano IV (1948), p. 70.

¹¹² Primeiro director do Museu Municipal do Porto entre 1852 e 1900.

inédita demografia histórica, exposta num trabalho cuja metodologia assentaria cátedra daí em diante, abordando a evolução populacional da cidade em contexto histórico: *Origens e desenvolvimento da população do Porto* (1897).¹¹³ Aqui, os objetivos da abordagem histórica servem propósitos bem diferentes, e a metodologia também. Ricardo Jorge estava ciente que a epidemiologia assente na estatística se tornara num dos elementos obrigatórios de uma nova abordagem das doenças, que passa necessariamente pelo estabelecimento de relações entre estas e os fatores de natureza geográfica, demográfica, geológica, orográfica e humana. O recenseamento das causas de morte, por si só, era encarado como o alicerce de toda a estatística sanitária, por ser, como diria mais tarde, o “Compasso da vida social (...) biómetro sensível, que pesa e doseia o mal comum”.¹¹⁴ Ele sabia-o, e por essa razão realizou este primeiro grande estudo de demografia/epidemiologia histórica. Passava a ser possível aprender através da História quais os comportamentos e localizações geográficas passíveis de colocar as populações sob um risco acrescido de adoecerem com uma doença em particular numa espessura temporal determinada. Dois anos depois publica a *Demografia e Higiene da cidade do Porto* (1899), obra que lhe conferiu definitivamente a auréola de autoridade em matéria de estatística, climatologia e história da medicina. Só a partir deste momento é que começaram a surgir vários trabalhos demográficos locais, – Coimbra, Bragança, Viseu, Bouças, Guimarães, Guarda, Loulé, Aveiro – fazendo uso de metodologia igual ou semelhante, escritas maioritariamente sob a forma de dissertações inaugurais e/ou subsídios esparsos.¹¹⁵ Antes da *Demografia* de Ricardo Jorge, somente Joaquim Urbano se dedicara à análise estatística da obituária portuense, se bem que restringindo-se aos anos de 1888 e 1889 e sem a metodologia introduzida por Ricardo.¹¹⁶

¹¹³ JORGE, Ricardo – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Sep. de Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene. Porto: Tip. Ocidental, 1897.

¹¹⁴ JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. 295.

¹¹⁵ Cf. CID, José Sobral – *Coimbra: demografia e higiene*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1902; MORGADO, Artur Martins – *Subsídios para o estudo da higiene e demografia da cidade de Bragança*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1903; FERRARI, António de Mello – *Subsídios para o estudo da demografia e higiene do distrito de Viseu*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1904; SOARES, José – *A higiene d’Aveiro*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Civilização, 1904; MEIRA, João Monteiro de – *O concelho de Guimarães (Estudo de demografia e nosografia)*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor da Empresa Guedes, 1907.

¹¹⁶ Cf. RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa – *A mortalidade do Porto em 1888. Ensaio estatístico*. Porto: Imprensa Civilização, 1889 e idem – *A mortalidade do Porto em 1889. Anuário demográfico*. Porto: Imprensa Civilização, 1890.

Só dez anos depois regressaria à temática dos grandes homens, desta vez para biografar um confrade de outras épocas: José Rodrigues de Castelo Branco, também conhecido por Amato Lusitano, médico do Renascimento, personagem no qual se revê e com quem se identifica, descrevendo-o como “um caminheiro dominado pela paixão da ciência.”¹¹⁷ Mais do que descrever o percurso de vida de Amato no âmbito geográfico europeu, Ricardo Jorge conferiu-lhe relevo e espessura temporal, inserindo-o no contexto cultural e científico do Renascimento. Texto preparado desde 1907, precisamente no mesmo ano em que Maximiano Lemos publica uma volumosa obra sobre o mesmo personagem,¹¹⁸ ao longo de 1908 foi publicando excertos de um trabalho em curso, que continuaria em 1914 e 1915, e que só estaria parcialmente completo em 1916. Se bem que reconheceu as influências da obra que o seu colega e amigo Maximiano Lemos havia publicado em 1907, a abordagem que inicialmente pretendia imprimir à análise biográfica foi-se alterando, reconhecendo que “O que era a princípio um simples ensaio de apresentação crítica e levemente comentativa, foi-se adensando e dilatando.”¹¹⁹ Mergulha cada vez mais fundo no tema e ao longo de vários anos – pelo menos até 1916 – troca várias vezes correspondência com Maximiano Lemos, Augusta Gersão Ventura e Gonçalo Sampaio.¹²⁰ Apesar de escrito com alguma rapidez entre 1907 e meados de 1909, foi provavelmente um dos seus trabalhos de mais difícil publicação, algo que hoje nos poderia parecer algo estranho, mas sobre o qual se mostrou vago na justificação:

“Maus fados de berço perseguiram o aparecimento deste trabalho, a testemunharem a adversão da publicidade que o meio reserva para certas obras e certos homens como que a condenar-lhes a pena à inércia e ao silêncio. Começado em maio de 1907, foi tal a azáfama febril com que o acometi que, dentro de dois meses, tinha levado a carreira de Amato até à sua partida de Portugal. Continuado no ano seguinte, ficava o texto integralmente prontificado em meados de 1909.”¹²¹

¹¹⁷ JORGE, Ricardo – *Amato Lusitano. Comentários à sua vida, obra e época*. Lisboa: Edição do Centenário, 1963, p. 29. Para uma visão de conjunto sobre outros biógrafos de Amato Lusitano veja-se PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – “Escritos maiores e menores sobre Amato Lusitano”. *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*. Nº 17 (novembro de 2003), pp. 6-17.

¹¹⁸ Cf. LEMOS, Maximiano – *Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra*. Porto: Eduardo Tavares Martins, editor, 1907.

¹¹⁹ JORGE, Ricardo – “Comentários à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 5 (1914), p. 8.

¹²⁰ Cf. os apontamentos e cartas de Augusta Faria Gersão Ventura, bem como a missiva de Gonçalo Sampaio datada de 18/05/1916 em BNP. Esp. E18/Cx. 13.

¹²¹ JORGE, Ricardo – “Comentários à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano II. Nº 9 (1936), pp. 331.

A verdade é que foi sendo dado à estampa de forma parcelar ao longo de vários anos entre 1910 e 1916. Inicialmente na *Medicina Contemporânea* e mais tarde nos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, incluindo uma separata em 1916.¹²² Será muitos anos depois, em 1936 e nas páginas da insuspeita revista *Clínica, Higiene e Hidrologia*, que se encerra o capítulo em torno de Amato. A publicação da 2ª parte da obra incidia sobre o ciclo de vida peninsular do médico seiscentista, e só viu a luz dos prelos depois de várias vicissitudes que o próprio explanou:

“Há três anos, prestava-se bizarramente o dr. Joaquim de Carvalho à feitura duma edição total na Imprensa da Universidade que, para cúmulo de má sorte e dano irreparável das nossas letras, foi incontinentifechada. A instâncias do redator desta revista [Clínica, Higiene e Hidrologia] o dr. Armando Narciso, será agora arrancada ao esquecimento esta 2ª parte, depois de 26 anos de sono pesado nas gavetas”¹²³

E até aqui fazia a pedagogia da higiene ao apontar um caso famoso de infestação por piolhos presenciada por Amato Lusitano em Lisboa: “Quantas notas se poderiam juntar para uma futura história da porcaria indígena ainda reinante, sobretudo no norte do país. Quem digressar pelos povoados do Minho encontra ao domingo a cada canto uma cena de catagem de piolho; ao polegar que lhes estoira a carcaça chama-se-lhe o trinca-piolhos.”¹²⁴ Somente numa edição póstuma se pôde incluir nesta obra um capítulo intitulado *As conquistas e as drogas das Índias*, conservado inédito até 1962, completando uma das melhores biografias de José Rodrigues de Castelo Branco que se fizeram até hoje.¹²⁵

¹²² JORGE, Ricardo – “Comentarios à vida, obra e época de Amato Lusitano (d’um livro a publicar). Carta ao prof. Maximiano Lemos”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 25 (1908), pp. 193-196, idem – “Comentários à vida, obra e época de Amato Lusitano (d’um livro a publicar)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 34 (1908), pp. 265-268, idem – “Mestres de Amato em Salamanca”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. Ano 1. Nº 1 (1910), pp. 3-12, idem – “Comentarios à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 5 (1914), pp. 1-21; 97-119; 173-183, idem – “La «Celestina» en Amato Lusitano”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 6 (1915), pp. 161-175, idem – *Comentarios à Vida, Obra e Época de Amato Lusitano*. Sep. de Arquivos de História da Medicina Portuguesa, 1916. Porto: 1916.

¹²³ JORGE, Ricardo – “Comentarios à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano II. Nº 9 (1936), pp. 331. Também se fez uma separata deste artigo.

¹²⁴ JORGE, Ricardo – *Comentarios à vida, obra e época de Amato Lusitano*. Sep. da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Lisboa: Impr. Libânio da Silva, 1936, pp. 17-18.

¹²⁵ JORGE, Ricardo – *Amato Lusitano. Comentarios à sua vida, obra e época*. Ciclo peninsular. [1ª ed., completada com o capítulo inédito de “As conquistas e drogas das Índias”]. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.

Ao mesmo tempo que escrevia sobre Amato, e ainda na senda biográfica dos personagens paradigmáticos da medicina, continuou a aproveitar o seu lugar como redator na *Medicina Contemporânea* para publicar várias notas biográficas entre 1907 e 1910, desta feita sobre Ribeiro Sanches e Soares de Barros, incluindo cartas trasladadas, escritas por António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) ao padre Teodoro d'Almeida (1722-1804), em Paris, datadas de 26-09-1774 e 18-01-1777.¹²⁶ No discurso de abertura do XV Congresso Internacional de Medicina de Lisboa em 1906, ainda antes de publicar o que quer que fosse sobre Ribeiro Sanches, diria dele nada menos que era o pioneiro da saúde pública moderna, apontando o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* como “(...) o primeiro livro onde a medicina pública e preventiva se constituiu em arte social e em princípio de governo popular, numa conceção tão ampla e precisa como aquela que penetrou com dificuldade, um século mais tarde, no espírito da medicina, do público e do Estado.”¹²⁷ Posteriormente, e sempre que a ocasião o requeria, não se escusaria a fazer uso da referência ao pioneirismo de Ribeiro Sanches, sobretudo quando o assunto versava a medicina militar.¹²⁸

Com estes apontamentos, encerraria a sua passagem pelas biografias médicas, seguindo-se um estudo sobre Francisco Rodrigues Lobo, poeta leiriense nascido em 1580, acerca do qual realizou um ensaio biográfico e crítico escrito entre novembro de 1909 e 1912. O livro sobre Francisco Rodrigues Lobo dado à estampa em 1920, foi escrito num dos vários períodos de convalescença, como Carolina Michaëlis apontou no prefácio:

“Foi durante uma longa reconvalescença, quando, inapto para os misteres profissionais (de Diretor Geral de Saúde) preso ao gabinete de estudo, o ilustre médico, incapaz de se entregar ao *dolce-far-niente*, ou de se condenar a misérias intelectuais, ledor sempre assíduo e criterioso de tudo quanto na

¹²⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “Cartas de Ribeiro Sanches”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 25. Nº 29 (1907), pp. 229-233, idem – “Amigos de Ribeiro Sanches (J.H. de Magellan)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 28. Nº 1 (1910), pp. 3-6; Ano 28. Nº 2 (1910), pp. 11-14; Ano 28. Nº 5 (1910), p. 35 e idem – “Ribeiro Sanches e Soares de Barros”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 27. Nº 46 (1909), pp. 373-37. Estes trabalhos acabariam por dar origem a duas separatas: JORGE, Ricardo – *Ribeiro Sanches e Soares de Barros*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*, 1909. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1909 e idem – *Amigos de Ribeiro Sanches – J. H. de Magellan*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*, 1910. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1910.

¹²⁷ JORGE, Ricardo – *Ribeiro Sanches. Discours du Président Ricardo Jorge à la Séance d'ouverture*. Sep. de XV Congrès International de Médecine. Lisbonne, 19-26 Avril 1906. Section XIV – Hygiène et épidémiologie. Lisbonne: Imprimerie «A Editora», 1906, p. 13. (Tradução nossa).

¹²⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *Sanidade em campanha. Conferências proferidas no acampamento de Tancos e na Faculdade de Medicina de Lisboa em julho e agosto de 1916: 1ª conferência*. Sep. de Arquivos do Instituto Central de Higiene, vol. 2. Lisboa: [s.n.], 1917.

península ou no estrangeiro se imprimia a respeito das Espanhas, começou a revigorar o seu espírito, lendo, lendo e relendo. Sobretudo as obras de um grande mestre da língua portuguesa: o *Bucolista Francisco Rodrigues Lobo*, glória da época filipina, importante também para Portugal, embora mal julgada ainda.”¹²⁹

Redigido de forma entremeada e irregular durante os períodos de convalescença, mas fruto de um trabalho de investigação que o levou a pesquisar diversos fundos documentais portugueses e a deslocar-se à Biblioteca Nacional de Madrid em maio de 1912, foi-se publicando de forma sequencial em 13 capítulos na *Revista da Universidade de Coimbra* entre 1913 e 1918. Em 1920 foram reunidos em livro, dando à estampa: *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico* (1920).¹³⁰ Ainda hoje este estudo se encontra pleno de atualidade, mostrando um grande domínio da crítica literária, assente em sólidas bases metodológicas e documentais.

Na altura em que saiu esta edição, Carolina Michaelis referiu-se-lhe como o “(...) volume que até hoje é a sua maior e melhor obra como homem de letras (...)”.¹³¹ Com efeito, trata-se de um dos trabalhos mais completos publicados até hoje sobre o poeta seiscentista, numa edição adornada com 41 estampas, entre as quais se encontram alguns fac-símiles de portadas de edições primitivas. Revisitá-lo-ia numa incursão muito posterior, em 1934, com a publicação das transcrições das *Cartas dos grandes do mundo*, que resultaram dos contactos estabelecidos com a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e com Teixeira Gomes, o embaixador de Portugal em Inglaterra na altura, por intermédio do qual consegue aceder ao fundo documental do British Museum. A coleção epistolográfica é constituída por 44 *Cartas dos Reis, senhores e homens insignes portugueses*, copiadas a partir do códice do Museu Britânico.

“Ao elaborar a monografia do grande escritor Francisco Rodrigues Lobo, dei-me à rebusca de quanto em manuscrito jazesse nas bibliotecas consignado ao seu nome. O melhor do respigo foram as Cartas dos Grandes do Mundo, coligidas por Roiz Lobo. O códice existe naquele repositório da tanta preciosidade

¹²⁹ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “Prólogo”. In JORGE, Ricardo – *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*. Conferência plenária proferida a 27-6-1921 perante o Congresso Científico Luso-Espanhol. Com um prefácio da Professora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Porto: Araújo & Sobrinho, 1921, p. XVII.

¹³⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

¹³¹ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – [Prefácio]. In JORGE, Ricardo – *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*. Conferência plenária proferida a 27-6-1921 perante o Congresso Científico Luso-Espanhol. Com um prefácio da Professora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Porto: Araújo & Sobrinho, 1921, p. XV.

literária portuguesa, a biblioteca do British Museum de Londres, que o adquiriu por compra a Tomaz Rodd em 1843; Figanière inscreveu-o e descreveu-o no seu Catálogo dos Mss. Portugueses existentes no Museu Britânico, 1832. (...) Anunciei então o propósito de dar à estampa o inédito, escondido durante três séculos. (...)”¹³²

Realizadas a expensas próprias, pagou as transcrições realizadas a partir do Códice do Museu Britânico, editando-as e acrescentando-lhes um prefácio. Com este poeta fecharia o longo capítulo do culto dos grandes homens, elemento sem o qual dificilmente se poderia compreender a matriz psicológica de muito do que escreveu nos ensaios históricos. Num desabafo realizado em 1924 ao prefaciá-lo *Homens de Outros Tempos*, ainda se perguntava: “Quando será isto um país culto e no culto dos homens raros com que a providência erradamente o brinda sem reparar na sua cegueira?...”¹³³

Só regressaria à temática biográfica em comunicações esporádicas realizadas no contexto de congressos médicos internacionais nas décadas de 20 e 30, já depois dos seus 60 anos, aproveitando para mostrar a medicina portuguesa do Renascimento a audiências estrangeiras (mas também portuguesas), regressando, se bem que de forma pontual, ao seu já bem conhecido Amato Lusitano.¹³⁴

¹³² JORGE, Ricardo – “Prefácio”. In LOBO, Francisco Rodrigues – *Cartas dos Grandes do Mundo. Coligidas por Francisco Rodrigues Lobo (1612). Cartas dos Reis, Senhores e Homens Insignes Portugueses*. Treladadas do Códice do Museu Britânico e editadas com prefácio e notas por Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. V.

¹³³ JORGE, Ricardo – [Prefácio]. In CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de – *Homens de outros tempos*. Prefaciado pelo Dr. Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924, p. X.

¹³⁴ Cf. JORGE, Ricardo – “A Renascença médica em Portugal (Pierre Brissot e Amato Lusitano)”. *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*. Vol. 1. Fasc. II (março de 1924), pp. 171 – 185 (comunicação realizada no 3º Congresso Internacional da História de Medicina em Londres, em julho de 1922) e idem – *La renaissance dans l’Anatomie et la Médecine au Portugal: Pierre Brissot et Amatus Lusitanus*. Sep. de Communication faite au 3º Congrès de Histoire de l’Art de Guérir. Anvers: Impr. de Vlijt, 1923 (trata-se do mesmo texto, desta vez lido em Anvers). Cf. ainda JORGE, Ricardo – *La médecine et les médecins dans l’expansion mondiale des Portugais: conférence faite le 3 Octobre 1934 à l’Université de Coimbra*. Sep. de 3e Congrès International d’Histoire des Sciences. Lisboa: [s.n.], 1935 (também reproduzida em: idem – “La médecine et les médecins dans l’expansion mondiale des portugais: conférence donnée le 3 Octobre 1934 à l’Université de Coimbra”. In *Actes, conférences et communications*. IIIe Congrès International d’Histoire des Sciences. Lisboa: Tip. da Seara Nova, 1936, pp. 55-66.



Figura 2 – Ricardo Jorge em 1922. Esboço realizado em Londres aquando da participação no Congresso Internacional de História da medicina. Veja-se a corrupção anglicista a que viu sujeito o nome: de Jorge, passou a “Georges”. Fonte: JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª Edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926 [s.p].

É também nesta fase final da vida que sintetiza boa parte do conhecimento que obteve diretamente sobre os diferentes fenómenos epidémicos (encefalite, gripe e tifo), entretanto enriquecido com aquele que foi adquirindo ao longo da vida, reinterpretando os dados históricos à luz do saber médico.¹³⁵ De acordo com a sua visão globalizante, a epidemiologia era obrigatoriamente “uma ciência histórica, ligando intimamente a história à medicina e a medicina à história. Por meio desta confrontação os dados colhidos do passado são controlados pela experiência atual, que esclarece a sua interpretação; e reciprocamente, servem de prova às noções doutrinárias hoje admitidas e permitem julgar o seu valor perante os factos registados pelos trabalhos e documentos de outrora.” Em 1932, o já venerando higienista mostra a sua versatilidade intelectual, dissertando

¹³⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *L'Encéphalite, la Grippe et le Typhus dans les Épidémies historiques du XVI siècle*. Communication faite au Congrès International de l'Histoire de la Médecine à Paris. 1921, in JORGE, Ricardo – “L'encéphalite léthargique”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 3. Fasc. 3 (1928), pp. 119-124.

soberanamente sobre a peste com recurso à epidemiologia servida pela História: à obra *Les anciennes épidémies de peste en Europe, comparés aux épidémies modernes* (1932)¹³⁶ juntar-se-ia no ano subsequente a *Summa epidemiologica de la peste. Épidémies anciennes et modernes* (1933), relatório apresentado ao Comité permanente do OIHP em outubro de 1932 onde sintetiza a evolução dos diferentes surtos pestíferos em perspetiva histórico-epidemiológica. Seguir-se-ia três anos mais tarde a publicação comentada do *Regimento proveitoso contra ha pestenença* de Valentim Fernandes, cujo principal interesse parecem ser os sinais e sintomas da peste que permitem identificar com precisão as epidemias pestíferas de outras épocas e compará-las com as do tempo presente.¹³⁷

Para além destes trabalhos, importa ressaltar uma outra vertente de Ricardo Jorge enquanto historiador, que não deixa de se imbricar com o seu gosto pela história das doenças, ocorridas em contexto epidémico ou não. Trata-se da retrodiagnose, que consiste no estudo de diagnósticos de doenças e causas de morte a partir de fontes históricas. Também nisto bebeu as influências do seu tempo. Estas análises tornaram-se comuns desde as últimas décadas do século XIX, realizados à luz de uma ciência médica apoiada em novos e múltiplos progressos tecnológicos, mas também no método clínico-anatómico e no diagnóstico diferencial, com o que era possível lançar um novo olhar à documentação histórica relativa aos óbitos de personagens do passado, tentando reinterpretar os dados e indícios presentes nessas fontes com o intuito de determinar hipotéticas causas de morte.

O assunto não passou ao lado das lucubrações de vários investigadores, tema que ainda hoje vai tendo vários cultores, mormente médicos, que através de um diagnóstico diferencial e com base nas fontes disponíveis, realizam exercícios diagnósticos de maior ou menor utilidade, consoante a clareza e a plausibilidade das razões invocadas para apontar hipotéticas causas de morte e/ou os diagnósticos possíveis. A realza portuguesa não escapou à moda destas conjeturas tanatológicas, realizadas por João de Meira, Maximiano de Lemos, de um prolífico Júlio Dantas, e mesmo de Ricardo Jorge.

Como médico que era, Ricardo Jorge realizou várias incursões num campo que começara poucos anos antes a dar os primeiros passos na História da Medicina. A primeira em 1886, submetendo o desafortunado monarca D. Afonso VI a um “ensaio de clínica histórica”,¹³⁸ seguida muitos anos

¹³⁶ Cf. JORGE, Ricardo – *Les anciennes épidémies de peste en Europe, comparés aux épidémies modernes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932.

¹³⁷ Cf. JORGE, Ricardo – *Regimento proveitoso contra ha pestenença*. - Lisboa, Valentim Fernandes 1496 (?). Sep. da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. N° 1. janeiro 1935. Lisboa: Tip. Henrique Torres, 1935.

¹³⁸ Cf. JORGE, Ricardo – “D. Afonso VI, ensaio de clínica histórica”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 3. N° 1 (1886), pp- 2-3.

depois por outro soberano, D. Pedro IV, num estudo publicado em 1904.¹³⁹ Recuperaria a veia retrodiagnóstica numa análise de 1918 dedicado às causas de morte dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, eivada de apontamentos humorísticos;¹⁴⁰ e ainda noutra que se debruçava sobre *O óbito de D. João II* (1922),¹⁴¹ este sim onde desmistifica as hipóteses lançadas sobre o eventual envenenamento do Príncipe Perfeito. Um dos últimos trabalhos que publicou referia-se ao tema da morte Inês de Castro, editado poucos meses antes dele próprio também morrer.¹⁴² Em todos estes ensaios fez uso da capacidade dedutiva própria do médico formado em contexto positivo, realizando uma abordagem e dissecação das fontes disponíveis. Resultado próprio da curiosidade habitual de historiador da medicina, no nosso entender esta abordagem entende-se também pela ideia que começa a surgir sobre o facto das doenças das grandes decisores políticos influenciarem os caminhos da própria História.

No entanto, estes estudos surgem no âmbito de um contexto mais lato que importa compreender. O retrodiagnóstico, pelo menos no caso das doenças infecciosas tornou-se um exercício do qual se podiam retirar ensinamentos para a epidemiologia histórica, o que por sua vez podia trazer ensinamentos para a epidemiologia em geral. Esta é a principal conclusão que julgamos poder fazer sobre a tipologia de análise ricardiana após a leitura de *L'Encéphalie Léthargique. Épidémiologie, Nosologie, Histoire* (1920)¹⁴³ e de *A Encefalite Letárgica e a Epidemiologia dos Quinhentos em Portugal e Espanha. A modorra e a morte de D. Manuel* (1921).¹⁴⁴ Estes estudos sobre a encefalite letárgica sintetizam uma dupla vertente ao combinar a retrodiagnose com a epidemiologia histórica. Ambos brotaram da curiosidade de Ricardo Jorge pelos surtos ocorridos em França e Inglaterra em 1917, doença bizarra pela estranha sintomatologia (sonolência e letargia) e que também fez a sua aparição em Portugal entre 1919 e 1921.

Numa leitura diferente, mas não menos analítica das doenças em contexto histórico, a própria pintura de Domenico Theotocopuli (El Greco) não deixou de contar com uma mirada atenta, também em jeito de diagnóstico.

¹³⁹ Cf. JORGE, Ricardo – “A morte de D. Pedro IV”. In COLEN, Barbosa – *História de Portugal*. Vol. IX. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904.

¹⁴⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *De que faleciam os cônegos regrantes*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*, 1918. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1918.

¹⁴¹ Cf. JORGE, Ricardo – *O óbito de D. João II*. Lisboa: Portugalíia, 1922.

¹⁴² Cf. JORGE, Ricardo – *Camilo e Inês de Castro. Porque a mataram?* Sep. de *(O) Ocidente*. Vol. 5, nº 13, 1939. Lisboa: Editorial Império, 1939.

¹⁴³ Cf. JORGE, Ricardo – “L'Encéphalie Léthargique. Épidémiologie, Nosologie, Histoire”. *Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique* (Décembre 1920).

¹⁴⁴ Cf. JORGE, Ricardo – *A Encefalite Letárgica e a Epidemiologia dos Quinhentos em Portugal e Espanha. A modorra e a morte de D. Manuel*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*, 1921. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1921.

A retrodiagnose desta altura, sobretudo aquela que se dedicava à psicopatologia, encontrava-se permeada pela grande repercussão que tiveram as ideias de Cesare Lombroso, pelo que não é difícil notar os laivos deste tipo de análise na que dedicou a El Greco, artista que apelidou sem reboço de “paranoico escrito e escarrado”. Alguns dos personagens de vários dos quadros do prolífico pintor foram escalpelizados por um olhar sagaz, detetando diversas assimetrias cranianas, casos de prognatismo mandibular, assimetria facial e paralisia facial.¹⁴⁵

Para além do interesse manifestado pela História da Medicina, este gosto pela retrodiagnose elevou-o ao estatuto de especialista na matéria, de tal modo que em 1924 Egas Moniz – que lhe nutria um enorme respeito – o convida a prefaciar sua psicobiografia sobre o escritor Júlio Dinis. No prefácio de *Júlio Dinis e a sua obra* (1924), mostrou uma mente aberta a Freud e ao valor da psicanálise como instrumento crítico, se bem que as suas palavras denotam as resistências ainda comuns à recém-chegada disciplina nos círculos científicos portugueses:

“Discípulo do famoso Freud, um dos grandes dominadores do pensar contemporâneo, aplica ao seu protagonista o sistema da psicanálise que tanto hoje anda em berra. Talvez por pequice da minha ignorância, estou um pouco de pé atrás sobre o freudismo. Não me quadram as suas generalizações temerárias a transcender os rigores da órbita científica, e muito menos a radicação sexualista das qualidades sentimentais e éticas. Erros que sejam, tem de reconhecer-se que na ciência e na prática há erros úteis de grande alcance, a abrir horizontes novos ao progresso da perscrutação ideativa; e não sofre dúvida que a psicanálise se tornou um instrumento crítico de alta valia. As biografias têm-se ressentido do seu influxo. Hei de ler com mais detença o seu ensaio, e até doutrinar-me consigo sobre os mistérios do freudismo. Até morrer, aprender.”¹⁴⁶

Esta mente aberta não lhe toldava o juízo crítico e muito menos a curiosidade científica; nem mesmo na idade avançada. Em 1933, no seguimento de um artigo publicado no *Diário de Lisboa* pelo almirante Gago Coutinho,¹⁴⁷ Ricardo Jorge questionou-o sobre a plausibilidade da construção da passarola de Bartolomeu de Gusmão. Tanto a interpelação como a missiva de resposta espelham um diálogo intelectual que só poderia ser realizado entre dois

¹⁴⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *El Greco. Nova contribuição biográfica, crítica e médica ao estudo do pintor Doménico Theotocópuli*. Sep. de Revista da Universidade de Coimbra. Vol. I. Nº 4. 1913. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913. Alguns manuscritos que estiveram na base desta obra encontram-se em BNP. Esp. E/18 Cx 20.

¹⁴⁶ JORGE, Ricardo – *Prefácio*. In MONIZ, Egas – *Júlio Dinis e a sua obra*. 3ª Edição. Lisboa: Casa Ventura Henriques, 1924, pp. XV e XVI.

¹⁴⁷ Cf. COUTINHO, Gago – “A propósito da visita de Lindbergh. O padre-voador Bartolomeu de Gusmão fez, há mais de dois séculos, em Lisboa experiências públicas em balões de fumo”. *Diário de Lisboa* (15 novembro 1933), p. 5.

homens de ciência.¹⁴⁸ Essa filiação à história da ciência acabaria por levá-lo a tornar-se membro correspondente da Academie Internationale d’Histoire des Sciences, integrando nesse mesmo ano a comissão organizadora do IIIº Congresso Internacional de História das Ciências, evento itinerante, disperso entre o Porto, Coimbra e Lisboa de 30 de setembro a 6 de outubro.¹⁴⁹ Em 1935, assumiria a presidência do Grupo Português de História das Ciências, que tinha na revista *Petrus Nonius* o seu principal órgão de comunicação e filiação internacional. Apesar desta participação, os seus últimos anos não se verteram exclusivamente em torno da história da ciência, ou mais corretamente, em redor da história da medicina e dos surtos epidémicos. Manteve-se sempre eclético, tanto no que escrevia como nas leituras que fazia: nos últimos meses de vida, Eduardo Coelho encontrava-o entregue a estudos comparativos sobre arte portuguesa e espanhola.¹⁵⁰

Enquanto construtor da memória histórica, poderíamos dizer que se inspirou na corrente do culto dos grandes homens, construindo uma espécie de hagiografia cívica dos personagens da ciência, em jeito de resposta ao ambiente de decadentismo e conseqüente necessidade de regeneração sociopolítica, a que não falta o exemplo pedagógico dos personagens biografados. Paralelamente, o clima de regeneração nacional das últimas décadas do século XIX facilitou a aceitação de um discurso algo eivado de grandiloqüência acerca da grandeza científica e reformadora de vários dos seus biografados. Este sentido pedagógico que associa sempre aos grandes homens que vai biografando e analisando historicamente não seria apenas uma moda passageira. Espoletada pelas comemorações cívicas das últimas década de oitocentos, perdurou muito para além dessa curta janela temporal. Nunca abandonando completamente o sentido pedagógico do discurso historiográfico desses cientistas “pioneiros”, iria substituindo-os progressivamente pela retrodiagnose e pela demografia histórica, adotando uma perspetiva crítica, analisando as descrições literárias dos eventos epidémicos ou patogénicos, expondo as facetas clínicas evidenciadas pelos textos e discorrendo de forma dedutiva sobre possíveis diagnósticos. Na perspetiva do epidemiologista, como parece ter sido o seu objetivo, interessou-se pelo modo como o risco de infeção de uma determinada população por um agente patogénico específico foi mudando ao longo do tempo, tanto mais que estas alterações podiam apontar e justificar intervenções dos poderes públicos, mudanças coletivas de comportamentos, alterar rotas comerciais, ou determinar mudanças na estrutura da sociedade, que pudessem de algum modo lançar

¹⁴⁸ Cf. a carta de Gago Coutinho em BNP. Esp. E18/Cx. 15.

¹⁴⁹ Cf. NUNES, Maria de Fátima – “O III Congresso Internacional de História da Ciência. Portugal, 1934. Contextos científicos, contextos culturais e políticos”. In MACHADO, Fernando (coord.) – *Caminhos de Cultura em Portugal*. Braga: Ed. Húmus, 2009, pp. 130-160.

¹⁵⁰ Cf. COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge: recordações*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 38-39. Lisboa: 1939, p. 30.

alguma luz sobre o atual controlo das doenças. Neste contexto, a História tinha propósitos práticos bem definidos, contribuindo para esclarecer problemas relacionados com a evolução das diferentes fases e características das doenças epidémicas. Se isto é evidente na *Summa epidemiológica da Peste* (1933), não o é menos nos estudos sobre a encefalite letárgica, a febre-amarela, ou outras doenças de predominância tropical como o mal do Bicho.

A veia de historiador foi talvez aquela que melhor permitiu congregar harmoniosamente todos os matizes da sua personalidade multifacetada: correlacionando e interpretando os dados documentais à luz da crítica, submetendo-se ao rigor da análise, escrevendo ao sabor de uma prosa rica e harmoniosa, opinando e concluindo; por vezes ironizando. Está tudo lá: o historiador, o cientista, o escritor.

2.3 – Escritor “atacado de grafomania” e “amador da paleoliteratura”.

Utilizadas pelo próprio Ricardo Jorge para caracterizar a sua veia literária, estas interessantes expressões que dão corpo a este subcapítulo, resumem bem o seu gosto pela arte literária, faceta pela qual também ficou bem conhecido, sobretudo a partir de 1913.

Se bem que reconheceu ver na figura materna a real introdutora do seu gosto pelas “(...) tradições e o atrativo do ler e escrever”,¹⁵¹ a veia literária de Ricardo Jorge não é alheia à sua formação liceal. Tendo sido aluno de Ramalho Ortigão, seu professor de francês e de Manuel Rodrigues da Silva Pinto em português, aliou a estas influências uma vasta cultura, tornando-se num escritor de recorte eclético, com vocabulário exuberante onde acabam por se cruzar géneros tão díspares como a narrativa de viagem, a crítica literária ou as traduções.

O ambiente cultural portuense da 2ª metade do século XIX mostrava-se particularmente favorável às lides literárias, tendo certamente influenciado a sua sensibilidade enquanto escritor. A geração literária que animava os cafés, as colunas dos jornais e os cenáculos literários, contrastava com a cidade de pendor comercial e industrial. Alguns dos nomes que o próprio cita ao apresentar o rol de poetas e prosadores que a cidade albergou, revelam não só nomes

¹⁵¹ JORGE, Ricardo – “O abcê e a escola velha (recordações)”. In PORTUGAL. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Homenagem à memória do Professor Ricardo Jorge*. Número especial do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1941, p. 308. Veja-se também: “Quando na escola me torturavam com bárbaros exercícios de composição, afligia-me a mais cabal negação que dar-se pode, para cerzir duas frases pegadas sobre um tema para mim estéril. Nesses lances era a mãe extremosa que ditava o exercício, salvando-me do penoso aperto.”, in JORGE, Ricardo – “EX IMO”. In JORGE, Ricardo – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Sep. de Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene. Porto: Tip. Ocidental, 1897, s.p.

que se veriam consagrados na literatura portuguesa, mas também algumas das várias amizades pessoais que o amor às letras faria perdurar toda a vida:

“Se da poesia passarmos à novela, olhe-se para romancistas como Camilo, Arnaldo Gama, Coelho Lousada, Júlio Dinis. Entre polígrafos e folhetinistas, ali pojou Ramalho Ortigão. Ao tempo, a capital do Norte era também capital intelectual do reino: terra em que demoravam entidades luzentes como sóis – um Camilo, um Junqueiro, um Oliveira Martins, uma D. Carolina, irradiando em torno o brilho do seu génio.”¹⁵²

Para além destes personagens mais conhecidos, assinalem-se ainda outros autores, desta feita no âmbito mais restrito do universo de Esculápio. Também aqui abundavam os médicos com pretensões literárias – uns com créditos mais reconhecidos que outros – o que aliado ao ambiente cultural efervescente que os rodeava, permitiram que a poesia e a literatura se irmanassem no pequeno burgo científico da cidade:

“No alto da Cordoaria está o Pindo da Politécnica e da Escola Médica; estudantes e professores manejam o plecto. Debaixo das olaias do Hospital de Santo António, suspiraram harmonias Camilo, Júlio Dinis e Custódio Duarte. Lá dentro poetaram lentes como Sinval, Luís António, José Aires, Gomes Coelho e José Carlos Lopes. Quantos candidatos a médicos se lhes seguiram na peugada das musas – Sousa Viterbo, Júlio de Matos, José Augusto Vieira, Maximiano de Lemos, Leite de Vasconcelos, etc.”¹⁵³

No entanto, estreia-se no prefácio e tradução de livros técnico/doutrinários, resultado das suas preocupações pedagógicas e de reforma social, mas também das reconhecidas qualidades como especialista em higiene e professor da escola médica, preocupado em verter e apresentar em português algumas obras que julgava importantes não só ao ensino médico, mas também de relevância no contexto da higienização do corpo social.

Assim, em 1884 prefaciou a *Educação: intelectual, moral e física* de Herbert Spencer,¹⁵⁴ versão traduzida por Emídio de Oliveira da obra do influente filósofo e defensor do ensino da ciência e um dos representantes do positivismo, a que

¹⁵² JORGE, Ricardo – “Manuel Duarte de Almeida e a sua obra”. In ALMEIDA, Manuel Duarte de – *Terra e Azul: poesias*. Com uma introdução de Ricardo Jorge. Porto: Imp. Moderna, 1933, p. XXII.

¹⁵³ JORGE, Ricardo – “Manuel Duarte de Almeida e a sua obra”. In ALMEIDA, Manuel Duarte de – *Terra e Azul: poesias*. Com uma introdução de Ricardo Jorge. Porto: Imp. Moderna, 1933, p. XX.

¹⁵⁴ Cf. SPENCER, Herbert – *Educação: intelectual, moral e física*. Trad. Emídio d’Oliveira. Prefácio de Ricardo d’Almeida Jorge. Porto: Livraria Moderna, 1884.

se seguiria o *Guia Médico-Legal* de Alexandre Lacassagne, lavrando uma versão traduzida e adaptada em colaboração com o colega e amigo Maximiano Lemos.¹⁵⁵ Esta última obra é o *vade mecum* escrito pelo professor titular de medicina legal de Lyon, onde o autor expõe os seus aforismos sobre a influência e determinismo social na génese dos comportamentos criminosos. A escolha de Lacassagne não foi inocente: trata-se do mesmo autor dos *Précis d'hygiène privée et sociale* (1876) e dos *Précis de médecine judiciaire* (1878), entre outras obras que marcaram a medicina legal francesa da segunda metade do século XIX.¹⁵⁶

Não é de estranhar que a medicina legal também se dedique à apreciação científica dos criminosos: a higiene social passava também por aqui. Apesar desta tradução se ter realizado em coautoria, as futuras publicações que realizaria mostram um grande domínio da língua francesa, pelo que é de acreditar que tenha cabido a Ricardo Jorge a principal fatia do labor tradutório. E isso é bem notório na obra que traduz de seguida: *O telefone*, de Théodose Achille Louis du Moncel (1900).¹⁵⁷ Também aqui a tradução resulta de uma escolha pessoal que se prende em parte com o seu interesse pela eletricidade. Não esqueçamos que apenas dois anos antes tinha publicado, também em francês, a memória *De l'électrométrie et de l'électro-diagnostic: à propos de la paralysie faciale de Ch. Bell* (1888).¹⁵⁸

O gosto pela leitura das crónicas de Camilo Castelo Branco fez com que mais tarde se tornasse seu amigo, reconhecido expoente do romantismo, escritor e romancista famoso que viu parte da sua vida envolvido em polémica e que acabaria por se suicidar em 1890. Tendo privado com ele desde o momento que o tratara no Instituto Hidroterápico e Electroterápico que funcionava em dependências do Grande Hotel do Porto, toda a obra camiliana lhe era particularmente apelativa, talvez pelo facto de ter crescido a ler o que publicava nos jornais, e vendo nele "(...) aquela alma tão pródiga de afetos e de dedicações!"¹⁵⁹ A admiração mútua deu azo a uma amizade imediata, e que duraria até ao fim.¹⁶⁰ Ricardo Jorge pôde testemunhar em primeira mão o

¹⁵⁵ Cf. LACASSAGNE, A. – *Guia médico-legal*. Versão e adaptação de Ricardo Jorge e Maximiano Lemos. Lisboa: Manuel Gomes, 1899.

¹⁵⁶ Cf. LACASSAGNE, A. – *Précis d'hygiène privée et sociale*. 2^e ème edition. Paris: G. Masson, 1879 (a primeira edição é de 1876); LACASSAGNE, A. – *Précis de médecine judiciaire*. Paris: G. Masson, 1878.

¹⁵⁷ Cf. MONCEL, Conde Théodose Achille Louis du – *O telefone*. Trad. de Ricardo d'Almeida Jorge. Porto: Magalhães & Moniz, 1900.

¹⁵⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *De l'électrométrie et de l'électro-diagnostic: à propos de la paralysie faciale de Ch. Bell*. Porto: Tip. Ocidental, 1888.

¹⁵⁹ JORGE, Ricardo – [Prefácio]. In PIMENTA, Alfredo – *Estudos filosóficos e críticos*. Prefácio do Prof. Dr. Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, p. XX.

¹⁶⁰ Cf. a missiva de Camilo (16/12/1885) e a de Ana Plácido (13/01/1888) em BNP. Esp. E18/Cx. 25.

drama dos últimos anos de vida de Camilo, consumido pela cegueira que progressivamente o desesperava.¹⁶¹

Recordou-o várias vezes ao longo dos anos, até mesmo quando a memória do antigo escritor serviu para a crítica que moveu a Teófilo Braga em 1916.¹⁶² Mas pelo menos em duas ocasiões dissertou mais longamente sobre o seu amigo: em 1925, no prefácio de *Camilo e António Aires. Seguido do poema "As Comendas"*,¹⁶³ e em 1939, pouco antes de ele mesmo morrer.¹⁶⁴ De Ricardo Jorge escreveu Camilo o seguinte trecho nos seus *Serões de São Miguel de Seide*, escritos entre 1885 e 1886: "O estilo de Ricardo Jorge desatrema de tudo o que se conhece em oratória parlamentar, em dialética académica, em eloquência cívica dos clubes e até em oratória de púlpito (...)"¹⁶⁵ Tendo-se tornado notado pelo modo convicto e cientificamente documentado com que expunha as suas posições, foi pouco depois da publicação da compilação das conferências sobre o saneamento no Porto em 1885 que começou a dedicar uma parte do seu escasso tempo livre a exercícios literários. Começou pela tradução dos *Heróis do Trabalho* de Gaston Tissander, acrescentado com a notícia e exemplos de varões ilustres de Portugal e Brasil.¹⁶⁶

Não era incomum ver alguns médicos prefaciarem obras de escritores mais ou menos famosos, sobretudo os detentores de mais vasta formação ou sensibilidade literária. Quanto mais crescia o seu prestígio, mais era lido, pelo que começou a ser solicitado para escrever prefácios, altura que algumas vezes aproveitava para rememorar personagens que conhecera ou episódios de vida.

No entanto, há uma outra razão para que Ricardo Jorge tenha feito da escrita e também do trabalho historiográfico um elemento importante da sua

¹⁶¹ Cf. JORGE, Ricardo – "Camilo Castelo Branco. Uma visita a Seide. Notas d'um jornal – 10 de dezembro de 1887". *Novidades*. Ano XIX (1 de junho de 1903), p. 1.

¹⁶² "Como me tem vindo á lembrança um dito agudo do pobre Camilo. Há trinta anos, já quando a torturante doença lhe dava os últimos sacões, passeávamos os dois na Praça Nova. De repente estacou, sacudindo-me o braço a que se amparava. Pergunto-lhe o que tinha, e levando a mão à cabeça com gesto trémulo, responde: «Meu Deus, que aflição! Sinto a cabeça vazia como a do Teófilo.»", in JORGE, Ricardo – *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p. 10.

¹⁶³ Cf. JORGE, Ricardo – *Camilo e António Aires. Seguido do poema "As Comendas"*. 1.º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925. Aquando da celebração dos 100 anos do seu nascimento seria publicado: JORGE, Ricardo – *Camilo Castelo Branco. Recordações e impressões. Camilo e António Aires*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Minerva, [1958].

¹⁶⁴ Cf. JORGE, Ricardo – *Camilo e Inês de Castro. Porque a mataram?* Sep. de O Ocidente. Vol. 5. Nº 13, 1939. Lisboa: Editorial Império, 1939.

¹⁶⁵ BRANCO, Camilo Castelo – *Serões de S. Miguel de Seide. Crónica Mensal de literatura Amena*. Porto: Livraria Chardron, 1928, cit. in JORGE, Ricardo – *Sermões dum leigo*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, [s.p].

¹⁶⁶ Cf. TISSANDER, Gaston – *Os heróis do trabalho. Obra vertida livremente e consideravelmente aumentada com notícias e exemplos de varões ilustres de Portugal e do Brasil, pelo professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto Ricardo Jorge*. Porto: Livraria Moderna de Alcino Aranha & C.ª, 1886.

vida diária, e que em certa medida justifica o aumento da produção de textos, algo que parece estar em contraciclo com o avançar da idade. Doente e forçado a uma inação que o remetia a períodos mais ou menos longos de repouso desde 1908, os textos que publica daí em diante revelam um intenso trabalho intelectual. A sua enfermidade não deixou de ser notado pelos críticos. Acerca do trabalho em torno de Amato Lusitano um deles escreveria que “Quando vemos d’estes trabalhos de Ricardo Jorge, o que mais lamentamos é que tanto lhe escasseiam o tempo e a saúde para que mais largamente ele se lhes possa entregar.”¹⁶⁷ Na realidade, a pesquisa e investigação histórica ricardiana eram em si mesmas uma catarse, um escape que não sendo forçado funcionava mais como um exercício de paixão:

“Há anos acorrentou-me a doença a um longo martírio; para alívio do espirito torturado e entretenimento cerebral duma inação forçada, dei-me a catar, levado por pista casual, a vida e obras do poeta de Leiria. Apaixonei-me pela pesquisa em terreno virgem por assim dizer de passadas; esmerilhei quanto pude, não poupei sacrifícios nem mesmo os de algibeira, importunei não poucas pessoas aqui e lá fora, frequentei bibliotecas e arquivos nacionais e até estrangeiros (Madrid), e aonde não pude chegar, vali-me da generosa intercessão de terceiros e de buscas e cópias pagas como no *British Museum*.”¹⁶⁸

Isto não significa que fosse o trabalho de um mero diletante. Bem pelo contrário: apesar de em muitos casos não poder ter acesso à documentação original, tratou de a solicitar a amigos que se encontravam no estrangeiro ou então pagando transcrições como foi o caso de vários documentos que lhe foram remetidos de Madrid e Londres, como ele próprio o referiu. Como se pode verificar na correspondência que trocou em vários museus e arquivos, a pesquisa e transcrições documentais foram realizadas pelos bibliotecários, sendo-lhe de seguida remetidas por correio.¹⁶⁹ O rigor da análise que imprimia à leitura direta das fontes levava a que suportasse essas despesas a título pessoal.

Ricardo Jorge via-se na dupla pele de médico e historiador, homem de letras e de ciências, caldeado pelo fogo no cadinho do método científico rigoroso, mostrando-se incapaz de destrinçar esta saudável junção: “Não será muito menor temeridade acarear de par um romancista com um médico? Um enquadra as cenas da vida social, outro as da vida mórbida; ambos registam

¹⁶⁷ [s.a] – “Celestina. (La) em Amato Lusitano”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 52 (1908), pp. 410-411.410.

¹⁶⁸ JORGE, Ricardo – *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etno-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p. 2.

¹⁶⁹ Cf. algumas das missivas recebidas em BNP. Esp. E18/Cx. 20.

observações, ambos retratam o homem miseravelmente ensarilhado nas aventuras do mundo ou a debater-se nas garras da moléstia.”¹⁷⁰

Foi desse modo que pode divulgar e aportar novos conhecimentos sobre textos de autores portugueses de outros tempos. O gosto pela literatura portuguesa de épocas passadas, ou como ele tão adequadamente se autoapodou: “amador da paleoliteratura”, irmanou-o com alguns dos vultos e dinamizadores culturais portuenses do último terço do século XIX, tendo mantido um intercâmbio epistolar frequente com algumas delas. No entanto, se atendermos apenas ao número absoluto de missivas trocadas, é bastante evidente a significativa troca de impressões e os múltiplos comentários sobre literatura ou crítica literária que teve com Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Carolina Michaëlis, filóloga alemã com um interesse peculiar pelas línguas ibéricas, veio para o Porto em 1876, acompanhando o seu marido Joaquim de Vasconcelos. Este último é conhecido pelo relevante trabalho de dinamização cultural das artes e do ensino na cidade, sobretudo na área da História da Arte, mas também como promotor de debates científicos em várias sociedades e publicações.¹⁷¹ Esta estreita ligação à elite cultural do seu tempo e o apreço que lhe votavam encontra-se a cada passo no arquivo epistolográfico ricardiano. No caso de Carolina Michaëlis, transparece uma forte admiração recíproca. Numa das muitas missivas trocadas, resumem-se os tópicos que emergem de muito desse cartulário epistolar: saúde, doença, literatura:

“Exmo. Sr.

Mil vezes obrigada! A afetuosa simpatia de V.E encanta-me e entenece-me, embora os elogios exagerados me ruborizem. Não os mereço. Cumpro apenas os meus deveres alacrememente, mas às vezes mal. (...) atualmente não faço nada. Vou reconvalescendo. De quê? Da hidropisia biliar (com cálculos) de que me trataram na Alemanha com águas de Karlsbad. Sorri-me, com melancolia (passageira) ao ler o dizer de V. E (muito verídico, esse) que escrevo sem laivo biliar”, e perguntei-me se será por nunca despender nenhuma gota de amargoso líquido, que sofreu ataques tão violentos. Por causa deles não respondi à carta com que V. E. me obsequiou. Hoje, depois de ter percorrido o Boletim [sublinhado], apresso-me a dirigir-lhe estas linhas pedindo-lhe creia

¹⁷⁰ JORGE, Ricardo – *Souza Martins. Discurso proferido por Ricardo Jorge na Sociedade de Medicina e Cirurgia na sessão de 8-11-97. Extraído da «Gazeta Médica do Porto»*. Porto: Tip. a Vapor de Artur José de Sousa, 1897, pp. 23-24.

¹⁷¹ Sobre Joaquim de Vasconcelos veja-se: ALVES, Jorge Fernandes – “Sociabilidade Cultural no Porto de Oitocentos: em torno da figura de Joaquim de Vasconcelos”. In *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos - a sua projeção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2013, pp. 169-187. Sobre Carolina Michaëlis veja-se, por todos: DELILLE, Maria Manuela Gouveia – “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) – Uma alemã, mulher e erudita em Portugal”. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. LXI (1985), pp. 217-248.

no profundo reconhecimento com que mais uma vez me confesso de V.E. admiradora sincera Carolina Michaëlis de Vasconcelos.¹⁷²

A ligação ao universo dos intelectuais acentua-se a partir do momento que rumo a Lisboa. A partir de 1902 começa a escrever artigos para no jornal progressista *Novidades*, cujos diretores (Emídio Navarro, Barbosa Colen) e demais corpo redatorial se identificavam com os valores da monarquia constitucional, mas muito atentos à pressão dos ideais republicanos, que não partilhavam. Dados os seus antecedentes republicanos, poderíamos pensar que se operara em Ricardo Jorge uma mudança de campo político, mas não é isso que sucede, pelo facto deste periódico se ter tornado “em pouco tempo, o jornal predileto e o mais apreciado dos intelectuais, dos artistas, dos meios mundanos e dos políticos.”¹⁷³ Em consonância com esta visão, verifica-se que os artigos que publica entre 1902 e 1904 se inserem predominantemente no campo cultural e satírico.¹⁷⁴

Apesar de reconhecer que Ricardo Jorge foi muito citado nas antologias da língua, nos dicionários e enciclopédias, na história da higiene, epidemiologia e medicina, Barahona Fernandes diz que Ricardo Jorge teve um “eco passageiro no público, e nada influiu propriamente no movimento literário nacional.”¹⁷⁵ Cruz Malpique apontou que Ricardo Jorge estaria longe de ser um autor muito lido, quer pelo estilo, quer pelo léxico que empregava, restringindo-o aos olhos de uma elite.¹⁷⁶ A nossa opinião é diferente, o que não significa que concordemos com a segunda parte da afirmação de Barahona Fernandes. Apesar de podermos julgar e medir a leitura da obra de Ricardo Jorge pela batuta de uma pequena elite, é seguro afirmar que Ricardo Jorge era bastante lido, ultrapassando o âmbito restrito dessa elite culturalmente predisposta para apreciar a riqueza dos seus textos.

Esta suposição baseia-se em três premissas: por um lado, a escrita era eclética, versando muitas temáticas em paralelo, por outro lado devemos ter em atenção as diferentes tiragens e edições sucessivas de algumas das suas obras, em especial as narrativas de viagem que realizou pela Europa,

¹⁷² Missiva de Carolina M. de Vasconcelos dirigida a Ricardo Jorge em 30/10/1912. Cf. BNP Esp E/18 Cx. 1.

¹⁷³ CAYOLLA, Lourenço – *Revivendo o passado*. Lisboa: Imprensa Limitada, 1929, p. 147.

¹⁷⁴ Cf. JORGE, Ricardo – “O Xadrez”. *Novidades*. Ano XVIII (6 de outubro de 1902), p. 1e idem – “Uma visita a Seide”. *Novidades*. Ano XIX (1 de junho de 1903), p. 1 e idem – “A Cura dos Limões pelo Dr. Mirandela”. *Novidades*. Ano XIX (7 de junho de 1904), p.1.

¹⁷⁵ FERNANDES, Barahona – *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual*. Sep. de Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. T. 123. Nº 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 1959, p. 48.

¹⁷⁶ Cf. MALPIQUE, Cruz – *Ricardo Jorge, o escritor*. Separata da revista O Tripeiro. Ano XIII. Nº 11. Março de 1958, p. 8.

algumas contando vários milhares de exemplares. As crónicas que publicava na imprensa periódica também eram muito apreciadas e a crítica era-lhe particularmente favorável. Algumas das obras mais vendidas, como sejam *Canhenho dum Vagamundo*, *Passadas de Erradio*, *Sermões dum Leigo* ou *Camilo e António Aires*, não deixaram de merecer aplausos de todos os quadrantes da imprensa, que iam da mais regional à de maior tiragem, da mais erudita à mais popular.¹⁷⁷ Algumas destas obras resultaram da reunião de vários textos dispersos, posteriormente compilados em livro, e cujo sucesso surpreendeu o próprio autor, em particular o *Canhenho dum Vagamundo*.¹⁷⁸ Por fim, as cartas que leitores anónimos lhe remeteram atestam a existência de uma audiência algo abrangente e assídua.¹⁷⁹ Se ultrapassarmos o universo nacional, os textos com repercussões mais diretas no mundo médico europeu foram os ligados à história da medicina: algumas das suas obras suscitaram o interesse suficiente para serem vertidas em francês.¹⁸⁰ O mesmo sucederia com alguns dos seus textos memorialistas e evocações de epidemiologistas, como aquela que fez de Sir George Buchanan em 1937.¹⁸¹

Por vezes, até os discursos realizados em contexto puramente académico galgavam os muros da academia para merecerem a menção da imprensa, como sucedeu à conferência que dedicou a Pasteur em 1923.¹⁸² Referindo-se no mesmo ano ao *Canhenho dum Vagamundo* numa das várias recensões abonatórias que lhe dirigiram, o crítico literário da *Ilustração Portuguesa* expressou o sentimento geral em torno da popularidade das suas obras:

“Está de parabéns a literatura portuguesa. Um dos mais insignes cultores da língua, um dos mais admirados mestres do estilo, Ricardo Jorge, reuniu em volume as suas «impressões de viagem» (...) As crónicas magníficas de Ricardo Jorge, nas quais se reúne a uma original e inconfundível beleza de

¹⁷⁷ Veja-se o conjunto disperso de críticas abonatórias no *Comércio do Porto* em 1923, 1924 e 1925.

¹⁷⁸ “O público e a crítica bafejaram de tal e tanta maneira esta obra que a breve trecho desapareciam os exemplares dos escaparates das livrarias. Nunca pela ideia do seu autor passara que fosse assim favorecida de bom sucesso a nasçença dum livro singelo e leve, vindo à luz apenas pela fé do editor.” in JORGE, Ricardo – “Prefácio da 2ª edição”. In JORGE, Ricardo – *Canhenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 2ª Edição corrigida. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. V.

¹⁷⁹ Cf. BNP. Esp. E18/Cx. 1 e 2.

¹⁸⁰ Cf. “Domenico Theotocopouli, dit le Greco: étude biographique, médicale et critique, traduite et analysée par M. le Dr. Menier” *La Chronique Médicale. Revue Bi-Mensuelle de Médecine. Historique, Littéraire et Anecdote*. 20eme Année. N° 13 (Juillet 1913), p. 385.

¹⁸¹ Cf. “Bibliographie. - L'hygiéniste international Sir George S. Buchanan, par Ricardo Jorge. Une plaquette de 22 pages. Edition de la Clínica, hygiene e hidrologia. Lisbonne 1937”, *Revue d'hygiène et de médecine préventive*. N° 60 (1938), p. 213.

¹⁸² Cf. “Figuras & Factos”. *Ilustração Portuguesa*. 2ª série. N° 898 (5 de maio de 1923), [s.p.].

forma uma extraordinária erudição, um agudíssimo senso crítico, um singular poder evocativo e pictural, em que a nota humorística e a nota dramática por vezes se ferem maravilhosamente (...) Para que o novo trabalho de Ricardo Jorge não tivesse o êxito único que lhe prevemos, seria preciso que o gosto estivesse totalmente derrancado e o triunfo coubesse apenas aos medíocres com pretensões a grandes escritores.”¹⁸³

No entanto, há que convir que esta opinião reflete o que a *intelligentzia* portuguesa há muito reconhecia. O contacto com uma fatia significativa da elite intelectual do país foi uma constante que se acentuou durante a década de 20. A participação em duas revistas de pendor literário, histórico e cultural intensifica-se nessa altura: no *Arquivo Literário* (1923 – 1927) e na *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses* (1924 – 1927), esta última dirigida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos.¹⁸⁴ Na primeira, aparece junto a nomes como António Feijó, Trindade Coelho, Gonçalves Crespo e Cabral do Nascimento, ao passo que na segunda pontuam outras personalidades do mundo das letras como J. Lúcio de Azevedo, Edgar Prestage e Jaime Cortesão. A participação na *Lusitânia* fez-se a pedido de Carolina Michaëlis, cuja amizade era muito anterior a essa data, fazendo parte do corpo de redatores fundadores. Para além de Ricardo Jorge, o demais corpo de redatores era formado por diversos intelectuais, artistas e outros escritores: Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, António Sardinha, António Sérgio, Carlos Malheiro Dias, Faria de Vasconcelos, José Leite de Vasconcelos, Luciano Pereira da Silva, Mário de Azevedo Gomes, José de Figueiredo, Reynaldo dos Santos e Viana da Mota.

No exílio, D. Manuel II contava-se entre os leitores das obras de Ricardo Jorge. Depois do exílio em 1910, só o reencontraria no Mónaco em 1920, quando regressava de um congresso hidrológico. A amizade parece surgir apenas a partir desse encontro, tanto mais que não se conhece qualquer epistolografia trocada entre ambos antes dessa data. Numa missiva de 1925, entregue em mão a Ricardo Jorge pelo médico e amigo comum, António Lencastre, o ex-monarca revela-se também ele um bibliófilo apaixonado pelo passado, convidando-o a passar uma temporada em Fulwell Park para discutir os projetos de uma publicação bibliohistórica:

“Com um profundo interesse li os seus livros: encheram-me de encanto o «Canhenho d’um Vagabundo [sic] e as «Passadas de erradio». Não é pois só a oferta dos livros que lhe agradeço: permita-me, [sic] como Português que lhe agradeço o ter escrito estas duas obras, duas jóias a juntar a sua coleção.

¹⁸³ “Canhenho de um vagamundo, por Ricardo Jorge”. *Ilustração Portuguesa*. 2ª Série. Nº 919 (29 de setembro de 1923), p. 430.

¹⁸⁴ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (dir.) – *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*. Lisboa: 1924- 1927.

Falando há pouco com o nosso Lancastre, que eu chamara a Paris por causa da saúde de minha querida mãe, fizemos um plano que a ambos nos sorri: em mais detalhe ser-lhe-á exposto pelo Lancastre. Esse nosso amigo tenciona e assim mo prometeu) vir aqui no próximo mês de maio passar algum tempo em nossa casa: tivemos a ideia, de lhe vir pedir, meu caro Ricardo Jorge, de vir também, na mesma época passar alguns dias a esta humilde casa. Para mim seria uma alegria, pois teria dois mestres, junto dos quais tanto poderia aprender. Deixe-me tentá-lo! Tenho uma biblioteca interessante e livros raros. Essa biblioteca é a minha paixão. Vivo com os meus livros, estudando: tenho manuscritos curiosos, correspondências notáveis (uma das quais espero breve publicar, mais de 200 cartas da Rainha D^a Luísa para D. Francisco de Mello [ilegível] em Londres 1657-1660), enfim tenho minha causa, edições raras, a começar pelas 2 edições dos Lusíadas de 1572. (...)¹⁸⁵

Tendo desde jovem adulto olhado com simpatia a causa republicana, altura em que até terá ponderado escrever sobre “(...) a demonstração destes fenómenos degenerativos, vitais e mentais, nas dinastias reais portuguesas; (...)”,¹⁸⁶ em 1933 escreveu o artigo de crítica que abria o 3º volume da obra de D. Manuel II, onde louvava o trabalho de recolha bibliográfica desse “beneditino de Twickenham”, reconhecendo que com isso poderia decair na consideração dos amigos republicanos:

“A quem preze a inteireza independente do pensar e queira que justamente lha reconheçam, não é asado falar de reis, mesmo extintos. Um achará que se derreia em lisonjas perante a sombra do potentado – outro, ao invés, reparará na indiferença ou sem cerimónia com que se acraveia pelo estalão comum a cabeça unvida pelo sacramento da soberania. Censuras ambas para desprezar por aquele que se importe tão somente em manter a linha reta da vista crítica que manda avaliar as personalidades pelo seu *quantum* absoluto e relativo – excluído o condicionamento da situação de cada um. No domínio literário, artístico e científico não há nem houve jamais senão uma realza - a da inteligência em ação.”¹⁸⁷

Bem conhecido pela acutilância da sua crítica, fosse contra aqueles que por alguma razão entrasse em polémica, fosse pela falta de rigor na análise de qualquer problema científico ou histórico, compreende-se que também

¹⁸⁵ Missiva de D. Manuel II, escrita em Londres em 01/11/1925. Cf. BNP Esp E/18 Cx 1. Não esqueçamos que em 1929 publicou o primeiro volume da obra “Livros Antigos Portugueses 1489-1600, a *Biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima Descritos por S. M. El-Rei D. Manuel em Três volumes*. O segundo volume seria publicado em 1932, poucos meses antes de morrer subitamente.

¹⁸⁶ JORGE, Ricardo – *Sobre os «Livros Antigos Portugueses»*. [s.l]: [1933], [s.p].

¹⁸⁷ JORGE, Ricardo – *Sobre os «Livros Antigos Portugueses»*. [s.l]: [1933], [s.p].

tenha granjeado fama na crítica literária. Por essa razão, quando Bettencourt Raposo lhe entregou um caderno de quadras, na folha de oferta escreveu: “À crítica feroz do velho amigo R. Jorge”.¹⁸⁸ Não foi sem razão que manteve uma correspondência regular com outros intelectuais e escritores do seu tempo, e não lhe faltavam os pedidos para comentários, introduções ou prefácios a obras de pendor literário, mormente de colegas do mundo médico, mas também de escritores consagrados. Nesses casos, mostrava que “(...) a crítica do amigo verdadeiro deve ser severa, porque ninguém mais do que ele se deve sentir dos erros ou das faltas do seu afeiçoado; também ninguém como ele goza dos triunfos do amigo, mais que dos próprios.”¹⁸⁹

2.4 – Uma veia polémica

Uma das facetas de Ricardo Jorge é sem dúvida a das polémicas que foi travando ao longo da vida e os diferentes campos de batalha atestam a multiplicidade de questões em que esteve envolvido. No entanto, foram poucas as que se desenrolaram em torno da sua probidade científica, sendo talvez o melhor exemplo disso as acusações forjadas de espalhar a peste pela cidade em 1899, com o intuito de o denegrir perante uma opinião pública desgastada com o cordão sanitário. Antes disso, foi uma das propostas que lançou relativamente à reorganização do ensino médico, essa sim, aquela que lhe suscitou a primeira de várias e ferozes respostas quando confrontado.

Em 1885, no desenrolar de uma polémica que estala após propor a extinção da Faculdade de Medicina de Coimbra e a distribuição do corpo docente e dos equipamentos científicos pelas escolas médicas de Lisboa e Porto, respondeu sem quaisquer protestos de modéstia às provocações de Augusto Rocha e Sousa Refoios de forma acutilante e irónica no prólogo do *Anuário dos Progressos de Medicina* de 1885: “Verdade, verdade; o êxodo da Minerva lusa não é coisa em que Coimbra possa cismar de estômago assente. A universidade é a sua manutenção; Coimbra figura uma creche onde a puerícia suga em dois biberons, o da escolaridade da alta, e o da mercearia da baixa.” Respondendo aos que chamaram fedelhos às escolas de Lisboa e Porto, retorquia que “(...) em plena infância as tais crianças já laqueavam ilíacas ao passo que os filhos da mãe válida viam-se embaraçados com uma lanceta.” Esta resposta valeu-lhe um reparo do próprio Camilo em carta escrita em 1886: “Li o seu truculento artigo. Está soberbo de sarcasmo, de troça, de gebada no caturrisimo; peço-lhe porém, que seja aquela a sua última peça no género. O autor ou preletor das

¹⁸⁸ Cf. JORGE, Ricardo – “I. O cantador dos campos”. In RAPOSO, P. A. Bettencourt – *Sonetos*. Prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Imprensa Médica, 1936, p. VII.

¹⁸⁹ JORGE, Ricardo – “I. O cantador dos campos”. In RAPOSO, P. A. Bettencourt – *Sonetos*. Prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Imprensa Médica, 1936, p. VII.

Conferências e do *Relatório* não pode pendurar as esporas de ouro e afivelar os acicates de correia para fazer curvetear onagros que não obedecem ao freio. V. tem hoje um nome obrigante, amanhã, quando reler a sua charge, não gostará! Tolere estas rabugices a um velho que lhe quer como Pai, e submete a sua admiração às conveniências”.¹⁹⁰

Os conselhos de Camilo parecem ter acalmado as respostas acutilantes com que brindava os que o criticavam. Deixou de redarguir, mesmo que isso não fosse de encontro da sua personalidade combativa. Outros o chegariam a fazer por si. Em 1911, apontou precisamente as razões deste silêncio:

“Há vinte anos que desertara voluntariamente das arenas da polémica. Encolhia os ombros estoica e desdenhosamente quando o ódio médico, mais retrincado que o ódio teológico, acirrava contra mim provocações e perseguições sem fim. Lera em Renan o aforismo *Ne répondez jamais*; e obediente às injunções de Camilo, desafivelei, como ele me dizia, os acicates de correia com que fazia curvetear onagros. Mudo e quedo me mantive vinte anos, absorvido na porfia dos trabalhos e lutas de funcionário de saúde, o mais rude e inclemente mister em terra bastante rebelde á perceção e á disciplina da higiene social, – trabalhos e lutas em que se me foi ingloriamente escorrendo a vida e desbaratando a saúde. A atalaia dos inimigos ia mudando de sicários, mas em armas sempre de arremesso. E eu sempre silencioso e inerme, na paz da consciência cumprida. Às vezes as investidas eram tão desaforadas que os estranhos saíam à estacada a repeli-las. Tal o Bombarda, que mais d[e] uma vez terçou armas vigorosas em pró da causa e do homem, pondo em foco o móbil d[e] essas campanhas: *Malquerenças e sobretudo invejas, antipatias e sobretudo ciúmes*.”¹⁹¹

Mesmo assim, nesse mesmo ano viu-se obrigado a vexar um dos seus colaboradores, o então jovem e exaltado Carlos França. Tratava-se nessa altura de um desentendimento ocorrido após um surto epidémico de cólera que se declara na ilha da Madeira. Era sobretudo uma questão de autoridade: o Diretor Geral da Saúde era Ricardo Jorge e as ordens eram para cumprir. Carlos França mostrara-se indignado com a ordem de entregar para análise as fezes da equipa médica a que pertencia quando regressava da missão na Madeira. Politicamente respaldado, Ricardo Jorge fez valer de imediato a autoridade conferida pelo cargo: após 4 dias de internamento compulsivo no lazareto de Lisboa após terem desembarcado, os médicos da missão sanitária à Madeira tiveram de entregar as ditas amostras após serem intimados por ordem direta

¹⁹⁰ JORGE, Ricardo – “Camilo Castelo Branco. Memórias”. *O Século*. Ano 31. Nº 10586 (2 junho 1911), p. 1.

¹⁹¹ JORGE, Ricardo – *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911, pp. 44-45.

do Ministro do Interior. Encerrava-se dessa forma o caricato episódio. Não se encerrou, porém, a polémica com contornos de ataque pessoal entre Ricardo Jorge e Carlos França. Esta polémica ecoou na Câmara dos Deputados, com a defesa acalorada de Carlos França por parte Brandão de Vasconcelos, mesmo que não estivesse presente nenhum membro do governo.¹⁹²

A veia polémica reacendia-se um pouco ao sabor da acutilância com que se sentia ofendido ou na medida do desagravo que a questão lhe merecesse. Ainda no mesmo ano envolveu-se noutra, resultante da acusação de ter favorecido o próprio filho (Artur Ricardo Jorge) para o provimento de lugares num concurso público para subdelegados de saúde e guardas-mores. O assunto correu pela imprensa e chegou a envolver a Associação dos Médicos Portugueses, à qual foi solicitado um parecer. Trocas de missivas, explicações e defesas de honra, o que importou a Ricardo Jorge foi afastar de si as suspeitas de nepotismo, orquestradas no seu entender pela “(...) víbora da calúnia (...) e pelos vedores da imoralidade pública (...)”¹⁹³

A correspondência trocada em março de 1911 com o diretor na recente Faculdade de Medicina do Porto, ilustra a acutilância do discurso ricardiano, cujos eufemismos não deixavam ninguém indiferente. Em resposta a um ofício que Ricardo Jorge remeteu a essa faculdade, o então diretor Sousa Júnior julgou oportuno solicitar explicações acerca de algumas passagens menos claras:

“Ao Exmo. Sr. Prof. Ricardo Jorge

Era meu desejo apresentar já ao Conselho d’esta Faculdade o ofício que V. Ex^a me dirigiu com data de 14 do corrente. Lançou porém V. Ex^a n’esse documento uma frase ofensiva, não se sabe para quem, na qual, figurando-se o leão abatido, diz ser alvo de algum coice – é a tradução do “reflexo tibial” expressão de V.Ex^a - despedido por qualquer transeunte molestado com V. Ex^a durar e mexer. Isso me inibe de efetivar o meu desejo. Se a frase de V. Ex^a se refere a pessoas estranhas ao Conselho, não me parece que seja ele a coletividade própria a receber os lamentos de V. Ex^a n’aquele tom, porquanto nem todos os seus membros podem ser considerados por V. Ex^a como irmãos. Por um estrito dever de lealdade dirijo a V. Ex^a este ofício, dando-lhe ensejo a esclarecer a dita frase ou até, se V. Ex^a quisesse, a considera-la como não escrita. Espero que V. Ex^a se dignará responder-me, sem o que o seu ofício não será por mim levado ao conselho.”¹⁹⁴

A resposta de Ricardo Jorge, não tardou: “O conselho mandou-me dizer o que entendeu, eu respondi o que entendi, e o conselho recebe-lo-há como

¹⁹² Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão nº 73 (13 de março de 1912), p. 3.

¹⁹³ JORGE, Ricardo – *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911, p. 12.

¹⁹⁴ Carta de António Joaquim de Sousa Júnior, diretor da Faculdade de Medicina do Porto em 24 de março de 1911. Cf. BNP Esp. E/18 Cx 22.

entender; salvo o devido respeito, suponho que a ninguém assiste a faculdade de ser árbitro entre os bicos da minha pena e os ouvidos do conselho. Que V. Ex^a assumia esse direito de apresentar ou não o meu ofício, isso é com V. Ex^a; (...)¹⁹⁵

Outro episódio, este sim que fez correr muita tinta e certamente bem mais famoso por ter ultrapassado os umbrais do meio académico, prendeu-se com o plágio de um trabalho que lhe demoraria 5 anos a terminar e que foi publicando de forma parcelar. Zeloso do seu trabalho como escritor e historiador, não tolerava o plágio, e por essa razão dirimiu-se de razões com Teófilo Braga em finais de novembro de 1916, a quem acusou frontalmente de ter copiado o seu trabalho sobre Francisco Rodrigues Lobo, cuja publicação iniciara em 1913 na *Revista da Universidade de Coimbra* e só terminaria em 1918.¹⁹⁶

“Ao ver-me despojado da produção de minha lavra sobre Roiz Lobo, senti deveras um ímpeto de aborrecimento; a cópia sem citação tem desgraçadamente certa frequência entre nós, e não era a primeira vez que me sucedia ser alvo dessa subtração consciente ou inconsciente, sem dar sinal de enfado. Aqui não; esta empalmação descarada do Roiz Lobo não podia passar em claro, desde que a perpetrava um homem que se vangloria, e a quem vangloriam, de potestade das letras, – aliás um plagiário convicto, um parasita medrado nos pingos da pena alheia. Ia amargar este pica-livros a fazenda mal havida.”¹⁹⁷

A discussão entre ambos teve amplo eco na imprensa (no *Mundo* e na *Capital*) e deu azo à compilação de uma série de textos reunidos sob a forma de livro: *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia* (1917).¹⁹⁸ Depois da reação de Teófilo Braga à primeira crítica, o assunto fez correr tinta, num despique com contornos panfletários em crescendo de tom. Sabendo-se dono da razão, Ricardo Jorge não se refreou, demonstrando uma verbosidade fulminante. Atente-se a algumas das passagens fortes e agressivas, denotando o orgulho ferido de quem podia – e sabia – agredir com a força de terminologia bem dura o seu oponente, por vezes despojada de qualquer artifício de elegância diplomática:

¹⁹⁵ Carta de Ricardo Jorge dada em resposta à missiva de António Joaquim de Sousa Júnior de 24 de março de 1911. Cf. BNP Esp. E/18 Cx 22.

¹⁹⁶ Cf. os volumes II a VII da *Revista da Universidade de Coimbra*. Cf. o primeiro artigo: JORGE, Ricardo – “Francisco Rodrigues Lobo. Ensaio biográfico e crítico”, *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. II. Nº 4 (dezembro de 1913). Veja-se a compilação final em JORGE, Ricardo – *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

¹⁹⁷ JORGE, Ricardo – *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p. XII.

¹⁹⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917.

“Pois se a escritura é uma porcaria e o escritor um porco, porquê dobrar a língua? Porco na cópia, porco no plágio, porco no disparate, porco na deturpação, porco na fraude, porco da filúcia, porco na calúnia, porco na afronta: e como porco ainda é pouco – direi, como na peça de Sardou – si je savais un mot plus que cochon, je le choisirais.”¹⁹⁹

Não faltaram outros mimos dispersos, como “sapo concho e “charlatão de feira”, o que nos deixa a ideia de um Ricardo Jorge que não perdoava a quem o plagiava e depois o insultava no contraditório. No final da última missiva, confessou não ter resistido ao impulso de o desafrontar “(...) convencido de que presto, como me dizia um reto espírito, o serviço cívico de desmascarar o mais espantoso caso de charlatanismo de que tem sido vítima um povo, desde que o mundo é mundo.”²⁰⁰ Lendo apenas esta prosa demolidora, poder-se-ia pensar na existência de um profundo ódio pessoal entre ambos, mas a verdade é que Teófilo Braga foi desde sempre alvo de muitas e ásperas críticas por parte de figuras destacadas do universo literário, como seja Carolina Michaëlis, Braamcamp Freire, Delfim Guimarães, Antero de Quental ou um cáustico Camilo Castelo Branco,²⁰¹ depreciando-o violentamente pela sua alegada falta de escrupulo científico e acusando-o de recurso ao plágio no decurso da composição do trabalho literário. Não era, pois, uma novidade; até do Brasil já tinham surgido as críticas mais violentas, não faltando uma publicação do escritor Sílvio Romero com esse expresso propósito: *Uma Esperteza. Os Cantos e Contos populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga. Protesto* (1887).²⁰² No caso do plágio da obra sobre Rodrigues Lobo, também Carolina Michaëlis saiu a terreiro em defesa do amigo e confidente:

“A obra ainda não foi aproveitada. Que digo? Foi aproveitada, mas apenas parcialmente, quando ainda estava incompleta, por T. [Teófilo] Braga nos *Seiscentas* (1916). De um modo que descontentou o autor. Com razão porque é realmente injusto e pedantesco fazer pouco, como de coisa fútil, do trabalho de um *aficionado* que de cientista passou a homem de letras e a tal ponto se internou nos problemas de paleoliteratura que, deliciando-se a si próprio com

¹⁹⁹ JORGE, Ricardo – *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p. X.

²⁰⁰ JORGE, Ricardo – *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p. 119.

²⁰¹ Sem qualquer reboço, Camilo apelidou-o de “asno”, palavra escrita em letras garrafais, tal como se pode verificar em texto republicado no primeiro volume da revista *Arquivo Literário*, em 1923. Cf. “Um livro de Teófilo Braga anotado por Camilo”. *Arquivo Literário*. Vol. 1. T. 3 (Abril-Junho de 1923), p. 186.

²⁰² ROMÉRO, Sylvio – *Uma Esperteza. Os Cantos e Contos populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga. Protesto*. Rio de Janeiro: Tip. da Escola de Serafim José Alves, 1887.

as suas pesquisas e descobertas e deduções, delicia os leitores com a maneira viva e lúcida como narra a vida e analisa a obra do biografado, naquele estilo genuinamente nacional e de vigor pitoresco que distingue tudo quanto o Dr. Ricardo Jorge escreeveu, de 1879 em diante, quer relativo à arte *podalíria*, quer a outras artes.”²⁰³

Fosse, como já vimos, contra o plágio de um homem de letras como Teófilo Braga, ou contra os arrufos quase cómicos de um Carlos França escandalizado, Ricardo Jorge granjeou amizades mas também alguns ódios amargos. Os exemplos são vários, a começar por Júlio César de Abreu, médico de Alenquer, ou Carlos França, monárquico declarado que não enjeitou mudar rapidamente de bando aquando do 5 de Outubro, e que viu com maus olhos o posicionamento favorável do novo regime face a um Ricardo Jorge aparentemente intocado e intocável no contexto da nova mudança política. Ricardo Jorge, que inicialmente mantivera um bom relacionamento com ele, desde junho de 1911 não mais poupou “O traidor da memória de Pestana” em crítica acérrima e mordaz.

E não se eximiu de lançar uma crítica fulminante a Augusto da Silva Carvalho pela sua “enfezada e teratológica *História da Medicina Portuguesa* (...) tão rematadamente péssima”, também ela por plágio e por não fazer qualquer referência ao trabalho de Ricardo Jorge quando a citação se impunha.²⁰⁴ Parece que desde então não mais se enterrou o conflito, a julgar pelo artigo que Silva Carvalho publicou em 1932 aquando dos 50 anos de vida da famosa revista *Medicina Contemporânea*: é estranho que no apanhado historiográfico não faça uma única referência a Ricardo Jorge, quando este foi um dos principais participantes na fase de abertura da revista.²⁰⁵ Esta animosidade duraria o resto da vida: em 1937 voltaria à carga num texto implacável, defendendo a memória de Miguel Bombarda e Bettencourt Raposo das acusações de favoritismo para o provimento de lugares na EMCL nos concursos públicos.²⁰⁶

Ainda noutras polémicas de final de vida apontou armas a Paulo Durão e ao brasileiro Afonso de Taunay, este último em epistolografia trocada acerca

²⁰³ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – Prólogo, in JORGE, Ricardo – *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*. Conferência plenária proferida a 27-6-1921 perante o Congresso Científico Luso-Espanhol. Com um prefácio da Professora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Porto: Araújo & Sobrinho, 1921, pp. XVI e XVII.

²⁰⁴ Cf. JORGE, Ricardo – *Um pseudo-historiador justificado*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1932, pp. 11-31.

²⁰⁵ Cf. CARVALHO, Augusto da Silva – “O jornalismo médico português e «A Medicina Contemporânea»”. *A Medicina Contemporânea*. IIIª Série. Ano 50. Nº 1 (3 de janeiro de 1932), pp. 1-13.

²⁰⁶ Cf. JORGE, Ricardo – *Palavras mal proferidas*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*. Nº 35, de 29 de agosto de 1937. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.

do charlatanismo do Padre Bartolomeu de Gusmão.²⁰⁷ Em 1937, ainda desfiou a pena contra um velho inimigo, para “(...) tomado de impulso irreprimível, cauterizar esta insânia com nitrato de prata à moda antiga.”²⁰⁸

Com o passar dos anos Ricardo Jorge acabaria por deixar arrefecer a veia polémica, sobretudo na fase final da sua vida, recomendando aos seus amigos mais próximos que a evitassem. Como Alfredo Pimenta recordaria em 1939: “Todo se afligia quando me sabia envolvido em lutas; e logo me chamava ao telefone, ou me escrevia: «não polemique! É estéril. Desgosta-se e estafa-se. Não lhes responda».”²⁰⁹

2.5 – “Deus te reparta em bem – por esse mundo além!”: impressões de viagem

A partir de 1909 Ricardo Jorge inicia uma série de viagens regulares ao estrangeiro, sobretudo na Europa. Às que realizara em contexto oficial na qualidade de representante português no *Office*, na Organização de Higiene da SDN ou em congressos internacionais de medicina, acrescem aquelas que realizou por motivos de saúde ou em lazer.

O contexto inicial dessas digressões prende-se sobretudo com a participação no *Office*, reuniões regulares que a partir de 1912 o levariam com frequência a Paris e Genebra, motivando a escrita de uma série de impressões de viagem, muitas delas compiladas em volumes de grande aceitação junto do público. No pós-guerra essas viagens levam-no a paragens mais distantes. Para além das passagens pela França e Suíça nas primeiras duas décadas do século XX, nos anos 20 e 30 percorre outros países: Espanha, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Mónaco, Itália, seguindo-se a Jugoslávia, a Roménia, o Egipto, a Palestina, a Síria e Marrocos. Desde as memórias passadas numa Paris marcada pelo espectro da guerra às referências aos períodos de convalescença na Suíça, passando pelas digressões culturais a museus, galerias de arte e bibliotecas de várias cidades europeias, pelas viagens realizadas em contexto de congressos sanitários internacionais, de reuniões do Comité de higiene da SDN, ou apenas pelas visitas turísticas, viajar tornou-se algo de banal para um Ricardo Jorge “vagamundo”.

Resultaria daqui um conjunto heterogéneo de narrativas e impressões de viagem dispersas por vários periódicos, “(...) onde receberam por vezes

²⁰⁷ Cf. os excertos epistolográficos reproduzidos em COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola Lda, 1961, pp. 158-160.

²⁰⁸ JORGE, Ricardo – *Palavras mal proferidas*. Sep. de A Medicina Contemporânea. Nº 35, de 29 de agosto de 1937. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.

²⁰⁹ PIMENTA, Alfredo – “Ricardo Jorge”. *A Voz* (3 de agosto de 1939).

um acolhimento inesperado, (...)”²¹⁰. Posteriormente coligidas em forma de livros adendados com artigos inéditos e anotações diversas, entre 1923 e 1925 saem do prelo três dessas coletâneas: *Canhenho dum Vagamundo* (1923), que conhece um sucesso assinalável obrigando a uma 2ª edição em 1924, seguido de *Passadas de Erradio* (1924) e *Sermões dum Leigo* (1925). As *Passadas de Erradio* conhecem uma 2ª edição em 1926. Em 1961 seria dada à estampa uma obra póstuma com relatos de viagem ainda inéditos ou ainda não reunidos em livro, com o sugestivo título: *De Ceca e Meca*. Se tivermos em consideração as tiragens e as diferentes edições, verificamos que constituíram o conjunto de obras mais lido pelo grande público: *Canhenho dum Vagamundo* contou com uma tiragem de 7 000 exemplares, *Passadas de Erradio* com 4 000 e os *Sermões dum Leigo* com uma impressão de 2 000 exemplares.

Entre museus, monumentos e catedrais, descreveu com minúcia várias obras de arte dispersas por vários museus europeus e do Médio Oriente. Granada, Toledo, Córdoba, Madrid, Barcelona, Paris, Lyon, Bruxelas, Haia, Amsterdão, Leiden, Berlim, Dresden, Londres, Turim, Florença, Veneza, Nápoles, Istambul, Jerusalém e Cairo. Mais do que uma catarse, as viagens e a contemplação do belo completavam-lhe a existência.

“Neste declinar melancólico dos anos em que a emotividade externa se desgasta, não há nada que mais gratamente me comova do que o espetáculo das grandes obras de arte. Sensibilizo-me ao máximo ver-me no recinto da zeca de Córdoba, da Alhambra de Granada, da mesquita de Omar em Jerusalém, de Santa Sofia de Bizâncio, de S. Marcos de Veneza...Ao primeiro rodar de vista pela sala dos primitivos em Bruxelas as pálpebras de puro gozo se humedeceram.”²¹¹

Pelos locais onde passava dedicava-se a recolher postais que depois enviava à esposa. Espanha, França, Mónaco, Suíça, Reino Unido, Alemanha... a mera passagem de olhos pela coleção de postais, cartas e telegramas escritos nesses lugares denota o particular carinho que dedicava à mulher Leonor.²¹²

Fosse pela presença regular no *Office*, fosse pelos diversos congressos e eventos a que atendeu, as viagens tornaram-se parte integrante do ofício de sanitarista. Em 1933, contando já 75 anos de idade, emprestou-nos o breve desabafo de um dos seus anos de maior movimento:

²¹⁰ JORGE, Ricardo – *Canhenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1923, p. VIII.

²¹¹ JORGE, Ricardo – “Um vôo a Londres. VI – Pelos Museus”. In JORGE, Ricardo – *Canhenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 7º Milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. 85.

²¹² Cf. BNP. Esp. E18/Cx. 1, 2 e 27.

“Vim de arrancada o verão passado pelo Oriente-expresso, desde Bucareste a Marselha, saltando de congresso em congresso, onde tinha de ser presente e falante por imposição de camaradagem e colaboração. Na larguíssima estrada, em que as horas se sucedem mais lentas ainda que as tradicionais noites de Lamego, anda o pensamento destravado aos trambolhões, joguete de tudo quanto lhe jorra o subconsciente ou os olhos lhe fazem á flux de tanta estranha terra atravessada.”²¹³

Mesmo nestas alturas não dissociava a pena narrativa da crítica salutogénica mais mordaz. Estando hospedado no Hotel Lutetia em Paris a 17 de março de 1917, recordou Lausanne, onde tinha estado em outubro de 1908.²¹⁴ Regressaria ao cantão de Vaud em abril de 1913, novamente por razões terapêuticas. De saúde frágil, tinha recorrido a Vaud, numa altura em que o tratamento da dispepsia e das enterocolites ali fazia acorrer um volume considerável de portugueses. Com algum humor à mistura, também Ricardo Jorge o reconheceu:

“Não fui ave rara do meu país nessa migração terapêutica; bandos de portugueses, antes e depois, ali têm voejado por aquelas faldas montanhosas na fé de se limparem da pevide das tripas. E não tem sido o contingente que menos avulta relativamente, porque o português é uma vítima dileta da mazela intestinal e suas sequelas neuropáticas [sic]”²¹⁵

A enterocolite, sinal de insalubridade e muitas vezes de água contaminada era um problema comum que atravessava literalmente todo o tecido social português nas últimas décadas do século XIX e dealbar do século XX. Também se mostrou particularmente crítico quanto à arquitetura das escolas e hospitais portugueses quando os comparou com os que viu em Lausanne: “E lembrar-me eu, que na minha terra tantos dos estabelecimentos de ensino, do primário ao superior, se albergam em tugúrios de aluguer e casas de empréstimo, uma miséria franciscana que desde logo desmoraliza a instrução e os seus ministrantes. O hospital cantonal é uma perfeição estrutural e técnica, e modelar na sua Policlínica – instituição que decididamente nunca chegarei a ver luzir na nossa desconcertada organização hospitalar.”²¹⁶

²¹³ JORGE, Ricardo – “Soalheiras e Desportes”. *Diário de Lisboa. Edição mensal*. 1º Ano. Nº 3 (1 a 30 de julho de 1933), p. 27.

²¹⁴ Cf. JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. Nº 23 (1917), pp. 977- 986, ou JORGE, Ricardo de Almeida – *Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana*. Sep. de Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil. Vol. 6. Nº 23. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1917.

²¹⁵ JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. Nº 23 (1917), p. 978.

²¹⁶ JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. Nº 23 (1917), p. 983.

Em 1924 continuava a criticar às más condições higiênicas e alimentares que ia encontrando, desta feita sobre o restaurante do Entroncamento. Não poupou o dito estabelecimento, “(...) porque o restaurante do Entroncamento usurpa o título, tornando-se locanda muitos furos abaixo da mais ínfima tasca da Mouraria, salvo no preço. As avaras vitualhas são intragáveis, a água turva e salobra; para desafogo da indignação, causada pela sujice da mesa e da baiuca, não há senão que reparar nos camareiros, porque ninguém sofrerá uma gargalhada, vendo-os a servir a chanfana...de *smoking*.”²¹⁷

Em fevereiro de 1922 viaja de Trieste para Alexandria, demandando as terras do próximo oriente. Fê-lo em conformidade com a colaboração da Sociedade das Nações na defesa da Europa contra a peste, a cólera, e o perigo das peregrinações a Meca levarem a epidemia de cólera aos países de origem. Neste contexto visita o Cairo, Jerusalém, Damasco, Beirute e Constantinopla. Em julho de 1922 partia para Londres onde participaria no Congresso de História da Medicina que teve lugar na Royal Society of Medicine.

Nesse mesmo ano não deixaria de salientar a depreciação monetária do escudo quando comentava o valor pago pela passagem de uma das suas muitas viagens: “Vou ao vizinho escritório do Lloyd receber o bilhete, mandado entregar já pago pela Direção Médica da Sociedade das Nações. Custou a módica quantia de 41 libras esterlinas, correspondentes a três dias previstos de viagem, quer dizer, uma diária aproximada de 800 escudos do nosso depreciado numerário. É de arrepiar!”²¹⁸ No mesmo ano, ao visitar o British Museum de Londres voltava a apontar que “(...) mais do que uma vez obtive a reprodução de peças interessantes para os meus trabalhos de amor da paleoliteratura, copiadas a rigor (...) a preços acessíveis antes da era nefasta da desvalorização da moeda nacional.”²¹⁹ Mesmo assim, nada que se compare à depreciação do marco alemão, que em novembro de 1923 o levava a sublinhar: “não sei de exemplo mais clamante do grau de delírio atingido pela mentalidade europeia de após-guerra do que a seriedade aritmética com que se exprime em unidades seguidas de não sei quantos zeros o cambio alemão e à sua semelhança outros cambios avariados.”²²⁰

Por vezes, nas longas viagens de comboio encontra personagens cujo nome deixaria marca na memória portuguesa: em janeiro de 1924, quando se dirigia

²¹⁷ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 60.

²¹⁸ JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961.

²¹⁹ JORGE, Ricardo – “Um vôo a Londres. VI – Pelos Museus”. In JORGE, Ricardo – *Canbenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 2ª Edição corrigida. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. 78.

²²⁰ JORGE, Ricardo – “Aspetos de Paris”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 167.

a Madrid, ia acompanhado por Joshua Benoliel.²²¹ Noutro momento, ainda no rescaldo da Grande Guerra conhece Jaime Batalha Reis com quem tem uma “involvidável conversa de comboio.”²²²

Contudo, de todas as viagens aquela que parece ter-lhe deixado a maior marca emocional foi a que realizou ao Brasil em junho/julho de 1929 na companhia do filho Artur e de Jorge Monjardino, no âmbito dos festejos do Centenário da Academia Nacional de Medicina brasileira. Foi convidado por Miguel Couto, o então presidente da Academia. A julgar pelas palavras emocionadas que escreveu, esta passagem pelo Brasil foi possivelmente uma das viagens que mais o marcou. No regresso, trouxe uma pequena coleção de revistas locais onde a sua foto está presente nas diversas poses de grupo.²²³ O evento congregou todos os elementos do naipe governativo brasileiro e teve uma grande cobertura da imprensa que dele continuou a dar notícia ao longo de todo o mês de julho.

Em dezembro desse ano ultimava os retoques de um livro onde vertia os discursos das conferências que fizera na terra que fora o berço da sua mulher.²²⁴ A 30 de junho discursava na sessão solene do Teatro Municipal do Rio de Janeiro no Centenário da Academia Nacional de Medicina; no dia 1 de julho fazia nova dissertação discursiva na sessão de receção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Passa por Copacabana e mais tarde visita São Paulo, impressionado com o seu urbanismo e progresso, onde a pedido do cônsul português inaugurou a Biblioteca Portuguesa de São Paulo. Por seu turno, a Academia Brasileira de Letras recebeu-o em 20 de julho onde proferiu uma conferência intitulada: *Sobre o brasilismo em Portugal*. Num texto eivado de memórias portuenses, evocou a imagem dos portugueses nortenhos que emigravam para as Terras de Vera Cruz embarcados a partir do Porto. Exalta os vultos da literatura brasileira: Machado de Assis, Rui Barbosa, Raimundo Correia e Olavo Bilac, apontando o papel pioneiro de Oswaldo Cruz no combate à febre-amarela. A passagem pelo Brasil afigurou-se-lhe como um “(...) sonho, o sonho para sempre sonhado no regaço feiticeiro do Brasil.”²²⁵ e se este fosse “(...) o marco último da carreira, por abençoado o dou: – ver o Brasil e depois morrer, *c’est mourir en beauté*.”²²⁶

²²¹ Cf. JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 59.

²²² JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 96.

²²³ Cf. as fotos e artigos das várias revistas trazidas do Brasil, guardadas no espólio: *Careta*. Ano XXII. Nº 1098 (6 julho 1929), p. 29; *FonFon*. Ano XXIII. Nº 27 (6 julho 1929), p. 39; *FonFon*. Ano XXIII. Nº 28 (13 julho 1929), p. 39 e *Para Todos*. Ano XXI. Nº 552 (13 julho 1929), p. 26.

²²⁴ Cf. JORGE, Ricardo – *Brasil! Brasil!* Conferência na Academia Brasileira de Letras sobre o Brasilismo em Portugal e alocuções proferidas no Rio e em S. Paulo de 30-6 a 25-7 de 1929. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930.

²²⁵ JORGE, Ricardo – *Brasil! Brasil!* Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930, p. 122.

²²⁶ JORGE, Ricardo – *Brasil! Brasil!* Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930, p. 126.



Foto 2 – Ricardo Jorge no Brasil em julho de 1929, aquando das comemorações do centenário da academia de Medicina do Brasil. Fonte: *Fon-Fon*. Ano XXIII. Nº 27 (6 de julho de 1929), p. 39. A seta vermelha foi colocada pelo próprio na revista que se encontra no seu espólio.



Foto 3 – Inauguração da Biblioteca Portuguesa de São Paulo: 13 de julho de 1929. Nessa data comemorava-se o 9º aniversário da fundação do Clube Português de São Paulo. Da esquerda para a direita: Nestor Rangel Pestana, H. de Moura, Ricardo Jorge, Major Ferreira, o cônsul José Augusto de Magalhães, A. Peixoto e António Sampaio. Fonte: cortesia do Clube Cultural da Biblioteca Portuguesa de São Paulo.

O mundo mudava rapidamente, sujeito a convulsões políticas que faziam e desfaziam nações, ou ainda exposto a tecnologias que transpiravam modernidade: da rapidez dos meios de transportes à universalidade do cinema, das metamorfoses da Paris finissecular de oitocentos às mudanças migratórias, das mudanças impostas pela telefonia sem fios às novas modas da maquiagem feminina, da música e da dança, do jazz-band e do fox-trot. Estes aspetos peculiares, heterogêneos e até pitorescos, são reequacionados por um Ricardo Jorge cuja existência é cruzada por mudanças e ventos contínuos de modernidade.

“Deus te reparta em bem – por esse mundo além!” dizia-lhe a sua mãe quando ainda era criança.²²⁷ Poucas frases caíam tão bem a um Ricardo Jorge errante e “vagamundo”.

²²⁷ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio. Impressões e estudos de viagem*. 7º milhar. Lisboa Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 4.

3 – CAMINHOS E DESCAMINHOS: DA CIDADE INVICTA ATÉ LISBOA

3.1 – A vida no Porto: do Colégio da Lapa à Escola Médico-Cirúrgica

Os esboços biográficos sobre Ricardo Jorge são relativamente abundantes, como abundantes continuam a ser as biografias mais ou menos breves que sobre ele se vão repetindo sempre que se pretende caracterizá-lo.

Maximiano Lemos redigiu o primeiro bosquejo que se conhece sobre o seu colega da Escola Médico-Cirúrgica, muito pelo facto de ambos nutrirem um interesse comum pela História da Medicina, área que Maximiano Lemos inaugura em finais do século XIX com a seminal *História da Medicina em Portugal* (1899),²²⁸ calcorreando intensamente um domínio do saber que ofuscaria todas as demais atividades que desenvolveu enquanto médico e professor. Na *História do Ensino Médico no Porto* (1925),²²⁹ Ricardo Jorge é visto sob a lupa do historiador que privilegia factos e acontecimentos, o mesmo tendo acontecido anos antes, em 1905, quando o mesmo autor o descreveu sob o prisma da produção científica.²³⁰ A partir de 1926 será a vez de Fernando da Silva Correia aportar a sua visão biográfica, mas não deixaria de ser o próprio Ricardo Jorge quem traça de forma muito esparsa e muito pessoal alguns dos seus episódios de vida.

Ricardo de Almeida Jorge nasceu no Porto a 9 de maio de 1858 no nº 91 da então rua de Dezasseis de Maio (conhecida popularmente como rua da Sovela), hoje rua dos Mártires da Liberdade, filho de Ana Rita de Jesus e José de Almeida Jorge, ferreiro de profissão na Rua do Almada, bem no centro do

²²⁸ Cf. LEMOS, Maximiano – *História da Medicina em Portugal: instituições e doutrinas*. Vol. I e II. Lisboa: D. Quixote e Ordem dos Médicos, 1991. (1ª ed. 1899). Em 1881, ou seja, 18 anos antes desta obra ser publicada, já a sua dissertação inaugural se debruçara sobre o mesmo tema. Cf. LEMOS, Maximiano – *A Medicina em Portugal até aos fins do século XVIII (Tentativa histórica)*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Comercial, 1881.

²²⁹ Cf. LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. A vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925.

²³⁰ LEMOS, Maximiano de – *A obra científica de Ricardo Jorge. Discurso proferido na Sociedade de Medicina e Cirurgia em sessão de 20 de fevereiro de 1905*. Porto: Tip. de Artur José de Souza & Irmão, 1905.

que hoje é a baixa portuense.²³¹ O prédio onde nasceu já não existe, sendo hoje ocupado pelo nº 221, onde se encontra uma placa de bronze aludindo ao nascimento de Ricardo Jorge, aí colocada a 9 de maio de 1958. O pai tinha 7 irmãos e viera de Vilharigues, terras de Lafões. A mãe era portuense, com outros tantos irmãos, viu a família espalhada pelo Brasil, entre o Rio de Janeiro e o Pará, pelo que “De infância que conheci a cada passo a repercussão familiar dos avatares destes peregrinos, bafejados uns pela boa fortuna, enfeitados outros pela má sorte.”²³² A ligação ao Brasil pela via familiar permitir-lhe-ia mais tarde conhecer a sua futura mulher, sua prima direita. Já na fase final da sua vida, em 1936 evocou a profissão paterna, apontando em jeito de analogia que o destino, em vez do aço da forja, lhe “meteu nos dedos infantis o aço da pena”.²³³ Curiosamente, também o seu avô materno fora ferreiro na rua Direita, tal como o filho deste (seu tio materno) Miguel Couto dos Santos, que aos 16 anos emigrara para o Brasil onde acabaria por se estabelecer como mestre ferreiro, serralheiro e fundidor da Casa Imperial.²³⁴

O ambiente familiar era modesto, sem que isso signifique ausência de atenção a um jovem que desde os tempos da formação escolar se terá revelado particularmente empenhado nas lides académicas. Com apenas 4 anos e meio começa a frequentar a escola, ingressando aos 7 como aluno externo no Colégio da Real Irmandade da Lapa, estabelecimento de ensino com reputação firmada não só no Porto mas no norte do país, fundado pelo pai de Ramalho Ortigão.²³⁵ Aí teve por mestres o próprio Ramalho Ortigão e Manuel Rodrigues da Silva Pinto, o primeiro como professor de francês e o segundo de português, – e que mais tarde seria professor de medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto – onde imperava o castigo corporal pela palmatória, “Sempre à mão e raro em repouso, funcionava como instrumento educativo e auxiliar pedagógico imprescindível”.²³⁶ Mas não parece que todo o corpo docente fizesse uso regular do odiado instrumento: Ramalho Ortigão “(...) poupava-nos ao menos as

²³¹ Cf. MONTEIRO, Hernâni – “Ricardo Jorge na Escola Médico-Cirúrgica do Porto”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 315-365.

²³² JORGE, Ricardo – *Brasil! Brasil!* Conferência na Academia Brasileira de Letras sobre o Brasilismo em Portugal e alocuções proferidas no Rio e em S. Paulo de 30-6 a 25-7 de 1929. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930, p. 27.

²³³ Cf. JORGE, Ricardo – “I. O cantor dos campos”. In RAPOSO, P. A. Bettencourt – *Sonetos*. Prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Imprensa Médica, 1936, pp. VII.

²³⁴ Cf. JORGE, Ricardo – “O Mestre-fundidor Miguel Couto e o Imperador. Recordações”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, pp. 197-202.

²³⁵ A respeito do Colégio da Lapa veja-se: SILVA, Francisco Ribeiro da – “O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de oitocentos”. *Revista da Faculdade de Letras-História*. IIIª série. Vol. I (2000), pp. 53-66.

²³⁶ JORGE, Ricardo – “O abcê e a escola velha (recordações)”. In PORTUGAL. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Homenagem à memória do Professor Ricardo Jorge*. Número especial

unhas à palmatória; raro brandia, e nunca além de duas palmatoadas, aquele descomunal, *corretor* da Lapa, o terror da minha geração.”²³⁷ Ainda nesse colégio teria Joaquim Leite como professor de latim, posteriormente substituído no liceu por Manuel Emílio Dantas. Ambos seriam os principais responsáveis pela educação clássica e gosto pelas humanidades. “Eis como arqueei com a latinidade. Sentava-me à banca toda a tarde, entrava pela noite dentro até às 10 ou 11, e ao outro dia repegava nos livros das 4 para a 5 da madrugada.”²³⁸ Passou mais tarde a frequentar o Liceu de Santa Catarina, dos 8 aos 16 anos, altura em que ingressa na Escola Médico-Cirúrgica.

A infância e adolescência foram passadas numa cidade de forte pendor comercial onde a atividade industrial também começava a apresentar um franco dinamismo.²³⁹ Nessa segunda metade de oitocentos, assistiu à expansão da malha urbana que entretanto se intensificava, à renovação e criação de novas infraestruturas de circulação e aos movimentos populacionais que faziam da sua cidade um polo de atração das regiões circunvizinhas, fenómeno que se tornou mais intenso com o passar das décadas.

As referências que nos legou acerca da sua infância em terras portuenses são escassas, mas o pouco que escreveu acerca dessa época remete-nos para instantes familiares ou episódios tão plenos de banalidade como de humor. Num deles, recordou os banhos “forçados” a que fora sujeito na foz do rio Douro: “O` costumes velhos! Por um instante retrocedo, não direi quantos decénios atrás, á praia tripeira da Foz do Doiro, onde menino me afocinhamam sufocante e chorocho, na onda dos caneiros, satirizados pelo Ramalho, (...)”²⁴⁰. Noutro episódio, relembra a emoção sentida durante a primeira ida ao teatro, quando contaria não mais de 8 ou 9 anos, impressionado com o ambiente do Teatro São João: “Porque o primeiro espetáculo a que assisti na minha vida foi o *Fausto*, cantado no Teatro de S. João no Porto – o célebre teatro do Almada, onde o pano de fundo era a da traça e da borracha do grande sequeira.”²⁴¹

Outras evocações de infância aludem a episódios igualmente pitorescos, desde os cegos cantadores que animavam as ruas às missas na Igreja da Lapa,

do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1941, p. 308.

²³⁷ JORGE, Ricardo – *Ramalho Ortigão*. Lisboa: A Editora, 1915, p. 7.

²³⁸ JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, pp. 110-111.

²³⁹ Para uma visão sintética da cidade do Porto no século XIX, veja-se SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”, in RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2001, pp. 377 - 521.

²⁴⁰ JORGE, Ricardo – “Soalheiras e Desportes”. *Diário de Lisboa. Edição mensal*. 1º Ano. Nº 3 (1 a 30 de julho de 1933), p. 27.

²⁴¹ JORGE, Ricardo – “De Lião”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 158.

à imagem aprumada e bem vestida de um Ramalho Ortigão percorrendo o estrado da aula no Colégio da Lapa, passando pela lembrança do trabalho dos seus mestres de latim e das festas populares. Tanto as memórias do dia de Todos os Santos como as festividades sanjoaninas não deixaram de ter em Ricardo Jorge um atento narrador, especialmente o dia de São João, antiga tradição portuense de grande expressão popular que lhe valeu uma interessante e colorida descrição, tal qual a presenciara a partir da alameda da Lapa.²⁴²

O tempo passado na Escola-Médico Cirúrgica do Porto, que frequentou entre 1874 e 1879, foi de um particular êxito académico, aspeto bem destacado por todos os seus biógrafos e contemporâneos: terminou o curso com 21 anos, destacando-se dos demais colegas pelos méritos académicos, defendendo a sua dissertação inaugural dedicada à neurologia e em parte à psiquiatria, intitulada *Um ensaio sobre o nervosismo* (1879). Nesse extenso e documentado ensaio de pendor expositivo realizado no decorrer de uns escassos 3 meses, realçou o papel do sistema nervoso nos fenómenos fisiológicos e patológicos, evidenciando a ação do sistema nervoso na evolução geral dos organismos e realizando uma correspondência entre o nervosismo e os vários sistemas médicos: o solidismo, o humorismo, o vitalismo e o animismo. O celularismo de Virchow deixara-lhe uma forte impressão. A leitura da *Patologia Celular* do histologista despertara-lhe a vontade de se dedicar à construção da ciência médica de base experimental:

“Virchow – fui seu ledor assíduo quando aprendia os rudimentos da profissão nas bancadas escolares. Era o meu livro de debaixo do braço e do travesseiro, que guardo como relíquia; na minha paixão juvenil tinha-o por epítome da ciência a que me ia dedicar. Aquela *Patologia Celular*, produção de verdadeira genialidade, não é apenas o maior livro da medicina do século, é a carta constitucional de toda a sistematização médico-científica e médico-prática, temporânea e futura.”²⁴³

Numa altura em que o exercício da profissão médica ainda era permeada pelos laivos de um sacerdócio laico, Ricardo Jorge oscila rapidamente para o campo aberto pela modernidade científica. Mostrava abertamente uma fé inabalável no progresso protagonizado pela mão da ciência de matriz positivo, para quem “A ciência moderna, propelida pela mão potente do progresso, rasga um horizonte radioso, e, presa d’uma curiosidade insaciável, envida as suas

²⁴² Cf. JORGE, Ricardo – “De Paris. III – Noite de S. João”. In JORGE, Ricardo – *Canbenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 2ª Edição corrigida. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, pp. 139-148 e idem – “De Paris. IV – Todos os santos e fiéis defuntos”. In JORGE, Ricardo – *Canbenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, pp. 149-155.

²⁴³ JORGE, Ricardo – “À porta de Brandenburgo”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 141.

forças na renovação incessante das ideias e dos factos, labuta na dilatação dos âmbitos que a circunscrevem.”²⁴⁴ Nessa altura o positivismo estruturava as bases da educação europeia a partir da conceção de Auguste Comte, assente na ideia de progresso associada à evolução como forma de entender o mundo social. A revista *O Positivismo* (1879-1882) fundada por Teófilo Braga e Júlio de Matos, contaria entre os seus colaboradores alguns nomes sonantes da medicina portuguesa de então, entre outros, Augusto Rocha, Bettencourt Raposo, Cândido de Pinho, e até de Basílio Teles, que durante algum tempo chegou a frequentar a Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Estranhamente – diríamos nós, se tivermos em atenção a influência da corrente positivista comtiana na geração médica de então – encontrava-se muito menos próximo do positivismo comtiano do que se poderia pensar, revelando-se mais alinhado com o positivismo inglês de John Stuart Mill e o evolucionismo de Herbert Spencer, por força da formação na escola médica:

“Aos 16 anos, já na Politécnica, travei conhecimento numas férias em Lafões, com o *Curso de filosofia positiva*, volumes emprestados por uma douta e bibliófila senhora da família Correia de Oliveira. Perdeu-se ali logo um prosélito, apesar de inexperiente; aquele dogmatismo pseudocientífico e aquela limitação imposta ao entendimento, alhearam-me para todo o sempre de Comte. (...) O positivismo inglês de Stuart Mill e de Spencer teve melhor fortuna; era dominante nas nossas escolas médicas e nele me abeberei. Trouxe o darwinismo um forte apoio ao evolucionismo spenceriano, de que se admirava a poderosa trilogia dos *Princípios* – *Biologia, Psicologia e Sociologia*.”²⁴⁵

O evolucionismo, fosse de cunho spenceriano ou da lavra de Haeckel, teve uma clara influência no pensamento de outros escritores e pensadores coevos, que de uma forma mais ou menos explícita viram o seu pensamento permeado por essa influência. Eça de Queiroz, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, assumiram posições em favor do evolucionismo, pelo que não será de estranhar que Ricardo Jorge, pela sua proximidade sobretudo a Ramalho Ortigão e Oliveira Martins também embarcasse na mesma tendência cultural. Também os ecos do darwinismo chegaram a Ricardo Jorge, como se pode depreender da leitura da sua *Revista Científica* (1881), permeando de igual maneira outras revistas do seu tempo, como a *Atualidade*, a *Renascença*, a *Revista de Portugal*, ou a *Revista Ocidental*.²⁴⁶

²⁴⁴ JORGE, Ricardo – *Um ensaio sobre o nervosismo. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Porto: Tip. Ocidental, 1879, p. 1.

²⁴⁵ JORGE, Ricardo – [Prefácio]. In PIMENTA, Alfredo – *Estudos filosóficos e críticos*. Prefácio do Prof. Dr. Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, p. XVII - XVIII.

²⁴⁶ Sobre a aceitação do darwinismo em Portugal veja-se, por todos PEREIRA, Ana Leonor – *Darwin em Portugal [1865-1914]: Filosofia, História, Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001.

Agora diplomado como médico-cirurgião, poderia ter iniciado a clínica a qualquer momento. No entanto, fruto do relevo que obteve durante o curso, apresentou-se no ano seguinte a concurso para o lugar de professor substituto da secção cirúrgica na mesma escola em que se formara no ano anterior, com uma dissertação de concurso intitulada: *Localizações motrizes do cérebro* (1880).²⁴⁷ Tendo vencido o concurso perante os demais 5 candidatos,²⁴⁸ deu início a um período de atividade “verdadeiramente febril”,²⁴⁹ desempenhando não só as funções inerentes à docência, mas também na clínica privada, atividade de que inicialmente não abdicou, apesar de se poder considerar paralela e até residual quando comparada com a docência, tanto mais que acabaria por ser chamado a reger várias cadeiras: anatomia, histologia e fisiologia experimental.

Apesar da escola médica dispor de um corpo docente de produção científica reduzida, era um lugar onde pontuavam algumas das personagens de referência da ciência médica do seu tempo, incluindo vários exemplos de médicos com formação académica realizada além-fronteiras, a quem não faltaram as digressões científicas europeias. Veja-se apenas o caso de Aires de Gouveia Osório, doutorado em Edimburgo e que realizara uma viagem de estudo por vários países europeus, ou o de José Carlos Lopes, doutor pela Universidade de Paris. Ricardo Jorge passou a integrar o corpo docente que em 1880/1881 era composto por uma elite: Pedro Dias, José Carlos Lopes, Aires de Gouveia Osório, Manuel Maria da Costa Leite, Agostinho do Souto, João Dias Lebre, António de Oliveira Monteiro, António Joaquim de Moraes Caldas, Ilídio do Vale, Eduardo Pimenta, Urbino de Freitas, Silva Pinto, Miguel Artur da Costa Santos, Manuel de Jesus Antunes Lemos, Cândido de Pinho, Azevedo Maia, Augusto Henrique de Almeida Brandão e António Plácido.²⁵⁰

Para além da docência, ocupou o cargo de secretário durante o tempo em que foi professor substituto, tendo ainda dirigido o gabinete de histologia nos anos de 1881-82, após ter sido encarregado pelo Conselho de fazer um curso de histologia prática para os alunos do 1º e 2º anos,²⁵¹ quando esta ainda não fazia parte do

²⁴⁷ JORGE, Ricardo de Almeida – *Localizações motrizes do cérebro*. Dissertação de concurso apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1880.

²⁴⁸ José de Melo Ferrari, Cândido de Pinho, Miguel Artur da Costa Santos e José Guilherme Batista Dias. Cf. MONTEIRO, Hernâni – “Ricardo Jorge na Escola Médico-Cirúrgica do Porto”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), p. 327.

²⁴⁹ LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. a vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925, p. 224.

²⁵⁰ Cf. a recordação que traçou dos seus mestres em JORGE, Ricardo – “Beatui Mortui”. In GARCIA, J. P.; MOURA, Z. – *Porto Académico*. Número único comemorativo do 1º Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica. Porto, Imprensa Portuguesa (abril 1937), pp. 5-6, e ainda a biografia de todos estes professores em LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. a vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925.

²⁵¹ Cf. a referência a este gabinete em LEMOS, António de Sousa Magalhães e – *A Região Psicomotriz. Apontamentos para contribuir ao estudo da sua anatomia*. Dissertação inaugural

rol das disciplinas da Escola Médico-Cirúrgica. Tendo constatado a exiguidade do material disponível, viu-se na contingência de iniciar um trabalho talhado de raiz, algo completamente novo no contexto da escola portuense:

“Mal entrei para a escola meti-me a trabalhar em histologia. Encontrei apenas um microscópio Nachet que fora do Silva Amado, um micrótomo de mão e pouco mais. Técnica tive de aprende-la inteiramente por esforço próprio, material de toda a ordem, a começar por micrótomos capazes, mandei-os vir, autorizado pelo Conselho, que louvou e favoreceu a iniciativa. Trabalhei ali anos seguidos, 2 e 3 horas por dia (...).”²⁵²

Esta incursão seria em breve transferida para a alçada de António Plácido, uma vez que a par desta atividade docente se começou a interessar pela hidroterapia. Na realidade, o primeiro curso livre e gratuito sobre histologia data de 1879, ministrado pelo então aluno António Plácido. Após ter criado o curso prático de histologia, Ricardo Jorge convidou-o a assegurar o curso, o que faria de forma intermitente, o que fará até 1894. Daí em diante, António Plácido encarregar-se-ia da regência do curso de histologia financiado pelo dinheiro remanescente do legado Nobre, até 1903, altura em que por fim se cria a cadeira oficial de histologia.

Ricardo Jorge voltava-se agora para a hidroterapia, assente num projeto comercial. Desde 1881 começou a apostar nas potencialidades abertas pela hidroterapia, área terapêutica que passava a ter na análise das águas termais um forte argumento científico. Colaborando com o médico brasileiro Miguel Couto dos Santos,²⁵³ seu cunhado (irmão da sua mulher Leonor, também nascida no Brasil) e diretor do estabelecimento balnear de Pedras Salgadas, funda nesse ano o Instituto Hidroterápico e Electroterápico, nas dependências do Grande Hotel do Porto. Com a morte precoce do cunhado em 1882, este instituto passa a ser dirigido por Ricardo Jorge em parceria com um dos seus colegas de docência: Augusto Henrique de Almeida Brandão. A publicidade a este estabelecimento conferiu-lhe grande visibilidade, como é fácil de depreender dos constantes anúncios às várias hidroterapias disponibilizadas, onde ressaltava com claro destaque o nome de Ricardo Jorge.

Os anúncios publicitários ao “Instituto Sanitário Hidroterápico” mantiveram-se ao longo de 1882 na *Folha Nova*, e em 1884 e 1885 no periódico *A Saúde*

apresentada e defendida na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1882, p. XXVI.

²⁵² Missiva de Ricardo Jorge cit. in COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola Lda, 1961, p. 171.

²⁵³ Não confundir com o tio materno de Ricardo Jorge, pai e homónimo de Miguel Couto dos Santos.

Pública: “Instituto Hidroterápico e Electroterápico dos médicos Ricardo Jorge e Augusto Brandão. (No edifício do Grande Hotel do Porto). Fundado em fevereiro de 1881 e reinstalado em maio de 1882 (...) é o único estabelecimento do seu género em nosso país, preenchendo uma lacuna deplorável, e prestando aos clínicos e aos doentes um recurso terapêutico de primeira ordem. Duches de pressões e temperaturas variáveis. Banhos de estufa e de vapor. Banhos russos. Massagens metódicas. Ginástica médica. Electroterapia completa. Faradizações, galvanizações, franklinizações com os mais perfeitos aparelhos. Magnetizações. - Placas de Burg. (...) Pulverizações. - Ignipunctura, (...)” Ricardo Jorge dava consultas das 13h00 às 15h00.²⁵⁴

Não tardou a fazer parte de uma rede formada pelo escol médico portuense. Acompanhado por Miguel Artur da Costa Santos²⁵⁵ e Cândido Augusto Correia de Pinho, todos eles nomeados professores na EMCP em 1880, estreou-se no mundo do periodismo ao fundar em 1882 a *Revista Científica*, rompendo com cânones exclusivamente médicos e abrindo-se a campos mais latos do espectro científico. Elaborada num estilo original para a época, os assuntos eram abordados por temas e especialidades: física, química, biologia, economia política, fisiologia, medicina e etnologia, contando com um leque de colaboradores eclético e muito especializado. Para além de Ricardo Jorge, que assina artigos sobre biologia, medicina e história, encontramos Magalhães Lemos na fisiologia, Ferreira da Silva na química, Rodrigues de Freitas na economia política, para além de Leite de Vasconcelos e Martins Sarmento na arqueologia e etnografia. A estes nomes acresciam ainda Maximiano Lemos, Oliveira Martins e Bernardino Machado. Apesar da modernidade da abordagem e da heterogeneidade temática dos conteúdos, esta experiência terminou ao fim de 12 números, ditada em forte medida pela morte prematura de Miguel Artur da Costa Santos. Depois desta revista, participou seguidamente noutra gazeta médica de vida igualmente curta: *A Saúde Pública, Hebdomadário de Higiene*, que se publicou entre 1884 e 1887 e onde colaboraram vários dos seus colegas da escola médica, incluindo Gouveia Osório, Agostinho do Souto, Antunes Lemos, Eduardo Pimenta, Magalhães Lemos, Tito Fontes e muitos outros.

Esta incursão inicial na imprensa médica insere-se num contexto de grande expansão e divulgação dos saberes médicos. Nos finais de oitocentos as revistas científicas assumiam um forte papel na transmissão, problematização e difusão dos saberes médico-científicos. Se por um lado se assiste a um declínio progressivo dos manuais enquanto instrumentos de eleição para veicular o progresso e

²⁵⁴ Este estabelecimento manteve-se em atividade pelo menos até 1888, a julgar pela publicidade inserta no periódico *Norte*. Cf. a publicidade em *Norte*. Ano I. Nº 73 (29 março 1888), [s.p].

²⁵⁵ Miguel Artur da Costa Santos (1851-1882). Na curta carreira de professor substituto na Escola Médico-Cirúrgica do Porto conheceu Ricardo Jorge com quem travou amizade. A sua morte prematura em finais de 1882 ditou o fim da *Revista Científica*. Cf. – “A memória de Miguel Artur. - Miguel Artur”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 10 (outubro de 1882), pp. 489-496.

a inovação, esse lugar passa a ser desempenhado de forma quase integral pela imprensa, tanto a nacional quanto a estrangeira. Por outro lado, os periódicos encontravam-se entre as principais atividades das sociedades científicas da altura, desempenhando um papel preponderante na regulação da comunicação científica, desenhando as fronteiras do conhecimento e conferindo prestígio aos que faziam circular os saberes específicos de determinada área através desse expediente. Alguns nomes que rapidamente se tornariam sonantes e gozando de vida longa surgiram precisamente na década de 80, numa altura em que a imprensa médica se encontrava em particular ebulição: em 1883 *A Medicina Contemporânea* dava os primeiros passos do que seria um dos periódicos com maior impacto e longevidade, o mesmo ano em que a *Coimbra Médica* – outro título de referência – lançava o seu primeiro número.

Num país em que esta imprensa especializada era dominada por títulos provenientes de Lisboa, em particular pelo *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*, e numa primeira metade do século XIX onde muitas das incursões portuenses de jornalismo científico tiveram vida curta, a partir de 1859 assiste-se a um período particularmente fértil em títulos de maior qualidade e mais duradouros no tempo. Apresentados com o intuito de terem divulgação no mercado nacional, imperavam os artigos redigidos pela mão de professores da Escola Médico-Cirúrgica do Porto ou médicos do Hospital de Santo António. Nascidos do dinamismo e investimento de vários médicos, alguns títulos como: a *Gazeta Médica do Hospital Real de Santo António do Porto* (1859), a *Gazeta Médica do Porto* (1860), os *Arquivos de História da Medicina Portuguesa* (1876), a *Revista de Medicina Dosimétrica* (1880), o *Almanaque das Amenidades Medicas* (1882), o *Anuário dos Progressos da Medicina em Portugal* (1883), a *Saúde Pública* (1884), a *Revista de Medicina Militar* (1886), a *Medicina Moderna* (1894) ou a *Gazeta Médica do Porto* (1897),²⁵⁶ exemplificam da melhor maneira a primazia do progresso e do saber científico na redefinição da medicina. Juntavam-se-lhe ainda outros periódicos de pendor mais comercial e propagandístico, formando um conjunto heterogéneo, tanto nas especificidades temáticas como na continuidade dos projetos editoriais, alguns deles efémeros, outros de maior projeção temporal.

Entretanto, Ricardo Jorge torna-se bastante notado nos meios científicos, pelo que não será de estranhar que Manuel Bento, Miguel Bombarda e Sousa Martins o convidassem em 1885 a escrever para *A Medicina Contemporânea*, fundada em janeiro de 1883, e onde manteria uma longa colaboração, se bem que de forma irregular. Este convite causou-lhe alguma surpresa, tanto mais que não conhecia pessoalmente Miguel Bombarda até essa ocasião.²⁵⁷ Miguel

²⁵⁶ Não confundir com o mesmo título que se publicou a partir de 1860.

²⁵⁷ Cf. JORGE, Ricardo – “49 anos depois”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 50. Nº 3 (17 de janeiro de 1932), pp. 45-46, também reproduzido em JORGE, Ricardo – *Um pseudo-historiador justificado*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1932, p. 7.

Bombarda não deixaria de lhe reconhecer “ (...) um talento, que o é, e de exceção (...)”.²⁵⁸ A partir de 7 de junho de 1885 passaria a incluir o rol dos redatores. Recordaria muito mais tarde esse convite, inserindo-o num contexto mais lato, que coincidia com a renovação do corpo docente das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto poucos anos antes:

“Foi lá [na Medicina Contemporânea] que, rapaz de 20 e poucos anos, levei primícias da minha escrita, logo após a sua alvorada, a pedido expresso do Bombarda com quem não tinha até então relações pessoais. Eramos da mesma fornada professoral – a tantos de maio de 1880 o D.º do Governo dava à luz nada menos de meia dúzia de lentes novos. Para a escola de Lisboa, Miguel Bombarda, Bettencourt Raposo e José António Serrano; para a do Porto, Miguel Artur, Ricardo Jorge e Cândido de Pinho.”²⁵⁹

O prestígio granjeado por esse periódico assentava não só nos nomes que assinavam a redação mas também na escolha criteriosa dos artigos publicados. Para Ricardo Jorge, este título marcava na época “(...) uma fase de renascimento, um desvio progressivo na orientação e diretrizes do movimento médico nacional. O jornal torna-se um repositório, a que de toda a parte se traziam achegas. Também me arrolei entre os contribuintes, mantendo uma colaboração prolongada e repetida. Boa parte do que tenho rabiscado, sinais duma carreira acidentada, está a pejar as laudas do papel amarelo do semanário – artigos médicos, epidemiológicos, sanitários, médico-históricos e até médico-literários – afluxo que durou até há poucos anos.”²⁶⁰

Nesta altura, já a *Revista Científica* que Ricardo Jorge fundara em 1882 não era senão um apontamento histórico. Mesmo assim, contribuiu para a ebulição do periodismo médico no seio de um movimento onde mesmo os títulos mais efémeros não deixam de mostrar a importância e o vigor deste setor na segunda metade de oitocentos. Concebida de forma algo diferente das habituais revistas de pendor jornalístico, a principal originalidade deste título prende-se com o facto de apresentar os assuntos por temas específicos e especialidades. Por outro lado, foi precisamente nesta revista que pôde pela primeira vez as linhas do seu pensamento, mormente a clara adesão à ciência de pendor positivo e experimental.

Ainda o ano de 1882 não havia terminado e já Ricardo Jorge partia para Paris e daí seguia para Estrasburgo, com o intuito de estudar neurologia durante um

²⁵⁸ Cf. as palavras de Miguel Bombarda em JORGE, Ricardo – *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911, p. 22.

²⁵⁹ JORGE, Ricardo – *Um pseudo-historiador justificado*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1932, p. 7.

²⁶⁰ JORGE, Ricardo – *Um pseudo-historiador justificado*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1932, p. 8.

período de aproximadamente um ano. O contacto direto com os personagens e laboratórios dos grandes centros científicos franco-alemães da altura marcaram-no de forma decisiva, abrindo novos horizontes e aguçando-lhe o espírito crítico.

Aquando da estadia em Paris, morava numa pensão na Rua Fleurus, no Quartier Latin, tendo conhecido outros portugueses que por aí tirocinavam, não só na medicina (Bettencourt Rodrigues) mas também nas artes (Columbano).²⁶¹ Nessa altura não eram muitos os médicos enviados em missão de estudo, sendo relativamente mais comum encontrar alunos pensionados pelo Estado para estudar Belas Artes do que qualquer outro ramo da ciência. No entanto, desenhava-se uma tendência migratória sazonal que pretendia suprir através de estágios e períodos de formação no estrangeiro o que ainda fazia falta no contexto nacional. Poucos anos antes, em 1878, o professor António Augusto da Costa Simões enviara um dos lentes substitutos da Faculdade de Medicina de Coimbra em comissão a França, Inglaterra e Alemanha para estudar a histologia e fisiologia dos centros nervosos. Tal como outros médicos coevos atraídos pela fisiopatologia do sistema nervoso, Ricardo Jorge sentia que faltava ainda o experimentalismo associado à prática clínica, elo que conseguiu buscar fora do país, introduzindo na escola portuense o que ainda há pouco começava a fazer cátedra nos outros estabelecimentos de ensino médico. A obra de Jean-Martin Charcot seduzia-o desde os tempos de aluno, o que se encontra patente não só na sua dissertação inaugural como na de Magalhães Lemos, a que presidira nesse mesmo ano.²⁶² Daí que na Salpêtrière frequentasse o curso ministrado pelo próprio Charcot, neurologista francês mundialmente famoso, enquanto em Estrasburgo esteve com os professores Friedrich Goltz, Ernst Hoppe-Seyler, Friedrich von Recklinghausen e Wilhem von Waldeyer, num ambiente em que o experimentalismo fazia cátedra em todas as áreas da medicina.²⁶³

No caso das lições de Charcot, poucas coisas o terão deixado mais impressionado. A neurologia como ciência era apresentada numa aula feita espetáculo, exposta num cenário que pouco devia às apresentações teatrais mais concorridas:

“Duas vezes por semana Charcot professa a sua lição, lições primorosas, simples e claras, em que a sua rara ciência e o seu talento superior de exposição aliam as sumidades da neurologia ao ensino elementar, prático e intuitivo. A grande lição da sexta-feira, onde há dois ou três anos, acorreu o tout-Paris, desde o Paris *des savants à lunettes* ao Paris *blaseur et blasé dos foyers* e dos boulevards, quando Charcot desvendava os mágicos mistérios da histeria-major,

²⁶¹ Cf. JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca*. Lisboa: 1961, pp. 91 e 105.

²⁶² Cf. LEMOS, António de Sousa Magalhães e – *A Região Psicomotriz: apontamentos para contribuir ao estudo da sua anatomia*. Dissertação inaugural apresentada e defendida na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1882.

²⁶³ Cf. JORGE, Ricardo – *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 1 de outubro de 1885 pelo vogal da secção eletiva [...]*. Porto: Imprensa Moderna, 1885.

essa lição é o que há de mais maravilhoso no seu género. No grande anfiteatro, às vezes repleto até à porta onde o *larbin* recebe os bilhetes; brilha apenas a luz crua do gaz; no palco, onde só é dado o ingresso aos discípulos propriamente ditos, erguem-se à guisa de estandartes, ou antes de bastidores, sobre esteios de madeira, grandes reproduções coloridas de esquemas, de traçados gráficos, de preparações microscópicas, etc.; (...) Entra o mestre, cortejado pelos seus clientes - clientela científica que ali bebe o seu saber, que o ajuda à conquista da glória, e de ali granjeará, graças ao nobre patrício da medicina francesa, a sua posição professoral segundo a graduação dos seus merecimentos. Aquela fronte, o olhar vivo, inspiram admiração e respeito. A lição decorre viva e animada; às reproduções pela estampa e pela lousa sucedem-se os exemplares mórbidos, demonstrados e exibidos com um primor inexcelsível. O *tableau* final é a projecção pela lâmpada de Dubosq de arco voltaico, de fotografias patológicas e de cortes microscópicos de medula ou cérebro.”²⁶⁴

Por seu turno, em 1883 a universidade de Estrasburgo era considerada um centro de excelência da medicina alemã, e talvez mais do que em Paris, recolhe uma impressão muito positiva da metodologia científica e especialização do corpo docente: Waldeyer na anatomia, Goltz na fisiologia, Kussmaul na clínica, Recklinghausen na anatomia patológica. A patologia celular de Virchow que tinha atingido grande aceitação na altura em que cursara na EMCP, não só o seduzira como presidira à sua educação histológica. Da mesma maneira se encantou com a banalização da microscopia nos trabalhos de fisiologia experimental que presenciara na Alemanha:

“Quando em janeiro de 1883 visitava Estrasburgo, simultaneamente glória militar e glória académica da nova Germânia bismarckiana, se me enchiam de pasmo a fábrica e a instalação dos seus admiráveis institutos, não menos me assombraram a assiduidade de trabalho dos sábios eméritos, selecionados pelo governo, para adornarem o renascimento da Universidade alsaciana sobre que paira a sombra luminosa do imortal Goethe. Eram dias feriados; mas Goltz com os adjuntos manejava a sua peritíssima experimentação no gabinete que se ostenta no edifício circundado por uma faixa de pedra onde o cinzel lavrou os nomes gloriosos dos grandes fautores da ciência fisiológica; Hope-Seyler, o labutador emérito da química biológica, não deixava adormecer as retortas no seu enorme laboratório; Recklinghausen, enfim, com os seus assistentes, no Instituto que partilha com Waldeyer, estava apegado à sua banca de microscopia.”²⁶⁵

²⁶⁴ JORGE, Ricardo – “Lugares seletos – O professor de Medicina em Portugal em 1885”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. II. Nº 5 (1947), p. 61. Extraído do *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública*, na sessão de 1 de outubro de 1885.

²⁶⁵ JORGE, Ricardo – “Lugares seletos – O professor de Medicina em Portugal em 1885”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. II. Nº 5 (1947), p. 62.

Este período despendido em formação e aperfeiçoamento não era prática inusual para a época, sobretudo quando se tratava de professores das escolas médico-cirúrgicas. Ricardo Jorge será apenas um dos que começam a realizar esses périplos, que se vão tornando cada vez mais comuns nas décadas seguintes. Enviados no contexto de missões de aperfeiçoamento e formação, ou mesmo com o intuito de implementar novas práticas terapêuticas, as especialidades médicas emergentes de finais do século XIX difundiram-se e sedimentaram-se em larga medida à custa deste expediente formativo.

Fruto da comparação que pôde estabelecer entre a realidade que experienciara em 1883 na digressão europeia e aquilo que era a formação médica e investigação laboratorial portuguesa, deu início a um curso de anatomia dos centros nervosos, criando o Laboratório de Microscopia e Fisiologia do Porto.

“À fisiologia dediquei-me depois, à volta do estrangeiro – em 1883. Com a aquiescência do Azevedo Maia encomendei o material que existe ainda. Encetei os trabalhos e durante anos fazia eu, eu só, as demonstrações microscópicas e experimentais aos alunos do curso de fisiologia.”²⁶⁶

Os horizontes abertos pela digressão científica franco-alemã permitiram-lhe traçar um conjunto de comparações entre os modelos de ensino médico que vira e o que vivenciara no Porto, que muito contribuíram para a elaboração de um relatório particularmente voltado para a reforma do ensino médico. Também não poupou críticas à ausência de investimento em várias áreas, e em particular a histologia, que ele próprio tentara desenvolver desde 1882. Esta primazia de Ricardo Jorge no tocante à introdução da histologia e fisiologia experimental deve entender-se no contexto restrito da EMCP, por sua vez inserido numa conjuntura de valorização destas novas áreas do saber biomédico, então em voga.

A modernização dos estudos médicos em Coimbra na década de 60 já tinha levado alguns elementos do corpo docente conimbricense a viagens de estudo pela Alemanha, França, Bélgica e Inglaterra, com o objetivo de introduzir a histologia e a fisiologia como disciplinas de natureza experimental. Protagonizado na década de 60 por Augusto da Costa Simões e Costa Duarte da Universidade de Coimbra,²⁶⁷ o primado do pioneirismo na histologia aberto

Extraído do *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública*, na sessão de 1 de outubro de 1885.

²⁶⁶ Missiva de Ricardo Jorge cit. in COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola Lda, 1961, p. 170.

²⁶⁷ Cf. SIMÕES, António Augusto da Costa – *Relatórios de uma viagem científica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866. Trata-se do relatório das atividades e ensinamentos recolhidos nas viagens encetadas por Costa Simões e Costa Duarte a partir de 18 de agosto de 1864. O

nessa altura acabaria por incluir posteriormente outros personagens como May Figueira, Joaquim Inácio Ribeiro, Gaspar Gomes, Augusto Rocha, Silva Amado, Filomeno da Câmara, António Plácido da Costa, Eduardo de Abreu, Lopo de Carvalho, Paula Nogueira e o próprio Ricardo Jorge.

Por seu turno, há que entender que também a fisiologia experimental era ainda um ramo da ciência médica com expressão limitada no país, cujo ensino sistemático se encontrava temporalmente desfasado face à realidade francesa, alemã ou britânica. A viagem de estudo colocara-o em contacto direto com a ciência da objetividade:

“A visita dos laboratórios e a frequência dos cursos indicaram-me as necessidades mais imediatas e os aparelhos mais indispensáveis. Quando regresssei, o professor de fisiologia [Azevedo Maia], que ansiava por se desviar da rota batida do subjetivismo tradicional, e eu apresentamos ao Conselho uma lista dos instrumentos que deviam ser imediatamente comprados. Uma vez empenhados neste caminho, formava-se um bom núcleo de arsenal de experimentação, e no penúltimo ano letivo inaugurava-se pela primeira vez em a nossa escola a fisiologia prática.”²⁶⁸

Se a primeira iniciativa para criar uma cadeira de histologia se fez alguns anos antes em Coimbra pela mão de Costa Simões, em 1885 Ricardo Jorge continuava a lutar pelo estabelecimento de uma cadeira igual no curso da escola portuense, onde se reconhecia que “A mísera ciência dos Bichat e dos Virchow não tem ainda direito de cidade no curso escolar; e como a lei lhe não consagrava existência de direito, também não tinha existência de facto. Bem poucos anos nos separam da época em que o pobre microscópio jazia inerte e quase totalmente desconhecido”.²⁶⁹ Referia-se, pois, ao uso sistemático do microscópio em trabalhos de histologia com que vira trabalhar Recklinghausen e Waldeyer nos seus laboratórios de anatomia patológica.

Não se restringindo às questões formativas, as críticas que formulou também apontavam para outros problemas, entre os quais a remuneração dos docentes e as condições técnicas ligadas ao ensino e investigação. As dissertações inaugurais que surgiam todos os anos da pena dos finalistas das escolas médico-cirúrgicas também não foram poupadas, revelando atropelos sérios, tanto no mérito quanto na ética dos seus relatores:

objetivo do périplo que os levou pela Alemanha, França e Suíça, ajudou a desenvolver o ensino da histologia e fisiologia na Faculdade de Medicina.

²⁶⁸ JORGE, Ricardo – *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 1 de outubro de 1885 pelo vogal da secção eletiva* [...]. Porto: Imprensa Moderna, 1885, p. 119.

²⁶⁹ JORGE, Ricardo – “A Escola Médico-Cirúrgica do Porto”, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) – *O Signo de Hipócrates. O Ensino Médico no Porto segundo Ricardo Jorge em 1885*. [s.l.]: Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia, 2003, p. 137.

“Desventuradamente para nós a grande massa das dissertações reduz-se a papel estragado no prelo e que não pode senão a baixa serventia. São coisas indignas de ler-se, que desdouram não só o neófito como o estabelecimento de que o deixa habilitar à posição médica. O júbilo de contar mais uma tese de merecimento não é muito vulgar para a escola do Porto. (...) O ideal do fazedor da tese reduz-se a engendrar uma mayonnaise esfarrapada dos ripanços que pode haver à mão; a audácia e o menosprezo chegam a tal ponto de traduzir barbaramente qualquer dissertação francesa, a ver se logram, como tantas vezes conseguem, presidente e júri. Destas infandas farsas podia eu oferecer picarescos exemplos.”²⁷⁰

Em consonância direta com a polémica que vai levantando ao apontar estes e outros problemas de ordem académica, cresce também em prestígio, tornando-se uma voz de clara proeminência e destaque no mundo da ciência em geral, e na medicina em particular.

3.2 – Ciência e política: vivendo em redor da Escola Médico-Cirúrgica

Mas que estabelecimento de ensino é este em que Ricardo Jorge realiza a sua formação médica? Em finais da década de 70, a Escola Médico-Cirúrgica do Porto era uma instituição dedicada à formação de médicos, mas com uma clara vocação para a prática cirúrgica. No entanto, a partir da década de 70 começam a definir-se novas áreas da medicina onde a infeciologia passa a assumir uma importância crescente. Num patamar igualmente representativo encontramos as questões ligadas ao higienismo e à saúde pública, domínios do saber médico que justificavam o cariz preventivo assumido pela medicina da segunda metade de oitocentos, e que serviriam para consolidar o papel dos médicos no campo da medicina social.²⁷¹

Esta tradicional matriz cirúrgica advinha-lhe desde o tempo da fundação da régia escola de cirurgia em 1826, e tal como a sua congénere lisboeta, formava médicos-cirurgiões que não possuíam a titulação universitária que só Coimbra podia dispensar. A equiparação entre os alunos das escolas e os da universidade foi assunto que durou décadas, aflorando em momentos de maior ou menor tensão, tanto mais que no preenchimento dos lugares de médico facultativo a primazia era dada aos licenciados por Coimbra, e só nos lugares a que estes não concorressem teriam os das escolas a sua colocação.

²⁷⁰ JORGE, Ricardo – “A Escola Médico-Cirúrgica do Porto”, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) – *O Signo de Hipócrates. O Ensino Médico no Porto segundo Ricardo Jorge em 1885*. [s. l.]: Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia, 2003, pp. 112-114.

²⁷¹ Cf. COSTA, Rui Manuel Pinto; VIEIRA, Ismael Cerqueira – “O trabalho académico como fonte histórica: as teses inaugurais da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1827 – 1910)”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. Nº 3 (2012), pp. 251-260.

O assunto alongou-se, sendo resolvido apenas na década 60, aquando da nivelção dos estudos médicos. Desde a entrada em vigor da Carta de Lei de 20 de junho de 1866, equipara-se o exercício da medicina entre os diplomados pelas escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto e os licenciados pela Universidade de Coimbra. Se bem que permanecia ainda alguma diferenciação entre os dois tipos de estabelecimentos, o prestígio da escola portuense cresceu, o que também levou à inscrição de um maior contingente de alunos.

Na segunda metade da década de 70, altura em que Ricardo Jorge a frequente, estava-se em plena fase de redefinição da medicina, tanto a nível nacional, quanto internacional. A perspetiva de ensino ministrado aos futuros médicos-cirurgiões era de natureza clínica, assente na anatomia e fisiologia, mas especialmente voltado para a componente cirúrgica. A vertente cirúrgica era claramente dominante se tivermos em consideração a tradição do estabelecimento, adjuvada por uma incipiente pesquisa laboratorial. A circulação da informação médica fazia-se com recurso a uma larga rede de publicações periódicas, sobretudo estrangeira, mas eram muito poucos os que podiam conhecer diretamente e *in loco* os progressos da histologia, bacteriologia e fisiologia experimental. A reforma do ensino médico manifestava-se com alguma frequência a era tema que estava na ordem do dia. Tal como Cândido de Pinho o fizera em 1881, também Ricardo Jorge lançou as suas propostas num relatório que elaborou em 1885, já depois da sua primeira digressão europeia de 1883. Nesse documento, dividido em 3 capítulos: *História e estatística*, *Crítica e reformas de instrução médica* e *Regime administrativo e económico*, traça múltiplas críticas ao sistema de ensino médico, envolvendo a preparação do professorado, a escolha dos alunos e os défices tecnológicos e materiais para um ensino de base experimental.

No prólogo que escreveu para o *Anuário dos progressos da medicina* (1884), delineou as tendências da medicina do seu tempo, mostrando de que modo a viagem que fizera pela Europa lhe abrira novos horizontes, traçando em linhas gerais aquilo que ele pensava que seria a sua atividade científica no futuro. O conteúdo do relatório de 1885 revela o real estado da investigação científica, ou melhor dizendo, da sua escassez, numa altura em que já se sabia que começava a ser urgente atualizar e modernizar os currículos escolares e os programas formativos dos médicos.

“As investigações d`alta verificação ou descoberta que são as provas capitais da superior competência do mestre e constituem a honra da ciência nacional, sejam cultivadas cada vez com mais amor e dedicação; sirva-se o professor de todos os que podem auxiliá-lo, e guie os discípulos seletos nos trabalhos que tenham de servir de base às suas dissertações ou a escritos destinados a iniciar a sua reputação científica.”²⁷²

²⁷² JORGE, Ricardo de Almeida – *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 1 de outubro de 1885 pelo vogal da secção eletiva* [...]. Porto: Imprensa Moderna, 1885.

Rejeitando uma certa presunção médica e um ensino assente na mera memorização de compêndios, pugnava pelo ensino prático, laboratorial e experimental, pela qualificação do corpo docente, pela qualificação dos discentes, pela revitalização do periodismo científico e pela concretização do associativismo médico:

“Como todo o organismo social devidamente especializado e subido, a classe médica deve ter os seus núcleos dirigentes, espécie de gânglios nervosos dispensadores de animação e força. Estes focos, reguladores da vitalidade do conjunto, são as agregações livres e as oficiais; na primeira categoria estão a associação, o congresso e o jornal, na segunda a corporação docente. E por sobre todo o vasto conglomerado estende-se, como centro primacial, a influência providencial e omnímota do Estado. (...) As associações de medicina, campo imprescindível de atividade científica e de defesa de interesses profissionais, vegetam num estiolamento desolador. A sociedade das ciências médicas desentorpece-se em raros momentos, mas dificilmente sacode a sua sonolência habitual. No Porto a chamada União Médica iam-na estrangulando quase ao nascer pelo desleixo, pela má vontade, para não dizer coisa pior.”²⁷³

Em 1882, no ano em que a *Sociedade União Médica* é constituída, Ricardo Jorge passa a desempenhar um papel ativo no recente organismo associativo, onde tiveram lugar debates sobre inúmeros temas que diziam respeito às reivindicações da classe. Entre esses debates, Ricardo Jorge destacava-se na temática do higienismo, aproveitando todas as oportunidades para fazer valer as suas posições. Dividida em quatro comissões: económica, científica, jurídica e deontológica, esta sociedade foi criada com o propósito de promover a defesa dos interesses dos médicos portugueses, se bem que era aberta aos demais médicos do país. Da leitura dos objetivos programáticos publicados na imprensa, depreende-se que este organismo se pretendia constituir como um foco de instrução e divulgação científica, combater o exercício ilegal da medicina, assegurar um sistema mutualista de previdência e desempenhar um papel mediador que presidisse às relações entre a comunidade médica.²⁷⁴ Funcionando entre 1882 e 1886, renasceria em 1894 para desaparecer poucos anos depois.²⁷⁵ De acordo com o que se depreende das palavras de Alfredo Magalhães, (citado por Maia Gonçalves) terão sido divisões internas as que

²⁷³ JORGE, Ricardo – “Lugares seletos – A Medicina portuguesa de há 62 anos (Prólogo ao «Anuário dos Progressos da Medicina em Portugal» de Maximiano de Lemos) (1884)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. I. Nº 3 (1946), p. 225.

²⁷⁴ Cf. “A União Médica”. *Folha Nova*. Nº 173 (17 de dezembro de 1881), p. 1.

²⁷⁵ Veja-se a missiva do conselho administrativo à revista *A Medicina Moderna* em janeiro de 1894, onde se faz referência a este período de interregno e à reativação da sociedade, in “Sociedade União Médica”. *A Medicina Moderna*, Vol. I (1894), p. 7.

ditaram o seu fim, para em 1897 surgir nova agremiação - igualmente efêmera - a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto. “As discussões então travadas entre os grupos chefiados por António Azevedo Maia e Ricardo Jorge apaixonaram profundamente a classe médica do Porto e do Norte do País, dando lugar, mais tarde, a uma cisão (...)”.²⁷⁶

Esta agremiação foi o palco de algumas das primeiras tentativas de defesa conjunta dos interesses da classe médica. A 24 de abril de 1884, Ricardo Jorge propôs a eleição de um deputado como representante no parlamento,²⁷⁷ aparentemente sem grande sucesso. No entanto, a sua influência era evidente: a 15 de fevereiro de 1885 noticiava-se que os corpos gerentes da *Sociedade União Médica* apresentavam-no no lugar da presidência da comissão científica.²⁷⁸ Maior destaque teve a questão dos impostos, denominados sob a rubrica de “Contribuição industrial”. Ricardo Jorge participou ativamente dos debates em torno daquilo que se julgava ser uma contribuição exagerada, espoletada por um Decreto do Governo, que em 28 de junho de 1894 aumentava o valor desse imposto. O problema incidia sobretudo sobre os médicos de Lisboa e Porto, sujeitos a uma contribuição que apesar de contestada pelos clínicos de ambas cidades, também se apresentava desigual, penalizando mais os de Lisboa que os do Porto. Após uma acalorada sessão extraordinária em 2 de julho de 1894, elegeu-se uma comissão constituída por Ricardo Jorge, Godinho de Faria e Dias de Almeida que procedeu a uma reclamação junto do governo.²⁷⁹ A questão continuaria a ser alvo de ampla discussão, mesmo depois do Diário do Governo de 17 de setembro publicar novo decreto que baixava o valor da contribuição, ainda assim desigual (mais cara para os médicos lisboetas) e considerada exagerada.

A toda esta efervescência associativa, juntavam-se os atritos institucionais que opunham a EMCP ao Hospital de Santo António, cujos problemas de ordem higiénica comprometiam o sucesso das cirurgias. Sendo o local onde se realizava o ensino prático, este vetusto hospital era um prolongamento natural da EMCP, se bem que administrado pelos mesários da Misericórdia. Na sua dissertação de concurso de 1877, Melo Ferrari expôs com clareza aquilo que hoje se reconhece como infeções nosocomiais, resultantes de uma higiene imperfeita do ambiente hospitalar ou da transmissão cruzada:

“No campo algumas vezes se obtém reuniões por primeira intenção, na cidade muito raras vezes, nos hospitais quase nunca. Afora os casos d`amputação

²⁷⁶ Cf. GONÇALVES, Maia – “Uma Sinopse do Conselho Regional do Norte”. *Revista Norte Médico*. Nº 25 (2005), pp. 38-43.

²⁷⁷ Cf. *A Saúde Pública*. 1º Ano. Nº 17 (27 de abril de 1884), p. 134.

²⁷⁸ Cf. *A Saúde Pública*. 2º Ano. Nº 7 (15 de fevereiro de 1885), p. 53.

²⁷⁹ Cf. “Sociedade União Médica”. *A Medicina Moderna*. Vol. I (1894-1896), p. 61.

feita no campo e nas melhores condições, o método por oclusão nunca se deve praticar. Os factos que condenam um tal processo e a que acima referi são fruto da minha observação. Ainda não vi obter uma cura por um único curativo; o que constantemente tenho visto é sobrevir uma forte, e fétida supuração; já vi até em ocasião em que se levantava o curativo a um amputado, três dias depois d'operado, que os meus mais intrépidos colegas recuavam em presença do mau cheiro que a ferida exalava... pelo que deixo exposto, infere-se que o método de curativo a que dou preferência, pelo menos na prática hospitalar, é o intitulado a céu aberto".²⁸⁰

Era neste ambiente que a escola assistia à introdução de novos métodos de assepsia, que em breve se tornariam na consagração prática das doutrinas microbianas. Em 1881, depois de Ricardo Jorge terminar o curso, começava a ser empregue o penso de Lister no Hospital de Santo António, e que na prática se mostrou bastante animador.²⁸¹ O conhecimento mudava e a mentalidade também, mas as práticas arreigadas ainda demoraram o seu tempo a desaparecer. Em 1886 ainda subsistiam défices na higiene das mãos dos cirurgiões, que cada vez eram mais criticados pelos seus próprios colegas.²⁸² Essas situações foram-se tornando cada vez menos toleráveis, de maneira que em 1892 o jovem António Pimenta sublinhava numa das proposições finais com que encerrava a sua dissertação inaugural que "Um caso de morte por falta de observância do método anti-séptico, devia tornar o clínico responsável civilmente."²⁸³

Escolhido em concursos que obrigavam à realização de teses de concurso onde eram obrigados a apresentar conhecimento novo e não apenas o resultado da explanação das novidades lavradas em contexto internacional, a maioria do professorado possuía qualidade mas não estava preparado para a docência e era mal remunerado, obrigando à acumulação de funções. A clínica privada e as cirurgias realizadas em casa, fora do ambiente hospitalar eram comuns. A investigação do corpo escolar era reduzida se atentarmos aos artigos publicados na imprensa médica. A maior parte deles resultavam da exposição de atos cirúrgicos ou relatórios de caso. A progressão no meio académico não obrigava a investimentos em novos conhecimentos científicos que resultassem de uma investigação particularmente demorada, fruto da remuneração e dos

²⁸⁰ FERRARI, José de Mello – *As amputações da coxa, perna, braço e antebraço encaradas pelo lado clínico*. Dissertação de concurso apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1877, p.

²⁸¹ Cf. MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia portuense*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926, pp. 321-322.

²⁸² Cf. a este respeito os textos expostos em MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia portuense*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926, pp. 328-329.

²⁸³ PIMENTA, António Coutinho de Araújo – *Assepsia e Antissepsia em Cirurgia*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1892, p. 70

défices que enfrentavam em termos laboratoriais. O problema prolongou-se durante décadas, tal como se pode ler numa das narrativas de Brito Camacho:

“Os nossos substitutos têm a certeza de que não de ser catedráticos, hoje, amanhã, seja lá quando for, se tiverem vida e saúde – mesmo não tendo saúde. Falta-lhes, pois, um grande estímulo para trabalhar – a necessidade de afirmar uma competência superior á d’outros, e cear assim mais vantajosas condições de existência. (...) Acresce ainda que, em Portugal, o professor é miseravelmente pago, não recebendo do estado a remuneração suficiente para um viver modesto, por muito modesto que seja. Tem então de pedir á industria o que lhe não dá a ciência, e como a clínica é tudo o que há de mais absorvente, falta-lhe o tempo para o labor puramente científico.”²⁸⁴

A questão do ensino médico suscitava opiniões e propostas, mas poucas seriam as que promoveriam tantas tensões e discórdia como aquela que Ricardo Jorge lançou num relatório escrito em 1885, bem patentes nas páginas dos periódicos *Medicina Contemporânea* e *Coimbra Médica*. Em 1885 o Conselho Superior de Instrução solicitava pareceres às escolas de Lisboa e Porto acerca da instrução médica.²⁸⁵ A escola do Porto nomeou-o para essa tarefa. Do extenso relatório constavam várias propostas, entre as quais as condições do corpo docente, as especialidades médicas, a preparação dos alunos e as viagens de estudo, entre outras. Uma delas causou franca celeuma: trata-se da proposta de extinção da Faculdade de Medicina de Coimbra e a consequente redistribuição do corpo docente e materiais científicos pelas escolas médicas de Lisboa e Porto.²⁸⁶ À oposição já previsível de Augusto Rocha e de quase toda a Universidade, Sousa Refoios e Miguel Bombarda apoiaram a ideia de Ricardo Jorge, tendo ambos sido alvo de acaloradas críticas. A sugestão acabaria por não vingar.

Este episódio serve apenas para mostrar que nas questões das críticas e da reforma do ensino médico, Ricardo Jorge não estava só. E apesar dos problemas que ia apontando desde 1883 no prólogo do *Anuário dos Progressos da Medicina em Portugal* (1883) e no relatório de 1885, a sua progressão académica fez-se sem grandes sobressaltos, é certo, seguindo um percurso relativamente previsível no mundo da docência. Recuperando as memórias do pai de Barahona Fernandes, que terminara o seu curso na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1890, as aulas de Ricardo Jorge pareciam ser particularmente concorridas: “As suas aulas

²⁸⁴ CAMACHO, Brito – “Cartas de Paris”. *Porto Médico*. Ano 1º. Nº 3 (1904), pp. 99-100.

²⁸⁵ O relatório de Lisboa teria por redator Bettencourt Raposo, que se tornaria um futuro colaborador e amigo no Instituto Central de Higiene.

²⁸⁶ Cf. JORGE, Ricardo – *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 1 de outubro de 1885 pelo vogal da secção eletiva [...]*. Porto: Imprensa Moderna, 1885, p. 135.

no Porto enchiam-se de ouvintes entusiastas, disputavam-se os lugares a murro, pedia-se ao bedel para dar a hora mais tarde, tal o entusiasmo em o ouvir!”²⁸⁷

A visibilidade que vai adquirindo no contexto académico entronca-se com outras preocupações de ordem social. Desde a década de 80 que Ricardo Jorge se integra numa corrente que mescla preocupações de ordem social e pedagógica, de renovação do ensino médico e de promoção da saúde pública, fosse pela promoção do higienismo enquanto doutrina médica de alcance individual e social, fosse pela defesa do investimento público na reestruturação e operacionalização de um plano nacional de defesa da saúde coletiva. O problema da higiene social conectava-se com o pensamento spenceriano e com as ideias coevas de reforma social. Ao abordar o pensamento de Luís de Verney, expresso no *Tratado da conservação da saúde dos povos* e nas *Cartas sobre a educação da mocidade*, Ricardo Jorge concentra-se numa série de assuntos que dominam a altura: a reforma do ensino superior, a pedagogia da instrução pública, a higiene do corpo social. À influência do evolucionismo spenceriano associava-se a modernidade imposta pela medicina laboratorial de cunho bacteriológico. Todos estes elementos são postos em evidência numa obra de síntese: *Ensaios científicos e críticos* (1886), paleta eclética onde se reúnem estas grandes linhas de pensamento, sem se descurar a temática mais estrita da biologia humana. Nessa obra congregam-se vários artigos que publicara desde 1882, mostrando diversos elementos que seriam uma constante da sua vida: a biologia, a medicina, a história, a pedagogia e a crítica. Só falta aqui o campo da política, aspeto de que não se alhearia e onde pôde dar azo e voz ao seu pensamento sanitário reformista.

O anticlericalismo, a fé na ciência de cariz positivo e a ênfase que o jovem partido republicano colocava na reforma social, levam-no a simpatizar com esse movimento. Rastreado os seus textos, sabemos que desperta para o mundo da política por volta de 1879, o mesmo ano em que frequenta os comícios onde pontuavam o reformista Mariano de Carvalho e o republicano Rodrigues de Freitas, na altura em que eram eleitos deputados por um dos círculos do Porto. Dessa época recordaria como se encontrava “(...) afeiçoado como fora às mitingadas do Porto onde no Teatro-Circo trovejava Mariano de Carvalho, forte agitador das massas em convulsões cívicas, e Rodrigues de Freitas, o precursor austero, frio de razão e caloroso de língua, a anunciar em encantadas lições demonstrativas o advento evolucionar da república.”²⁸⁸ Não causa surpresa que 3 anos mais tarde Rodrigues de Freitas seja chamado a colaborar na *Revista*

²⁸⁷ FERNANDES, Barahona – *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual*. Sep. de Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. T. 123. Nº 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 1959, p. 17.

²⁸⁸ JORGE, Ricardo – “Clemenceau. Grandeza e miséria duma paz. Recordações”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 91.

Científica de Ricardo Jorge assinando artigos dedicados à economia política,²⁸⁹ precisamente na mesma altura que os republicanos cavalgavam a onda comemorativa em redor da memória do Marquês de Pombal, figura homenageada pelas suas virtudes reformadoras e antijesuíticas.²⁹⁰

O ambiente académico portuense viu-se atravessado pelos ventos da discussão política, e tal como boa parte dos seus colegas de docência, o então jovem Ricardo identifica-se com os valores e ideais do igualmente jovem partido, não tardando a ocupar um lugar de certo destaque no ainda frágil tecido republicano portuense. Numa altura em que os jornais possuíam fortes ligações a grupos político-partidários, a partir de 1880 a cidade do Porto assiste ao nascimento de um periódico local de pendor republicano, a *Folha Nova*, ondem escrevem diversos personagens ligados ao universo académico portuense, sejam eles provenientes da Academia Politécnica ou da Escola Médico-Cirúrgica, meios que se mostraram bastante permeáveis ao republicanismo emergente. Um dos muitos assuntos que eram alvo das narrativas republicanas era o problema da miséria e condições habitacionais das classes operárias portuenses, dando cobertura a uma temática recorrente e que era focada com particular relevo.²⁹¹ Viviam-se um tempo de tensões e desequilíbrios sociais. Na década de 80 o problema foi bastas vezes enunciado e posto na arena dos problemas sanitários locais, inclusive por Ricardo Jorge, que desde essa altura lançava desafios e sugestões com o intuito de promover a saúde coletiva. Tal como sucedia com vários elementos da escola médica, a lógica discursiva republicana de pendor fortemente modernizador e reformador levaram-no a uma participação política mais ativa. Em outubro de 1883 o centro eleitoral republicano do Porto deliberou participar nas eleições municipais, apresentando Cândido de Pinho, Júlio de Matos e José Dias de Almeida Júnior como candidatos à Junta Geral do Distrito, o que mostra bem o peso e grau de adesão da escola médica à filosofia reformista republicana.²⁹²

²⁸⁹ Cf. FREITAS, Rodrigues de – “O Bimetalismo”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 1 (janeiro de 1882), pp. 23-27, continuado em números seguintes.

²⁹⁰ Cf. CONCEIÇÃO, Alexandre da – “O Marquês de Pombal”. *Galeria Republicana*. Nº especial (8 de maio de 1882) [s.p.] e LEMOS, Maximiano – “A Reforma Pombalina e os estudos médicos. Verney, Ribeiro Sanches e Pombal”. *Revista Científica*. Ano I (1882), pp. 239-251.

²⁹¹ Cf. “O problema da habitação pobre”. *Folha Nova*. Nº 95 (3 de dezembro de 1883), p. 1, “O problema da habitação pobre”. *Folha Nova*. Nº 97 (5 de dezembro de 1883), p. 1, JORGE, Ricardo; OLIVEIRA, Emídio de – “A Miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito) I”. *Folha Nova*. Nº 46 (20 de julho de 1885), p. 1, OLIVEIRA, Emídio – “As Ilhas II” *Folha Nova*. Nº 47 (21 de julho de 1885), p. 1, idem – “As Ilhas III”. *Folha Nova*. Nº 48 (22 de julho de 1885), p. 1, idem – “As Ilhas IV”. *Folha Nova*. Nº 49 (23 de julho de 1885), p. 1, idem – “As Ilhas V”. *Folha Nova*. Nº 54 (28 de julho de 1885), p. 1, FREITAS, Rodrigues de – “A Miséria no Porto”. *Folha Nova*. Nº 52 (27 de julho de 1885), pp. 1-2.

²⁹² Cf. os nomes em *Folha Nova*. Nº 62 (24 de outubro de 1883), p. 1.

Contudo, as dissidências internas ocorridas no Porto, onde existiam opiniões contrárias acerca dos métodos de intervenção política, levaram a clivagens entre as hostes republicanas como se pode perceber da leitura da *Folha Nova* entre setembro e outubro de 1885.²⁹³ Nessa altura surgiu um conflito entre os *clubs* republicanos portuenses acerca da lista da oposição às eleições para a Câmara Municipal do Porto e Junta Geral do Distrito. Constituída por elementos do partido republicano e do partido progressista, e aprovada pela maioria dos clubs republicanos do Porto, essa lista era encabeçada, entre outros, por Ricardo Jorge.²⁹⁴ A polémica estalou quando Alves da Veiga, – o fundador e organizador do centro eleitoral republicano democrático do Porto²⁹⁵ – tentou substituir Ricardo Jorge com recurso a manobras de “intriga”, “calúnias” e ataques ao “caráter”, criando uma contestação com efeitos diretos na participação de Ricardo Jorge mas também na de outros elementos de nome sonante na vida do partido. Incompatibilizado com Alves da Veiga, Ricardo Jorge retirou-se voluntariamente da coligação, recusando-se a representar o partido.

“O sr. Ricardo Jorge, caráter imaculado e honestíssimo trabalhador das ideias generosas que constituem o nosso credo político, retirou-se da lista da coligação, não querendo representar um partido que consente, como o sr. Alves da Veiga consentiu, em que se digam os maiores impropérios contra caracteres imensamente superiores à imbecilidade dos acusadores. (...) Tudo quanto há de sincero, de honesto, de briosos no partido republicano português considera a personalidade intelectual, moral e política do sr. Dr. Ricardo Jorge, como das mais brilhantes do nosso país. Dizemos isto quando o ilustre cidadão se retira do nosso lado; (...)”²⁹⁶

Levantaram-se nesse momento várias questões sobre a excessiva ingerência de Alves da Veiga na vida dos *clubs* republicanos, sendo culpabilizado pela saída de vários elementos, entre eles, Ricardo Jorge:

“Foi uma vergonhosa manifestação da intriga mesquinha (...) tendo por único fim injuriar o caráter do sr. dr. Ricardo de Almeida Jorge, obrigando-o a

²⁹³ Cf. “O partido republicano e as reuniões da rua do Almada”. *Folha Nova* (5 de setembro de 1885), p. 2, “O sr. Alves da Veiga e o partido republicano do Porto”. *Folha Nova*. Nº 128 (24 de outubro de 1885), p. 2, “O partido republicano e as eleições”. *Folha Nova*. Nº 129 (26 de outubro de 1885), p. 2 e “O sr. Alves da Veiga e o partido republicano”. *Folha Nova*. Nº 129 (26 de outubro de 1885), p. 2.

²⁹⁴ Cf. “Eleições camarárias. Lista da coligação oposicionista”. *Folha Nova* Nº 115 (9 de outubro), p. 1.

²⁹⁵ Cf. GARCIA, Emídio – “Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”. *Galeria Republicana*. Nº 14. 1º Ano (junho de 1882) [s.p].

²⁹⁶ “O partido republicano e as reuniões da rua do Almada”. *Folha Nova* (5 de setembro de 1885), p. 2

separar-se da coligação política, (...)”²⁹⁷ “Porque se empregaram os mais torpes expedientes para que se afastasse do nosso grémio o dr. Ricardo de Almeida Jorge, o ilustre professor da Escola Médico-Cirúrgica que nas suas conferências e nos seus trabalhos científicos tem sido o mais valente apóstolo das ideias e do direito moderno?”²⁹⁸

Esta polémica leva ao afastamento de vários elementos que não se identificavam com um republicanismo de teor mais militante. Para além de Ricardo Jorge, acabariam por afastar-se Rodrigues de Freitas, Sampaio Bruno, Basílio Teles, Eduardo Falcão e Júlio de Matos, entre outros.²⁹⁹

Não seria este episódio o suficiente para abandonar a militância, tanto mais que a sua participação política se revestia de valores de reforma social, algo que ia mais além do mero clubismo político. Cinco anos mais tarde, fez parte da Liga Patriótica do Norte, organização que emerge no imediato da crise do Mapa Cor-de-Rosa e do *Ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, que reuniu muitas individualidades do panorama científico e cultural, muitos deles republicanos, (Basílio Teles e Sampaio Bruno) mas não só. Este movimento era mais lato, englobando monárquicos, republicanos e socialistas, irmanados por um espírito de regeneração nacional que ultrapassava as meras questões de crise do regime monárquico.³⁰⁰ Antero de Quental era o presidente escolhido, Rodrigues de Freitas, Vieira de Castro, Basílio Teles, Bento Carqueja, Luís de Magalhães, Conde de Resende eram alguns dos nomes encontrados associados a este movimento. Se bem que teve vida curta, esta liga mostra bem até que ponto a EMCP tinha peso na discussão da vida política nacional, de onde provinham os nomes de Azevedo Maia, Maximiano Lemos, Júlio de Matos e Ricardo Jorge.

Talvez pelo facto de se ter afastado da via militante de Alves da Veiga, Ricardo Jorge não teve qualquer parte na revolta republicana de 31 de janeiro de 1891, na qual chegaram a participar alguns alunos da Escola Médico-Cirúrgica, o que prova a permeabilidade do corpo estudantil à república que se desejava impor pela via revolucionária.³⁰¹ A influência do discurso reformista

²⁹⁷ “O partido republicano e as reuniões da rua do Almada”. *Folha Nova* (5 de setembro de 1885), p. 2.

²⁹⁸ “O sr. Alves da Veiga e o partido republicano”. *Folha Nova*. Nº 129 (26 de outubro de 1885), p. 2.

²⁹⁹ Os nomes dos que se afastaram são: Rodrigues de Freitas, Alexandre Braga, Eduardo Falcão, Júlio de Matos, José Pereira de Sampaio, José Maria Durão e Ricardo Jorge. Cf. “O sr. Alves da Veiga e o partido republicano”. *Folha Nova*. Nº 129 (26 de outubro de 1885), p. 2.

³⁰⁰ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – “Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*. III Série. Vol. 1 (2000), pp. 113-125.

³⁰¹ Cf. o desabafo de um finalista nesse ano: “E, como se tudo não fora de mais para naturalmente chamar a nossa atenção, veio ainda a dolorosa circunstância de vermos implicados na

de Ricardo Jorge junto dos seus alunos no tocante à higiene pública acaba por se confundir com o ambiente de regeneração e “higiene social”. No rescaldo da revolta gorada do 31 de janeiro, um finalista da EMCP dizia a propósito da higiene social: “Não é a revolução da república ou da monarquia, mas a revolução do país contra si próprio. É necessário, essencial que ele se torne quanto possível um organismo são, e o meio principal de consegui-lo é observar os princípios e leis da higiene social.”³⁰²

Apesar de um afastamento político voluntário, seis anos mais tarde continuaria a deplorar o que considerava ser uma centralização da vida política e económica em Lisboa: “No que o Porto declina é no arrogo supremacial de capital do norte, na senhoria de mordomo de três províncias, como lhe chamava Herculano. O centralismo predominante da capital, entretido por causas de toda a espécie, entre as quais avulta uma viciosa orientação de política geral, essa absorção desmesurada e mórbida, quase cancerosa, sobre todo o organismo nacional, tem abatido os foros seculares que o Porto selou ainda em nossos tempos com sangue e sacrifícios.”³⁰³

Esta incursão nos bastidores da vida política de pouco terá servido senão para lhe reforçar o prestígio junto do universo republicano, tanto mais que o seu tempo era quase todo dedicado à vida académica, onde se continuava a destacar. Tratava-se acima de tudo de um cientista desafeto dos órgãos de poder, com um discurso que no essencial glosava o ideal republicano.

Mas quando se fala das preferências políticas de Ricardo Jorge, também não nos podemos alhear da sua rejeição subliminar da religião paterna. Apesar do ambiente familiar declaradamente católico em que cresceu e viveu, – e dessa realidade deu testemunho ao longo dos episódios que descreveu de forma esparsa em vários textos – Ricardo Jorge não era um católico militante e desde os tempos passados na Escola Médica terá deixado de ser crente. Em 1882, quando se encontrava em Paris, chegara a assistir a algumas das lições de Joseph Ernest Renan no Collège de France, o autor da então muito polémica *Vie de Jésus* (1863), obra em que a biografia de Jesus Cristo fora submetida a um exame de crítica histórica até então inaudita. Da leitura de Renan, seduzia-lhe a veia científica e antidogmática:

revolta alguns colegas, não sabemos se inocentes se cúmplices de mera boa fé, desventura que por certo fez vibrar a alma dos nossos respeitáveis professores, especialmente d’aqueles de quem esses infelizes lograram a honra de ser discípulos.” In SOUTO, Ricardo Maria Nogueira – *Questões de patologia e higiene social. Desejo de contribuir para a regeneração da sociedade portuguesa*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1891, p. 26.

³⁰² SOUTO, Ricardo Maria Nogueira – *Questões de patologia e higiene social. Desejo de contribuir para a regeneração da sociedade portuguesa*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1891, p. 27.

³⁰³ JORGE, Ricardo – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Sep. de Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene. Porto: Tip. Ocidental, 1897, p. 105.

“Ler Renan, sim, porque é uma lição de alma. Induz à frouxidão da dúvida, mas esta é o estado lógico do homem. Duvidar sempre para saber o pouco que pode saber-se e para não presumir do que se não sabe nem saberá jamais. Humilhar a nossa altivez e sobretudo quebrar o proselitismo intolerante de todas as doutrinas, qualquer que seja seu teor e cor, vozeadas em nome do passado ou do porvir, com o pregão de verdades intangíveis, levadas ao extremo da violência e da perseguição. Não há certeza alguma neste mundo, e tanto basta para dar alforria ao espírito do homem.”³⁰⁴

Ricardo Jorge não declarava diretamente o seu ateísmo, mas não o ocultava. Ao terminar as suas muitas impressões de viagem costumava encerrá-las com um sugestivo “...FINIS, mas não LAUS DEO.”, tese clara que atesta de forma singela o seu posicionamento perante a religião. Sobre a sua religiosidade, ou ausência dela, poderia argumentar-se tendo por base os conflitos entre ciência e religião, o sentimento antirreligioso – ou melhor dizendo, anticatólico e antidogmático – que marcou a geração da sua juventude, o seu posicionamento político ou o pensamento científico e reformador que sempre defendeu. No entanto, apesar de discípulo confesso das provas emanadas da ciência, de republicano e detrator convicto da pedagogia de traça jesuítica, revelaria em 1929 que nunca fizera “(...) profissões de contrafé, quando mais não fosse porque mo vedava o amor da família, o respeito por aqueles que deram alma a mim e aos meus, e o amor, desta pátria portuguesa, nascida, crescida e gloriada à sombra da Cruz. Trago-os, sim, a servirem de compasso testemunhal a uma evolução espiritual manifesta; revelam um poder reacional no seio das consciências, a expurgá-las da incredulidade agressiva – o *poenitet me* de pecados velhos, como os do grande naturalista Costa Paiva que, para remir-se de culpas, escrevia os *Novísimos do Homem* – por não poder descansar, dizia ele, da triste recordação de ter sido ateu.”³⁰⁵

Certo é que tanto nas doutrinas professadas como nos artigos que escreveu na década de 80 terá atraído sobre si o desagrado do clero. Quando ainda não contaria pouco mais que vinte anos, “(...) outro reverendo – de que nunca indaguei a identidade – atirava o mesmo anátema sobre a minha excomungada pessoa, inflamado contra as doutrinas filosóficas professadas em discursos e artigos, pelos modos atentatórios da paz das consciências. Deixei soar ao vento esta voz clamante no deserto das sacristias; (...) Despido já de crenças religiosas, revestira-me de flamantes crenças filosóficas, do kantismo

³⁰⁴ JORGE, Ricardo – “Da Catalunha. II – La Sangre”. In JORGE, Ricardo – *Canbenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 2ª Edição corrigida. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. 288.

³⁰⁵ JORGE, Ricardo – *I-H-S. Discurso pronunciado na sessão académica consagrada a S. S. Pio XI e celebrada na Sala Portugal da Sociedade de Geografia a 6-2-29*. Lisboa: Impr. Lucas & Cª, 1929, p. 7.

e do monismo panteísta; (...)” que mais tarde rejeitaria, abraçando o “(...) pragmatismo americano – um cendal ligeiro e cómodo para uso de cérebros esquentados de filosofias.”³⁰⁶

Apesar dos episódios e vivências paralelas ao universo da escola médica, era esta que lhe polarizava desde cedo a maior parte do tempo. Às aulas dedicava grande parte do tempo. Como parte das suas incumbências letivas, desde 1880 começa a presidir às defesas das dissertações inaugurais: 13 delas foram presididas entre 1880 e 1882 e as restantes distribuídas de forma regular mas nunca ultrapassando o máximo de duas por ano até 1899, ano em que excecionalmente preside a três.³⁰⁷ Se excetuarmos o período que dedicou ao projeto geresiano, esteve francamente alheado da prática clínica, o que demonstra bem a dedicação que votou à EMCP. No entanto, a partir de 1892 a sua vida assumiria um novo rumo quando aceita a incumbência proposta pela Câmara Municipal e assume a direção do Serviço Municipal de Saúde e Higiene do Porto, marcando a direção que seguiria toda a sua vida e que lhe absorveria grande parte do tempo não dedicado ao ensino.

Mesmo assim, continuava a ser o secretário da EMCP, sendo o relator das várias consultas realizadas pelo governo ao Conselho da Escola, sempre que esta era solicitada a emitir pareceres técnicos.³⁰⁸ Entre 1893-94 assume nova incumbência, regendo a cadeira de anatomia e tendo mesmo tentado fazer um curso de anatomia regional, aconselhando o compêndio de Tillaux. Ainda em 1894 participou na comissão encarregada de estudar e propor a aplicação do dinheiro do Legado Nobre, cujo remanescente anual deveria ser aplicado em benefício do ensino da escola médica. Pelo decreto-lei de 18 de abril de 1895, e fruto do seu já reconhecido prestígio como higienista, passou a professor titular (lente proprietário) da 11ª cadeira: Higiene Pública e Medicina Legal, substituindo Rodrigues Pinto, aquele mesmo que havia sido o seu antigo professor de português no Colégio da Lapa.

³⁰⁶ JORGE, Ricardo – *O médico penitente. Discurso proferido na sessão de abertura da Faculdade das Ciências Médicas em 6 de dezembro de 1913*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1913, p. 23.

³⁰⁷ Distribuídas da seguinte forma: 1880 (5); 1881 (4); 1882 (4); 1883 (0); 1884 (0); 1885 (1); 1886 (2); 1887 (2); 1888 (1); 1889 (0); 1890 (1); 1891 (1); 1892 (0); 1893 (2); 1894 (0); 1895 (0); 1896 (1); 1897 (2); 1898 (1); 1899 (3). Para uma relação das dissertações veja-se o subcapítulo 6.5.5 – Presidência de dissertações inaugurais.

³⁰⁸ Várias dessas consultas foram publicadas em *A Medicina Contemporânea*. Cf. JORGE, Ricardo – “Parecer apresentado ao Conselho da Escola Médico-Cirúrgica do Porto sobre o relatório do delegado de saúde do distrito de Lisboa”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 8 (1889); idem – “Parecer acerca da projetada reforma [do ensino farmacêutico] apresentada ao Conselho da Escola Médico-Cirúrgica do Porto”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 10 (1891); idem – “Consulta da Escola Médico-Cirúrgica do Porto ao Exmº Ministro do Reino”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 11 (1892).



Foto 4 – Ricardo Jorge no Laboratório Municipal de Bacteriologia em 1899. Foto Guedes [1885-1932]. CMP. Arquivo Histórico Municipal do Porto. Cota: F-NV/FG-M/9/1122.

3.3 – Um projeto absorvente: o Gerês Termal

Apesar de exercer funções letivas desde 1881, entre 1886 e 1893 Ricardo Jorge esteve ligado a um projeto de valorização comercial e terapêutica das Caldas do Gerês. Conhecidas desde há longos séculos e alvo de habituais peregrinações terapêuticas assentes numa tradição de base empírica, as propriedades curativas dessas águas termais passam a assumir um papel de maior destaque a partir da década de 80 do século XIX quando as análises químicas começam a servir propósitos de avaliação das suas qualidades mineromedicinais.

Na década de 70 do século XIX os “banhos de caldas e águas minerais” eram algo de bastante comum entre os estratos sociais economicamente mais desafogados³⁰⁹. As Caldas da Rainha, as termas das Taipas, Vidago, Pedras Salgadas, S. Pedro do Sul ou as Caldas de Vizela eram muito procuradas apesar das dificuldades de acesso de algumas delas³¹⁰. Alguns estratos da sociedade reencontram-se de forma mais ou menos regular com as propriedades ditas curativas ou de bem-estar associadas às águas termais, às quais continuava a faltar uma confirmação científica que apenas era sobrepujado por um empirismo que assentava na longa prática do tempo.

Será precisamente a partir da década de 60 que começam a surgir alguns dos primeiros trabalhos de índole científica acerca das propriedades medicinais das águas, com o que se vão abrindo horizontes de legitimação às curas que até então não dispunham senão do discurso médico ou do empirismo para as legitimar. A análise química das águas vai-se tornando alvo de diferentes estudos, mais ou menos aprofundados. A comissão nomeada em 1866 e presidida por Tomaz de Carvalho, diretor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, deu à estampa um extenso e inédito relatório que compilava as análises efectuadas a numerosas águas minerais portuguesas³¹¹. Outros estudos foram entretanto publicados na década seguinte, entre eles os de Bernardino António Gomes e José Júlio Rodrigues³¹², bem como vários outros nomes

³⁰⁹ Cf. ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de caldas e águas minerais*. Ilustrado por Emídio Pimentel. Introdução de Júlio César Machado. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1875.

³¹⁰ ESTEVES, Alexandra – “Praias, Termas e caldas do norte de Portugal no século XIX: Espaços de cura e de lazer”. In: FOLGUERA, Pilar, *et. al.* (ed.) – *Pensar con la Historia desde el siglo XXI*. Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2015, pp. 279-289.

³¹¹ CARVALHO, Tomaz de; AZEVEDO, João Baptista Schiappa; CORVO, João de Andrade; LOURENÇO, Agostinho Vicente – *Trabalhos preparatórios acerca das Águas Minerais do Reino e providências do Governo sobre proposta da Comissão respectiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

³¹² GOMES, Bernardino António; RODRIGUES, José Júlio – *Breve noticia sobre a composição química e propriedades terapêuticas das águas minerais das Pedras Salgadas*. Coimbra: Imprensa Literária, 1871.

ligados à Universidade de Coimbra, entre os quais Francisco Alves, Costa Simões e Joaquim dos Santos e Silva³¹³.

Conferindo-lhe um cunho científico e servindo como base de trabalho à hidrologia médica,³¹⁴ a química analítica permitiu o renovar desta disciplina médica: o termalismo passa a ser visto com outros olhos e o empirismo das “curas” termais começa a fazer sentir nos médicos a necessidade de o complementar com estudos de base clínica e de fisiologia experimental.

Valorizado pela hidrologia em clara ascensão nas últimas décadas do século XIX e legitimada pelos progressos na avaliação química das águas, o projeto geresiano de que Ricardo Jorge fez parte permitiu que legasse à memória dos vindouros duas obras complementares: a primeira, escrita em 1888 e intitulada *Gerês Termal. História, Hidrologia, Medicina* (1888), seguida três anos mais tarde de *Caldas do Gerês. Guia termal* (1891). Ambos textos são seminais para a compreensão do fenómeno terapêutico em torno das águas termais do Gerês no último quartel de oitocentos. Constituem-se como as principais fontes onde é possível recolher a maior parte da informação acerca da participação de Ricardo Jorge no universo da hidrologia médica e do termalismo, numa fase charneira que precedeu imediatamente o que foi identificado por Claudino Ferreira³¹⁵ como o período de ascendência do termalismo em Portugal, entre 1892 e 1930. O *Guia Termal* de 1891 é um texto com claros objectivos propagandísticos e de promoção turística, apresentando algumas das características mais comuns dos guias termais coevos. Esta literatura turística despontara no século XVIII nas estações termais da Bélgica, Alemanha e França, tendo-se popularizado ao longo do século XIX e servido os propósitos dos estabelecimentos termais, vinculando fortemente o termalismo ao turismo³¹⁶.

³¹³ LEONARDO, António; MARTINS, Décio; FIOLEAIS, Carlos – “O Instituto de Coimbra e a análise química de águas minerais em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Química Nova*. 34. 6 (2011), pp. 1094-1105.

³¹⁴ Há que distinguir aqui a hidrologia da hidrologia médica. A hidrologia é a ciência que estuda as águas em geral, em todas as suas formas e manifestações na superfície da Terra, seja na atmosfera, nas nuvens, nos mares, nos rios, nos solos ou nas fontes, ao passo que a hidrologia médica deve ser entendida como a disciplina que estuda as águas minerais, e que se refere ao tratamento feito por meio das águas em geral, apresentando três divisões: hidroterapia, crenoterapia e talassoterapia. No decorrer deste trabalho sempre que nos referimos à hidrologia apontamos sempre para a hidrologia médica. Cf. WEISZ, George – *The Medical Mandarins: the French Academy of Medicine in the nineteenth and early twentieth centuries*. New York: OUP, 1995, pp. 137-158.

³¹⁵ Cf. FERREIRA, Claudino – *Os usos sociais do termalismo. Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das termas da Curia*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Economia de Coimbra, 2004.

³¹⁶ Cf. JARRASSÉ, Dominique – “La importancia del termalismo en el nacimiento y desarrollo del turismo en Europa en el siglo XIX”. *Historia Contemporánea*. 25 (2002), pp. 33-50.

O interesse de Ricardo Jorge pela hidrologia médica começou no início da década de 80 do século XIX. Em 1886 era já um professor de prestígio firmado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Apesar dos seus 27 anos, no rescaldo das conferências sobre higiene que realizou em 1884, tornara-se uma figura de relevo no contexto científico nacional. Não menos importante, era o facto de ser membro da Comissão de Estudo das Águas Mineromedicinais do País e da experiência que acumulara no Instituto Hidroterápico e Electroterápico do Porto, que fundara em 1881.

Numa altura em que a hidroterapia desenhava uma nova credibilidade que passava a ter na análise das águas termais um forte argumento científico, o mero ato de «ir a banhos» adquiria um novo apelo para a medicina. Nesta altura, a presença e o conselho médico eram vistas como fundamentais na hora de escolher entre as diversas águas e termas³¹⁷. Colaborando com o seu cunhado, Miguel Couto dos Santos, fundou em fevereiro de 1881 o Instituto Hidroterápico e Electroterápico nas dependências do Grande Hotel do Porto. A partir de maio de 1882 passa a ser dirigido por Ricardo Jorge em parceria com Augusto Henrique de Almeida Brandão. Este estabelecimento, mais comercial que terapêutico, pode incluir-se numa tendência coeva, que se desenhou pela mesma altura em Espanha, e que corresponde à transformação e medicalização das correntes hidroterapêuticas empíricas da Europa central³¹⁸.

É inserido nesta tendência que desde 1881 Ricardo Jorge começou a apostar nas potencialidades abertas pela nova área terapêutica. Publicitado como o único estabelecimento do seu género no país, o armamentário terapêutico incluía duches de pressões e temperaturas variáveis, banhos de estufa e de vapor, barros russos, massagens e electroterapia. Ao longo de 1882 a publicidade deste estabelecimento no periódico *Folha Nova* conferiu-lhe grande visibilidade, como é fácil de depreender dos constantes anúncios às várias hidroterapias disponibilizadas e onde ressaltava com claro destaque o nome de Ricardo Jorge.

Foi no decorrer de um comentário às primeiras análises químicas das águas do Gerês que Ricardo Jorge se entusiasmou com seu o potencial terapêutico. Tendo conhecido em primeira mão o efeito benéfico que tiveram nas perturbações gastro-hepáticas do professor de medicina José de Andrade Gramaxo na década de 70,³¹⁹ o interesse acentuou-se depois de ter comentado

³¹⁷ Cf. PACHECO, Joaquim António (ed.) – *Almanach da saúde: contendo a indicação do que deve fazer-se, antes da vinda do médico, nos casos urgentes, e a notícia de todas as águas minerais portuguesas aproveitáveis no tratamento das doenças*. Lisboa: Livraria Católica, 1889.

³¹⁸ Cf. RODRIGUEZ-SÁNCHEZ, Juan Antonio – “Una alternativa restringida: la introducción de la hidropatía en España”. In: ARQUIOLA, Elvira; MARTÍNEZ-PÉREZ, José (eds.) – *Ciencia en expansión: Estudios sobre la difusión de las ideas científicas y médicas en España (Siglos XVIII-XX)*. Madrid: Editorial Complutense; 1995, pp. 321-349.

³¹⁹ Sobre este assunto, escreveu Maximiano Lemos: “A peregrinação, diz o nosso velho amigo Ricardo Jorge, fez o milagre; a doença que minara fortemente a existência do respeitado professor diluiu-se nas águas geresianas, e ao cabo d’algumas estações volvia o dr. Gramaxo reconstituído e

o valor científico das análises realizadas em 1885 pelo químico Adolfo de Sousa Reis. Francamente entusiasmado com os resultados, não lhe poupou encômios pelo:

“(…) trabalho porfiado durante longos meses com uma paciência germânica, onde as operações se sucederam provadas e contraprovadas com um requinte excepcional de precauções práticas e d’observância estrita às regras analíticas da química. Só raros predicados de habilidade e vontade, só muita paixão pela investigação curiosíssima, só um desejo intimo de firmar uma análise que fixasse de vez a composição das misteriosas águas, podiam conseguir o êxito brilhante do distinto químico.”³²⁰

As análises de Sousa Reis não foram as únicas a ter lugar nessa altura: também Emílio Dias as realizou, mas foram as primeiras que captaram o interesse de Ricardo Jorge.³²¹ A “hidromedicina geresiana” acabaria por apaixoná-lo quase de imediato: após comparar as análises de Sousa Reis com as de outras nascentes termiais da Europa, concluiu que o Gerês possuía a água mais fluoretada da Europa, pensando desde logo em algumas aplicações terapêuticas específicas.

Com essa ideia em mente e sempre sob a alçada do experimentalismo, realizou desde 1886 uma série de trabalhos sobre fluoretos alcalinos; numa primeira fase injetando fluoreto de potássio em animais de laboratório (rãs, coelhos e um cão) e de seguida em doentes alienados a quem foram ministradas doses de 0,4 a 1,2 dg/dia, tendo registado as observações colhidas nestes doentes com o seu colega e amigo Magalhães Lemos. Posteriormente, utilizou doses menos concentradas em alguns doentes do Hospital da Misericórdia do Porto com doenças hepáticas, biliares e do baço.³²² Os resultados permitiram-lhe concluir que “Todas as observações são contestes para demonstrar que o fluoreto é um medicamento altamente proveitoso (...). Afoitamente poderemos dizer que a alta característica mineral do Gerês é o seu flúor.”³²³

robusto, como se o houvessem banhado as linfas de Juvêncio. A gratidão do curado e a consciência do médico entraram de promover para o Gerês uma feliz exportação de clientes. Era um passaporte eficaz o nome do clínico – exame vivo da valia das águas.” in LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. A vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925, p. 150.

³²⁰ JORGE, Ricardo – *O Gerês Termal. História, Hidrologia, Medicina*. Porto: Tip. Ocidental, 1888, p. 94.

³²¹ Em 1891 Ricardo Jorge colocou em comparação os resultados obtidos por ambos em JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, pp. 31 e 34.

³²² Cf. JORGE, Ricardo – “Trabalhos experimentais sobre os fluoretos alcalinos”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 5. Nº 31 (1886), pp. 259-260, também publicado como apêndice intitulado “Trabalhos Experimentais e Clínicos sobre os Fluoretos Alcalinos”, em JORGE, Ricardo – *O Gerês Termal. História, Hidrologia, Medicina*. Porto: Tip. Ocidental, 1888, pp. 161-163.

³²³ JORGE, Ricardo – *O Gerês Termal. História, Hidrologia, Medicina*. Porto: Tip. Ocidental, 1888, p. 163.

Para além do uso habitual em doentes com perturbações do sistema nervoso e com doenças reumáticas, aquilo que na análise de Ricardo Jorge parecia tornar as águas do Gerês únicas seria no tratamento da “Braditrofia” i.e., das doenças da alimentação – ou da lentidão do processo digestivo – que no entendimento médico da altura incluíam a obesidade, a litíase biliar e inclusive a diabetes. A regularização da fisiologia digestiva era o que as diferenciava positivamente relativamente a outras opções, e por isso mesmo oferecia um complemento às terapêuticas exclusivamente hidroterápicas que Ricardo Jorge realizava no Instituto Hidroterápico e Electroterápico.

Mergulhou então no “feitiço hídrico” do Gerês, e como já era seu apanágio traçou-lhe o percurso histórico, comentando os trabalhos dos principais geresistas e ressuscitando as descrições dos viajantes. O resultado foi o *Gerês Termal*, metade dele escrito no verão de 1887 e publicado no ano seguinte. A obra teve impacto e foi entregue como parte da documentação aquando do concurso para a concessão:

“(…) documentando o seu requerimento com minuciosos anteprojetos das instalações termais, competentemente elaborados, e uma compendiosa memória histórica, hidrológica e médica sobre o Gerês termal, escrita com tão notável proficiência pelo segundo dos requerentes [Ricardo Jorge], que constitui o mais sumptuoso e perdurável monumento erguido à singular excelência daquelas águas, e ocupa, com incontestável e incontestado direito o primeiro lugar na bibliografia geresiana, e porventura de toda a bibliografia hidrológica nacional.”³²⁴

Este interesse não surgiu por acaso, tanto mais que a questão do uso e potencial terapêutico das águas medicinais não era nova. Imbricava-se com a questão do termalismo enquanto elemento tradicional de tratamento de diversas afeções crónicas. Por outro lado, a medicina hidrológica afirmava-se enquanto área do saber médico mas agora com um novo apelo, ao ser legitimada pelos avanços da química na análise dos componentes orgânicos e minerais presentes na água. O estudo hidro-analítico tornara-se elemento essencial à validação da qualidade da água, desde aquela destinada ao consumo público até à dedicada a fins terapêuticos ou com potencial mineromedicinal. A avaliação da qualidade das águas passava pelo crivo fino da quantificação: doseamento de oligoelementos, compostos orgânicos e inorgânicos, temperatura e mineralização. Mas isto, por si só, não permitia emitir juízos de valor sobre a sua eficácia terapêutica.

A qualidade das análises, sobretudo se atentarmos à variabilidade de resultados quando os processos utilizados não eram uniformes, colocava a nu as bases frágeis em que ainda assentava uma “medicina termal” em busca de afirmação:

³²⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Legislatura 26. Sessão 3. Nº 83 (22-06-1889), p. 1334.

“A Medicina Termal pouco tem avançado durante o ultimo século; demonstra tal asserção, a deficiência das análises químicas, em que principalmente se baseia o seu estudo. Que ensinamentos podemos nós colher das análises químicas que até agora se nos tem apresentado? Poucos, que possam considerar-se como verdades científicas.”³²⁵

É por essa razão que a medicina começa a introduzir-lhe os estudos clínicos, tentando justificar a partir da evidência e da prática clínicas as melhores estratégias terapêuticas, sistematizando as patologias em que poderiam ser indicadas ou contraindicadas. Talvez por isso nem sempre se assistiu à esperada relação simbiótica entre os resultados analíticos e a evidência proveniente da experiência:

“Alguns médicos, asseverando que o conhecimento dos elementos mineralizadores d’uma água não é suficiente para se poder predizer a sua eficácia medicamentosa, objetam às pretensões da química o facto de haverem águas cujos compostos predominantes, sendo na mesma quantidade, possuem uma ação diferente, os efeitos os mais diversos sobre certos doentes, atacados das mesmas afeções.”³²⁶

Numa altura em que as propriedades das águas minerais só agora começavam a obter confirmação científica, assistiam-se a exemplos de propaganda feita com recurso à sobrevalorização das análises químicas despojadas de qualquer avaliação clínica. A publicidade que decorria desta valorização química tinha apenas o intuito de capitalizar comercialmente a aura curativa em seu redor. Ricardo Jorge não deixou de o apontar e criticar em agosto de 1891:

“Na obra científica há muito que o sobrenome é e deve ser tácito: mas talvez não na hidrologia corrente, bastante de reclamo, a tal «thérapeutique tapageuse» das águas minerais, contra a qual Pécholier vibrou libelo azedo, e que no país também entra de viçar, como o provam recentíssimos e repulsivos exemplos.”³²⁷

“(…) há um tempo para cá, que aguas medicinais se improvisam por processos *fin-de-siècle*. Qualquer água que seja ou pareça mineral, se cabe em

³²⁵ DUARTE, José A. – *Hidrologia Médica. Generalidades sobre Águas Termais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1894, pp. 85-86.

³²⁶ MOTA, António Ferreira Pinto da – *As Caldas de S. Jorge*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Artur José de Sousa e Irmão, 1890, p. 73.

³²⁷ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. VII-VIII.

mãos providas, dá em panacea por força. Aquilo é como nas fontes santas d'outros tempos, para o milagre é só benzer e pôr o santo. A benzedura, salvo seja, faz-se pela análise química; diga ela o que disser, água analisada é grande droga de virtude. Para o santo despe-se a patologia inteira e todas as moléstias vão à estampa para não faltar romeiros.³²⁸

Se bem que a as águas mineromedicinais formassem parte do arsenal terapêutico e fossem estudadas no contexto da Universidade de Coimbra pelo menos desde o último quartel do século XVIII³²⁹, era uma área ainda sujeita à polémica e ao contraditório, mas onde a medicina criava um novo espaço de afirmação quando o assunto ainda não dispunha de professores especializados nem cadeiras individualizadas nos currículos de medicina. Apesar de ter uma representação modesta quando comparada com outras áreas de maior apetência, é possível detetar o interesse em redor da hidrologia em todas as suas vertentes – hidroterapia, crenoterapia e talassoterapia – exposto nas teses inaugurais das escolas médico-cirúrgicas desde a década de 70, tema que passou a ser abordado numa base regular sobretudo nas décadas seguintes.³³⁰

Dos efeitos fisiológicos provenientes dos banhos pela imersão em água fria ou quente, ou sob a forma de duche aplicado em zonas anatómicas específicas, passando pelas inalações, pulverizações e ingestão de águas, a hidroterapia era vista como panacea quase universal. No entanto existia um quadro geral de recomendações que regulamentavam a duração de duches e banhos, a temperatura, e/ou a frequência e quantidade de água a ingerir. Todas as decisões terapêuticas dependiam do tipo de afeção a tratar bem como de outras condições inerentes a cada doente.³³¹ Dependendo da tipologia e características das águas, as indicações eram múltiplas: dos casos de doenças respiratórias às patologias gastrointestinais, cutâneas e febres, das afeções reumáticas às do foro psiquiátrico e até cardíaco, parecia quase certo que praticamente todos poderiam beneficiar de algum modo com a hidroterapia. Apesar dos benefícios unânimes que se lhe atribuíam, as recomendações passavam maioritariamente por um uso não exclusivo mas sim complementar, feito em parceria com outras modalidades de tratamento.

³²⁸ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. 74.

³²⁹ Veja-se o caso de Francisco Tavares (1750-1812), fundador dos estudos científicos da hidrologia em Portugal, que lecionava o uso das águas mineromedicinais inseridas na disciplina de Matéria Médica.

³³⁰ Cf. COSTA, Rui Manuel Pinto; VIEIRA, Ismael Cerqueira – “O trabalho académico como fonte histórica: as teses inaugurais da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1827 – 1910)”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*, Nº 3 (2012), pp. 251-260.

³³¹ Para uma sinopse destas indicações, veja-se DUARTE, José A. – *Hidrologia Médica. Generalidades sobre Águas Termais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1894, pp. 66-81.

Apesar das orientações gerais, podemos dizer que o conhecimento hidrológico se encontrava descentralizado e exercido de forma pseudoespecializada: utilizado maioritariamente por médicos que laboravam nas estâncias termais, a sistematização dos tratamentos hídricos não existia ainda como prática científica universalmente regulamentada. Também não era incomum que o tipo de “banho” fosse recomendado em função de uma observação nem sempre adequada, independentemente dos sinais ou sintomas. A grande quantidade de doentes a avaliar nas estâncias termais por médicos sem treino em hidrologia podiam ter esse tipo de efeito pernicioso, como se sublinha numa dissertação inaugural de 1890:

“(…) sendo trinta a cinquenta os consultantes a despachar em três a quatro horas, como periodicamente sucede, cumpre-nos declarar que o exame feito é as mais das vezes superficial. Se o paciente acusa dores nos ossos, sem mais preâmbulos — *banho quente te valha* será o *recipe* do clinico açodado. Se a sua epiderme oferece a existência d’algumas escamas, vesículas, pápulas ou ainda tubérculos, dois olhares do facultativo lhe sugerem a diagnose d’um processo mórbido que ele enfaticamente significa ao doente pelo palavão «*dermatose*», e *banho fresco sulfuroso* será o seu refúgio.”³³²

Assente nos resultados proporcionados pelo empirismo da evidência clínica mas ainda mal explicada ao nível da ação fisiológica, a hidroterapia era em meados da década de 80 definida como “(…) o conjunto dos meios de aplicação metódica da temperatura e pressão diversas, sobre a superfície cutânea, com um fim higiénico e terapêutico.”³³³

Este empirismo não foi rejeitado por Ricardo Jorge, na medida em que os factos assentes na observação direta e na experiência eram elementos que confirmavam o valor terapêutico das águas do Gerês. Mesmo assim, instruiu-se em hidrologia tendo por base uma série de compêndios onde os especialistas franceses lhe serviram de referência.

Para além disso, também não parece ter enjeitado as prescrições de médicos mais experientes nas lides hidrológicas, como as que lhe foram fornecidas por Leonardo Torres. Este médico disponibilizou-lhe em 1884 um importante manuscrito com indicações precisas sobre o uso das águas medicinais do Gerês. Comparando as prescrições contidas nesse documento

³³² FARIA, Armindo Freitas Ribeiro de – *Vizela e suas águas minerais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de A. J. da Silva Teixeira, 1890, p. III.

³³³ ALMEIDA, Eduardo Paulino Torres e – *Hidroterapia. Suas indicações no tratamento das neuroses*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1885, p. 3.

com as preconizadas por Ricardo Jorge na sua clínica, verifica-se desde logo uma grande semelhança entre ambas.³³⁴

Os muito propalados princípios da higiene associada à hidroterapia, fossem no contexto das caldas ou até dos banhos de mar, tornavam o assunto ainda mais apelativo ao médico que entretanto se tinha tornado num verdadeiro paladino do higienismo. Aproveitando o facto do Ministro do Reino José Luciano de Castro ter retirado à Câmara de Terras do Bouro a superintendência termal do Gerês e ter aberto concurso para a adjudicação das águas medicinais, Ricardo Jorge associou-se com outros investidores nesse intento. Apesar do potencial terapêutico das águas, o processo de concessão e exploração mostrou-se lento e pejado de problemas, nunca atingindo os objetivos esperados, principalmente a construção do estabelecimento termal.

Celestino Maia, que mais tarde lhe sucedeu na direção clínica das Caldas do Gerês descreveu este processo sob o seu ponto de vista.³³⁵ Ricardo Jorge associou-se a três outros personagens: Paulo Marcelino Dias, também ele médico e professor da EMCP mas amigo de José Luciano de Castro; Adolfo de Sousa Reis, químico que apresentara os resultados das primeiras análises da água, e ainda o capitalista bracarense Manuel Joaquim Gomes. Deram entrada com um requerimento no Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria em 20 de junho de 1887, com o objetivo de obter a concessão das águas medicinais das Caldas do Gerês. Transformado em concurso público, foi publicado no *Diário do Governo* a 14 de agosto de 1888. De acordo com as condições desse programa, os concorrentes eram obrigados a documentar os seus requerimentos com anteprojetos das edificações termais, análise da principal nascente e estado medicinal das águas. A adjudicação far-se-ia mediante um conjunto de contrapartidas e obrigações estipuladas entre o estado e o concessionário.³³⁶ Fechado o concurso ao fim de 90 dias, apresentou-se como único candidato uma empresa formada por Paulo Marcelino Dias e Ricardo Jorge. A adjudicação foi feita a 7 de dezembro de 1888 por contrato provisório a essa empresa pelo prazo de 50 anos, sendo de seguida apresentado às Cortes a 30 de janeiro de 1889, cuja aprovação era necessária para que o contrato se efetivasse. Seguiu-se um arrastado processo que demorou quase 9 meses a concluir: nos debates que tiveram lugar nas Cortes foram invocados alguns receios de uma posição dominante da Companhia na venda das águas,

³³⁴ TORRES, Leonardo – Água Medicinal do Gerês. [Manuscrito]. 1884. Biblioteca Nacional de Portugal. Esp. E18/Cx. 37.

³³⁵ Celestino Maia foi médico e diretor clínico das Caldas do Gerês a partir de 1893, precisamente no ano em que a Companhia das Caldas do Gerês detida em parte por Ricardo Jorge abriu falência. Cf. MAIA, Celestino – *No centenário de Ricardo Jorge. Ricardo Jorge Geresista*. Porto: [s.n.], 1959.

³³⁶ Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Legislatura 26. Sessão 3. Nº 83 (22-06-1889), p. 1334.

mas apesar disso, o contrato final foi assinado com algumas emendas a 16 de setembro de 1889. Mesmo assim, as condições exigidas aos concessionários foram reconhecidas como algo duras, sendo “(...) talvez de mais o que se exige aos concessionários que esteja pronto no fim do primeiro dos dois anos marcados para a conclusão de todas as instalações, pois a pressa exagerada no andamento das obras pode ser prejudicial à sua qualidade.”³³⁷

Ricardo Jorge assumiu o lugar de diretor clínico, tendo-lhe naturalmente recaído “(...) sobre os ombros as responsabilidades profissionais deste sanatório hidriátrico.”³³⁸ Em paralelo, acumulava também as funções de Diretor-Gerente.

A vontade racionalizadora e normalizadora que impôs ao tratamento aquífero obedeciam a uma reconfiguração higiênica do local, abandonando-se o uso público das vetustas fontes termais. A prioridade foi dada ao tratamento pelos banhos, para o que se criou uma instalação provisória no piso baixo do Hotel Universal, canalizando a água que brotava de uma das 11 fontes.

“A nossa cruzada pelo Gerês teve principalmente por intuito a ereção de termas, dignas da qualidade excelsa das águas, e, logo que medicamente podemos interferir na terapêutica geresiana, lançamos mão do banho, como arma secundária e por vezes principal, no tratamento das moléstias que o Gerês recruta. A repugnância dos velhos cubículos venceu-se com uma instalação provisória, modesta mas suficiente, realizada nos baixos do Grande Hotel Universal (sucursal), para cujas banheiras corre o farto e cálido manancial do Forte.”³³⁹

No ano seguinte, Paulo Marcelino Dias afasta-se do projeto e a 10 de março de 1890 a concessão foi vendida a uma sociedade anónima denominada *Companhia das Caldas do Gerês*, tendo como sócios fundadores Ricardo Jorge e Manuel Joaquim Gomes. Iniciou-se então a subscrição de ações da companhia com um capital social de 70 000 réis. Nessas ações encontrava-se impressa a alçada frontal de um amplo edifício termal a construir, acompanhada no canto superior esquerdo da gravura do Hotel Universal onde decorriam nessa altura os tratamentos aquíferos.³⁴⁰ O projeto assim o determinava, mas apesar

³³⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Legislatura 26. Sessão 3. Nº 93 (05-07-1889), p. 1549.

³³⁸ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. V.

³³⁹ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, pp. 187-188.

³⁴⁰ Cf. a planta em MAIA, Celestino – *No centenário de Ricardo Jorge. Ricardo Jorge Geresista*. Porto: [s.n.], 1959, p. 20.

de se encontrar traçado no papel ao tempo em que Ricardo Jorge o ajudou a projetar, não chegaria a ser construído durante a vigência da Companhia.

No mês seguinte, em abril de 1890, o relatório apresentado pelo Inspetor de Obras Públicas de Braga mostrava a ausência dos melhoramentos impostos pelo contrato assinado no ano anterior,³⁴¹ e em 1893, a situação não parecia ter mudado.

Não se conhecem todas as razões que terão levado ao abandono do projeto, tanto mais que parecia uma aposta sólida. Se atentarmos aos seus comentários, em 1891 não existiam razões para duvidar que o investimento se viesse a concretizar. O traçado da planta foi entregue a especialistas considerados experientes em engenharia de estabelecimentos termais: Joaquim Ferreira dos Santos e Terra Viana, onde a influência do edifício Trinkhalle de Baden-Baden saltava à vista no discurso ricardiano em torno do projeto.³⁴²

Por outro lado, também a preparação em termos teóricos e em aperfeiçoamento da prática terapêutica era já longa. Claramente inspirado pelos exemplos termais centro-europeus, sobretudo das estâncias alemãs, austríacas, suíças e francesas, Ricardo Jorge bebeu destas influências e acompanhou as mesmas tendências não só em termos arquitetónicos e organizativos, mas também no tocante às prescrições e metodologias de uso terapêutico. Por alguma razão se referia com tanta insistência a Karlsbad quando a usava como paralelo do Gerês, sem descurar as alusões constantes às vantagens do seu centro termal quando comparado com outros nomes igualmente afamados. No entanto, apesar de tentar reproduzir no Gerês o ambiente florescente vivido noutras paragens termais europeias, parece que as principais resistências a que o projeto se viu sujeito eram do foro burocrático e provinham do poder central:

“Combatidos os penosos embaraços, que entre nós tolhem a iniciativa individual quando ela carece de cooperação particular e oficial, quando ela só visa ao engrandecimento e à utilidade pública, está já em execução o *domum thermalis* do Gerês. Doze anos de prática ininterrompida, o conhecimento teórico e prático das necessidades balneares, e a visita dos melhores estabelecimentos estrangeiros, guiaram-me na escolha e pormenorização das instalações.”³⁴³

³⁴¹ “Não foi alterado, nem sofreu o mais insignificante melhoramento (...) Os concessionários limitaram-se a canalizar a água da Fonte para o primeiro pavimento do Hotel Universal (...). Os banhos são dados em nove banheiras de zinco, havendo um único aparelho de duche (...) o engarrafamento da água para exportação, continua a ser feito na rua.” Cit. in ACCIAIUOLI, Luís de Meneses. – Águas de Portugal. Minerais e de Mesa. História e Bibliografia. Vol. III. Lisboa: Ministério da Economia. Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos; Soc. Tipográfica, 1944, p. 134.

³⁴² Cf. a descrição do edifício projetado em JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, pp. 200-201.

³⁴³ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, pp. 199-200.

Chegados a 1891 parece que pouco se chegou a fazer para além de canalizar água para o primeiro pavimento do Hotel Universal onde tinham lugar os banhos. Nesse ano, o engarrafamento da água continuava a realizar-se diretamente na rua. Em meados de 1891 quando finalizava a redação do percurso histórico das Caldas, era o próprio Ricardo Jorge quem admitia o arrastar penoso de um processo que se mostrou de concretização mais demorada do que inicialmente previsto, pois “D`esta novíssima fase, apenas iniciada através dos mais espinhosos obstáculos, perante os quais só não soçobra uma força excepcional de vontade, não nos compete a nós sermos cronistas.”³⁴⁴

A direção imposta por Ricardo Jorge, cujo nome já na altura conferia prestígio, conferiu ao local laivos de qualidade. E não parece que faltassem clientes apesar de não se ter edificado o estabelecimento termal. Em 1892 destacava-se o tratamento geresiano como sendo um: “(...) dos mais bem afamados de Portugal, e nele, devido à excelente direção do ilustre médico o Sr. Ricardo Jorge, se respeitam cuidadosamente todos os preceitos de higiene. Possuem aparelhos para se aplicarem duches e todos os outros processos da moderna hidroterapia, e é bastante concorrido durante os meses de verão por numerosos enfermos que ali muitas vezes encontram alívios a seus males.”³⁴⁵

Apesar disso, um ano mais tarde, em 17 de junho de 1893 a *Companhia das Caldas do Gerês* abria falência, sendo rescindido o contrato por incumprimento das regras de concessão a 31 de março de 1894.³⁴⁶ O facto do concurso de adjudicação das Caldas ter como cláusula a edificação de termas condignas, que nunca se chegaram a realizar, levou a um demorado processo judicial que terminou em maio de 1905 no Supremo Tribunal de Justiça, mas com repercussões bem posteriores a esta data.³⁴⁷ Em 26 de junho de 1911 foi acusado no jornal *O Mundo* de ter agido com dolo e má-fé na gestão e no incumprimento das regras de concessão, o que o motivou a uma defesa imediata. Na missiva dirigida em 26 de junho de 1911 ao seu solicitador, Fernando Botto Machado, pode ler-se:

“Rogo a V. Ex^a, na qualidade de meu solicitador na causa do Gerês, a fineza de mandar tirar as certidões dos acórdãos das deliberações do Supremo

³⁴⁴ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. 18.

³⁴⁵ LOPES, Alfredo Luís – *Águas minero-medicinais de Portugal*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1892, p. 259.

³⁴⁶ Cf. MATOS, António Perestrelo de – “Ricardo Jorge e a sua incursão na medicina hidrológica”. In AMARAL, Isabel; *et al.* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, p. 76.

³⁴⁷ Cf. [s.a] – *A questão do Gerês nos Tribunais*. Porto: Imprensa Nacional, 1898-1911 e ainda JORGE, Ricardo – *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911.

Tribunal, pelas quais ficou definitivamente julgado por unanimidade que eu e os que comigo são parte no processo, nem praticamos nenhuma simulação nem procedemos com dolo e má-fé. Por que hoje nas colunas do jornal O mundo se afirma que essa acusação foi consagrada pelos tribunais, e só por isso, vou promover a reparação judicial a que a lei me faculta.”³⁴⁸

A questão alongou-se ainda mais e serviu como arma de arremesso por alguns daqueles com quem Ricardo Jorge travou polémica anos mais tarde e em contextos bem distintos, como o que teve lugar em 1916 com Teófilo Braga.

Aparentemente, o falhanço deveu-se a uma imprevista falta de verbas; o suficiente para fazer soçobrar todo o trabalho desenvolvido até então, como se referiu sinteticamente na altura.³⁴⁹ No entanto, há outros fatores de ordem legislativa que não devem ser menosprezados. Em 1892 foi introduzida legislação que veio regulamentar a exploração das águas mineromedicinais: o Decreto n.º 16, de 30 de setembro de 1892 permitiu ao Governo expropriar as nascentes termais, passando-as ao regime de concessão. Apesar da *Companhia das Caldas do Gerês* já se encontrar num regime de exploração semelhante, a incapacidade de cumprimento contratual ditou o seu fim.

Por outro lado, a concorrência foi-se instalando. Desde a década de 80 banalizou-se a publicidade a várias águas minerais. Só na *Folha Nova*, e apenas para nos referirmos a um dos muitos periódicos onde esta publicidade foi surgindo, Vidago e Pedras Salgadas surgem já como nomes consagrados. A valorização das águas medicinais levou a um investimento considerável na preparação das condições hoteleiras dos diferentes estabelecimentos termais que entretanto nasciam e nas vias de comunicação que lhes davam acesso. As “digressões hidrológicas” tornaram-se comuns e o número de estâncias hidroterápicas aumentou rapidamente em poucos anos. Das mais pequenas às maiores, bastava que as águas fossem de algum modo imbuídas de algum cunho de cientificidade para serem apodadas de mineromedicinais pelos empresários do ramo, que para isso custeavam as análises encomendadas à Universidade de Coimbra, à Academia Politécnica de Lisboa ou ao Laboratório Químico Municipal do Porto.

Algumas das análises dessas águas passaram a ser publicadas na imprensa médica, atestando essas propriedades. Entre 1895 e 1898, o periódico *A Medicina Moderna* publicou as análises do químico Ferreira da Silva às águas

³⁴⁸ JORGE, Ricardo – *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911, pp. 48-50.

³⁴⁹ “Não pôde essa Companhia com os encargos a que se tinha comprometido, em virtude de dificuldades monetárias, até que em 1896 se fundou a atual Empresa, que pôs a estância à altura das suas congéneres de primeira ordem.”, in SANTOS, Fernando – *Subsídios para o estudo das águas termais e potáveis do Gerês. A sílica e o fluor das águas minerais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Oficinas do «Comércio do Porto», 1903, p. 45.

de São Gemil, Marco de Canaveses, Caldas da Saúde, Almeida, Rapoula do Coa, Ramalhos, Monção e Vidago,³⁵⁰ publicitando indiretamente os trabalhos que realizava no laboratório químico municipal.³⁵¹ Por razões óbvias, a publicidade às qualidades das diferentes águas medicinais e aos estabelecimentos hidroterápicos abundavam na imprensa médica. Sem falarmos nos periódicos generalistas como o *Comércio do Porto* ou até da já referida *Folha Nova*, as gazetas médicas portuenses como era o caso de *A Medicina Moderna* ou do *Porto Médico*, apenas para citarmos duas, também inseriam habitualmente publicidade dessa natureza.

Sobre o desaire geresiano, o novo diretor clínico das Caldas do Gerês Celestino Maia referiu muitos anos mais tarde que “Ricardo Jorge triunfou em toda a linha e com brilho invulgar nas múltiplas atividades de médico, de escritor e de cientista; mas, como administrador e gerente da única empresa industrial que cremos tenha gerido na sua vida, ficou longe de mostrar os mesmos talentos.”³⁵²

No entanto, esta visão algo pessimista acerca de um Ricardo Jorge enquanto médico-gestor, não mostra outros aspetos cuja análise está longe de se medir pela bitola do sucesso comercial, em particular os resultados terapêuticos e a promoção da região. Ao fim de pouco tempo de prática no Gerês, começou a coligir as muitas observações que realizara em 94 casos de litíase biliar (e também os próprios cálculos), publicando-as de seguida, por entender que “(...) os capítulos dos tratadistas correntes estavam longe de servir de guia ao clínico para a interpretação, tanto doutrinal como prática, da colelitíase.”³⁵³ Estas observações serviram-lhe de base documental em 1894 quando apresentou uma comunicação na *Sociedade União Médica* relativa à petrografia dos cálculos hepáticos.³⁵⁴ Durante o tempo em que foi diretor clínico deu corpo a um trabalho sistemático sobre a terapêutica pelas águas, compilando centenas de observações, sistematizando tratamentos, comparando resultados. Depreende-se que importava conferir credibilidade científica ao empreendimento termal,

³⁵⁰ Cf. REIS, Andreia – *A circulação de informação médica. Análise da revista “A Medicina Moderna”*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: FLUP, 2009, p. 69.

³⁵¹ Cf. SILVA, A. J. Ferreira da – *Memória e estudo químico sobre as águas minerais e potáveis de Moledo*. Porto: Tip. de Artur José de Sousa & Irmão, 1895 e idem – *As águas minerais das Caldas da Saúde nas proximidades de Santo Tirso*. Porto: Tip. a vapor da Empresa Guedes, 1899.

³⁵² MAIA, Celestino – *No centenário de Ricardo Jorge. Ricardo Jorge Geresista*. Porto: [s.n], 1959, p. 21.

³⁵³ JORGE, Ricardo – *Moléstias do fígado. Litíase biliar. Cálculos biliares. Cólicas hepáticas*. [s.l.]: [s.n],[s.d], p. 1. Versão impressa existente na BNP. Esp. E18/Cx. 37. Cf. também JORGE, Ricardo – “Estudo sobre a litíase biliar. Clínica Termal do Gerês”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 8. Nº 18 (1890), pp. 137-138; Nº 19 (1890), pp. 145-148.

³⁵⁴ Cf. “Sociedade União Médica”. *A Medicina Moderna*, Vol. I (1894-96), p. 38.

quando tudo fazia prever – ou como ele próprio profetizava – que o Gerês tivesse como objetivo rivalizar e “(...) excelir como estância hidrotermal e centro hidroterápico; será, já lho profetizámos, entre as termas do país, como Dax, perante as estações sulfúreas dos Pirenéus, e Gastein ou Ragatz, perante as cloretadas sódicas da Alemanha.”³⁵⁵

O *Guia Termal* publicado em 1891 é em larga medida o resultado desses anos passados em redor da clínica termal, autêntico “sintagma doutrinal e prático da medicação geresiana deduzido da terapêutica clínica”,³⁵⁶ mostrando as especificidades das águas do Gerês no tratamento das doenças crónicas do foro hepático, gástrico e metabólico.

Seria este o corolário de uma obra iniciada em 1886 mas que pudesse servir de manual indicativo aos médicos, onde apesar dos propósitos marcadamente científicos não faltava uma ponta de publicismo mal contida. O local prestava-se a comparações alpestres: “(...) estamos nas Caldas – a estação das águas milagrosas para o enfermo – centro d’excursões para o touriste, a Chamonix d’este retalho alpino.”³⁵⁷

E a envolveria do higienismo também lá está e de forma bem saliente; mais do que a capacidade para debelar um conjunto de afeções, a cura termal de Ricardo Jorge pertence a uma tríade complementar que se acomoda às condições higiénicas e de salubridade local, valorizando-se o clima, a dieta alimentar e a ação especial das águas.

“A cura termal é um sistema de diversas ordens de fatores: – os elementos climatéricos da estância, vale apertado entre montanhas arborizadas – mudanças de vida, pautadas durante a estação segundo normas sanitárias especiais, entre as quais avultam a dieta e o exercício – enfim a água termal com as suas condições físico-químicas peculiares, utilizada pelos vários processos da técnica hidriátrica.”³⁵⁸

Se o clima de montanha se mostrava único pelas condicionantes geográficas do local, a dieta prescrita fazia jus ao que na altura se considerava uma alimentação, toda ela, *higiénica*. As refeições decorriam em horários e com intervalos pré-determinados; excluía-se as bebidas alcoólicas, o café, os produtos de pastelaria, as gorduras, o azeite, o vinagre, a cebola e as especiarias.

³⁵⁵ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, pp. 201-202.

³⁵⁶ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. VI.

³⁵⁷ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. 249.

³⁵⁸ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. 138.

Os vegetais, as frutas, saladas e laticínios também se encontravam no rol das proibições. O uso de pão restringia-se a um pequeno naco, por se considerar de fraco valor alimentar e até nocivo. Preferia-se a carne cozida ou assada: vaca, vitela e galinha, arroz, ovos quentes ou escalfados, batatas em puré e fruta de compota. Esporadicamente podia-se comer peixe “de carne branca” mas sem molhos. Para além da água, só o chá preto era permitido. Passível de ser alterados com algumas *nuances* resultantes dos doentes ou das doenças a tratar, era este o regime alimentar estabelecido por Ricardo Jorge.³⁵⁹

O uso complementar das águas era apenas a parte mais visível desta conjugação de fatores terapêuticos e ao mesmo tempo o mais importante. A ingestão da água da Bica também era controlada, sendo recomendada em doses pautadas e restritas, encarada como se de medicamento se tratasse.

“Concluindo. Na cura geresiana jogam uma série de radicais fisiológicos, todos conducentes à medicação das moléstias de cunho desnutritivo e especialmente às manifestações viscerohepáticas de sede hepática, gástrica e esplénica. Os elementos higiénicos – o ar, a água, o alimento – atuam sobre a respiração, a circulação, a digestão e a nutrição. Os agentes hidrotermais – a água mineral pela sua temperatura e composição – vão influir diretamente no funcionamento visceral do tubo digestivo e glândula hepática.”³⁶⁰

Tendo-lhe consumido alguns dos seus melhores anos de juventude, como afirmaria mais tarde, o projeto geresiano acabaria por não lhe trazer o esperado sucesso comercial que à partida esperaria, mas serviu para o firmar como especialista numa área muito promissora e vista como plena de potencial. O empenho clínico e empresarial de Ricardo Jorge no projeto geresiano inscreve-se num contexto de valorização económica e terapêutica das águas mineromedicinais, inserido por sua vez no reavivar do fenómeno do termalismo, visto sob o duplo prisma da terapêutica hidrológica e da difusão coeva dos princípios do higienismo. Mas não só: insere-se igualmente num contexto em que o exercício profissional da medicina liberal se afirmava através de projectos empresariais de exploração dos recursos hidromedicinais. Nesse aspeto, Ricardo Jorge não foi caso único, e não se distingue de outros projetos existentes um pouco por toda a Europa. A promoção que faz do Gerês enquanto espaço salutogénico aliado ao turismo e ao lazer é semelhante ao que se assistiu na demais Europa no decorrer de todo o século XIX.

O facto de ressaltar sobejamente a mineralização única das águas geresianas, fez parte de uma estratégia usada não só em Portugal mas em vários países

³⁵⁹ Cf. JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, pp. 151-153.

³⁶⁰ JORGE, Ricardo – *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891, p. 181.

européus como forma de criar um mercado interno e externo. Para países periféricos, como Portugal ou Espanha, o modelo francês e centro-europeu de turismo termal internacional de pendor aristocrático eram uma referência às quais não se podiam comparar, sobretudo em termos de instalações, pelo que importava sublinhar os atractivos únicos que possuíam, especialmente a singularidade das características químicas.

Apesar de não ser inovador no uso terapêutico do precioso líquido, desempenhou um importante papel na valorização das águas mineromedicinais do Gerês, na enunciação do seu perfil químico, na definição e clarificação do quadro terapêutico em que deveriam ser usadas. Associou os dados da análise química à experimentação animal e à observação clínica, publicando os resultados, antes e durante o tempo em que foi o diretor clínico nas Caldas, cargo que exerceu entre 1889 e 1892. Terá sido a época da sua vida em que se dedicou de forma mais intensa à atividade clínica.

Afastando-se das distintas e desarmónicas classificações que na altura qualificavam taxonomicamente os diferentes tipos de águas – fosse com base nos elementos químicos presentes, fosse com base nas propriedades medicinais – criou um novo sistema de classificação das águas minerais. Rejeitando o que denominava por “má hidrotaxia” adotou um novo sistema de categorização hidromineral assente em 3 tipos de mineralização quantitativa, tomando para base de classificação a quota salina.

Passando rapidamente a deter um estatuto de especialista em hidrologia, começou a ser citado como autoridade por vários médicos que também apostavam nos benefícios terapêuticos das águas termais, bem como em várias dissertações inaugurais da Escola Médico-Cirúrgica do Porto dedicadas ao tema.³⁶¹ Muitos anos mais tarde, em 1935, Cerqueira Magro ainda o citava na qualidade de especialista em hidrologia, aludindo aos seus trabalhos no Gerês.³⁶² Por seu turno, a nomenclatura do sistema de classificação que propôs passou a ser utilizada pela maior parte dos hidrologistas portugueses.

Findo o projeto, mas no rescaldo da sua proposta de classificação das águas minerais exposta no *Guia Termal* de 1891, ainda chegou a participar em 1893 no Congresso de Besançon, promovido pela *Association Française*

³⁶¹ Vejam-se alguns exemplos: SILVA, Martins da – *Derivados do fluor em terapêutica*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1889; MOTA, António Ferreira Pinto da – *As Caldas de S. Jorge*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Arthur José de Sousa e Irmão, 1890; DUARTE, José A. – *Hidrologia Médica. Generalidades sobre Águas Termais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1894, ou SANTOS, Francisco Reis – *A patologia dos grandes centros e as estações de águas*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Lisboa: Tipografia Costa Sanches, 1896.

³⁶² Cf. MAGRO, Cerqueira – “Curas de diurese e Água do Seixoso”. *Portugal Médico*. Nº 5 (maio de 1935), pp. 250-252.

pour l'avancement des sciences, onde propôs uma nova classificação: “Une nouvelle classification des eaux minérales”,³⁶³ e a publicar em 1896 um artigo no *Centralblatt für Bakteriologie* sobre um vibrião encontrado na água, tendo diagnosticado e confirmado laboratorialmente a existência do vibrião para-colérico ou para-hemolítico, responsável da cólera frustre.³⁶⁴

Em abril de 1920, ainda seria escolhido para representar Portugal no Congresso Internacional do Mónaco destinado a fomentar a expansão das estações termo-medicinais, climatéricas e balneares dos países aliados. Fruto do prestígio que granjeara na abordagem científica das enfermidades passíveis de tratamento hidrológico, mas já numa fase final da sua vida, acabaria por manter contacto com alguns dos personagens centrais do revivalismo termal do segundo quartel do século XX. Um deles, Armando Narciso, que dinamizou a hidrologia e conheceu bem Ricardo Jorge, convidou-o em 1935 a escrever com assiduidade para a nova revista *Clínica, Higiene e Hidrologia* da qual era diretor. Ao recordar a incursão ricardiana pelas Caldas, não teria problemas em afirmar que “(...) com a exploração do Gerês, Ricardo Jorge empobreceu, enquanto ia enriquecendo a bibliografia hidrológica portuguesa com trabalhos do mais alto valor científico.”³⁶⁵

³⁶³ Cf. JORGE, Ricardo – “Nouvelle méthode de classification des eaux minérales”. *Compte Rendu de la 22me session*. Seconde partie. Notes et extraits. Congrès de Besançon 1893. Paris: Association Française pour l'avancement des sciences, 1893, pp. 824-826.

³⁶⁴ Cf. JORGE, Ricardo – “Ueber einer neuen Wasservibrio”. *Centralblatt für Bakteriologie, Parasitenkunde und Infektionskrankheiten. Erste Abtheilung*. Bd. XIX, nº 8 (1896), pp. 277-281.

³⁶⁵ NARCISO, Armando – “Prof. Ricardo Jorge”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano V. Nº 8 (agosto de 1939), p. 429.



Foto 5 – Ricardo Jorge com traje regional dos pastores do Minho. Caldas de Gerês; Fotografia Nacional de Francisco Gomes Marques, [1890-1891]. Fonte: INSA, cota RJ 108.

3.4 – O “Inocência VI da Higiene”: a política de saúde à luz do discurso ricardiano

Apesar de ter desenhado inicialmente o seu percurso académico em torno da neurologia e da histologia, o discurso em prol do higienismo despontou logo em 1883, quando ao escrever *A Balneação Antiga*, sublinhava o opróbrio progressivo em que tinham caído os hábitos higiénicos da civilização greco-romana pelas mãos do cristianismo, relacionando esse facto com a ausência generalizada de hábitos de higiene, esboçando de forma irónica que “Em Portugal, todos sabem a limpeza do nosso povo, e em geral nas aldeias lavam os pés os lavradores ao regar os campos.”³⁶⁶ Na década de 80 a revolução pasteuriana consolidava a importância da medicina de feição laboratorial, conferindo-lhe bases sólidas para a promoção do higienismo. Essa mudança demorara poucos anos, coincidindo com o período de formação académica de Ricardo Jorge e os seus primeiros anos de professorado, obrigando a uma rápida remodelação do ensino médico, da prática clínica e cirúrgica:

“Há meia dúzia de anos ninguém se lembraria de que toda a escola de medicina viria a carecer dum laboratório especial, exclusivamente dedicado a estudo de micróbios nas suas relações com a patologia e as doenças epidémicas. Os Pasteurs e os Kochs realizaram este milagre científico e pedagógico; o que era até há pouco pertença só de sábios entrou no campo das aplicações práticas e forçou as portas do ensino.”³⁶⁷

Apesar da revolução pasteuriana estar na base dessa mudança, Koch era outro dos nomes da medicina que servia de esteio à construção da bacteriologia. Como Ricardo Jorge sublinharia, “Quando os destinos de higienista me levaram ao aprendizado da bacteriologia, era Koch o pontífice da patologia infecciosa; a sua técnica, ao mesmo tempo simples e engenhosa, punha a pesquisa bacteriana ao alcance dos profanos. Evangelizou a ciência recém-nada e liberalizou a todos o seu catecismo didático de laboratório.”³⁶⁸

Poucos anos passariam do final do curso para que o discurso ricardiano consubstanciasse a maior defesa à promoção do higienismo que até então se conheceu. A sua lógica discursiva esteve desde sempre eivada de linguagem catequética, e por pouco não o confundiríamos com um eclesiástico em ato constante de sermonária. Ao percorrermos o apologético discurso de Ricardo

³⁶⁶ JORGE, Ricardo – “A Balneação Antiga”. In JORGE, Ricardo – *Ensaios científicos e críticos*. Porto: Tip. Ocidental, 1886, p. 114.

³⁶⁷ JORGE, Ricardo – *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 1 de outubro de 1885 pelo vogal da secção eletiva* [...]. Porto: Imprensa Moderna, 1885.

³⁶⁸ JORGE, Ricardo – “À porta de Brandenburgo”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 142.

Jorge em favor da aplicação das bases científicas do higienismo no *Saneamento do Porto* (1888), quase nos julgaríamos estar diante de um sacerdote em pleno instante de prédica inflamada, propalando dogmas evidentes:

“A limpeza Deus a amou, afirma o dito popular; e ama-a também a higiene. A limpeza da cidade não é só uma obra meritória ao criador, é uma obra redentora das criaturas. D’essa purificação depende, nada mais nem nada menos, que o estado sanitário da população; a doença e a morte prosperam com a imundice.”³⁶⁹

Entre 1885 e 1899 publica vários títulos que se debruçam de forma direta sobre o problema da higiene. Elaborados em contextos algo díspares na sua origem, como foram as conferências de 1884 realizadas no rescaldo de uma polémica em torno dos cemitérios, ou já no papel de técnico higienista nos relatórios sobre o saneamento do Porto em 1888 e 1897, os objetivos do seu discurso convergiam na promoção sociopolítica da higiene. A sermão-nária do higienismo era predicada por um Ricardo Jorge plenamente convicto das suas verdades científicas, que não assentavam apenas em meras suposições mas nos firmes alicerces de uma bacteriologia que atingia a sua maioridade e se impunha como um dos pilares da medicina moderna. A ignorância não podia ser razão para a falta de atitudes profiláticas que atingiram a plena confirmação científica: “O código dos direitos naturais do homem sagrou a liberdade do pensamento para todo o sempre; mas a liberdade de pensar, que deve merecer toda a tolerância e respeito, não se confunde com a liberdade de ser ignorante. Essa fulmine-se.”³⁷⁰

Pelo menos desde 1884 que nas suas famosas conferências realizadas no Porto fazia a apologia do higienismo como fator determinante para o bem-estar físico do indivíduo e da sociedade. Concebia a higiene como a “(...) filha diletta da civilização moderna (...)”³⁷¹ sem lhe regatear louvores nem aplausos. Por estar “(...) intimamente relacionada com o desenvolvimento monstruoso das ciências, das artes e das indústrias (...)”,³⁷² fazendo profissão de fé no seu potencial enquanto ciência integrante da ideia de progresso que perpassou toda a 2ª metade do século XIX.

³⁶⁹ JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado á Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888, p. 10.

³⁷⁰ JORGE, Ricardo – *Higiene social aplicada à Nação Portuguesa. Conferências feitas no Porto*. Porto: Livraria Civilização, 1885, p. V.

³⁷¹ JORGE, Ricardo – *Higiene social aplicada à Nação Portuguesa: conferências feitas no Porto*. Porto: Livraria Civilização, 1885, p. III.

³⁷² JORGE, Ricardo – *Higiene social aplicada à Nação Portuguesa: conferências feitas no Porto*. Porto: Livraria Civilização, 1885, p. III.

A base por traz da *ideia sanitária* não era nova. Originária da Europa ocidental, e ligada a Edwin Chadwick desde 1843,³⁷³ consistia na criação de uma administração central dedicada à gestão da saúde pública, de modo a orientar as autoridades locais no sentido de criar redes de esgotos, limpeza urbana, condições de habitabilidade e ainda regulamentar atividades comerciais e laborais consideradas insalubres. A base deste modelo teve por objetivo principal a prevenção da transmissão das doenças de pendor infeccioso, circunscrevendo-as. Esta ideia foi entretanto exportada para outros países e continentes, com consequências e implementações diferentes, mas obedecendo a princípios comuns.³⁷⁴ Pelo menos desde a década de 70 que em Portugal vai despontando a ideia de reorganizar os serviços de saúde à luz de preceitos higienistas, chegando a haver propostas sérias para a introdução de medidas de higienização das cidades. Um desses casos é o de Bernardino António Gomes, lente da Universidade de Coimbra, que tendo participado na Conferência Sanitária Internacional de 1866 e estando próximo das correntes e doutrinas higienistas internacionais, defendeu em 1871 a introdução de preceitos modernizadores de higiene pública na cidade de Lisboa.³⁷⁵

Por essa razão a propaganda em redor do higienismo não constituía nenhuma novidade no seio da Escola Médico-Cirúrgica portuense, apesar de não ser tema de grande realce. O despertar do interesse pelo tema coincidiu com o momento em que Ricardo Jorge passa a exercer funções letivas. Enquanto assunto de escolha dos alunos finalistas nas suas teses inaugurais na escola médico-cirúrgica, durante as décadas de 60 e 70 o higienismo apresentava um peso reduzido no cômputo geral das temáticas de eleição, algo que mudaria progressivamente nas décadas de 80 e 90.³⁷⁶ Antes disso era residual e quase inexistente, se bem que já existisse desde 1863 uma cadeira de Medicina Legal e Higiene Pública nas escolas médico-cirúrgicas.

Nos primeiros anos enquanto médico e professor, o próprio Ricardo Jorge voltara-se para as áreas da neurologia e da hidrologia, não se vislumbrando

³⁷³ Cf. CHADWICK, Edwin – *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*. London: Clowes and Sons, 1843.

³⁷⁴ A bibliografia sobre a “ideia sanitária” é vasta e conta vários estudos já clássicos. Vejam-se, por todos: HAMLIN, Christopher – *Public health and social justice in the age of Chadwick*. Cambridge: CUP, 1997; HAMLIN, Christopher – “Predisposing causes and public health in early nineteenth century medical thought”, *Social History of Medicine*. Vol. 5. N° 1 (1992), pp. 43-70; PORTER, Dorothy – *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. Vol. 2. London: Routledge, 1999.

³⁷⁵ Cf. GOMES, Bernardino António – *O esgoto, a limpeza e o abastecimento das águas em Lisboa: o que foram ou são, e o que devem ser, considerado tudo à luz das boas práticas e doutrinas*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1871.

³⁷⁶ Cf. COSTA, Rui Manuel Pinto; VIEIRA, Ismael Cerqueira – “O trabalho académico como fonte histórica: as teses inaugurais da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1827 – 1910)”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. N° 3 (2012), pp. 251-260.

nessa altura o papel e o impacto que teria enquanto higienista voltado para as questões da saúde pública. As palestras que realizava eram feitas em contexto científico ou acadêmico, e foi no rescaldo de uma polémica ocorrida na *Sociedade União Médica* acerca da instalação dos cemitérios no Porto em 1884, que realizou uma série de quatro conferências que decorreram entre agosto e setembro de 1884 aquando da inauguração do novo edifício da Escola Médico-Cirúrgica, erigido ao lado do Hospital de Santo António, e a que assistiram várias centenas de pessoas. Após ter criticado a posição dos membros da Junta Consultiva de Saúde que declaravam a necessidade de encerrar o cemitério do Prado do Repouso pela sua suposta insalubridade e perigosidade, Ricardo Jorge trouxe à arena uma série de questões acerca da saúde pública. Em grande medida decalcado do movimento sanitaria inglês encetado por Edwin Chadwick na década de 40, o pensamento de Ricardo Jorge sobre a questão dos enterramentos assentava na necessidade de conhecer e compreender o meio social para só depois intervir. O debate permitiu-lhe assumir a voz do especialista higienista, refutando os pressupostos dos que supunham que os cemitérios provocavam a inquinação do ar, dos solos e das águas, apontando o problema da habitação proletária, defendendo a reorganização da máquina sanitária e hospitalar, o papel da medicina científica na promoção da higiene urbana e a intervenção direta dos poderes públicos na criação de um sistema de saneamento.

“Cada vez mais insalubre, a cidade não tem nas condições devidas nem água, nem esgotos, esses dois elementos imprescindíveis de limpeza, que a experiência tem demonstrado reduzirem a cifra da mortalidade geral. O hospital é um antro infeto, onde s[e] amontoam doentes fora de todos os limites da tolerância e n’um desprezo repugnante das leis mais comezinhas da boa higiene. As classes pobres, o mundo dos proletários, vegetam encovados n’uns alvéolos húmidos e lóbregos, sem ar e sem luz, e abandonadas a uma especulação torpe que tão sordidamente as explora com a miserável edificação das ilhas. Há a desfiar um estendal de misérias e vergonhas, de males e de incúrias. É forçoso lavar um protesto enérgico contra tanto desleixo, contra tanta inépcia, contra tanta loucura criminoso. E eu, instigado por umas discussões mesquinhas, onde fiz esvurmar o pús de tanta chaga podre, mau grado a insuficiência própria, alistei-me no serviço d’essa causa nobre. Eis a razão das conferências encetadas hoje.”³⁷⁷

Se no meio académico o seu nome era notado e respeitado, o impacto destas conferências junto das entidades camarárias foi ainda maior, que o convidam no imediato a fazer parte de uma comissão de estudo sobre as condições sanitárias

³⁷⁷ JORGE, Ricardo – *Higiene social aplicada à Nação Portuguesa. Conferências feitas no Porto*. Porto: Livraria Civilização, 1885, pp. 39-40.

da cidade. Por seu turno, tanto a imprensa portuense como a de Lisboa publicaram excertos mais ou menos longos das conferências, acompanhadas de críticas encomiásticas.

Rapidamente crismado com o rótulo de perito higienista, este impacto justifica-se em parte pelo facto de coincidirem com uma altura em que o papel social da medicina no combate aos flagelos epidémicos se punha em evidência. Numa altura em que o pânico causado pelas grandes crises epidémicas continuava a ser popular, o contexto da epidemia de cólera que lavrara no Egipto em 1883 e que invadira em julho de 1884 o sul de França deu o mote aos periódicos e às sociedades científicas: discutia-se então o risco posto pela chegada de mais uma epidemia, fenómeno algo que não era novo no Portugal de oitocentos, mas que era sempre causa de grande apreensão.

Em 1884, o então decano José Frutuoso Aires de Gouveia Osório,³⁷⁸ médico com um extenso currículo de participação na resolução de problemas sociais (o problema dos expostos, o socorro infantil, a educação pública), fundador da *Gazeta Médica do Porto* e primeiro titular da cadeira de higiene da escola médica em 1863, publicava na novíssima revista *A Saúde Pública*, opinando sobre a necessidade da edilidade portuense colocar nas mãos dos médicos mais competentes a resolução dos problemas sanitários da cidade.³⁷⁹ Chegaram a realizar-se conferências solicitadas pelo delegado de saúde e pelo governador civil. No seio da *Sociedade União Médica*, na qual Ricardo Jorge participava ativamente, criou-se uma comissão consultiva composta por Joaquim José Ferreira, Henrique Maia, Mendes Correia, Ricardo Jorge e Antunes Lemos, que elaboraram um relatório com medidas preventivas, que foi publicado a 20 de julho de 1884 no jornal *A Saúde Pública*.³⁸⁰ As autoridades municipais portuenses começaram a ficar sob pressão de um discurso médico que

³⁷⁸ José Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1827-1887) era bacharel formado em Filosofia (1847) e Medicina (1849) pela Universidade de Coimbra. Doutorara-se em Edimburgo em 1853 e lecionou na Escola Médico Cirúrgica do Porto desde 1858. Foi vereador (1876) e presidente da Câmara Municipal do Porto entre 2 de janeiro e 23 de agosto de 1887. Preocupou-se com a divulgação de preceitos higiénicos. Fundou em 1880 a Sociedade de Instrução do Porto, ligando-se à vida social e administrativa da cidade. Cf. PINA, Luís de – *O professor Gouveia Osório na génese da escola histórico-médica portuense (Um expressivo centenário 1860-1960)*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1960.

³⁷⁹ Cf. as palavras de Aires de Gouveia Osório em *A Saúde Pública. Hebdomadário de Higiene*. 1º Ano. Nº28 (6 de julho de 1884). Sobre José Frutuoso Aires de Gouveia Osório veja-se LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. A vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925, pp. 152-155.

³⁸⁰ Cf. *A Saúde Pública*. 1º Ano. Nº 29 (20 de julho de 1884). O “Relatório sobre as providências a tomar em virtude do perigo da invasão de uma epidemia de cólera-asiática, apresentada pela comissão, composta dos snrs. Joaquim José Ferreira, Henrique Maia, Mendes Correia, Ricardo Jorge e Antunes Lemos, relator.” também é apontado por LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. A vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925, p. 207.

não enfeitava um papel de maior destaque dos médicos no controle sanitário das ameaças epidémicas, reclamando a criação de um serviço de higiene municipal que fosse capaz de coordenar de forma descentralizada (e desse defeito se criticava a inoperância da Junta Consultiva de Saúde Pública) o combate à ameaça representada pelas epidemias, melhorando para isso a higienização da cidade.

É neste contexto que se deve entender o sucesso destas conferências de 1884, ao mostrar-se que a higiene pública da cidade se encontrava em perigo, ressaltando em primeiro lugar a importância do saneamento público, questão candente da altura, em paralelo com outra que se lhe encontrava ligada, que era o problema da qualidade da água que supria a cidade do Porto. Mais preocupado com a questão do saneamento público do que propriamente com a qualidade da água, problema ao qual o químico Ferreira da Silva se dedicou com maior atenção,³⁸¹ estas conferências permitem traçar um quadro muito claro sobre os problemas de salubridade e higiene da cidade no último quartel do século XIX. Mais do que isso, é nelas que projeta a traços largos um plano orgânico da sanidade oficial.

Mas que cidade é esta em que vive Ricardo Jorge? Qual o seu quadro sanitário? Por que razão lhe serve de tubo de ensaio para os problemas que aponta e para as propostas que faz? No decorrer da segunda metade de oitocentos, a malha urbana alastrou, fenómeno demográfico que se acelerou a partir da década de 60 e a que o próprio Ricardo Jorge faz referência constante.

“Dobrado o meio do século, a velocidade demográfica do Porto torna-se vertiginosa; a cidade pulula e pleoriza-se de gente. O rol dos habitantes aparece no primeiro censo regular, o de 1864, com 86 mil; no censo de 1878 são já 105 mil e no de 1890 138 mil. Falam bem alto estes números do seu engrandecimento; a taxa do crescimento figura entre as das mais progressivas cidades europeias.”³⁸²

Entre o Iº Censo da População em 1864 e o IV Censo de 1900, a população da cidade crescera de 90 527 para 167 955 habitantes. Em 1881, o Inquérito Industrial revelava que trabalhavam na indústria 37 377 operários, quase um terço da população total. Este incremento populacional relacionava-se com a

³⁸¹ Ferreira da Silva teve na altura o mérito de mostrar a diferença de qualidade da água das fontes e a água canalizada, tendo-se mostrado favorável à implementação de um projeto de encanamento da água da cidade do Porto proposto em 1880. Sobre Ferreira da Silva veja-se ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Rita C. – “Ferreira da Silva e o laboratório químico Municipal do Porto (1884-1917)”. *Estudos do Século XX*. Nº 12 (2012), pp. 15-30.

³⁸² JORGE, Ricardo – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Sep. de Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene. Porto: Tip. Ocidental, 1897, pp. 104-105.

emigração de uma população operária proveniente de vários pontos do norte do país. Os movimentos operários de protesto contra as crises de trabalho (1882 e 1886) e os surtos grevistas (1886, 1888-1890 e 1895) mostram a importância e o peso social progressivo de uma fatia importante da população ligada ao processo de industrialização, onde as condições de salubridade eram um problema que importava resolver.

Referindo-se ao bairro central da cidade, que corresponderia ao atual centro histórico, Júlio Dinis escrevia que nessa zona predominavam “(...) a loja, o balcão, o escritório. A casa de muitas janelas e de extensas varandas, as crueldades arquitetónicas, a que se sujeitam velhos casarões com o intento de os modernizar, o saguão, a viela independente das posturas municipais e à absoluta disposição dos moradores das vizinhanças; a rua estreita (...) as ruas ameaçadas de procições, e as mais propensas a lama; (...)”.³⁸³ Por seu turno, a zona oriental era o local escolhido pelos industriais, principalmente os oriundos do Brasil, que bem próximo das suas residências instalavam muitas vezes as suas fábricas e os correspondentes bairros operários, na sua esmagadora maioria com fracas condições de higiene e sanidade.

A par de bairros elegantes que entretanto vão surgindo na região ocidental da cidade, nas áreas centrais do velho burgo vão crescendo zonas degradadas e assiste-se ao crescimento e multiplicação das *ilhas*, fenómeno urbano que não é exclusivo da segunda metade de oitocentos, mas que é nesse período cronológico que se intensifica.³⁸⁴ Sinónimo de pobreza, por vezes localizadas quase em áreas centrais da cidade, as *ilhas* não deixariam indiferentes os poderes públicos, cada vez mais despertos para os problemas decorrentes da habitação precária e das condições higiénicas em que vivia uma parte considerável dos portuenses. A “questão social”, termo lato de que nos chegam ecos pela boca de reformistas de pendor republicano e não só, repercutiu-se entre o último quartel do século XIX e início do século XX. Focalizando-se principalmente na precariedade das condições de vida e de habitação das classes operárias em contexto urbano, estes discursos patenteados em muitos periódicos – de que a *Folha Nova* é um bom exemplo – expõem ambientes construídos sem preocupações de conforto ou salubridade, encarados como particularmente propícios à doença e aos episódios epidémicos.

“Naturalmente as condições higiénicas das localidades têm sido melhoradas no possível, por toda a aparte, já procedendo-se à limpeza das canalizações, já à análise dos géneros alimentícios, postos á venda nos mercados públicos, já mandando-se alargar becos e vielas e edificando-se bairros saltares para as

³⁸³ DINIS, Júlio – *Uma família inglesa*. 5ª edição. Lisboa. Ulisseia, 1998, p. 69.

³⁸⁴ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – “As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX”. In SANTOS, Carlota (Coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, 2011, pp. 477 - 493.

classes operárias, desprotegidas. Louvado deus, nós vivemos numa terra, em que nada d'isto é preciso fazer-se. A exm^a Câmara reúne todas as semanas para tratar dos seus negócios, (...) [mas] jamais para discutir a mais singela questão de higiene municipal.”³⁸⁵

Fica-nos a dúvida se o autor destas palavras não seria o próprio Ricardo Jorge, o que poderia acrescentar o número dos pseudónimos. Tanto no estilo como na temática, aproxima-se do discurso ricardiano, mas na inexistência de outras provas, julgamos que se trata pelo menos de um médico portuense, provavelmente ligado à EMCP.

À imagem do que sucedia com as medidas e créditos extraordinários do Governo na presença de ameaças epidémicas de proveniência externa, também a edilidade portuense reagia apenas perante os riscos imediatos. Em 1885, temendo-se que a cidade pudesse ser vítima da cólera que pairava em França e em Espanha, o governador civil Guedes Teixeira escolheu o outeiro de Guelas de Pau para a edificação de um hospital para coléricos. Os pavilhões de madeira assentes sobre pilares de pedra asseguravam o adequado arejamento, permitindo incinerar rapidamente os barracões no final da epidemia. Apesar dos cuidados postos na arquitetura e de se localizar numa zona periférica e elevada, a escolha do local foi causticada pela sátira do autor de um artigo que assina sob pseudónimo. Sublinhava-se nesse artigo que a dita escolha ocorreu “(...) porque ao redor das tais Guelas há um novelo de ilhas miseráveis, habitadas por uma população pobre e amontoada em casebres imundos.”³⁸⁶

A pressão da opinião pública e do discurso higienista levam alguns cidadãos a esboçar medidas com o intuito de pressionar os decisores políticos; e é precisamente nesse contexto que as medidas de proteção da saúde coletiva propugnadas por Ricardo Jorge assumem um lugar de particular premência. Em finais de junho de 1885 teve lugar uma reunião na sede dos Bombeiros Voluntários onde confluíram médicos e jornalistas com o propósito de se ocuparem de identificar e promover a melhoria das condições higiénicas da cidade, a que se seguiu outra a 8 de julho na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras. A presidência da mesa coube ao jornalista Manuel Maria Rodrigues, que teve como secretários Ricardo Jorge e Aires d'Oliveira. Daqui resultou a formação de uma comissão central – cuja vice-presidência era ocupada por Ricardo Jorge – encarregue de criar diversas subcomissões, cada uma composta por um médico, dois jornalistas, um bombeiro, um representante da comissão de socorros e um membro da autoridade. Ricardo Jorge e Emídio d'Oliveira formaram uma dessas subcomissões e foram os primeiros

³⁸⁵ YORICK [pseudónimo] – “Os amigos do micróbio”. *Folha Nova*. (27 de junho de 1885), p. 1.

³⁸⁶ YORICK – “Os amigos do micróbio”. *Folha Nova*. (27 de junho de 1885), p. 1.

a lavrar um relatório que foi apresentado à comissão central e publicada no periódico *Folha Nova*.³⁸⁷

Criada com o propósito de delinear uma topografia médico-social da cidade através de um inquérito, Ricardo Jorge participa ativamente, insistindo na necessidade de obviar rapidamente os problemas de salubridade habitacional do proletariado. Cada subcomissão recolheu informação diversa através de visitas a bairros e casas, verificando *in loco* os mais diversos casos de miséria. Ao mesmo tempo que se iam avaliando os problemas habitacionais, os relatores não se escusaram a relacioná-los com a insalubridade das residências das ilhas, a ausência de higiene, a sobrelotação, a promiscuidade entre seres humanos e animais domésticos, e os baixos níveis de escolarização dos moradores:

“A 1ª comissão iniciou na quarta-feira os seus trabalhos, escolhendo para primeiro campo das suas investigações o extenso grupo de habitações que vai da Travessa de Montebello até Guelas de Pau, habitações na sua maioria pobres e miseráveis, onde se abriga a classe operária de um dos bairros mais industriais da cidade. A comissão quis tocar de perto numa chaga social – a penúria do proletariado – que no Porto, como característica local, se contamina com uma chaga higiénica – a podridão da ilha. (...) Na nossa missão visitadora iremos congregando alguns dos elementos desta enfermidade pública, erguendo um brado enérgico em favor de uma terapêutica eficaz.”³⁸⁸

Os resultados parcelares desta comissão circunscreveram-se apenas às ilhas, mas revelavam um panorama de misérias humanas que justificavam em larga medida as discrepâncias existentes na estatística mortuária da cidade. Em novembro de 1886, a comissão de higiene publicou um relatório com um conjunto de medidas a adotar pela Câmara Municipal, com vista à necessária higienização da cidade.³⁸⁹

No entanto, as condições habitacionais e de saúde pública destes espaços urbanos não melhoraram significativamente na década seguinte. As doenças infecto-contagiosas continuavam a dominar o panorama sanitário. Em 20 de outubro de 1897, Ricardo Jorge continuava a comunicar inúmeros casos de varíola, muitos de carácter mortal.³⁹⁰ Em 1899, ao referir-se à cultura

³⁸⁷ Cf. MOREIRA, Alberto – “A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. (Recordando esta instituição cultural numa faceta de profilaxia social)”. *O Tripeiro*. VIª série. Ano II. Nº 2 (fevereiro 1962), pp. 42-43.

³⁸⁸ JORGE, Ricardo; OLIVEIRA, Emídio de – “A Miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito) I”. *Folha Nova*. Nº 46 (20 de julho de 1885), p. 1.

³⁸⁹ Esta comissão era formada por Ferreira da Silva, Joaquim José Ferreira, Arnaldo Anselmo Ferreira Braga e Aires de Gouveia Osório. Cf. [s.a] – “A limpeza da cidade”. *Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº304 (3 novembro 1886), p. 1.

³⁹⁰ Cf. *O Tripeiro*. Vª série. Ano III (outubro 1947), p. 139.

sanitária das classes mais desfavorecidas da cidade, pintou um novo quadro, mais negro mas igualmente lúcido, profundamente crítico em relação à mentalidade dominante na forma de encarar a saúde e a doença, algo transversal entre os diferentes estratos sociais:

“O contágio voga sem peias. Peias sanitárias bem poucas lhes oferece ainda a nossa organização profilática. O povo então entende muçulmanamente que só é atacado quem Deus quer; e ninguém guarda os filhos do contacto com um varioloso e um diftérico. (...) As cenas a que temos várias vezes assistido, sobretudo quando grassa alguma epidemia, são tristemente edificantes sobre o espírito da nossa gente. Valha a verdade que nas casas de sala acima se depara por via de regra um desmazelo equivalente.”³⁹¹

As ilhas desenvolveram-se através do expediente inicial de ocupação de edifícios antigos e não raro degradados, seguindo-se a construção de habitações baratas e de baixa qualidade em bairros sobrepopoados, de exíguas dimensões, oscilando entre os 9 e os 16 m², como Ricardo Jorge pôde verificar.³⁹²

O abastecimento de água e a rede de esgotos constituíam outros problemas que obstavam à melhoria da estatística sanitária. Apesar do plano de saneamento da cidade se ter iniciado em 1896 e posto em prática 8 anos mais tarde, diversas zonas urbanas como a Foz e Campanhã, bem como algumas ruas da zona central não estavam contempladas no plano de saneamento.³⁹³

Em finais do século XIX a rede de esgotos era limitada, cobrindo apenas pouco mais de ¼ das ruas. Também o estado desta rede apresentava défices: para além do mau estado das fossas e canos, estes ainda permitiam infiltrações em terrenos próximos de veios de água, uma das causas da elevada mortalidade apontada por Ricardo Jorge. O fornecimento e distribuição de água ao domicílio enfermavam de mazelas semelhantes, sobretudo na lentidão da expansão da rede de abastecimento: em 1882 a Companhia Geral das Águas do Porto deu início às obras para a distribuição de água, mas só em 1887 entraria em funcionamento a rede de canalizações. Mesmo assim, em 1905 cobria apenas 32% do comprimento total das ruas, subsistindo ainda muitas habitações e freguesias inteiras sem qualquer rede de abastecimento ou sequer ligação à

³⁹¹ JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. 380.

³⁹² Cf. JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, pp. 152-153.

³⁹³ Cf. REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – “Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto”. *Revista Povos e Culturas*. Nº 2 (1987), pp. 412-413.

mesma. Daí que grande parte da cidade ainda tivesse de recorrer aos préstimos dos vetustos fontanários públicos, suplementados por poços particulares.³⁹⁴

A planificação e execução da rede pública de esgotos também foi alvo de análise demorada em 1897. Na comissão criada para o efeito discutiu-se longamente sobre o melhor sistema a implementar: se o inglês, se o alemão. Secretariada por Ricardo Jorge, esta comissão rejeitou inicialmente a proposta que a casa londrina Hughes & Lancaster apresentou no concurso aberto para o saneamento da cidade, mas deu parecer favorável à introdução de várias modificações indicadas pela comissão técnica, incluindo um reajuste dos custos.³⁹⁵ No concurso público que se seguiu acabaria por vingar o sistema separado inglês (*separate system*), por oposição ao sistema combinado (*combined system*), sendo contratada a firma Hughes & Lancaster para a realização dos trabalhos.³⁹⁶

As ameaças e surtos de epidemias de cólera, como os de 1883 e 1885, ilustram bem a fragilidade do tecido urbano em termos de saúde pública. E não são sequer fenómenos novos da segunda metade de oitocentos: antes delas, a razia de 10% da população causada pela epidemia de cólera de 1832-33³⁹⁷ ou pela menos mortífera de 1855³⁹⁸ haviam deixado uma marca indelével no imaginário popular. É certo que estes fenómenos epidémicos não foram exclusivos da cidade portuense, inserindo-se num contexto mais lato que abarcava outras zonas do país e da Europa, mas pelo menos no caso do Porto, a marca deixada pela cólera perduraria na memória coletiva dos seus cidadãos. E não seria apenas esta doença a liderar os receios epidémicos até ao final do século, uma vez que outras como a sífilis ou o tifo se impuseram como elementos de grande impacto na estatística fúnebre.

A bioestatística portuense, cujas bases foram lançadas pelo próprio Ricardo Jorge, permitem-mos desenhar a imagem mortuária de uma cidade insalubre,

³⁹⁴ Cf. SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2001, pp. 392-393.

³⁹⁵ Cf. JORGE, Ricardo de Almeida, et al. – *Saneamento do Porto. Consulta da comissão de saneamento, apresentada à ex.ma Câmara Municipal do Porto*. Porto: Tip. Ocidental, 1897.

³⁹⁶ Sobre a rede escolhida e os seus detalhes técnicos, incluindo esquemas e desenhos técnicos veja-se SÁ, Adriano de – “O novo sistema de esgotos do Porto”. *Porto Médico*. Ano 2. Nº 11 (1905), pp. 375-396.

³⁹⁷ A epidemia de cólera de teve início a 1 de janeiro de 1833 na cidade do Porto, aquando da chegada do vapor *London Merchant*, trazendo como passageiro o General *Solignac*, o seu Estado-Maior e cerca de 200 soldados belgas, destinados a reforçar as fileiras do exército liberal na cidade sitiada. Tendo-se declarado a epidemia de cólera, rapidamente se estendeu a Aveiro, e em abril já tinha atingido Lisboa, com os primeiros registos de morte no Hospital de São José. Cf. GOMES, Bernardino António – *Memória sobre a epidemia da cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*. Lisboa: Tip. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

³⁹⁸ Cf. [s.a] – *Relatório da Epidemia de Cólera em Portugal nos anos de 1855 e 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

“cemiterial” no seu próprio dizer. Em 1888, só o tifo, a varíola e as disenterias eram as responsáveis por cerca de 10% dos óbitos, vitimando sobretudo crianças. A tuberculose, mais frequente nos meios operários e em classes sociais economicamente mais débeis, mas genericamente temida por todos nas últimas décadas de oitocentos, respondia por mais de 7% dos óbitos. Ao longo da segunda metade do século, a mortalidade da cidade oscilou em redor dos 24 e os 40%, valores preocupantes para os contemporâneos quando comparados não só no contexto nacional (21,6% em 1890-97) ou mesmo interurbano, se comparado com os de Lisboa (27,5% em 1890-97). Ao estabelecer o paralelo com outras cidades europeias, o Porto equiparava-se a cidades como Moscovo, Bucareste e Ruão, bem conhecidas pelas elevadas taxas de mortalidade associadas à insalubridade.³⁹⁹ Por outro lado, a cidade era um ponto de passagem que acolhia regularmente numerosas levas de emigrantes que demandavam as terras do Brasil, fenómeno a que Ricardo Jorge assistiu e de que deixou descrições em textos memorialistas, mas também em trechos de prosa dramática pintada pela pena de Camilo Castelo Branco.

Com a devida distância na escala demográfica, o que se passava na cidade do Porto poderia igualmente apontar-se para outras zonas do país. Sobre Bragança e Viseu, apenas para citar algumas das cidades que foram alvo de estudos semelhantes imediatamente após o de Ricardo Jorge, discorreram os olhares clínicos de Artur Morgado e António de Melo Ferrari, pintando de igual forma os défices higiénico das habitações e das condições de vida dos estratos populacionais desfavorecidos daquelas cidades.⁴⁰⁰

Parece claro que a organização das políticas sanitárias no decorrer do século XIX, sobretudo na 2ª metade, acompanharam de forma próxima as políticas sociais, destacando-se em primeiro lugar as preocupações higienistas veiculadas pelo discurso de reformadores sociais. O discurso higienista de Ricardo Jorge teve campo fértil de atuação, muito à custa de uma mudança de mentalidade dos decisores públicos, confrontados com uma cidade em processo de reflexão sobre a expansão do seu espaço urbano e à qual se colocavam desafios inerentes ao processo de industrialização, ao crescimento económico e aos problemas demográficos decorrentes. A medicina social surge como elemento indispensável do armamentário da gestão camarária onde a figura do médico municipal faz despertar para o atraso em que a cidade do Porto - e em larga medida de quase todas as áreas urbanas do país - se encontrava, quando comparados com outros países europeus.

³⁹⁹ Cf. JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899.

⁴⁰⁰ Cf. MORGADO, Artur Martins – *Subsídios para o estudo da higiene e demografia da cidade de Bragança*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1903, pp. 34-36 e FERRARI, António de Mello – *Subsídios para o estudo da demografia e higiene do distrito de Viseu*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1904, p. 63.

Neste sentido, e pelo menos desde 1880, Ricardo Jorge expôs os perigos das epidemias, difundindo noções de higiene pública e fazendo valer a importância de tornar o higienismo num elemento real de progresso, associando a doença ao quadro urbano que tão bem conhecia e experienciara. Mais do que qualquer outro, o discurso em torno da higiene social notabilizou-o e colocou-o numa posição de proeminência em face dos seus pares. Entre 1880 e 1900 publicaram-se uma quantidade assinalável de artigos sobre medicina preventiva e higiene social, fosse na *Medicina Contemporânea*, na *Revista de Medicina e Cirurgia Práticas*, na *Gazeta dos Hospitais Militares*, no *Instituto* ou no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*. Câmara Pestana, Rodrigues de Gusmão, Sousa Martins, Miguel Bombarda, Aníbal Bettencourt, Silva Amado e Clemente Pinto faziam parte do grupo que em artigos publicados nestes periódicos partilhavam o discurso ricardiano.

Um dos melhores exemplos da intencionalidade pragmática do discurso higienista ricardiano sucede em 1894. Na primavera desse ano, Lisboa é sacudida com as notícias de um surto epidémico de origem desconhecida, que fazendo lembrar a cólera não se apresentava explicitamente como tal. Aos receios populares associavam-se as dúvidas apresentadas pelos médicos, o que fez correr a tinta dos jornais. Na sessão extraordinária de 1 de maio de 1894 da *Sociedade União Médica*, debateu-se acerca da atitude a tomar face à eventualidade da epidemia se espalhar, que exigências se poderiam fazer junto do poder central, que medidas se deveriam propor ao poder local, e que informação se deveria prestar ao público.⁴⁰¹ Dada a prevalência de surtos coléricos na Europa no último decénio, o historial de epidemias no Porto e os receios de transmissão e contágio, levaram a edilidade portuense a enviar Ricardo Jorge como seu delegado em missão à capital para averiguar o problema e informar diretamente o presidente da Câmara.

O diagnóstico e prognóstico que Ricardo Jorge fez na altura, tanto na Junta de Saúde como na *Sociedade União Médica*, terão passado algo despercebidos no meio da polémica e da discussão que entretanto se gerou em redor do diagnóstico: se de facto se estaria perante um surto epidémico de cólera ou de uma mera infeção gastrointestinal. Descartando as ideias então aventadas de febre-amarela ou gripe, aquilo que para Ricardo Jorge não passaria de uma mera “cólera fruste”,⁴⁰² serviu-lhe novamente como mote para expor no grémio portuense a falta de organização dos serviços sanitários, ao mesmo tempo que apontava a extinção do Conselho Superior de Saúde Pública como um importante obstáculo à construção rigorosa dos percursos epidémicos. Na sessão que teve lugar a 24 de abril na Sociedade das Ciências Médicas, na qual Ricardo Jorge esteve presente, a elite médica

⁴⁰¹ Cf. “Sociedade União Médica”. *A Medicina Moderna*. Vol. I (1894), p. 41.

⁴⁰² “Sociedade União Médica”. *A Medicina Moderna*. Vol. I (1894), p. 42.

da altura discutiu o assunto: Arantes Pedroso, Manuel Bento de Sousa, Sousa Martins, Manuel Serrano, Miguel Bombarda, Carlos Tavares, Câmara Pestana e Alfredo Costa, apenas para citar alguns dos clínicos mais prestigiados da altura. A prova laboratorial veio mais tarde, pela mão de Câmara Pestana, que certificaria os achados clínicos, confirmando a importância da bacteriologia na comprovação diagnóstica.⁴⁰³ Como já o fizera noutras ocasiões, esta também não foi desaproveitada para fazer a apologia do investimento na reorganização da saúde pública:

“Para as moléstias que assaltam a coletividade é necessário haver de permanência os recursos profiláticos; como para os males acidentais do individuo os recursos médicos. Ora o nosso país, perante epidemias, está como o desgraçado, atormentado por doença súbita, que se vê sem médico e sem botica. O corpo instrumental e pessoal da higiene pública carece d’ estar organizado e a funcionar, de tal modo que possa surgir à primeira voz d’ alarme.”⁴⁰⁴

Outros problemas, tais como o abastecimento de águas e o recrudescimento da varíola em 1894, ou o problema da difteria em 1895, reuniram de novo a atenção da classe médica no púlpito da *Sociedade União Médica*. A sessão científica extraordinária de 11 de junho de 1894 foi convocada para se discutir o relatório da primeira comissão encarregue de estudar o saneamento do Porto. Na sessão de 18 de junho de 1894 Ricardo Jorge apelava novamente ao poder local no sentido de decretar a vacinação obrigatória contra a varíola, depois de apresentar os dados estatísticos de várias cidades europeias que tinham seguido esse caminho.⁴⁰⁵ Na sequência da descoberta do soro antidiftérico por Emil von Behring, Ricardo Jorge publica um relatório em 1895 onde dá a conhecer os resultados dos trabalhos antidiftéricos desenvolvidos pela Repartição Municipal de Saúde e Higiene.⁴⁰⁶

Em 1899, ano em que a peste bubónica realiza uma incursão totalmente inesperada no Porto, ao contrário de outras a que a cidade se havia de algum modo acostumado, Ricardo Jorge continua a apontar um dedo firme à insalubridade do aglomerado portuense, num texto já clássico sempre que qualquer historiador pretende pintar o quadro sanitário da cidade em fim de século. Poucos documentos o ilustram de forma tão sagaz e direta:

⁴⁰³ Cf. PESTANA, Câmara – “Relatórios das investigações bacteriológicas da atual epidemia de Lisboa”. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. Ano 59. Vol. 58 (1894), pp. 100-109.

⁴⁰⁴ JORGE, Ricardo – *A epidemia de Lisboa de 1894. Impressões d’ uma missão sanitária*. Porto: Tip. Ocidental, 1895, pp. XVI-XVII.

⁴⁰⁵ Cf. “Sociedade União Médica”. *A Medicina Moderna*. Vol. I (1894), p. 55.

⁴⁰⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “A difteria no Porto. Notas estatísticas”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 13. N° 4 (1895), pp. 27-28.

“Vivemos ou antes morremos, a uma tarifa obituária intolerável; e isto num clima ameno e paradisíaco, um país incomparável, sobre um solo granítico e acidentado, sob um sol que nos acarinha. Há aqui os vícios da má educação e da ignorância; há as mais revoltantes práticas de trato de crianças numa trucidação perene; há as habitações lóbregas e insalubérrimas onde se amesendra mais dum terço da população; há o desgaste das moléstias infecciosas pela licença do contágio; há enfim uma rede de incapacíssimos esgotos, rastilhando o solo e a água de imundície”⁴⁰⁷

Ainda a propósito da peste, no mesmo ano Miguel Bombarda emulava o discurso ricardiano mas salientando outros aspetos que não apenas a necessidade de responsabilização governamental pelas medidas sanitárias, sublinhando o atavismo religioso e as crenças populares, a par da fragilidade do paradigma microbiano junto dos próprios médicos: “Não é pois aos governos que se devem impor as responsabilidades da situação que atravessamos. É ao povo e só ao povo. Pois se nós estamos num país em que ainda se fazem preces públicas a pedir a Deus Nosso Senhor que nos livre da epidemia e em que médicos há que ousam escrever publicamente que não acreditam na epidemia da peste, porque epidemia significa grande número de doentes e grande número de óbitos e porque não acreditam em micróbios!”⁴⁰⁸

Apesar destes aspetos, sobretudo os relativos à pedagogia das populações, a promoção da saúde pública, tal como era entendida por Ricardo Jorge e pelo pensamento higienista da época, implicava sobretudo uma reformulação da intervenção normalizadora e regulamentar do Estado na conduta higiénica dos cidadãos. Com o objetivo de defender a sociedade dos problemas demográficos impostos pela reconfiguração urbana associada à industrialização, os Estados mostravam-se cada vez mais empenhados e despertos para a resolução e prevenção dos problemas de higiene e saúde coletiva, entendidas agora como problema social.

Recuperando as ideias de controlo biopolítico expressas por Michel Foucault, ou do *homo higienicus* de Alfons Labish, o higienismo pode ser interpretado à luz de uma explicação que ultrapassa o controlo epidémico. Como Gustavo Vallejo e Rafael Huertas sublinharam, em meados do século XIX, as principais cidades europeias eram a demonstração palpável das mudanças profundas que acompanharam o avanço da revolução industrial, retroalimentado por migrações de indivíduos provenientes do mundo rural que chegavam a povoar as paisagens fabris e a dar forma a uma nova classe

⁴⁰⁷ JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. 322.

⁴⁰⁸ BOMBARDA, Miguel – “A peste em Portugal”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 17. Nº 36 (1899), p. 304.

trabalhadora.⁴⁰⁹ No entanto, o que se verificou em Portugal, da mesma maneira que parece ter sucedido noutros lugares da Europa, é que muitas vezes a vontade política para regulamentar e executar as normas emanadas dos poderes públicos em matéria sanitária colidia com a insensibilidade dos governantes e a correspondente ausência de verbas, o que tornou o processo legislativo lento na sua aplicação, apenas agilizado aquando dos irregulares mas sempre temidos episódios epidémicos que, a espaços mais ou menos longos ainda flagelavam as populações.⁴¹⁰

Ao longo do século XIX, Portugal assistiu a uma extensa produção legislativa no domínio da saúde pública, organizada através de um *corpus* legislativo composto por sucessivas leis e regulamentos. Assim, às leis de saúde pública de 1837, 1845 e 1868 acresceram os regulamentos de 1853, 1856, 1860, 1863 e 1891; a criação da Junta de Saúde em 1813 e tida por ineficiente, foi substituída por em 1820 por uma comissão de saúde, e em 1837 pelo Conselho de Saúde Pública; a legislação de 1837 seria substituída em 1868 pelo decreto de Alves Martins. Apesar de em 1884 a Junta Consultiva de Saúde Pública substituir o Conselho de Saúde Pública, os resultados continuaram a ser muito reduzidos e de expressão insignificante. O cumprimento das medidas sanitárias e de higiene coletiva legalmente impostas acabou por ter quase sempre fraca aceitação e execução pouco eficiente.

Daí que o papel determinante que Ricardo Jorge teve na promoção do higienismo como disciplina científica redefinidora da medicina, da formação médica, e sobretudo da saúde pública como desígnio biopolítico do Estado, se insira num contexto europeu mais vasto, se bem que no caso português fosse algo tardio. No entanto, foi ao nível local/municipal que pôde expor e materializar na prática os princípios definidores do higienismo, provando a sua necessidade imperiosa na reestruturação da salubridade e saúde públicas da cidade do Porto. A sua cidade, aquela que lhe serviu de barómetro e tubo de ensaio, apresentava-lhe todos os desafios de uma urbe que crescia e que apresentava todos os problemas inerentes aos movimentos populacionais proporcionados pelo crescimento do tráfego comercial e pela emergência da atividade industrial.

Numa clara analogia organicista, em que a sociedade se assimilava aos seres vivos, as leis e teorias biológicas tendiam a ser aplicadas aos fenómenos sociais, a cidade moderna surgia como a causa direta de várias doenças, que passam a ser vistas eufemisticamente como doenças sociais. Algumas patologias, em particular as de matriz epidémica, exigiam ser combatidas com recurso a um projeto de modernização científica, capaz de controlar o fenómeno urbano. O higienismo, elemento que passa a ser indissociado da

⁴⁰⁹ Cf. VALLEJO, Gustavo; HUERTAS, Rafael – “La ciencia en el disciplinamiento de la ciudad moderna”. *Dynamis*. Vol. 32. N° 1 (2012), pp. 13-19.

⁴¹⁰ Cf. PORTER, Dorothy – *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London: Routledge, 1999, p. 88.

saúde pública, assume-se como um dos instrumentos tecnológicos afetos à governação do tecido social. Mesmo com o passar dos anos o seu discurso não perdeu o tom apologetico, reafirmando o papel social da higiene na configuração harmoniosa da vida coletiva:

“O homem é um ser social, os seus piores males derivam da vida comum, e não podem ser evitados senão por uma ação comum. Tal é o papel da higiene social. Do que esta higiene é capaz, é já ocioso dizer-lo; os seus progressos e os seus benefícios são evidentes! Se há ainda cegos e mudos, que abram os olhos e os ouvidos – a restauração hígida [sic] das cidades, o extermínio das infeções, o aumento da duração da vida média e normal, bastam como provas irrefragáveis da eficácia desta obra reformadora. Que no-la deixem, pois, realizar e que nos dispensem todo o auxílio. Nós não incomodamos ninguém nem vimos provocar paixões, não ofendemos seitas, não lesamos interesses; a nossa obra é toda de paz, de harmonia e de solidariedade.”⁴¹¹

Esta prédica higienista e reformadora convergiu com um clima político portuense que se foi tornando favorável a mudanças profundas na saúde pública municipal desde a década de 80, a mesma altura em que o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto* de 1881⁴¹² permitiu olhar para toda uma série de problemas da urbe, incluindo desde logo questões importantes como eram o abastecimento e qualidade da água, a rede de esgotos e as fraudes nos géneros alimentares, entre outras, mostrando desde logo a importância da saúde pública na reorganização e progresso da cidade.

Para Ricardo Jorge, seria o ABC da higiene que atrasaria o aproximar da velhice e asseguraria à humanidade um normal e saudável ciclo de vida. Em 1888, ainda no contexto dos melhoramentos e salubridade da cidade nortenha, apontou com clareza os primeiros destinatários do seu discurso: a administração local e os cidadãos das urbes, sujeitas um normativo legal englobante, capaz de colocar “a segurança higiénica” no mesmo patamar de outros setores como a justiça, a economia ou a educação:

“Às edilidades e às gentes dos grandes centros se endereçam as epístolas e os sermões dos missionários da salubridade, que, como os apóstolos na quadra primeira do cristianismo, assentaram a sua propaganda nas cidades populosas e dirigentes do mundo. A arena por excelência das lutas conquistadoras da higiene

⁴¹¹ JORGE, Ricardo – “Ribeiro Sanches”. *Porto Médico*. Ano 3º. Nº 4 (abril 1906), p. 130. Discurso proferido na secção de higiene e epidemiologia do XV Congresso Internacional de Medicina que teve lugar em Lisboa em 1906.

⁴¹² Cf. o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto apresentado à Câmara Municipal em sessão extraordinária de 26 de setembro de 1881 pelo seu Presidente José Augusto Corrêa de Barros*. Porto: Tip. José da Silva Teixeira, 1881.

é a cidade; nem outro pudera ser o seu campo de batalha senão ela, ali onde exuberava a vida social em toda a plenitude dos seus vícios e disformidades.”⁴¹³

“A segurança higiênica do cidadão contra os danos mórbidos carece impreterivelmente d’uma sanção legal e positiva, como a segurança jurídica das pessoas e a segurança económica das fazendas. Reprimir o mal físico, como reprimir o mal moral, são funções por igual sagradas do poder coletivo; para o progredimento das nacionalidades é tão fundamental fomentar a economia das vidas como fomentar a riqueza e a instrução.”⁴¹⁴

Se por um lado se dirigia aos decisores políticos apontando que “Vigiar pela saúde do povo é o primeiro dever do homem público”⁴¹⁵, o âmbito totalizante do higienismo era mais lato do que à partida se poderia supor. Compreende-se assim que a audiência a que Ricardo Jorge inicialmente se dirigia em 1884 se espraiasse para além dos círculos científicos e até do poder municipal, alargando-se a toda a população, numa altura em que as questões da salubridade pública e de educação para a saúde também passavam a fazer parte incontornável da redefinição do espaço ocupado pelo homem na crescente malha urbana portuense.

Como é fácil de ver, o teor da linguagem de que se serviu não enfeitava as múltiplas referências ao mundo religioso, o que por mimetismo o transformava no oficiante de uma nova religião laica. Também por isso Rafael Bordalo Pinheiro não se tivesse escusado de o apelar de “Inocência VI da Higiene”,⁴¹⁶ encarado à laia semianedótica de sumo pontífice da ciência/religião higienista. Mais tarde, e denotando uma clara influência dos textos de Ricardo Jorge, Barahona Fernandes encarregar-se-ia de utilizar e reproduzir a mesma terminologia de pendor religioso ao referir-se a outros “apóstolos” do mundo médico, nomeadamente a Miguel Bombarda, com expressões como “O médico tornou-se sociólogo praticante. (...) O cientista, apóstolo reformador.”, “Imbuído da ‘religião de humanidade’ e da crença no progresso e no bem público, via na ciência a chave de todos os problemas. A ignorância e atraso gerais pareciam-lhe terra fecunda para a sua sementeira de apostolado.”⁴¹⁷

Da mesma maneira que o consultório médico se ia tornando o confessionário laico da modernidade e o médico se tornava no sacerdote da nova ciência médica

⁴¹³ JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto: relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888, p. 5.

⁴¹⁴ JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888, p. 36.

⁴¹⁵ JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888, p. 1.

⁴¹⁶ Cf. a caricatura de Ricardo Jorge, da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro em *A Paródia*. Ano I. Nº 6 (21 de fevereiro de 1900), p. 42.

⁴¹⁷ Cf. FERNANDES, H. J. Barahona – “Miguel Bombarda - Personalidade e posição doutrinária”. *Revista filosófica*. 4 (1952), pp. 44-64.

de finais de oitocentos, o discurso higienista bem podia bem ser comparado a um novo evangelho redentor. A ciência era a nova religião: não a da salvação das almas mas a da salvação dos corpos:

“A voz da ciência, pregando a redenção física do homem, irmana-se com a voz divina daquele que anunciou a sua redenção moral. E ao seu apelo também agora uma religião se inaugura, a da salvação corporal dos povos; a sua crença é a exterminação dos flagelos, o seu rito é um perscrutar incessante no altar da experiência, nos seus templos nunca se apaga o fogo sagrado; o fervor do oficiante e a vigilância do espírito nem ás dos ascetas se comparam. Dum extremo ao outro do mundo civilizado criou devotos e evangelistas; quantas vezes sobre a glória do apostolado se não cruzam as palmas do martírio!”⁴¹⁸

Este “apostolado sanitário” expressão que Ricardo Jorge utilizou num relatório de 1888 (*Saneamento do Porto*) e que Jorge Alves recuperou⁴¹⁹, transformou-o numa figura de proa na hora de decidir o rumo *higiénico* da cidade. Em 1888 apresenta este relatório da responsabilidade da Comissão Técnica de Saneamento nomeada pela Câmara Municipal do Porto para estudar os problemas da higienização da cidade. Trata-se do resultado da conclusão da primeira fase de trabalhos sobre o saneamento do Porto, que teve por base “um questionário completo e pormenorizado sobre o tema imposto, encarado em toda a sua largueza”.⁴²⁰ Elaborado por Ricardo Jorge, a quem a comissão também incumbiu a redação do relatório, nele apresenta não só as condições sanitárias da cidade, mas também um conjunto de medidas a adotar e os inquéritos necessários para a resolução dos problemas mais complexos. Trata-se sobretudo de um documento técnico, muito menos apologético que os discursos de 1884, o que mostra uma evolução do trabalho do higienista: de promotor passava a consultor e executor do desígnio biopolítico portuense, expondo o conceito da higiene dos aglomerados urbanos, destacando o abastecimento de água e a remoção dos detritos urbanos, propondo um conjunto de medidas apropriadas à sua resolução.

Este relatório apenas deu mais força ao discurso higienista e a ligação ao poder local acentuou-se a partir desse momento. Em 1891 abriu-se um processo de concurso para execução da tarefa de remoção e aproveitamento industrial das matérias vegetais e animais consideradas impróprias e nocivas à saúde pública, provenientes do matadouro, mercados e vias públicas, não adjudicada, por não

⁴¹⁸ Ricardo Jorge, 1900, cit. in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), pp. 437-438.

⁴¹⁹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes – “Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal – Um Apostolado Sanitário”. *Arquivos de Medicina*. 22. 2/3 (2008), pp. 85-90.

⁴²⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888, [s.p].

haver concorrentes.⁴²¹ No ano seguinte, na altura em que o governo discutia a criação de um Instituto bacteriológico e de um posto de desinfecção, a Câmara do Porto decidiu agregar serviços municipais e criar outros novos, fundando o primeiro Laboratório Municipal de Bacteriologia na cidade. Pensando no alargamento das instalações do Serviço de Higiene, lançou um concurso público para arrematação da construção de uma casa destinada à instalação do Serviço de Saúde e Higiene Municipal. Adjudicada a António da Silva Moreira, o processo do concurso incluía o projeto do edifício aprovado em Comissão Municipal em 18 de junho de 1892.⁴²² Curiosamente, a criação do Laboratório Municipal de Bacteriologia do Porto em 1892, coincidiu com o mesmo ano em que Biggs fundou o Laboratório Municipal de Bacteriologia de Nova York, considerado o mais antigo no mundo. A conjuntura e sensibilidade médica para os problemas sanitários encontravam na edilidade portuense um ambiente particularmente favorável. Não é alheio a esta constatação o facto de se encontrarem vários médicos ligados à EMCP nas rédeas dos destinos políticos da cidade: a vereação de 1890-92 era formada pelo conselheiro António de Oliveira Monteiro, tendo Manuel Rodrigues da Silva Pinto como presidente da comissão municipal de higiene. O vogal dessa comissão era outro médico: Tito Fontes. A ameaça de um novo surto de cólera também terá contribuído para acelerar o processo, num ano particularmente atarefado para Ricardo Jorge, e “nos últimos meses muito mais, graças às ameaças do cólera e às funções que agora desempenho na câmara”,⁴²³ como se pode ler na missiva que enviou a Bernardino Machado a 12 de outubro de 1892.

Delineado e organizado pelo próprio Ricardo Jorge, o Serviço Municipal de Saúde e Higiene estruturou-se na vereação seguinte (1893-95). Dispunha de várias secções, onde se destacam as de estatística, bacteriologia, vacinação e desinfecção, com o que se obtém uma visão abrangente do conteúdo programático deste novo departamento sanitário. Convidado para dirigir os serviços municipais de saúde e higiene e o Laboratório Municipal de Bacteriologia, é então que a estatística e a demografia o absorvem, dando início em 1893 à publicação do *Anuário* e do *Boletim Mensal de Estatística Sanitária do Porto*, elemento que lhe permite fazer da estatística demográfica um dos suportes da sua ação enquanto higienista. Não se julgue, contudo, que o serviço dispusesse de condições excelentes. Bastante modesto nas suas dimensões, o “barração” em que o serviço de higiene estava sedado instalou-se nas traseiras da câmara, como nos descreve Almeida Garrett:

⁴²¹ Cf. o Processo de concurso n.º 131. AHMP. Cota: A-PUB/3796 - f. 1.

⁴²² Cf. o “Processo de concurso para arrematação da construção de uma casa destinada à instalação do Serviço de Saúde e Higiene Municipal, adjudicada a António da Silva Moreira. Inclui o projeto do edifício, aprovado em Comissão Municipal em 1892-06-18.” Processo de concurso n.º 139. AHMP. Cota: A-PUB/3796 - f. 194-204

⁴²³ Cf. a missiva de Ricardo Jorge a Bernardino Machado, datada de 7/10/1892, in (1892), Sem Título, CasaComum.org, Disponível em HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_104413 (2015-3-5).

“Para o novo serviço camarário erguera-se, ao fundo do terreno que seguia as traseiras do edifício municipal, como quintal de palacete, e era aproveitado para recolha de viaturas e quartel de bombeiros, uma casota para instalar a nova repartição. Entrava-se pela rua do Laranjal, em plano superior ao terreiro (por um pequeno pátio sobre o qual se abria também a porta do laboratório de química) para pavimento onde Ricardo tinha o seu gabinete, e estava a biblioteca e (quando eu o conheci, em 1906) havia, ao redor de uma sala de entrada, uma coleção de modelos de aparelhagem sanitária.”⁴²⁴

Sobre a escassez dos recursos humanos e materiais, diria que “Quem ao depois visitou o laboratório municipal de bacteriologia e olhou para os recursos do seu pessoal e material, talvez se surpreendesse com a possibilidade do descobrimento, feito demais por um investigador que nunca vira o bacilo da peste.”⁴²⁵ No entanto é importante olharmos para além do óbvio; a criação deste laboratório expressa um propósito modernizador na gestão da saúde pública do município, atestando a maioridade da higiene como disciplina de controlo social e da bacteriologia como seu alicerce científico.

Paralelamente, o seu discurso higienista encontrava campo fértil nos alunos de medicina, que o glosavam nas suas dissertações inaugurais, imitando por vezes o seu estilo evangelizador, cumprindo “Aos higienistas, aos médicos por mais obscuros que sejam - cumpre-lhes enfileirar-se n’esta sacrossanta propaganda com as suas observações, com todo o peso de seus argumentos, cheios de autoridade e isentos de paixão, a bem das nossas famílias, da sociedade e da espécie humana.”⁴²⁶

Ciente da necessidade de dosear e medir o estado sanitário do corpo social, o higienista começa a socorrer-se de instrumentos estatísticos. Em consonância com a tendência internacional desenhada pelos finais de oitocentos, a estatística tornara-se num dos elementos de análise e de prova para uma nova abordagem das doenças, que passa agora pelo estabelecimento de relações entre as mesmas e os fatores de natureza geográfica, demográfica, geológica, orográfica e humana. Esta abordagem estrutural e analítica da saúde pública, que ainda hoje mantém a sua atualidade, procurava descortinar de forma científica as relações entre as epidemias, ou surtos de doenças, e os fatores geográficos específicos das áreas onde surgiam. O recenseamento das causas de morte, por si só, era encarado como o alicerce de toda a estatística sanitária, por ser, nas palavras

⁴²⁴ GARRET, António de Almeida – “Ricardo Jorge, higienista”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 372.

⁴²⁵ JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. XIII.

⁴²⁶ SOUTO, Ricardo Maria Nogueira – *Questões de patologia e higiene social. Desejo de contribuir para a regeneração da sociedade portuguesa*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1891, p. 94.

de Ricardo Jorge, o “Compasso da vida social (...) biómetro sensível, que pesa e doseia o mal comum.”⁴²⁷ Estas palavras, extraídas de uma das suas obras mais significativas: *Demografia e Higiene da cidade do Porto* dada à estampa em 1899, expressam e refletem a importância da estatística demográfica como instrumento primordial para a saúde pública. Ao paralelo interurbano entre Lisboa, Porto e o restante território, adicionou-lhe um conjunto de dados internacionais que permitiram traçar um quadro histórico-estatístico do estado sanitário da urbe portuense em análise comparada. O quadro é assaz revelador de uma cidade com múltiplos défices sanitários, expostos no mesmo ano que a cidade se confrontaria com uma inusitada epidemia de peste bubónica, algo que já não acontecia desde o século XVIII.

O poder local, o primeiro alvo da sermonária ricardiana dera passos importantes na reformulação da cidade que se queria agora, higiénica. Ao fundar o Laboratório de Química, o Posto de desinfecção e a canalização do caudal de Arca d’Água, entre outras deliberações tendentes a salubrir a cidade, a edilidade promovia a higienização urbana ao mesmo tempo que elevava Ricardo Jorge a figura de proa nos assuntos da saúde pública municipal. Sob alçada camarária, logrou utilizar da maneira mais adequada a sua posição como médico municipal para combater os problemas mais candentes. A divulgação da soroterapia antidiftérica, acentuada em 1894 com a comunicação de Roux ao Congresso de Budapeste, encontrou eco imediato em Ricardo Jorge. Tomou a iniciativa de propor à Câmara a criação de um serviço antidiftérico, que entrou em funcionamento ainda no decorrer desse ano, instalado na Repartição Municipal de Saúde e Higiene sob a forma de externato, na mesma altura que Câmara Pestana iniciava a produção do soro antidiftérico em Lisboa. Naquela repartição se preparou o soro antidiftérico até 1899, tendo-se levado a cabo vários trabalhos clínicos e experimentais. Perito em Higiene e Epidemiologia a quem a edilidade portuense recorria sempre que eram necessários relatórios ou pareceres técnicos nessas áreas, entre 1894 e 1899 é essa temática que o absorve totalmente, publicando uma série de estudos de grande fôlego: *A epidemia de Lisboa de 1894; impressões de uma missão sanitária* (1894), *A difteria no Porto* (1895), *Saneamento do Porto. Consulta da comissão municipal de saneamento* (1897), *Origem e desenvolvimento da população do Porto* (1897), *Demografia e higiene da cidade do Porto*. Vol. I (1899) e *A peste bubónica no Porto* (1899).

E se por um lado o seu trabalho era respeitado pela administração local, para além de o ser por outros higienistas e bacteriologistas, a epidemia de peste que assolou a cidade em 1899 ditaria uma mudança de vida com repercussões importantes no seu futuro pessoal. No desenrolar do episódio pestífero, os

⁴²⁷ JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. 295.

heróis martirizados em prol da ciência não eram apenas aqueles que sucumbiam à letalidade dos germes invasores como aconteceria com “o apóstolo e mártir da nova fé” Câmara Pestana; no rescaldo dessa epidemia também Ricardo Jorge começaria a preencher ainda em vida o novo panteão laico dos heróis da ciência higiênica.



Foto 6 – Retrato de Ricardo Jorge com dedicatória autógrafa “Ao seu velho amigo Júlio de Matos of. Ricardo Jorge – Gerês 4-9-1890”. Francisco Rochini [1890-1891]. Fonte: INSA, cota RJ 106.

3.5 – A epidemia de peste no Porto e o virar de uma página

Quando pretendemos analisar o episódio da peste bubónica de 1899 no quadro sanitário portuense, as melhores fontes para realizar a história da epidemia passam invariavelmente pelos relatórios e textos que Ricardo Jorge nos legou, em particular *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos* (1899).⁴²⁸ Outros, igualmente de natureza médica, mesmo sendo coevos, beberam quase de forma integral os seus relatórios,⁴²⁹ funcionando mais como bibliografia complementar.

Tal como é habitual acontecer em todos os surtos epidémicos, os fenómenos e as consequências que estes aportam não se desenham apenas no âmbito da mera mortalidade, ultrapassando muitas vezes as dimensões demográficas ou puramente médicas em que se inserem.⁴³⁰ Quando a peste é detetada, já anos antes Ricardo Jorge e outros haviam apontado as múltiplas carências e problemas de salubridade decorrentes dos défices de higiene, da habitação das classes operárias e da gestão pública das redes de saneamento e esgotos, num processo que historicamente se encontra associado com a expansão populacional do burgo portuense. Os problemas sanitários associados à habitação precária eram alvo de advertências e censuras desde a década de 80, em especial do partido republicano ao qual Ricardo Jorge esteve ligado pelo menos até 1885.⁴³¹

O episódio portuense, apesar de ser muitas vezes analisado sob o ponto de vista estritamente demográfico, sanitário ou até político, ultrapassou claramente essas dimensões. Mais do que isso, teria um forte impacto na redefinição da saúde pública portuguesa no seu todo, mas também noutros campos, nomeadamente em termos sociais, económicos e políticos, envolvendo fortes atritos a nível local e nacional.

⁴²⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*. Sep. do Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene da Cidade do Porto. T. 2, 1899. Porto: Partição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899; JORGE, Ricardo – *La peste bubonique de Porto: 1899. Sa découverte. Premiers travaux*. Porto: Tip. de A. J. da Silva Teixeira, 1899.

⁴²⁹ Veja-se o caso de COELHO, Carlos Alberto da Cunha – *A peste do Porto de 1899*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1900 e ainda CARDOSO, Júlio – *A peste do Porto. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Tip. Gutenberg, 1899.

⁴³⁰ ROSENBERG, Charles – *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: CUP, 1995.

⁴³¹ Cf. “O problema da habitação pobre”. *Folha Nova*. Nº 95 (3 de dezembro de 1883), p. 1, “O problema da habitação pobre”. *Folha Nova*. Nº 97 (5 de dezembro de 1883), p. 1, JORGE, Ricardo; OLIVEIRA, Emídio de – “A Miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito) I”. *Folha Nova*. Nº 46 (20 de julho de 1885), p. 1, OLIVEIRA, Emídio – “As Ilhas II”. *Folha Nova*. Nº 47 (21 de julho de 1885), p. 1, idem – “As Ilhas III”. *Folha Nova*. Nº 48 (22 de julho de 1885), p. 1, idem – “As Ilhas IV”. *Folha Nova*. Nº 49 (23 de julho de 1885), p. 1, idem – “As Ilhas V”. *Folha Nova*. Nº 54 (28 de julho de 1885), p. 1, FREITAS, Rodrigues de – “A Miséria no Porto”. *Folha Nova*. Nº 52 (27 de julho de 1885), pp. 1-2.

Ao analisarmos o século XIX na perspectiva da longa duração, verifica-se que os picos de mortalidade causada pelas diferentes crises epidémicas ao longo de todo o século XIX, e sobretudo na sua 2.^a metade, tinham deixado de ter um alcance nacional e tornaram-se mais circunscritas a determinadas regiões, perdendo também nos grandes efetivos humanos que habitualmente lhes sucumbiam. Com efeito, foi desaparecendo a mortalidade catastrófica a partir de meados de oitocentos, ao passo que outra tomaria progressivamente o seu lugar.⁴³² Em contraciclo, surgiu um fenómeno epidémico que despertou temores ancestrais: a peste que se declara no Porto em 1899.

A peste é uma doença de roedores transmitida aos seres humanos pela sua pulga devido a um bacilo altamente virulento, denominado *Yersinia pestis*. Atualmente admitem-se três formas clínicas (bubónica, pulmonar e septicémica) e dois ciclos epidemiológicos distintos: um ciclo de transmissão vetorial pela pulga do roedor e um ciclo de transmissão direta por via aérea. Nos seus hospedeiros naturais, o bacilo sobrevive em habitats específicos, graças à alternância de episódios em espécies sensíveis que infetam as pulgas e em espécies de roedores resistentes que disseminam o bacilo presente nas suas pulgas, nas fezes e nas tocas. O homem é contaminado após um contacto acidental com um animal selvagem infetado (doença de pele do caçador) ou a um surto de ratos domésticos.⁴³³ Denominada simplesmente “peste”, “peste bubónica”, “peste asiática”, “peste do levante”, ou então (levantando receios medievais), “peste negra”, o fenómeno começou por atingir vários estivadores galegos, residentes e trabalhadores na Rua da Fonte Taurina, na zona da Ribeira. No dia 4 de julho de 1899, e na qualidade de diretor do serviço de higiene municipal, Ricardo Jorge recebeu um bilhete de um negociante da rua de São João, chamando a atenção para algumas mortes que tinham ocorrido nessa mesma rua.⁴³⁴

Não era a primeira vez que recebia participações, dignas de maior ou menor crédito, mas vindo da pessoa em questão não a negligenciou. Ao examinar as certidões de óbito, nada indiciava senão uma qualquer doença banal, mas mesmo assim enviou um dos funcionários do serviço de higiene à rua onde tinha surgido a estranha doença, tendo este trazido a informação que outras pessoas tinham adoecido com uma “espécie de febre com nascidas debaixo dos braços.” A partir daí deslocou-se pessoalmente ao local a 6 de julho. Ao investigar, deteta 3 casos, todos benignos, conseguindo determinar a origem do surto.

⁴³² Cf. DAVID, Henrique – “Alguns aspetos da mortalidade em finais do século XIX – as cidades do Porto e Lisboa”. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. IX (1992), pp. 269-294.

⁴³³ A Europa foi atingida por três pandemias de peste, cada uma reclamando milhões de vítimas: a peste de Justiniano (650), a peste negra (1347) e a peste de Hong Kong (1894). Sobre o impacto global da terceira pandemia veja-se: ECHENBERG, Myron J. – *Plague Ports: The Global Urban Impact of Bubonic Plague, 1894–1901*. New York, NY: New York University Press, 2007.

⁴³⁴ JORGE, Ricardo – “A epidemia da Fonte Taurina”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 2º (1898-1899), pp. 344-352.

O caso inicial remontava a 5 de junho, localizado em três habitações insalubres da Fonte Taurina; Gregório Blanco terá sido a primeira vítima, seguindo-se os seus companheiros que moravam nos andares superiores da casa onde vivia. O próximo a sucumbir foi Tomé Rodrigues, outro galego, dono da venda do rés do chão e residente no 1º andar da mesma casa. Os moradores das casas adjacentes foram sendo igualmente contagiados. Outros casos foram surgindo nas áreas adjacentes da Ribeira estendendo-se à faixa ribeirinha das Escadas dos Guindais, Miragaia, ao Barredo, à rua dos Mercadores, a que se seguiram casos espalhados um pouco por toda cidade, sobretudo entre caixeiros e criados que moravam em bairros onde existiam várias ilhas. O foco estava na zona ribeirinha, espalhando-se a partir daí.⁴³⁵ Alguns desses casos foram posteriormente expostos em relatórios clínicos publicados na imprensa médica nos anos subsequentes à epidemia.

Entre os dias 6 e 12 de julho Ricardo Jorge vai informando a hierarquia sanitária, não tardando em comunicar a descoberta do foco epidémico e do diagnóstico de peste bubónica ao comissário geral da polícia, ao vereador do pelouro da higiene da câmara municipal, ao diretor do Hospital de Santo António (a quem solicita o internamento de casos suspeitos em regime de isolamento), e, no dia 12 de julho informava o governador civil. Enquanto recolhia e interligava os diferentes casos, começou a proceder às medidas higiénicas julgadas adequadas. No dia 6 de julho informa a autoridade policial e a direção do Hospital de Santo António, promove a desinfeção dos prédios com casos detetados, limpeza de canos e sargetas, e determina o internamento dos enfermos no pavilhão de isolamento do Hospital de Santo António. As limpezas dos prédios contaminados foram ordenadas aos proprietários e inquilinos pela autoridade policial, mas a divulgação destas medidas compulsivas chamou a atenção da imprensa, que passou a atribuir maior destaque ao caso. A 14 de julho o governo consultou a Junta de Saúde sobre o problema, esperando-se pela confirmação da análise bacteriológica, mas as medidas tomadas até então não deveriam ser menosprezadas, de tal forma que “Ao governador civil do Porto em data de 15 do julho recomenda-se que não afrouxe nas medidas da precaução já tomadas, exercendo rigorosa vigilância; que proceda ao isolamento dos casos novos, e ordenou-se-lhe que comunique telegraficamente o resultado da análise bacteriológica, logo que seja conhecido.”⁴³⁶

A 28 de julho Ricardo Jorge envia o primeiro relatório onde enumera e descreve todos os casos detetados até ao momento. Assente apenas em dados clínicos e epidemiológicos, mostrava-se convencido de se encontrar perante um episódio de peste bubónica, reconhecendo, contudo, desconhecer o porto de origem. A 3 de agosto remete um ofício confidencial propondo a adaptação

⁴³⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*. Sep. do Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene da Cidade do Porto. T. 2, 1899. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899.

⁴³⁶ Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 29 (07-03-1900), p. 8.

urgente do Hospital de Guelas de Pau para os empestados e a aquisição do soro antipestoso. No dia seguinte as medidas propostas foram postas em prática, incluindo um fornecimento de desinfetantes e estufas de desinfecção, “(...) não só para o combate da epidemia no Porto, como para a defesa do país. A 5 davam-se as instruções precisas ao governo civil para a prontificação do hospital e suscitava-se-lhe a observância de medidas (...)”⁴³⁷ Entretanto, enviara as preparações e microfotografias dos seus exames microbiológicos para Lisboa aos cuidados de Câmara Pestana. Inicialmente confundida com uma variante de tifo de verão, o diagnóstico clínico de peste bubónica que Ricardo Jorge apresenta acaba por tornar-se inconfundível após uma segunda colheita de pús de bubão em 31 de julho: a 8 de agosto a comprovação laboratorial mostrava-se evidente e incontestável, patente nas imagens do bacilo de Yersin isolado nos tubos da cultura. E isto, feito por quem nunca tinha visto sequer um único caso de peste em toda a sua vida, o que aliás não estava longe do que acontecia com a esmagadora maioria dos médicos europeus.

Eram muito poucos os que tinham sequer estado no oriente e ainda menos os que tinham visto um único caso de peste. Alguns colegas de profissão negaram inicialmente o diagnóstico, entre eles um cirurgião do Hospital de Santo António que observara um dos primeiros doentes, bem como Gomes da Silva, médico militar de Macau que tratara de vários pestosos durante uma recente epidemia naquela zona entre 1895 e 1898. Da mesma forma, também Correia Vaz, Sousa e Oliveira, entre outros, desvalorizaram inicialmente o diagnóstico, enquadrando os sinais da doença em molduras nosológicas vulgares. As resistências destes e de outros colegas deixaram-no apreensivo e algo incrédulo:

“Na cidade do Porto surpreendemos a peste quando dava os seus primeiros passos na Europa. Mas no início colocou-se em dúvida o meu diagnóstico. Alguns médicos não queriam acreditar que os bubões que estavam diante dos seus olhos pudessem ser os bubões pestosos: na sua opinião, tratava-se de adenites de origem traumática, banais, tanto mais que os doentes eram gente do povo, estivadores, manobreadores, etc... Estranha epidemia de acidentes sépticos!”⁴³⁸

A 14 de agosto a *Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto* realizou secretamente uma sessão extraordinária dedicada exclusivamente ao problema e à qual Ricardo Jorge também assistiu. Ali se assentava por fim sobre a natureza da epidemia, numa altura em que existiam ainda resquícios de resistência ao diagnóstico, sob a forma de “(...) colegas que ponham em dúvida a existência

⁴³⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 29 (07-03-1900), p. 8.

⁴³⁸ GAUD, Maurice; JORGE, Ricardo – *Sur l'importance du bubon sous-pectoral dans le diagnostic et l'évolution de la peste*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XXV. Fasc. 11, année 1933. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1933, p. 5. (Tradução nossa).

e a natureza da doença.”⁴³⁹ Seguiram-se mais 5 sessões no decorrer desse mês (16, 18, 21, 23 e 25) e mais duas em setembro, nos dias 8 e 16 com discussões particularmente inflamadas onde se exprimiam as dúvidas e as certezas sobre o novo surto epidémico. Na sessão de 23 de agosto participaram cerca de 60 médicos, ou seja, praticamente a totalidade da classe médica portuense. Não existia consenso total, mas a opinião geral inclinou-se maioritariamente a favor do diagnóstico clínico de Ricardo Jorge, provado que era pela inequívoca via laboratorial.⁴⁴⁰

Apesar das dúvidas levantadas, o diagnóstico laboratorial era evidente, tendo ocorrido ao Porto uma série de médicos estrangeiros em missão científica, pelo facto do fenómeno se julgar afastado definitivamente do território europeu à seculos. E não era para menos: pelo menos duzentos anos separavam esta epidemia da última registada em Portugal, e no dizer da imprensa médica francesa, o caso ameaçava toda a Europa.⁴⁴¹

As diligências céleres de Ricardo Jorge junto das autoridades mais próximas foram acompanhados por uma imprensa generalista que aproveitou o episódio para dar corpo a uma série de artigos a favor da higiene pública ou para chamar novamente a atenção para a insalubridade e condições de vida das denominadas *ilhas* e bairros operários.

Entretanto, o episódio epidémico assumiu claros contornos políticos, utilizando-se as notícias mais ou menos alarmantes sobre a peste para lançar críticas ao governador civil e ao governo progressista da altura, algo bem ventilado na imprensa da época.⁴⁴² Como o próprio governo acabaria por admitir posteriormente, a imprensa acabaria por se adiantar ao governo na apresentação dos casos de peste, o que causou reações junto do Ministério do Reino:

“Senhores. - Como na imprensa periódica aparecessem notícia de que se tinham deparado no Porto casos do moléstia que infundiam suspeita e como viesse ao ministério do reino o cônsul geral de Itália dizer que d'aquela cidade recebera análogo aviso, o governo em data de 12 de julho telegrafou ao governador civil do Porto, pedindo informes sobre a natureza da moléstia suspeita, ao que aquele funcionário respondeu pela mesma via que já tinha enviado pelo correio officio dando conta do ocorrido.”⁴⁴³

⁴³⁹ Sessão extraordinária de 14 de agosto de 1899, in *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Suplemento ao nº 11. Ano 2º (1899), p. 372.

⁴⁴⁰ Cf. os relatórios das sessões na *Gazeta Médica do Porto* de agosto e setembro de 1899.

⁴⁴¹ Cf. [s.a] – “Variétés. La Peste en Egypte en Portugal”. *Revue d'hygiène et de police sanitaire*. Nº 21 (1899), p. 863.

⁴⁴² Cf. PONTES, David – *O cerco da peste no Porto. Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, p. 16.

⁴⁴³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 29 (07-03-1900), p. 8.

Pensava-se e ventilava-se que uma vez chegada à Europa, a peste voltaria a fazer as razias de épocas medievais. Nessa altura era bem sabido que continuava ativa em algumas partes da Ásia, particularmente na Índia e na China, de onde aliás ainda continuavam a chegar estudos e relatórios, tendo mesmo atingido o território macaense entre 1895 e 1898.⁴⁴⁴ Indiretamente, a própria imprensa médica acabaria por contribuir para o clima de temor coletivo, antes mesmo da peste atingir o Porto. Entre 1896 e 1897, a *Medicina Contemporânea* tinha ventilado com particular regularidade uma série contínua de notícias sobre a epidemia asiática na sua passagem por Macau, fazendo referência à magnitude de perdas humanas.⁴⁴⁵ Por outro lado, foi nessa terceira pandemia de peste bubónica que teve lugar no sudoeste asiático (1894) e subcontinente indiano (1896), que Alexander Yersin e Shibasaburo Kitasano identificaram, se bem que em separado, o agente microbiano responsável pela doença, denominado *Pasteurella pestis*, mais tarde rebatizado com a designação de *Yersinia pestis*. Em 1897 Waldemar Haffkine desenvolveu uma vacina que experimentou em prisões e quartéis indianos, ao mesmo tempo que desde 1896 Yersin continuava a testar a inoculação dos seus soros antipestosos em seres humanos, mas com sucesso limitado. Foi também nessa altura que Paul-Louis Simond estabeleceu a relação entre as moscas, os ratos e a doença, quando descobriu que a pulga transmitida pelo rato era o vetor de transmissão ao homem.⁴⁴⁶ Isto significa que pouco tempo depois da eclosão do surto de Hong-Kong já se haviam descoberto o agente causal e os vetores de contágio. Estas descobertas feitas sob a tutela das conceções científicas pasteurianas estiveram na origem de uma cascata de eventos no mundo científico e na sociedade. Os discípulos pasteurianos celebravam justamente estas vitórias da ciência como sendo as suas, apesar de ainda existirem algumas resistências dentro dos meios académicos franceses relativamente aos procedimentos de serodiagnóstico e seroprofilaxia.⁴⁴⁷

Apesar dos receios de grande mortandade que a palavra peste por si só invocava, a verdade é que o caminho aberto pela ciência pasteuriana estava preparado para abordar o problema do Porto com novas armas. Foi neste

⁴⁴⁴ Cf. SILVA, J. Gomes da – *A peste bubónica: epidemias de peste em Macau em 1895, 1897 e 1898 e andação do Porto em 1899*. Porto: Magalhães & Moniz, 1899.

⁴⁴⁵ Cf. [s.a] – “Macau e a peste bubónica”. *A Medicina Contemporânea*. Ano XIV (1896), pp. 46-48, 55-56, 71, 101-102, 110, 127-128, 151-152, 158-159, 190-191, 230, 238, 271-272 e [s.a] – “Macau e a peste bubónica”. *A Medicina Contemporânea*. Ano XV (1897), pp. 62-65, 71-74, 77-80, 88, 90-106-107, 109-111, 121-123, 135-137, 145-146.

⁴⁴⁶ Cf. HOWARD-JONES, Norman – *The scientific background of the International Sanitary Conferences 1851-1938*. Geneva: WHO, 1975 e MOLLARET, H.H. – “The discovery by Paul-Louis Simond of the role of the flea in the transmission of the plague”. *Bull Soc Pathol Exot.* 92 (5 Pt2) (1999), pp. 383-387.

⁴⁴⁷ Cf. DEBRÉ, Patrice – *Louis Pasteur*. Paris: Flammarion, 1994 e LATOUR, Bruno – “Au théâtre des preuves”. In SALOMON-BAYET, Claire (dir.) – *Pasteur et la révolution pasteurienne*. Paris: Payot, 1986, pp. 337-384.

contexto que os cientistas do Instituto Pasteur de Paris, ajudados por Ricardo Jorge, aperfeiçoaram a técnica de preparação do soro antipestoso. O médico municipal propôs a organização de uma comissão encarregue de analisar a preparação e administração do soro. Recomendava-se a imunização humana pelo método de Haffkine, inventada imediatamente antes da pandemia de 1894, mas esta mostrou-se problemática por ser de eficácia duvidosa, como o próprio Ricardo Jorge frisaria.



Foto 7 – Ricardo Jorge acompanhado por delegados das missões que se dirigiram ao Porto em 1899. Em pé, da esquerda para a direita identificam-se: Sousa Júnior, Lopez de Castro, Rosendo de Grau, Frederico Viñas y Cusy, Magnus Geirsvold, Salimbeni, Federico Montaldo e António Balbino Rego. Sentados, da esquerda para a direita: P. Aaser, Jaime Ferran, Ricardo Jorge, Albert Calmette e Câmara Pestana. Fonte: Aurélio da Paz dos Reis. PT/CPF/APR/002946. Imagem cedida pelo Centro Português de Fotografia

Entre agosto e novembro chegam à cidade uma multiplicidade de missões científicas estrangeiras. Provenientes da França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Espanha, Noruega, Suécia, Rússia e Estados Unidos da América, as duas dezenas de especialistas que entretanto afluíram ao Porto confirmam o veredicto de Ricardo Jorge e elogiaram a sua particular diligência na confirmação laboratorial do diagnóstico clínico.⁴⁴⁸ Compreensivelmente, a delegação espanhola era a mais numerosa, mas a mais esperada era a francesa. De França vieram Albert Calmette

⁴⁴⁸ Eram eles: Albert Calmette, Alexandre Salimbeni, António Leras, Carlos de Vicente, Antonio Mendoza, José del Pino, Frederico Montaldo, Cortezo, Jaime Ferran, Frederico Viñas y Cusy, Lopez de Castro, Antonio Seras, Amálio Gimeno, Franz Reich, Kossel, Frosch, Vagedes, Theodor Rumpel, Vogel, Franz Reich, Ivo Brandi, Gosio, Francesco Stagnitta Balistreri, P. Aaser, Magnus Geirsvold, Ernest Levin, Wladimir Hoepfener, Fairfaix-Irwin e Edmond Métin.

e Alexandre Salimbeni, acompanhados de 200 doses do soro anto-bubónico de Yersin, proveniente do Instituto Pasteur de Paris. Do Instituto Bacteriológico de Lisboa veio Câmara Pestana, e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto também não faltaram os pareceres corroborando as opiniões de Ricardo Jorge, desde logo secundado por vários colegas, entre eles, Maximiano Lemos.⁴⁴⁹ O ainda jovem Balbino Rego⁴⁵⁰ e o médico Sousa Júnior⁴⁵¹ começam a ajudar Ricardo Jorge nos seus trabalhos do laboratório municipal. A imprensa médica, sobretudo *A Medicina Contemporânea*, fazia relatos regulares do decorrer da epidemia. Os jornais relataram que o Laboratório Bacteriológico de Lisboa consultou o Instituto Pasteur de Paris, que acabaria por atestar que o micróbio responsável pela epidemia era realmente o da peste bubónica.⁴⁵²

Por seu turno, o Instituto Pasteur de Paris julgou necessário testar o mais rapidamente possível o valor preventivo e curativo do soro antipestoso. Quando Calmette e Salimbeni chegam ao Porto a 3 setembro, só dois dos doentes tinham sido inoculados como o soro. Um morreu, o outro sobreviveu, mas parecia haver dúvidas entre os médicos portugueses, incluindo Ricardo Jorge, mais convencido do seu valor profilático do que curativo. Entre os 142 doentes inoculados pela equipa do Instituto Pasteur entre 3 de setembro e 18 de novembro, 21 morreram. Apesar da fé da equipa francesa na eficácia do soro antibubónico e dos filhos do próprio Ricardo Jorge terem sido vacinados, a verdade é que mostrou funcionar melhor como preventivo ou em fases ainda precoces da doença, pelo que o uso disseminado não seria eficaz. Foram inoculadas mais de 300 pessoas, incluindo os doentes infetados e os grupos mais expostos ao contágio, como eram os médicos, os bombeiros e todos os funcionários camarários de alguma forma ligados ao laboratório de higiene e à remoção e desinfeção dos cadáveres dos pestosos. Nenhum deles contraiu a doença.⁴⁵³

⁴⁴⁹ Não enfeitando a visão própria do historiador da medicina que foi, ao longo de 1899 Maximiano Lemos publicou regularmente sobre o assunto. Cf. LEMOS, Maximiano – “A peste em Portugal”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 17 (1899), pp. 286-287, 300-301, 309-310, 328-330, 330-332, 340-342, 348-349, 368-370, 380-382 e 438-440.

⁴⁵⁰ Cf. REGO, António Balbino – *Pneumonia pestosa: (a peste bubónica no Porto - 1899-1900)*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor de José da Silva Mendonça, 1900.

⁴⁵¹ Cf. SOUSA JÚNIOR, António Joaquim de – “Uma autópsia. Diagnóstico retrospectivo de peste. Rim em ferradura e volumoso quisto seroso de rim”. *Gazeta Médica do Porto*. Ano 4. Nº 1 (20 de outubro de 1900), pp. 19-25, SOUSA JÚNIOR, António Joaquim de – *Peste Bubónica. (Estudos da epidemia no Porto)*. Dissertação de concurso apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. A vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1902.

⁴⁵² Cf. [s.a] – “A peste em Portugal”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 17 (1899), pp. 283-290, 293-298, 303-307, 313-316, 320-325, 327-332, 334-339, 343-344, 351-353, 356-358, 359-364, 366-370, 375-377, 380-382, 386, 387-393, 399-402.

⁴⁵³ Cf. CALMETTE, Albert; SALIMBENI, Alessandro – “La peste bubonique: etude de l'épidémie d'Oporto en 1899”. *Annales de l'Institut Pasteur*. 13^{ème} anné. T. 13. Nº 12 (1899), p. 867 e seguintes.

Apesar da peste ter encontrado em Ricardo Jorge um higienista munido de um conhecimento que fazia repensar as medidas de prevenção e combate, isso não implicou uma mudança na aplicação das restrições devedoras da vetusta política quarentenária. As autoridades de saúde nacionais delinearão a estratégia de isolamento para evitar a disseminação do contágio e combater o terrível morbo. Inicialmente, evitou-se alarmar a população, pelo que só depois da confirmação bacteriológica é que o governo decidiu atuar depois de ouvida a Junta Consultiva de Saúde Pública. A Junta era constituída pelo ministro do reino, adjuvado por um conjunto de individualidades do mundo médico: Eduardo Mota, Guilherme Enes, Matos Chaves, Cunha Belém, Ferraz de Macedo, António de Lencastre, Moreira Júnior e Curry Cabral. Importa notar que este naipe de personagens incluía alguns médicos militares com larga experiência adquirida em episódios epidémicos anteriores, casos de Guilherme Enes e Cunha Belém, onde os cordões sanitários tinham sido a regra, não sendo de descartar a forte influência dessas experiências no desenrolar dos eventos.⁴⁵⁴ Contrariamente à opinião de Silva Amado, de Ricardo Jorge e da ainda recente ciência pasteuriana em que ambos se filiavam, na Junta Consultiva de Saúde vingaram as opiniões dos defensores do cordão sanitário.

O fenómeno da peste despertou antigos receios medievos de contágio e grande mortandade, reavivando histórias de hecatombes de épocas passadas, algo muito enraizado na memória coletiva. Esses receios estão bem expressos num discurso que teve lugar na Câmara dos Deputados no rescaldo da peste: “(...) corremos o risco de ter dentro do país uma d’aquelas epidemias de peste que no século XVI, e levaram a morte a muitos milhares de portugueses. Basta lembrar a epidemia de 1569, que em Lisboa matou sessenta mil pessoas, alastrando-se por todo o norte até Braga, onde Frei Bartolomeu dos Mártires fez a justificada fama de santo; a epidemia de 1579 que prostrou quarenta mil pessoas na cidade do Porto, sem falar em outras pequenas avançadas que atingiram Portugal até ao começo do século XVII.”⁴⁵⁵

A 20 de agosto a *Gazeta Médica do Porto* publicava um aviso aos facultativos da cidade, solicitando a declaração de todos os casos diagnosticados ao médico municipal acompanhado do preenchimento de um boletim de participação. A limpeza e desinfecção das mãos com soluções antissépticas e o uso de uma blusa apropriada na visita aos empestados eram medidas obrigatórias. Organiza-se um registo sistemático: todos os casos documentados deveriam ser remetidos ao hospital de isolamento (Guelas de Pau), cujo transporte ficaria a cargo dos serviços municipais. Deveriam dissuadir-se os isolamentos no domicílio, mas se

⁴⁵⁴ Cf. o papel de Guilherme Enes e Cunha Belém nos cordões sanitários no caso da epidemia de cólera em 1884-1885 in BELÉM, A. M. da Cunha; ENES, Guilherme José – *Os lazaretos terrestres de fronteira nos anos de 1884 e 1885. Relatório a sua ex^a o Ministro do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

⁴⁵⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 30 (8 março 1900), p. 8.

tal sucedesse preconizavam-se medidas de isolamento na residência. Da mesma maneira que se referenciavam os casos diagnosticados também se instava a participação imediata os óbitos, “(...) porque tudo quanto diz respeito a funeral, desde a lavagem do cadáver à inumação, segue normas diversas das habituais e que já se achavam devidamente prescritas.”⁴⁵⁶ Três dias mais tarde, a 23 de agosto o governo de Luciano de Castro nomeia uma comissão constituída por José Joaquim da Silva Amado, Daniel Ferreira de Matos Júnior, Alfredo da Costa, Carlos Joaquim Tavares e José Pinto de Novaes, para estudarem, com urgência, as condições sanitárias da cidade e emitirem um parecer sobre as medidas já tomadas e propor as que lhes parecem mais adequadas.⁴⁵⁷ Apesar da era bacteriológica se encontrar já em fase de franca afirmação científica, o cordão sanitário e as desinfecções realizadas de forma mais sistemática *pos mortem*, eram em grande parte devedoras da época pré-pasteuriana. A eficácia era igualmente duvidosa, muito semelhante à que se havia verificado cerca de dez anos antes quando se pretendeu evitar o contágio pela cólera na fronteira de Marvão.⁴⁵⁸

De nada valeu o facto do próprio Ricardo Jorge, de muitos dos seus colegas e até dos enviados das missões estrangeiras discordarem das medidas de isolamento. Logo na primeira reunião da comissão que debateu as medidas de controlo, ainda teve a oportunidade de se insurgir contra os que argumentavam em prol de um cordão sanitário. A ideia de isolar o Porto já havia transpirado, mas como Ricardo Jorge afirmaria mais tarde, “(...) nem por um momento me passou pelo espírito que fosse implantar-se, em tono duma cidade como o Porto, e em tempos como os de hoje, um cordão quarentenário.”⁴⁵⁹ As razões que invocou em Lisboa à comissão que debateu a questão não foram suficientes para impedir o desenrolar do cerco.

Os argumentos a favor de mais um cordão de isolamento assentavam na experiência prévia de outros episódios, sobretudo as epidemias de cólera de 1832 e 1885, cujas medidas de isolamento foram na altura consideradas determinantes no abrandamento da doença. Apesar da discussão entre contagionistas e anticontagionistas ser recorrente na ordem de trabalhos das Conferências

⁴⁵⁶ JORGE, Ricardo – “Aviso aos Ex.mos Facultativos da Cidade do Porto”, *Gazeta Médica do Porto*. Ano 3 (20 de agosto de 1899), pp. 353-355

⁴⁵⁷ Cf. o *Diário do Governo*. Nº 189 (24 agosto 1899).

⁴⁵⁸ “Em 1885 os passageiros retidos em Marvão, pelo cordão sanitário da fronteira, tendente a evitar o contágio da cólera, eram positivamente troçados pelos inúmeros ratos que andavam à solta e que assim andariam igualmente se em vez de cólera se tratasse de peste. E os soldados do cordão sanitário só não se tornaram vetores, eles próprios, do andaço, porque não calhou irem/ ao encontro de nenhuma cara bonita de contagiada.” In CORREIA, Fernando da Silva – “O papel moderno do subdelegado de saúde”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 1 (1946), pp. 123-124.

⁴⁵⁹ JORGE, Ricardo – “Resposta do médico municipal ao ofício da Câmara Municipal do Porto, sobre as medidas sanitárias”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Suplemento ao nº 11. Ano 2º (1899), p. 363.

Sanitárias Internacionais desde 1851, as medidas restritivas expressas em quarentenas e cordões sanitários ainda tinham ampla aceitação em alguns estados, mesmo quando já eram vistas com inúteis e até contraproducentes. Acerca da necessidade de adoção de medidas rigorosas de contenção e isolamento sobre a cólera, Cunha Viana e António Maria Barbosa reconheciam em 1854 a inutilidade das quarentenas e dos cordões sanitários, pelo que se opunham “à severidade e rigor das medidas sanitárias externas, contra as quais se tem já revoltado o instinto dos povos, e o espírito liberal de alguns governos. (...) além disso, o rigor das quarentenas deve ser completamente abolido (...)” pelos riscos de favorecimento de doenças entre os que ficam isolados “em lugares limitados, e de pequena extensão.”⁴⁶⁰ Isso mesmo tinha sucedido no caso português aquando das epidemias de cólera de 1855-56 e 1884-85, onde o uso dos cordões sanitários não se mostrou particularmente eficaz. Apesar das opiniões daqueles que os viam como desnecessários e os desaconselhavam abertamente, chegados a 1899 o pensamento da Junta congregava ainda as experiências e memórias desses episódios. O posicionamento de Ricardo Jorge assentava em razões de ordem científica, a partir do momento que a ciência pasteuriana tornara as medidas quarentenárias obsoletas, favorecendo por seu turno a seroprofilaxia e a adoção de medidas de pendor higiénico. No entanto, as medidas entretanto anunciadas pelo governo e posteriormente decretadas foram cumpridas com zelo e determinação.

Por decreto de 17 de agosto de 1899 ordenam-se diversas providências com efeito imediato: comboios de recreio, feiras, romarias e ajuntamentos de todo o tipo foram suprimidos. Criaram-se vários postos de desinfeção ferroviária e impôs-se a obrigatoriedade da inspecção sanitária a todos os passageiros e empregados dos comboios, tanto na origem como no destino, sempre acompanhados de uma guia sanitária.⁴⁶¹

A partir de 23 de agosto a cidade foi isolada através de um cordão sanitário imposto pela força do braço militar.⁴⁶² O Governador civil recebe ordens para cortar imediatamente todas as comunicações com o resto do país. As tropas ordenadas para o efeito começaram a cercar a cidade pela estrada da circunvalação; convergem em torno do burgo três regimentos de infantaria (3 – Viana, 8 – Braga, 13 – Vila Real) e dois de cavalaria (6 – Chaves, 10 – Aveiro). A linha que rodeava o Porto partia de Leça da Palmeira e abarcava o Porto, atravessando o rio em Avintes e terminando em Gaia, na zona da Madalena. Para além de rodeada por uma linha contínua com soldados dispostos a cada 300 metros, todas as estradas que partem das saídas da cidade são vigiadas por militares armados em postos de controlo. Um cruzador da marinha, o *Adamastor*, controla a entrada

⁴⁶⁰ VIANA, Francisco J. da Cunha; BARBOSA, António Maria – *Ensaio sobre a cólera epidémica*. Lisboa: na Livraria de J. P. M. Lavado, 1854, pp. 123-125.

⁴⁶¹ Cf. o *Diário do Governo* Nº 185 (19 agosto 1899).

⁴⁶² Cf. o *Diário do Governo*. Nº 191 (27 agosto 1899).

da barra e impedia os próprios pescadores de exercerem a sua atividade; alguns dias mais tarde juntam-se-lhe a canhoneira *Tâmega* e o rebocador *Lidador*.⁴⁶³

As medidas propostas pela Junta e ordenadas pelo Governo tornaram o Porto numa cidade em verdadeiro estado de sítio. A descrição de um dos médicos da missão espanhola resume desta forma o rigor do cordão sanitário:

“A cidade e sua população ficaram real e positivamente encerradas dentro de um círculo de baionetas, impossível de flanquear pois foram tão rigorosas as ordens recebidas pelos soldados do cordão, que chegaram a fazer fogo sobre alguns indivíduos que tentaram passá-lo (...) Os médicos portugueses em unísono com os estrangeiros que haviam ido a Porto para estudar a epidemia, manifestaram sua opinião contrária ao cordão militar.”⁴⁶⁴

Em paralelo, a cidade foi alvo de um vigoroso processo de higienização. Queimaram-se várias casas de pestíferos na presença do inspetor dos incêndios e das autoridades de saúde e policiais;⁴⁶⁵ começaram a funcionar brigadas de desinfecção que percorriam as zonas mais afectadas, sobretudo os núcleos residenciais populares; desinfetaram-se casas, procedeu-se à limpeza de ruas, prescreveram-se isolamentos e combateram-se os ratos.

Ao ter conhecimento da existência de um volume considerável de ratos mortos num dos armazéns da Ribeira, Ricardo Jorge mandou recolher alguns deles. Fez preparações microscópicas do sangue e do pus dos gânglios, tendo encontrado o bacilo de Yersin. Injetou outros animais com o pus e o sangue dos ratos mortos, vendo-os sucumbir com todos os habituais sintomas da doença. Também lhe levaram um gato de uma casa comercial que apresentava os gânglios axilares e do pescoço entumescidos e supurados. A análise do pus mostrou a presença do bacilo da peste, tendo-se atribuído a doença do animal à ingestão e um rato com peste.⁴⁶⁶ Deu-se de seguida uma caça aos ratos, sobretudo na zona do porto, para a qual Ricardo Jorge indicava uma série de meios químicos e mecânicos. Nas primeiras instruções fornecidas ao público, a espécie murina torna-se um alvo de primeira grandeza, mesmo se essa medida não fosse de todo consensual entre a equipa médica portuguesa e a missão espanhola:

“Empregou-se pela administração pública uma ativíssima campanha contra os ratos e ratazanas, propagadores eficazes, segundo se crê, dos germes pestíferos.

⁴⁶³ Cf. [s.a] – “Aconteceu há 50 anos”. *O Tripeiro*. Vª série. Ano V. Nº 4 (agosto 1949), p. 93.

⁴⁶⁴ FERRAN, Jaime; VINÃS Y CUSI, Frederico; GRAU, Rosendo de – *La Peste bubónica: memoria sobre la epidemia ocurrida en Porto en 1899*. Barcelona: Tip. Sucesor F. Sanchez, 1907, pp. 132-133.

⁴⁶⁵ Cf. [s.a] – “Aconteceu há 50 anos” *O Tripeiro*. Vª série. Ano V. Nº 4 (agosto 1949), p. 93.

⁴⁶⁶ Cf. VICENTE, Carlos de, MENDOZA, Antonio – *Memorias clínica y bacteriológica sobre la epidemia de Oporto*. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos de S. C. de Jesús, 1900, p. 13.

A seção de Higiene municipal deu ao público as oportunas instruções para a extinção destes roedores. Premiou-se com 10 e com 20 réis a caça de cada rato e ratazana (medida pouco acertada a juízo desta comissão).⁴⁶⁷

Ricardo Jorge não partilhava destes receios pelo que não hesitou em apoiar a desratização, medida claramente baseada nas premissas da ciência pasteuriana. Em favor desta prática argumentava que “São os ratos atacados pela peste humana e desta se tornam disseminadores, contagiando e transportando a epidemia. A guerra aos ratos é uma medida capital contra a peste, e que se nos impõe aqui, pois que as indagações feitas demonstram que grassa também a peste nos ratos da cidade. Os meios da destruição são variados: - os mecânicos, com ratoeiras, especialmente as que podem estar sempre armadas e colher muitos animais; ministrar-lhes rolha frita em gordura, ou cal com farinha, tendo ao lado um prato d’água; enfim tóxicos, como bolos d’arsênico, trigo cozido em sublimado, estricnina, etc.”⁴⁶⁸ Edmond Métin descreveu a forma de preparar estes bolos: misturava-se 1 kg de ácido arsenioso e 50 gr. de estricnina em 30 kg de farinha; juntavam-se-lhe 4 litros de água e misturava-se; faziam-se então pequenos bolos de 40-50 gr que eram fritos em gordura.⁴⁶⁹

A par destas medidas avulsas, Ricardo Jorge aproveitava para promover uma ampla higienização da cidade. Aconselhava-se a máxima limpeza individual e doméstica; para além da lavagem das ruas, procedeu-se à desinfecção química das fossas e canos de esgoto com produtos antissépticos à base de cal. Acompanhados pela polícia, os médicos e subdelegados de saúde trataram de realizar numerosas visitas domiciliárias. Vacinaram-se os que tinham contacto com os doentes, mas de permeano houve quem se recusasse a ser inoculado com a vacina. Numa primeira fase, logo desde a descoberta dos primeiros casos, os doentes, ou apenas suspeitos de estarem contagiados, foram internados compulsivamente em pavilhões de isolamento no Hospital de Santo António. A partir do dia 24 de agosto passaram a ser enviados para o Hospital do Bonfim, altura em que a Mesa da SCMP entregou a administração desse hospital à Direção Administrativa do Hospital de Santo António. Os doentes que se encontravam isolados neste hospital foram transferidos durante a noite para as novas instalações, de forma a não exaltar mais a população. As casas dos pestosos e os féretros dos mortos que iam a enterrar contaram-se entre os alvos prioritários das várias equipas de desinfecção, compostas por funcionários camarários e destacamentos de bombeiros. Depois de autopsiados, os cadáveres

⁴⁶⁷ FERRAN, Jaime; VINÃS Y CUSI, Frederico; GRAU, Rosendo de – *La Peste bubónica: memoria sobre la epidemia ocurrida en Porto en 1899*. Barcelona: Tip. Sucesor F. Sanchez, 1907, p. 123.

⁴⁶⁸ JORGE, Ricardo – “Primeiras instruções ao público sobre a epidemia. Distribuídas pela autoridade sanitária do Porto”. *Gazeta Médica do Porto*. Ano 3 (20 agosto 1899), pp. 356-357.

⁴⁶⁹ Cf. MÉTIN, Edmond – “La Peste de Porto” *Annales d’hygiène et de médecine coloniales*. N° 03 (1900), p. 252. pp. 218 - 265.

dos pestosos eram cobertos com cal viva dentro do próprio caixão e novamente recobertos com a mesma cal aquando do enterro.⁴⁷⁰

A evacuação e desinfecção das habitações mostraram-se particularmente impopulares e punha-se em causa as medidas de contenção do surto. Ainda antes do início do cordão sanitário, o amplo desagrado gerado em torno destas e de outras medidas foi expressa de forma bem viva na imprensa, mostrando as convulsões sociais geradas por uma população que acabaria por ter como principais alvos da sua ira os próprios médicos, e em particular o diretor do Laboratório Municipal de Higiene. No seguimento de um concorrido cortejo fúnebre de uma suicida, ocorrido na sequência do óbito do marido falecido de peste, levantou-se um tumulto que só terminou com a intervenção da guarda municipal:

“Os manifestantes dirigiram-se para a rua de Gonçalo Cristóvão e aí apedrejaram a casa onde reside um médico, quebrando os vidros das janelas. Forças de cavalaria e infantaria da guarda municipal e alguns guardas-civis fizeram restabelecer a ordem (...) Ontem de tarde, próximo do edifício do Laboratório Municipal, (...) onde está instalada a repartição de saúde e higiene, juntou-se bastante povo (...) chegou ao local uma força de cavalaria da guarda municipal, que pôs tudo em debandada (...) Quando o sr. dr. Ricardo Jorge retirou da repartição, foi o seu trem seguido de uma força de cavalaria da guarda municipal, a fim de evitar quaisquer manifestações àquele clínico.”⁴⁷¹

As residências de alguns médicos foram apedrejadas por grupos exaltados, de tal forma que o carro de Ricardo Jorge passou a ser escoltado por um destacamento da cavalaria da Guarda Municipal. O isolamento da cidade contribuiu para o descontentamento popular, obstando também à aceitação das demais medidas de higienização pública que se impunham mais por força das circunstâncias que por planeamento estratégico e atempado. Segundo as palavras de Ricardo Jorge, “(...) o odiado cordão veio prestar o pior dos serviços; assanhou novamente a negação da peste e contrariou todos os serviços profiláticos internos (...)”⁴⁷²

⁴⁷⁰ “Os cadáveres de pestosos eram conduzidos imediatamente ao cemitério, envoltos em cal viva, dentro de um caixão, e depois de praticada a autópsia, eram enterrados cobertos igualmente de cal viva.” in FERRAN, Jaime; VINÁS Y CUSI, Frederico; GRAU, Rosendo de – *La Peste bubónica: memoria sobre la epidemia ocurrida en Porto en 1899*. Barcelona: Tip. Sucesor F. Sanchez, 1907, p. 128.

⁴⁷¹ *O Comércio do Porto*. Ano 44. Nº 198 (22 agosto 1899), p. 2.

⁴⁷² JORGE, Ricardo – “Resposta do médico municipal ao ofício da Câmara Municipal do Porto, sobre as medidas sanitárias”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Suplemento ao nº 11 (1899), p. 368.



Foto 8 – Equipa de desinfeção. Foto Guedes [1885-1932]. CMP. AHMP. Cota:F-NV/FG-M/9/628 (2).



Foto 9 – Desinfeção de casas insalubres no Porto. Foto Guedes [1885-1932]. CMP. AHMP. Cota:F-NV/FG-M/9/628 (2).



Foto 10 – Bombeiros desinfectando um caixão. Foto Guedes [1885-1932]. CMP. AHMP. Cota: F-NV/FG-M/9/1371.

A partir de novembro a doença começou a declinar e a 16 de janeiro de 1900 o Hospital do Bonfim recebia o último doente. As diversas fontes não são totalmente unânimes no tocante à incidência e mortalidade causada pela epidemia, mas revelam-se muito próximos entre si. Em finais de janeiro de 1900, já no rescaldo do episódio pestífero, o *Diário de Notícias* apontava que em 326 casos detetados, sobrevieram 111 óbitos.⁴⁷³ Na sessão de 8 de março do mesmo ano, na Câmara dos Deputados apontavam-se 339 casos de pessoas afetadas.⁴⁷⁴ Nos dados oficiais publicados posteriormente constatou-se que a mortalidade média entre os atingidos rondava os 41,5%, instalando-se alguma polémica em torno das cifras apuradas: em 320 casos detetados no decurso de todo o surto sobrevieram 132 mortes, se bem que pelo menos um quinto dos casos se manteve desconhecido. Mesmo com o isolamento do resto do país através do cordão sanitário com controlo militar, ainda surgiram alguns casos de peste em Barcelos, Guimarães, Santo Tirso e Lisboa.⁴⁷⁵ Isso pode-se explicar

⁴⁷³ Cf. o *Diário de Notícias*. Nº 12 267 (31 janeiro 1900).

⁴⁷⁴ Cf. o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 30 (8 março 1900), p. 8.

⁴⁷⁵ Cf. a “Legislação Sanitária. Coleção de Documentos Oficiais desde julho de 1899 a 24 de dezembro de 1901”. In *Anais de Saúde Pública do Reino Publicados pela Inspeção Geral dos Serviços Sanitários*. Secção de Legislação – Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, p. 168.

pelo facto de ainda antes do cordão sanitário se implementar terem escapado cerca de 40 000 pessoas, num universo de 180 000 residentes.⁴⁷⁶

No Hospital de Santo António o pessoal de saúde não saiu incólume: 5 empregadas, 1 enfermeira e 1 médico foram contaminados. Três das funcionárias acabaram por morrer, o mesmo sucedendo a Agostinho de Faria, médico que também acabaria por sucumbir. Por seu turno, a ciência também reclamava um novo mártir: Luís da Câmara Pestana contraía a doença, presumivelmente ao inocular-se acidentalmente com uma agulha infetada no decorrer de uma autópsia, morrendo em Lisboa a 15 de novembro, poucos dias após regressar da missão no Porto.⁴⁷⁷ A notícia do seu desaparecimento chegou a merecer referência em diversos periódicos estrangeiros e a onda de consternação que se espalhou um pouco por toda a Europa expressou-se em artigos onde o caráter do cientista e o seu zelo pela investigação era colocado em realce.⁴⁷⁸

O cordão sanitário trouxe outras consequências igualmente graves: diminuíram as mercadorias provenientes dos concelhos circunvizinhos que alimentavam os mercados, os bens essenciais aumentaram de preço, a indústria e as casas de comércio fecharam portas lançando milhares no desemprego. A cidade isola-se e ressent-se da imposição de um cerco que via como um garrote que asfixiava acima de tudo a economia de uma cidade. Apesar das medidas de isolamento da cidade não serem advogadas por Ricardo Jorge, o qual, tal como os seus colegas estrangeiros via na desratização uma medida bem mais eficaz, não deixou de ser alvo de contundentes e infundadas críticas. Estas críticas, assentavam no facto de alguns dos seus colegas – sobretudo Gomes da Silva – basearem os seus diagnósticos apenas na observação clínica e não na confirmação laboratorial, bem como no desconhecimento do historial epidemiológico da doença.

Aos poucos, o rígido cordão sanitário foi-se alargando e suavizando, muito à custa dos incontornáveis problemas de abastecimento da cidade, mas mesmo assim com recurso a medidas de desinfeção aplicadas tanto a quem entrava como a quem saía. Depois de desinfetadas, tanto as pessoas como as mercadorias podiam passar, desde que habilitadas com um passaporte sanitário

⁴⁷⁶ Cf. CALMETTE, Albert; SALIMBENI, Alessandro – “La peste bubonique: etude de l’épidémie d’Oporto en 1899”. *Annales de l’Institut Pasteur*. 13^{ème} anné. T. 13. N^o 12 (1899), pp. 865-936.

⁴⁷⁷ Cf. BOMBARDA, Miguel – “Prof. Câmara Pestana”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 17. N^o 2 (1899), pp. 304-307. Ter-se-á infetado acidentalmente a 6 de novembro, confirmando-se o diagnóstico três dias mais tarde. Acabaria por morrer a 15 de novembro.

⁴⁷⁸ Cf. [s.a] – “The late Dr. Câmara Pestana”. *The Graphic*. (December, 9, 1899), p. 798. Veja-se também: JORGE, Ricardo – “Doutor Luís da Câmara Pestana. 15 de novembro de 1899”. *O Dia*. Ano 1^o. N^o 220 (15 de novembro de 1900), p. 2.

e obrigadas a apresentarem-se durante nove dias consecutivos à autoridade sanitária do local de destino:

“Organiza-se o cordão sanitário muito ajustado à cidade do Porto; não era possível a vida dentro das baionetas que cercavam a cidade, porque, não sendo permitido o regresso imediato aos fornecedores dos géneros de primeira necessidade que atravessassem as linhas do cordão sanitário, e não se produzindo dentro da área circuitada os alimentos necessários à subsistência da cidade, desenvolver-se-ia fatalmente, no Porto, a fome, com todos os seus horrores. Foi necessário, que o litro de leite atingisse o preço de 800 [reis], para o governo se convencer da impreterível necessidade de alargar a área circundada pelo mesmo cordão sanitário.”⁴⁷⁹

A imprensa, e em especial o jornal *Comércio do Porto* de Bento Carqueja, – periódico aliado da Associação Comercial do Porto – atacava duramente Ricardo Jorge, tornado responsável por todos os males inerentes às consequências indiretas do cordão sanitário.⁴⁸⁰ Gomes da Silva publicou uma série de artigos onde contrapunha a sua opinião à de Ricardo Jorge,⁴⁸¹ e que por força da impopularidade das medidas de isolamento da cidade tiveram grande repercussão na opinião pública. Ricardo Jorge e todos aqueles que de alguma forma estivessem associados ao cordão sanitário passaram a ser alvo do descontentamento popular.

Injuriado, ameaçado, vendo a sua casa apedrejada e por pouco sujeito a um linchamento, acabaria por sair da sua cidade natal. As sessões da Câmara dos Deputados de 8, 9 e 12 de março de 1900 foram palco de confrontação e pressão constantes do governo, acusado até à exaustão pelos regeneradores e republicanos de não intervir em tempo oportuno na questão da peste no Porto.⁴⁸² O facto da notificação internacional da peste não se ter realizado em tempo útil foi uma das várias armas de arremesso político de uma oposição que cavalgou desenfreadamente o episódio pestífero para minorizar e denegrir constantemente a intervenção governamental:

“O que fez o governo? Em 12 de julho tinha conhecimento da existência da peste - logo farei a demonstração clara, d’este facto - e em 18 de agosto, mais

⁴⁷⁹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 32 (12 março 1900), p. 9.

⁴⁸⁰ Cf. LIMA, Helena – *Os diários portuenses e o desafio da atualidade na imprensa: Tradição e ruturas*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras, 2008, p. 83.

⁴⁸¹ Cf. SILVA, J. Gomes da – *A peste bubónica: epidemias de peste em Macau em 1895, 1897 e 1898 e andação do Porto em 1899*. Porto: Magalhães & Moniz, 1899.

⁴⁸² Cf. o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 30 (8 março 1900), pp. 1-20, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 31 (9 março 1900), pp. 1-20 e *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 32 (12 março 1900), pp. 1-24.

de um mês decorrido, o governo nada tinha feito d'aquilo a que se obrigara. Por essa época L'Eclair, jornal importante de Paris, denunciava a existência de casos de peste no Porto e acusava violentamente o governo português do não ter dado conhecimento ao governo francês do aparecimento da peste, que aliás conhecia desde julho, increpando o nosso país e ameaçando-nos com fortes reclamações. Em 18 de agosto o governador civil do Porto informava o sr. ministro do reino de que em 14 de agosto se haviam passado três cartas limpas sendo a última ao vapor francês St. Jean. Que enormíssima responsabilidade contraiu o sr. ministro do reino!⁴⁸³

A pressão da oposição acerca do comportamento do governo obrigou o Ministro do Reino e presidente do Conselho José Luciano de Castro a defender-se das acusações, expondo com firmeza a manipulação política e as contradições que o caso da peste suscitou contra as decisões do governo:

“O que é mais notável é que quando a junta aconselhou o cordão sanitário, a imprensa da oposição não fazia senão arguir a frouxidão do governo, e pedia em altos brados que não houvesse contemplações. Eram o sr. João Franco e Barjona de Freitas que n'aqueles jornais em palavras melancólicas e tristes se invocavam, como os arcanjos salvadores, que poderiam salvar o país. A imprensa regeneradora acusava-me, flagelava-me todos os dias por não ter isolado o Porto de todo o país, e mais tarde vem associar-se, não digo partidariamente porque não tenho razões para o crer, aos inimigos das instituições do Porto para causarem dissabores ao governo. (...) N'estas condições o que se pode dizer de mim? Pode dizer-se que pequei com a ciência, porque foi ela que me aconselhou; se errei, errei com ela. Pode dizer-se que ofendi e lesei os interesses da cidade do Porto. Sim, sou o primeiro a lamentar, sou o primeiro lastimar ter-me visto obrigado, n'um momento doloroso, a tomar providências contra aquela cidade. Mas se eu, adotando-as, salvei o país!”⁴⁸⁴

À conta de toda a polémica em redor da epidemia, a minoria republicana da época acabaria mesmo por eleger os seus primeiros deputados, – Afonso Costa, Paulo Falcão e Xavier Esteves – capitalizando politicamente o descontentamento popular contra um cordão sanitário que foi encarado como um ato de prepotência governamental.

⁴⁸³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 30 (8 março 1900), p. 8.

⁴⁸⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 30 (9 março 1900), p.17



Figura 3 – “Os Deputados do Porto: Danton, Robespierre, Marat.” Fonte: *A Paródia*. Ano I. Nº 10 (21 de março de 1900), [s.p]. Trata-se de uma referência humorística a Afonso Costa, Paulo Falcão e Xavier Esteves, deputados republicanos eleitos pelo Porto no contexto de forte descontentamento com a gestão da epidemia de peste.

Por outro lado, a peste teve outros efeitos mais diretos e benéficos na limpeza da cidade. Aliada às frequentes críticas sobre a sujidade das ruas, o fenómeno pestífero levou a um excepcional incremento no número de varredores, que de 170 em 1898 passou para os 304 em 1899.⁴⁸⁵ Para além disso, em apenas 5 meses (de agosto a dezembro) investiu-se em equipamento sanitário: aparelhos, estufas de desinfeção e produtos desinfetantes, não só no Porto mas também em Lisboa.⁴⁸⁶ Em termos administrativos, apontou-se a criação de uma Junta Central de Melhoramentos Sanitários certificando o valor das medidas de salubridade coletiva na prevenção de novos episódios epidémicos.⁴⁸⁷

A notícia da peste havia corrido célere, pelo que não tardaram sentir-se as repercussões a nível internacional. A cidade passa a ser conhecida na Europa como o arquétipo da insalubridade e até da ausência de civilização.

⁴⁸⁵ Cf. SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2001, p. 393.

⁴⁸⁶ Cf. o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 4 (12 janeiro 1900), pp. 2-3.

⁴⁸⁷ Cf. [s.a] – “Criação da Junta Central de Melhoramentos Sanitários”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 18 (1900), pp. 9-10.

O facto da epidemia ter prevalecido em zonas sobrepovoadas e com péssimas condições habitacionais, não ajudou à imagem externa da cidade. O relato que Calmette fez acerca das condições da habitação dos bairros pobres e das ilhas da zona ribeirinha terá certamente contribuído para esta representação:

“Os bairros da Fonte Taurina e da Alfândega, onde a epidemia se originou, são formados por cabanas estreitas, separadas em ilhas por ruas estreitas e escadarias tortuosas, desprovidas de esgotos e valetas, onde, a intervalos se encontram imundos recetáculos de detritos de toda a espécie, acumulados ao longo de séculos. O sol não penetra nestas ruelas, onde se respira um odor nauseabundo misturado com fumaça acre. Quase todas estas miseráveis habitações consistem em três ou quatro pisos que se sobrepõem, e cada um ocupado por famílias inteiras. Às vezes, o piso térreo dá abrigo a animais, porcos, cabras, coelhos, pululando desordenadamente com as pessoas numa área de poucos metros de superfície. É impossível imaginar a miséria de todo este mundo. Só uma coisa pode surpreender, é que a peste aí não tenha feito maiores razias!”⁴⁸⁸

Também o enviado britânico Arthur Shadwell salientou na sua crónica este lado sórdido e anti-higiénico das habitações onde se deram os primeiros casos de peste.⁴⁸⁹ Alfredo de Magalhães, ausente nesse ano em Paris no decurso de uma missão de aperfeiçoamento, viu a epidemia à distância através do “vesano furor do augusto tribunal da imprensa”, recordando o modo como o fenómeno e o Porto foram apresentados durante esse ano na cidade das luzes:

“Vimos pintar o Porto como um burgo episcopal de remotas eras, crassamente imundo, como um vasto, imenso caldo de pululação parasitaria a mais letal; espécie de tribo errática, virgem de progresso, lá das bandas do oriente, que ontem pr’aqui viesse acantear-se nas margens nauseabundas do rio, fumando opio, coçando a bostela do próprio coiro, fazendo o batuque á porta da tenda. (...) Lá dentro, na lobrega caverna, vegeta o tripeiro de pelo hirsuto, como uma fera, na mais íntima promiscuidade com a cabra, a galinha e o cevado! (...) Talvez o leitor cuide, em sua virtude ingénua, que surgiu meramente da nossa fantasia o bosquejo negro do quadro. Engana-se todavia. Assim mesmo é que foi proclamado, sob a estupefação máxima

⁴⁸⁸ CALMETTE, Albert; SALIMBENI, Alessandro – “La peste bubonique: etude de l’épidémie d’Oporto en 1899”. *Annales de l’Institut Pasteur*. 13^{ème} anné. T. 13. N^o 12 (1899), p. 871. (Tradução nossa).

⁴⁸⁹ Cf. SHADWELL, Arthur – “The plague in Oporto. A recent outbreak”. *The Nineteenth Century*. Vol. 46 (1899), pp. 833-847.

das gentes, o primitivismo feroz d'estes reinos, no ano do Senhor de mil oitocentos e noventa e nove. Quem quiser que o acredite.”⁴⁹⁰

Apesar do tom aparentemente exagerado e claramente irónico das palavras de Alfredo de Magalhães, as repercussões da epidemia tiveram implicações diretas no relacionamento do país com os seus principais parceiros comerciais, a começar pela vizinha Espanha, cuja extensa fronteira terrestre foi alvo de medidas quarentenárias. Temendo-se o rápido alastrar da doença por contágio, o conselho sanitário de Madrid decidiu colocar sob quarentena todas as mercadorias provenientes de portos portugueses e estabelecer cinco lazaretos na fronteira. Enquanto estes se instalavam, interromperam-se todas as comunicações entre ambos países, tanto de pessoas como de mercadorias.⁴⁹¹ Em Paris, a imprensa dava conta do episódio pestífero ainda antes de se ter realizado a comunicação internacional pelo governo português, tal como preconizado pela Conferência Sanitária Internacional de 1897.⁴⁹²

No Brasil, país que absorvia contingentes regulares de emigrantes portugueses nortenhos que embarcavam a partir do Porto, sobretudo desde meados de oitocentos,⁴⁹³ a novidade chegou e causou apreensão, se bem que desta vez pelos canais oficiais. A notícia causou alarme sobretudo pelo facto de não haver memória de peste na europa desde o século XVIII:

“Em 14 de agosto de 1899, uma grave notícia, telegrafada de Portugal, chegava ao gabinete do Dr Nuno de Andrade, Diretor de Geral de Saúde Pública, - órgão federal, responsável, dentre outras atribuições, pela defesa do país contra moléstias estrangeiras -, na Rua do Passeio, Rio de Janeiro: A cidade do Porto estava infetada pela peste bubónica. A notícia era alarmante, dado o estreito contato entre os portos brasileiros e os portugueses, e também, surpreendente, uma vez que, desde a epidemia de

⁴⁹⁰ MAGALHÃES, Alfredo de – “Aspetos sanitários”. *Porto Médico*. Ano 2º, Nº 1 (1905), pp. 2-4.

⁴⁹¹ “O conselho sanitário de Madrid decidiu submeter a quarentena as proveniências de todos os portos de Portugal; estabelecer cinco lazaretos na fronteira, e, enquanto esses lazaretos se instalam, interromper totalmente todas as comunicações entre Espanha e Portugal, tanto para os viajantes como para as mercadorias. O ministro da guerra dará as ordens para facilitar o recrutamento do pessoal e do material sanitário necessários de modo que o serviço dos lazaretos seja assegurado de maneira completa.” [s.a.] – “La peste en Portugal”. *Annales d'hygiène publique et médecine légale*. Série 3. Nº 42 (1899), p. 379. (Tradução nossa).

⁴⁹² Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nº 30 (8 março 1900), p. 8.

⁴⁹³ Cf. ALVES, Jorge – “Emigração portuguesa: o exemplo do Porto de meados do século XIX”. *Revista de História*. Vol. IX (1989), pp. 267- 289. (p. 275) e ainda ALVES, Jorge – “Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no Século XIX”. *Revista Ler História*. Nº 48 (2005), pp. 141-156.

1720 de Marselha, não se tinham informações sobre surtos de peste em território europeu.⁴⁹⁴

País que se habituara a conviver com várias epidemias de febre-amarela nas décadas de 70 e 80, quando a peste bubônica atinge o Brasil levantava-se mais um problema de saúde pública, com a agravante de ser precisamente da cidade do Porto que provinham as embarcações lotadas com emigrantes portugueses que aportavam regularmente em Santos. O fenómeno tornar-se-ia mais um elemento em prol da irregular revolução pasteuriana no contexto brasileiro.⁴⁹⁵ Lá, como cá, a contestação sobre as medidas de prevenção adotadas pelo governo federal também se instalou, dando origem a posições divergentes entre as autoridades sanitárias, desenhadas num quadro de controvérsia científica.⁴⁹⁶ Entre os dias 13 e 14 de agosto os consulados do Brasil, França, Alemanha e Itália comunicam que não poderão passar cartas limpas aos barcos surtos nos portos do Douro e Leixões que se destinem aos países que representam. Por esse motivo, vários navios já carregados são impedidos de sair, ao passo que outros, que navegavam rumo ao Porto são desviados para outros portos.⁴⁹⁷ No entanto, só a 16 de outubro se recebia a notícia que o Governo brasileiro acabava de proibir a entrada de quaisquer produtos provenientes do Porto, o que ameaçava não só as encomendas já realizadas como a devolução de carregamentos em trânsito.⁴⁹⁸

Poucos anos antes, a Convenção Sanitária Internacional reunida em Veneza em 1897, introduzira um conjunto de normas a serem observadas pelos países signatários em casos de epidemia, de que Portugal também fazia parte.⁴⁹⁹ O delegado português que assinou em nome do país essa convenção *ad referendum* foi o então professor de patologia geral da EMCL, José Tomás de Sousa Martins (que por proposta do professor Brouardel chegou a presidir à comissão de profilaxia na Europa), acompanhado por Tomás de Mello Breyner

⁴⁹⁴ DELUMEAU, Jean – *História do Medo no Ocidente 1300-1800. Uma Cidade Sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1978, p. 108.

⁴⁹⁵ Cf. BENCHIMOL, Jaime L. – *Dos Micróbios aos Mosquitos. Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Ed. UFRJ, 1999.

⁴⁹⁶ Cf. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do – “«Não é meu intuito estabelecer polémica»: a chegada da peste ao Brasil, análise de uma controvérsia, 1899”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 20. Supl. (novembro 2013), pp. 1271-1285.

⁴⁹⁷ Cf. [s.a] – “Aconteceu há 50 anos”. *O Tripeiro*. Vª série. Ano V. Nº 4 (agosto 1949), p. 92.

⁴⁹⁸ Cf. [s.a] – “Aconteceu há 50 anos”. *O Tripeiro*. Vª série. Ano V. Nº 6 (outubro 1949), pp. 140-141.

⁴⁹⁹ Sobre a presença portuguesa nas conferências sanitárias internacionais desde 1851 veja-se GARNEL, Maria Rita Lino – “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 9 (2009), pp. 229-251.

e Oliveira Soares, este último o encarregado interino de negócios em Itália.⁵⁰⁰ (Ver foto 11) Da participação portuguesa não resultou um relatório dos trabalhos escrito por Sousa Martins, ao inverso do que já sucedera aquando da conferência de Viena de 1874.⁵⁰¹

Ao contrário das outras conferências que decorreram a partir de 1851, a que reuniu em 1897 não teve por tema aglutinador a cólera mas sim o receio da peste bubónica, motivando conversações sem precedentes acerca das medidas profiláticas a opor à invasão da peste, e lançando as bases para a sua profilaxia internacional. As medidas eram de diversa espécie e natureza, incluindo a notificação internacional obrigatória de quaisquer casos através dos representantes diplomáticos acreditados. Numa altura em que não existia total uniformidade de medidas preventivas, a ciência abria caminho à custa dos estudos de discípulos pasteurianos. As medidas aplicadas aos bens provenientes de países contaminados ou suspeitos eram a quarentena dos navios, o isolamento dos passageiros a bordo ou num lazareto. Cada país, e muito frequentemente cada administração local, podia regulamentar acerca das condições de aplicação e da sua duração, criando para a navegação internacional aquilo que eram vistos como entraves excessivos ao tráfego comercial. Nessa altura a peste tinha recentemente atingido a Índia causando grande impacto na mortalidade. Foram convocados os estados europeus, o Egito e os Estados Unidos da América, tendo resultado um acordo que previa várias medidas, entre elas um novo regime quarentenar. Para evitar a transmissão da peste bubónica estabeleceu-se uma quarentena máxima de 10 dias para os navios, medidas de desinfeção, a notificação internacional imediata por parte dos países onde surgisse um surto de peste, a vigilância de passageiros provenientes de portos suspeitos e a proibição de importação de vários tipos de mercadorias provenientes de portos suspeitos ou acometidos pela epidemia.⁵⁰²

⁵⁰⁰ Cf. INTERNATIONAL SANITARY CONFERENCE – *Conférence Sanitaire Internationale de Venise, 16 février – 19 mars 1897: Procès-Verbaux*. Rome: Forzani et Cie, Imprimeurs du Sénat, 1897, p. 4. Veja-se também: PROUST, A. – *La Défense de L'Europe contre la Peste. La Conférence de Venise de 1897*. Paris: Masson et C. Editeurs, 1897, p. 389.

⁵⁰¹ Cf. MARTINS, José Tomás de Sousa – *Relatório dos Trabalhos da Conferência Sanitária Internacional reunida em Viena em 1874, apresentada pelo Delegado português a essa conferência*. J. T. Sousa Martins. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

⁵⁰² Cf. o *Règlement sanitaire général pour prévenir l'invasion et la propagation de la peste*, in INTERNATIONAL SANITARY CONFERENCE – *Conférence Sanitaire Internationale de Venise, 16 février - 19 mars 1897: Procès-Verbaux*. Rome: Forzani et Cie, Imprimeurs du Sénat, 1897, p. 233 e seguintes.



OS MEMBROS DA CONFERENCIA SANITARIA DE VENEZA EM 1897 A QUAL ASSISTIU SOUSA MARTINS COMO DELEGADO DO GOVERNO PORTUGUEZ

A conferência sanitária de Veneza foi feita por proposta do governo austriaco, ante o grande desenvolvimento da peste inchouca em 1892. Era necessário tomar-se providencias na Europa, e d'ahi a realizção do congresso sanitário á semelhança d'aquelles que já se tinham reunido em occasiões identicas. Sousa Martins foy delegado de Veneza, em 1894 e á volta recebeu o habito de S. Thome pela maneira brilhantissima como desempenhara o cargo.

Era elle o homem indicado para representar Portugal á essa nova reunião de sabios e o sr. conselheiro João Franco, então ministro do reino, sollicito de Sousa Martins que escolhesse a nomeação. O grande mestre partiu para Veneza em 2 de fevereiro com sua tripa a sós D. Leonor Sousa Martins Pereira e tendo convidado para 2.º delegado o doutor eleito D. Thomaz de Mello Breyner.

As potencias tinham enviado as seus grandes medicos a essa reunião, n'aquele, além da questão prophylactica scientificas, havia ainda a satisfazer diversos interesses. Pela França estava o dr. Brouardel, a Belgica enviava o dr. Emmelegen, leito da Universidade de Gand, a Inglaterra mandava o dr. Thomsen, uma facillissima sociedade, todos os outros medicos, como o Ferraz e o Tarquinio, tinham dado o encargo da sua representação aos grandes mestres do mundo scientificos.

Pela peste, ao meio d'estas sessões que o illustre homem de sciencia italiana, a ponto de apertarmos a sessão, ser proposto para presidente da commissão de prophylactica da Europa, e que admitto alguns dos membros do congresso, como o delegado inglês, os quaes foram depois os primeiros a felicitar Sousa Martins e a congratular-se a sua eleição.

Foto 11 – Os membros da Conferência Sanitária de Veneza de 1897 em pose fotográfica. José Tomás de Sousa Martins e Tomás de Mello Breyner estiveram presentes como delegados. Fonte: *Ilustração Portuguesa*. Ano 1º. Nº 18 (7 de março de 1904), p. 277.

Toda esta rede turbilhonar de eventos está ainda muito próxima quando a peste se declara no Porto, o que aliado a uma sensação portuense de afronta relativamente ao centralismo de Lisboa, de onde emanaram as radicais medidas de controlo sanitário, - mas sobretudo pelas implicações económicas que daí advieram - espoletaram um forte movimento de negação da própria peste canalizado pela imprensa, culpando-se Ricardo Jorge de a confundir com outro tipo de epidemia, e chegando a colocar em causa a sua idoneidade científica.

“A agitação de parte da população do Porto, adversa às mais elementares e consagradas medidas profiláticas, e que chegou a romper por vergonhosos desmandos e desacertos, entretinha-a parte da imprensa periódica, que falseando a sua missão, promovia a negação da existência da epidemia pestilencial, afrontava as autoridades públicas, injuriava e agredia os seus agentes, concorrendo por todos os modos para o descrédito e malogro da defesa da saúde pública.”⁵⁰³

⁵⁰³ “Legislação Sanitária. Coleção de Documentos Officiaes desde julho de 1899 a 24 de dezembro de 190”. In *Anais de Saúde Publica do Reino Publicados pela Inspeção Geral dos Serviços Sanitários*. Secção de Legislação – Tomo II. Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 167.

Apesar de ver o diagnóstico confirmado pelo Instituto Pasteur e por outros cientistas que o louvaram pela rapidez da descoberta e pela atitude que tomou como médico municipal, viu a sua competência posta em causa por uma opinião pública francamente desconhecadora do processo epidemiológico do fenómeno pestífero, e submetida de forma constante a uma torrente de artigos de opinião. A mera ideia de peste reacendera antigas fobias, temores de rápido contágio e ampla mortandade. Ricardo Jorge não deixaria de notar que:

“(…) a peste avançava a passos lentos e espaçados, como é de seu uso e costume à primeira arremetida. Este feitiço epidémico, quando mais tarde e ainda hoje todo o mundo se meteu a discutir sobre a peste, foi tomado como um argumento irretorquível contra o diagnóstico; não se difundia com os característicos mortíferos duma praga assoladora, não era peste; e desgraçadamente o argumento não foi só batido nas academias que se formaram nos balcões das lojas e nas bancas dos periódicos, mas também baixou dos escritórios dos profissionais.”⁵⁰⁴

Estas palavras revelam por um lado a campanha de desinformação existente na imprensa, mas também o suporte científico usado por alguns médicos para negar a peste, mais preocupados em denegrir a imagem de Ricardo Jorge do que em cuidar da saúde pública. Como se recordaria anos mais tarde, o assunto atingiu tais proporções de vexação que se transmitiam nas gazetas as descrições de um “(...) snr. prof. Ricardo Jorge, de óculos d`aselha, grandes barbas e seringa em riste, [que] ainda não há muito ia distribuindo a peste à meia-noite pelos esgotos da cidade.”⁵⁰⁵ António de Almeida Garrett recordaria que “(...) uma manhã, colocaram à porta da morada de Ricardo um alguidar e uma faca, à guisa de ameaça de degolação do «inventor da peste», que maltrataram nas ruas.”⁵⁰⁶ A montra de um estabelecimento comercial chegou a apresentar um manequim de Ricardo Jorge em protesto contra a atuação do médico municipal.⁵⁰⁷ Foram momentos que criaram fortes tensões às quais acabaria por não resistir. Ridicularizado nas ruas e até nas montras de alguns estabelecimentos comerciais, a casa que habitava chegou a ser apedrejada, um gesto que mostra bem o desagrado com o prolongado cerco sanitário, visto por muitos como exagerado. Ricardo Jorge não foi o

⁵⁰⁴ JORGE, Ricardo de Almeida – *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. XII.

⁵⁰⁵ [s.a] – “Os médicos perante o augusto tribunal da imprensa”. *Porto Médico*. Ano 3º. Nº1 (janeiro 1906), p.10.

⁵⁰⁶ GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), p. 564.

⁵⁰⁷ Cf. a foto de Aurélio da Paz dos Reis que ilustra o bilhete postal no AHMP, cota: D-PST/2673 (13).

único alvo de agressões, uma vez que os médicos que o rodeavam também personificavam a imposição do cordão sanitário. Salimbeni não foi poupado ao descontentamento popular:

“Ao anúncio que a cidade ia ser submetida a quarentena, a população enlouqueceu; voltou-se contra os médicos que diagnosticaram o mal; o doutor Jorge foi alvo de ameaças violentas; um dos membros da missão francesa; o sr. doutor Salimbeni, sofreu uma agressão, felizmente sem consequências sérias. O que se passou no Porto, deve ter-se passado noutros lugares (...)”⁵⁰⁸

No final de um ano muito conturbado, o Conde de Samodães deu azo a este descontentamento imposto pelas medidas de contensão, desabafando: “Há cinco meses, com sete de epidemia, estamos sendo vexados nas nossas pessoas e em nossos interesses; os prejuízos são incalculáveis, a população desta cidade está depauperada (...)”⁵⁰⁹

Para uma cidade habituada a movimentos pendulares de população, as sequelas alargaram-se à periferia e área de influência limítrofe, tanto mais que é o próprio Ricardo Jorge quem está atento a este fenómeno, revelando a existência de: “(...) uma população flutuante avultada das aldeias circunvizinhas, – gente que vem à cidade vender hortaliças, leite, carne de porco, pão de Valongo, pão de Avintes, etc. – carreiros que guiam os pesados carros de bois – mulheres operárias das fábricas de fiação e tabacos – e numerosos operários de construções, pedreiros, carpinteiros, trolhas, etc. Essa classe operária fornecem-na principalmente o concelho de Gaia e as freguesias próximas de Bouças, Maia e Gondomar.”⁵¹⁰ Numa cidade em que a economia se sustentava em larga medida no ramo do comércio, indústria e transporte de mercadorias, compreende-se que uma parte muito significativa ligada a estes setores tivesse negado com veemência o surto epidémico, dados os prejuízos inerentes à paralisação da atividade comercial.

Sublinhe-se que a oposição aos regimes quarentenários provinha sobretudo dos agentes mercantis e comerciais, que obstavam aos entraves sanitários por dependerem da liberdade de movimento e abertura das rotas comerciais, ao passo que os médicos que as viam como práticas obsoletas e sem rigor apoiavam-se em referenciais científicos. Esta oposição do tecido comercial e mercantil não

⁵⁰⁸ DASTRE, A. – “Questions scientifiques - La Peste”. *Revue des Deux Mondes*. 4e période. T. 155 (1899), p. 688. (Tradução nossa).

⁵⁰⁹ SAMODÃES, Conde de – “O Porto ante a epidemia de 1899”. *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferências*. III Série. Vol. 1. Nº 17 (1900), p. 268.

⁵¹⁰ JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Sep. do Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. 155.

foi caso único do Porto, sendo muito comum um pouco por todo o mundo.⁵¹¹ De acordo com um clássico estudo de Erwin Ackerknecht, existe uma relação entre o sistema político e a saúde pública no século XIX. Dependendo da matriz política de cada estado, seja autocrática ou liberal, as formas de profilaxia epidémica variavam. No primeiro caso, favorecia-se a ideia de contagiosidade das doenças epidémicas, privilegiando-se o uso das quarentenas, ao passo que nos regimes liberais se promoviam medidas menos restritivas da liberdade de circulação de pessoas e mercadorias. Nesse caso, optando-se preventivamente pela promoção da saúde pública através da resolução dos problemas de salubridade urbana, passando pela destruição das habitações insalubres, fornecimento de água potável, remoção adequada de lixo e dejetos, corrigindo as deficiências do meio urbano. Apesar das medidas quarentenárias se basearem no pressuposto que as doenças se transmitiam de forma direta entre as pessoas ou através de objetos e mercadorias, assente na teoria dos miasmas, estas premissas eram já consideradas obsoletas na primeira metade do século XIX, mas continuaram a ter grande aceitação durante todo o século.⁵¹²

A análise do quadro sanitário português no decorrer do século XIX, e em particular do episódio pestífero, mostram em parte a validade desta conceção: a teoria dos miasmas era vista como obsoleta mas as medidas quarentenárias ainda imperavam, o que não se coadunava com a matriz liberal do regime português. Verifica-se que pode existir um grande desfasamento entre a política de saúde pública e o regime político em si. No caso dos interesses mercantis locais da cidade do Porto e do país em geral, a ameaça posta pelo tipo de epidemia (peste bubónica) e pelos receios de grande mortandade, fez pender e o entendimento formado pela Junta Consultiva de Saúde Pública em prol das medidas quarentenárias. A posição do governo foi no sentido de conter o foco infeccioso com recurso a medidas consideradas muito duras pela opinião pública portuense. O cordão sanitário, imposto com recurso a tropas que cercaram e isolaram a cidade desde agosto e que se prolongou por cerca de meio ano, teve sérias consequências no tecido económico local. O encerramento das principais vias de comunicação, que para além das estradas eram sobretudo o porto e o caminho de ferro, teve como consequência o fecho de várias fábricas e o subsequente aumento do desemprego. Devedora de premissas científicas vistas ao tempo como ultrapassadas, a decisão do governo acabou por se sobrepor à validade da ciência higiénica assente numa revolução pasteuriana, que, diga-se, ainda se encontrava em fase de afirmação.

⁵¹¹ Cf. HARRISON, Mark – “Disease, diplomacy and international commerce: the origins of international sanitary regulation in the nineteenth century”. *Journal of Global History*. Vol.1. Nº 2 (2006), pp.197-217.

⁵¹² ACKERKNECHT, Erwin H. – “Anticontagionism between 1821-1867”. *Bulletin of History of Medicine*. Vol. 22 (1948), pp. 562-593.

Daí que a compreensão da ameaça epidémica tenha formatado decisivamente a intervenção do Governo. Ricardo Jorge emerge deste episódio como o arauto de uma nova era de promoção da saúde pública, definitivamente marcada por uma epidemia que haveria de ser a última em que se faria uso dos cordões sanitários.

No entanto, as consequências imediatas para Ricardo Jorge foram amargas: forçado a arredar-se da sua cidade pelo ódio de uma opinião pública que dele fez bode expiatório das consequências económicas do longo cordão sanitário, abandona o lugar que ocupava como médico municipal e professor da Escola Médico-Cirúrgica, solicitando a transferência para Lisboa. A 30 de setembro comunica a sua decisão ao governador civil e à câmara municipal; a 15 de outubro muda-se para Lisboa. O laboratório municipal de bacteriologia portuense, que fora o primeiro do país, foi encerrado.

Regressa inesperadamente a 21 de dezembro, agora Inspetor Geral de Saúde, apenas para observar pessoalmente Balbino Rego, seu colega e ajudante desde a primeira hora, que entretanto caíra doente com febre tifoide. Dois dias mais tarde, o Porto recebia a notícia do levantamento do cordão sanitário.⁵¹³



Figura 4 – “Viajante Illustre”. Caricatura de Manuel Monterroso mostrando Ricardo Jorge a abandonar a cidade do Porto no rescaldo da peste. Fonte: *A Paródia*. Ano I. Nº 24 (27 de junho de 1900), [s.p].

⁵¹³ Cf. [s.a.] “Aconteceu há 50 anos”. *O Tripeiro*. Vª série. Ano V. Nº 8 (dezembro 1949), p. 189.

A saída de Ricardo Jorge causa celeuma entre a classe médica portuense, expressa num ofício do diretor do Hospital de Santo António lido na sessão da Mesa da SCMP a 9 de novembro de 1899. Nesse breve ofício, insurge-se contra as opiniões da imprensa e sobretudo os artigos de Gomes da Silva impressos no *Comércio do Porto*.⁵¹⁴ A capital recebe de braços abertos o paladino do higienismo, que a muito breve trecho ocuparia um lugar de relevo na definição da política de saúde do país.

É certo que regressaria ao Porto, mas apenas a 10 de janeiro de 1918, no seguimento de uma epidemia de tifo exantemático que se declara em dezembro do ano anterior. Desta vez o seu papel é semelhante ao que tivera anos antes, uma vez que se apresentava com a autoridade que detinha como Diretor-Geral da Saúde, e com o propósito de analisar a situação e implementar as medidas necessárias. Desta feita, as medidas não foram muito diferentes das que se havia adotado no decorrer da peste, excetuando o tão contestado cordão sanitário.⁵¹⁵

Retornaria ainda em junho de 1921, aquando do Congresso Luso-Espanhol no qual foi convidado a proferir uma das conferências plenárias. Recordará então, não sem alguma mágoa, a cidade que o viu nascer e da qual se vira obrigado a arredar:

“Nesta casa me criei, nela me fiz homem, nela professei logo ao sair dos bancos da Escola. A ela a homenagem das minhas primeiras palavras, a tudo quanto ela representa e a todos os que a representam agora. Tanto tempo se volveu, que nem estas paredes me conhecem e eu próprio me desconheço, ao ver-me no seu recinto. Tudo está mudado, e eu o mais mudado, menos o sentimento fixo que vinte dois anos de exílio não deliram, tão vivo hoje como no instante do meu forçado apartamento.”⁵¹⁶

⁵¹⁴ Cf. o ofício de 9 de novembro de 1899 inserto no Relatório da Mesa da SCMP, de 1899-1900. Biblioteca do HGSA.

⁵¹⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *Le typhus exanthématique à Porto (1917-1919). Communication faite au Comité international d'hygiène publique dans sa session d'Octobre 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1920.

⁵¹⁶ JORGE, Ricardo – *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*. Conferência plenária proferida a 27-6-1921 perante o Congresso Científico Luso-Espanhol. Com um prefácio da Professora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Porto: Araújo & Sobrinho, 1921, p. 55.

4 – A CONSTRUÇÃO DE UM DESÍGNIO BIOPOLÍTICO

4.1 – Um profeta em terra alheia: reformando a política de saúde

O rescaldo da peste de 1899 foi decisivo para a reconfiguração da vida de Ricardo Jorge. Neste caso particular poder-se-ia dizer que “Ninguém é profeta na sua terra”. Saindo com amargura da cidade que o viu nascer, como que fugindo das vozes daqueles que tão duramente o atacaram na sua credibilidade enquanto cientista e professor da Escola Médico-Cirúrgica, o agora ex-delegado de saúde via aplicar-se-lhe com toda a propriedade a velha locução proverbial portuguesa adaptada do Evangelho de São Mateus⁵¹⁷. As circunstâncias que rodearam o episódio da transferência para Lisboa tornar-se-iam tão badaladas que continuariam a ecoar muitos anos depois.⁵¹⁸ Ricardo Jorge via-se a si mesmo na pele de um exilado, pois o “bacteriologista, a quem os rancores duma cidade dementada perseguiram, teve de refugiar-se no exílio. Custava caro professar a fé de Pasteur e falar verdade.”⁵¹⁹

O saneamento a que foi submetido era em parte de natureza política, mas a sua sólida reputação científica e académica não só se manteve intocada, como viu ainda o reconhecimento dos seus méritos potenciados com aplauso noutras paragens. Em termos científicos e pessoais, tinha-lhe granjeado um reconhecimento internacional que poucos cientistas portugueses tinham até então. Os elogios dos especialistas estrangeiros que com ele trabalharam deram-no a conhecer ao mundo, e a verdade é que a maioria dos dados publicados nos relatórios das missões estrangeiras partiram dos relatórios de

⁵¹⁷ Esta locução proverbial tem por base a afirmação de Jesus Cristo aos seus conterrâneos quando se encontrava a ensinar na sinagoga de Nazaré: “Um profeta só é desprezado na sua pátria e em sua casa.” Cf. o Evangelho de São Mateus (13. 57).

⁵¹⁸ “Todos se recordam do caso que se deu no Porto com um dos professores mais ilustres, talentosos e sabedores, o Sr. Dr. Ricardo Jorge, que se incompatibilizou, por um mal entendido, com a população do Porto, quando lá grassava a peste bubónica. S. Exa. continuou servindo a medicina, sendo transferido para a Faculdade de Medicina de Lisboa”, in *Diário do Senado*. Nº 32 (19 de agosto de 1919), p. 24.

⁵¹⁹ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, pp. 47-48.

Ricardo Jorge,⁵²⁰ ao passo que a imprensa médica internacional fez eco desse prestígio em várias ocasiões:

“Le Pr R.[icardo] Jorge a droit à la reconnaissance du monde civilisé pour le courage qu’il a développé au cours de la recente epidemie de peste de Porto, en dénonçant l’éclosion du fléau, malgré la pression de son entourage et des autorités, qui ne voulaient voir dans la peste qu’une banale epidemie de gripe ou de fièvre typhoïde.”⁵²¹

No seu êxodo, o governo de José Luciano de Castro recebe-o de braços abertos. Apesar de drástica, a mudança acabaria por lhe ser favorável, na medida em que pôde dar corpo à planificação, e porque não dizê-lo, refundação de toda a estrutura de saúde pública. Assumiu a tarefa com espírito de missão, reconhecendo que “Quando vim para Lisboa quiseram arranjar-me lugares em companhias para melhor garantirem a minha vida económica. Rejeitei tudo. Um professor da Escola Médica não podia ocupar certos lugares sem prejuízo da sua dignidade da profissão.”⁵²²

Na capital, onde o seu nome era sinónimo de intocável autoridade científica, foi-lhe garantido um lugar imediato no corpo académico e na recém-criada Direção Geral de Saúde e Beneficência Pública, criada por decreto de 4 de outubro de 1899. Formalmente concebida na dependência do Ministério do Reino, o artigo 2º estabelecia que o inspetor-geral dos serviços seria também o “chefe da repartição de saúde”, o que abriu caminho à entrada de Ricardo Jorge na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Dividida em duas repartições: a da Saúde e a da Beneficência, no mesmo mês foi nomeado Inspetor-geral de Saúde ao passo que Ferraz Macedo ocuparia o lugar de diretor geral. Dois meses mais tarde, a 28 de dezembro de 1899 é publicado o decreto que aprova a organização geral dos serviços de saúde pública. Pouco depois tornou-se professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, ocupando o lugar sem sequer haver concurso, tal como era exigido por lei.⁵²³ Não tardou

⁵²⁰ Vejam-se os relatórios de Calmette, Salimbeni e Montaldo y Peró: CALMETTE, Albert; SALIMBENI, Alessandro – “La peste bubonique: etude de l’épidémie d’Oporto en 1899”. *Annales de l’Institut Pasteur*. 13ème anné. T. 13. N° 12 (1899), pp. 865-936 e MONTALDO Y PERÓ, Federico – *La peste bubónica en Oporto (Portugal) 1899-1900*. Madrid: Establecimiento Tipografico de Fortanet, 1900.

⁵²¹ [s.a] – “La peste bubonique de Porto”. *Le progrès médical: journal de médecine, de chirurgie et de pharmacie*. Série 3. T. 13 (1901), p. 27.

⁵²² COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge: recordações*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 38-39. Lisboa: 1939, pp. 34-35.

⁵²³ Cf. a ata do Conselho Escolar da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa contendo a informação sobre a transferência de Ricardo Jorge em: COSTA, A. Celestino da – *Ricardo Jorge Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa*. Sep. da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Lisboa: Editora Médica, 1941, pp. 1-7.

a fundar o Instituto Central de Higiene. Volvidos quatro meses, por decreto de 5 de abril de 1900 é colocado como docente efetivo da EMCL no lugar de substituto da secção médica, sendo promovido a lente proprietário por decreto de 21 de junho. A partir dessa altura encontra-se encarregue do ensino da nova cadeira de Higiene Pública, lecionada no 4º ano do curso médico, e ainda do curso de medicina sanitária do Instituto Central de Higiene.

Todos estes rápidos eventos inserem-se num processo de profunda reestruturação e melhoramento dos serviços sanitários que deveria ter começado ainda antes da peste se ter declarado. Pouco antes do episódio pestífero, a saúde pública estava em processo de valorização e o combate às doenças de matriz social, mormente a tuberculose, começavam a encontrar terreno fértil nos decisores políticos, mas enformados de uma matriz filantrópica. Iniciara-se um movimento intenso de propaganda em favor da luta antituberculosa, que incluía nomes como os de Sousa Martins e António de Lencastre, movimento esse que acabaria por mobilizar não só a opinião pública mas também a casa real. Em junho de 1899 a rainha D^a Amélia presidia a Sala das Sessões do Conselho de Estado do Ministério do Reino, onde apresentou um conjunto de intenções de combate ao flagelo da tuberculose, incluindo um reforço substancial dos subsídios estatais para a construção de infraestruturas hospitalares dedicadas exclusivamente a esta doença. Redarguia-se, porém, que o problema era mais lato: se não se resolvessem os défices higiénicos, alimentares e a insalubridade habitacional das classes mais desfavorecidas, o problema persistiria.⁵²⁴ O esforço que se seguiu teve uma dimensão nacional, não se limitando ao tratamento ou internamento dos casos detetados, mas procurando debelar as causas sociais da doença, maioritariamente as carências ao nível da higiene pública e individual.

Não se julgue, portanto, que o projeto de reformação da legislação e orgânica sanitária era assunto totalmente novo. Em 1884 Ricardo Jorge teve oportunidade de realizar um balanço crítico das diferentes reformas legislativas revelando os défices da legislação em vigor, considerando-a um retrocesso relativamente à reforma de Passos Manuel de 1844. Na sua conferência sobre *A Higiene em Portugal*, a 3 de agosto de 1884, apontava os pontos fortes da organização sanitária traçada por Passos Manuel, vista como pioneira no contexto europeu, sobretudo ao nível da organização da polícia sanitária. Daí que:

“Fora uma grave lacuna em o novo plano a ausência do elemento médico para as subdelegacias nos concelhos, lacuna que deve especialmente atribuir-se às deficiências da época. No seu todo porém a organização sanitária, traçada por Passos Manuel, é verdadeiramente admirável e fecunda; e infunde tanta mais consideração quando é certo que só dez anos depois, em 1848, é que

⁵²⁴ Cf. ROSA, Álvaro Barros – *Da A.N.T. ao S.L.A.T.: História Sumária da Instituição. 1899-1979*. Lisboa: Serviço de Luta Antituberculosa, 1979, pp. 10-17.

surgiam em França e na Inglaterra leis organizadoras de polícia sanitária, representadas pelo Public Health Act e pela instituição dos Conseils d'hygiène et salubrité.⁵²⁵

No entanto, o investimento em estruturas de saúde pública e processos de salubridade era feito ao sabor das ameaças epidémicas, sem estruturas que assumissem uma profilaxia regular. A atividade legislativa e as reformas sanitárias surgiam, quase sempre, na sequência dos graves surtos epidémicos de “cólera-morbus” e febre-amarela, causadoras de grande mortalidade, perante recursos estratégicos, técnicos e humanos permanentemente escassos.⁵²⁶

A década de cinquenta foi particularmente marcada por estes flagelos, que também incluíam outros surtos episódicos de menor dimensão, incluindo raiva, tifo, sarampo e malária em 1854. Importada de Espanha em 1855, a cólera, responsável por grande morbilidade e mortalidade, tornar-se-ia praticamente endémica na cidade de Lisboa, onde se manteria até novembro de 1856.⁵²⁷ Basta folhear o “Noticiário epidémico” da *Gazeta Médica de Lisboa* de 1856 para se ter uma ideia do impacto profundo que causou na saúde pública de Lisboa em particular, e no país em geral. No âmbito da crise instalada pela epidemia, é José Pereira Mendes quem coloca em evidência o problema da organização regular e permanente da higiene pública, enumerando os pontos basilares do sistema higienista francês. Alertando para o atraso da organização sanitária portuguesa quando comparada com outras realidades europeias, sublinhava que era “(...) a grande questão do dia (...) que interessa o mundo todo, e na qual Portugal deve participar como as demais nações. Ninguém pode duvidar que em nosso país se perdem cada ano milhares de vidas que se poderiam ter poupado.”⁵²⁸ Geralmente, estas preocupações partiam de médicos isolados, sem que com isso causassem grande impacto na redefinição das políticas de saúde pública. Ainda mal refeita da epidemia de cólera, em 1857 era a vez da febre-amarela fazer uma grande incursão na capital, causando cerca de 5 000 mortes.⁵²⁹ O Porto, muito menos atingido por esse surto que Lisboa, quando

⁵²⁵ JORGE, Ricardo de Almeida – *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*. Porto: Livraria Civilização, 1885, pp. 22-23.

⁵²⁶ Cf. GOMES, Bernardino António – *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865 par le Délégué du Gouvernement Portugais à La Conférence Sanitaire Internationale Réunie à Constantinople*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

⁵²⁷ Cf. [s.a] – *Relatório da epidemia de cólera-morbus em Portugal nos anos de 1855 e 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p. 13.

⁵²⁸ MENDES, José Pereira – “Necessidade da organização regular e permanente da higiene pública em nosso país”. *Gazeta Médica de Lisboa*. Ano 4. Nº 74 (1856), p. 20.

⁵²⁹ Cf. AAVV – *Relatório da Epidemia da Febre-Amarela em Lisboa no ano de 1857 feita pelo Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino criado por decreto de 29 de setembro de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

assiste aos primeiros casos de febre-amarela é alvo de rápidas medidas de contenção: o Conselho de Saúde reunido na capital não hesitou em expulsar os navios aí fundeados, julgando serem estes os focos da epidemia. Sob pena de afundamento, os navios não tardaram a levantar âncora e abandonar a cidade. A medida, vista como intrusiva e lesiva dos interesses comerciais da cidade, espoletou os protestos da Associação Comercial do Porto, o que atesta em primeira mão as grandes dificuldades que as medidas profiláticas restritivas causavam ao tráfego comercial.⁵³⁰

Estes problemas relativos à mobilidade e entraves ao comércio eram assunto de regular discussão nas Conferências Sanitárias Internacionais. Na Conferência de 1866, que reuniu em Constantinopla, o então delegado português Bernardino António Gomes, teve oportunidade de expor os problemas epidémicos que a espaços mais ou menos regulares afligiam o território nacional, defendendo a necessidade de medidas restritivas ao tráfego marítimo.⁵³¹

Entretanto, e ainda com as ameaças da cólera no horizonte, Caetano da Silva Beirão apresentava um novo projeto de regulamento sanitário para Lisboa.⁵³² Pensado tendo em mente a proteção da saúde coletiva contra uma nova ameaça de cólera, esta proposta de regulamento é a tradução da premência das medidas quarentenárias e isolacionistas no pensamento médico de meados do século XIX, demonstrando o receio provocado pela recorrência dos surtos epidémicos. Somente vários anos mais tarde, pelo decreto de 23 de maio de 1872, Sousa Martins foi nomeado secretário e relator de uma comissão encarregada de rever o regulamento quarentenário de 1860.⁵³³ Seria de novo mais uma ameaça de invasão colérica em 1879 que levaria a *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* a nomeá-lo novamente como relator de uma comissão, com o propósito de indicar as medidas profiláticas mais adequadas.⁵³⁴ Em 1886, seria ainda a mesma Sociedade a nomear nova comissão para elaborar um projeto de instruções populares sobre a natureza da doença e as respetivas precauções a tomar. Já aqui se começam a descortinar as diferenças entre os defensores das medidas quarentenárias e dos cordões sanitários, por oposição daqueles que, como Silva Amado, pretendiam

⁵³⁰ Cf. “Medidas contra a febre-amarela no Porto”. *Gazeta Médica de Lisboa*. Ano 4. Nº 90 (1856), p. 287.

⁵³¹ Cf. GOMES, Bernardino António – *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865 par le Délégué du Gouvernement Portugais a La Conférence Sanitaire Internationale Réunie a Constantinople*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

⁵³² Cf. a referência ao *Projeto de regulamento sanitário para Lisboa no caso de uma invasão de cólera-morbus* de Silva Beirão in MARTINS, José Tomás de Sousa – “Elogio histórico do Doutor Caetano da Silva Beirão”. *Gazeta Médica de Lisboa*. (1872), p. 576.

⁵³³ Cf. MARTINS, José Tomás de Sousa – *Relatório da comissão encarregada de rever o regulamento das quarentenas*. Lisboa: Diário do Governo, 1873.

⁵³⁴ Cf. MARTINS, José Tomás de Sousa – *A Febre Amarela importada pela barca Imogene em 1879*. Lisboa: Tipografia portuguesa, 1880.

promover as visitas sanitárias, o isolamento dos doentes, a desinfecção das roupas e garantir da pureza da água potável.⁵³⁵

No tocante à gestão dos fenómenos epidémicos, assiste-se ao desenhar de dois campos antagónicos: por um lado, os defensores das tradicionais medidas profiláticas, que incluíam a imposição de restrições à mobilidade das populações através dos cordões sanitários, os lazaretos nas fronteiras e a obrigatoriedade dos passaportes sanitários; por outro, os defensores de medidas menos restritivas, apostando na melhoria das condições de salubridade e higiene públicas, em desinfecções e no combate aos vetores de transmissão das doenças. Ricardo Jorge enquadra-se neste último campo, tal como Miguel Bombarda e outros.⁵³⁶

Antes mesmo de Ricardo Jorge pensar sequer no papel que teria na codificação da reforma sanitária, já o governo havia encomendado ao professor de medicina José Aires de Gouveia Osório um plano de reforma do código sanitário que se consubstanciou num *Projeto de Código Sanitário Português* (1888).⁵³⁷ O relatório de 24 páginas mostra 2 vertentes: por um lado, o plano de um novo código sanitário e por outro um projeto de código sanitário onde desenvolveria a estrutura inicial desse plano. Tudo parecia encaminhar-se da melhor maneira quando em 1886 Gouveia Osório acaba por ser eleito presidente da Câmara do Porto. No entanto, o projeto viu-se gorado porque pouco depois de apresentado, o seu autor acabaria por morrer, em 23 de agosto de 1887, sendo substituído na presidência a 8 de setembro por António de Oliveira Monteiro, comprometendo-se a possibilidade do desejado reajuste administrativo.

Na mesma altura em que Ricardo Jorge preparava o seu ordenamento administrativo para a saúde, António Jorge Freire dava à estampa o seu extenso *Plano Geral de Defesa Sanitária permanente contra a invasão e difusão de doenças infecciosas compreendendo a reorganização da Beneficência Pública* (1900),⁵³⁸ um interessante estudo de 346 páginas, repleto de informações estatísticas, onde se recuperam as ideias de Gouveia Osório e de Ricardo Jorge, o que mostra bem a candência da temática da saúde pública nesse rescaldo da peste.

O fenómeno epidémico da peste no Porto acrescentou uma nova acha na fogueira do problema sanitário e acabou apenas por confirmar o que já se mostrava evidente. Nas medidas de exceção tomadas durante o surto, nada se podia concretizar em termos de reorganização dos serviços sanitários. Uma discreta exceção foi a ampliação do número de vogais do Conselho Superior de Saúde e Higiene Pública, que a partir de 13 de novembro passa a incluir

⁵³⁵ Cf. estas discussões no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. T. IV (1886).

⁵³⁶ Cf. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 12 (1886), p. 97.

⁵³⁷ Cf. OSÓRIO, José Frutuoso Aires de Gouveia – *Projeto de Código Sanitário Português*. *Advertência*. Lisboa: [s.n.], 1888.

⁵³⁸ Cf. FREIRE, António Jorge – *Plano Geral de Defesa Sanitária permanente contra a invasão e difusão de doenças infecciosas compreendendo a reorganização da Beneficência Pública*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1900.

o inspetor-geral dos serviços sanitários do reino e o delegado de saúde do distrito de Lisboa.⁵³⁹

Compreende-se assim que a maior consequência da peste de 1899 tenha sido a importância que a gestão da saúde pública passou a assumir no contexto político. Como se recordaria mais tarde na imprensa médica portuense:

“(…) em matéria de saúde publica Portugal ainda hoje estaria imerso nas sombras da idade média se não fora o andaço do Porto. Bendita peste! Só ela foi capaz de sacudir a indiferença dos nossos grandes homens, dotando-os com um ramo essencial de administração, que a bem dizer não existia antes da Inspeção Geral dos Serviços Sanitários. Quis a boa fortuna, por um acaso muito fortuito, que nas mãos do snr. prof. Ricardo Jorge caíssem as rédeas dirigentes da nossa Higiene, que teve n'ele, é justo confessa-lo, o mais notável propugnador desde sempre.”⁵⁴⁰

Ricardo Jorge foi indigitado para uma reforma profunda da qual resultaria um novo regulamento de saúde. Redigiu de imediato o relatório do decreto de 28 de dezembro de 1899 que aprovava a organização dos serviços de saúde pública, mas só em 1901 a codificação legislativa seria aprovada. A publicação do Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública em 24 de dezembro de 1901, consequência esperada da legislação de junho que lhe dava valor legal, seria o corolário de cerca de 2 anos de trabalho. Tornou-se tão marcante nos destinos da saúde pública que passaria a ser conhecida pelo nome do seu autor: a *Reforma Ricardo Jorge*, onde a cada passo se revela o pensamento e os desígnios biopolíticos do seu criador, plasmado na normalização e sistematização própria da pena de quem legisla.

O regulamento definia os organismos centrais que passavam a gerir a saúde e beneficência pública, definindo poderes, estratificando competências e atribuições, tanto dos órgãos centrais como dos órgãos externos, de natureza local ou municipal. Sob a alçada direta do Ministério do Reino, a Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública supervisionava toda a máquina sanitária e assistencial, controlando e fiscalizando as políticas sanitárias. Do ponto de vista regulamentar, estes serviços dedicavam-se ao estudo e vigilância da saúde pública, higiene social e da população, promovendo a aplicação de medidas conducentes à melhoria das condições de salubridade coletiva (salubridade habitacional, da indústria e do trabalho), desenvolver a estatística demográfico-sanitária, a defesa contra doenças do foro epidémico e infetocontagiosas, a inspeção de bens alimentares, polícia sanitária e até o exercício de profissões ligadas à saúde.

⁵³⁹ Cf. o *Diário do Governo*. Nº 257 (13 novembro 1899).

⁵⁴⁰ [s.a] – “Vária – Serviços de Saúde do Porto”. *Porto Médico*. Ano 3. Nº 12 (1906), pp. 390-391.

O extenso regulamento compõe-se de 347 artigos, 307 dos quais exclusivamente dedicados aos serviços de saúde. Outros 9 são gerais, e os restantes atendem aos serviços de beneficência. Quatro deles ressaltam à leitura: o artigo 50, que define a competência do médico sanitário dentro da área territorial consignada; o artigo 59 que consigna os deveres sanitários dos facultativos; o artigo 68, onde figuram as obrigações sanitárias dos facultativos municipais; e o artigo 74, que precisa a competência dos subdelegados de saúde na área do respetivo concelho, sintetizando, por si só a base doutrinal da nova legislação sanitária. As autoridades municipais ficavam com a incumbência de realizar a matrícula dos facultativos, farmacêuticos, dentistas e parteiras, registar os respetivos diplomas de habilitações, sendo as responsáveis por agir contra os que se recusassem ao registo ou praticassem fora do quadro legal em vigor, bem como contra os que recusassem o auxílio da sua profissão quando a isso fossem convocados. Na prática, os facultativos municipais passavam a desempenhar funções em prol das necessidades do município mas também da Direção-Geral de Saúde sempre que fosse necessário.

O diploma era bastante lato nos temas e conteúdos abordados, podendo dizer-se holista na conceção. A saúde pública intervencionada pela higiene voltava-se para uma miríade de assuntos que incluía a fiscalização de bens alimentares. Apesar das disposições legislativas municipais em vigor, a questão das fraudes alimentares não deixava de ser assunto recorrente na imprensa diária. Da falsificação das farinhas ao próprio vinho, passando por outros géneros alimentícios, o problema era antigo e de resolução difícil, emergindo com maior ou menor intensidade a cada momento de crise financeira ou sanitária. Em 1902, a falsificação das farinhas e de outros géneros dava azo a uma onda de indignação generalizada a que a imprensa deu franca repercussão,⁵⁴¹ seguindo-se a questão da falsificação dos vinhos, problema a que Ricardo Jorge dedicou vários textos publicados no *Diário de Notícias*.⁵⁴²

No seguimento deste clima de protesto, em 23 de agosto de 1902 é publicado o Regulamento dos serviços de inspeção e fiscalização dos géneros alimentícios, seguindo-se em 29 de novembro seguinte a aprovação das instruções sobre a execução desses serviços, que se encontram publicados no n.º 2 do *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*, da responsabilidade da Inspeção-Geral dos Serviços Sanitários.

Não seria sem uma boa dose de sarcasmo que Ricardo Jorge continuaria a sublinhar os problemas decorrentes da má alimentação e da qualidade de alguns géneros vendidos na capital. Ironizando acerca do tradicional desdém lusitano por uma alimentação regrada e saudável, em 1908 fazia a pedagogia da alimentação higiénica, argumentando que:

⁵⁴¹ Cf. [s.a] – “Um cúmulo”. *Novidades*. Ano XVIII (26 outubro 1902), p. 1.

⁵⁴² Cf. JORGE, Ricardo – *Consumo e falsificação de vinhos. Cartas ao Exmo Sr Luiz de Castro pelo Dr. Mirandela*. 1ª Série. (Extraído do Diário de Notícias). Lisboa: Oficina Tipográfica, 1904.

“O paladar obtuso faz-nos propender a mantença para a chanfana – o prato empapado do unto de porco ou de azeite saibento, a rescender à cebola e ao alho, a trescalar às espécies. A urcharia duma cidade como Lisboa é guarneçada do mais execrável refugio de abastecimento. Carne empedernida de boi ancião, tão velha e menos tenra que a do fóssil mamute da Sibéria, galinha engoiada de fêvera negra de arame farpado – para digerir o quê era preciso ter na boca um almofariz e no estômago um frasco de vitríolo; fruta pêca, vinho derrancado, pão de trigo mal colhido, mal farinado, mal padejado. Não há terra civilizada em que o pão nosso quotidiano seja de pior aspeto e de pior gosto. Lisboa é a capital da má boca, e a que mais caro paga o ruim bocado.”⁵⁴³

“Agora mesmo em crise de subsistências Lisboa sujeitou-se a todas as privações, e ao passo que no resto do país, a começar pelos arrabaldes, se continuou a consumir pão trigo, aqui a capital ficou no regime do pão que o diabo amassou. Este povo da boa e leal cidade, duma extrema docilidade para todos s males, lembra na borreguice aquele ditote popular, aplicado ao antigo «rei chamado João, que faz o que lhe mandam e come o que lhe dão»”⁵⁴⁴

Ainda nesse ano, ao referir-se aos défices alimentares na infância, aproveitou para apontar indiretamente um dedo à edilidade lisboeta pelo facto de ainda não ter criado uma rede de casas de banho públicas: “De casas de banho contentava-me que as houvesse populares; que deplorável lacuna esta, que numa capital não existam balneários para classes pobres – instituição pública por toda a parte, e já no Porto felizmente introduzida há anos.”⁵⁴⁵

Tendo-se tornado o principal propugnador do Higienismo, Ricardo Jorge tornou-se ator privilegiado de uma profunda remodelação legislativa e da construção de um desígnio biopolítico, expresso na materialização de um corpo legislativo e impressa em decretos reformadores da saúde pública. A abordagem durante o episódio pestífero assentou num trabalho de controlo da doença, uma vez que as condições sociais e de salubridade escapavam à sua alçada técnica. No entanto, foram precisamente as múltiplas consequências da peste que acabaram por transformar de forma quase imediata a atitude dos poderes públicos face à regulamentação moderna das estratégias preventivas defendidas pelo higienismo. O discurso higienista ricardiano integrava os fenómenos patológicos numa perspetiva social, contribuindo para incrementar o papel dos decisores políticos na prevenção e manutenção da saúde das populações.

⁵⁴³ JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. N.º 23 (1917), p. 979.

⁵⁴⁴ JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. N.º 23 (1917), p. 979.

⁵⁴⁵ JORGE, Ricardo – “Proteção à infância. O que dizem os médicos. Inquérito do Século”. *O Século*. Ano 28. N.º 9530 (1 julho 1908), p. 1.

Apesar de talhada no contexto imediato da peste e devedora de um projeto de higiene social, a publicação da reforma de Ricardo Jorge não foi tão célere quanto ele a desejou, e só após um período de insistência junto de Hintze Ribeiro se viu inscrita na letra da lei o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, no dia 24 de dezembro de 1901.⁵⁴⁶ Entre 1902 e 1904 seguem-se regulamentos especiais, decretos, portarias e ofícios que completam o *corpus* legislativo inicial.⁵⁴⁷ Entre eles, e na esfera estritamente sanitária, surgia o regulamento especial dos serviços profiláticos da tuberculose, de 30 de agosto de 1902.

A saúde pública passava a dispor de uma regulamentação moderna e em total paridade (ou até mais elaborada) com o que de mais avançado se fazia a nível internacional. Baseado numa orgânica de feição acentuadamente centralizadora – o que destoava do seu discurso até então sobre as vantagens da ação municipalista independente – o grande objetivo do extenso e minucioso corpo doutrinal era o da prevenção sanitária, atribuindo competências específicas e bem delineadas às autoridades locais e nacionais, regulando um vasto conjunto de assuntos, desde a fiscalização dos géneros alimentícios à água destinada ao consumo público, a inspeção sanitária escolar, da salubridade dos edifícios urbanos, etc.

Materializando uma ampla reforma e reorganização da saúde pública, este articulado legal é um claro reflexo do modo como o Estado passaria a encarar o seu papel nos domínios da intervenção sanitária, fortemente pautada pelo higienismo e incluída no campo da assistência ou beneficência públicas. O diploma assentava naquilo que passava agora a ser uma obrigação do poder político na defesa da saúde pública das populações, feito “No propósito insistente de instituir validamente a sanidade pública do país”.⁵⁴⁸

Para além do médico, que passou a ser a base do novo sistema sanitário inaugurado, a restante equipa era adjuvada por engenheiros sanitários e fiscais de salubridade que dispunham de atribuições bem definidas e estruturadas. A teia estrutural compunha-se ainda de uma miríade de responsabilidades afetas a um alargado leque de entidades: governador civil, administradores concelhios, regedores de freguesia, párocos, médicos municipais, delegados de saúde distritais e subdelegados de saúde concelhios. Elaborado de modo a ajustar o quadro da política sanitária às exigências científicas e sociais da

⁵⁴⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública de 24 de dezembro de 1901”. *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Vol. I. Nº 1 (1902), pp. 3-126.

⁵⁴⁷ Cf. o *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*, que reúne a legislação de 1901 a 1904, e o *Boletim Serviços Sanitários*, onde se encontra compilada a legislação promulgada de 1905 a 1933.

⁵⁴⁸ JORGE, Ricardo – “Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública de 24 de dezembro de 1901”. *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Vol. I (1902), p. 3.

higiene, o diploma visava “Reconcertar o mecanismo sanitário nas suas origens ativas, sistematizando-lhe peça por peça as relações, o funcionamento e a finalidade, de modo a assegurar o pleno exercício do seu trabalho em proveito da saúde pública, tornava-se de facto a obra essencial; (...)”⁵⁴⁹.

Acentuavam-se sobretudo os cuidados relativos à organização, feita com recurso à subordinação, dos serviços ou entidades integrados noutros ministérios nos que lhes competia em matéria de saúde pública, que desta feita passam para a alçada do Ministério do Reino. A Direção Geral de Saúde era o órgão máximo no que à gestão política da saúde pública concernia, trabalhando de uma maneira muito próxima com o Conselho Superior de Higiene. A Direção Geral da Saúde passava a tutelar os serviços municipais de higiene, integrando-os num sistema comum, alargando este conceito a todo o país. As funções de cada elemento, desde o individual ao coletivo, passam a estar definidas e articuladas, culminando na Direção Geral de Saúde e Beneficência. Foi igualmente no âmbito da reforma de 1901 que a estatística da demografia dinâmica, no que à parte fisiológica concernia, se tornou incumbência dos serviços de saúde, integrando-se nas instâncias médico-sanitárias. Os dados dos nascimentos, casamentos e óbitos eram remetidos a partir das subdelegações de saúde, seguindo uma hierarquia que desembocava na Inspeção-Geral, que de seguida organizava os mapas de todo o país. Contudo, a falta de recursos humanos e financeiros não permitiu senão em 1906 a edição das *Tabelas do Movimento Fisiológico da População nos anos de 1902-1904*. O quadro só melhorou, se bem que com algumas restrições a partir da reforma de 25 de maio de 1911 que alocou a estatística ao Instituto Central de Higiene, com o que se conseguiu realizar (se bem que com dificuldade) e publicar os dados correspondentes ao decénio de 1901-1910.⁵⁵⁰

Os problemas começaram a partir da queda do governo de Hintze Ribeiro em 1906, altura em que se começaram a fazer sentir as reduções no setor da saúde pública, área a que o governo de João Franco não devotou particular atenção. Apesar de se encontrarem perfeitamente estabelecidas e determinadas as competências dos vários intervenientes, fossem eles funcionários sanitários, autoridades administrativas ou eclesiásticas, parece claro que os resultados obtidos na eventual melhoria das condições de saúde geral da população e o estado sanitário urbano mantiveram-se praticamente inalterados, como a estatística foi demonstrando. Ricardo Jorge foi um dos primeiros a reconhecê-lo.

⁵⁴⁹ JORGE, Ricardo – “Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública de 24 de dezembro de 1901”, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Vol. I (1902), p. 3.

⁵⁵⁰ Cf. JORGE, Ricardo – “Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal. Decénio de 1901 a 1910”, *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Demografia e estatística (1916).

Parte desse desaire justifica-se pela agitação política entre 1904 e 1911, mas sobretudo pelo crónico subfinanciamento do setor.

Apesar disso, Ricardo Jorge permaneceu como figura de proa da saúde pública, encontrando-se imiscuído em praticamente todos os assuntos que de alguma forma lhe concerniam. Em 1903 publicou os resultados de um estudo alargado sobre a epidemiologia da malária em Portugal, doença endémica em algumas áreas geográficas, sobretudo nas áreas das bacias do Tejo e do Mondego, ou ainda em Chaves e Mirandela. Apresentava-se pela primeira vez uma carta de distribuição o mosquito *Anopheles*.⁵⁵¹ Equacionando uma resolução do problema centrada na eliminação dos mosquitos, propôs a organização de uma campanha antissezonática, que não se chegou a concretizar. Por seu turno, o ano de 1906 foi particularmente ativo. Sendo o higienista de maior nomeada do país, presidiu à secção de Higiene e Epidemiologia do XV Congresso Internacional de Medicina, o evento científico de maior expressão realizado em Portugal até então. Na comissão a que presidiu (XIV secção) apresentou trabalhos nas áreas “Acquisitions recentes sur la peste.” e “Contribution a l’etude de la etiologie, endemiologie et phrophylaxie de la malaria”⁵⁵² Para além da participação na organização do congresso, participou na organização da Assistência Nacional Contra a Tuberculose, apoiando António de Lencastre. Desta colaboração direta com António de Lencastre resultaria mais tarde *A higiene popular*, uma revista mensal ilustrada subsidiada pela Assistência Nacional aos Tuberculosos e destinada à vulgarização de preceitos de higiene. Publicada entre 1909 e 1910, contaria apenas 7 números, mas atesta a vontade de intervir cada vez mais junto das massas, vulgarizando preceitos de higiene pessoal.

Pelo facto de ser considerado um perito altamente reputado, para além de manter bons relacionamentos e contactos privilegiados com destacados elementos do partido republicano como António José de Almeida e Afonso Costa, não se viu afetado pela convulsão revolucionária de 1911. Pelo contrário, julgou que surgiria uma nova oportunidade para operacionalizar definitivamente a reforma de 1901. O efeito do processo revolucionário foi francamente galvanizador, como mais tarde admitiria: “Tudo gira sem parança: o fogo da mocidade e o gelo da velhice encontram-se na mesma vertigem do espaço. (...) Há vinte anos que fui picado por esta tarântula; quando vergava já declinante, empolgou-me também a roda-viva, e nunca vivi tão intensamente.”⁵⁵³ No entanto, esta seria talvez uma visão simplista: se bem que partilhava as ideias republicanas de sabor

⁵⁵¹ Cf. JORGE, Ricardo – “Epidemiologia. Sobre o estudo e o combate do sezonismo em Portugal”, *Anais de Saúde Pública do Reino*. Secção de Higiene. T. I. Coimbra: Edição da Imprensa da Universidade, 1903.

⁵⁵² Cf. *XV Congrès International de Médecine. Lisbonne, 19-26 Avril 1906. Volume Général*. Lisbonne: Imprimerie Adolfo de Mendonça, 1906, pp. 229-230.

⁵⁵³ JORGE, Ricardo – *Brasil! Brasil!* Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930, p. 125.

positivo e que propunham uma revigoração do país face a uma monarquia em descrédito crescente, manteve amizades pessoais em ambos lados da barricada, granjeadas sobretudo no seio de uma elite cultural que independentemente do fator político o apreciava e respeitava. Pela vasta cultura que possuía e pelo facto de ter estado sempre em cargos de nomeação política mas em missões técnicas, ultrapassou sem qualquer dificuldade barreiras ideológicas sem se comprometer de forma ostensivamente visível.

A revolução de 1910 permite-lhe lançar-se numa nova fase, expressa de novo na área legislativa e administrativa. A reconfiguração ministerial do governo provisório colocava nas mãos de António José de Almeida a pasta do Interior, ministério que tutelava as áreas da administração local, a justiça administrativa, a Guarda republicana, a polícia, a educação e ainda as áreas da saúde e assistência. O novo ministro pertencia ao grupo de ministros moderados (tal como Brito Camacho e José Relvas) que defendiam a primazia da competência técnica e profissional como fator preferencial para a ocupação de cargos oficiais de responsabilidade do aparelho administrativo do Estado, pelo que a manutenção dos funcionários adstritos ao seu ministério se fazia muito mais pela bitola da competência do que pelo fervor revolucionário e zelo político. Foi neste contexto que poucos dias depois de implementado o regime republicano e contando com o total respaldo do novo ministro do interior, que Ricardo Jorge procedeu à elaboração de novos projetos legislativos, julgando chegada a hora de ver o setor da saúde pública com os meios financeiros que julgava necessários. Em primeiro lugar tratou de regulamentar as visitas de saúde das embarcações de pesca em alto mar e de publicar as instruções sobre a defesa sanitária externa contra a invasão da peste bubónica, procedendo a alterações no serviço sanitário, incluindo a supressão de vários cargos e a junção dos serviços da Inspeção-Geral dos Serviços Sanitários com a Repartição de Saúde.⁵⁵⁴ Ricardo Jorge via no “braço reformador da República” uma oportunidade que tentou aproveitar. Não só em termos de investimento público no setor da saúde pública mas também em novos projetos legislativos, como foi o caso do projeto de decreto de 1911 sobre prostituição e profilaxia antivenérea, que não era senão parte de um programa mais vasto de medidas legislativas de higiene social sobre as habitações das classes desfavorecidas, saneamento das cidades, sanidade das indústrias e do trabalho operário, etc.⁵⁵⁵ E se a estatística sanitária saía das mãos de Ricardo Jorge era já um instrumento indispensável na gestão da *res publica* no final da monarquia, tornou-se apoio incontornável do processo governativo republicano. Como atesta a solicitação dos dados globais do movimento da população nas capitais de distrito pelo novo ministro da

⁵⁵⁴ Cf. “Legislação sanitária de 5 de outubro a 31 de dezembro de 1910”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Legislação. Vol. I. Fasc. 1º (1912).

⁵⁵⁵ Cf. JORGE, Ricardo – “Prostituição e profilaxia antivenérea”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. I. Fasc. 1 (1913), pp. 19-34.

justiça Afonso Costa, as delegações de saúde sob a alçada de Ricardo Jorge tornam-se as principais ferramentas dessa recolha.⁵⁵⁶

Politicamente, permaneceu atento e crítico, mas sem se imiscuir de forma direta na governação, tanto mais que sempre se mostrou mais vocacionado para o “Governo dos Corpos”,⁵⁵⁷ terminologia que recuperamos de Rita Garnel quando caracterizou, entre outros aspetos, as políticas de higiene social reforçadas após a instauração da República.

Numa altura em que consolidava o seu poder e prestígio, ao mesmo tempo que reforçava a sua vocação social, a medicina reafirmava o seu lugar nos desígnios do novo ciclo político republicano. As mentalidades mudaram, graças à aceitação incondicional das ideias pasteurianas e ao rápido desenvolvimento dos estudos bacteriológicos. Mais do que tratar apenas o corpo individual, era a altura em que se tratava também do corpo social, aplicando à sociedade o seu olhar clínico, normalizador e normativo em prol da saúde coletiva, ajudando a formatar a consciência sanitária nacional.

Com a instauração da República, a intervenção estatal no setor da saúde pública viu-se reforçada, não apenas através das convencionais funções de coordenação, mas sobretudo pela tomada de iniciativa em determinados campos e pela tentativa de afetação de meios renovados. Imbuída do ideal republicano triunfante, a Constituição de 1911 passava a consagrar o direito à assistência pública, sendo reorganizados os serviços de assistência ainda nesse mesmo ano, dividindo a Direção Geral de Saúde e Beneficência em duas novas entidades, criando-se em seu lugar as Direções Gerais de Saúde e Assistência.⁵⁵⁸ Esta divisão mostrava já uma mudança no modo de encarar o setor da saúde, desligando-o e autonomizando-o da vertente assistencialista que até então a acompanhara. Dois anos depois foi promulgada uma lei sobre a responsabilidade patronal pelos acidentes de trabalho, e em 1916 é instituído o Ministério do Trabalho e Previdência Social.⁵⁵⁹ Mais tarde, em 1919, são legalmente instituídos os Seguros Sociais Obrigatórios, (de prevenção da doença, dos acidentes de trabalho, de invalidez e da velhice) sendo criado o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral, organismo com atribuições de assistência pública e integrado no Ministério do Trabalho.

⁵⁵⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “Demogenia e mortalidade das cidades portuguesas. Notas sobre o movimento da população das capitais distritais em 1907-1909 e comparações internacionais”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. I. Fasc. 1 (1913), pp. 85-100.

⁵⁵⁷ Cf. GARNEL, Maria Rita Lino (coord.) – *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da 1ª República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.

⁵⁵⁸ Assim se pode ler no art.º 3, n.º 29 da Constituição de 1911: “A Constituição garante a todos os portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes (...) é reconhecido o direito à assistência pública”.

⁵⁵⁹ Lei n.º 494, de 16 de março de 1916.

Todas estas medidas tiveram escassa aplicação, e note-se que este instituto não chegará a funcionar dada a extinção do ministério em 1925, um ano antes do golpe militar de 28 de maio de 1926.

Apesar destes desenvolvimentos legislativos, os assuntos mais prementes no período subsequente à implantação do novo regime político prenderam-se com a resolução de fenómenos epidémicos, uns relativamente circunscritos, outros pandémicos. A epidemia de cólera da Madeira em 1910, a epidemia de tifo que ocorreu em 1912 em Lisboa e o recrudescimento da febre tifoide no mesmo ano,⁵⁶⁰ ou a grave pandemia gripal de 1918-19, exemplificam bem o problema que as doenças infetocontagiosas e os episódios epidémicos continuavam a apresentar para os responsáveis da saúde pública.

Ainda a poeira revolucionária não tinha assentado, logo a ameaça de uma epidemia de cólera que grassava pela Europa pairava sobre o país. Em novembro de 1910, essa ameaça levou à atribuição de um crédito extraordinário de 30 000 réis para suportar as despesas da defesa sanitária. A 10 de novembro de 1910 legislava-se no sentido de criar uma comissão de saúde em cada concelho, fora das capitais de distrito, suscitando a observância das disposições legais proibitivas de enterramentos nas igrejas, problema que por vezes escapava às disposições legais em vigor. Já nessa altura os políticos admitiam que “Veio neste ponto encontrar a República um acentuado atraso; a higiene urbana oferece-se rudimentar e defeituosa. Tem de ser um dos desvelos das novas instituições o fomento da salubridade coletiva, vai nessa empresa a proteção das classes proletárias, as que mais sofrem dos vícios da higiene geral, as que pagam o mais pesado tributo às moléstias epidémicas. (...) Deparou-se ao novo regime um agravo intolerável contra a higiene nacional, e dizemos intolerável, (...) em alguns pontos do país subsiste ainda a prática bárbara e repugnante dos enterramentos nas igrejas.”⁵⁶¹ A comissão de saúde concelhia, formada pelo administrador, presidente da Câmara (ou vereador por si escolhido), incluía ainda o subdelegado de saúde, os médicos de partido, o veterinário municipal e os facultativos civis e militares, ficando com a incumbência de velar pela salubridade concelhia, promovendo todas as medidas necessárias no tocante ao abastecimento de águas potáveis, aos esgotos e remoção de resíduos, às habitações e estabelecimentos insalubres, bem como os enterramentos e cemitérios. As comissões, juntas de saúde e câmaras municipais ficam incumbidas de um amplo programa de desratização, complementando o articulado da reforma de 1901.

⁵⁶⁰ Cf. JORGE, Ricardo – “A epidemia tífica de Lisboa em 1912. I. Relatório do prof. Ricardo Jorge”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 1. Fasc. 2 (1913), pp. 131- 150.

⁵⁶¹ Decreto de 10 de novembro de 1910, in “Legislação sanitária de 5 de outubro a 31 de dezembro de 1910”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Legislação. Vol. I. Fasc. 1º (1912), p. 14.

Em 1911 a Direção Geral de Saúde autonomiza-se, separando-se da Beneficência, sendo nomeado como diretor geral de saúde Ricardo Jorge. Os demais princípios regulamentadores mantiveram-se. Esta mudança reorganizativa, por simples que possa parecer, sublinha a importância e o espaço que se pretende que o setor da saúde pública passe a ocupar. Neste ímpeto reformador, Ricardo Jorge colabora igualmente na reforma do ensino médico, que retoma parcialmente as propostas que fizera no relatório de 1885. Para além disso, tenta recuperar do atraso na resolução de alguns problemas de saúde postos em suspenso no anterior ciclo político, recuperando a proposta de uma campanha nacional de combate à malária, que lança ainda em 1911.⁵⁶²

No entanto, o lugar que ocupava na nova ordem republicana não deixou de lhe granjear alguns dissabores, nunca na sua probidade técnico-científica, mas nas acusações de favorecimentos pessoais na gestão dos lugares de médicos municipais. Foi este o ano em que mais polémicas se viu envolvido, entre acusações de favorecimentos e até de nepotismo, fruto de acusações que o levaram a acaloradas defesas na imprensa.⁵⁶³ Num desses casos, em julho de 1911, chegou a ser acusado publicamente pelo deputado Santos Moita, também ele médico, de intervenção junto do poder judicial com o propósito de favorecer um colega.⁵⁶⁴

Mau grado estas polémicas, o seu papel torna-se indissociável da política de saúde pública republicana, e porque não dizê-lo, transforma-o no seu interlocutor primário. O novo Estado republicano revestia-se de uma maior responsabilidade e pendor interventivo em matéria de saúde pública e assistencialismo, mas sempre com investimentos comedidos, alinhando e até promovendo as tradicionais formas de ajuda mútua ou filantrópica. Note-se que os propósitos renovadores da Iª República se mantinham enquadradas pelas lógicas liberais de concessão limitada de apoios e não pela sua inscrição legal como direitos garantidos. A forte desproporção entre as intenções do programa republicano e os meios disponíveis traduziu-se em ganhos muito modestos no domínio social e sanitário.

Entre 9 de janeiro de 1913 e 9 de fevereiro de 1914, Ricardo Jorge fez parte do Conselho de Instrução Pública, na dependência do Ministério da Instrução Pública do governo de Afonso Costa. Apesar da influência e reputação que tinha junto do tecido governativo, essa proximidade não lhe permitiu obviar o problema orçamental de que enfermavam as verbas adstritas à saúde pública. A veia polémica não parece ter produzido os melhores resultados na teia ministerial, o que lhe provocou alguns dissabores e comentários amargos. Em agosto de

⁵⁶² Sobre o papel de Ricardo Jorge na tentativa de resolução do problema da malária veja-se, por todos, SAAVEDRA, Mónica Alexandra de Almeida Monteiro – *“Uma Questão Nacional” Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade: Antropologia Social e Cultural. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2010.

⁵⁶³ Cf. o capítulo 2.4 – Uma veia polémica.

⁵⁶⁴ Cf. *Assembleia Nacional Constituinte*. Sessão nº 26 (20 julho 1911), p. 7.

1915, Afonso Costa escreve-lhe do Sanatório de Manteigas onde se encontrava em convalescença depois do acidente que sofrera no dia 3 do mês anterior. Por receio de sofrer um atentado, Afonso Costa saltara de um elétrico em andamento, tendo fraturado o crânio e ficando impossibilitado de ascender ao poder depois do empenho que pusera no derrube da ditadura de Pimenta de Castro.

Esta missiva é interessante por várias razões: por mostrar a proximidade quase familiar entre o líder dos democráticos e o diretor geral da saúde, por revelar até que ponto já se encontravam vulgarizados os princípios de vida higiénica e a sua plena aceitação, e por fim, por sublinhar que mesmo alheado da prática clínica é um médico cuja opinião é muito respeitada. Para além disso revela as tentativas que Ricardo Jorge encetou junto do poder político no sentido de aumentar o orçamento do Ministério da Instrução, por forma a operacionalizar o setor da saúde pública. Essas tentativas de agilização não parecem ter encontrado a melhor aceitação, dado que a maior ou menor permeabilidade política era constantemente limitada pelos orçamentos. Também Afonso Costa lhe pedirá que não se esgote em polémicas. Nesse mês, Ricardo Jorge continuava a ser um homem doente.

“Sanatório de Manteigas, 22 d’agosto de 1915,

Meu grande médico e querido amigo,

Recebi há pouco a sua carta. Compreendi que está melhor da sua fadiga e mais sossegado do seu espírito, o que quer dizer que sua esposa, minha senhora, encontrou aí o restabelecimento da saúde, a calma e o bem-estar. Parabéns e felicitações de todos nós, e os nossos melhores cumprimentos ao seu rancho. Eu estou realmente muito melhor. Tenho mais 2 kilos e tal de peso; sinto pouco ou nada, durante o dia, as costelas, e já na cama me vou entendendo melhor com elas, os meus nervos andam mais sossegados, e já raras vezes e mui parcamente me irrita; o ouvido ainda sopra (impressão), mas mais moderadamente, e as temperaturas são as de um homem são, porque não ultrapassam, em regra, 37,00, mesmo de tarde, apesar de eu já dar passeios, conversar, ouvir um ou outro maçador, e até discutir...com os amigos que estão sempre de acordo! A minha vida é simples e higiénica. Levanto-me cedo, pelas 7 ou 8, depois de ter dormido sossegadamente 6 ou 7 horas de janela aberta, bebo 3 gemas de ovos, pelas 10 ½ almoço, às 15 merendo frutas e às 18 janto, faço a cura desde as 12 às 14, dormindo muitas vezes; dou dois passeios por dia, a pé, um antes e outro depois de jantar; e deito-me antes da meia-noite. Não bebo vinho, nem chá, nem café. Em suma, sou o convalescente modelo, e espero que o meu querido médico, quando me vir pela 2ª quinzena de setembro, tenha de considerar-me já bom e perfeito, não direi capaz d’outra [sublinhado], mas capaz de em breve voltar a trabalhar... Sobre [a] lei de estatística e [o] orçamento de instrução tenho escrito a ministros e deputados e conferenciei hoje aqui com o Alexandre

Braga. Os ministros d'Instrução e Finanças estão perfeitamente elucidados, e este último deve estar de perfeito acordo. O que eu alvitrei como mais razoável neste momento, foi a rejeição pelos deputados da obnoxia emenda do senado sobre os serviços do Instituto de Higiene e a rejeição nas duas Câmaras da máxima parte, isto é, de todas as inconveniências, inoportunidades, etc, do orçamento de Instrução. O Dr. Ricardo Jorge também me escreveu uma carta sobre o caso, com algumas palavras amargas, que eu sou o primeiro a deplorar. Eis, querido médico, a consequência de não me encontrar já completamente bom. Se eu estivesse em Lisboa e nas Câmaras, estas massadas nem como ameaças nos apareceriam. E em todo o caso quero dizer-lhe que estou empenhado em que não se consumam. Peço-lhe que insista por seu lado, e fale, em relação ao caso Vilhena e análogos, com o Ministro da Instrução. E não se zangue tanto com os que chama lingueirões [sublinhado]. Às vezes nós já encontrámos os homens sobrecarregados de irritações, provenientes de lutas anteriores, cujos episódios nem conhecemos, nem poderemos reconstituir. Vejamos se acertamos as atividades úteis, desculpando-lhes e não lhes deixando repetir os excessos perturbadores. É esse o meu propósito, e nele tenho confiança, apesar de já haver sido algumas vezes maltratado pelos meus...doentes. Todos aqui se juntam a mim, sem uma só exceção, todos os meus parentes e amigos veem comigo desejar-lhe e a sua esposa e a seus filhos, e a todos os demais que ama, a maior saúde e as melhores prosperidades. O que gostosamente mando com um grande e forte abraço de amizade e gratidão. Muito seu dedicado; Afonso Costa.⁵⁶⁵

No mês seguinte, quando ainda se encontrava em Vidago numa das suas várias convalescenças, morria o seu mestre Ramalho Ortigão: “Ontem, quando o manto da noite se dependurava nos pinhais das lombadas, soavam as gazetas chegadas a este covão transmontano o pregão da morte de Ramalho.”⁵⁶⁶

Enquanto fiel defensor da aplicação dos princípios programáticos da medicina social, rapidamente se compreende que Ricardo Jorge se tenha integrado na nova ética social republicana. O ambiente pós-revolucionário parecia favorável a uma renovação e reforço da medicina social e do papel dos médicos na nova ordem política. A sociedade ainda via a ocupação médica imbuída do espírito de missão, própria de uma mentalidade assistencialista que os próprios médicos não enjeitavam, mas que não lhes era particularmente benéfica em termos remuneratórios. Pontuavam disparidades remuneratórias entre os clínicos que exerciam em regime liberal ao ritmo da clientela, mesclada com os médicos de partido (médicos municipais), professores do ensino médico, médicos ao serviço de hospitais públicos e privados em regime de quase gratuidade, etc. Dada a crescente autoridade da medicina em questões do foro social e

⁵⁶⁵ Carta de Afonso Costa escrita em Manteigas e datada de 22 de agosto de 1915. Cf. BNP Esp. E/18 Cx 26.

⁵⁶⁶ JORGE, Ricardo – *Ramalho Ortigão*. Lisboa: A Editora, 1915, p. 1.

de política sanitária, Ricardo Jorge apoiou a ideia da representação médica no Parlamento, profundamente convicto da necessidade de empreender uma reforma modernizadora do ensino médico através da introdução de trabalhos experimentais de histologia e fisiologia experimental.

Na verdade, o novo espaço do poder possuía uma representação muito considerável de médicos, tanto no papel de deputados, como no desempenho de cargos de governação, de diplomacia ou confiança política. Rita Garnel apresentou dados que atestam a presença e o peso dos médicos no panorama político republicano. A representação parlamentar nas legislaturas entre 1911 e 1926 contou com 142, e não é de esquecer que outros como António José de Almeida, Brito Camacho, António Teixeira de Sousa, Egas Moniz, Sobral Cid ou Azevedo Neves, desempenharam funções nos mais elevados cargos do Estado. Apesar disso, formavam um grupo restrito dentro de uma classe que não era um corpo homogéneo e muito menos estruturado. Por outro lado, apesar dos esforços legislativos e dos princípios programáticos, a saúde pública não parece ter sido assunto que merecesse grande debate parlamentar.⁵⁶⁷

Se por um lado as condicionantes económicas e financeiras não se mostraram particularmente favoráveis a um incremento do investimento, a matriz liberal do pensamento republicano pode em certa medida ajudar a justificar a razão pela qual os sucessivos governos se mostraram pouco atreitos a alargar a política dos subsídios e do apoio às iniciativas de índole particular. Parece que os assuntos que mais interessaram aos médicos eram aqueles que de alguma forma revolviam em torno da promoção da classe, sobretudo na ocupação de lugares ligados ao funcionalismo público. A discussão da organização e provimento dos serviços sanitários, direitos e garantias dos partidos médicos municipais foi assunto que gerou controvérsias. A proposta para colocar os médicos de partido sob a alçada do poder local, gerindo a quantidade de médicos municipais, encontrou algumas resistências, trazendo à tona o nome de um Ricardo Jorge cuja influência era bastante notada nos círculos políticos, acusado de desejar controlar “o exército de médicos.”⁵⁶⁸

Os atritos gerados em torno do peso das propostas e decisões de Ricardo Jorge, confundiram-se a certa altura com uma vontade de gestão totalizante da própria classe. Esses receios plasmam as preocupações de um grupo profissional ainda algo heterogéneo mas que passava a deter um poder acrescido não só na esfera política da saúde, mas que também almejava institucionalizar a gestão interna da profissão. A verdade é que enquanto professor que desde cedo fez parte da elite médica, Ricardo Jorge pertencia a um grupo profissional que

⁵⁶⁷ Cf. GARNEL, Maria Rita Lino – “Médicos e Saúde Pública no Parlamento Republicano”. In CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de (coords.) – *Res publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República/ Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 230-257.

⁵⁶⁸ Cf. o *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão nº 96 (24 abril 1912), p. 11.

pelo menos desde a década de 80 do século XIX sublinhava a necessidade de um maior investimento do Estado em matéria de saúde pública, tendo muitas vezes como comparativo as realidades de outros países europeus. Em paralelo, emergiam nesse mesmo grupo profissional um conjunto de personalidades que detinham influência política e científica, com o que justificavam a intervenção reguladora dos médicos na gestão política da saúde coletiva.

O discurso da classe médica em torno da importância do reforço do papel do Estado e dos poderes locais na melhoria da saúde pública foi ganhando força ao longo do último quartel do século XIX, credibilizada pela sacração da bacteriologia e do higienismo: as novas e poderosas disciplinas estruturantes de uma medicina científica que tinha na figura dos seus praticantes os arautos de uma era que se desejava de progresso para toda a sociedade. A presença de médicos na vida política não era uma novidade e a Câmara dos Deputados sempre contara com várias figuras do universo hipocrático. Contudo, a questão do papel social da medicina, a defesa da classe, a regulação do exercício e o problema do mutualismo eram constantes. Em 1904, a imprensa médica saudava os novos deputados, ressaltando as habituais expectativas:

“Da futura câmara dos deputados fazem parte os seguintes médicos: Clemente Pinto, Egas Moniz, Moreira Júnior, Sabino Coelho, Agostinho Lúcio, Almeida Dias, Libânio Fialho, Lima Duque, Moraes Carvalho e Souza Avides. Claro é que rejubilamos com a representação da classe médica no parlamento, na esperança de vermos bem servidos os interesses do país e particularmente aqueles que tocam mais de perto o problema da nossa própria classe, tão esquecida e tão digna de melhor sorte.”⁵⁶⁹

Ao mesmo tempo que crescia em intervenção política, esta classe ressentia-se da inexistência de interlocutores institucionais que fossem capazes de os defender coletivamente perante o poder político. Apesar de algumas tentativas algo inconsequentes e efémeras de associativismo ainda no final de oitocentos e início do século XX, – a *Sociedade União Médica* criada no Porto em 1882 e na qual Ricardo Jorge tomou parte ativa, a *Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto* (1897), a *Associação dos Médicos Portugueses* fundada em Lisboa em 1898,⁵⁷⁰ ou da *Associação dos Médicos do Norte de Portugal*, concebida no Porto desde 1906 e oficialmente fundada em 1907⁵⁷¹ – terá sido apenas com a mudança de regime político em 1910 e a criação das Faculdades de Medicina em Lisboa

⁵⁶⁹ [s.a] – “Vária. Médicos deputados”. *Porto Médico*. Ano 1º. Nº 4 (julho 1904), p. 171.

⁵⁷⁰ Cf. MACEDO, M. E. Machado – “Ordem dos Médicos”. In BARRETO, António; MÓNICA, M. Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VIII. Suplemento F/O. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 648-649.

⁵⁷¹ Cf. “Associação médica de classe” *Porto Médico*. Ano 3º. Nº 10 (outubro de 1906), p. 327 e “Associação médica de classe”. *Porto Médico*. Ano 3º. Nº 11 (novembro 1906), p. 363.

e Porto que o protagonismo e influência política dos médicos se tornam mais evidentes. Até essa altura, apenas a Universidade de Coimbra podia atribuir graus académicos, panorama alterado pelas novas entidades universitárias, o que serviu para nivelar a graduação académica dos 3 cursos em vigor, sujeitos a uma separação mais psicológica do que legal.

Por outro lado, o novo regime republicano implicou mudanças profundas na composição da estrutura parlamentar. Grande parte dos novos deputados provinha de pequenas cidades e vilas da província, possuía formação académica ou superior, provenientes das profissões liberais (advogados e médicos) e do exército.⁵⁷² Um pormenor revelador do eventual peso da classe médica neste novo espaço político é o da proporção dos deputados à Assembleia Constituinte de 1911: um quinto são médicos, a proporção mais numerosa e apenas suplantada pelos juristas e militares das Forças Armadas. Antes disso, essa proporção fora ainda maior.⁵⁷³

A crónica de Júlio Dantas na *Ilustração Portuguesa* de 21 de julho de 1913 é particularmente reveladora da presença dos médicos nas lides governativas, exaltando a sua participação na gestão dos diferentes ministérios por onde se encontravam dispersos:

“Foi nomeado Ministro da Instrução um clínico e professor ilustre. A política continua a utilizar os médicos. Nos dois últimos governos monárquicos foram ministros três médicos: os drs. Moreira Júnior, Teixeira de Sousa e José de Azevedo; nos cinco primeiros governos republicanos têm sido ministros nove médicos: os drs. Brito Camacho, António José de Almeida, Augusto de Vasconcelos, Silvestre Falcão, Celestino d’Almeida, Costa Ferreira, Estevão de Vasconcelos, Rodrigo Rodrigues e Sousa Júnior. Ao todo nove médicos passaram em quatro anos pelas cadeiras do poder, não contando aqueles que, como os drs. Aresta Branco, Augusto Monjardino e outros, têm ocupado a presidência das casas do parlamento e desempenhado altos cargos políticos. É forçoso concluir, ou que se deu a coincidência de terem feito o curso de medicina os homens com mais capacidade para exercer em Portugal a função governativa, ou que a profissão médica atribui aos indivíduos que a exercem qualidades que os tornam designadamente aptos para governar.”⁵⁷⁴

⁵⁷² Cf. o estudo prosopográfico de ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos – “Os deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico”. *Revista de História das Ideias*. Vol. 27 (2006), pp. 399 - 417.

⁵⁷³ Em 1911 constituem 16% dos políticos republicanos (ministros, senadores e deputados), passando a terceiro grupo profissional presente na “oligarquia republicana”, depois dos juristas (27%) e dos militares (21%). Sobre a constituição socioprofissional da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, veja-se PORTUGAL. Biblioteca Nacional. *Eleições para Assembleias Constituintes. 1820-1836-1911*. Lisboa: BN, 1975, pp. 8-9.

⁵⁷⁴ DANTAS, Júlio – “Crónica – Os médicos e a política”. *Ilustração Portuguesa* (II.ª Série). N.º 387 (21 de julho de 1913), p. 65.

Grande parte desta nova casta política era proveniente da pequena burguesia, com estudos feitos a cargo de familiares. Mantinham contacto estreito com o que se passava na restante Europa, fosse através dos periódicos científicos, de congressos ou trabalhos de investigação além-fronteiras, geralmente realizados a expensas próprias ou através do apoio de alguns professores que premiavam uma inusual dedicação à ciência. Em convívio direto com problemas crónicos como eram a fome e a pobreza, conheciam em primeira mão as necessidades da população. Imbuídos de ideias republicanas, onde sobressaíam os problemas políticos, sociais e humanos do país, colocavam-se num patamar social que os tornava particularmente atentos à política sanitária e social do Estado. Nos seus discursos parlamentares, recriminavam fortemente o antigo regime, ao mesmo tempo que mantinham uma frequente participação na imprensa, em artigos de opinião bastante notados pelos vários setores da população.

Mais do que isso, enquanto parlamentares e técnicos de saúde sentiam possuir uma dupla autoridade, vendo-se na contingência de abarcar todos os assuntos que julgassem relacionados com a saúde das populações.

Tal como Rita Garnel aponta, a saúde pública não terá sido um tema prioritário, apesar das múltiplas referências à saúde pública ou a questões do foro sanitário.⁵⁷⁵ Mas estiveram, sim, atentos aos problemas que envolvessem o ensino médico, o prestígio da classe, a regulamentação do exercício e monopólio profissional, já para não falar da questão dos impostos (contribuição industrial), problema antigo e de resolução adiada. Apesar das múltiplas intervenções em matérias tão latas como a saúde colonial, o combate aos fenómenos epidémicos ou a questão da assistência hospitalar, as constrições orçamentais não permitiram ao regime republicano aportar as soluções imediatas que muitos julgariam ver resolvidas a curto ou médio prazo.

Um dos problemas crónicos que a classe enfrentava era a do monopólio profissional, expresso no que consideravam ser a prática ilegal da medicina. Ricardo Jorge insurgira-se jocosamente e desde muito cedo contra o charlatanismo e curandeirismo, práticas encaradas como não-científicas, atentatórias do monopólio do exercício da medicina por parte dos médicos – sobretudo dos facultativos rurais –, e exemplo claro da falta de cultura sanitária.⁵⁷⁶ Longe dos grandes centros populacionais, e mesmo nos grandes centros urbanos, a medicina de feição popular tinha um peso não negligenciável, competindo até com os médicos na hora da escolha terapêutica. Os relatos dos facultativos rurais mostram bem até que ponto estas situações eram conhecidas, e inclusive toleradas pelas entidades administrativas locais. Mau grado os ventos do progresso da medicina científica,

⁵⁷⁵ Cf. GARNEL, Maria Rita Lino – “Médicos e Saúde Pública no Parlamento Republicano”. In CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República e BNP, 2010, pp. 230-257.

⁵⁷⁶ Cf. CELSIO [JORGE, Ricardo] – “Coisas Médicas do Porto”. *Folha Nova*. Nº 326 (22 de junho de 1882), p. 1.

a prática ilegal do exercício da medicina, o recurso às práticas populares das benzeduras e remédios de mezinheiros persistia não só na década de 80 do século XIX, como Ricardo Jorge não deixaria de criticar, bem como nas primeiras décadas do século XX, pois como se escrevia numa dissertação de 1917, “Há no povo a persuasão de que toda a doença, com exclusão daquelas que requerem intervenção cirúrgica imediata, é, sob o ponto de vista etiológico, proveniente de duas causas: resfriamentos ou bruxaria.”⁵⁷⁷

Não era tarefa fácil num país ainda de forte matriz rural, marcado por taxas de analfabetismo elevado e de assistência sanitária muito limitada em largas franjas do interior. Combater a prática ilegal da medicina era uma tarefa difícil, num país onde a prática do curandeirismo era habitualmente consentida nos meios rurais, mas também com alguma expressão nas cidades de maior dimensão. Com efeito, o problema não era novo e tinha sido assunto repetidamente debatido em vários encontros científicos, cuja discussão se acentua desde a implementação da República. Um desses exemplos é-nos dado pelo I Congresso Nacional de Deontologia e Interesses Profissionais, evento patrocinado da Associação dos Médicos do Norte de Portugal, que se realizou no Porto entre 21 e 24 de fevereiro de 1912. Uma parte significativa das comunicações apresentadas dedicava-se em exclusivo à sensível temática, indo desde o «Exercício ilegal de medicina», por Cândido da Cruz, ao «Exercício ilegal da Fisioterapia», por Jaime de Almeida, ao «Curandeirismo», por Pimenta de Freire, e ainda aos «Curandeiros e Curandeirismo», por Américo Pires de Lima.

As intervenções de alguns deputados médicos no círculo parlamentar também atestam a prevalência de um problema que não só se alongou, como parecia fazer parte da matriz cultural do povo português. O assunto encontra-se igualmente bem documentado em descrições que se podem encontrar em algumas teses de licenciatura, documentos onde também se apresentavam amiúde vários casos de más práticas por parte de curiosos não habilitados.⁵⁷⁸

Em parte, a reforma do ensino médico materializada em 1911, que recupera vários pontos para que o relatório de Ricardo Jorge chamava a atenção em 1888, permitiu consolidar o poder médico, também na questão do monopólio do exercício profissional, se bem que a criminalização da prática ilegal da medicina só fosse consagrada na letra da lei em 1942.⁵⁷⁹

Mau grado os esforços permanentes de Ricardo Jorge, a saúde pública enquanto tema central não foi alvo de um olhar atento. No que lhe concernia,

⁵⁷⁷ Cf. GONÇALVES, Francisco António – *Breves considerações sobre medicina popular*. Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tipografia “Porto Médico”, 1917, p. 22.

⁵⁷⁸ Cf. os dois exemplos apontados em AMARAL, Francisco Augusto Monteiro do – *O emprego do iodo nascente em terapêutica cirúrgica. (Método de Louge)*. Algumas observações feitas no Hospital de Santo António. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tip. Industrial Portuguesa, 1912, pp. 34 e 42.

⁵⁷⁹ Cf. o Decreto Lei nº 32 171, de 27 de julho de 1942.

talvez o assunto que maior consenso reuniu foi o problema hospitalar. Aquilo que era visto como o atraso hospitalar português foi assunto de discussão parlamentar, sem que com isso se resolvesse o problema de base. A inflação e os défices dos hospitais públicos e privados acumulavam-se um pouco por todo o país, exigindo esforços suplementares aos magros orçamentos ministeriais, reforçados *in extremis* sob a forma de créditos extraordinários. As dificuldades financeiras dos hospitais públicos, como o de Santa Marta em Lisboa e da Misericórdia, ou ainda as débeis dotações feitas ao Hospital de Santo António no Porto, foram assunto de ampla discussão.⁵⁸⁰ Por outro lado, as dificuldades económicas agravadas pelos anos da Grande Guerra não permitiram a canalização dos fundos adequados a uma eficaz assistência hospitalar.

Dada a escassez de recursos alocados ao setor da saúde pública, os episódios epidémicos, do tifo à influenza, passando por outros de menor dimensão, eram combatidos com recurso a fundos de emergência e créditos extraordinários. No caso da epidemia de tifo do Porto em 1917-19 o ministério do Interior foi atribuindo verbas sucessivas que acabariam por contabilizar 52 000 escudos.⁵⁸¹ É verdade que em 1918 a cidade já realizara alguns melhoramentos significativos no sistema de abastecimento de águas e esgotos, que Ricardo Jorge não deixaria de notar, sem que isso significasse que o panorama geral em Lisboa lhe tivesse seguido o exemplo:

“Tem de reconhecer-se que, perante a sua manifesta insalubridade, o Porto não tem ficado de braços cruzados. Dispõe de um abastecimento de águas, e em melhores condições que o da capital. Operou o seu saneamento de esgotos, em via já de completar-se; quando estiver inteiramente realizado será a única cidade da Península dotada de um sistema correto e moderno de drenagem. Instalou balneários de uso popular. Enfim, tanto por iniciativa municipal, como pela filantropia de particulares, edificou bairros operários. O Município de Lisboa, que é capital e dispõe de riquezas, não possui balneários públicos nem bairros operários”⁵⁸²

O setor hospitalar enfermava dos mesmos défices de investimento. Em 1925, quase no final da Iª República, as estruturas hospitalares eram caracterizadas através de uma tipologia que as colocavam “(...) entre o Hospício e o Asilo-hospital com um ou outro organismo dos que caracterizam o verdadeiro hospital Moderno, mas, esses mesmos, vivendo sem auxílio e sem meio e por isso mesmo vegetando dificilmente. A inferioridade dos nossos hospitais

⁵⁸⁰ Cf. o *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão n.º 56 (22 março 1916), p. 9 e seguintes.

⁵⁸¹ Cf. JORGE, Ricardo – *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918, p. 15.

⁵⁸² JORGE, Ricardo – *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918, pp. 18-19.

é manifesta (...). Não é um paradoxo; os nossos hospitais vegetam, porque Parlamento e Governos não sabem perceber o dever social do Estado em face do problema hospitalar, e não morrem, porque no espírito dos componentes das instituições que formam o Estado não se apagou a noção da esmola (...)”⁵⁸³.

Outro exemplo dos défices sanitários prende-se com a contaminação das águas para consumo. Em 1932, Lisboa assistiu a um surto bem localizado de leptospirose associada à água de um aqueduto subterrâneo contaminada por urina de ratos infetados.⁵⁸⁴ Tal como sucedera no século XIX, o investimento público no aparelho sanitário só aumentava a cada nova vaga epidémica ou fenómeno infeccioso com grande expressão na mortalidade: caso da epidemia de tabardilho no Porto entre 1917 e 1919, ou no caso da pandemia gripal de 1918-1919. Nessas alturas, era Ricardo Jorge que no seu papel de Diretor Geral de Saúde assumia o controlo de todas atividades de coordenação sanitária e de apoio governamental. Mobilizava os governos civis, os presidentes de câmara, os delegados de saúde e os facultativos municipais, nem sempre com o sucesso desejado. Fosse pela ausência de verbas, por bloqueios burocráticos, ou pelas dificuldades de articulação entre as diferentes entidades ligadas ao combate das epidemias, esta complexa máquina sanitário/burocrática perdia muita da sua potencial eficácia. Para além disso, o estado de saúde da população portuguesa continuava a ser precário. Ao baixo nível socioeconómico da maioria das famílias associava-se uma cobertura médica e hospitalar deficiente, agravada pelas más condições de sanitárias e falta de hábitos de higiene.

A epidemia de influenza de 1918 mostraria os défices e o longo caminho que faltava percorrer. Perante a pandemia gripal, nesse ano o governo volta-se mais uma vez para Ricardo Jorge, nomeando-o Comissário Geral do Governo, o que lhe conferia poderes extraordinários temporários que conferiam a autonomia necessária à Direção Geral de Saúde para combater a epidemia. A maior parte desse trabalho expressou-se numa tentativa de proporcionar a melhor assistência médico-social possível. As suas palavras mostram as principais medidas e as dificuldades encontradas:

“A principal tarefa imposta pela influenza pneumónica consistiu na extensão da assistência médica e social. Mas esta, apesar de todos os esforços, não podia assentar sob as exigências insaciáveis de um flagelo tão devastador que, para piorar as coisas, escolheu para abater-se sobre o mundo uma época de escassez geral: escassez de alimentos, escassez de medicamentos, escassez de transportes, e até escassez de médicos. O exército teve de restituir à clínica

⁵⁸³ GENTIL, Francisco – “Apontamentos sobre o ensino da patologia cirúrgica na Faculdade de Medicina de Lisboa”. *Arquivo de Patologia*. Vol. 1 Fascículo espécimen (1925), p. 14.

⁵⁸⁴ Cf. JORGE, Ricardo – *Une épidémie ictéro-hémorragique à Lisbonne d’origine hydrique (per os)*. *Nosologie, bactériologie et épidémiologie*. Sep. de Lisboa Médica. Vol. 1. Janeiro de 1932. Lisboa: Imp. Libano da Silva, 1932, p. 1.

uma parte do pessoal do quadro extraordinário de guerra, recorreu-se aos médicos de todas as idades, mesmo aos que já tinham abandonado o serviço ativo da profissão, e mobilizaram-se os estudantes do 5º ano das faculdades de medicina, que tiveram de receber de bom grado o batismo profissional. Requisitaram-se veículos para o serviço médico-sanitário e só tardiamente se pôde obter uma provisão suficiente de gasolina. Distribuíram-se géneros alimentares, pão e açúcar, e forneceu-se quinina, farinha de mostarda, linhaça e outros medicamentos, os mais comuns e necessários. Distribuíram-se apoios monetários aos indigentes e instituíram-se comissões de socorros para recolher donativos e exercer a beneficência.⁵⁸⁵

A pandemia gripal atingiu Portugal em duas vagas de contágio sucessivas. A primeira, entre o início de junho e meados de julho de 1918, muito menos mortífera que a segunda vaga, que decorreu entre meados de agosto e o fim de novembro de 1919. Os primeiros casos identificados em junho de 1918 tiveram lugar em Vila Viçosa, no Alentejo, em trabalhadores agrícolas que regressavam de Espanha. Esta primeira vaga rapidamente alastrou às cidades mais populosas de Lisboa e Porto onde o número de casos subiu exponencialmente, mas sem grande expressão na estatística mortuária. A segunda vaga revelou-se mais mortífera, atingindo em dois meses todo o país, do Alto Douro e Trás-os-Montes ao Algarve, deixando um rasto de morte. Desconhecia-se qualquer profilaxia, imunização ou medicamento eficaz; os isolamentos eram inúteis; a gripe não estava sequer enquadrada em qualquer convenção sanitária internacional. O problema obrigou à constituição de uma comissão governamental com plenos poderes para o combate à epidemia, consubstanciada no decreto nº 4 872, de 7 de outubro de 1918.

O pânico internacional associado ao elevado obituário levou alguns estados a adotar medidas consideradas já obsoletas, reintroduzindo cordões sanitários, quarentenas e passaportes sanitários, mesmo quando estes expedientes eram reconhecidamente inúteis. Contra as indicações dos seus próprios higienistas, o governo espanhol impôs um cordão sanitário que isolava totalmente a fronteira terrestre portuguesa do resto da Europa. Ricardo Jorge criticou esta medida de isolamento. Atribuiu-a à influência da imprensa espanhola pró-germânica eivada de um certo revanchismo pela derrota na Grande Guerra, que com recurso a campanhas de desinformação pretendiam favorecer a adoção de medidas que prejudicavam o tráfego humano e comercial dos países aliados. A crítica de Ricardo Jorge a estes expedientes foi mordaz, não só no relatório que apresentou em 1919 à Comissão sanitária dos Aliados, como na imprensa portuguesa em outubro de 1918.

⁵⁸⁵ JORGE, Ricardo – *La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés, dans sa session de mars 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1919, p. 35. (Tradução nossa).

“Chegou-se a este extremo de manter as fronteiras portuguesas fechadas e de interditar todo e qualquer trânsito através de um cordão sanitário, isolando-nos da Europa pela via terrestre. Não conhecemos na crónica da higiene, mesmo na mais antiga, de um caso semelhante, o de um país isolado por outro por causa de uma epidemia que lavra de forma rampante na sua própria casa e que ele próprio comunicou ao primeiro!”⁵⁸⁶

Um dos seus já conhecidos pseudónimos, o Dr. Mirandela, foi a arma de remesso na imprensa generalista. Nos dias 19, 21 e 23 de outubro de 1918 publicou 3 artigos no *Diário de Notícias* onde se insurgia de viva voz e num estilo contundente contra as medidas isolacionistas do governo espanhol, que encarava não só como anacrónicas mas em clara dissonância com os regimes de controlo sanitário internacionais.⁵⁸⁷ Os problemas encontrados durante o combate a esta epidemia colocam em evidência as dificuldades impostas por um sistema de saúde subfinanciado, incapaz de ultrapassar outros problemas de base da sociedade portuguesa, expressos na *questão social*.

O aparente insucesso de planos tão bem elaborados no papel como o foi a reforma de 1901, deve-se em grande parte à ausência de meios financeiros, e encontra-se plasmado nas estatísticas sanitárias dos anos que se lhes seguiram. Se por um lado a legislação sanitária vigente desde o início do século XX alargou pelo país uma rede de funcionários especialmente encarregada do estudo estatístico e demográfico das doenças, excetuando os dos três centros científicos de Lisboa, Porto e Coimbra, a organização desse estudo apenas excepcionalmente se organizava, e quando se coordenava, não era fácil o seu exame a quem não desempenhava funções sanitárias oficiais. Os funcionários adstritos ao aparelho higio-sanitário eram poucos e assim continuaram por longos anos, problema que complicava a ação da direção geral sempre que era necessário determinar a disseminação de qualquer doença e apurar os factos que se relacionavam com a sua etiologia.

Seguindo os números apontados por Sacuntala de Miranda, apenas entre 1917 e 1919, as epidemias de tifo, varíola e gripe foram responsáveis por cerca de 56 000 óbitos no país.⁵⁸⁸ Mesmo assim, estes números não conferem segurança e serão provavelmente superiores, uma vez que em 1920 cerca de

⁵⁸⁶ JORGE, Ricardo – *La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés, dans sa session de mars 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1919, p. 33. (Tradução nossa).

⁵⁸⁷ Cf. DR. MIRANDELA [JORGE, Ricardo] – “Isolados pela Espanha”. *Diário de Notícias*. Ano 54 (19 outubro 1918), p. 1, idem – “Isolados pela Espanha II”. *Diário de Notícias*. Ano 54 (21 outubro 1918), pp. 1-2 e idem – “A guerra epidémica em Espanha”. *Diário de Notícias*. Ano 54 (23 outubro 1918), p. 2.

⁵⁸⁸ Cf. MIRANDA, Sacuntala – “A base demográfica”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República*. Col. Nova História de Portugal, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 20.

45% dos óbitos não tinham sequer qualquer causa determina, e dos 55% com causa identificada destacavam-se claramente as doenças do foro digestivo (incluindo as diarreias e enterites, sinais claros de insalubridade) seguidas das do foro respiratório, esmagadoramente representadas pela tuberculose.⁵⁸⁹ Para além disso, Portugal continuava a ser um país atreito a múltiplos episódios tíficos.⁵⁹⁰ Os surtos de febre tifoide espalhavam-se um pouco por todo país de forma quase endêmica, recrudescidas esporadicamente em cidades mais populosas e onde a epidemia podia atingir maior mortalidade, como a que ocorreu no Porto em 1917-19. Transmitida pelos piolhos, mais do que outras doenças, o tifo era a consequência direta das deficientes condições higiênico-sanitárias e alimentares existentes no país. No caso do Porto, continuava ali a reinar “(...) a pobreza, a indigência, com todo o seu cortejo de males – má habitação, má vestimenta, má manutenção, má limpeza. (...) Desses cubículos empilhados há-os que são horrorosos antros, quais covas na terra, sem soalho e sem luz, onde jaz gente andrajosa, suja e faminta. A miséria e a imundice resumam por toda a parte.”⁵⁹¹

A par da eterna *questão social*, a assistência pública atravessava um mau momento, claramente subfinanciada, o que agravou a débil vida financeira dos estabelecimentos hospitalares. A ausência de verbas continuou a ser problemática e os serviços da Direção Geral de Saúde continuaram a ressentir-se das debilidades financeiras aquando do cumprimento das suas obrigações. A questão era apontada com alguma frequência, como na intervenção de Tomás de Vilhena em junho de 1923, cujo discurso resume os problemas afetos à falta de meios financeiros, técnicos e até da complexidade dos próprios serviços sanitários.

“Trata-se aqui da questão da Direção Geral de Saúde. Neste país gasta-se muito dinheiro com os titulares da higiene, mas não há as verbas necessárias para garantir ao país os cuidados de higiene precisos. As estatísticas de mortalidade e de doença vão evidenciando cada vez mais quanto é urgente o tratar-se deste problema. Há muitos subdelegados de saúde, mas a sua ação quase nada vale porque eles não têm à sua disposição aquele material e aquilo que precisam para poderem combater epidemias, para poderem desfazer focos de infeção e poderem dar uma utilidade à sua função. Nós a respeito de higiene quase que não temos nada, e mesmo em Lisboa é tudo deficientíssimo.

⁵⁸⁹ Cf. MORAIS, Maria da Graça David – *Causas de Morte no Século XX. Transição e estruturas da mortalidade em Portugal continental*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 174.

⁵⁹⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918, p. 6. Veja-se também idem – *Le typhus exanthématique à Porto (1917-1919). Communication faite au Comité international d'hygiène publique dans sa session d'Octobre 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1920.

⁵⁹¹ JORGE, Ricardo – *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918, pp. 8-9.

Há pouco tempo um proprietário recebeu uma intimação para no prazo de oito dias apresentar uma análise da água dum poço. Foi ao Instituto Municipal de Higiene e ali não tinham os aparelhos necessários. Dirigiu-se ao Instituto Bacteriológico e ali levaram-lhe trinta e dois dias para darem a análise da água. Aqui têm V. Exas. como estão organizados os serviços de higiene entre nós. Em vários distritos grassa a febre tifoide e a escarlatina, e os governadores civis e os subdelegados de saúde não têm meios para combater essas epidemias, e assim nós num país delicioso, com sol esplêndido, temos uma mortalidade enorme e uma média de doenças capaz de aterrar os países organicamente destinados a matar os seus habitantes. Uma questão desta importância não interessa à política, mas interessa à vida da Nação Portuguesa. (...) O estado das finanças portuguesas não permite contudo dotar melhor esses serviços; não é porque não tenhamos pessoal competentíssimo - porque temos à frente desses serviços um dos homens mais sabedores, uma glória nacional mesmo, o Sr. Dr. Ricardo Jorge - é porque os serviços sanitários são duma complexidade extraordinária, é porque há que olhar a muita coisa.”⁵⁹²

A transferência da Direção Geral de Saúde criada em 1911 para o Ministério do Trabalho e Previdência Social em 1918, e posteriormente para o Ministério da Instrução Pública em 1925, parece mostrar um certo desacerto nos propósitos desse organismo. Regularmente, Ricardo Jorge sublinhava os dados da estatística sanitária para apontar as carências nas estruturas de saúde pública. Em 1923, e à laia de balanço, destacava alguns défices estruturais e problemas de saúde endémicos: a tuberculose, a sífilis, a raiva e a varíola:

“Bastará dizer que carecemos de serviços profiláticos contra os flagelos que provocaram por toda a parte o mais intenso movimento combativo – a tuberculose e a sífilis. A raiva açula o dente do cão, como dantes, contra as pernas do transeunte. A vacinação continua a ser imbele contra a eclosão de epidemias de bexigas nas próprias barbas de Lisboa. E como se procede entre nós, não direi contra, mas sobre moléstias venéreas, é de envergonhar; estamos abaixo das cidades do Oriente onde encontrei essa prevenção bem instaurada. Hospitais de isolamento, se gozamos dum modelar no Porto, temos em Lisboa o malogrado Hospital do Rego, uma bela obra sabotada, vá lá o termo, no seu exercício e utilização, além de tudo quanto pode imaginar-se; mas nada há que imaginar perante o velho Hospital de São José, o padrão há um século da cirurgia e da medicina nacionais, hoje reduzida a um descalabro tal que nem nome tem.”⁵⁹³

⁵⁹² *Diário do Senado*. Nº 55 (28 de junho de 1923), pp. 4-5.

⁵⁹³ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, pp. 56-57.

A conjuntura internacional mudara, e essa mudança era emulada pelo discurso ricardiano, que continuava a manter um tom apologético. Após a Primeira Grande Guerra assistia-se a um renascer da importância do setor da saúde. As condições de natureza socioeconómica retomam lugar de destaque enquanto fatores de risco para o *status quo* sanitário das populações. Nesse sentido, o ambiente do pós-guerra mostrou-se política e internacionalmente mais conciliador, feito já num contexto da Sociedade das Nações e da sua Organização de Higiene.

O paradigma higienista sofreu uma mutação lenta mas progressiva, transitando-se do tempo das doenças infecciosas para o tempo das doenças da civilização. O trauma do conflito armado, a turbulência política e a crise económica exigiram cada vez mais das possibilidades da saúde pública. Os governos empenharam-se na política social num grau sem precedentes, estabelecendo novas estruturas e instituições sanitárias, e no seu epicentro a saúde pública emanava vetores de atuação.

No decorrer desse processo ver-se-ia permeabilizar por novos elementos, que não constituindo uma plena novidade, encontram no período entre guerras o solo fértil que as permitiria crescer e prosperar: integrando e excluindo pessoas, comunidades ou raças, definindo fronteiras e forjando identidades, imiscuindo-se no reordenamento político e social da Europa de entre guerras.⁵⁹⁴ A saúde pública e o combate às epidemias globalizam-se e complexificam-se, deixando definitivamente de constituir assuntos exclusivos da administração sanitária interna dos estados.⁵⁹⁵

A redefinição da saúde em contexto internacional aportou novos desafios em prol da melhoria do investimento governamental na saúde pública, sobretudo quando avaliamos o papel destacado de Ricardo Jorge no OIHP e na OH da SDN. O apoio da SDN à promoção da saúde pública nos diferentes estados focou-se na criação de comissões técnicas especializadas em áreas de saúde como a lepra, a febre-amarela, o tifo, a varíola, a tuberculose, a malária ou a saúde infantil, bem como na estruturação de serviços destinados a combater esses problemas. Em 1923, Ricardo Jorge alerta para a necessidade de seguir os rumos traçados pelos desafios lançados nos “conclaves” da sanidade internacional:

“Este desprezo pelo progresso higiénico se nos lesa da raia para dentro, desdoira-nos da raia para fora. Estabeleceu-se com um império progressivo o

⁵⁹⁴ Cf. BOROWY, Iris; GRUNER, Wolf D. (eds.) – *Facing Illness in Troubled Times. Health in Europe in the Interwar Years, 1918-1939*. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, Bruxelles, New York, Oxford, Wien, 2005.

⁵⁹⁵ Cf. MENDELSON, J. Andrew – “From eradication to equilibrium: how epidemics became complex after World War I”. In LAWRENCE, Christopher; WEISZ, George (eds.) – *Greater than the parts: holism in biomedicine 1920–1950*. Oxford: OUP, 1998, pp. 303-31.

internacionalismo sanitário – os povos a começar pelos mais independentes e avançados, estão ensaiando uma solidariedade vital cada vez mais íntima. Cada nação terá de dar estreitas contas às outras dos males que a acometem e dos processos por que os jugula e previne; em matéria de higiene, deixou cada um de ser rei em sua casa, que os vizinhos querem asseada e sã e com telhados de vidro. Órgãos vários desta vinculação existem em atividade - o *Office* internacional de higiene, o *Comité* de higiene da Sociedade das Nações, a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e a Foundation Rockefeller. Portugal sob pena de abdicar de nação civilizada, tem de acudir ao chamamento e dar satisfação do que faz e está para fazer a bem da sanidade do seu povo.”⁵⁹⁶

Apesar disso, a implementação das disposições legais não decorreu com a desejada celeridade. Mesmo poucos anos depois de ter entrado em vigor, parecia ser de difícil implementação. Nitidamente ambiciosa e profundamente moderna no contexto nacional, exigia novas valências formativas e um extenso trabalho de reorganização administrativa. Encarada como demasiado burocrática e incapaz da pretendida agilidade, também não se tinham disponibilizado os meios humanos e financeiros considerados capazes de tornar eficiente todo o articulado legal. As críticas começaram a surgir poucos anos depois da publicação do diploma, mas não se referiam nem à sua modernidade intrínseca nem à validade dos propósitos da reforma. Muito menos se dirigiam à competência do legislador, ele próprio insatisfeito com a implementação das novas disposições. Algo que parece ter sido sempre consensual foi precisamente a alusão constante à proficiência do redator.

O problema era multifatorial, começando no facto da ambição dos objetivos legislativos esbarrarem com a sensibilização e preparação dos estabelecimentos de ensino médico, as resistências dos médicos, passando ainda pelo subfinanciamento e o peso burocrático inerente ao aparelho legislativo.

“Em questão de saúde pública, o poder central pretende apenas que não lhe perturbem o sono nem as digestões! Decretam-se leis e regulamentos, que afirmam, é certo, a competência notável da Inspeção-geral dos serviços sanitários do reino, mas sem ousadia podemos afirmar também que, executados pessimamente como têm sido, não modificaram d’uma maneira sensível as condenadas condições antigas”⁵⁹⁷

“Os clínicos não estavam preparados para receber os novos decretos remodeladores; as escolas, fossilizadas n’um regime obsoleto, teorizante, fútil,

⁵⁹⁶ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, pp. 65-66.

⁵⁹⁷ MAGALHÃES, Alfredo de – “Aspetos sanitários”. *Porto Médico*. Ano 2º. Nº 1 (1905), p. 5.

mais ornamental e decorativo do que utilitário e prático, tinham esquecido o que devem á responsabilidade da sua função, e só muito tarde se dignaram lançar olhos sobre o progresso de lá-de-fora, que em geral entra n'este país com um atraso sabido de cinquenta anos pelo menos. Iniciou o ilustre Inspetor-geral uma tarefa enorme, estupenda. Quis substituir-se às escolas, à educação, aos costumes, e depressa choveram sobre nós as leis, os regulamentos, as circulares; improvisou-se n'um abrir de pálpebras o curso de medicina sanitária anexo aos três institutos de medicina do continente; inventaram-se, criaram-se d'um sopro, mestres de higiene, sacrificaram-se ao ensino d'estes professores que foram forçados a lecionar o que nunca lhes fora ensinado, as comodidades e prerrogativas dos humildes facultativos da província, obrigados por uma lei de efeito retroativo a fazer frequência de *ciência nova*, e depois de tudo isto – e do mais que fica por dizer – julgou-se talvez que estava fundada entre nós com bons fundamentos e boas raízes a Higiene. Pura ilusão! O sr. prof. Ricardo Jorge enganou-se redondamente; e as suas intenções, que sabemos excelentes, resultaram malogradas. (...) Organize e reorganize como quiser os serviços de saúde, não conseguirá realizar com sucesso – e esta prova é elucidativa – um inquérito sobre o estado sanitário, não dizemos já do reino, mas d'um só distrito, a despeito da complexidade burocrática das delegacias e subdelegacias de saúde e da exuberância dos papéis impressos, que na maior parte não se preenchem, ou, com raras exceções, se preenchem muito mal. (...) Que resulta de tudo isto? Que a burocracia apenas se engrandeceu, se dilatou; ela que era já uma centopeia, repugnante e inútil, criou novos membros, tem mais pernas. Assim, no Porto, onde aliás fazem serviço na Delegação de saúde alguns médicos (...) desajudados de todo o auxílio das autoridades administrativas, desprovidos de recursos de toda a espécie, e pessimamente remunerados, é absolutamente incompreensível a direção do serviço das moléstias infecciosas.⁵⁹⁸

Apesar da implantação da República ter trazido a Ricardo Jorge algumas esperanças de ver o setor da saúde melhor financiado, a execução não seguiu a planificação. Na realidade, os investimentos inscritos no orçamento para os serviços de saúde cresceram desde 1911 para entrarem em declínio progressivo logo a partir de 1913, queda esta que se mostrou mais acentuada entre 1917 e 1926. Seria apenas a partir de 1927 se alcançariam os valores imediatamente anteriores a 1910. No entanto, as despesas anuais aumentaram, pelo que na realidade os subsídios e despesas extraordinárias entretanto realizados fizeram aumentar os gastos reais no setor.⁵⁹⁹

⁵⁹⁸ [s.a] – “Varia – Serviços de saúde do Porto”. *Porto Médico*. Ano 3º. Nº 12 (1906), pp. 391-392.

⁵⁹⁹ Cf. FARIA, José Alberto – *Administração Sanitária*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934, pp. 350-354.

Antes mesmo do golpe militar de 28 de maio de 1926 impor o regime ditatorial, era esta a impressão que se colhia sobre os reais progressos sanitários a nível interno. Em julho de 1926, Ribeiro Castanho, o Ministro do Interior resultante do golpe de 28 de maio e novo responsável pelo setor, expôs em poucas palavras uma realidade conhecida, ao afirmar que “A situação que atravessam os estabelecimentos de assistência deixou de ser aflitiva, para se tornar desesperada”.⁶⁰⁰

O movimento militar do 28 de maio de 1926 deu-lhe a oportunidade de adandar a reforma de 1901, com o que pretendia obter uma maior eficiência dos serviços de saúde. O novo regime não só manteve Ricardo Jorge no lugar de Diretor Geral da Saúde como lhe confiou uma nova reforma do setor da saúde pública. Com quase 70 anos, Ricardo Jorge solicitou o apoio de António de Almeida Garrett da Faculdade de Medicina do Porto, que o ajudaria nos novos aspetos orgânicos e funcionais da sanidade oficial. No breve espaço de tempo que medeia entre junho e outubro de 1926 redigiu um projeto de decreto que foi aprovado com o nº 12 477 em outubro de 1926, atualizando a reforma de 1901, e que foi regulamentado em 1927 pelo Decreto nº 13 166. Importa sublinhar um aspeto que pode ter dado tão rápido alento a esta nova reforma: quem preside o Ministério da Instrução após o golpe militar de 28 de maio de 1926 seria o seu filho Artur Ricardo Jorge. Estando a Direção-Geral de Saúde sob a tutela desse ministério, deu-se o acaso do filho ser o superior hierárquico do pai. Se bem que aquele ocuparia a pasta durante um curto período de 20 dias a partir de 19 de junho, podemos apenas supor a mais que provável influência positiva deste laço familiar na galvanização de Ricardo Jorge para o novo desafio reformista, publicado sob a forma de decreto a 12 de outubro.

O decreto nº 12 477 de 12 de outubro de 1926⁶⁰¹ determinava uma nova reforma que assentava em parte nas bases legais inglesa, holandesa e dinamarquesa. No entanto, ainda não deixava de ser nitidamente complementar do regulamento de 1901. Com o novo diploma tentava-se conferir uma maior independência e autonomia às autoridades sanitárias concelhias. Para tal, criam-se as Comissões Municipais de Higiene, articuladas com as autoridades executivas camarárias, suprimindo deste modo as delegações distritais de saúde. Pretendia-se evitar a dispersão das responsabilidades por uma multiplicidade de entidades, tentando concentrar competências e recursos, mas onde a responsabilidade do Estado permanecia restrita. Criavam-se inspeções especializadas e conferiram-se mais poderes aos médicos concelhios, e uma das novidades prende-se com a criação de um quadro de inspetores de saúde a tempo inteiro. Incentivaram-se as câmaras municipais a darem mais atenção à saúde pública, nomeadamente às redes de distribuição de água e esgotos, instituindo as juntas

⁶⁰⁰ Decreto n.º 11 998, de 31 de julho de 1926. *Diário de Governo*. II.ª Série (31 julho 1926), pp. 898-899.

⁶⁰¹ Cf. o Decreto nº 12 477. *Diário do Governo*. I.ª Série. 227 (12 outubro 1926) pp. 1519-1530.

municipais de higiene e lançando a ideia do apoio financeiro do estado às obras de pendor sanitário.

Acentuando a autonomia técnica dos serviços de saúde, o objetivo desta reforma foi no sentido de melhorar o quadro legal, de molde a remediar as desvantagens mais destacadas que enformavam o articulado de 1901, ao qual faltou - como Ricardo Jorge bastas vezes apontou - “o apoio da força e do dinheiro”, ao mesmo tempo que reconhecia o atraso português em matéria sanitária face a outros países.⁶⁰² Note-se que também os ecos dos objetivos da Organização de Higiene da SDN tinham impacto significativo, influenciando a determinação e empenho dos políticos no “fomento progressivo da higiene nacional sem poupar sacrifícios.”⁶⁰³ Nomearam-se novos funcionários, entre os quais 6 inspetores chefes: os de Sanidade Marítima e Internacional (António Homem de Vasconcelos), de Sanidade Terrestre (Almeida Garrett), Epidemias e Profilaxia de Moléstias Infeciosas (José Alberto de Faria), Demografia e Estatística (Gonçalves Marques), Higiene do Trabalho e das Indústrias (Manuel de Vasconcelos) e o de Sanidade Escolar e Educação Física (Pacheco de Miranda).

Outro aspeto relevante prende-se com uma questão menos focada da saúde pública: a institucionalização de um organismo oficial de natureza técnica que tutelasse o exercício profissional dos farmacêuticos em moldes próximos dos que eram defendidos pela *Sociedade Farmacêutica Lusitana*.⁶⁰⁴ As diligências deste organismo junto da Direção Geral de Saúde teriam eco no seu diretor, pelo que na sequência da reforma legislativa de 1926, Ricardo Jorge aproveita o momento para criar, entre outras, a *Inspecção do Exercício Farmacêutico* através da Lei de Saúde e Higiene de 12 de outubro de 1926. As outras inspeções criadas em simultâneo foram: demografia e estatística, sanidade marítima e internacional, sanidade terrestre, epidemia e profilaxia de moléstias infecciosas, higiene do trabalho e das indústrias, sanidade escolar e educação física, e salubridade dos lugares e habitações. Como corolário desta reforma, em 1927 a Direção Geral de Saúde é de novo reintegrada no Ministério do Interior.

Entre 1926 e 1928, enquanto Ricardo Jorge ocupava o lugar de Diretor Geral de Saúde, publicaram-se uma série de decretos, portarias e circulares que completaram o articulado do decreto que remodelou os Serviços de Saúde

⁶⁰² Apesar das dificuldades económicas e da guerra, alguns países investiram na reconstrução dos seus sistemas sanitários, tais como “a Rússia soviética, a Polónia, a Checoslováquia, a Sérvia, a Roménia, onde hoje se encontram magníficas instituições que são para nós outras verdadeiras maravilhas”, in Decreto n.º 12 477, *Diário do Governo*. 1.ª Série. 227 (12 outubro 1926), pp. 1519-1530.

⁶⁰³ “Toda esta situação europeia e mundial, cada vez mais aguda, cria obrigações reais, de execução contínua e rigorosa, obrigações impreteríveis de cumprimento por parte de Portugal, sob pena de nos vermos apontados sanitariamente como menos desejáveis.”, in Decreto n.º 12 477, *Diário do Governo*. 1.ª Série. 227 (12 outubro 1926), pp. 1519-1530.

⁶⁰⁴ Cf. PITA, João Rui – “Filatelia. Ricardo Jorge e a Farmácia”. *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*. 35 (2000), p. 32.

Pública. O extenso quadro legislativo reformulava-se uma vez mais. Assim, o Decreto n.º 13 166 criava cargos de inspetores chefes, dando-se maior exequibilidade às determinações sanitárias, estimulando e prestigiando as autoridades sanitárias, evitando obstáculos e abusos; o decreto n.º 13 620 tratava do regulamento técnico dos serviços de assistência médica e proteção aos emigrantes portugueses; o decreto n.º 13 842 aprovava o novo Regimento de preços de medicamentos. O Decreto n.º 14 181 tratava da obrigatoriedade do registo de cães pelas Câmaras Municipais, para profilaxia da raiva, ao passo que o decreto n.º 14.372 se debruçava sobre as receitas resultantes para o Estado, municipalidades, etc. da aplicação da nova legislação sanitária, que permitiram beneficiar os vencimentos do pessoal sanitário e dar maior desenvolvimento aos serviços de saúde pública. O decreto n.º 14 433 criou o Parque Sanitário em Lisboa, com uma secção no Porto, e aperfeiçoou os serviços de luta anti-epidémica, pondo à sua disposição o material necessário. Por seu turno, a portaria n.º 5 046 dedicava-se ao licenciamento dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos a cargo das Câmaras Municipais, sendo completado pela portaria n.º 5 049 que estabelecia o licenciamento sanitário das casas de espetáculos, lugares de reunião, hotéis, hospedarias, restaurantes, cafés, tabernas, etc. Saíram ainda circulares sobre pormenores da aplicação dos decretos n.ºs 12 477 e 13 166 e mais disposições posteriores (início do aumento do vencimento aos subdelegados de saúde, instalação destes, partidos médicos, organização da estatística sanitária, declaração e combate das moléstias infeciosas, cemitérios, juntas de higiene, salubridade das habitações, estabelecimentos licenciados, polícia sanitária dos cães, relações dos subdelegados com as câmaras e autoridades policiais, fiscalização dos géneros alimentícios, serviços de polícia mortuária, profilaxia da raiva, registo de profissionais da arte de curar, registo dos serviços prestados pelos subdelegados, normas para licenciamento sanitário, remessa de emolumentos cobrados por estes, e estatística sanitária do trabalho industrial. Estímulo de estudos e propostas para melhoramentos da saúde pública pelos municípios, nomeadamente no referente a abastecimento de águas e canalizações de esgotos, bem como à organização local da luta antiepidémica, criando-se casas para isolamento, câmaras de sulfuração e outros meios (circular esta assinada pelo Dr. J. A. Faria, em substituição do Prof. Ricardo Jorge, em 24-IX1927), boa contabilidade das verbas cobradas pelas autoridades sanitárias, luta contra os estupefacientes, estímulo da vacinação antivariólica e antidiftérica, taxas a cobrar em estampilhas fiscais por inspeções sanitárias, entre outras.

Se bem que os orçamentos dos serviços de saúde pública foram sempre escassos, oscilando de acordo com as necessidades dos fenómenos epidémicos, a implementação desta nova teia legislativa viu-se beneficiada com mais fundos, se bem que ainda insuficientes. Comparando os valores gastos durante os anos finais da vigência da monarquia e nos anos após a implementação do regime republicano, verifica-se um decréscimo, posteriormente colmatado a partir de 1927 com verbas suplementares. Desde essa ocasião o orçamento

foi consideravelmente reforçado através de verbas extraordinárias, apesar de continuarem exíguos no cômputo geral do orçamento de Estado. Vejam-se os quadros 1 e 2:

Quadro 1 – Valores dos orçamentos dos serviços de saúde pública (1902 – 1926), agrupados por regimes políticos.⁶⁰⁵

	Valor mínimo	Valor máximo
De 1902 a 1910	132 507\$920 (1903-4)	191 286\$920 (1906-7)
De 1911 a 1926	30 759\$160 (1925-26)	185 705\$840 (1911-12)

Quadro 2 – Valores dos orçamentos e despesas extraordinárias dos serviços de saúde pública (1925 – 1928).⁶⁰⁶

	Orçamento base	Incluindo despesas extraordinárias
1925 - 1926	-	678 117\$53
1926 - 1927	45 937\$93	967 453\$02
1927 - 1928	347 962\$25	8 738 931\$36

As verbas eram insuficientes e por longo tempo assim permaneceram. Acerca dos fracos resultados na melhoria da saúde pública, dizia o próprio Ricardo Jorge num discurso em 1928 perante uma assistência onde estava presente o Presidente da República e alguns ministros:

“Contágios evitáveis e evitados cobram vidas em excesso: a febre tifoide, a acusar a insalubridade; a varíola, a falta de vacinação suficiente. O tifo exantemático reponta a cada passo. Somos o único país da Europa sem guerra organizada contra o sezonismo. Contra o flagelo da tuberculose inaugurou-se mas não se ativou o combate à tuberculose, à qual pagamos o imposto exorbitante. Contra o das moléstias venéreas não há um único serviço de dispensário, montado como hoje o mandam os mais elementares princípios. A mortalidade infantil é enorme, que demanda medidas especiais de proteção aos inocentes. Não insisto no rol!”⁶⁰⁷

Em matéria hospitalar, projetaram-se os novos hospitais universitários, estruturas que enfermaram de um longuíssimo atraso e que só na década de

⁶⁰⁵ Extraído e adaptado de CORREIA, Fernando da Silva – “Subsídios para a história de 25 anos de defesa da Saúde Pública em Portugal (1926-1950)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol.VI. Nº 29 (1951), pp. 13-14.

⁶⁰⁶ Extraído e adaptado de CORREIA, Fernando da Silva – “Subsídios para a história de 25 anos de defesa da Saúde Pública em Portugal (1926-1950)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol.VI. Nº 29 (1951), pp. 13-14.

⁶⁰⁷ JORGE, Ricardo – “Lugares seletos – Discurso proferido na sessão de homenagem aos beneméritos do Hospital de Tomar (1928)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. IV. Nº 17 (1949), pp. 34-35.

50 seriam concretizadas. Outros projetos materializaram-se mais rapidamente, como foi o caso do Instituto Português para o Estudo do Cancro,⁶⁰⁸ que abriu o seu primeiro pavilhão em 1927, ou ainda da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, concluída em 1932. Mas estes foram fenómenos raros no panorama hospitalar. A esmagadora maioria dos hospitais pertenciam às Misericórdias.

Quando Ricardo Jorge é substituído por José Alberto de Faria⁶⁰⁹ em 1928, não deixa de o avisar sobre os problemas financeiros com que se debatera desde sempre, alertando-o para os “(...) percalços do ofício em países como o nosso, onde não falta o mau natural de alguns e os movimentos injustos de opinião para vituperar quem, falho de recursos materiais e morais, moireja na faina ingrata do levantamento da sanidade, para o qual importa assegurar autoridade e meios sem os quais tudo definha, porque o saber e a boa vontade não bastam.”⁶¹⁰

Se desta nova reforma resultaram alguns benefícios, não foram, porém, tantos, que correspondessem à confiança inicial do Governo quando lançou o que designou “por bases de uma restauração sanitária” e à esperança que ainda se acalentava de “a este passo avançado sucedesse a aplicação progressiva da reforma sem tergiversações nem empecilhos, como importava à execução da que foi chamada a lei suprema dos povos”⁶¹¹, tal como se escrevia no preâmbulo. Por outro lado, a experiência veio a demonstrar que a Direção Geral de Saúde não podia acompanhar, vigiar, orientar e fiscalizar os serviços de 273 subdelegações de saúde, tantos quantos os concelhos onde funcionavam. Por outro lado, os subdelegados de saúde relegaram para segundo plano a ação sanitária, limitando a sua atividade ao preenchimento dos mapas que, com esse fim, lhes eram remetidos pela Direção Geral. Como reconheceria 20 anos mais tarde o Subsecretário da Assistência num discurso que faz aos Delegados de Saúde distritais, “a

⁶⁰⁸ Para uma visão alargada sobre o problema oncológico veja-se COSTA, Rui Manuel Pinto – *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839 - 1974)*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.

⁶⁰⁹ José Alberto de Faria. Médico diplomado em 1911 pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, foi clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa (1913) e subdelegado de saúde de Lisboa em 1914. Em 1926 foi nomeado inspetor-chefe de epidemias e profilaxia de moléstias infecciosas. Sucedeu a Ricardo Jorge em 1928 no lugar de diretor-geral de saúde. Era um epidemiologista reputado, com experiência adquirida no combate a várias epidemias (peste bubónica, gripe, tifo exantemático), sobretudo em contexto rural. Cf. “Faria (José Alberto de)”. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 10. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s.d], pp. 918-919.

⁶¹⁰ JORGE, Ricardo – “Lugares seletos – Algumas páginas de Ricardo Jorge – Duas cartas ao Dr José Alberto de Faria – Política sanitária”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol.VI. Nº 29 (1951), p.76

⁶¹¹ Cf. o preâmbulo do Decreto n.º 12 477, *Diário do Governo*. 1.ª Série. 227 (12 outubro 1926), pp. 1519-1530.

reforma de 1926 engendrou burocratas e, de um modo geral, maus burocratas, quando eram necessários sanitaristas.”⁶¹²

Em 1936, Almerindo Lessa deixava transparecer o investimento limitado que o poder político ainda realizava nesta matéria, em clara deriva com o articulado legal: “O Estado tem em organização a sua utensilagem servida já por um pessoal quase-mínimo que soma no Continente 334 delegados de saúde, 692 médicos municipais, 78 médicos escolares, 90 fiscais do trabalho e 200 enfermeiras visitadoras. (...) O pessoal é pouco, bastante inferior mesmo aos mínimos admitidos em Higiene rural (1 médico por 1.500 a 2.000 pessoas e 1 enfermeira visitadora por 6.000 a 8.000 habitantes.”⁶¹³

Se pretendermos resumir a atividade reformadora de Ricardo Jorge no âmbito legislativo, verificamos que os articulados legais de 1901 e 1926 demonstram acima de tudo um desejo normalizador assente em princípios higienistas modernos e de eficácia comprovada noutras latitudes europeias. O intuito coordenador que presidiu às reformas colocava a tónica discursiva na estreita colaboração entre a administração central dos serviços de saúde e as autoridades locais, ou seja, entre a administração civil e a administração sanitária. Muito mais do que um mero agente político com ambições governativas, Ricardo Jorge demonstrava preocupações de ordem socio-higiénica, que se imbricavam diretamente com o discurso reformista republicano, mas sem que isso implicasse uma militância ostensiva. Pelo contrário, parece que o perfil aparentemente apolítico que manteve desde 1900 lhe permitiu permanecer discretamente no limbo dos intelectuais simpatizantes dos ideais republicanos.

Irene Vaquinhas e Rui Cascão inserem Ricardo Jorge num grupo que fazia parte dos “exemplos representativos da burguesia intelectual”⁶¹⁴ que optou por se empenhar politicamente. No entanto, este empenho político deve ser entendido como uma tentativa de concretizar um modelo de reforma sanitária que até essa altura não fora suficientemente financiado para se mostrar plenamente eficaz nos objetivos a que se propôs. Mais do que isso, o enquadramento científico e o passado político de Ricardo Jorge justificam em larga medida a proximidade que teve a alguns personagens do universo republicano como Miguel Bombarda, Bernardino Machado, António José de Almeida ou o próprio Afonso Costa. Não foi necessário grande empenho pessoal, uma vez que acedeu imediatamente ao convite das altas esferas do novo regime. O ideal republicano, na sua abordagem reformista face à questão social e ao ensino,

⁶¹² NEGREIROS, Trigo de – Podemos encarar com confiança e otimismo o futuro da Saúde Pública em Portugal. *Boletim da Assistência Social*. Ano 6º. Nº 62 a 64 (abril a junho 1948), p. 5.

⁶¹³ LESSA, Almerindo – *Livro de Higiene*. Lisboa: Nunes de Carvalho Editor, 1936, p. 35.

⁶¹⁴ VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui – “Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 445.

imbricava-se com as preocupações de higiene social das quais Ricardo Jorge se havia tornado o mais destacado paladino.

Mas as reformas legislativas saídas da sua pena normalizadora e modernista não se podem alhear das conjunturas socioeconómicas e das prioridades governamentais. Se por um lado o higienismo se definiu e consolidou como disciplina médico-social necessária à redefinição da intervenção do poder do Estado na saúde coletiva das populações, o financiamento da saúde pública na agenda governamental oscilou de acordo com o irregular impacto dos surtos epidémicos. A questão financeira foi um dos maiores problemas que o regime republicano teve de enfrentar. Se já na última década do regime monárquico a situação do equilíbrio orçamental era causa de grandes discussões, desde 1910 a dívida pública e a desvalorização da moeda tiveram um profundo impacto nos orçamentos ministeriais. Aos crónicos desequilíbrios orçamentais, agravados pelas despesas com o esforço de guerra, acrescia o aumento da dívida externa e acentuava-se a desvalorização da moeda. Esta desvalorização acentua-se desmesuradamente a partir de 1920.⁶¹⁵ O papel da redefinição do papel do Estado português na esfera da saúde pública foi influenciado por fatores internos, desde logo as disponibilidades orçamentais e os discursos de Ricardo Jorge em prol da promoção, centralização e operacionalização estatal dos serviços de saúde coletiva; mas também por fatores externos, com particular realce para o papel dos organismos reguladores da sanidade internacional no período entre guerras. Apesar de ser o representante português no Comité de Higiene da SDN, de que chegou a ocupar um dos dois lugares da vice-presidência em 1929, não conseguiu fazer valer o seu discurso em prol de um investimento adequado no setor. Mesmo assim, é certo que nos anos 20 e 30 imperava claramente a matriz higienista de pendor ricardiano, numa época em que o caráter essencial da medicina social era a tendência para antepor a profilaxia à terapêutica e a prevenção à cura. No campo da então chamada “medicina social”, vivia-se na era do higienismo, apesar dos défices orçamentais coartarem a atividade da Direção Geral da Saúde.

Paradoxalmente, sendo um dos técnicos mais ativos e respeitados da sanidade internacional, não conseguia convencer o governo a dedicar os fundos considerados necessários à total operacionalização da estrutura sanitária. Transferindo-se sem dificuldade entre regimes e quadros políticos bem distintos, parece certo que apesar do prestígio e influência junto dos diferentes atores políticos, tanto antes como depois de 1926, Ricardo Jorge não conseguiu executar as reformas até ao limite das suas convicções e possibilidades, em larga medida porque o processo de decisão política o ultrapassava totalmente.

⁶¹⁵ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda – “As finanças públicas”. In MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República*. Coleção Nova História de Portugal, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 240-280.

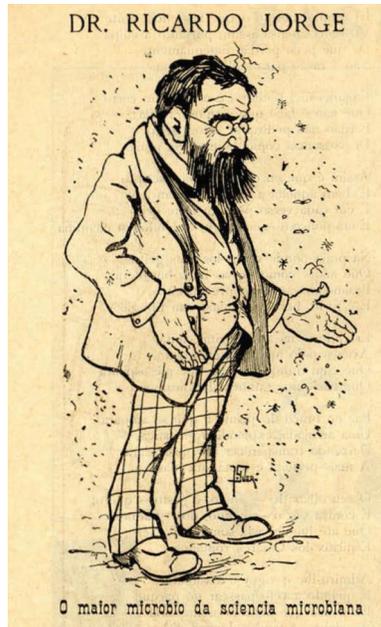


Figura 5 – *Dr. Ricardo Jorge. O maior micróbio da ciência microblana.* Como se pode depreender desta caricatura de 1911, a imagem pública de Ricardo Jorge era inseparável do seu papel enquanto cultor do higienismo. Fonte: *A Sátira. Revista humorística e de caricaturas.* Ano 1. Nº 3 (1 de maio de 1911), p. 42.

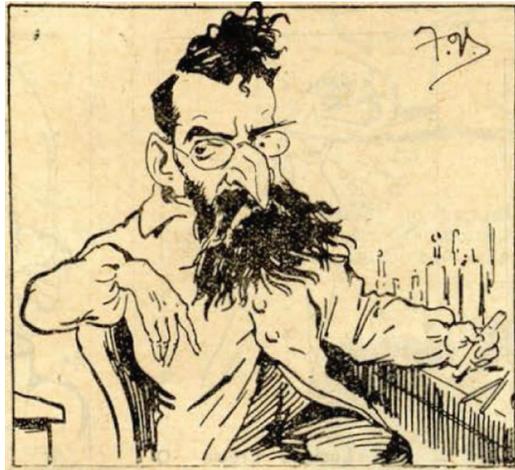


Figura 6 – *Veloso Salgado. O Sr. Dr. Ricardo Jorge analisando os bacilos da peste... do seu retrato.* *Assunto para duas colunas...d'Hércules no MUNDO.* Trata-se da caricatura satírica da pintura que Veloso Salgado fez em 1901 retratando Ricardo Jorge no seu laboratório em Porto. Fonte: *A Sátira. Revista humorística e de caricaturas.* Ano 1. Nº 4 (1 de junho de 1911), p. 19.



Figura 7 – Caricatura de Ricardo Jorge. (s.d). Pelas referências dos versos, esta caricatura que faz parte de um livro de recortes com figuras relevantes da República terá sido feita depois de 1923, após a publicação do *Canhenho dum Vagamundo* (1923). Fonte: (s.d.) – “Caricaturas de figuras da República”, CasaComum.org, Disponível em HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_109302 (2015-3-5).

4.2 – A fundação do Instituto Central de Higiene

“Um serviço central de saúde não pode rastejar por uma simples estância burocrática. Tem de ser a sede de uma plêiade de funcionários especializados e treinados. Tem de animá-lo o espírito da renovação científica e técnica, para a qual contribui a seu turno com os resultados da sua experiência e investigação; é um centro de ação e de produção de ciência aplicada.”⁶¹⁶

Quando Ricardo Jorge propôs em 1899 a fundação de um Instituto de Higiene em Lisboa, já existiam pelo menos 9 estabelecimentos com essa

⁶¹⁶ JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugalíia, 1923, pp. 70-71.

designação dispersos um pouco por toda a Europa, fundados entre 1866 e 1890.⁶¹⁷ Mas se cada um desses estabelecimentos privilegiava determinadas áreas como a bacteriologia, a vacinação, a salubridade ou apenas a preparação e produção de soros e vacinas, o programa expresso na orgânica primitiva do novo Instituto revela objetivos que ultrapassam esses campos restritos de atuação.

Criado pela legislação de 28 de dezembro de 1899 e institucionalizado pelo regulamento de 1901, o Instituto Central de Higiene era uma instituição com propósitos de ensino especializado, divulgação dos progressos da higiene e promoção de análises ligadas à fiscalização de bens alimentares. Assentando nos modelos britânico e alemão, este organismo alicerçava-se num conjunto específico de objetivos claramente voltados para a formação de técnicos especializados em saúde pública. Tal como se pode ler na orgânica primitiva, o principal objetivo seria o de ministrar ensino médico especializado “(...) destinado a médicos e a engenheiros, indispensável para se poder ser subdelegado de saúde e condição de preferência para ser médico municipal.” Disporia, igualmente, de um “Laboratório para pesquisas físicas, químicas e microscópicas, principalmente no campo da bromatologia e da bacteriologia.” Seria, ao mesmo tempo, uma *Escola de Higiene e Saúde Pública*, um campo de investigação científica e um centro de vigilância laboratorial das causas fundamentais de insalubridade, – exigida pela fiscalização sanitária – nomeadamente as de origem alimentar e epidémica. De acordo com o edital de 23 de fevereiro de 1903, assinado por Ricardo Jorge, o corpo docente dos dois cursos (medicina sanitária e engenharia sanitária) que funcionaram em 1903 era maioritariamente constituído por médicos: Ricardo Jorge, João Henrique Schindler, José Joaquim da Silva Amado, Carlos França, José Morais Sarmento, Sabino Coelho, José Eduardo Fragoso Tavares, José Vitorino de Freitas e Miguel Bombarda; dois engenheiros: o Conde de S. Lourenço e Bernardino António Barros Gomes; um químico: João Maria Holtreman do Rego, um veterinário: Miguel Augusto Reis Martins, e o diretor do posto de desinfecção de Lisboa: Guilherme José Enes. No ano seguinte, uma portaria de 3 de março de 1904 declarava ser obrigatória a apresentação do diploma dos cursos do ICH para provimento dos lugares que vagassem no quadro dos funcionários de saúde, devendo observar-se preferência, no provimento dos lugares de facultativos municipais, dos médicos que tivessem o curso de medicina sanitária.

Para além de servir como instrumento institucional para promover a ainda diminuta profissionalização dos médicos em saúde pública, permitiu ir alargando o número dos habilitados com essa formação. No entanto, a obrigatoriedade desta especialização no caso daqueles que se destinavam a preencher o quadro de saúde, bem como a centralização dos exames do curso em Lisboa levou a atritos e protestos. O ICH acabaria por se ver desde cedo amputado de um dos

⁶¹⁷ 1866 – Munique; 1874 – Budapeste; 1875 – Viena; 1879 – Munique; 1883 – Göttingen; 1883 – Roma; 1885 – Berlim; 1885 – Paris; 1890 – Moscovo.

seus objetivos principais: a formação médica sanitária. Acusada de centralista, a proposta para a instituição do curso de medicina sanitária exclusivamente em Lisboa debateu-se com a firme oposição da Faculdade de Medicina de Coimbra e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

As emendas votadas na câmara dos deputados em 1900 ao projeto de lei de Ricardo Jorge, significaram que os cursos de medicina sanitária se repararam pelos estabelecimentos de ensino médico, permitindo desde o decreto de 13 de dezembro de 1904 a frequência dos alunos do 5º ano, o que acabaria por comprometer a eficácia e o prestígio dos cursos de medicina sanitária.⁶¹⁸ Mesmo assim, a polêmica não acabaria aí, prolongando-se nos anos seguintes e minando a credibilidade da formação. Em junho de 1904 os médicos que frequentavam o curso no Porto reuniram-se para tratar da pretensão de realizar o exame nessa cidade. Na mesma altura, deslocou-se a Lisboa uma comissão de médicos de Coimbra para tentar o mesmo junto do governo.⁶¹⁹ Sem sucesso nas suas pretensões, os 41 examinandos inscritos submeteram-se à prova que decorreu no ICH.⁶²⁰ No entanto, as maiores pressões vieram por parte dos médicos já formados na vigência da anterior legislação do ensino médico-legal, que se viam obrigados a renovar o curso segundo as premissas do ICH se pretendessem candidatar-se aos desejados lugares de delegados, subdelegados de saúde ou médicos municipais:

“Os médicos formados com os cursos de medicina legal e higiene da penúltima reforma d’este ensino, satisfizeram ao programa que o Estado lhes impôs e têm toda essa larga folha de serviços médico-legais e de saúde pública que o estado tem necessitado e exigido até agora d’eles. De acordo com as prerrogativas que as leis lhes conferiam podiam ser nomeados independentemente de mais habilitações para os lugares de delegado e subdelegado de saúde e facultativos municipais. Obrigá-los a novos sacrifícios, cursando novas cadeiras, a fim de serem nomeados para aqueles lugares, é uma violência que atenta contra os direitos que até agora fruïam.”⁶²¹

Se nos abstrairmos destas polémicas, algo relativamente usual sempre que surgem mudanças desestabilizadoras do *status quo* de grupos profissionais, há outros aspetos que não se podem menosprezar. A criação deste novo estabelecimento insere-se num contexto de valorização de uma medicina legitimada pela validade do higienismo e da comprovação laboratorial. Como José Pedro

⁶¹⁸ Cf. CORREIA, Fernando da Silva – “A lição da História (Evolução geral do Instituto de Higiene)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 1 (1946), p. 43.

⁶¹⁹ Cf. “Curso de medicina sanitária”. *Porto Médico*. Ano 1º. Nº 4 (julho 1904), p. 172.

⁶²⁰ Cf. “Exames de medicina sanitária”. *Porto Médico*. Ano 1º. Nº 6 (setembro 1904), p. 172.

⁶²¹ “Apoiado!” *Porto Médico*. Ano 3º. Nº 11 (novembro de 1906), pp. 363-364.

Sousa Dias sumariou, “Entre 1890 e 1950, em Lisboa, assistimos à consolidação de uma comunidade de investigadores nas ciências biomédicas. Durante este período puseram-se de pé as estruturas sociais próprias de uma comunidade científica: introduziram-se novas ciências biomédicas, formaram-se investigadores, criaram-se laboratórios, institutos, revistas e sociedades científicas e reformou-se o ensino médico.”⁶²² Para além desta visão globalizante, julgamos que o rápido estabelecimento do Instituto Central de Higiene se justifica não só pelo facto da oportunidade criada pela disponibilidade de Ricardo Jorge em Lisboa, mas também pela planificação já iniciada anos antes em torno da criação de um estabelecimento dedicado à coordenação dos problemas abrangidos sob o manto semântico da saúde coletiva. Se atentarmos às palavras de Miguel Bombarda escritas em 1900 acerca da proposta de um Instituto Central de Higiene, está bem patente a ausência de médicos higienistas qualificados, numa área que “é hoje miséria mesma, quer como ensino, quer como aplicação”.⁶²³ O próprio contexto em torno da renovação científica da medicina era de algum modo favorável ao investimento público – ainda limitado – por parte dos poderes públicos, plenamente conscientes da necessidade de dotar o país de estruturas capazes de responder às necessidades impostas pela aplicação da bacteriologia e do higienismo ao progresso da saúde pública. No entanto, a disponibilidade de Ricardo Jorge para abraçar este projeto que ele tão denodadamente defendia, fez dele o personagem perfeito para dar corpo a um estabelecimento considerado fundamental na política sanitária e na implantação de medidas de higiene. O novo ICH nascia um ano antes da construção do novo edifício do Instituto Bacteriológico de Lisboa, a funcionar desde 1892, que foi ampliado e reconstruído em 1900.⁶²⁴

O ICH foi regulamentado em 1901, ficando a competir-lhe uma série de obrigações:

- 1 – Ministar a instrução especial e técnica e conferir o tirocínio profissional prático, necessário como habilitação de admissão aos lugares de médicos e engenheiros do corpo de saúde pública.
- 2 – Promover os trabalhos de saúde prática e a introdução dos melhoramentos de aplicação sanitária.

⁶²² DIAS, José Pedro Sousa Dias – “Da Cólera à Raiva. O materialismo e a introdução da investigação biomédica em Lisboa”. In CORREIA, C. P.; DIAS, J. P. S. – *Assim na Terra como no Céu. Ciência, Religião e estruturação do Pensamento ocidental*. Lisboa: Relógio d’Água, 2003, pp. 435-449.

⁶²³ BOMBARDA, Miguel – “Instituto Central de Higiene”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 18. Nº 7 (1900), p. 53.

⁶²⁴ Acerca do Instituto Bacteriológico de Lisboa, posteriormente designado Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, veja-se DIAS, José Pedro Sousa – “O Instituto Bacteriológico: espaço, instrumentos e memória da medicina laboratorial”. In LOURENÇO, Marta C.; NETO, Maria João – *Património da Universidade de Lisboa. Ciência e Arte*. Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 138-154.

- 3 – Vulgarizar as conquistas da higiene e propagar a adoção dos seus processos e doutrinas, por meio de conferências de divulgação e da exposição permanente de espécimes, modelos instrumental, gráficos e figuras, sobre tudo quanto possa interessar à higiene pública
- 4 – Proceder às investigações e análises laboratoriais, exigidas pelas inspeções sanitárias, especialmente de géneros alimentícios.

Os cursos de medicina sanitária e de engenharia sanitária começaram a funcionar em 1903, mas o de engenharia sanitária não se manteve por falta de alunos, em consequência direta da inexistência de lugares suficientes de engenheiros sanitários nos serviços de saúde, o mesmo acontecendo relativamente às câmaras municipais. O ICH foi dotado de um pequeno laboratório (o antigo laboratório de Higiene de Lisboa) com as seguintes atribuições:

- Análise dos géneros alimentícios de toda a ordem.
- Análise de quaisquer substâncias e objetos cujo uso possa ser nocivo à saúde.
- Trabalhos práticos de microscopia e química para a investigação higiénica e para os cursos de tirocínio sanitário.

Nessa altura ainda não dispunha de laboratório de bacteriologia sanitária - que só veio a ser criado em 1912 – apesar do desenvolvimento que a bacteriologia tinha já atingido, pelo que continuou a utilizar o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana que existia desde 1892. O ICH esteve inicialmente na dependência do Ministério do Reino, substituído em 1910 pelo Ministério do Interior. A partir de 1911 o curso ficou inteiramente na alçada direta das 3 Faculdades, que passaram a organizar os cursos de higiene pública em substituição do antigo curso de medicina sanitária. O número relativamente regular de diplomados permite aquilatar da popularidade do curso, essencial aos que pretendessem candidatar-se ao provimento dos lugares do corpo de saúde pública.

Quadro 3 – Número de médicos diplomados pelo ICH com o *Curso de medicina sanitária* entre 1903 e 1929, até à jubilação de Ricardo Jorge. Assim designado até 1914, daí em diante passou a designar-se *Curso especial de higiene Publica*. A partir de outubro de 1926 retoma a designação original de 1903. Fonte: extraído a partir de “Alguns apontamentos para a História do Instituto Central de Higiene. Relação dos diplomados com o curso de medicina sanitária (Médicos e engenheiros)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Fasc. 4 (1946), pp. 305-312.

Anos	Médicos	Médicas	Total
1903-1911	210	1	211
1912-1913	40	0	40
1914-1926	154	0	154
1927-1929	129	3	132
Total	533	4	537

No entanto, os problemas de financiamento do setor da saúde permaneceram. No contexto pós-revolucionário, o Instituto Central de Higiene não teve vida fácil. Em 1912, o senador e médico José de Pádua contestou as verbas que lhe foram atribuídas, julgando que este estabelecimento reproduzia as funções do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.⁶²⁵ De 1913 a 1926 passou para a alçada do Ministério da Instrução e depois novamente para o do Interior.

Por outro lado, tal como já sublinhámos, o ICH também não esteve imune à crítica, feita sobretudo à figura do seu diretor. Ricardo Jorge não escapou a alguns atritos e contrariedades após a fundação. O novo estabelecimento, tal como a reforma sanitária na sua generalidade, foram criadas praticamente de raiz, algo inédito no contexto da saúde pública portuguesa. O ICH em particular, não teve uma génese fácil nem uma aceitação pacífica, bastando para isso atentar às palavras de Miguel Bombarda:

“Na imprensa diária perdeu-se todo o pudor que devia fazer acatar uma obra que, fielmente cumprida, seria a regeneração sanitária do país... Por toda a parte ódios longamente represados fazem explosão de cólera contra um homem, que terá todos os defeitos que queiram, mas que não é, ele só, uma organização e um serviço público... Realiza-se uma grande reforma sanitária, funda-se um Instituto de Higiene que é o seu núcleo, e de todos os lados partem em guerra contra a nova organização, por todos os modos e com todas as armas lhe atravancam o caminho, tolhem-lhe os movimentos, impedem-lhe o trabalho sereno, e tentam sufoca-la ainda em embrião. (...) Não são coisas no ar que ficam aí escritas. Tudo isso está documentado com artigos de jornais que temos presentes e que são um triste sudário do que poderá ser os móveis de ação num povo atrasado... Agora atacam as bases mesmas da reforma, e o Instituto de Higiene tornou-se alvo da fúria jornalística... (...)”⁶²⁶

Apesar do organismo desempenhar uma série de funções consideradas basilares à orgânica sanitária, o pendor centralista de que se revestiu chocou com o interesse descentralizador da formação médica e com a obrigatoriedade da frequência dos seus cursos para o provimento dos almejados lugares na estrutura sanitária na dependência dos municípios.

Por outro lado, a recolha e análise dos dados relativos à estatística sanitária não se operacionalizaram totalmente senão após 1911. Em 1913 começaram a publicar-se os *Arquivos do Instituto Central de Higiene* (1912-1938), que

⁶²⁵ Cf. o *Diário do Senado*. (28 junho 1912), pp. 84-85.

⁶²⁶ Palavras de Miguel Bombarda escritas a Ricardo Jorge em 1905. JORGE, Ricardo – *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911, pp. 21-22.

sucediam ao *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino* (dedicado à legislação sanitária) e os *Anais de Saúde Pública do Reino*, que compreendiam as secções de Legislação, Higiene e Demografia. Em 1914 principiou a edição da série estatística *Movimento Fisiológico da População* (1914-1925).⁶²⁷ Os *Arquivos do ICH* repartiram-se inicialmente em duas secções: legislação e higiene, a que se juntaria em 1916 a secção de Demografia e Estatística. Inicialmente dedicada à publicação de diplomas legislativos, Ricardo Jorge acrescentou a publicação dos seus trabalhos de higiene (e os dos seus colaboradores), bem como trabalhos estatísticos relativos à demografia portuguesa.

No entanto, o ICH tornou-se no garante da formação de técnicos altamente especializados em saúde pública, fazendo perdurar no futuro as linhas estruturantes que Ricardo Jorge legara. Foi neste contexto institucional que foi possível criar em seu redor um conjunto de higienistas que dariam seguimento ao seu trabalho: José Alberto de Faria, que acabaria por o suceder, como diretor geral de saúde, ou outros nomes como os de Arruda Furtado e Manuel de Vasconcelos. A existência de uma relevante rede de relações do ponto de vista da sintonia científica é particularmente importante na hora de determinar a natureza da própria rede. Daí que o estímulo conferido a alguns dos colaboradores mais diretos nos permita falar na existência de uma escola científica, onde sobressaem os nomes de Gonçalves Marques, Gonçalves Braga, Homem de Vasconcelos, Almeida Garrett e outros.

Desde 1929 que os principais adjuntos de Ricardo Jorge, Gonçalves Marques e Almeida Garrett, ambos inspetores chefes, orientavam o Conselho Superior de Higiene, assistiam às reuniões internacionais do OIHP e do Comité de Higiene da Sociedade das Nações, dando ao mesmo tempo aulas no Instituto de Higiene, orientando-o e dirigindo-o.

4.3 – No mundo da saúde internacional: o *Office International d'Hygiène Publique*

No seguimento das Conferências Sanitárias Internacionais do século XIX, a partir de 1912 Ricardo Jorge passa a representar Portugal no novo organismo internacional dedicado ao acompanhamento dos problemas sanitários e a sua epidemiologia, o *Office Internationale d'Hygiène Publique* (OIHP). Nessa casa internacional, dedicou-se a trabalhos epidemiológicos, em consonância com os objetivos das convenções sanitárias, realizando um

⁶²⁷ O primeiro número da revista anunciava o programa editorial: “Pela reforma de 26 de maio de 1911, ficou o Instituto Central de Higiene obrigado à publicação dum boletim onde se coligisse a legislação sanitária, os trabalhos do Instituto e notícias para a divulgação da higiene”. Cf. o Decreto-Lei de 26/5/1911, art.º 18º, nº 13º. Seguiu-se um segundo regulamento interno em 1912. Cf. o Decreto de 16 de março de 1912, art.º 11º .

extenso trabalho epidemiológico.⁶²⁸ Paralelamente, continuou no Instituto Central de Higiene, onde era diretor. Na verdade, o ICH tornou-se na plataforma onde procedeu ao desenvolvimento de muitos dos relatórios que apresentava no *Office*.

A criação do *Office International d'Hygiène Publique* estava ligado à anterior obra das Conferências Sanitárias Internacionais que decorreram ao longo do século XIX, e cujo objetivo era o de regulamentar a profilaxia internacional das grandes doenças epidémicas, que se regia por medidas tomadas nas fronteiras marítimas e terrestres.⁶²⁹ No entanto, este organismo internacional é o resultado dos efeitos algo limitados obtidos nessas conferências. Apesar de assentarem na ideia que a saúde dos povos devia ser tratada internacionalmente pelos governos, não se mostraram particularmente eficazes na regulamentação da sanidade internacional. Em número de 14, decorreram entre 1851 e 1938, tendo como objetivo regulamentar a profilaxia internacional das grandes doenças epidémicas.⁶³⁰ As primeiras seis foram dominadas praticamente pelos problemas do contágio e difusão da cólera, revelando-se infrutíferas no que tocava às medidas a adotar, fruto da falta de entendimento entre os países. Seguiram-se mais quatro antes do final do século, estabelecendo-se as primeiras regras de quarentena internacional na Conferência de Veneza (1892). Nas últimas cinco foram estabelecidas convenções internacionais impondo a aplicação de medidas comuns pelos signatários. Apesar das boas intenções, as medidas tomadas permaneceram largamente defensivas e limitadas no seu espectro.

A Conferência de 1903 que teve lugar em Paris, recomendou a criação de um organismo internacional voltado para o acompanhamento dos problemas sanitários e a sua epidemiologia, que veio a chamar-se *Office International d'Hygiène Publique*. Na Conferência de Roma de dezembro de 1907 os representantes de 13 países, incluindo Portugal, assinaram o texto fundador do OIHP, com sede em Paris. No entanto, a adesão de Portugal só se tornaria definitiva em 1911. Tendo começado a funcionar em Paris, foi a primeira organização sanitária internacional, não regional. Em 1933 contava já com 51 membros, fruto de sucessivas adesões. O objetivo principal era o de recolher e divulgar as informações, factos e documentos provenientes do mundo

⁶²⁸ Alguns dos vários trabalhos elaborados por Ricardo Jorge para o “Office” encontram-se referenciados em SOCIÉTÉ DES NATIONS – *Bulletin de L'Organisation d'Hygiène. Bibliographie des travaux techniques de L'Organisation d'Hygiène de la Société des Nations, 1920-1931*. Vol. XI. Genève: 1945, pp. 69, 107, 141, 150 e 205.

⁶²⁹ Cf. OFFICE INTERNACIONAL D'HIGIÈNE PUBLIQUE – *Vingt-cinq ans d'activité de L'Office International D'Hygiène Publique. 1909-1933*. Paris: OIHP, 1933, p. 1.

⁶³⁰ Paris (1851 e 1859), Constantinopla (1868), Viena (1874), Washington (1881), Roma (1885), Veneza (1892), Dresden (1893), Paris (1894), Veneza (1897), Paris (1903), Paris (1911-12, 1926 e 1938).

inteiro que pudessem interessar à saúde pública junto dos Estados participantes, especialmente no que concerne às doenças infecciosas dominantes e o seu combate (cólera, peste, febre amarela, as febres tifoide e paratifoides, as doenças venéreas, varíola, brucelose tuberculose, lepra e outras). Não se ocupou somente da luta contra as causas das epidemias, mas também com a poluição e purificação da água de consumo e outros problemas de higiene pública. O comité permanente, composto por delegados de todos os países reunia 2 vezes por ano em sessões com a duração aproximada de 10 dias, geralmente em abril ou maio, e em outubro. As reuniões comportavam as sessões plenárias e as sessões das diversas comissões constituídas para examinar profundamente as questões mais importantes e sobre as quais era necessário apresentar estudos, relatórios ou propostas de resolução aos diferentes governos. Entre abril de 1914 e junho de 1919 o comité permanente não reuniu.⁶³¹

Apesar de não ser um centro de descobertas, foi um centro de análise dos problemas existentes, funcionando como um vasto observatório mundial, registando os fluxos da varíola, da cólera, da febre-amarela, estabelecendo relações permanentes com os postos sanitários e os gabinetes de quarentena, particularmente vigilantes por ocasião dos grandes movimentos migratórios ligados às peregrinações, como a de Meca, e os fluxos de emigração para os Estados Unidos. Vigiava também a evolução do paludismo, tanto nas zonas tropicais como na Europa, fornecendo conselhos para a desratização dos navios e quanto à maneira de fabricar e de conservar as vacinas. Registava ainda os progressos verificados na luta contra as grandes epidemias microbianas e parasitárias da África ou do Extremo-Oriente.⁶³²

Sedimentados os conhecimentos progressivamente adquiridos sobre as doenças infecciosas dominantes, a Conferência de Paris (1911-12) elaborou nova convenção sanitária, conhecida como a Convenção Sanitária Internacional de 1912, e na Conferência seguinte, em 1926 estudaram-se as modificações a introduzir, provenientes das comissões internacionais e da nova Organização de Higiene, instituição entretanto criado pela SDN. O artigo 23 da Carta da Organização de Higiene estipulava que os Estados membros da SDN se esforçariam por tomar as medidas de cariz internacional para prevenir e combater as doenças, sobretudo as de natureza infetocontagiosa.⁶³³

⁶³¹ Sobre a criação, estatutos e atividade do OIHP, veja-se : OFFICE INTERNACIONAL D'HIGIÈNE PUBLIQUE – *Vingt-cinq ans d'activité de L'Office International D'Hygiène Publique.1909-1933*. Paris: OIHP, 1933, pp. 1-8.

⁶³² OIHP – *Vingt-cinq ans d'activité. L'office international d'hygiène publique. 1909-1933*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1933, pp. 1-8.

⁶³³ Cf. SOCIÉTÉ DES NATIONS – *L'Organisation d'Hygiène*. Genève: Section d'information, 1931.

A Conferência Sanitária Internacional de Paris de 1911-12 reuniu-se para determinar as medidas a tomar contra o problema da marcha invasora da cólera (mas abordando também a peste e a febre-amarela), completando uma regulamentação sanitária marítima internacional que até então não tinha sido capaz de dar resposta aos problemas de contágio internacional e evitar os entraves desnecessários ao comércio marítimo e circulação de passageiros. Nessa altura defrontaram-se visões distintas sobre a abordagem das crises epidémicas: os defensores das medidas quarentenárias e os defensores das medidas de desinfecção, opondo os formalismos históricos das vetustas práticas sanitárias marítimas às novas aquisições epidemiológicas, sancionadas pela experiência e pela observação.

Esse “conclave cosmopolita da higiene”,⁶³⁴ como Ricardo Jorge lhes chamava, era composto por médicos higienistas, epidemiologistas e especialistas em estatística, na sua maioria professores das faculdades de medicina ou escolas de higiene, sobretudo diretores gerais e chefes de supervisores da administração higiénica dos seus países de origem.⁶³⁵ Por essa razão, a OH tinha fundamentalmente uma ação educativa feita através de publicações, estudos epidemiológicos, viagens de estudo e ensino, feitos no âmbito da medicina preventiva e em colaboração com as administrações sanitárias dos diversos países. O combate às doenças, sobretudo as de caráter exótico e epidémico assumiu uma dimensão internacional, assente num espírito de colaboração entre estados. Harmonizaram-se as medidas profiláticas entre os signatários das convenções, tornando-as obrigatórias no controle das relações sanitárias entre os países.

Doente desde 1908, Ricardo Jorge torna-se num homem cronicamente enfermo a partir de 1911, razão pela qual não consegue participar na Conferência Internacional de Paris de 1911-12, na qual se fez substituir por António Augusto Gonçalves Braga, na altura Guarda-mor de saúde do porto de Lisboa.⁶³⁶ No entanto, manteve-se em constante comunicação postal e telegráfica com o seu substituto, enviando conselhos nas propostas a apresentar e as reservas nas que o deveria fazer.

Inicialmente de forma indireta, e a partir de 1912 sempre presente, Ricardo Jorge tomou parte ativa na revisão da Convenção Sanitária Internacional, bem como nos debates que tiveram lugar no Comité de Higiene da SDN no

⁶³⁴ Cf. esta interessante expressão no prefácio que fez a MONIZ, Egas – *Júlio Dinis e a Sua Obra*. Com inéditos do romancista e uma carta-prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1924.

⁶³⁵ JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 126.

⁶³⁶ Cf. BRAGA, António Augusto Gonçalves – “A Conferência Sanitária Internacional de Paris de 1911-12. Relatório”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. II. Fasc. 1º (1916), pp. 16-65.

pós-guerra. Ele próprio acabaria mesmo por reconhecer, e com justiça, que na demorada elaboração da convenção sanitária internacional foi a participação portuguesa, britânica e norte-americana que mais contribuíram para o protocolo final.⁶³⁷

Desde os primeiros anos tornou-se notado: em 1911 relatou o caso da epidemia de cólera da Madeira, reforçando a necessidade de introduzir a inspeção bacteriológica dos passageiros.⁶³⁸ Este trabalho foi suficientemente notado para ser referenciado na *Revue d'hygiène et de police sanitaire*.⁶³⁹ Para além deste, também o relatório que apresentou em 1912 sobre a febre tifoide parece ter deixado uma impressão muito positiva junto dos seus confrades. Contra os receios apontados por Calmette e Pottevin acerca da regular cloragem da água de consumo público, que preferiam aplicar esse processo apenas em casos de grave surto epidémico de febre tifoide dada a alteração do sabor e odor da água, Ricardo Jorge contrapôs a validade do método como elemento profilático definitivo, comprovando a sua opinião com os resultados obtidos em múltiplos casos a nível internacional.⁶⁴⁰ Aquando da pandemia gripal de 1918-1919, o inquérito que elaborou no seio da Direção Geral de Saúde com o propósito de recolher informações sobre a epidemia junto dos sanitaristas portugueses, acabaria por servir de base ao inquérito internacional do OIHP.⁶⁴¹ Rapidamente faz amizades no seio de um ambiente em que a ciência higiénica irmanava os cientistas. Como Almeida Garrett relatou, “Desde então, nunca mais Ricardo Jorge veio de Paris ou de Genebra sem tarefa com que entreter os sócios no intervalo das sessões.”⁶⁴²

Fruto do prestígio granjeado e do destaque que assumia nas reuniões, em 1923 foi eleito delegado coletivo do *Office* no Comité de Higiene da SDN, eleição que se repetiu em 1926 com o mesmo resultado. A importância desta eleição prende-se com a natureza da reorganização da saúde coletiva

⁶³⁷ Cf. JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, p. 69.

⁶³⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *Les bacillifères de la Zaire et le système défensif contre le choléra par le contrôle bactériologique*. Lisboa: Tip. Mendonça, 1911.

⁶³⁹ Cf. “Revue des journaux – “Les bacillifères de la canonnière Zaire et le système défensif contre le choléra par le contrôle bactériologique, par Ricardo Jorge. (Annales de l’Institut Camara Pestana de Lisbonne, 1911, mémoire de 20 pages)”. *Revue d'hygiène et de police sanitaire*. N° 34 (1912), pp. 1059-1061.

⁶⁴⁰ Cf. JORGE, Ricardo – “A epidemia tífica de Lisboa em 1912: I - Relatório do prof. Ricardo Jorge”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 1. Fasc. 2 (1913), p. 142.

⁶⁴¹ Cf. JORGE, Ricardo – *La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés, dans sa session de mars 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1919.

⁶⁴² GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto.” *Lisboa Médica*. Ano XVI. N° 9 (setembro 1939), p. 580.

internacional do pós-guerra. A Organização de Higiene da Sociedade das Nações era composta por um *Comité de Higiene*, por um Conselho consultivo e por uma Secção de Higiene do secretariado. O *Comité de Higiene* compreendia uma quinzena de membros escolhidos pela sua competência científica ou administrativa em saúde pública. Reunia-se duas vezes por ano, e tinha por missão principal estabelecer o programa de trabalhos da Secção de Higiene. Devia ainda exprimir as recomendações sobre as questões técnicas que o Conselho ou a assembleia da SDN sujeitassem ao seu exame. Para o estudo aprofundado dos problemas que lhe eram confiados ou que decidissem abordar, nomeavam comissões e sub-comissões técnicas ou convocavam conferências de peritos.⁶⁴³ O Conselho consultivo da OH da SDN reuniu-se em Paris em 1937, 1938 e 1939, agrupando os membros do Comité de Higiene da SDN e do comité permanente da OIHP. A eleição de Ricardo Jorge para esse “oráculo délfico dos destinos dos povos”⁶⁴⁴ levaram-no a realizar um trabalho intenso em prol da preparação na nova convenção. A Conferência de 1926 elaborou uma nova convenção que prescrevia a notificação das epidemias de varíola e tifo exantémico, ao lado da notificação dos casos reconhecidos de cólera, peste e febre-amarela.⁶⁴⁵

O contacto com os ditames da sanidade internacional do pós-guerra serviu-lhe inclusive de mote à reforma de 1926, tal como se pode ler no texto preambular do decreto nº 12 477. Parece claro que o que ditou a estrutura da reforma de 1926 foi a influência dos ditames de um serviço de saúde pública assente nos princípios modelares da higiene social estruturada nas instâncias internacionais:

“A debelação dos flagelos que perpétua ou episodicamente nos afligem não obedece apenas à necessidade humana de valermos às desgraças mórbidas da gente portuguesa. Esta cruzada é imposta pelas próprias conveniências materiais e morais da Nação como satisfação de deveres, naturais uns, forçados outros, para com as outras nações. Estamos chegados à época de um novo direito das gentes, de uma moralidade física geral, em que, por vivas que sejam as preocupações de ordem política e coletiva, ascendeu entre elas ao lugar das mais instantes a da solidariedade higiénica internacional.”⁶⁴⁶

⁶⁴³ Cf. *Bulletin de L'Organisation D'Hygiène. Bibliographie des travaux techniques de L'Organisation D'Hygiène de la Société des Nations*, 1920-1945. Vol. XI. Genève: Société des Nations, 1945, p. 6.

⁶⁴⁴ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: empresa Literária Fluminense, 1926, p. 85.

⁶⁴⁵ A última conferência reuniu-se em Paris (1938) e ocupou-se apenas do Comité Sanitário Marítimo que continuava a funcionar no Egito, e que foi nessa altura dissolvido.

⁶⁴⁶ Decreto nº 12 477, *Diário do Governo*. 1ª Série. 227 (12 de outubro de 1926) pp. 1519-1530.

No Comité de Higiene da SDN assistiu-se a um intercâmbio de ideias e conhecimentos entre médicos e técnicos de saúde pública numa escala até então inexistente. A higiene era a ciência agregadora, a massa que dava consistência ao discurso em redor da estruturação das medidas de saúde pública internacional, e por consequência, dos desafios lançados aos governos dos países que integravam esse organismo. Finda a grande guerra, nos anos que se seguiram a higiene saía de uma “prova de fogo”. Num discurso lido na sessão de 1920 da Conferência Sanitária dos Países Aliados, Ricardo Jorge patenteava a mudança do pós-guerra, expressa no reforço da “ciência vitoriosa” da higiene, que ultrapassou o “ângulo restrito da medicina preventiva,” tornando-se “uma ciência social, visando o homem coletivo na sua integridade física”.⁶⁴⁷

A matriz e variedade das temáticas que abordou no período entre guerras refletem os problemas impostos pela necessidade de controlo internacional de doenças contagiosas, algumas delas de prevalência tropical, mas com capacidade de disseminação através da circulação de pessoas e mercadorias. A par da peste, cólera, febre-amarela, dengue e da pandemia de influenza, emergiam ainda os problemas menos candentes mas mesmo assim não ignorados: os surtos de febre escaro-nodular, tifo, espiroquetose, alastrim, varíola, acompanhados pelos problemas associados aos processos de inoculação preventiva (encefalites pós-vacinais).

Uma das suas maiores contribuições para a miríade de documentos e recomendações que tiveram lugar no palco da diplomacia sanitária, prendeu-se com a epidemiologia das doenças pestilenciais (peste, cólera e febre-amarela) e com os contributos que aportou ao texto final do protocolo da Convenção Sanitária Internacional de 1926. Estes contributos, reservas, propostas e sugestões encontram-se documentados na coletânea de textos que reuniu sob o título *Les pestilences et la Convention Sanitaire Internationale* (1926).⁶⁴⁸ Nessa extensa síntese publicada nos *Arquivos do Instituto Central de Higiene*, agrupou todas as suas contribuições para o tema entre 1919 e 1926. Das múltiplas intervenções que teve no *Office* desde 1920, as relativas à nova convenção que se pretendia elaborar debruçaram-se sobre a flexibilização das medidas profiláticas, confirmando-se a orientação inovadora de Ricardo Jorge no tocante à regulamentação da sanidade marítima, feita por oposição direta às excessivas medidas quarentenárias que tentavam evitar a todo o custo a importação de doenças exóticas. Esta atitude de oposição aos excessos das medidas quarentenárias foi recuperada do articulado legal do regime sanitário marítimo português de 1901 e precursora da Convenção de Paris de 1903, onde algumas das cláusulas reproduziam as disposições legislativas portuguesas. Relativamente às convenções protocolares

⁶⁴⁷ JORGE, Ricardo – *Higiene militante*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1920. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1920, p. 7. (Tradução nossa).

⁶⁴⁸ JORGE, Ricardo – “Les pestilences et la Convention Sanitaire Internationale”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 3. Fasc. 1 (1926), pp. 1-107.

aceites a partir de 1926, são de referir a notificação obrigatória, a publicidade das declarações de infeção, os períodos de contaminação, a classificação dos navios, o tratamento das mercadorias e o regime contra a febre-amarela, feitas sempre no judicioso sentido de evitar as medidas tidas por excessivas ou pouco práticas. Estas questões, tantas vezes discutidas e alvo de maiores ou menores resistências entre os delegados, permitiram-lhe lançar várias propostas, muitas das quais acabariam por ser adotadas.⁶⁴⁹

O alastrim, a varíola e as encefalites pós-vacinais foram temas que fizeram correr muita tinta, sobretudo pelo facto das encefalites pós-vacinais serem assunto completamente desconhecido até então. Entre outubro de 1924 e 1929 apresentou várias notas e relatórios, nos quais é possível analisar as sucessivas fases do recrudescimento da varíola e das encefalites. A nota apresentada em outubro de 1924 *Sur L'Alastrim et la Variole*⁶⁵⁰ seria traduzida e reimpressa na revista *The Lancet*,⁶⁵¹ tendo suscitado muitos comentários e críticas. A cada passo o assunto era abordado no *Office*. Quase na mesma altura surgem casos de encefalite pós-vacinal em Inglaterra, na Holanda e na Suíça, o que espoleta a realização de um plano de inquéritos e pesquisas lideradas por uma comissão que reúne em janeiro de 1926 sob os auspícios da SDN. Recaiu sobre Ricardo Jorge a realização do inquérito, bem como preparar e dirigir os trabalhos de tiveram lugar em Haia. Seguiu-se uma conferência em Berlim em janeiro de 1927. Daí resultou num extenso e minucioso relatório, composto por várias notas e sucessivos relatórios onde abordou os fatores do agravamento da varíola no mundo.⁶⁵² As dúvidas e o contraditório deixariam o tema permanecer em aberto, o que acompanhado do recrudescimento de casos acabaria por suscitar mais relatórios nos anos subsequentes, incluindo um novo plano de pesquisas.⁶⁵³ O relatório de 1927 sobre a vacina antivariólica

⁶⁴⁹ Cf. JORGE, Ricardo – “Déclarations et propositions générales a la Conférence Sanitaire Internationale”. *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926, idem – “Contre les mesures quaranténaires concernant la fièvre jaune”. *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926 e idem – “Réserves faites par le Plénipotentiaire du Portugal á la Conférence Sanitaire”. *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926.

⁶⁵⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *Sur l'Alastrim et la Variole*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XVI. Fasc.10, année 1924. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1924.

⁶⁵¹ Cf. JORGE, Ricardo – *Alastrim and Variola. Note presented to the Committee of the Office International d'Hygiène Publique in its session of October, 1924*. Reprinted from *The Lancet*, Dec. 20th 1924 (p. 1317) and Dec. 27th (p. 1366).

⁶⁵² Cf. JORGE, Ricardo – “Alastrim et variole. Vaccine, Encéphalites Postvaccinales. I”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 3. Fasc. 2 (1927), pp. 1-181.

⁶⁵³ Cf. JORGE, Ricardo – “Nouveaux cas d'Encéphalite post-vaccinale”. *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1927 e 28, idem – “Les types varioliques et les encéphalites”. *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1928, idem – *La famille*

teria repercussões posteriores à data da primeira publicação. Com efeito, foram as opiniões de Ricardo Jorge e G. Stuart que, nos relatórios publicados, o primeiro em 1927 e o segundo em 1946, consideravam como pouco provável o papel direto do vírus vacinal na determinação das encefalites. Mas o problema persistia: seriam estas encefalites infeções latentes desencadeadas pela vacinação ou tratava-se de uma contaminação do vírus vacinal jeneriano pelo da encefalite? Realizou-se um inquérito junto dos institutos produtores da vacina acerca dos seus métodos de produção e sobre a titulação da linfa vacinal. A nova comissão da varíola e da vacinação do Comité permanente do OIHP seria novamente dirigida por Ricardo Jorge, que em outubro de 1931 apresenta novo relatório sobre as encefalites pós-vacinais nas suas relações com a vacinação e com as encefalites pós-infecciosas.⁶⁵⁴ Esse relatório seria traduzido e republicado na revista *The Lancet*.⁶⁵⁵

Apesar de ele próprio se considerar mais acarinhado nas instâncias da saúde internacional do que no seu próprio país, a verdade é que o trabalho que realizava no *Office* e na OH era particularmente notado por alguns amigos mais chegados, senão por todos aqueles que se encontravam cientes do momento de transição que a saúde coletiva internacional atravessava no período entre guerras. Mesmo os personagens de outros quadrantes políticos o reconheciam, como o exilado D. Manuel II, ao sublinhar que era na “(...) Liga das Nações, onde dá lustre e honra com a ciência o nome do nosso querido mas desgraçado Portugal (...)”.⁶⁵⁶ A 15 de julho de 1932, Fidelino de Figueiredo escreveu a Ricardo Jorge, dizendo-lhe: “(...) tenho seguido as atividades da primeira figura da nossa medicina, verdadeiro embaixador acreditado em todos os centros intelectuais. Os folhetins de Alfredo Pimenta deram-me prazer como visão de conjunto dum vasto, intenso e original labor.”⁶⁵⁷ O mesmo sucedia com Bernardino Machado, que no mês seguinte referia ao seu “querido amigo”

variolique. Communication faite à L'Office et à la Société des Nations. 1928, idem – “Les Encéphalites post-vaccinales. Conclusions et doctrines”. Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1928, idem – “Les Cas du Tuscania et la Variole anglaise”. Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1929 e ainda idem – “Plan de recherches sur les questions concernant la Variole”. Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1929.

⁶⁵⁴ Cf. JORGE, Ricardo – *Les encéphalites post-vaccinales dans leurs rapports avec la vaccination et avec les encéphalites post-infectieuses et disséminées aiguës. Rapport de la Commission de la Variole et de la Vaccination*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XXIII. Fasc. 12, année 1931. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1931.

⁶⁵⁵ Cf. JORGE, Ricardo – Post-vaccinal encephalitis. Its association with vaccination and with post-infectious and acute disseminated encephalitis. Reprinted from *The Lancet* January 23rd, 1932 (p. 215), and 30th (p. 267).

⁶⁵⁶ Missiva de D. Manuel II, escrita em Londres em 01/11/1925. Cf. BNP Esp E/18 Cx 1.

⁶⁵⁷ Cf a missiva de Fidelino de Figueiredo em BNP Esp. E/18 Cx 1.

que “Felizmente os seus belos escritos trazem-me sempre notícias que me são gratíssimas. Mas nem por isso deixei de sentir não o poder ver na sua passagem por França. Há quantos anos não nos encontramos! (...)”⁶⁵⁸

As epidemias de peste, temática que o tornara internacionalmente conhecido desde 1899, constituiriam a base de alguns trabalhos de síntese que apresenta no *Office*. Para além dos relatórios sobre pequenos surtos pestíferos em Alfama (1920)⁶⁵⁹ e Alcochete (1923)⁶⁶⁰, elaboraria trabalhos de maior fôlego, quase todos destinados a engrossar a bibliografia epidemiológica da peste em contexto internacional: *Les Faunes régionales des Rongeurs et des Puces dans leurs rapports avec la Peste* (1924), a *Summa epidemiologica de la peste. Épidémies anciennes et modernes* (1933), *La peste en Angola* (1935), *La peste africaine* (1935) e ainda *Les «Rodentia» domestiques et sauvages dans l'Évolution séculaire et mondiale de la Peste* (1935), este último apresentado no Congresso Internacional de Zoologia de Lisboa. De todos eles, talvez o mais interessante do ponto de vista epidemiológico seja a *Summa epidemiologica de la peste*, uma vez que é nesse trabalho que estuda os dois ciclos de peste na Europa, sublinhando a identidade nosológica da peste antiga e moderna, o seu crescimento e declínio, apontando as linhas geográficas e comerciais da propagação, os vetores zoológicos, a profilaxia e etiologia tradicionais.

Também a febre-amarela seria alvo de uma série de 14 textos, entre artigos, notas e relatórios, que se desenrolaram ao longo dos anos 20 e 30. Fosse acerca de episódios em Lisboa, em África ou no Brasil, o tema parece ter-lhe despertado grande interesse desde a viagem ao Brasil em 1929, cuja organização na luta contra a febre-amarela encarava com progressista e exemplar.⁶⁶¹ Vários destes textos foram compilados num extenso relatório que publicaria em janeiro de 1938, cerca de um ano e meio antes de morrer.⁶⁶² No seguimento dessa viagem escreveu *La fièvre et la campagne sanitaire à Rio de Janeiro* (1928-29), *Épidémies nautiques de malaria a forme typhoïdique, pouvant faire suspecter la fièvre jaune* (1931), *Sur la prospection biodémique de la fièvre jaune* (1934), *La fièvre jaune africaine* (1934), *A propos de la fièvre jaune endémo-sporadique* (1935), e o já apontado relatório: *Fièvre jaune* (1938). Para além da febre-amarela, também

⁶⁵⁸ Missiva de Bernardino Machado enviada de Vigo em 08/08/1932.

⁶⁵⁹ Cf. JORGE, Ricardo – “Peste à Lisbonne”. *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique, session d'Abril 1921*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.

⁶⁶⁰ Cf. JORGE, Ricardo – “Sur la Peste Pneumonique, à propos de l'Épidémie d'Alcochete”. *Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique*. T. XV (1923), p. 1431.

⁶⁶¹ “O Brasil deu-nos uma lição, destentada, de como governos, médicos e público se conjugam na execução dos preceitos da medicina social.” In JORGE, Ricardo – *A propósito de Pasteur: discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923, p. 52.

⁶⁶² Cf. JORGE, Ricardo – “Fièvre jaune”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 4. Fasc. 1 (1938), pp. 1-134.

o tifo exantemático daria azo a vários textos que acabariam por ser reunidos e expostos em 1933 num trabalho mais lato onde mostra a sua conceção sobre as febres exantemáticas, abordando as suas características nosográficas epidémicas e experimentais, reunidas sob o título *La Famille typho-exanthématique* (1933).

Tanto no seio do *Office* como na Comissão de Higiene da Sociedade das Nações, Ricardo Jorge era muito respeitado e estimado pelos seus pares. Almeida Garrett confessava a impressão colhida junto de outro sanitarista: “Ainda há três anos [1936], em Londres, a figura máxima entre os sanitaristas ingleses [George Buchanan] me dizia: «O professor Jorge é uma pessoa de exceção; nunca me foi dado conhecer alguém que a um tão grande cabedal de conhecimentos juntasse um tão apurado espirito crítico».”⁶⁶³

Ele próprio não enfeitava o sentimento de bem-estar e comunhão científica que o *Office* lhe proporcionava, sentindo-se aí como em casa, entre “Estes homens, meus colegas e meus amigos, envolvidos igualmente no torvelinho da Cosmópolis Sanitária (...).”⁶⁶⁴

Junto dos seus pares da ciência higiénica “Havia ali amigos e camaradas das lides internacionais da epidemiologia e da medicina preventiva, cujo encontro seria um regalo de coração e de espírito (...)”⁶⁶⁵ Formal e informalmente, desenvolve uma extensa rede de contactos no mundo da sanitariedade internacional, que em alguns casos extravasa a capa da diplomacia, consubstanciando-se em franca amizade. Entre essas várias amizades que ele tanto prezava, ou os seus “irmãos em Higeia”⁶⁶⁶ como por vezes os apodava, contam-se Pottevin, Cantacuzène ou George Buchanan. Em 1934 escreveria um elogio de Cantacuzène,⁶⁶⁷ ao passo que em 1936 faria o elogio fúnebre de George Buchanan, retratando o percurso de vida de uma das figuras do movimento sanitário internacional.⁶⁶⁸ A ligação a George Buchanan levou a que dois anos depois fosse eleito sócio de honra da Real Sociedade de Medicina de Londres.⁶⁶⁹

Acerca da presença de Ricardo Jorge nas sessões do *Office*, diria Colombani:

⁶⁶³ GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), p. 580.

⁶⁶⁴ JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 126.

⁶⁶⁵ JORGE, Ricardo – *A Exposição Colonial de Paris e as jornadas médicas*. Sep. de Lisboa Médica. Vol. 8, agosto 1931. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1931, p. 5.

⁶⁶⁶ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: empresa Literária Fluminense, 1926, p. 85.

⁶⁶⁷ Cf. JORGE, Ricardo – Éloge du Prof. Cantacuzène. Porto: Imprensa Libânio da Silva, 1934.

⁶⁶⁸ Cf. JORGE, Ricardo – *L'Hygiéniste International Sir George S. Buchanan*. Sep. da revista Clínica Higiene e Hidrologia, março 1937. Lisboa: Tip. Henrique Torres, 1937.

⁶⁶⁹ [s.a.] – “Atualidades. A eleição de Ricardo Jorge para sócio de Honra da Real Sociedade de Medicina de Londres”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 56. Nº 27 (3 julho 1938), pp. 220-221.

“ «O Professor Ricardo Jorge conta-se entre os eminentes epidemiologistas da nossa época. Fosse nas sessões do Office International d'Hygiene ou do Comité de Higiene da Sociedade das Nações, fosse nas reuniões das Sociedades de Sábios ou em numerosos congressos que ilustrava com a sua presença, Ricardo Jorge marcava com a sua poderosa personalidade estas manifestações científicas, ou as suas comunicações, as suas intervenções – habitualmente ardentes, mas sempre enformadas de um puro espírito de método – os seus avisos, os seus conselhos faziam autoridade. O seu nome está particularmente ligado ao estudo aprofundado da espiroquetose ictero-hemorrágica, da varíola, do alastrim, da encefalite posvacinal (esta última doença tendo sido o objeto, após inquérito internacional, de um relatório magistral) e, enfim das doenças pestilenciais que constituem, como ele diz, a preocupação constante da sua vida de biologista». ”⁶⁷⁰



OFFICE INTERNATIONAL D'HYGIÈNE PUBLIQUE

Session de mai 1933.

Foto 12 – Membros do *Office International D'Hygiène Publique* reunidos na sessão de maio de 1933. Apesar de jubilado, Ricardo Jorge continuou a participar nas sessões até poucos meses antes da sua morte em 1939. Ricardo Jorge encontra-se na 1ª fila, sendo o 3º a contar da esquerda.

George Buchanan, na mesma fila, é o 3º a contar da direita. Fonte: OFFICE INTERNACIONAL D'HYGIÈNE PUBLIQUE – *Vingt-cinq ans d'activité de L'Office International D'Hygiène Publique. 1909-1933*. Paris: OIHP, 1933, [s.p.].

⁶⁷⁰ Reproduzido in COELHO, Eduardo – “Ricardo Jorge Mestre da Medicina e grande europeu”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. N.º 4 (1946), p. 254. (Tradução nossa).

No mesmo ano de 1936, e aproveitando a presença de Ricardo Jorge em Paris, a federação da imprensa médica latina ofereceu-lhe um jantar de homenagem no Hotel Lutécia com cerca de 30 personalidades da imprensa médica, provavelmente em finais de novembro de 1936. No decorrer do evento foi alvo dos habituais elogios que a ocasião proporcionou.⁶⁷¹ Em carta enviada ao amigo António de Almeida Garrett, reconhecia ser mais apreciado nesses conclaves internacionais que no seu próprio país: “Quanto ao presente, sou um artigo de exportação, de menos valia nacional que os figos passados. Que valor se liga a que me chamem lá fora epidemiologista e acolham ou louvem trabalhos que por cá não têm curso?”⁶⁷²

Em poucos lugares se terá sentido tão bem como no *Office*. Numa missiva transcrita por Eduardo Coelho, Ricardo Jorge revela precisamente a importância de Paris e desse campo de diplomacia sanitária: “...Trabalhar em Paris, naquela corporação que representa para a minha velhice o meio afetuoso e estimulante que foi para a minha mocidade a saudosa Escola do Porto.” “O trabalho no estrangeiro (no *Office*) absorve-me o tempo; devo-lhe hoje o melhor da minha existência, o contacto com um meio que me consola daquele em que vivo.”⁶⁷³ Em 1936, dos delegados que formaram o núcleo inicial do *Office* e do movimento sanitário internacional já só restavam no Comité da SDN dois vetustos personagens: Madsen e Ricardo Jorge. O *Office* seria o seu último púlpito predicatório.

4.4 – Transes de guerra

Quando eclode a Grande Guerra, Ricardo Jorge tem 56 anos, detendo um lugar firmado no ambiente da sanidade nacional e internacional. Apesar de seguir o conflito à distância, não tardou a escrever sobre uma guerra que acabaria por assumir uma dimensão mundial, expondo as suas ideias acerca da contenda no discurso *A guerra e o pensamento médico* (1914). Escrito poucos meses após o espoletar do conflito, este texto foi seguido mais tarde por outras impressões que foram coligidas nas *Passadas de erradio* (1924). Em 1913 sucedeu a Belo Morais na presidência da Sociedade da Ciências Médicas de Lisboa, cargo que ocuparia até 1915. Da direção faziam parte Egas Moniz como vice-presidente, tendo como 1º e 2º secretários, respetivamente, Reinaldo dos Santos e Leite Lage. Foi precisamente no púlpito da mais prestigiada tribuna científica do

⁶⁷¹ Cf. [s.a] – “Un dîner en l’honneur du professeur Ricardo Jorge”. *La Presse Médicale*. Nº 97 (2 Décembre 1936), p. 1968.

⁶⁷² GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto.” *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), p. 571.

⁶⁷³ Cit. in COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola Lda, 1961, p. 162.

país na altura, que fez dois famosos discursos: *O médico penitente*, a 6 de dezembro de 1913, e *A guerra e o pensamento médico*, a 5 de dezembro de 1914.

O caso de *A guerra e o pensamento médico* serviu para expor uma série de considerações sobre a gênese e a própria filosofia da guerra. O texto teve tal ressonância que levou à republicação do texto em francês, com o que rapidamente atingiu projeção nos meios científicos internacionais. Nessa altura, Ricardo Jorge ocupava o lugar de representante do governo português no OIHP, o que lhe deu ainda maior repercussão. Em França, o discurso ricardiano foi lido com agrado, crismando-o como um claro “amigo da França”.⁶⁷⁴ Sendo acima de tudo um manifesto antiguerra, não deixa de lançar um anátema ao que entendia ser uma agressão baseada na “paranoia coletiva” e na “panteutomania”. O texto é pró-aliado, e em particular, pró-francês, criticando fortemente o “Apelo às nações civilizadas dos 93 representantes da ciência e da arte alemãs”.⁶⁷⁵

A publicação da conferência teve eco não só entre os países aliados mas também na própria Alemanha, se bem que só passado cerca de meio ano tenha suscitado uma réplica, publicada no *Archiv für Schiffs- und Tropen-Hygiene*, periódico que desde esse momento deixa de se permutar com a *Medicina Contemporânea*, a revista onde o discurso se divulgou inicialmente.⁶⁷⁶ A resposta publicada na *Medicina Contemporânea*, a de maior circulação no universo médico nacional, rapidamente ecoou interna e externamente, acabando por ser traduzida para francês e encontrando ampla divulgação em França.

Mas qual a razão que o leva a escrever sobre o tema? Os argumentos que o justificam são vários, se bem que ressalta a resposta ao *Manifesto dos 93*, nome pelo que ficou conhecido o *Apelo das nações civilizadas*, documento assinado em 1914 por 93 sábios e cientistas alemães que respaldaram a intervenção militar da Alemanha e a invasão da França através da Bélgica neutral. Associada a uma clara francofilia, o discurso antigermânico de Ricardo Jorge insere-se num contexto internacional de protesto e oposição ao referido documento. A comunidade intelectual europeia era cosmopolita e constituía um grupo de pressão não negligenciável no contexto propagandístico da guerra, dividindo-se, aparentemente incapaz de se alhear dos nacionalismos inerentes ao conflito. No caso de Ricardo Jorge, alinhou com a imprensa que atribuía a responsabilidade do conflito ao imperialismo alemão, não enjeitando um certo

⁶⁷⁴ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. O imperialismo do gosto”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 194.

⁶⁷⁵ Cf. JORGE, Ricardo – *A Guerra e o Pensamento Médico. Discurso pronunciado na Sociedade das Ciências Médicas a 5 de dezembro de 1914*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*, 1914. Lisboa: 1914.

⁶⁷⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “À margem duma revista alemã”. In JORGE, Ricardo – *A Guerra e o Pensamento Médico. Discurso pronunciado na Sociedade das Ciências Médicas a 5 de dezembro de 1914*. Sep. de *A Medicina Contemporânea*, 1914. Lisboa: 1914, [s.p].

desconforto pelo facto do pensamento dos cientistas germânicos se mostrar tão permeado por concepções estranhas à ciência positiva.

Inicialmente, o discurso começa por abordar as novas exigências colocadas à medicina castrense e os perigos até então incomuns em que os médicos passavam a incorrer pelo exercício na linha da frente. Seguiu-se a habitual prédica higienista, voltada para o universo da medicina de guerra:

“Exercer a medicina preventiva pela aplicação dos métodos da higiene geral e específica é hoje uma função suprema da assistência militar em pé de guerra. Depois do cirurgião, depois do médico, o higienista conquista também o seu posto de honra nas fileiras. (...) Também o profilaxista agora está exercendo a sua repressão na génese e disseminação dos contágios epidémicos. Mas na baralha horrenda desta celeuma ultratitanica que braceja massas fabulosas de homens, ora projetadas em evoluções vertiginosas a toda a velocidade de locomotivas e automóveis, ora enquistadas na mais extensa toca de trogloditas socavada na terra, é de recear que as defesas minguem; pululam as disenterias bacilares, grassa a febre tifoide, assoma a cólera espirrada dos focos mal apagados do levante. O general Micróbio também está urdindo a maranha da sua fatal estratégia.”⁶⁷⁷

No entanto, as considerações acerca do *Apelo das nações civilizadas* dominaram as críticas e comentários mais duros de Ricardo Jorge:

“O *Apelo às nações civilizadas*, celebre manifesto dos 93 representantes da ciência e da arte alemãs, reboou pelo mundo como um dobre fúnebre. Nunca labéu maior se arremessou ao coronal do *homo sapiens*. Queriam-nos desfazer dos lóbulos frontais para roja-los [sic] em holocausto às aras do fabuloso Messias. E esta afronta abolidora da cerebração livre e consciente, apanágio intangível da razão humana, são os *aristos* da intelectualidade, os oráculos de todo o saber, que a perpetraram com o mais solene desdém do juízo alheio. Delito único na história do pensamento, seria a mais nefanda abominação no campo da dignidade mental, se não sintomatizasse um desvio funcional de psicologia coletiva. Revela, como nenhum outro sinal, a pandemia vesânica que pouco e pouco se apoderou da mentalidade d’um povo, envolvendo-se em agravações sucessivas: — primeiro, egotismo vaidoso; depois, megalomania, fanatismo racial, imperialismo místico, religião messiânica; enfim, agitação irritada, fúria agressiva.”⁶⁷⁸

⁶⁷⁷ JORGE, Ricardo – *A Guerra e o Pensamento Médico. Discurso pronunciado na Sociedade das Ciências Médicas a 5 de dezembro de 1914*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1914. Lisboa: 1914, p. 16.

⁶⁷⁸ JORGE, Ricardo – *A Guerra e o Pensamento Médico. Discurso pronunciado na Sociedade das Ciências Médicas a 5 de dezembro de 1914*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1914. Lisboa: 1914, pp. 32-34.

Não deixa de notar com admiração e surpresa que entre os signatários se encontrem vários nomes consagrados das ciências biomédicas (Max Rubner, Albert Neisser, Emil von Behring, Paul Ehrlich, August von Wasserman, Wilhelm Ostwald, Wilhelm Röntgen, Haeckel e Wilhelm Wundt), incluindo ainda Wilhelm Waldeyer, que tinha sido seu professor em Estrasburgo.

Esta reação, enquadrada num ambiente antigermânico a que se assistiu após o espoletar do conflito, levaria ao afastamento de alguns vultos da cultura portuguesa da altura. Carolina Michaëlis, amiga pessoal de Ricardo Jorge, e cuja filiação intelectual de pendor germânico lhe trouxe dissabores em 1914, pediu-lhe inclusive que fizesse chegar à Academia das Ciências uma missiva, numa “Reconstituição, que deve ser fiel”, retirando-se dessa associação científica.⁶⁷⁹

Mau grado estes exemplos de dissensão no universo intelectual português, não se pode menosprezar o ambiente francófono que rodeava o universo médico em geral e Ricardo Jorge em particular. Apesar do profundo impacto causado pelo modelo universitário humboldtiano e da importância crescente da ciência produzida na Alemanha, o centro científico da Europa por excelência continuava a ser Paris. Também em termos de formação médica, era muito mais fácil aos alunos portugueses ler os compêndios e obras disponíveis em francês do que em língua alemã, de circulação mais restrita e pouco do agrado da maioria dos alunos.

Não significa isto que nomes particularmente sonantes como Rudolph Virchow, Robert Koch e outros cientistas alemães não fossem lidos, debatidos e respeitados; no entanto a ciência biomédica proveniente da Alemanha era geralmente colocada em comparação com o que já existia em França. Daí que sempre que se falava do celularismo de Virchow acrescentava-se ser este um prolongamento de Bichat, ou se se falava de Koch, logo se sublinhava o pioneirismo de Pasteur.

Era este o panorama em torno da primazia científica quando Ricardo Jorge se deslocou a ambos países no decurso da viagem de estudo em 1883. Se no que relata dessa experiência formativa se depreende um franco entusiasmo com o que pôde observar, fica a impressão que se afeiçoou mais à realidade francesa. Seria o domínio da língua? A cultura? Realmente, sob esse prisma, era-lhe mais apelativa a França de sabor latino, no entanto citava os clássicos franceses com a mesma facilidade com que se referia à poesia germânica do *Sturm und drang*.

Neste ponto, Ricardo Jorge alinhava com as principais tendências coevas. Apesar do lugar de destaque da ciência produzida nas duas realidades geográficas, o ambiente vivido nos meios científicos portugueses era claramente de maior permeabilidade à França científica. Se no caso da química isso já foi apontado,

⁶⁷⁹ Carta de Carolina M. de Vasconcelos. Não datada, mas que terá sido escrita após o manifesto antigermânico que teve lugar em 1914. Cf. BNP Esp. E/18 Cx. 1.

na medicina sucedia o mesmo.⁶⁸⁰ Da leitura dos relatos de Brito Camacho no *Porto Médico* nos alvares do século XX, passando pelas referências constantes à ciência produzida em instituições francesas e insertas nas dissertações inaugurais das escolas médico-cirúrgicas a partir de meados do século XIX, rapidamente se infere da atração exercida pela medicina francesa em Portugal.

Para que se tenha uma ideia do modo como estas questões podiam extravasar os limites da ciência, veja-se o sucedido em 1912 na Faculdade de Medicina do Porto. Ao contrário das múltiplas possibilidades abertas pelo universo médico, um finalista de medicina optou por um tema altamente incomum para a sua tese inaugural – assunto exótico, não fosse o constante confronto científico – apontando baterias ao que apoda de “chauvinismo germânico”: “A razão determinante da escolha do nosso modesto trabalho foi a resenha histórica feita por Werworn no capítulo primeiro do seu tratado de Fisiologia Humana. Percebe-se aí uma manifestação do *chauvinismo* germânico.”⁶⁸¹ Para este acalorado defensor da superioridade científica francesa, “(...) Werworn como que passa em claro os grandes mestres franceses d’esta ciência, calcando assim a verdade e a justiça, ofendendo enormemente d’est’arte a gratidão e o reconhecimento que o espirito humano, no seu ascensional fluxo de progresso, deve ao génio francês, não só n’este ramo especial de ciência, como em todas as manifestações artísticas e científicas. E nunca povo algum subiu tão alto em civilização; jamais nação alguma contribuiu tanto para o esplendor das artes e das ciências como a França. Ela é o cérebro da Humanidade.”⁶⁸²

Quando em 1914 eclode a Iª Grande Guerra, assiste-se à mobilização de muitos intelectuais e cientistas alemães a favor da política nacionalista alemã, quando em todos os países aliados o invasor alemão era retratado pela propaganda como o agressor imoral da neutralidade de vários países e ameaça à civilização europeia. O *Manifesto dos 93*, escrito como “Apelo ao mundo civilizado” foi a expressão mais representativa da luta defensiva levada a cabo por intelectuais alemães mobilizados a favor da política nacionalista e imperialista alemã. Esta declaração foi subscrita pelos mais eminentes académicos, sábios, escritores e artistas germânicos e publicada em outubro de 1914, num quadro de resposta ao que era visto na altura como difamações estrangeiras. À margem da propaganda alemã, vários cientistas e intelectuais escreveram um grande quantidade de textos na mesma altura, nem sempre consensuais, mas este, especialmente por ser publicado dentro e fora da Alemanha, foi o que alcançou

⁶⁸⁰ Cf. PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Ce qu’on pensa au Portugal, au cours du temps, de la France scientifique”. *Revue d’Histoire de la Pharmacie*. Vol. 45. N° 316 (1997), pp. 429-430.

⁶⁸¹ LEMOS, Alberto Ferreira de – *A França como fator principal da Ciência*. Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tip. Artes & Letras, 1912, p. 31.

⁶⁸² LEMOS, Alberto Ferreira de – *A França como fator principal da Ciência*. Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tip. Artes & Letras, 1912, pp. 31-32.

maior divulgação. A réplica ao *Manifesto* surgiu um pouco por toda a Europa, e em particular nos círculos intelectuais franceses, o que resultou na irradiação de muitos dos membros austríacos e alemães da Academia das Ciências de Paris.⁶⁸³

Para além do grande relevo que este manifesto teve no universo científico, a verdade é que rapidamente excedeu os círculos intelectuais, transformando-se num instrumento de contrapropaganda pelos Aliados e até mesmo em Portugal, quando o país ainda não alinhara pela causa aliada. Inclusive na obra do monárquico Aires de Ornelas, *Um ano de Guerra* (1915), o imperialismo alemão era contestado com base em afirmações de “barbárie científica” escritas por vários dos sábios signatários do documento. Esta união “da barbárie com a ciência, da *kultur* com o militarismo, negada pelos devaneadores internacionais, proclamada agora e orgulhosamente reivindicada no célebre manifesto dos intelectuais alemães (...)” dava azo a réplicas contestatárias onde transparecia um sentido de incredulidade perante “(...) o caráter pavoroso e absolutamente anti-humano que a guerra alemã tem assumido.”⁶⁸⁴

“Conhecer-se-ão mais monstruosas afirmações de materialismo brutal? Que retrocesso não representa na história o ir parar todo o *progresso científico*, a uma tão colossal organização da força bruta? E como se compreende que vejamos com horror surgir nesta guerra a *barbárie científica e a selvageria erudita*, da destruição de Louvain ou do bombardeamento de Reims?”⁶⁸⁵

Na altura em que o fervor patriótico era inflamado pela participação portuguesa no teatro de operações europeu, alguns professores da Faculdade de Medicina de Lisboa mostravam a sua adesão, não só à causa dos aliados, mas também o apoio à entrada de Portugal na guerra, como era a vontade do governo da altura. Numa sessão realizada no teatro de S. Carlos, Belo Morais proferiu um discurso de homenagem às nações aliadas, Francisco Gentil foi convidado pelo Ministro da Guerra Norton de Matos a organizar o Hospital Militar de Campolide e voluntariou-se como médico militar apesar de não ser convocado, Sílvio Rebelo Alves foi convidado a organizar o Hospital Militar de Hendaia, e muitos dos assistentes da FMUL entraram em serviço de guerra nos hospitais militares ou no campo de batalha.⁶⁸⁶ Depois da declaração de

⁶⁸³ Cf. CHAGNON, Marie-Ève – *Le Manifeste des 93: la nature de la mobilisation intellectuelle allemande au déclenchement de la Grande guerre (1914-1915)*. Mémoire de Maîtrise en histoire. Montréal: Université du Québec à Montréal, 2006.

⁶⁸⁴ ORNELAS, Aires de – *Um Ano de Guerra (agosto de 1914 a agosto de 1915)*. Porto: Magalhães & Moniz, 1916, p. 41.

⁶⁸⁵ ORNELAS, Aires de – *Um Ano de Guerra (agosto de 1914 a agosto de 1915)*. Porto: Magalhães & Moniz, 1916, p. 260.

⁶⁸⁶ Cf. a resposta de Henrique de Vilhena a Celestino de Almeida sobre o papel da Faculdade de Medicina de Lisboa aquando da participação na guerra, in *Diário do Senado*. Nº 32 (19 agosto 1919), p. 7.

guerra, foi proibida a importação e distribuição de todas as publicações científicas com origem na Alemanha. Entre gazetas e periódicos, embargaram-se os instrumentos de difusão da ciência de origem germânica. Mesmo assim, para aqueles que como Ricardo Jorge se deslocavam a Paris ou simplesmente tinham contactos no OIHP, a imprensa médica alemã continuava disponível.

Tal como muitos médicos na altura, Ricardo Jorge abraçou a causa dos Aliados, expressa não só nas conferências sanitárias realizadas na SCML, da Faculdade de Medicina de Lisboa e em Tancos, mas sobretudo na resposta que deu ao famoso manifesto de cientistas alemães. Por força da ligação institucional à Universidade de Lisboa, o papel de Ricardo Jorge insere-se principalmente num contexto académico onde as elites médicas pareciam estar em alinhamento com a participação do país na guerra ao lado dos países aliados. Ricardo Jorge e Belo Morais contam-se entre os que manifestaram o seu alinhamento público com a causa aliada, ao passo que Francisco Gentil e Sílvio Rebelo Alves tomaram parte direta na organização de estruturas hospitalares relacionadas com a participação do CEP, respetivamente o Hospital de Campolide e o Hospital Militar de Hendaia.

Este interesse do corpo médico nas grandes questões patrióticas não é novo, sobretudo o dos mais politizados. Já na altura do *Ultimatum* britânico de 1890 se discutiu a posição que os médicos deviam adotar sobre o assunto na tribuna da *Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*.⁶⁸⁷ No Porto, o impacto do *Ultimatum* britânico foi socialmente transversal, estendendo-se entre as várias matizes políticas e sociais, espalhando-se às camadas mais populares e incluindo professores da EMCP, como Ricardo Jorge e outros. Dessa altura recordaria: “Lembro-me que a câmara da minha terra mandou arrancar a tabuleta à rua Wellesley, e um lente de ensino superior negava o génio de Shakespeare e de Newton.”⁶⁸⁸

No caso da grande guerra acontecia algo de semelhante. Se entre a França e a Alemanha existia um diferendo subliminar que ultrapassava a mera validade e/ou primazia da ciência, resultante do antagonismo político agudizado a partir da guerra franco-prussiana de 1870-71 e da reunificação alemã, a superioridade científica parece tornar-se mais um prolongamento dos campos de batalha.

Indiretamente, o sentimento pró-francês expresso nos textos de Ricardo Jorge serviram como fatores de consolidação das tendências e posições daqueles que no campo científico (e inclusive fora dele) tomavam como moralmente justificada a causa dos aliados, contra o que era visto como uma despropositada agressão germânica.

⁶⁸⁷ Cf. o “Convite feito à classe médica e assinado por Sousa Martins, entre outros, para uma reunião na Sociedade de Ciências Médicas, a fim de se resolver qual a atitude da classe perante o tratado anglo-português”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 8 (1890), p. 289.

⁶⁸⁸ JORGE, Ricardo – “Um voo a Londres. I – Através da Mancha”. In JORGE, Ricardo – *Canbenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 2ª Edição corrigida. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. 13.

Aparte das considerações veiculadas pelas conferências, a experiência direta que Ricardo Jorge teve da grande guerra deveu-se também aos períodos que passou em Paris na qualidade de enviado do governo às conferências sanitárias interaliadas e às duas visitas que realizou aos campos de batalha na qualidade de higienista. O conflito em si e a guerra em geral, por mais que os abominasse, seguiu-os inicialmente com atenção e apreensão, mesmo que à distância:

“Aqueles dias de 1916 do descenso de Charleroi à ascensão do Marne, esses sim, foram de febril ansiedade. As cópias todas dos telegramas entrados na presidência, então no ministério do Interior, devorava-as à chegada, decifrava-as e interpretava-as de cabeça curvada sobre o atlas de Stieler. Tornara-me a curiosidade inquieta um aprendiz de estrategista e um glosador de operações de guerra, Jomini feito à pressa.”⁶⁸⁹

Ainda antes do conflito estalar, já em 1913 e 1914 notava a propaganda e as comemorações patrióticas na cidade de Paris: os postais ilustrados a exaltarem o soldado francês sobre o alemão, as lembranças constantes da saga napoleónica e da intervenção salvadora de Joana d'Arc. Nessa altura, a cidade mundana e festiva impelia-o a arengar sobre a vida social e política da capital francesa.⁶⁹⁰ Quando regressou em 1916, notou uma diferença, não só na iluminação como no habitual espírito festivo a que a cidade parisiense o habituara:

“Quando voltei a Paris em 1916, quase dois anos tinham decorrido sobre o levantar da ação. A Cidade-Luz estava em eclipse parcial de gaz e eletricidade para se proteger das corujas inimigas. Era imponente este panorama noturno, visto à chegada do andar alto do Palais d'Orsay, outrora um mar de sóis, agora um véu de luto estendido sobre os sulcos das ruas e os espigões dos telhados. (...) Estão fechadas a aloquete policial as tocas reinadias de Montmartre, (...) Falta a distração dos libertinos.”⁶⁹¹

No entanto, esta diferença era ilusória, porque apesar de algumas restrições “Desta interdição resgataram-se os teatros; (...)” e a boa mesa. Nesse mesmo ano assistia-se ao “(...) mesmo costumado bulfício pelos passeios e pelos

⁶⁸⁹ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. VII - Sucessos de primavera”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 266.

⁶⁹⁰ Cf. JORGE, Ricardo – “De Paris. II – No reinado do tango”. In JORGE, Ricardo – *Canhenho dum Vagamundo. Impressões de viagem*. 2ª Edição corrigida. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, p. 129.

⁶⁹¹ Cf. JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. O imperialismo do gosto”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, pp. 190-191.

lugares de reunião. Estadeia-se o luxo, de tarde nos *tea-rooms*, (...) à noite nas mesas concorridas dos restaurantes e nos redondéis à cunha dos teatros.”⁶⁹² No entanto, os sinais da guerra estão presentes a cada passo. A presença das tropas britânicas em Paris em meados de junho antecipava a primeira batalha do Somme. Ricardo Jorge detém-se a descrever os detalhes que mostram um país em guerra, sublinhando em especial o luto das mulheres, os militares uniformizados em licença, as sequelas visíveis dos omnipresentes feridos e mutilados de guerra, as medalhas ao peito dos veteranos condecorados, as sequelas mentais e psíquicas pós-traumáticas:

“Aqui vai no Metropolitano um destes desgraçados; a cabeça abanilha como um leque de ombro a ombro, está de pé a ler atentamente um livro; nem despega de ler, nem a cabeça de oscilar – faz aflição esta leitura inverosímil com olhos que balançam sem parança. Defronte uma mulher enlutada, fita-o, passa-lhe pelo rosto uma crispação de mágoa e os olhos arrasam-se-lhe de água.”⁶⁹³

As consequências e mazelas físicas da guerra perdurariam no tempo, e a cada passo topava-se com as sequelas dos veteranos, como a daquele “(...) antigo soldado a quem a sucussão da batalha fez perder a fala e que só por acenos se exprime.”⁶⁹⁴ No ano seguinte, ao regressar em finais de fevereiro aquando da primavera de 1917, nota uma deterioração sensível no abastecimento da cidade: não só na quantidade como na qualidade dos géneros alimentares, principalmente do pão e da carne.⁶⁹⁵ Os cafés e o metropolitano passaram a encerrar às 22h30, a vida noturna decaiu ainda mais, o abastecimento de carvão sofria falhas. A iluminação noturna praticamente não existe. Em 1918 a situação exacerba-se: os bens alimentares escasseiam, sobretudo o açúcar e a manteiga. O pão é racionado. A iluminação pública reduziu-se ainda mais pelo receio dos bombardeamentos aéreos noturnos. Protegeram-se os

⁶⁹² JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. III – Fardas, piolhos e cantigas”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 197.

⁶⁹³ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. III – Fardas, piolhos e cantigas”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 198.

⁶⁹⁴ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. VII.

⁶⁹⁵ “(...) neste Paris em guerra, outrora o paraíso dos estômagos delicados, nem o pão é de hoje nem a carne é de ontem, (...) enquanto que, nas alturas, as naus do ar, anunciadas esta madrugada pela irena estridente dos bombeiros, espectro horrífico duma guerra de abutres, me trazem saudade das horas mansas do remanso alpestre.”, in JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. N° 23 (1917), p. 986.

monumentos e abriram-se refúgios subterrâneos, para além do metropolitano servir de abrigo durante ataques aéreos.

As incumbências do OIHP levaram-no a estar em Paris quando se dá a Ofensiva de primavera de Ludendorf em março/abril de 1918 e a destruição do Corpo Expedicionário Português em La Lys. A amizade com H. Pottevin, cumulativamente membro do OIHP e deputado francês que reunia todas as manhãs com o primeiro-ministro Georges Clemenceau, permitiam a Ricardo Jorge dispor diariamente de informações em primeira mão sobre o desenrolar do conflito, o estado de espírito do chefe do governo francês⁶⁹⁶ e inclusive o estado do Corpo Expedicionário Português. Os comunicados que lia todas as manhãs davam conta de um rápido avanço alemão, o que o deixava preocupado: “Encurralado em Paris, inquieta-me esta aproximação e a iminência de me ver exposto ao pior azar da guerra – estar aprisionado.”⁶⁹⁷ Nessa semana de páscoa as divisões germânicas irromperam rapidamente a partir do norte, e tudo parecia conjugar-se contra a cidade: a maior peça de artilharia até então chegava a bombardeá-la de 15 em 15 minutos à distância de 120 km, causando um profundo impacto psicológico sobre aqueles que nela se encontravam.

A 23 de março, enquanto se deslocava de táxi ao almoço oficial dado pelo ministro aos delegados sanitários, Ricardo Jorge sente o “abanão e o estampido” de uma bomba que caíra próximo. Ainda sem o saber, acabara de presenciar o primeiro ataque a que a cidade era sujeita com recurso à maior peça de artilharia ferroviária até então construída: a *Grande Bertha*. As notícias que lê nos jornais descrevem uma peça de dimensões e calibre colossais que o deixam impressionado. O espanto e as dúvidas técnico-científicas acerca da possibilidade de criar tal peça também lhe consumiram algumas páginas de raciocínio lógico-dedutivo. Em duas ocasiões as bombas caíram a menos de 200 metros do local onde se encontrava: “Chego ao local um quarto de hora depois da explosão, que felizmente não fez vítimas; está-se procedendo à inspeção dos estragos.”⁶⁹⁸ Poucos dias depois, às quatro da tarde, a Igreja de Saint Gervais é obliterada por um projétil. Apinhada de gente por ser sexta-feira santa, “Setenta e seis corpos entre homens, mulheres e crianças, ali ficaram inanimados sob os escombros. Solene e miseranda carnificina, (...)”⁶⁹⁹

⁶⁹⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “Clemenceau. Grandeza e miséria de uma paz”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 94.

⁶⁹⁷ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. IX – Nach Paris. O choque final”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 324.

⁶⁹⁸ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. VI – A Gran Bertha”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 251.

⁶⁹⁹ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. VI – A Gran Bertha”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 253.

A par da destruição causada pela *Grande Bertha*, acudia a aviação alemã a “despejar das nuvens jatos explosivos tão devastadores quando acertam, que ao pé deles a queda de um raio não passa de um brinquedo.”⁷⁰⁰ Se em 1917 era raro ver um avião alemão sobrevoando a cidade, sofriam-se agora ataques relativamente esporádicos da aviação germânica:

“À minha chegada tinham feito uma incursão de estrondo a 9 de março e outra maior a 11; os estragos eram de fresco e bem assinalados. Uma casa de seis andares na rua de Geoffroy Marie está derruída de cima a baixo até aos alicerces; parece ter sido levada a saca-bocado, ou desventrada (...) Os estilhaços das bombas mosqueiam aqui e além o *faubourg de S. Germain*. À mesma cidade dolente chegaram os pelouros homicidas, que deram em cheio no hospital da Pittié, onde mataram enfermos nas suas camas e enfermeiras no seu posto.”⁷⁰¹

A descrição de um desses bombardeamentos noturnos sentidos na primeira pessoa mostra bem o receio promovido pelos sons de alarme de mais uma incursão aérea:

“Ao cabo duma semana de sossego, na sexta-feira antes de Ramos, ouço enfim o sibilo estridente da sereia dos bombeiros, mal acabava de me embainhar na cama. Ao segundo andar deste caravanserá moderno, arcaboço de cimento armado e traves de ferro, acamando sobrados como o *sky-scraper*, não há torpedo que lhe pegue. Mas a vidraça do *bow-window*, apenas tapada de gelosias, é varável pelas estilhas da granada, por isso as instruções da casa aconselham a recolha nos corredores. O alarme faz cortar logo a eletricidade nos quartos; preparo-me às apalpadelas, e embrulhado na capa alentejana, vou ver o alvoroço do *raid* no gentio da casa. Do corredor do meu andar quase toma conta o pessoal das camareiras, vestidas de azul e toucadas de branco, sentadas no tapete em fila, dando a ideia, salvo seja, duma enfiada de presuntos na próxima feira de Neuilly. (...) No rés do chão, ponto o mais perigoso por causa dos cristais das salas do pátio e dos janelões da rua, paira às escuras o pessoal da portaria e do escritório. Mas o grosso dos hóspedes vai alapar-se para mais resguardo na cava – amplo corredor confortado e aquecido.”⁷⁰²

⁷⁰⁰ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. I – A semana trágica”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 182.

⁷⁰¹ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. Azul de Prússia e Gothas”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 221.

⁷⁰² JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. V – Serões de alerta”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, pp. 228-229.

Somente a 27 de março o perigo da entrada iminente do exército alemão se esfumou. Tendo assistido diretamente a uma semana que fez tremer Paris, vê-se na contingência inesperada de regressar mais cedo do que o previsto a Portugal, desta feita para outro combate, o de uma epidemia de gripe que subitamente o demandava. O novo fenómeno epidémico entrara em Portugal e a breve trecho assumiria foros pandémicos. Não conseguiu regressar tão depressa quanto as instruções do governo lho haviam requerido, apanhado no frenesim do êxodo de milhares de parisienses que abandonavam a cidade a partir das gares e surpreendido pelo repentino encerramento da fronteira franco-espanhola. Tenta a todo o custo conseguir o regresso ao país na legação portuguesa, e é aí que encontra vários militares do CEP, entre soldados em licença e feridos que retornam, e que tal como ele se encontram impedidos de regressar. Consegue-o, por fim, graças à amizade do diretor e do secretário do OIHP, Cazotte e Pottevin, ambos ligados à esfera governativa, o primeiro, como ministro plenipotenciário, o segundo, como deputado.

No final de 4 de abril sai do Quai d'Orsay para Lisboa, apressou-se a apresentar-se ao ministro dos negócios estrangeiros a quem expôs as informações que recolhera acerca do estado do CEP, resumindo a traços largos a situação perigosa em que se encontrava o contingente:

“Aquele nosso setor da Flandres não passa dum estendal de desgraças – é o que coligi sem sombra de dúvida dos informes que de várias origens recebo em Paris. As guarnições das trincheiras não são rendidas; não há reservas, falham as condições mais elementares de eficiência. Os capazes e briosos desesperam-se da impotência a que se veem reduzidos. Está tudo desmoralizado e desfeito, esta é a verdade. Veja se pode incuti-la na cabeça de quem governa, e se consegue mostrar-lhes que, por honra e brio do país, condenado a esta deprimente exibição, não há outro remédio, por duro que seja, senão arrancar da linha de batalha aquela lamentável excrescência, inteira e integrada, toda e depressa. Aquele pobre retalho militar está á mercê, dum dia para o outro, do primeiro arrepelão do inimigo que levará tudo d'escantilhão. Poupe-se essa desfeita.”⁷⁰³

A situação precária do CEP era já nessa altura bem conhecida não só dos militares como do governo. Com as responsabilidades de um setor extenso, os meios tornaram-se progressivamente escassos e desmoralizados pelos longos períodos de serviço ininterrupto sem as licenças e rotações previstas. Aliada à desmoralização do contingente, associava-se uma crescente falta de efetivos que deveriam reforçar o CEP; nas cifras apontadas por Gomes da Costa em

⁷⁰³ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. IX – Nach Paris. O choque final”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, pp. 335-336.

30 de março de 1918 faltavam 399 oficiais e 7 059 praças. Muitos dos oficiais que tinham saído de licença não regressavam por razões administrativas. No dia 9 de abril, dia em que o CEP deveria retirar do setor em que se encontrava, foi desbaratado pela surpresa de um violento ataque alemão que pôs fim à capacidade combativa das tropas portuguesas.⁷⁰⁴

Apesar do impacto discursivo das conferências de Ricardo Jorge em torno da crítica ao imperialismo alemão, a guerra traz-lhe novas preocupações do foro sanitário, em especial no que tocava à gestão sanitária de grandes contingentes militares. No mundo da ciência médica e dos organismos de sanidade internacional reavivam-se questões da sanidade castrense e civil, assuntos que se tornam de um momento para o outro em temática dominante. É certo que todos os países que compunham a comunidade sanitária internacional, beligerantes ou não, dispunham de regulamentos próprios assentes em princípios higiénicos, mas mesmo assim competiu ao OIHP o papel de supervisor e investigador dos acontecimentos epidemiológicos e das recomendações a adotar.

Sendo o representante português na Conferência Sanitária Internacional (1911-1912), os progressos no campo da higiene castrense não lhe foram alheios. Pela sua dimensão e proximidade, fosse pelos períodos que passava regularmente em Paris, fosse pelo impacto na vida mundial, no seu dizer: “Atraiu-me e apaixonou-me a guerra cataclísmica, nos seus cambiados aspetos desde que estalou até que desfechou, e desde então até agora nas suas infindas sequelas.”⁷⁰⁵ Foi enviado pelo governo às conferências sanitárias dos aliados onde era delegado desde junho de 1916, e foi no contexto dessas conferências que visitou nesse mesmo ano o setor da frente de batalha ocidental onde se encontrava o exército britânico, entre bases, acampamentos e hospitais. Ao visitar o setor em Étaples, mostrou-se impressionado com o rigor e eficiência da sua organização sanitária, aspeto que não deixaria de sublinhar em momentos posteriores. Repetiria a visita em março de 1917, desta vez às frentes francesas do Somme e da Champagne, onde conheceria o general Gauraud.

No regresso desse último périplo solicitou permissão ao adido militar na legação portuguesa de Paris para visitar os acampamentos portugueses, mas o pedido não foi deferido pelo estado-maior, o que Ricardo Jorge encarou como uma ofensa pessoal, tendo enviado a resposta do telegrama ao presidente da república e a alguns ministros.⁷⁰⁶

⁷⁰⁴ Para uma descrição expandida do estado do CEP na altura da batalha do Lys, veja-se: COSTA, Gomes da – *O Corpo de Exército Português na Grande guerra. A batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920.

⁷⁰⁵ JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. XI.

⁷⁰⁶ Cf. JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. IX – Nach Paris. O choque final”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, pp. 334-335.

Apesar desse episódio, Ricardo Jorge traria dessas digressões uma imagem dos principais problemas de higiene em campanha e que anos mais tarde transcreveria para o papel: “(...) cada regimento tornou-se um manancial de piolhos, (...) Todo o mortal que lidasse nas frentes de batalha trazia de lá como selo de origem o sujo epizoário. Despiolhava-se à grande nos despiolhadoiros – pois nem assim; enquanto durou a campanha, apesar das hecatombes parasiticidas, o piolho não arredou pé – foi o único general nunca vencido.”⁷⁰⁷ Curiosamente, também notou que os militares que aportavam em Paris durante os períodos de licença vinham igualmente acompanhados do “velho parasita próprio do homem, o inseto imundo de que o asseio moderno imaginava ter-nos desinçado.”⁷⁰⁸

Ainda quando se encontrava na Champagne, depois de ter visitado um hospital de convalescentes, a desolação dos campos de batalha leva-o a uma descrição que vale a pena reproduzir:

“Á saída deste teatro original e macabro, amortece-nos o olhar a planície fúnebre, entre as eminências que escondem ao perto Reims a mártir, e ao longe Verdun a heroica, varejadas e desmanteladas a tiro de peça. Ergue-se entre as nuvens um balão cativo, espécie de travesseiro enorme, torcido sobre o leito do céu. E ao largo, no horizonte baço da tarde, adeja um avião, um condor de desmedida envergadura, em exercícios caprichosos de voo. (...) Visão fantasmática, capaz de servir de ilustração ao apocalipse de S. João ou ao pandemónio de Milton!”⁷⁰⁹

No âmbito da preparação do Corpo Expedicionário Português, foi convidado pelo então ministro da guerra, Norton de Matos, a realizar algumas conferências em Tancos sobre a sanidade militar em campanha.⁷¹⁰ O convite justificava-se pelo facto de Ricardo Jorge ser o representante português na Conferência Sanitária Internacional, e foi na condição de perito sanitarista que o convite teve lugar. A prosa higienista com que já habituara os meios académicos e políticos, passava agora para o ambiente castrense. Sublinhando que o exercício da “medicina preventiva pela aplicação dos métodos da higiene geral e específica é hoje uma função suprema da assistência militar em pé de

⁷⁰⁷ JORGE, Ricardo – *Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano*. Sep. da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Lisboa: Impr. Libânio da Silva, 1936, p. 18.

⁷⁰⁸ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. III – Fardas, piolhos e cantigas”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 204.

⁷⁰⁹ JORGE, Ricardo – “Em quarentena de guerra. III – Fardas, piolhos e cantigas”. In JORGE, Ricardo – *Passadas de erradio*. 2ª edição, revista. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, pp. 208-209.

⁷¹⁰ Cf. JORGE, Ricardo – *Sanidade em campanha. Conferências proferidas no acampamento de Tancos e na Faculdade de Medicina de Lisboa em julho e agosto de 1916: 1ª conferência*. Sep. de Arquivos do Instituto Central de Higiene. Vol. 2. Lisboa: [s.n.], 1917.

guerra.”, reafirmava que “Depois do cirurgião, depois do médico, o higienista conquista também o seu posto de honra nas fileiras.”⁷¹¹ Na senda destas premissas, o sentido do discurso era patriótico e até inflamado, em consonância com o espírito que presidia a participação do país no conflito:

“O primeiro esforço dessa missão é talhar o soldado português pelos moldes da higidez: torna-lo saudável, graças aos preceitos higiênicos e torna-lo resistente às infeções, graças aos processos vacinais; impedir com os recursos e a disciplina de profilaxia, atualizada pelo ensino da guerra de hoje, que o soldado seja lenha e acendalha de epidemias. Um treino sanitário tão rigoroso como o da instrução militar. Soldado são e santificado – porque valoroso é ele, o denodo vem-lhe da raça e tradição, vem-lhe dos gloriosos maiores, o soldado de Diu, o soldado da Baía, o soldado das linhas de Elvas, o soldado do Buçaco, o soldado de África.”⁷¹²

Via no modelo sanitário de campanha britânico o paradigma da organização, coordenação e eficiência, chegando a propor a substituição do regimento de saúde militar português por aquele. Apesar da selvajaria e mortandade, reconhecia que a guerra também proporcionava oportunidades no tocante aos grandes investimentos alocados à disposição das necessidades das massas de mobilizados, aplicando-se sem restrições toda a tecnologia e o que de melhor a ciência médica podia oferecer. A habitual apologia de Ricardo Jorge ao reforço do investimento público em sanidade era uma constante, mas reconhecia que não era inferior aos desafios que eram colocados às exigências da assistência médico-sanitária do exército. A classe médica prestava serviço em números até então nunca vistos num conflito que reclamava milhões de vidas e cujo desfecho se desenhava como incerto, dúvida impressa em palavras particularmente pungentes:

“Que dará o choque destas imensas falanges, armadas e municadas formidavelmente de engenhos destruidores – realização fantástica das máquinas sonhadas pelos romanceadores de guerras maravilhosas, que das espingardas fez rodízios de metralhadoras, que multiplicou e escancarou ao máximo as goelas dos canhões em vômito incoercível de projéteis de toda a casta e para todos os efeitos, que inventou elefantes de aço e águias de canhão, que do próprio ar vivificante fez arremesso de gases deletérios, numa ânsia de aniquilamento irresistível e sem parança!”⁷¹³

⁷¹¹ JORGE, Ricardo – “A Guerra e o pensamento médico”. In JORGE, Ricardo – *Sermões de um leigo*. 2º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925, p. 103.

⁷¹² JORGE, Ricardo – “Sanidade em campanha”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), p. 109.

⁷¹³ JORGE, Ricardo – “Sanidade em campanha”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), p. 97.

Mostrando a importância de reduzir ao mínimo as baixas por doença, não resistiu a mencionar o exemplo histórico do médico setecentista Ribeiro Sanches, invocado na qualidade de cirurgião dos exércitos russos, apontando-o como exemplo do médico versado em epidemiologia castrense. Por comparação, não deixou de apontar as más condições de salubridade que encontrara no acampamento de instrução de Tancos, onde “(...) desolar-se-ia ao ver que (...) escancarando-se a fossa primitiva e lobrega, e que o soldado se acocorava pelo mato, rastilhando o chão de fezes e o ar de fedores. As moscas viajavam em nuvens cerradas como gafanhotos, elas o test-objeto da salubridade do campo. (...)” Da mesma maneira sublinhava a ausência de instalações adequadas à higiene pessoal: “Nas manobras de Tancos o soldado encalmado se quis lavar o corpo, teve de valer-se da linfa do Tejo, onde por sinal alguns, perdido o pé no pego, pagaram com a vida o gozo da água fresca.”⁷¹⁴ Depois destes comentários, parece que o *milagre* de Tancos referido por uma parte significativa da historiografia portuguesa sobre a rápida preparação do CEP deve ser repensado, alheio como esteve a uma série de dificuldades na preparação das acomodações dos milhares de soldados recrutados.

As impressões de Ricardo Jorge acerca do cuidado posto na preparação sanitária dos militares do CEP tornam-se mais evidentes se atentarmos à casuística do pós-guerra. António Barradas, encarregado da estatística médica do CEP, não se coibiu de escrever em 1920 que a tuberculose foi a doença que de longe fizera maiores razias.⁷¹⁵ Se tivermos em consideração que dos 2288 óbitos registados no CEP entre 1917 e 1919, 406 correspondem a mortes por doença, maioritariamente por doenças infecciosas, cerca de metade delas do foro pulmonar e dentro destas, cerca de $\frac{3}{4}$ por tuberculose,⁷¹⁶ é lícito invocar entre os demais problemas inerentes à salubridade das condições encontradas no campo de batalha, a ausência de rigor posto na seleção dos mancebos.

Apesar de ter sublinhado a importância de reformar os serviços de saúde do exército, as suas preocupações não encontraram eco junto dos militares. Sobre o esforço português para o teatro de guerra europeu em geral e para o africano em particular, mostrou-se desiludido com a ausência de um planeamento sanitário adequado e executado conforme as normas profiláticas emanadas do higienismo. Apesar de apontar a febre tifoide, o tifo exantemático e a disenteria como os principais inimigos da saúde dos soldados, não parece que as recomendações feitas na conferência de Tancos tivessem produzido o efeito que desejava; nem no teatro de guerra europeu e muito menos no africano. As críticas

⁷¹⁴ JORGE, Ricardo – “Sanidade em campanha”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), pp. 104-105.

⁷¹⁵ Cf. BARRADAS, António – “Service de santé portugais pendant la guerre”. *La Presse Médicale*. N.º 4 (14 janvier 1920), p. 56.

⁷¹⁶ Cf. estes dados em MARQUES, Isabel Pestana – *Os Portugueses nas trincheiras. Um quotidiano de guerra*. Lisboa: Comissão portuguesa de História Militar, 2002, p. 139.

sobre o descuido na preparação e profilaxia sanitária das tropas enviadas para Moçambique trazem ao de cima as preocupações e desilusões do médico que lê “(...) os horrores dessa época de misérias jamais experimentadas, (...)”.⁷¹⁷

“O inimigo, repita-se, foi o próprio português com a sua leviandade, irreflexão, desmazelo e birras, a sua vara na mão, o seu cego posso, quero e mando. Velar pela alimentação, pela saúde e pela assistência das tropas, prevenir e atacar os flagelos que sobre elas incidem letalmente, ouvir e respeitar as vozes da higiene e da medicina, não são predicados de simples caserna. «El-rei manda marchar, não manda chover». Quem o fizer que rebente, se não tiver cama, nem assistência, nem remédios. Como de facto.”⁷¹⁸

“O ensino da profilaxia e da terapêutica em todas as guerras, e maxiné nas guerras de África, dado pelos ingleses de tão memorável maneira que a campanha do Dahomé se chamou *Doctor's War*, nem sabido era quanto mais acatado. Na nossa África Oriental foi uma chacina, olhada com a maior indiferença fatalista. Ai de quem protestasse! Duros bocados houveram de engolir os pobres médicos, forçados a presenciar de braços cruzados este escárnio de tudo quanto significavam os mandamentos da profissão. Desgraçadamente, tantas destas atrocidades representavam cumplicidades criminosas de ofício. (...) Só assim se explica que infetados e incapacitados se dessem por aptos para serviço.”⁷¹⁹

A sua eventual participação no processo da organização sanitária do CEP não chegou a concretizar-se, fruto da animosidade que pressentiu (e posteriormente sentiu) após verificar que as suas recomendações técnicas não tiveram qualquer seguimento. Na verdade, aquando da organização do CEP houve o cuidado de incluir uma secção de higiene e bacteriologia, uma secção sanitária do corpo e uma secção sanitária divisionária, se bem que a ênfase tivesse sido colocada na evacuação e tratamento dos feridos. O serviço de saúde seguia um escalonamento de acordo com a proximidade da linha da frente. Seguindo uma ordem que se afastava progressivamente dessa linha em direção à retaguarda, encontramos os Postos de Socorros

⁷¹⁷ JORGE, Ricardo – “Prefácio”. In LIMA, Américo Pires de – *Na costa d'África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Prefácio do Dr. Ricardo Jorge. Gaia: Edições Pátria, 1933, p. X.

⁷¹⁸ JORGE, Ricardo – “Prefácio”. In LIMA, Américo Pires de – *Na costa d'África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Prefácio do Dr. Ricardo Jorge. Gaia: Edições Pátria, 1933, p. XI.

⁷¹⁹ JORGE, Ricardo – “Prefácio”. In LIMA, Américo Pires de – *Na costa d'África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Prefácio do Dr. Ricardo Jorge. Gaia: Edições Pátria, 1933, p. XI.

Avançados, seguidos pelos postos de feridos (também conhecidos por Postos de Socorros), as Ambulâncias (hospitais de campanha), hospitais de sangue, depósitos de convalescentes e hospitais da base. Transportados de maca ou deslocando-se pelo próprio pé, os feridos eram primeiramente observados nos postos de socorros avançados instalados em abrigos de aço, geralmente próximos dos comandos de cada batalhão na 1ª linha, sendo de seguida triados e evacuados para as Ambulâncias, que eram hospitais de campanha com capacidade cirúrgica. Consoante a gravidade e a necessidade de cuidados mais especializados, os feridos eram transportados em ambulância para os hospitais da segunda linha, formados pelos hospitais de sangue e hospitais de base.⁷²⁰

Conhecedor da moderna organização dos serviços de saúde, mormente a adotada pelo exército britânico, sugeriu a substituição do regimento de saúde militar em vigor por este, proposta que não teve a receção esperada. Da mesma maneira, a recomendação para realizar a inoculação do contingente expedicionário com a vacina antitifoide não se concretizou: a remessa enviada a título gratuito desembarcou no porto de Lisboa, onde acabou inutilizada por nem sequer se ter utilizado. Repetiu o relato dessas memórias na fase final da vida, revelando a mágoa que lhe causara a resposta negativa do QG para visitar, sequer, os aquartelamentos do CEP na Flandres:

“Assisti também a cenas deploráveis aqui em plena metrópole. À volta, em 1916, duma primeira excursão pelos arraiais da guerra, desde Étaples até à Campanha, e da participação das conferências sanitárias interaliadas onde se sentaram os mestres da higiene em ação – ação que foi um prodígio de eficiência e de benemerência – mandava-me o ministro da guerra fazer uma palestra ao acampamento de Tancos, em que se preparava a primeira leva do corpo expedicionário português. Pois os meus colegas do exército reuniram-se – só tarde o soube – para decidir se sim ou não haviam de receber o enviado, em vista da sua falta de divisas na manga do casaco. Essas conferências, repetidas em Lisboa, e em parte publicadas – *Sanidade em Campanha* – não eram mais que a expressão do meu mister de higienista, exercido de muito oficialmente e não oficialmente, dentro da sociedade portuguesa e no meio científico estrangeiro, ao que a minha paisanidade tirava todo o valor efetivo. A pregação pela adoção dos meios de profilaxia antitifoídica pela vacina T.A.B cuja remessa gratuita por parte de VINCENT [sic] se deixou destruir no cais do porto, a opinião de que o regimento de saúde militar vigente tinha de ser substituído pelo regimento britânico, não só pela sua excelência, mas porque

⁷²⁰ Cf. COSTA, Gomes da – *O Corpo de Exército Português na Grande guerra. A batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 61; MORGADO, F. – *Da linha de fogo às Ambulâncias*. Porto: Livraria Chardron, 1917 e MARTINS, A. – *As tropas do 1º Grupo de Saúde em França na Grande Guerra (1917-1919)*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.

ao lado de ingleses íamos combater, ergueram celeuma e invetivas. Declinei a nomeação iminente de coronel médico, que em caso nenhum aceitaria, como declinei em seguida qualquer papel ativo ou passivo que me fora oficialmente solicitado na organização sanitária da campanha; tinha compreendido a inutilidade do meu esforço. As animosidades contra o sincero colaborador chegaram à miséria de, em 1917, me negarem a entrada nos acampamentos portugueses da Flandres, a minha visita, frase oficial do quartel-general, foi julgada «inconveniente e impossível»: nas minhas impressões de guerra registei este odiento e baixo episódio. Contraponha-se, (...) a própria atenção com que me acolheram tantos dos médicos militares portugueses e dos oficiais ilustrados do nosso exército.”⁷²¹

No entanto, a falta de imunização antitifoide e a adoção do regimento de saúde britânico parece desmentida por António Barradas, que num artigo publicado na *Presse Médicale* parece desmentir precisamente estes dois aspetos: “Sistematicamente fizemos a vacinação contra a febre tifóide. (...) a nossa higiene de campanha era do mesmo tipo daquela que punham em prática as tropas britânicas.”⁷²² Na verdade, o serviço de saúde em vigor era o de 1904, adaptado à organização britânica, por proposta de José Gomes Ribeiro, comandante dos serviços de saúde do CEP.⁷²³

Mau grado a amargura com que apontaria o fraco interesse dos médicos militares nas suas achegas e esforços, foi com gosto que constatou que a higiene passaria no grande conflito a sua verdadeira “prova de fogo”:

“Sempre que as condições de guerra se prestaram à aplicação de sanções sanitárias, graças à disciplina militar e à força do dinheiro, por exemplo na frente ocidental, após a Batalha do Marne, os sucessos foram maravilhosos. Nunca a medicina preventiva encontrou um tabuleiro de xadrez tão amplo e apropriado para destacar a estratégia anti-infeciosa; aproveitou-a bem e para além das expectativas mais otimistas.”⁷²⁴

Nas suas palavras, a higiene deixava de ser apenas observada sob o ângulo estrito da medicina preventiva, consagrando-se como uma ciência social que

⁷²¹ JORGE, Ricardo – “Prefácio”. In LIMA, Américo Pires de – *Na costa d’África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Prefácio do Dr. Ricardo Jorge. Gaia: Edições Pátria, 1933, pp. XII-XIII.

⁷²² BARRADAS, António – “Service de santé portugais pendant la guerre”. *La Presse Médicale*. Nº 4 (14 janvier 1920), p. 56. (Tradução nossa).

⁷²³ Cf. [s.a] – “Os serviços de saúde do CEP”. *Portugal na Guerra*. Ano 1º. Nº 7 (dezembro 1917), pp. 10-11.

⁷²⁴ JORGE, Ricardo – *Higiene militante*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1920. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1920, p. 4. (Tradução nossa).

visava o homem coletivo na sua integralidade física. Em face dos até então gigantescos danos à humanidade, o higienismo ultrapassava a sua conceção como arma protetora dos exércitos: a Grande Guerra havia igualmente consagrado a higiene como um direito dos indivíduos e das sociedades.

4.5 – “ouve: morreu um teu amigo...”⁷²⁵

A julgar apenas pela sua bibliografia, seria lícito pensar que ao olharmos para Ricardo Jorge se veja quase sempre a figura de um homem imerso na confeção de relatórios, textos técnicos ou reconstruções históricas, fazendo da palavra escrita um sabre escarpado do passado. Existe, no entanto, um outro lado mais humano e menos propalado da sua vida privada, que aflora aqui e ali, em apontamentos breves e pela sua própria pena.

Depois de terminado o curso, casou-se com a noiva, Leonor Maria Couto dos Santos, sua prima direita, passando a residir no nº 644 da Rua da Rainha, atualmente designada por Rua Antero de Quental.⁷²⁶ O casal teve quatro filhos, o mais conhecido dos quais acabaria por ser o primogénito: Artur Ricardo Jorge, nascido em 21 de julho de 1886, que foi médico e professor de Botânica e Zoologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Ministro da Instrução entre 17 de junho e 9 de julho de 1926. Seguiu-se Ricardo Jorge Júnior, nascido em 21 de agosto de 1888, e ainda Leonor Jorge e Alice Jorge.

Apreciava o folclore e a música popular, gosto que adquiriu durante a juventude quando não passava ainda de uma criança. As recordações das cantigas e tradições populares mostram bem esse gosto, incutido involuntariamente no seio familiar durante na infância:

“Enquanto o martelo repousa no cepo com as tenazes e a ferramenta se abraça afocinhada na hulha, o forjador solta em voz desentoadada as cantigas da sua terra ou as que a rabeça e a garganta do cego das ruas punham em moda. Foi este o meu mundo nascente – a fita corada e sonora, desenrolada de dia e de noite, em que aprendi a ver e a ouvir. Ali me ensinaram a linguagem portuguesa nativa, tão rica de locuções e imagens, e o tesoiro popular de saber e de arte; minha mãe era de outiva uma verdadeira enciclopédia do que veio a chamar-se folclore, ela quem me incutiu o gosto das tradições e o atrativo do ler e escrever.”

⁷²⁵ PIMENTA, Alfredo – “Ricardo Jorge”. *A Voz* (3 agosto 1939).

⁷²⁶ Esta é a morada que consta no depoimento que fez numa ida ao tribunal Militar em 1898 aquando de uma consulta médico-legal. Cf. JORGE, Ricardo – “Uma consulta médico-legal sobre o Gonococo. (Depoimento no Tribunal Militar da 3ª Divisão)”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 1º, Nº 5 (1898), pp. 145-148.

Reforçando estas memórias e a importância da influência parental, chegou a escrever, quase no final da sua vida, sobre os cantares que ouvira quando se encontrava nas romarias da Maia:

“Tenho a demofilia no sangue. Na casa materna ouviam-se a toda a hora os descantes do nosso norte. Pela rua pairavam ainda os cegos músicos, rapsodistas das canções nativas; quantas vezes andei pelas romarias da Maia – berço do mais formoso espécime da raça – a escutar os diálogos rimados do namoro das cachopas lavradeiras, arreadas de grillhões e corações de oiro, com os seus conversados – e os desafios em que a parelha do cantador e da cantadeira à compita, encadeiam quadras de improviso ao toque da viola chuleira, no meio de ouvintes apinhados, prontos a aplaudirem as mais felizes e a rirem com as mais chistosas.”⁷²⁷

Não será por isso de estranhar a breve recolha etnográfica de cantares minhotos que fez no Gerês em 1886, justificada não só com a habitual argumentação científica, mas também por um gosto particular pelo canto popular:

“Hoje, que o valor estético das cantigas populares, e até o seu valor científico, como documentos de psicologia, de demografia e de etnografia, tem sido largamente evangelizado, todo o excursionista *comme il faut* tem de abrir as páginas da sua carteira para recolher solícito quantas quadras ouvir gargantear pelas laringes plebeias na estância que visita.”⁷²⁸

Julgando pela epistolografia e telegramas que trocava com a mulher, dir-se-ia que encontrara em Leonor uma alma gémea. Em dezembro de 1899, dois meses depois de ter rumado a Lisboa, os vários telegramas trocados entre ambos demonstram que ele se encontrava na capital sem a família, que só o acompanharia meses depois.⁷²⁹ A morte da mãe em maio de 1896 e da mulher em dezembro de 1922 são momentos de grande consternação, bem patentes nas evocações, dedicatórias e memórias que acerca delas escreveu. A memória materna seria evocada no EX IMO das *Origens e desenvolvimento da população do Porto* (1897), e a da mulher num texto transido de emoção e sentimento que ultrapassou o âmbito restrito dos 100 exemplares separados da 1ª edição exclusivamente destinados a amigos.⁷³⁰ Dedicou-lhe o *Canhenho*

⁷²⁷ JORGE, Ricardo – “I. O cantador dos campos”. In RAPOSO, P. A. Bettencourt – *Sonetos*. Prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Imprensa Médica, 1936, pp. VII - VIII.

⁷²⁸ JORGE, Ricardo – “Geresiana”. *A Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº 267 (27 setembro 1886), p. 1.

⁷²⁹ Cf. os telegramas em BNP Esp E/18 Cx. 27.

⁷³⁰ Cf. JORGE, Ricardo – “À minha Leonor”. In JORGE, Ricardo – *Canhenho dum Vagamundo*. *Impressões de viagem*. 7º Milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924, pp. XIII-XVIII.

dum Vagamundo (1923), uma das obras que mais sucesso acabaria por conquistar junto do grande público.

Cronicamente doente, escreveu muitos dos seus textos amarrado ao leito. Em outubro de 1899 o seu estado de saúde precário levou D. Carlos e D^a Amélia a enviarem-lhe um telegrama desejando-lhe as melhoras e felicitando-o pela determinação no combate à epidemia.⁷³¹ Com uma saúde ainda mais frágil desde 1908, aproveitou os períodos de inação forçada para escrever sobre temáticas que se desviavam dos habituais relatórios técnicos. A sua doença, como apontou no prefácio de Francisco Rodrigues Lobo, deixava-o prostrado “(...) a vezes longos meses.”⁷³² Esses períodos de repouso forçado eram passados em Portugal - em casa, ou no Buçaco - ou mesmo na Suíça, aonde aportou em duas viagens terapêuticas. Chegou a recorrer ao cantão de Vaud, em outubro de 1908 e fevereiro de 1913, passando por outros períodos mais ou menos longos de repouso em Portugal. O problema do foro intestinal que o acompanhava seria no seu próprio dizer uma “mazela intestinal e suas sequelas nevropáticas [sic].”⁷³³ A enterocolia de que padecia seria algo de tão português que não se escusou de apontar de forma bem-humorada que:

“Combe afirmava que os nativos da Suíça não sofriam de enterocolias. Pois Portugal está inçado desde Monção ao Cabo de Santa Maria, e seria erro pensar que o enterismo indígena é simples fruto podre da vida refinada – *morbis dominorum*. No Gerês tive ocasião de ouvir gemer nos papos da aranha neurasténica o rude barrosão dos socos e da broa, com o mesmo exacerbo e desmancho do lisboeta da bota de polimento e da gulodice. A mesma gama mórbida a dominar horacianamente a choça do serrano e o palácio do cortesão.”⁷³⁴

Funcionando como válvula de escape, os textos que lavrava em fase de convalescença oscilavam entre a historiografia, as memórias de viagem e a crítica literária, tendo-se tornado numa figura de realce no mundo da cultura portuguesa. Foi precisamente como médico e escritor que fez parte do grupo de individualidades que recebeu em junho de 1926 o obstetra brasileiro Fernando Magalhães, grande defensor da reforma ortográfica, que a breve trecho seria eleito para a Academia Brasileira de Letras, e cuja

⁷³¹ Cf. [s.a] – “Aconteceu há 50 anos”. *O Tripeiro*. V^a série. Nº 6 (outubro 1949), p. 139.

⁷³² Cf. JORGE, Ricardo – *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

⁷³³ Cf. JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. Nº 23 (1917), pp. 977- 986.

⁷³⁴ JORGE, Ricardo – “Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana”. *Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil*. Vol. 6. Nº 23 (1917), p. 978.

presidência assumiria em 1929, 1931 e 1932. Entre as dignidades do mundo médico de então, a comitiva de receção estava preenchida por vários médicos igualmente ligados às letras, como Queirós Veloso ou Egas Moniz. A foto que documenta o evento mostra-nos um Ricardo Jorge aparentemente frágil e envelhecido.



Foto 13 – Chegada a Lisboa do médico brasileiro Fernando Magalhães a 4 de junho de 1926. Identificam-se pela numeração: (2) Francisco Gentil, (3) – Augusto Monjardino, (4) – Cardoso de Oliveira, (5) – Fernando Magalhães, (6) – Egas Moniz, (7) – Ricardo Jorge, (8) – Queirós Veloso, (9) – Costa Sacadura, (10) – Fernando Simões. Fonte: ANTT. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/0783D.

Ao completar os 70 anos deixa a DGS por atingir o limite da idade. A 20 de dezembro de 1928 é nomeado presidente técnico do Conselho Superior de Higiene, sendo substituído pelo então inspetor-chefe do pessoal técnico da DGS, José Alberto de Faria que passa a ocupar o lugar de diretor geral da saúde.⁷³⁵ Em fevereiro de 1929 leciona pela última vez na Faculdade de Medicina de Lisboa.⁷³⁶ Armindo Vilela coligiu então os discursos laudatórios que marcaram a altura.⁷³⁷ No mesmo ano, Eduardo Coelho publica a primeira recolha bibliográfica das obras de Ricardo Jorge.

⁷³⁵ *Diário do Governo*. Nº 296. 2ª Série (22 dezembro 1928).

⁷³⁶ Cf. FERNANDES, Barahona – *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual*. Sep. de *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. T. 123. Nº 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 1959, p. 17.

⁷³⁷ Cf. VILELA, Armindo – *Discursos laudatórios proferidos no Hospital Joaquim Urbano e no Laboratório de Bacteriologia*. Tipografia Mendonça, 1929.

O “velho ressequido”⁷³⁸, de “cabeça anciã”⁷³⁹ e “corpo confrangido”⁷⁴⁰ que entre 1922 e 1936 viaja da Alexandria do próximo oriente ao Marrocos norte-africano, passando por vários destinos europeus e pelo Brasil, vai denotando e mostrando nas suas narrativas de viagem a saúde frágil que a idade fazia supor. Ricardo Jorge era um homem com um longo historial de convalescenças motivadas por enterocolites e outras “neuropatias”, que faziam dele um indivíduo de compleição física frágil.

Apesar disso, as viagens pela Europa eram regulares e assim permaneceram até ao fim. Em 1935 não negava alguma fadiga, ao mesmo tempo que lamentava os colegas e amigos que iam desaparecendo. A 3 de outubro de 1935 partia uma vez mais para Paris onde recebe a notícia da morte de Carlos Santos. Respondia desta forma a Bettencourt Raposo: “Muito lhe agradeço os seus pêsames. O Carlos Santos era um velho amigo, bom e dedicado – vão desaparecendo estes companheiros da vida. Lá se foi mais um há dias o Almeida Brandão – dos velhos lentes da Escola do Porto só resto eu.”⁷⁴¹ Dois anos depois morria o amigo de longa data, Bettencourt Raposo. A passo rápido, via desaparecer uma geração de colaboradores e amigos de longa data. Os périplos fora da Europa terminariam após a segunda viagem que realiza a Marrocos em maio de 1936.

O quotidiano de Ricardo Jorge nas décadas de 20 e 30 depreende-se em certa medida daquilo que outros foram escrevendo quando o visitavam. Excetuando as viagens no contexto do OIHP ou do Comité de Higiene da SDN, levava uma existência reservada, pontuada pelas visitas de alguns amigos mais próximos. Vida quase cenobítica quando estava no gabinete do Instituto Central de Higiene, “Era no silêncio do seu gabinete de trabalho que se ocupava da solução dos grandes problemas da saúde pública.”⁷⁴² Fosse no escritório do ICH ou no recolhimento do lar, quem o visitava encontrava-o habitualmente em torno da produção de relatórios e textos, sempre rodeado de livros, revistas estrangeiras e papéis aparentemente desarrumados. As leituras da *Scientia*, da *Revue des Deux Mondes*, da *Presse Médicale*, da *Lancet* e as revistas especializadas em epidemiologia pareciam ser preceito diário.

Eduardo Coelho, com quem travou amizade desde 1929 e que o visitaria amiudadamente desde então, transmite-nos a seguinte imagem do jubilado e

⁷³⁸ JORGE, Ricardo – “De Trieste para Alexandria”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 6.

⁷³⁹ JORGE, Ricardo – “Aos Algarves de além”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 283.

⁷⁴⁰ JORGE, Ricardo – “Em Rabat”. In JORGE, Ricardo – *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 163.

⁷⁴¹ Cf a missiva de Ricardo Jorge a Bettencourt Raposo datada de 25/09/1935 in BNP Esp. E/18 Cx 22.

⁷⁴² MONIZ, Egas – “Ricardo Jorge”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. N.º 9 (setembro 1939), p. 518.

do ambiente da sua casa, onde não faltava um quadro da cabeça embalsamada de um cão na parede do quarto:

“Se eu aparecia de manhã, antes das dez horas, encontrava-o na cama a trabalhar, livros abertos em cima da manta, linguados espalhados e ele a escrever naqueles caracteres tão seus que poucos decifram; outras vezes via-o à volta dos jornais, a unhar passos de barbarismo da linguagem. Se era mais tarde, encontrava-o na cadeira, cercado de livros em desordem (mas ordenados naquela portentosa cabeça). Ali lia, escrevia, trabalhava, ali fazia os diagnósticos epidemiológicos. (...) Os restantes móveis estavam empilhados de livros e de revistas. À secretária não se podia chegar tal a ruma de livros e papelada que a enchia. Pelas paredes dessa sala (...) recordações, caricaturas que lhe fizeram alguns artistas nacionais e estrangeiros, um retrato de Charcot (...) a célebre fotografia em que estão juntos, Ricardo e Camilo, uma fotografia das «Meninas» de Velasquez. (...) enfiava um roupão, calçava umas pantufas, e assim trabalhava e recebia toda a gente: nacionais e estrangeiros.”⁷⁴³

Em 1937, aquando da celebração do centenário da Escola Médico-Cirúrgica, Almeida Garrett convidou-o para presidir à cerimónia. Tendo acedido de imediato, acabaria por não comparecer, impossibilitado de se deslocar pela doença.⁷⁴⁴ Jubila-se no ano seguinte, a 9 de maio de 1938.

Também não assistiu à sessão do *Office* de outubro de 1938 por continuar doente, regressando a Paris somente em abril de 1939. Quando participava na reunião do Comité Permanente do *Office* em abril/maio de 1939, Ricardo Jorge era já um vetusto decano que completara 81 anos, algo combalido, mas tendo ainda discursado perante o Conselho. Sem o saber, seria o último evento público em que participava. Dois meses mais tarde, morreria.

Já no ano anterior se sentira doente, tendo na altura realizado uma bateria de análises clínicas, mas em julho de 1939 o seu estado físico deteriora-se. Internado na Casa de Saúde de Benfica a 6 de julho de 1939, fica aos cuidados do seu colega e amigo Reynaldo dos Santos.

É ele quem se decide inequivocamente pela cirurgia, advogando para si mesmo “(...) uma cura radical, que ele bem sabia ir expô-lo ao perigo derradeiro, rejeitando, desdenhosamente, um tratamento paliativo (...)”.⁷⁴⁵ É operado por Reynaldo dos Santos e aparentemente recupera. Chega inclusive a escrever uma carta ao secretário do Congresso Internacional de Medicina aceitando o

⁷⁴³ COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge: recordações*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 38-39. Lisboa: 1939, pp. 15-16.

⁷⁴⁴ Cf. GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), p. 571.

⁷⁴⁵ FARIA, José Alberto de – “Ricardo Jorge construiu a nossa Higiene Pública”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), p. 587.

convite para realizar uma comunicação, que prometia apenas não levar a cabo em caso de força maior.⁷⁴⁶

Ao internar-se, levava consigo um livro sobre Lope de Veja, que a fazer fé nas palavras de Eduardo Coelho nem sequer chegaria a abrir.⁷⁴⁷ Ao visitá-lo no período subsequente à cirurgia, Egas Moniz reencontra o vetusto amigo de longa data, animando-o na conversa que se seguiu. Na verdade, ambos estavam em recuperação: quatro meses antes Egas Moniz tinha sido alvo de uma tentativa de homicídio, mais precisamente em março. Atingido a tiro por um doente mental no seu consultório de Lisboa, foi operado, e contra todas as probabilidades e expectativas de quem fora atingido por vários disparos, sobreviveu. Foi quando ainda se encontra em Paris que Ricardo Jorge recebeu uma carta do filho Artur, informando-o das suas preocupações sobre a política internacional, e onde o coloca a par da tentativa de assassinato do seu amigo Egas Moniz.⁷⁴⁸ Do reencontro entre estes dois convalescentes, diria Egas:

“Quando nos vimos pela última vez, após a sua operação, numa aparente fase de melhoras, recordou o meu abatimento após a agressão que me ia prostrando e exultou de satisfação por me ver em via de restabelecimento. (...) - «Não estou arrependido de me ter feito operar, não podia viver assim...», dizia-me corajosamente, como quem, encarando todas as possibilidades e até pressentindo o pior, a considerasse como termo lógico à sua já dilatada existência.”⁷⁴⁹

A partir do dia 18 a situação clínica agrava-se. Asteniado e muito emagrecido, alternando períodos entre o sub-febril e o febril, perde progressivamente a consciência, acabando por morrer a 29 de julho.⁷⁵⁰ Na última visita que lhe fez poucos dias antes, Almeida Garrett encontrou-o “(...) transmutado. A doença já o siderava. «Você quis ver esta miséria», balbuciou ele, como que envergonhado da inferioridade a que se encontrava reduzido; depois uma sentida evocação da companheira, com quem em breve voltaria a juntar-se e nada mais... (...) três ou quatro dias mais tarde ia a caminho do *podridero* (...)”⁷⁵¹

⁷⁴⁶ Cf. a missiva em COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola Lda, 1961, p. 171.

⁷⁴⁷ Cf. COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge: recordações*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 38-39. Lisboa: 1939, p. 32.

⁷⁴⁸ “(...) O Egas Moniz tirou-se a três balas e já se levantou da operação. Sei isto pelos jornais.” Cf. a carta de Artur Ricardo Jorge datada de 02/05/1939. BNP. Esp. E18/Cx. 26.

⁷⁴⁹ MONIZ, Egas – “Ricardo Jorge”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 19139), p. 517.

⁷⁵⁰ Cf. os registos hospitalares, incluindo receitas, análises, despesas da casa de saúde, quadros de avaliação dos sinais vitais e indicações terapêuticas em BNP. Esp. E18/Cx. 27.

⁷⁵¹ GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), p. 581.

Apesar de se multiplicarem as condolências e as cartas dos seus mais próximos confrades e amigos, expressando o costumeiro pesar,⁷⁵² estranhamente as notícias na imprensa diária não abundaram, se bem que nas poucas que se publicaram se exaltasse a sua figura. Compreensivelmente, aquelas que mais rapidamente se apressaram a noticiar o óbito do venerável decano foram as gazetas médicas e científicas.⁷⁵³ Alfredo Pimenta expressou em poucas palavras aquilo que se repetia um pouco por todo o lado nos elogios póstumos:

“Ricardo Jorge foi, na última metade do século XIX, e nestes primeiros trinta anos do século XX, a figura mais extraordinariamente interessante da vida culta portuguesa – porque o seu espírito era diamante de mil facetas. Escritor – de primeira água, pensador – de primeira grandeza; crítico – do mais alto saber; polemista – do mais rijo pulso. Em tudo, foi grande. Em qualquer assunto que abordasse, ficava, indelével, o sinal da sua garra gigante. (...) Pertenceu a uma geração brilhantíssima, e conviveu com todos ou quase todos os homens admiráveis dessa geração.”⁷⁵⁴

A transladação do corpo teve lugar a 13 de dezembro de 1939, sendo enterrado às 16 horas no cemitério privativo da Ordem de São Francisco em Agramonte. Realizou-se de forma muito discreta, em secretismo e sem qualquer público presente para além da família mais próxima e de algumas poucas pessoas, como Américo Pires de Lima, “evitando tudo o que seja publicidade, inconfidências, presença de flores e de oradores.”⁷⁵⁵ Na mesma altura também foi trasladado o corpo da esposa. Cumprindo os desejos do próprio, e com a anuência do Inspetor de Saúde do Porto, realizou-se um rasgo na base dos caixões de chumbo na presença de um subdelegado de saúde, contornando-se uma das disposições legais sobre a manipulação dos féretros.

Ainda na breve memória de Alfredo Pimenta se sugeria que no epitáfio constasse *Dulce sapiente vivere, nec sane acerbum est mori*. Não seria essa a que constaria, inscrevendo-se em sua vez: *Nihil Nisi Amor* – Nada se faz sem amor.

⁷⁵² Cf. BNP. Esp. E18/Cx. 28.

⁷⁵³ Cf. [s.a] – “Ricardo Jorge (Obituário)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 57 (1939), pp. 398-434, MONTEIRO, Arlindo Camilo – “O Prof. Ricardo Jorge: evocação do seu perfil austero e do historiador das ciências”. *Petrus Nonius*. Vol. II. Fasc. 3 (1939), pp. 238-246 e NARCISO, Armando – “Prof. Ricardo Jorge”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano V. Nº 8 (agosto 1939), pp. 247-250.

⁷⁵⁴ PIMENTA, Alfredo – “Ricardo Jorge”. *A Voz* (3 de agosto de 1939).

⁷⁵⁵ Cf. a missiva de 9 de dezembro de 1939 dirigida ao filho de Ricardo Jorge em preparação do traslado dos corpos em BNP. Esp. E18/Cx. 27.

(Página deixada propositadamente em branco)

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a atividade científica de Ricardo Jorge (1858-1938), figura cimeira da higiene pública no contexto internacional médico-científico e no quadro das ciências da saúde continuará a ser um desafio, de tal forma que esta história de síntese que agora se conclui não será senão mais um subsídio. A rede de relações científicas e políticas que estabeleceu espalhou-se de forma muito lata e heterogénea, abarcando personagens com grandes diferenças geracionais, mas que não se restringem ao mundo estrito da ciência médica. No entanto, as características culturais e científicas que partilhou com uma fatia importante da geração médica a que pertenceu, irmana-o cientificamente com os perfis coevos de Câmara Pestana, Miguel Bombarda, Maximiano Lemos, Júlio de Matos, Magalhães Lemos, Augusto Rocha e Augusto Filipe Simões.

Ao tecer o enredo da biografia de Ricardo Jorge, verifica-se que desde os inícios da década de 80 se integrou numa corrente que mescla preocupações de ordem social e pedagógica, de renovação do ensino médico e de promoção da saúde pública, fosse pela promoção do higienismo enquanto doutrina médica de alcance individual e social, fosse pela pedagogia da consciência social higienista, fosse ainda pela defesa do investimento público na reestruturação e operacionalização de um plano nacional de defesa da saúde coletiva. O impulso modernizador e a ideia de progresso perpassavam as ciências em geral e a medicina em particular, influenciando o discurso ricardiano que avidamente incorpora múltiplas dimensões de modernidade. O evolucionismo spenceriano e a modernidade imposta pela medicina laboratorial de cunho bacteriológico fazem parte dos alicerces do seu pensamento, posto em evidência numa extensa obra científico-literária onde congrega vários pontos que seriam uma constante ao longo de toda a vida: higiene, biologia, epidemiologia, história, pedagogia e crítica.

O significado médico-social e a ação pedagógica da sua obra estenderam-se à organização sanitária e à cultura, permeada por um claro sentido humanista. Ao rememorarmos o cientista, não resta dúvida que foi um personagem paradigmático na fronteira da transição entre modelos conceptuais, cuja vida decorreu no seio de dois grandes movimentos refundadores das ciências médicas, enquadradas sob as diretrizes culturais do positivismo. Por um lado, a afirmação e sedimentação da microbiologia/bacteriologia que decorreu ao longo do último quartel do século XIX e início do século XX, por outro, a consolidação do

papel social da medicina através da confirmação e plena aceitação do higienismo como disciplina médica ao serviço dos Estados e das populações. Mais do que uma simples rutura, estes momentos de transição não foram lineares e muito menos pacíficos. Os discursos dos diferentes atores vão revelando as resistências e a aceitação dos novos marcos construtores da ciência, onde Ricardo Jorge se move e desempenha um papel determinante.

E se há valores que absorveu e materializou, foram os da modernidade da ciência sanitária construída de forma objetiva numa base epidemiológica e laboratorial. Não apenas no caso da medicina, mas muito particularmente nesta, o laboratório assumiu o papel avalizador e construtor do conhecimento de base experimental, com o que a medicina conseguia atribuir a origem de uma série de doenças a outros tantos microrganismos, revolucionando não só o conhecimento etiopatogénico mas também as medidas e mecanismos destinadas a controlá-los. Ricardo Jorge não deixa de estabelecer um quadro de relações e interfaces entre as diversas disciplinas científicas implicadas na afirmação científica da higiene pública, para quem o higienismo se escora no plano coletivo e se cruza obrigatoriamente com a microbiologia, a química, a demografia, a estatística e o urbanismo. Existe uma clara relação biunívoca entre a higiene e o ensino médico. A higiene, a higiene como desígnio social, a epidemiologia, a medicina social e a promoção da saúde, todas estas disciplinas que se multiplicaram desde a segunda metade do século XIX foram influenciadas pela evolução do ensino médico e pela pesquisa laboratorial. Um dos melhores exemplos desta evolução paralela e interdependente no que diz respeito à saúde pública, encontra-se nos desafios que a bacteriologia colocou à epidemiologia, forçando-a a adaptar-se a uma nova disciplina, o que no caso português se fez com algumas resistências, bem visíveis no episódio pestífero do Porto. Nessa altura a medicina portuguesa encontrava-se ainda sob a pressão de um progressivo processo de cientificação, e muitos eram ainda os desafios postos aos cultores da arte de curar. É verdade que aos olhos dos clínicos a morte já não era uma “(...) potência celeste ou diabólica (...).Varia conforme o meio climático e o meio social, varia conforme a situação vital da pessoa ou da comunidade”⁷⁵⁶. Isto não significa que as portas entretanto abertas pelo higienismo e bacteriologia fossem suficientes para conferir à medicina um estatuto de infalibilidade curativa. Sem o recurso a estudos sistemáticos de histopatologia, e numa altura em que os meios complementares de diagnóstico eram praticamente inexistentes, até meados/finais do século XIX o diagnóstico das doenças era muitas vezes confuso e impreciso, o que não só conferia dificuldades acrescidas ao tratamento, mas também na realização de uma estatística séria e fiável na altura do óbito. Mesmo assim, a importância

⁷⁵⁶ JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899, p. 294.

das grandes causas de morte não fica por isso menos expressa nos números que Ricardo Jorge coligiu, adjuvadas, como o foram, pelo discurso médico-político sobre as mesmas.

Ao reconstruir as pegadas deste missionário do higienismo, desenha-se acima de tudo o percurso deixado pelas pegadas de um reformador social. A par do discurso em prol da reforma sanitária e da higiene pública, de que foi sem qualquer dúvida o principal ator, teve um papel determinante na preparação do Estado higienista. A mobilização dos decisores políticos, fossem eles locais ou nacionais, absorveu-lhe uma parte significativa do discurso reformista. Se quisermos avaliar o seu contributo para o progresso da consciência social sanitária, diríamos que ultrapassou o perfil de locutor da validade da ciência higiénica como ferramenta médico-social de controlo da saúde pública: promoveu-o e passou a corporiza-lo, influenciando os agentes políticos e codificando-o na letra da lei. Daí que a orientação geral seguida pela política de saúde entre 1901 e 1939 se tenha realizado sob a sua batuta, talhada na senda da higiene social.

Ao percorrermos o decálogo legislativo saído da sua pena, encontramos todas as evidências de um processo de reconhecimento político da autoridade da ciência higiénica, que atinge em 1901 a maioria. Desde a entrada em vigor da reforma sanitária de 1901, passou a imperar uma política declaradamente higienista, devedora dos princípios da medicina preventiva decorrentes do movimento sanitário que percorrera a Europa no século XIX. À inovação política plasmada na codificação legislativa, acrescentou a inovação institucional, representada pelo Instituto Central de Higiene, procurando corresponder à sua estratégia de saúde pública a nível nacional. Deu assim forma a um paradigma que se iria manter durante quase meio século. Seria porventura um paradigma demasiado longo, pois apesar da sua longa vida Ricardo Jorge não viveu o suficiente para ver a revolução antibiótica tomar de assalto e tornar obsoletos muitos dos pilares da “ciência higiénica”. Viveu, sim, o suficiente, para se impor como um dos paladinos da reforma científica operada em Portugal entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Nessa janela temporal, cabia à epidemiologia construir e apreciar o impacto do meio social local nos processos sanitários de saúde coletiva, superando a atribuição dos resultados obtidos em saúde a um só fator, evidenciando a complexidade existente nos múltiplos determinantes da saúde.

Mostrou-se igualmente atento à necessidade de promover não só uma reestruturação do ensino médico, mas também à investigação de base experimental. Num país mais habituado a ser recetor de saber científico onde o contexto internacional exigia uma maior valorização, o seu discurso incorporava as dimensões do pensamento positivo de tónica spenceriana, alargando-se não só ao mundo da formação médica mas à pedagogia do ensino em geral. Este sentido reformista e de modernidade, por oposição ao decadentismo político percecionado por uma parte da sociedade portuguesa do último quartel de novecentos, incorpora-se com as aspirações de renovação nacional que tiveram

no partido republicano uma nova acha, polarizando progressivamente uma faixa de intelectuais que se alarga no tempo. É nesse sentido que se compreende a razão pela qual se identificou com os modernos princípios de reforma assumidos pelo republicanismo, mesmo quando este se encontrava numa fase incipiente, mas não deixaria de se incompatibilizar com alguns dos elementos que propunham uma intervenção política mais militante.

A extensa rede de relações científicas e de amizade que criou no OIHP e no Comité da SDN a partir do pós-guerra mostra bem a internacionalização do seu trabalho de higienista, a que não é alheia uma certa “diplomacia sanitária” sobretudo no tocante à normalização das relações sanitárias entre estados. O lugar de relevo que desde cedo começou a ocupar no espectro sanitário internacional permitiu-lhe continuar a ser o delegado do governo português nas instâncias internacionais, independentemente dos ventos políticos que a sua longa vida conheceu. Apesar de alternarem entre a monarquia e a república, permeadas pelo sidonismo e pela ditadura do Estado Novo, em nenhum momento foi preterido nas suas funções, nem os rumos políticos que imprimiu à saúde pública foram postos em causa. E não fosse o financiamento cronicamente deficitário do setor da saúde, todas as nuances dos regimes políticos que se sucederam não deixaram de lhe ser mais ou menos favoráveis, tendo permanecido como um referencial imutável da sanidade pública em todos os regimes políticos que a sua longa vida atravessou.

6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

A recolha de fontes e bibliografia, tanto a proveniente da pena do próprio Ricardo Jorge como aquela que o tem como tema, foi realizada a partir de um conjunto disperso de acervos. Se bem que a maior parte da sua obra se encontra na Biblioteca do INSA, que para o efeito a disponibiliza em grande parte através do seu sítio web, existe ainda uma multiplicidade de outras obras e escritos do autor espalhados por outras bibliotecas e arquivos, incluindo uma quantidade considerável de artigos em periódicos. Não foi esquecida a recolha de textos escritos sobre Ricardo Jorge até 2014, não só do ponto de vista biográfico mas também historiográfico e memorialista.

Este exercício foi inicialmente realizado por Eduardo Coelho em 1929, que após uma recolha que o próprio reconheceu ser incompleta (como admitiria muitos anos depois, fornecida pelo próprio Ricardo Jorge),⁷⁵⁷ chega a um total de 209 títulos,⁷⁵⁸ vários deles referenciados de forma muito sumária e em alguns casos incorreta. Seguiu-se outra em 1946 que aumenta para 256 o número total de títulos, mas ainda assim inacabada.⁷⁵⁹ Inclui, no entanto, várias publicações editadas entre 1929 e 1939. Em 1946 surgiria a primeira coletânea de referências bibliográficas de escritos sobre Ricardo Jorge,⁷⁶⁰ a maior parte dos quais se encontra reunida em alguns números de *A Medicina Contemporânea* (1939) e da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia* (1941).⁷⁶¹ Em 1939 a *Lisboa Médica* também lhe dedicou um número temático com pequenos

⁷⁵⁷ Cf. COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola Lda, 1961, p. 183.

⁷⁵⁸ Cf. COELHO, Eduardo – *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico, seguido da resenha bibliográfica da sua obra*. Paris; Lisboa: Liv. Aillaud & Bertrand, 1929, pp. 71-80.

⁷⁵⁹ Cf. COELHO, Eduardo; CASTRO, Canto e – “Contribution à la Bibliographie du Prof. Ricardo Jorge”, *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 1 (1946), pp. 13-25.

⁷⁶⁰ Cf. COELHO, Eduardo – “Le Prof. Ricardo Jorge - Note Bibliographique de travaux qui lui son consacrés”, *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 4 (1946), pp. 266-269.

⁷⁶¹ Cf. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. Nºs 38-39 (setembro de 1939) e a *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. Nºs 7 e 8 (julho e agosto de 1941).

textos memorialistas.⁷⁶² Em 1960, Fernando da Silva Correia estabelece em 267 o número de publicações de Ricardo Jorge, reconhecendo que se desconheciam mais de 30, sem contar com inéditos.⁷⁶³

Desde então os exercícios de recolha bibliográfica não recolheram adeptos, talvez pelo facto da quantidade de dispersos continuar absolutamente desconhecida. Difíceis de localizar, muitas vezes só por mero acaso se encontram no decorrer da demorada leitura de coleções inteiras de periódicos. Os textos esparsos divisam-se penosamente entre uma quantidade de revistas e periódicos fora do mundo médico-científico, sujeitos a diversas influências políticas e culturais, que incluem: *O Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto*, *Folha Nova*, *Norte*, *Diário da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Manhã*, *Novidades*, *Século*, *Atlântida*, *Arquivo Literário* e *Portucale*.

Chegámos a uma contabilização que eleva para 357 o registo bibliográfico ricardiano. A compilação que se segue obedeceu a princípios de sistematização bibliográfica, para que os leitores – sejam investigadores com interesses do foro académico, ou não – possam aquilatar do aspeto multifacetado, riqueza intelectual e erudição deste invulgar homem de ciência.

Através desta bibliografia somos autorizados a responder com segurança a algumas questões entretanto levantadas, se bem que importa reconhecer as limitações impostas pela vastidão da obra do biografado: nos longos meses despendidos na recolha das fontes tivemos a oportunidade de verificar que existem muitos artigos que escapavam à catalogação existente e é possível que ainda subsista uma quantidade indeterminada de textos dispersos que também escaparam à nossa recolha. A pesquisa pelos periódicos mostrou-se particularmente demorada, bem como a localização dos textos dispersos nos múltiplos *Procès-verbaux* da OIHP ou publicados no contexto da SDN, onde se encontram vários dos textos que serviriam de base a compilações posteriormente reunidas em relatórios que se reproduzem em grande parte nos *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Por outro lado, as múltiplas separatas originadas em artigos publicados um pouco por toda a imprensa médica, mas sobretudo na *Lisboa Médica*; *Clinica*, *Higiene e Hidrologia* ou em *A Medicina Contemporânea*, aumentam ainda mais o número total de obras. Sempre que possível, e quando os textos não apresentam diferenças ou adendas, indicou-se apenas uma das publicações, por forma a evitar duplicações. E o número poderia ser ainda maior, pois pudemos igualmente encontrar uma série de referências a vários escritos que terá preparado, mas que não conseguimos encontrar nem verificar, pelo que não foram incluídos na contagem: *De como se casou Camilo* (1931), *Camilo carteador* (1931),

⁷⁶² Cf. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro de 1939).

⁷⁶³ Cf. CORREIA, Fernando da Silva (Compilação, prefácio, notas e conclusões) – *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge*. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1960, p. XVI.

Às voltas com Camões (1933), *Camões romanceado* (1933), *O Japão e os Portugueses* (1934), *Etiópia portuguesa* (1935), *Portugal de 34 e Talleyrand* (1934), *Os nossos Jesuítas na Etiópia* (1935), *As boticadas de Eusébio Macário e um sábio crítico de Camilo* (1935), *Cardeal de Viseu* (1936), todos eles apontados por Eduardo Coelho ao longo dos seus estudos biográficos, mas sem nunca citar a proveniência. Também não se incluíram as diversas impressões de viagem reunidas no volume póstumo *De Ceca e Meca* (1961), por corresponderem a diversos artigos dispersos publicados quase todos no *Diário de Notícias*, incluindo alguns textos inéditos.

Seria interessante saber os títulos que compuseram a sua biblioteca pessoal, mas tal não é possível, uma vez que em 1961 o seu filho Artur doou uma significativa coleção de livros, dividida entre a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto e o seu Museu de História da Medicina.⁷⁶⁴

Existem ainda outras fontes tornadas disponíveis ao público desde 2009. Uma grande parte dos seus manuscritos, correspondência e fotografias encontram-se armazenadas em 37 caixas que formam o espólio existente na Biblioteca Nacional. Talvez a parte que mais interessa aos historiadores se prenda com a epistolografia que trocou com uma variedade de outros médicos portugueses e estrangeiros, figuras do universo político, intelectuais e outros escritores. Entre centenas de manuscritos, recortes de jornais, cartas que lhe foram dirigidas, fotografias, postais, telegramas e cartões de visita, muito se pode ainda descortinar na altura de reconstruir a sua biografia. Apesar da catalogação se ter realizado quando o espólio foi doado à Biblioteca Nacional, não está ainda organizada de forma a ajudar o trabalho do historiador. Aguarda-se ainda um adequado tratamento deste espólio, onde apenas a digitalização e recatologação permitiriam facilitar e tornar mais adequado o acesso a toda a documentação.

Apesar de também se ter dedicado em parte à escrita de obras de pendor literário, com incursões mais visíveis ao nível da literatura de viagens e à reflexão e problematização de temas de saúde pública, o seu principal labor recaiu na elaboração de inúmeros relatórios técnicos de pendor higio-sanitário, sobretudo no contexto do ICH – mais tarde INSA – e também do OIHP. Também esses mereceram a nossa atenção. Em certa medida, uma parte significativa do prestígio que granjeou além-fronteiras deveu-se exatamente a esse trabalho publicado fora de portas, se bem que também teve a oportunidade de trabalhar de forma próxima e até privar com os principais responsáveis pela OH da SDN.

Fica ainda um breve apontamento sobre o espólio material existente no Arquivo Histórico do Museu da Saúde – INSA, que dispõe de iconografia e algumas peças ligadas à figura de Ricardo Jorge.

⁷⁶⁴ Cf. as missivas de agradecimento da direção da FMUP em BNP. Esp. E18/Cx. 27.

6.1 – Espólio

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. JORGE, Ricardo (1858-1939) – Espólio constituído por manuscritos do autor, correspondência e fotografias. 37 Caixas. [35x30x15 cm]

6.2 – Fontes impressas

6.2.1 – Documentos Oficiais

Atas da Câmara Corporativa (1935-1974)

Assembleia Nacional Constituinte (1911-1911)

Diário da Câmara dos Deputados (1911-1926)

Diário do Senado da República (1911-1926)

Diário do Congresso (1911-1926)

6.2.2 – Legislação

“Legislação Sanitária. Coleção de documentos oficiais, desde 1879 a julho de 1899”. In *Anais de Saúde Pública do Reino. Secção de Legislação*. T. I (1901).

“Legislação Sanitária. Coleção de documentos oficiais desde julho de 1890 a 24 de dezembro de 1901”. In *Anais de Saúde Publica do Reino. Secção de legislação*. T. 2 (1904).

“Legislação sanitária de 5 de outubro a 31 de dezembro de 1910”. In *Arquivos do Instituto Central de Higiene. Secção de legislação*. Vol. I. Fasc. 1º. Lisboa: Imprensa Nacional, (1912).

“Leis, decretos, Portarias, Acórdãos e Editais”, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Nº 2 (1902).

“Leis, decretos, Portarias, Acórdãos e Editais”, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Nº 3 (1903).

“Leis, decretos, Portarias, Acórdãos e Editais”, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Nº 4 (1904).

“Leis, decretos, Portarias, Acórdãos e Editais, de 1905 a 4 de outubro de 1910”. *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. (1905-1910).

“Índice sistemático da legislação sanitária de 1901 a 4 de outubro de 1910”. *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. (1901-1910).

6.3 – Periódicos

6.3.1 – Periódicos de natureza médica e sanitária

A Medicina Contemporânea (1883-1939)

A Medicina Moderna (1894-1923)

A higiene popular (1909-1910)
A Saúde Pública. Hebdomadário de Higiene (1884-1887)
Annales de l'Institut Pasteur (1899)
Annales d'hygiène publique et médecine légale (1899)
Arquivos do Instituto Central de Higiene (1912-1938)
Arquivos de História da Medicina Portuguesa (1886-1922)
Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto (1898)
Boletim da Assistência Social (1942-1967)
Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferências (1897-1902)
Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1946-1953)
Boletim dos Serviços Sanitários do Reino (1902-1905/10)
Boletim Mensal de Estatística Sanitária [Porto] (1893-1901)
Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique (1913-1938)
Coimbra Médica (1891)
Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia (1897-1902)
Gazeta Médica de Lisboa (1872)
Jornal da Sociedade das Ciências Médicas (1835-1926)
La Chronique Médicale (1913)
La Presse médicale (1930-1936)
Le progrès médical (1901)
Lisboa Médica (1939)
O Instituto: jornal científico e literário (1890-1891)
Portugal na Guerra (1917-1918)
Petrus Nonius (1937-1949)
Revista Científica (1882)
Revista Clínica, Higiene e Hidrologia (1935-1941)
Revue d'hygiène et de police sanitaire (1899)
Revue des Deux Mondes (1899)

6.3.2 – Outros periódicos

A Paródia (1900)
A Sátira (1911)
Arquivo Literário (1923-1927)
Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil (1917)
Arquivo Universal: revista hebdomadária (1859-1861)

Diário de Lisboa. Edição mensal (1933)
Folha Nova (1881-1887)
Galeria Republicana (1882-1883)
Jornal da Manhã (1885-1886)
Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses (1924-1927)
Norte (1888)
O Comércio do Porto (1939)
O Primeiro de Janeiro (1888-1922)
O Positivismo (1879-1882)
O Ocidente (1939-1959)
O Tripeiro (1908-1985)

6.4 – Bibliografia sobre Ricardo Jorge

- AGUIAR, Alberto de – “Ricardo Jorge. Atividade científica no Porto”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. N.ºs 38-39 (setembro 1939), pp. 425-430.
- ALVES, Jorge Fernandes – “Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal – Um Apostolado Sanitário”. *Arquivos de Medicina*. Vol. 22. N.º2/3 (2008), pp. 85-90.
- ALVES, Jorge Fernandes (org. e prefácio) – *Signo de Hipócrates - O ensino médico no Porto segundo Ricardo Jorge*. Porto: Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia, 2003.
- AMARAL, Isabel; CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; BORGES, Victor Machado; DORIA, José Luís (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010.
- AURETTA, Christopher Damien – “Ricardo Jorge e o Romance, O Doutor Arrowsmith, de Sinclair Lewis (1885-1951): Dois Médicos «no Ventre do Cosmopolis»”, in AMARAL, Isabel; et al (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 57-68.
- BASTO, Cláudio – “Paladino da linguagem”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 8 (agosto 1941).
- BETTENCOURT, Nicolau de – “Uma grande figura portuguesa”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. N.º 9 (setembro 1939), pp. 577-581.
- BRITO, Rocha – “A Higiene em Coimbra no Século XVI. [...] À memória do Prof. Ricardo Jorge”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano V. N.º 9 (setembro 1939), pp. 302-317.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. *Boletim cultural*. Número Especial dedicado à memória do Doutor Ricardo Jorge. Vol. 4. Fasc. 4 (dezembro 1941), pp. 307-408.
- CASIMIRO, Mário Portocarrero – *Ricardo Jorge contra Bartolomeu de Gusmão: subsídios para a história*. Lisboa: Minerva, 1945.
- CARVALHO, Joaquim de – “Ricardo Jorge na historiografia cultural portuguesa”. *O Ocidente*. Vol. LIV. N.º 241 (maio 1958), pp. 186-189.
- CASTRO, M. – *Camilo e Ricardo Jorge*. Sep. do Boletim do A.C.M.P. Lisboa: 1956.

- COELHO, Eduardo – *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico, seguido da resenha bibliográfica da sua obra*. Paris; Lisboa: Liv. Aillaud & Bertrand, 1929.⁷⁶⁵
- COELHO, Eduardo – “Um mestre da medicina portuguesa – O Dr. Ricardo Jorge”. *Ata Médica Latina* (1932).
- COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge: recordações*. Sep. de A Medicina Contemporânea. 38-39. Lisboa: 1939.
- COELHO, Eduardo – *A personalidade de Ricardo Jorge através de algumas cartas inéditas*. Sep. de Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Agosto de 1941. Lisboa: Tip. H. Torres, 1941.
- COELHO, Eduardo – “Ricardo Jorge. Mestre da Medicina e grande europeu”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 4 (1946), pp. 241-265.⁷⁶⁶
- COELHO, Eduardo – “Le Prof. Ricardo Jorge - Note Bibliographique de travaux qui lui son consacrés”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 4 (1946), pp. 266-269.
- COELHO, Eduardo; CASTRO, Canto e – “Contribution à la Bibliographie du Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 1 (1946), pp. 13-25.
- COELHO, Eduardo – “Ricardo Jorge pedagogo”. *O Ocidente*. Vol. LIV. Nº 241 (maio 1958), pp. 191-200.
- COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge. O homem na sua personalidade e cultura*. Sep. de (O) Ocidente. Vol. LVI. Lisboa: Tip. Editorial Império, 1959.
- COELHO, Eduardo – *Ricardo Jorge, o médico e o humanista*. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa; Barcelona; Rio de Janeiro: Livraria Luso-Espanhola, 1961.
- COELHO, Eduardo – *Uma visita a São Miguel de Seide*. Sep. de (O) Ocidente, 63. Lisboa: Tip. Editorial Império, 1962.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Professor Doutor Ricardo Jorge”. *A Saúde Escolar*. Ano IV. Nº 28 (1939), pp. 121-125.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Ricardo Jorge (notes biographiques)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 1 (1946), pp. 5-12.
- CORREIA, Fernando da Silva – “O grupo dos Amigos do Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 2 (1946), pp. 153-160.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Grupo dos Amigos do Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 3 (1946), pp. 232-234.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Ricardo Jorge”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 67 (1949), pp. 301-306.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Subsídios para a História de 25 anos de defesa da saúde Pública em Portugal (1926-1950): I – De 1926 a 1928 (sendo Diretor-Geral o Prof. Ricardo Jorge)”, *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano VI. Nº 29 (1951), pp. 12-16.
- CORREIA, Fernando da Silva – *No cinquentenário do Instituto Ricardo Jorge*. Lisboa: Tip. Imprensa Médica, 1952.

⁷⁶⁵ Inicialmente publicado em COELHO, Eduardo – “O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico, seguido da resenha bibliográfica da sua obra”, *Lisboa Médica*. Nºs 7 e 8 (1929).

⁷⁶⁶ Também publicado no *Jornal do Médico*. Vol. VIII. Nº 184, (1946), pp. 241-254.

- CORREIA, Fernando da Silva – *A propósito do cinquentenário do Instituto Ricardo Jorge*. Sep. de A Medicina Contemporânea. Ano 70. Nº 4, abril 1952. Lisboa: [s.n.], 1952.
- CORREIA, Fernando da Silva – *O Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Sep. de Boletim da Assistência Social, Jan.-Jun. 1957. Lisboa: Neogravura, Lda., 1957.
- CORREIA, Fernando da Silva – *Ricardo Jorge na hierarquia dos físicos-mores, médicos municipais e sanitaristas portugueses*. Sep. de Boletim dos Serviços de Saúde Pública. Vol. V. Nº 2, 1958. Lisboa: [s.n.], 1958.
- CORREIA, Fernando da Silva – “O prestígio, as obras e as lições de Ricardo Jorge”. *O Ocidente*. Vol. LIV. Nº 241 (maio 1958), pp. 209-221.
- CORREIA, Fernando da Silva (Compilação, notas e conclusões) – *No centenário de Ricardo Jorge: Ricardo Jorge julgado pelos seus contemporâneos*. Sep. do Boletim da Assistência Social. Nºs 135 e 136, Jan.-Jun. 1959. Lisboa: Neogravura, 1959.
- CORREIA, Fernando da Silva (Compilação, prefácio, notas e conclusões) – *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge*. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1960.
- CORREIA, João de Araújo – *Ricardo Jorge, o portuense: conferência*. Porto: Assembleia de Campanhã, 1951.
- CORREIA, João de Araújo – “Ricardo Jorge no purgatório das Letras”. *O Ocidente*. Vol. LIV. Nº 241 (maio 1958), pp. 222-226.
- COSTA, A. Celestino da – “O Prof. Ricardo Jorge e o ensino médico”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), pp. 573-576.
- COSTA, A. Celestino da – “Professor da Faculdade de Medicina”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. Nº 7 (julho 1941).
- COSTA, Rui Manuel Pinto – “Sob o olhar da construção da memória: Ricardo Jorge na tribuna da História”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. Nº 5 (2014), pp. 261-274.
- CRUZ, António – “Ricardo Jorge e o Arquivo Municipal do Porto”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 404-408.
- CRUZ, António – “Camilo e António Ayres. Cartas de Ricardo Jorge e Álvaro Castelões”. *O Tripeiro*. Nº 5. Vol. IV (maio 1985), pp. 129-133.
- CRUZ, António – “Camilo e António Ayres. Do texto de Ricardo Jorge às notas de Álvaro de Castelões”. *O Tripeiro*. Nº 6. Vol. IV (junho 1985), pp. 161-168.
- DIAS, José Lopes – *Duas cartas de Ricardo Jorge a Menéndez Pelayo sobre La Celestina*. Sep. de Imprensa Médica. Lisboa: 1952.
- FARIA, José Alberto de – *Discurso proferido no dia da inauguração do Parque Sanitário em 10-3-1929*. Lisboa: Imp. Nacional, 1929.
- FARIA, José Alberto de – “Ricardo Jorge construiu a nossa higiene pública”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), pp. 582-587.
- FARIA, José Alberto de – “Ricardo Jorge, o defensor da saúde dos portugueses”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. Nºs 38 e 39 (setembro 1939), pp. 402-404.
- FARIA, José Alberto – *Ricardo Jorge, o defensor da saúde dos portugueses*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1939.
- FARIA, José Alberto de – “Na faina epidemiológica”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. Nº 7 (julho 1941).

- FARIA, José Alberto de – “Diretor Geral de Saúde”. *Clinica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. Nº 7 (julho 1941).
- FARIA, José Alberto de – “Ricardo Jorge, médico epidemiologista”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 384-403.
- FERNANDES, Barahona – *Ricardo Jorge: personalidade e atitude espiritual*. Sep. de Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. T. 123. Nº 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 1959.
- FURTADO, Carlos de Arruda – “Ricardo Jorge e a legislação sanitária”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano II. Nº 5 (1947), pp. 5-26.
- FRADA, João José Cúcio – *Ricardo Jorge (1858-1939). Vida, obra e contributos para a história da Higiene, do Sanitarismo e da Epidemiologia/Ricardo Jorge. Life, work and contribution to the history of Hygiene, Sanitary Science and Epidemiology*. Lisboa: Clinfontur, 2009.
- FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999, p. 299.
- GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge e o Porto”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro de 1939), pp. 564-572.
- GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge, higienista”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 366-383.
- GARRETT, António de Almeida – *Ricardo Jorge, higienista*. Porto: Edições Marânus, 1941.
- GARRETT, António de Almeida – *Ricardo Jorge, higienista*. Sep. de Arq. de Trab. da Faculdade de Medicina do Porto. Nº 5, 1942. Porto: 1942.
- GARRETT, António de Almeida – “Chefe da sanidade nacional”. *Clinica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. Nº 7 (julho de 1941).
- GARRETT, António de Almeida – “Ricardo Jorge, médico humanista”. *O Ocidente*. Vol. LIV. Nº 241 (maio 1958), pp. 202-207.
- GARRETT, António de Almeida – *Ricardo Jorge em sua obra de higiene pública e epidemiologia*. Porto: [s.n], 1958.
- GARRETT, António de Almeida – *Ricardo Jorge e a demografia*. Lisboa: Tip. E.N.P., 1958-1959.
- [s.a] – “Homenagem a dois homens de ciência no laboratório de Bacteriologia e Parasitologia da Faculdade de Medicina, respetivamente profs. Drs. Ricardo Jorge e Souza Júnior”. *O Comércio do Porto*. Ano 84 (15 janeiro 1939).
- [s.a] – *Homenagem à memória do Professor Ricardo Jorge*. Porto: Faculdade de Medicina, 1960.
- GUEDES, Vergílio Marques – “Algumas cartas de Ricardo Jorge”. *Jornal do Médico* (março 1947).
- LEMOES, Maximiano de – *A obra científica de Ricardo Jorge. Discurso proferido na Sociedade de Medicina e Cirurgia em sessão de 20 de fevereiro de 1905*. Porto: Tip. de Artur José de Souza & Irmão, 1905.
- LEMOES, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. a vapor da «Enciclopédia portuguesa», 1925, pp. 224-232.
- LESSA, Almerindo – “Ricardo Jorge. Nota sobre o Homem aos oitenta anos”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. Nºs 38-39 (setembro 1939), p. 422.
- LOBO, Rita – “A Contribuição de Ricardo Jorge para o Estudo da Malária em Portugal no Século XX”. In AMARAL, Isabel; et al (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 87-96.

- LOUREIRO, J. A. Maia de – “Ricardo Jorge”. *A Medicina Contemporânea* (IIIª Série). Ano 57. Nºs 38-39 (setembro 1939), pp. 404-405.
- LOUREIRO, J. A. Maia de – “Higienista”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. Nº 7 (julho 1941).
- Mac-BRIDE, Alberto – “Ricardo Jorge na Medicina Contemporânea”. *A Medicina Contemporânea* (IIIª Série). Ano 57. Nºs 38-39 (setembro 1939), pp. 421-422.
- MAIA, Celestino – *No centenário de Ricardo Jorge. Ricardo Jorge Geresista*. Porto: [s.n], 1959.
- MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge – O escritor”. *O Tripeiro*. Vª Série. Ano XIII. Nº 11 (março 1958), pp. 335-340.
- MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge – O intelectual”. *O Tripeiro*. Vª Série. Ano XIII. Nº 12 (abril 1958), pp. 363-367.
- MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge – O intelectual (conclusão)”. *O Tripeiro*. Vª Série. Ano XIV. Nº 1 (maio 1958), pp. 9-12.
- MALPIQUE, Cruz – “A sensibilidade poética de Ricardo Jorge”. *O Tripeiro*. VIª série. Ano I. Nº 4 (abril 1961), pp. 113-117.
- MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge. Tripeiro 100%”. *O Tripeiro*. VIª série. Ano IV. Nº 7 (julho 1964), pp. 203-210.
- MALPIQUE, Cruz – “O grande tripeiro que foi Ricardo Jorge”. *O Tripeiro*. VIª série. Ano X. Nº 6 (junho 1970), pp. 178-182.
- MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge. Historiador e polemista”. *O Tripeiro*. VIª série. Ano X. Nº 9 (setembro 1970), pp. 259-264.
- MALPIQUE, Cruz – “Ricardo Jorge. O seu amor à profissão médica. A sua curiosidade universal”. *O Tripeiro*. VIª série. Ano XII. Nº 3 (março 1972), pp. 65-68.
- MATOS, António Perestrelo de – “Ricardo Jorge e a sua incursão na medicina hidrológica”, in AMARAL, Isabel; *et al* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 75-86.
- MENESES, Maria Olívia Rúber de – *A Espanha na obra histórico-médica de Ricardo Jorge e Maximiano Lemos*. Sep. de O Médico, 825. Porto: Tip. Sequeira, 1967.
- MOITAS, Álvaro – “A peste portuense de 1899 e o prof. Ricardo Jorge”. *O Tripeiro*. Vª série. Ano 1 (setembro 1945), pp. 113-114.
- MONIZ, Egas – “Ricardo Jorge”. *Lisboa Médica*. Ano XVI. Nº 9 (setembro 1939), pp. 517-563.⁷⁶⁷
- MONTEIRO, Arlindo Camilo – *Prof. Ricardo Jorge. Evocação do seu perfil austero e do historiador das ciências*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1939.
- MONTEIRO, Arlindo Camilo – “O estilo do Prof. Ricardo Jorge”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. Nºs 38-39 (setembro 1939), pp. 430-434.
- MONTEIRO, Arlindo Camilo – “O Prof. Ricardo Jorge: evocação do seu perfil austero e do historiador das ciências”. *Petrus Nonius*. Vol. II. Fasc. 3 (1939), pp. 238-246.
- MONTEIRO, Bruno – “Os anos portuenses de Ricardo Jorge. Sociologia de um higienista ‘militante’ (1858-1900)”. In JORGE, Ricardo – *A Peste Bubónica no Porto*. Prefácio de

⁷⁶⁷ Veja-se também a separata MONIZ, Egas – *Ricardo Jorge*. Sep. de Lisboa Médica. Vol. 16. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1939.

- Virgílio Borges Pereira e nota introdutória de Bruno Monteiro. Lisboa: Deriva Editores, 2010, pp. 15-52.
- MONTEIRO, Hernâni – *Relances sobre o ensino médico no Porto*. Sep. de Portugal Médico, 3. Porto: Portugal Médico, 1937.
- MONTEIRO, Hernâni – “O Prof. Ricardo Jorge e a Escola Médica do Porto”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. N.ºs 38-39 (setembro 1939), pp. 416-421.
- MONTEIRO, Hernâni – “Prof. da Escola Médica do Porto”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 7 (julho 1941).
- MONTEIRO, Hernâni – “Ricardo Jorge na Escola Médico-Cirúrgica do Porto”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 315-365.
- MONTEIRO, Hernâni – “O Prof. Ricardo Jorge” *O Tripeiro*. Vª série. Ano XII. N.º 1 (maio 1956), pp. 14-18.
- NABAIS, João-Maria – “O humanismo na medicina: a importância de Amato Lusitano na visão ecuménica de Ricardo Jorge”. *Medicina na Beira Interior da Pré-história ao Século XXI*. N.º 24 (novembro 2010), pp. 21-27.
- NABAIS, João-Maria – “Do Humanismo na Medicina: a Figura de Amato Lusitano Segundo Ricardo Jorge”. In AMARAL, Isabel; et al (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 43-56.
- NARCISO, Armando – “Prof. Ricardo Jorge”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano V. N.º 8 (agosto 1939), pp. 247-250.
- NARCISO, Armando – “À memória do Prof. Ricardo Jorge”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 7 (julho 1941).
- NARCISO, Armando – “Ricardo Jorge, cientista, hidrologista e climatologista”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 7 (julho 1941).
- OLIVEIRA, João Cândido Silva – “No centenário do Prof. Ricardo Jorge”. *Boletim dos Serviços de Saúde Pública*. Vol. 5. N.º 2 (1958), pp. 151-163.
- OLIVEIRA, João Cândido Silva – *Ricardo Jorge, mestre de epidemiologia*. Sep. de Jornal O Médico, 39. Porto: [s.n.], 1959.
- PARISOT, Jacques – *En hommage à Ricardo Jorge. Grand maître et serviteur de l'hygiène et de la coopération sanitaire internationale*. 1958.
- PEIXOTO, Afrânio – “Ricardo Jorge, sábio e artista”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. N.ºs 38-39 (setembro 1939), p. 434.
- PITA, João Rui – “Filatelia. Ricardo Jorge e a farmácia”. *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*. N.º 35 (2000), p. 32.
- PIMENTA, Alfredo – “A Obra de Ricardo Jorge”. In PIMENTA, Alfredo – *Novos estudos filosóficos e críticos*. Lisboa: Imp. Nacional, 1935, pp. 506-520.
- PIMENTA, Alfredo – “Ricardo Jorge”. *A Voz* (3 de agosto de 1939).
- PINA, Luís de – “Ricardo Jorge e Ribeiro Sanches. Dois homens, duas épocas”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 8 (agosto 1941).
- PORTUGAL. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Homenagem à memória do Professor Ricardo Jorge*. Número especial do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. 4. Fasc. 4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1941, pp. 307-408.

- RAMALHÃO, Carlos – “Ricardo Jorge no Porto”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. N.ºs 38-39 (setembro 1939), pp. 423-425.
- RAMALHÃO, Carlos – *A Bacteriologia no Porto. Súmula de trabalhos de investigação científica*. Porto: Emp. Indust. Gráfica do Porto, 1925.
- RAMALHO, Américo da Costa – “A propósito do *Amato Lusitano* de Ricardo Jorge”. *Revista Portuguesa de História*. T. 10 (1962), pp. 501-508.
- RAMALHO, Américo da Costa – “A propósito do *Amato Lusitano* de Ricardo Jorge”. In RAMALHO, Américo da Costa – *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1969, pp. 187-195.
- REIS, Carlos Vieira – “Ricardo Jorge, Médico Escritor”. In AMARAL, Isabel; *et al.* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 27-42.
- [s.a] – “Ricardo Jorge - Homenagem justa e oportuna”. *Jornal o Médico*. Vol. VIII (1946), pp. 237-240.
- RICON-FERRAZ, Amélia – “Páginas de História da Medicina na obra de Ricardo de Almeida Jorge”. In AMARAL, Isabel; *et al.* (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 15-25.
- ROCHA, Sofia Couto da; PINA, Madalena Esperança. – Ricardo Jorge – “I’m a doctor, nothing is indifferent to me”. *Analecta Historico Medica*. VI. Supl. I (2008), pp. 55-59.
- SANTOS, Carlos – “Ricardo Jorge na vida íntima”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 8 (agosto 1941).
- SANTOS, Reinaldo dos – “Ricardo Jorge”. *A Medicina Contemporânea*. (IIIª Série). Ano 57. N.ºs 38-39 (setembro 1939), pp. 398-402.
- STEFANOPOULO, G. J. – [Carta]. In *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. N.º 2 (1946), pp. 159-160.
- TRAVASSOS, Augusto da Silva – “Um grande epidemiologista - Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*. Ano II. N.º 7 (1947), pp. 161-171.
- UNIVERSIDADE DO PORTO – *Homenagem à memória do professor Ricardo Jorge*. Porto: Faculdade de Medicina, 1962.
- VASCONCELOS, Augusto de – “Diplomata da Medicina”. *Clinica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 7 (julho 1941).
- VENTURA, Augusta Faria Gersão – “Nos últimos anos de vida”. *Clinica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 7 (julho 1941).
- VILELA, Armindo – *Discursos laudatórios proferidos no Hospital Joaquim Urbano e no Laboratório de Bacteriologia*. Tipografia Mendonça, 1929.
- VILELA, Armindo – *I - Dr. Ricardo Jorge. Homenagem de gratidão e de saudade*. Porto: Tip. Domingos de Oliveira, 1940.
- VILELA, Armindo – *II - Dr. Ricardo Jorge. Depoimentos para a sua história*. Porto: Tip. Domingos de Oliveira, 1944.
- VILELA, Armindo – *Ricardo Jorge. Ingratidões!* Braga: Esc. Tip. Of. S. José, 1945.
- VINCENT, Hyacinthe; MARLEY, Louis; GAMY, M. ; PIERRET, R. ; CAMBESSÉDÉS; PETRAGNANI, Gianni; MORGAN, M. T.; MARIGNAC, A. – “Ricardo Jorge apreciado pelos estrangeiros”. *Clinica, Higiene e Hidrologia*. Ano VII. N.º 8 (agosto 1941).

6.5 – Bibliografia ricardiana

6.5.1 – Obra literária, científica e legislativa

- JORGE, Ricardo – *Um ensaio sobre o nervosismo*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1879.
- *Localizações motrizes do cérebro*. Dissertação de concurso apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1880.
- JORGE, Ricardo; ARTUR, Miguel; PINHO, Cândido de (red.) – *Revista Científica*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1882.
- JORGE, Ricardo – “O bioplasma e a biodinâmica – Oração de sapiência 1881”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 1 (janeiro 1882), pp. 18-22; 64-74; 140-153.
- “O reino dos Protistas”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 1 (1882), pp. 46-48, 101-116.
- “Portugal e as ciências no estrangeiro. I – O keratoscópio de A. Plácido. II – A teoria d’Agostinho de Sousa sobre o ritmo cardíaco”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 4 (abril 1882), pp. 202-208.
- “Introdução da filosofia científica em Portugal. Luiz de Verney e a Reforma Pombalina – Centenário do Marquês de Pombal”. *Revista Científica*. Ano I (1882), pp. 221-238.
- “Os grandes Homens e as Comemorações Cívicas – Centenário do Marquês de Pombal”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 6 (junho 1882), pp. 323-328.
- “À memória de Miguel Artur. - Miguel Artur”. *Revista Científica*. Ano I. Nº 10 (outubro 1882), pp. 489-496.
- Celsio [JORGE, Ricardo] – “Coisas Médicas do Porto”. *Folha Nova*. Nº 326 (22 junho 1882), p. 1.
- JORGE, Ricardo – *Almanaque de Amenidades Médicas*. Por Celsio e Fabricio (d’Acquapendente). [Pseudónimos de Ricardo Jorge e Maximiano Lemos]. Porto: Tip. Ocidental, 1882/3.
- “Estudos sobre o eletrodiagnóstico e a eletrometria médica”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 2. Nº 10 (1884), pp. 74-75; Nº 13 (1884), pp. 97-98, Nº 16 (1884), pp. 122-123; Nº 18 (1884), pp. 137-138; Nº 20 (1884), pp. 154-156; Nº 23 (1884), pp. 179-180; Nº 52 (1884), pp. 413-415.
- [Carta de Ricardo Jorge]. *A Medicina Contemporânea*. Ano 2. Nº 20 (1884), pp. 153-154.
- “Da Educação. I”. *Folha Nova*. Nº 157 (18 fevereiro 1884), p.1.
- “Da Educação. III”. *Folha Nova*. Nº 161 (22 fevereiro 1884), p.1.
- “Da Educação. IV”. *Folha Nova*. Nº 162 (23 fevereiro 1884), p.1.
- “A Hidroterapia metódica. Esboço Histórico”. *A Saúde Pública*. 1º ano. Nº 17 (27 abril 1884), pp. 129-130; Nº 18 (4 maio 1884), pp. 137-140.
- “Ao... Sr redactor da «Saúde Pública». As «congestões cerebrais» na estatística mortuária do Porto”. *A Saúde Pública*. 1º ano. Nº 9 (2 março 1884), pp. 66-68.
- *Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na sessão de 1 de outubro de 1885 pelo vogal da secção eletiva [...]*. Porto: Imprensa Moderna, 1885.⁷⁶⁸

⁷⁶⁸ Também publicado de forma faseada no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas* entre abril e agosto de 1885 sob o título: “Críticas e reformas de instrução médica”. Cf.

- *Higiene social aplicada à Nação Portuguesa. Conferências feitas no Porto.* (A Higiene em Portugal; A evolução da sepultura; Inumação e cemitérios; A cremação). Porto: Livraria Civilização, 1885.
- “Higiene social aplicada à Nação Portuguesa (livro e conferência)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano III (1885), pp. 164-165.
- JORGE, Ricardo; OLIVEIRA, Emídio de – “A Miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito) I”. *Folha Nova*. Nº 46 (20 julho 1885), p. 1.
- JORGE, Ricardo – “Literatura Portuguesa. Crítica da *Histoire de la Litterature Portugaise* de Loiseau”. *Jornal da Manhã*. Ano 14. Nº 346 (14 dezembro 1885), p. 1.
- “A Literatura Portuguesa por M. Loiseau” [continuação]. *Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº 4 (4 janeiro 1886), p. 1; idem – “A Literatura Portuguesa por M. Loiseau” [continuação]. *Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº 11 (11 janeiro 1886), p. 1 e idem – “A Literatura Portuguesa por M. Loiseau (continuação)”. *Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº 18 (18 janeiro 1886), p. 1.
- “D. Afonso VI. Ensaio de clínica histórica”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 1 (1886), pp. 2-3.
- “Nota sobre o franclinismo em eletrodiagnóstico”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 17 (1886), pp. 138-139.
- “Trabalhos experimentais sobre os fluoretos alcalinos”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 31 (1886), pp. 259-260.
- “Geresiana”. *Jornal da Manhã*. Ano 15. Nº 267 (27 setembro 1886), p. 1.
- *Ensaio Científicos e Críticos*. Porto: Tip. Ocidental, 1886.
- *De l'électrométrie et de l'électro-diagnostic: à propos de la paralysie faciale de Ch. Bell*. Porto: Tip. Ocidental, 1888.
- *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1888.
- *O Gerês Termal. Historia, Hidrologia, Medicina*. Porto: Tip. Ocidental, 1888.
- “Camilo Castelo Branco”. Ano I. Nº 62. *Norte* (16 março 1888), p. [1].
- “Uma visita a Seide”. *O Primeiro de Janeiro*. Ano 20 (16 março 1888).
- “Parecer apresentado ao Conselho da Escola do Porto, sobre o relatório do delegado de saúde de Lisboa”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 7. Nº 15 (1889), pp. 113-115.
- “Estudo sobre a litíase biliar. Clínica Termal do Gerês”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 8. Nº 18 (1890), pp. 137-138; Nº 19 (1890), pp. 145-148.
- “A acromegalia. Um caso clínico”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 9. Nº 2 (1891), pp. 9-11; Nº 6 (1891), pp. 43-44; Nº 12 (1891), 89-91; Nº 13 (1891), p. 970.
- “Ensino farmacêutico. Parecer acerca da reforma do ensino farmacêutico”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 9. Nº 4 (1891), pp. 26-28.
- *Caldas do Gerês. Guia termal*. Porto: Tip. da Casa editora Alcino Aranha, 1891.
- “Camilo Castelo Branco”. *O Primeiro de Janeiro*. Ano 23. Nº 128 (30 maio 1891), p. 1.

JORGE, Ricardo – “Relatório Apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública na Sessão de 1 de outubro de 1885”. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*. Nº 4-8 (abril-agosto de 1885).

- CIRRADO, A. [Ricardo Jorge] – “Medicina litteris”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 10. Nº 3 (1892), pp. 18-22.
- CIRRADO, A. [Ricardo Jorge] – “Vocabulário Médico. Medicina litteris II”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 10. Nº 8 (1892), pp. 60-61.
- JORGE, Ricardo – “Consulta da Escola Médico-Cirúrgica do Porto ao Exmo. ministro do reino”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 10. Nº11 (1892), pp 86-87; Nº 12 (1892), p. 93.
- JORGE, Ricardo (dir.) – *Boletim Mensal de Estatística Sanitária do Porto*. Ano I a Ano VII. Porto: Serviço Municipal de Saúde e Higiene da Cidade do Porto (1893-1899).
- JORGE, Ricardo – “Une nouvelle classification des eaux minérales”. In *Congrès de Besançon*. Association Française pour l’avancement des sciences, 1893, pp. 824-826.
- “Camilo Castelo Branco”. *O Primeiro de Janeiro*. Ano 26. Nº 128 (1894), p. 1.
- *A epidemia de Lisboa de 1894. Impressões d`uma missão sanitária*. Porto: Tip. Ocidental, 1895.
- “A difteria no Porto. Notas estatísticas”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 13. Nº 4 (1895), pp. 27-28.
- “Ueber einer neuen Wasservibrio”. *Centralblatt für Bakteriologie, Parasitenkunde und Infektionskrankheiten. Erste Abtheilung*. Bd. XIX. Nº 8 (1896), pp. 277-281.
- “Sousa Martins. Discurso proferido por Ricardo Jorge na Sociedade de Medicina e Cirurgia na sessão de 8-11-97”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 1º. Nº (1897), pp. 33-49.
- “Tomás de Carvalho. Discurso na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 1º. Nº 3 (1897), pp. 79-81.
- *Sousa Martins*. Sep. de Bibliografia Literária dos Serviços de Bibliografia Científica do Instituto Pasteur de Lisboa. 1897.
- *Origens & desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Sep. de Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene. Porto: Tip. Ocidental, 1897.
- JORGE, Ricardo, et al. – *Saneamento do Porto. Consulta da comissão de saneamento, apresentada à ex. ma Câmara Municipal do Porto*. Porto: Tip. Ocidental, 1897.
- SILVA, A. J. F.; JORGE, Ricardo – “O estado atual da questão do gonococo na medicina legal e os processos da sua investigação: a propósito de dois casos médico-legais nos tribunais militares portugueses”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 1º (1897).
- CÂMARA MUNICIPAL. REPARTIÇÃO DE SAÚDE E HIGIENE. JORGE, Ricardo de Almeida (red.) – *Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal, 1898 – [19--].
- JORGE, Ricardo – “Uma consulta médico-legal sobre o Gonococo. (Depoimento no Tribunal Militar da 3ª Divisão)”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 1º. Nº 5 (1898), pp. 145-148.
- “Uma questão deontológica”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 1º. Nº 7 (1898), pp. 218-223.
- “A mortalidade urbana”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 2º (1899), pp. 167-175.
- “A epidemia da Fonte Taurina”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 2º (1899), pp. 344-352.

- *Demografia e Higiene da cidade do Porto. Clima, população, mortalidade. Com quadros e gráficos referentes a Lisboa, Porto e Reino, e confrontos internacionais*. Sep. do Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene da cidade do Porto. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899.
- “Aviso aos Ex.mos Facultativos da Cidade do Porto”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 2º (20 de agosto de 1899), pp. 353-355.⁷⁶⁹
- “Primeiras instruções ao público sobre a epidemia. Distribuídas pela autoridade sanitária do Porto”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Ano 2º (20 de agosto de 1899), pp. 356-357.⁷⁷⁰
- “Resposta do médico municipal ao ofício da Câmara Municipal do Porto, sobre as medidas sanitárias”. *Gazeta Médica do Porto. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia*. Suplemento ao nº 11. Ano 2º (1899), pp. 361-368.
- *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899.
- *La peste bubonique de Porto: 1899. Sa découverte. Premiers travaux*. Porto: Tip. de A. J. da Silva Teixeira, 1899.
- “Doutor Luís da Câmara Pestana. 15 de novembro de 1899”. *O Dia*. Ano 1º. Nº 220 (15 de novembro de 1900), p. 2.
- “Ação dos municípios na luta contra a tuberculose”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 19. Nº 15 (1901), p. 130.
- *Reorganização dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.
- “Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública de 24 de dezembro de 1901”. *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*. Nº 1 (1902), pp. 3-126.
- JORGE, Ricardo; PITA, Bettencourt; SERRANO, J. A. – “As decorações do edifício da futura escola médica de Lisboa”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 20. Nº 22 (1902), pp. 174-175.
- JORGE, Ricardo – “O descanso dominical”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 20. Nº 8 (1902), pp. 61-62.
- “Gil Vicente e a Medicina”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 20. Nº 25 (1902), pp 197-199; Nº 26 (1902), pp. 206-208.
- “O primeiro aritmético do Porto”. *Almanaque do Diário da Tarde*. 1º Ano (1902), pp. 81-83.
- “O Xadrez”. *Novidades*. Ano XVIII (6 de outubro de 1902), p. 1.⁷⁷¹
- “Epidemiologia. Sobre o estudo e o combate do sezonismo em Portugal”. *Anais de Saúde Pública do Reino. Secção de Higiene*. T. I. Coimbra: Edição da Imprensa da Universidade, 1903.
- “Camilo Castelo Branco. Uma visita a Seide. Notas d’um jornal – 10 de dezembro de 1887”. *Novidades*. Ano XIX (1 de junho de 1903), p. 1.
- PÁDUA, António de; JORGE, Ricardo – “Contribution á l’étude de l’étiologie, endémiologie, et prophylaxie de la malaria”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 22 (1904), pp. 254-258.

⁷⁶⁹ Texto não assinado por Ricardo Jorge, mas de sua autoria.

⁷⁷⁰ Texto não assinado por Ricardo Jorge, mas de sua autoria.

⁷⁷¹ Texto sobre história.

- JORGE, Ricardo – “A Cura dos Limões pelo Dr. Mirandela”. *Novidades*. Ano XIX (7 de junho de 1904), p. 1.
- “A morte de D. Pedro IV”. In COLEN, Barbosa – *História de Portugal*. Vol. IX. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904.
- *Consumo e falsificação de vinhos. Cartas ao Exmo Sr. Luiz de Castro pelo Dr. Mirandela*. 1ª Série. (Extraído do Diário de Notícias). Lisboa: Oficina Tipográfica, 1904.
- “Censo dos tuberculosos do reino em 1 de janeiro de 1903”, *Anais de Saúde Pública do Reino. Secção de Higiene*. T. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.
- JORGE, Ricardo; SARMENTO, Morais – “La malaria au Portugal. Premiers résultats d’une enquête”. *Anais de Saúde Pública do Reino. Secção de Higiene*. T. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.
- JORGE, Ricardo – “Le regime sanitaire maritime du Portugal, d’après le règlement du 24 décembre 1901”. *Anais de Saúde Publica do Reino. Secção de Higiene*. T. 4. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.
- *Ribeiro Sanches. Discours du Président Ricardo Jorge à la Séance d’ouverture*. Sep. de XV Congrès International de Médecine. Lisbonne, 19-26 Avril 1906. Section XIV – Hygiène et épidémiologie. Lisbonne: Imprimerie «A Editora», 1906.⁷⁷²
- JORGE, Ricardo; SCHINDLER, João Henrique – “Tabelas Preliminares do Movimento Fisiológico da população do reino de Portugal, Anos de 1902, 1903 e 1904 (resultados do primeiro apuramento)”. *Anais de Saúde Publica do Reino. Secção de Demografia e Estatística*. T. 1. Lisboa: Tip. A Editora, 1906.
- JORGE, Ricardo – “Le Mouvement Physiologique de la Population”. 1906.
- JORGE, Ricardo; SARMENTO, Morais – “La malaria au Portugal”. *XV Congrès International de Médecine*. Secção XIV. 2º Fasc. (1907), pp. 202-210.
- JORGE, Ricardo – “Le régime sanitaire e maritime du Portugal”. *XV Congrès International de Médecine*. Secção XIV. 2º Fasc. (1907), pp. 212-236.
- “Cartas de Ribeiro Sanches”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 25. Nº 29 (1907), pp. 229-233.
- *Cartas de Ribeiro Sanches*. Sep. de A Medicina Contemporânea. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1907.
- “A última Cabra Brava”. *O Século*. Ano 28. Nº 9591 (31 agosto 1908), p. 1.
- “Proteção à infância. O que dizem os médicos. Inquérito do Século”. *O Século*. Ano 28. Nº 9530 (1 julho 1908), p. 1.
- “Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano (d’um livro a publicar). Carta ao prof. Maximiano Lemos”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 25 (1908), pp. 193-196.
- “Comentários à vida, obra e época de Amato Lusitano (d’um livro a publicar)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 34 (1908), pp. 265-268.
- “Amato e os mestres humanistas de Salamanca (d’um livro a publicar)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 51 (1908), pp. 401-404.

⁷⁷² Também reproduzido em: JORGE, Ricardo – “Ribeiro Sanches”. *Porto Médico*. Ano 3º. Nº 4 (abril 1906), pp. 128-135.

- “La “Celestina” en Amato Lusitano – Contribución al estudio de la famosa comedia. Traducida directamente del portugués para la revista *Nuestro Tiempo*, por el dr. Federico Montaldo”, *Nuestro Tiempo*, Madrid: Imprenta Alemana (1908).⁷⁷³
- “A partenoplastia. Ensaio de medicina ética sobre a revirginização”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 27 (1909).
- *O mal do bicho. Contribuição à Patologia Colonial Portuguesa*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1909. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1909.
- “Ribeiro Sanches e Soares de Barros”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 27. Nº 46 (1909), pp. 373-376.⁷⁷⁴
- “Sobre a Capela dos Templários de Tomar”. *Diário de Notícias*. Ano 45. Nº 15835 (14 dezembro 1909), p. 1.
- “Amigos de Ribeiro Sanches (J. H. de Magellan)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 28. Nº 1 (1910), pp. 3-6;
- “Amigos de Ribeiro Sanches (J. H. de Magellan)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 28. Nº 2 (1910), pp. 11-14;
- “Amigos de Ribeiro Sanches (J. H. de Magellan)”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 28. Nº 5 (1910), p. 35.
- *Amigos de Ribeiro Sanches – J. H. de Magellan*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1910. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1910.
- “Mestres de Amato em Salamanca”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 1, 1 (1910), pp. 3-12.
- “Cometas antigos em Lisboa. 1577 – 1590 – 1607 – 1618”. *Diário de Notícias*. Ano 46. Nº 15982 (13 de maio de 1910), p. 1.
- “Defesa contra o cólera”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 28. Nº 36 (1910), pp. 282-285; Nº 37 (1910), pp. 289-293; Nº 40 (1910), pp. 314-317; Nº 42 (1910), pp. 331-332.
- *Em verdade. Cartas publicadas no jornal “Republica” de 21 de junho a 1 de julho*. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1911.
- *Les bacillifères de la Zaire et le système défensif contre le choléra par le contrôle bactériologique*. Lisboa: Tip. Mendonça, 1911.
- “Camilo Castelo Branco. Memórias”. *O Século*. Ano 31. Nº 10586 (2 junho 1911), p. 1.
- *O médico municipal. Discurso no congresso dos médicos municipais*. 1911.
- “D. Carolina Michaëlis”. In Academia das Ciências de Lisboa. *Boletim da segunda classe: atas, pareceres, estudos, documentos e notícias*. 5 (1911) (1912), S. 302-302j.
- “D. Carolina Michaëlis e Camilo”. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (1912).
- “Bartolomeu de Gusmão”. *Diário de Notícias*. Ano 48 (1912).⁷⁷⁵

⁷⁷³ Também publicado nos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Vol. VI (1915), pp. 161-175. Este artigo foi comentado em “Celestina. (La) em Amato Lusitano”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 26. Nº 52 (1908), pp. 410-411.

⁷⁷⁴ Também publicado em separata: cf. JORGE, Ricardo – Ribeiro Sanches e Soares de Barros. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1909. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1909.

⁷⁷⁵ Também reproduzido em *A República* (1912).

- “Les bacillifères de la «Zaire» et le système défensif contre le choléra par le contrôle bactériologique”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 1. Fasc. 1 (1913), pp. 1-18.
- “Prostituição e profilaxia antivenérea”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 1. Fasc. 1 (1913), pp. 19-34.
- “Demogenia e mortalidade das cidades portuguesas. Notas sobre o movimento da população das capitais distritais em 1907-1909 e comparações internacionais”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 1. Fasc. 1 (1913), pp. 85-100.
- *El Greco. Nova contribuição biográfica, crítica e médica ao estudo do pintor Doménico Theotocópuli*. Sep. de Revista da Universidade de Coimbra. Vol. I. Nº 4, 1913. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.
- “La fièvre ondulante”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique* (1913).
- “A epidemia tífica de Lisboa em 1912. I. Relatório do prof. Ricardo Jorge”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 1. Fasc. 2 (1913), pp. 131- 150.
- *O médico penitente. Discurso proferido na sessão de abertura da Faculdade das Ciências Médicas em 6 de dezembro de 1913*. Sep. de A Medicina Contemporânea. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1913.
- “A luta contra a tuberculose”. *O Século*. Nº 11 494 (9 de dezembro de 1913).
- “La prophylaxie des maladies vénériennes au Portugal”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1914.
- “La Lépre au Portugal”, *Process Verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1914.
- “A luta contra a tuberculose”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 1. Fasc. 3 (1914), pp. 203-212.
- “La Décroissance de la tuberculose”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1914.
- “Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 5 (1914), pp. 1-21; 97-119; 173-183.
- *A Guerra e o Pensamento Médico. Discurso pronunciado na Sociedade das Ciências Médicas a 5 de dezembro de 1914*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1914. Lisboa: 1914.
- “Lutte contre la tuberculose au Portugal”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique* (1915).
- “La «Celestina» en Amato Lusitano”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 6 (1915), pp. 161-175.
- “La fièvre ondulante”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 1. Fasc. 4 (1915), pp. 301-338.
- *La Guerre et la Pensée Médicale*. Portugal-Lisboa: Edição da Sociedade das Ciências Médicas, 1915.
- *Ramalho Ortigão*. Lisboa: A Editora, 1915.
- Á margem duma revista alemã (En marge d’une revue allemande). Lisboa: Tip. A Editora Limitada, 1915.
- “Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Nova série. 7 (1916), pp. 23-32; 47-57; 65-84.
- *Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano: carta ao Prof. Maximiano Lemos*. Sep. de Arquivos de História da Medicina Portuguesa, 1916. Porto: Tip. a vapor da Enciclopédia Portuguesa, 1916.

- “Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal. Décénio de 1901 - 1910”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Demografia e estatística (1916).
 - *Contra um plágio do Prof. Teófilo Braga: dados para a etho-psicologia literária duma pedantocracia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917.
 - *Sanidade em campanha. Conferências proferidas no acampamento de Tancos e na Faculdade de Medicina de Lisboa em julho e agosto de 1916: 1ª conferência*. Sep. de Arquivos do Instituto Central de Higiene. Vol. 2. Lisboa: [s.n.], 1917.
 - *Folhas d’ouro...: (álbum literário e artístico). Gentilmente colaborado por Escritores e artistas portugueses*. Lisboa: Tip. dos Caminhos de Ferro do Estado, 1917.
 - *Na Meca dos dispépticos. Recordações de Lausana*. Sep. de Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil. Vol. 6, n.º 23. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1917.
 - *De que faleciam os cônegos regrantes*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1918. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1918.
 - *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918.
 - *A Influenza e a febre dos papatazes*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1918.
 - *A Influenza. Nova incursão peninsular. Relatório apresentado ao Conselho Superior de Higiene. Sessão de 18 de junho de 1918*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918.
 - *Nota sobre uma nova infeção epidémica. Encefalite letárgica ou Estupor epidémico*. Sep. de A Medicina Contemporânea, julho de 1918. Lisboa: Tip. Adolfo Mendonça, 1918.
 - *A Influenza pneumónica. Notas ao Conselho Superior de Higiene e Instruções de [30 de agosto de] 1918*. Lisboa: 1918.
- Dr. MIRANDELA [JORGE, Ricardo] – “Isolados pela Espanha”. *Diário de Notícias*. Ano 54 (19 outubro 1918), p. 1.
- “Isolados pela Espanha II”. *Diário de Notícias*. Ano 54 (21 outubro 1918), pp. 1-2.
 - “A guerra epidémica em Espanha”. *Diário de Notícias*. Ano 54 (23 outubro 1918), p. 2.
- JORGE, Ricardo – *La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés, dans sa session de mars 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1919.
- “Le Rôle de l’Office d’Hygiène”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1919.
 - *Le paracoléra et les porteurs de vibrions*. Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique. T. XI, année 1919. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1919.
 - “Peste pneumonique et peste bubonique”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session de juin 1919*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1919.
 - “La Pandémie Grippale de 1918-19”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1919.
 - *Le paracoléra et les porteurs de vibrions. Note présentée au Comité International d’Hygiène, dans la session d’Octobre 1919*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1920. Lisboa: Tip. Adolfo Mendonça, 1920.
 - *Le typhus exanthématique à Porto (1917-1919). Communication faite au Comité international d’hygiène publique dans sa session d’Octobre 1919*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1920.
 - *Francisco Rodrigues Lobo. Ensaio biográfico e crítico*. Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, 1920. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

- *Hygiène militante. Allocution faite à la Conférence des Alliés*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1920. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1920.
- *Discours d'Ouverture du Congrès d'Hydrologie de Monaco*. Congrès de Monaco. 1920.
- *Sur la Nomenclature méthodique des Eaux minérales*. Congrès de Monaco. 1920.
- *Les Eaux minérales du Portugal*. Congrès de Monaco. 1920.
- *Le Climat Lusitanien*. Congrès de Monaco. 1920.
- “Ière Note générale sur la révision de la Convention Sanitaire”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique, session d'Octobre de 1920*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1920.
- “L'Encéphalie Léthargique. Epidémiologie, Nosologie, Histoire”. *Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique* (Décembre 1920).
- “Camilo Castelo Branco”. *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. (Nova série) Ano XI (1920), pp. 185-188.
- “L'Encéphalite Léthargique et la Grossesse. Transmission placentaire de la mère au fœtus”. *Paris Médical*. N° 39 (4 Juin 1921), pp. 454-458.
- “Gomes Leal”. *A Águia*. 2ª série, Vol. XIX. N° 109, 110 e 111 (janeiro a março de 1921), pp. 5-9.
- “Gomes Leal e Camilo”. *Diário de Notícias*. Ano 57 (6 de março de 1921).
- *A Encefalite Letárgica e a Epidemiologia dos Quinbentos em Portugal e Espanha. A modorra e a morte de D. Manuel*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1921. Lisboa: Tip. Adolfo de Mendonça, 1921.
- *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*. Conferência plenária proferida a 27-6-1921 perante o Congresso Científico Luso-Espanhol. Com um prefácio da Professora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Porto: Araújo & Sobrinho, 1921.
- *L'Encéphalite, la Grippe et le Typhus dans les Epidémies historiques du XVI siècle*. Communication faite au Congrès International de l'Histoire de la Médecine à Paris. 1921.
- “Rapports de l'Office d'Hygiène avec la Société des Nations”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.
- *Sobre a Encefalite letárgica. Factos e conceitos*. Comunicação ao Iº Congresso Luso-Espanhol no Porto (26-6 a 1-7-1921). Porto: 1921.
- “La Pellagre”. *Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique* (1921).
- *O Juiz Pinto Osório. In Memoriam* (1921).
- “IIème Note générale sur la Révision de la Convention”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique, session d'Octobre de 1921*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.
- “Peste à Lisbonne”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique, session d'Avril 1921*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.
- “Traitement sanitaire des marchandises et bagages”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.
- “IIIème Note générale sur la Révision de la Convention”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.
- “Chronique médico-sanitaire de la fièvre jaune à Lisbonne”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique*. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1921.

- *O óbito de D. João II*. Lisboa: Portugália, 1922.
- “Convention pour le Proche-Orient”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session de Mai 1922*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1922.
- MADSEN, Th., BUCHANAN, G. S. ; GRAINVILLE, A. ; JOSEPHUS JITTA, N.M. ; JORGE, Ricardo; VIOLLE H. – “Dispositions internationales relatives a la prévention des maladies épidémiques dans certains régions du Proche-Orient bassin de la Méditerranée et de la Mer Noire et a propos du pèlerinage de la Mecque”. *Annales D’Hygiène Publique et da Médecine Légale*. Série 4. Tome 38. N° 38 (1922), pp. 129-154.⁷⁷⁶
- JORGE, Ricardo – “Gomes Coelho e os médicos”. *O Primeiro de Janeiro*. Ano 54 (1922).
- “Les Rapports de la Grippe et de L’Encéphalite léthargique”. Communications faites á l’Office International d’Hygiène Publique. *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1922-23.
- “Discurso do Prof. Ricardo Jorge”. In FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. *Homenagem da Faculdade de Medicina do Porto ao Prof. Maximiano de Lemos [em] 21 de fevereiro de 1923*. Porto: Faculdade de Medicina, 1923, pp. 47-65.
- *A propósito de Pasteur. Discurso proferido em comemoração do centenário pastoriano na Faculdade de Medicina de Lisboa, aos 25 de Abril de 1923*. Lisboa: Portugália, 1923.
- “La Mortalité par le cancer à Lisbonne et à Porto. Parallèle interurbain”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. T. XV (1923).
- “La Fièvre typhoïde. Rapport général sur l’Enquête de l’Office”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. T. XV (1923).
- “Sur la Peste Pneumonique, à propos de l’Épidémie d’Alcochete”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. T. XV (1923), p. 1431.
- “Sur la Peste Pneumonique, à propos de l’Épidémie d’Alcochete”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’octobre 1923*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1923.
- “Enquête sur la fièvre typhoïde”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1923.
- “La contagion familiale de la Diphtérie”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office Internacional d’Hygiène Publique, 1923.
- “XI - Sobre o Lago Léman”. *Arquivo Literário*. Vol. 1. T. 4 (Julho-Setembro de 1923), pp. 347-348.⁷⁷⁷
- *Canhenho dum vagamundo: impressões de viagem*. [1ª ed.] Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1923.
- *La renaissance dans l’Anatomie et la Médecine au Portugal: Pierre Brissot et Amatus Lusitanus*. Sep. de Communication faite au 3º Congrès de Histoire de l’Art de Guérir. Anvers: Impr. de Vlijt, 1923.
- “A Renascença médica em Portugal (Pierre Brissot e Amato Lusitano)”. *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*. Vol. 1. Fasc. II (março de 1924), pp. 171 – 185.

⁷⁷⁶ Relatório da comissão encarregada pela Sociedade das Nações de proceder a um inquérito entre 20 de fevereiro e 27 de março de 1922, apresentado ao Comité de Higiene a 11 de maio de 1922.

⁷⁷⁷ Escrito em Montreux em 27/04/1913.

- “La Grippe et l’Encéphalite léthargique”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. T. XVI (1924).
- *Sur la Peste Pneumonique, à propos de l’Épidémie d’Alcochete*. Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique. T. XVI, année 1924. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1924.
- “O culto de Camões. Uma ficção convencional”. *Diário de Notícias*. Ano 60 (2 de fevereiro de 1924).
- “La Dualité des Pestes”, *Procès-verbaux du Comité d’Hygiène de la Société des Nations*. 1924.
- “Sommaire épidémiologique de la Peste pour servir de base aux indications prophylactiques générales. Mémoire du professeur Jorge”, *Procès-verbaux du Comité d’Hygiène de la Société des Nations*. 1924.
- “La Peste”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. T. XVI (1924).
- “Peste Pulmonaire”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’Octobre 1924*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1924.
- Passadas de erradio. Impressões e estudos de viagem*. [1ª ed.] Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924.
- *Sur l’Alastrim et la Variole*. Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique. T. XVI. Fasc. 10, année 1924. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1924.
- *Alastrim and Variola. Note presented to the Committee of the Office International d’Hygiène Publique in its session of October, 1924*. Reprinted from *The Lancet*, Dec. 20th 1924 (p. 1317) and Dec. 27th (p. 1366).
- *Canhenho dum vagamundo: impressões de viagem*. 2.ª edição corrigida. 7º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1924.
- “A certidão de óbito do príncipe perfeito.” In *O Conde de Sabugosa. In memoriam*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1924, pp. 343-348.
- “La Peste Pulmonaire et la Grippe”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1924.
- “XXXI - Portugal em Madrid”. *Arquivo Literário*. Vol. 3. T. 9 (Outubro-Dezembro de 1924), pp. 72-74.⁷⁷⁸
- “XXXVII - António Aires”. *Arquivo Literário*. Vol. 3. T. 10 (Janeiro-Junho de 1925), pp. 154-155.
- “Deuxième Rapport sur la Fièvre Typhoïde”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “La Convention de L’Opium”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “Examen de la Convention-type pour le contrôle sanitaire du trafic des voies navigables”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’Avril 1925*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “Plan de Recherches sur la Question de la Variole”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “Sur les questions relatives à l’Extrême-Orient et au Code pan-américain”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’Avril 1925*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.

⁷⁷⁸ Também inserido em *Passadas de erradio*.

- “Fièvre jaune”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’Avril 1925*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “Rongeurs et Puces”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’Avril 1925*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “Sur la révision de la Convention”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique, session d’Octobre 1925*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “La Fièvre jaune en Afrique”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- *Sermões dum leigo*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.
- *Camilo e António Aires. Seguido do poema “As Comendas”*. 1º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.⁷⁷⁹
- *Encéphalites Postvaccinales. 1^{re} Note présentée à L’Office et au Comité d’Hygiène de la Société des Nations*. 1925.
- “Camilo Castelo Branco”. *Diário de Notícias*. Ano 61 (15 de março de 1925).
- “La Maladie du Sommeil dans les Possessions Portugaises”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- “La Fièvre scarlatine au Portugal”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1925.
- *L’enseignement de L’hygiène aux Pays-Bas. Rapport du prof. R. J.* Comité d’Hygiène, 389. Genève: Service des Publications de la Société des Nations, [1925].
- “Hispanologia”. *Arquivo Literário*. Vol. 3. T. 11 (Julho-Dezembro de 1925), pp. 259-260.
- “A Cloragem das águas de Lisboa”. *Diário de Notícias*. Ano 62 (15 de julho de 1926).
- “A Cloragem das águas de Lisboa”. *Diário de Notícias*. Ano 62 (17 de julho de 1926).
- “La Peste Russe”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1926.
- “Une Épidémie de Peste pulmonaire aux Açores”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1926.
- “Des ictères épidémiques”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. T. XVIII (1926).
- “La Vaccination, la Variole et les Encéphalites postvaccinales à la Conférence de la Haye. 2^{me} Note présentée aux Comités de L’Office et de la Société des Nations”. *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique*. (1926).
- “Les pestilences et la Convention Sanitaire Internationale”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 3. Fasc. 1 (1926), pp. 1-107.
- *Commission de la variole et de la vaccination ; note du prof. R. J.* Comité d’Hygiène, 473. Genève: Service des Publications de la Société des Nations, 1926.
- *Note sur la conférence de La Haye sur la variole et la vaccine, par le prof. R. J.* (Confidentiel). Comité d’Hygiène, 453 (1). Genève: Service des Publications de la Société des Nations, [1926].
- “Déclarations et propositions générales à la Conférence Sanitaire Internationale”, *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926.

⁷⁷⁹ António Aires de Gouveia é o autor anónimo do raríssimo poema «As comendas».

- “La Peste. Rapport et Conclusions de la Ière Commission Epidémiologique à la Conférence Sanitaire Internationale”, *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926.
- “Contre les mesures quaranténaires concernant la fièvre jaune”, *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926.
- “Réserves faites par le Plénipotentiaire du Portugal á la Conférence Sanitaire”, *Procès-verbaux de la Conférence Sanitaire Internationale*. 1926.
- “Sur la Désinfection”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1926.
- *Les Faunes régionales des Rongeurs et des Pucés dans leurs rapports avec la Peste*. (Rapport général). Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique, 1924. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1927.
- “Programme d’une enquête sur la Variole et la Vaccine”, *Procès-verbaux des Comités d’Hygiène de la Société des Nations et de l’Office International d’Hygiène Publique*. 1927.
- *Rapport du prof. R. J.* [sur l’activité de la] *Commission de la variole et de la vaccination*. Comité d’Hygiène, 675 (1). Genève: Service des Publications de la Société des Nations, 1927.
- “Alastrim et variole. Vaccine, Encéphalites Post-vaccinales. I”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 3. Fasc. 2 (1927), pp. 1-181.⁷⁸⁰
- “Les Séquelles mentales de l’Encéphalite léthargique au Portugal”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Note présentée a l’Office International d’Hygiène Publique dans sa session d’Avril-May 1927. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1927.
- “La Fièvre jaune africaine”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1927.
- “Nouveaux cas d’Encéphalite post-vaccinale”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1927 e 28.
- “Les Pucés et les porteurs de germes de la peste”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1927 e 28.
- *Varirole-vaccine. Encéphalites post-vaccinales. Rapport présenté au Congrès d’Hygiène á Paris - Octobre 1927*. Sep. de Lisboa Médica. Ano 5. N° 6. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1928.
- “Les types varioliques el les encéphalites”, *Procès-verbaux de l’Office International d’Hygiène Publique*. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1928.
- “Les faunes régionales des rongeurs et des pucés dans leurs rapports avec la peste. Résultats de l’enquête du Comité Permanent de l’Office International d’Hygiène Publique: 1924-1927”, in ROUBAUD, E. – Étude systématique descriptive des pucés des rongeurs transmettant la peste. Paris: Masson et Cie. Éditeurs, 1928.
- “L’encéphalite léthargique”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 3. Fasc. 3 (1928), pp.1-127.
- *Passadas de erradio: impressões e estudos de viagem*. 2ª ed., rev., 6º milhar. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1928.
- “Saúde e Assistência. Discurso em Tomar”. *Diário de Notícias*. Ano 64 (1928).

⁷⁸⁰ Este trabalho seria republicado numa revista médica italiana no ano seguinte. Cf. JORGE, Ricardo – “Alastrim et variole. Vaccine, Encéphalites Postvaccinales” *Annali di Medicina Navale e coloniale*. Vol. I. Fascicolo I-II (anno 1928), [s.p].

- *La famille variolique. Communication faite à L'Office et à la Société des Nations.* 1928.
- “Les Encéphalites post-vaccinales. Conclusions et doctrines”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique.* Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1928.
- “La Fièvre jaune en Afrique et au Brésil”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique.* Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1928.
- “Tem a palavra o Prof. Ricardo Jorge”. *Século Literário* (janeiro de 1929).
- *I-H-S. Discurso pronunciado na sessão académica consagrada a S. S. Pio XI e celebrada na Sala Portugal da Sociedade de Geografia a 6-2-29.* Lisboa: Impr. Lucas & C^a, 1929.
- *La dengue. A propos d'une épidémie nautique dépitée à Lisbonne. Note présentée au Comité de l'Office International d'Hygiène Publique, dans sa session de mai 1929.* Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XXI. Fasc. 9, année 1929. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1929.
- “Les Cas du Tuscania et la Variole anglaise”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique.* Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1929.
- “La Mortalité Urbaine et rurale”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique.* Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1929.
- “Plan de recherches sur les questions concernant la Variole”, *Procès-verbaux de l'Office International d'Hygiène Publique.* Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1929.
- *Brasil! Brasil! Conferencia na Academia Brasileira de Letras sobre o Brasilismo em Portugal e alocações proferidas no Rio e em S. Paulo de 30-6 a 25-7 de 1929.* Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930.
- *La fièvre jaune et la campagne sanitaire a Rio de Janeiro (1928-1929).* Communication faite à l'Office International d'Hygiène Publique, dans sa session d'octobre 1929. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XXII. Fasc. 3, année 1930. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1930.
- *La fièvre exanthématique (fièvre escharo-nodulaire) et son apparition au Portugal.* Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International de Hygiène Publique. T. XXII. Fasc. 5, année 1930. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1930.
- *La fièvre exanthématique (fièvre escharo-nodulaire) et son apparition au Portugal.* Sep. de Lisboa Médica. Ano 7. N^o 8, 1930. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1930.
- “Les désignations terminologiques de la variole et leur signification épidémiologique et prophylatique”. *Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique.* T. XXII (1930).
- “A Nova Távola redonda de Londres”. *Diário de Notícias.* Ano 66 (21 de novembro de 1930), p. 1.
- “A propôs de la dénomination de la fièvre exanthématique (fièvre escharo-nodulaire)”. *La Presse Médicale.* N^o 91 (12 Novembre 1930), p. 1549.
- “Ponte Vecchio” *Portucale.* Vol. IV. N^o 19 (Janeiro-Fevereiro de 1931), pp. 6-12.
- “O abcê e a escola velha (recordações)”. *Diário de Notícias.* Ano 67 (7 de abril de 1931).⁷⁸¹
- *A Exposição Colonial de Paris e as jornadas médicas.* Sep. de Lisboa Médica, vol. 8, agosto 1931. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1931.

⁷⁸¹ Também reproduzido em JORGE, Ricardo – “O abcê e a escola velha (recordações)” *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.* Vol. 4. Fasc. 4 (1941), pp. 307-314.

- *Alastrim et variole. Vaccine, encéphalites postvaccinales*. Sep. de Arquivos do Instituto Central de Higiene. Vol. 8. N° 2. Lisbonne: Institut Central d'Hygiène, 1931.
- *Épidémies nautiques de malaria à forme typhoïdique, pouvant faire suspecter la fièvre jaune*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique, t. XXIII, fasc. 4, année 1931. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1931.
- *Épidémies nautiques de malaria à forme typhoïdique, pouvant faire suspecter la fièvre jaune*. Note communiquée à l'Office International d'Hygiène. Sep. de Lisboa Médica. Ano 8, n° 4. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1931.
- *Les encéphalites post-vaccinales dans leurs rapports avec la vaccination et avec les encéphalites post-infectieuses et disséminées aiguës. Rapport de la Commission de la Variole et de la Vaccination*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XXIII. Fasc. 12, année 1931. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1931.
- *Note sur l'assistance médicale au Portugal, par le prof. R. J.* Conférence. Hygiène Rurale, 12. Genève: Service des Publications de la Société des Nations, [1931].
- *Sommaire épidémiologique de la peste pour servir de base aux indications prophylactiques générales; mémorandum du prof. [R] J.* Comité d'Hygiène, 187. Genève: Service des Publications de la Société des Nations, [1931].
- “Discursos” – Nos Congressos de Medicina de Bucarest e de Marselha. *Lisboa Médica* (1931).
- “49 anos depois”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 50. N° 3 (17 de janeiro de 1932), pp. 45-46.
- *Post-vaccinal encephalitis. Its association with vaccination and with post-infectious and acute disseminated encephalitis*. Reprinted from *The Lancet* January 23rd, 1932 (p. 215), and 30th (p. 267).
- “Arrowsmith”. *Diário de Notícias*. Ano 68 (9 de junho de 1932), [s.p].
- *Les anciennes épidémies de peste en Europe, comparés aux épidémies modernes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932.
- *Une épidémie, a Lisbonne, d'ictère hémorragique d'origine hydrique contracté (per os): nosologie, bactériologie et épidémiologie*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique. T. XXIV. Fasc. 1, année 1932. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1932.
- *Une épidémie ictéro-hémorragique à Lisbonne d'origine hydrique (per os). Nosologie, bactériologie et épidémiologie*. Sep. de Lisboa Médica. Vol. 1, p. 1. janeiro de 1932. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1932.
- *Um pseudo-historiador justificado*. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1932.
- *Sur la séro-prévention de la rougeole au moyen du sang placentaire*. (Méthode du Prof. Salazar de Sousa). Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène publique, t. XXIV, fasc. 6, année 1932. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1932.
- *A propos de la Peste au Maroc. Et de la leçon de prophylaxie qui s'en dégage. Conférence faite à l'Institut d'Hygiène du Maroc*. Rabat: H. Blanc & G. Gauthier, 1932.
- *Discursos do Prof. Ricardo Jorge nos Congressos de Medicina*. Sep. de Lisboa Médica. Ano 9. N° 12, 1932. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1932.⁷⁸²
- “Soalheiras e Desportes”. *Diário de Lisboa. Edição mensal*. Ano 1°. N° 3 (1 a 30 de junho de 1933), pp. 27 - 28.

⁷⁸² Discursos proferidos no Congrès International d'Histoire de la Médecine, Bucarest, 1932 e no Congrès d'Hygiène Méditerranéenne, Marselha, 1932.

- “Frescura do bundo”. *Diário de Lisboa. Edição mensal.* Ano 1º. Nº 4 (1 a 30 de julho de 1933), pp. 18 - 20.
 - *O soneto imortal de Anvers e as versões vernáculas.* Sep. de O Instituto. Vol. 86. Nº 5. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.
 - *Sur la myalgie épidémique du tronc: maladie de Bornholm.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique T. XXV. Fasc. 1, année 1933. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1933.
 - *Myalgie épidémique du tronc. (Maladie de Bornholm).* Sep. de Lisboa Médica. Vol. 10, p. 61. fevereiro de 1933. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1933.
 - *La famille typho-exanthématique.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International de Hygiène Publique. T. XXV. Fasc. 2, année 1933. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1933.
 - *Summa epidemiologica de la peste. Épidémies anciennes et modernes.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International de Hygiène Publique. T. XXV. Fasc. 3, année 1933. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1933.
- GAUD, Maurice; JORGE, Ricardo – *Sur l’importance du bubon sous-pectoral dans le diagnostic et l’évolution de la peste.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène publique. T. XXV. Fasc. 11, année 1933. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1933.⁷⁸³
- JORGE, Ricardo – Éloge du Prof. Cantacuzène. Porto: Imprensa Libânio da Silva, 1934.
- *Sur la prospection biodémique de la fièvre jaune.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique. T. XXVI. Fasc. 8, année 1934. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1934.
 - *La fièvre jaune africaine.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène publique, vol. XXVI, fasc. 12, année 1934. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1934.
 - “Delfim Guimarães e as Flores do Mal”. In MARQUES, Galino (org.) – *In memoriam de Delfim Guimarães. Prosador, poeta, dramaturgo, historiador e crítico literário.* Lisboa: Editora Guimarães & Cª, 1934, pp. 356-365.
 - *A propos de la fièvre jaune endémo-sporadique.* Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1935.
 - *La peste en Angola. Communication faite au Comité permanent de l’Office International d’Hygiène Publique, dans sa session d’octobre 1934.* Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique, t. XXVII, fasc. 2, année 1935. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1935.
 - “La peste africaine. Rapport présenté au Comité permanent de l’Office International d’Hygiène Publique, dans sa session d’avril-mai 1935”, Supplément au *Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique.* T. XXVII. Nº 9, (septembre 1935). Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1935.
 - *O nosso amorismo novelesco nos quinhentos: sua influência na literatura universal.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1935.
 - *Regimento proveitoso contra ha pestenença. - Lisboa, Valentim Fernandes 1496 (?).* Sep. da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Nº 1, janeiro 1935. Lisboa: Tip. Henrique Torres, 1935.
 - *La leishmaniose au Portugal.* Sep. de Clínica, Higiene e Hidrologia. Nº 4, abril 1935. Lisboa: Tip. Henrique Torres, 1935.

⁷⁸³ Contém duas comunicações apresentadas ao Comité Permanent de l’Office International d’Hygiène Publique em 1933, uma por Maurice Gaud e a outra por Ricardo Jorge.

- *La leishmaniose au Portugal*. Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique. T. XXVII. Fasc. 3, année 1935. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1935.
- *La médecine et les médecins dans l’expansion mondiale des Portugais: conférence faite le 3 Octobre 1934 à l’Université de Coimbra*. Sep. de 3^e Congrès International d’Histoire des Sciences. Lisboa: Tip. Seara Nova, 1935.
- *Acerca do Kalazar em Portugal*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 47. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1935.
- “Office International de Hygiène Publique. La peste africaine”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 54. Nº 12 (22 de março de 1936), p. 95.
- “La médecine et les médecins dans l’expansion mondiale des portugais: conférence donnée le 3 Octobre 1934 à l’Université de Coimbra”. In *Actes, conférences et communications. IIIe Congrès International d’Histoire des Sciences*. Lisboa : Tip. da Seara Nova, 1936, pp. 55-66.
- “Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano II. Nº 9 (1936), pp. 331-337.⁷⁸⁴
- *Les virus variolo-vaccinaux et leur immunologie*. Sep. de Bulletin mensuel de l’Office International d’Hygiène Publique. Vol. XXVIII. Nº 10, année 1936. Paris: Office International d’Hygiène Publique, 1936.
- “Sanidade em campanha”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), pp. 77-109.
- “Nota sobre uma nova infeção epidémica. Encefalite letárgica ou estupor epidémico - Mal de Modorra”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), pp. 110-120.
- “A nova incursão peninsular da influenza. Relatório apresentado em ao Conselho Superior de Higiene em sessão de 18 de junho de 1918”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), pp. 121-130.
- “A influenza e a febre do papataz (notas)”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), pp. 131-143.
- “A influenza pneumónica. Notas sobre a epidemia, Comunicados e Instruções da Direção Geral de Saúde. Decretos do Governo”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. 2. Fasc. 2 (1936), pp. 144-156.
- “O nosso amorismo novelesco nos quinhentos: sua influência na literatura universal”. *Revista da Faculdade de Letras*. Nº 2 (1936), pp. 207-223.
- *Les «Rodentia» domestiques et sauvages dans l’Evolution séculaire et mondiale de la Peste*. Extrait des Comptes rendus du XIIe Congrès International de Zoologie, Lisbonne 1935. Lisboa: Casa Portuguesa, 1937.
- *Memória de Belo Morais*. Sep. de A Medicina Contemporânea, 1937. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.⁷⁸⁵
- “Sir George S. Buchanan”. *Clínica. Higiene e Hidrologia*. Ano III. Nº 3 (março de 1937), pp. 82-87.

⁷⁸⁴ Também se fez uma separata. Cf. JORGE, Ricardo – *Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano*. Sep. da Revista Clínica, Higiene e Hidrologia. Lisboa: Impr. Libânio da Silva, 1936.

⁷⁸⁵ Também publicado em *Brados do Alentejo*. Ano VII, nº 360 (12/12/1937), p. 16.

- *L'Hygiéniste International Sir George S. Buchanan*. Sep. da revista Clínica Higiene e Hidrologia, março 1937. Lisboa: Tip. Henrique Torres, 1937.
- “Beati Mortui”. In GARCIA, J. P.; MOURA, Z. – *Porto Académico*. Número único comemorativo do 1º Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica. Porto, Imprensa Portuguesa (abril 1937), pp. 5-6.⁷⁸⁶
- *Palavras mal proferidas*. Sep. de A Medicina Contemporânea. Nº 35, de 29 de agosto de 1937. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.
- “Prof. Bettencourt Raposo”. *Clínica, Higiene e Hidrologia* Ano III (1937), pp. 262-265.
- *La fièvre jaune selvatique au Brésil*. Sep. de Bulletin mensuel de l'Office International d'Hygiène publique. T. XXX. Fasc. 1, année 1938. Paris: Office International d'Hygiène Publique, 1938.
- “Fièvre jaune”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Vol. 4. Fasc. 1 (1938), pp. 1-134.
- “«Receituário Brasílico». A propósito do artigo «Sobre os jesuítas no Brasil e a medicina»”. *Petrus Nonius*. Vol. I. Fasc. 1 e 2 (1939), pp. 13-18.
- *Fièvre Jaune*. Sep. de A Medicina Contemporânea. Nº 3, 1939. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1939.
- *Camilo e Inês de Castro. Porque a mataram?* Sep. de O Ocidente. Vol. 5. Nº 13, 1939. Lisboa: Editorial Império, 1939.
- “Epidemia mental do português e os génio-glossos dos médicos”. *Clínica, Higiene e Hidrologia*. Ano V. Nº 2 (agosto de 1939), pp. 47-54.

6.5.2 – Edições e reimpressões póstumas

- JORGE, Ricardo – “O abcê e a escola velha (recordações)”. In PORTUGAL. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Homenagem à memória do Professor Ricardo Jorge*. Número especial do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. 4. Fasc. 4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1941, pp. 307-314.
- “Evocação da figura de Sousa Martins”. *Portugal Médico*. 27 (1943), pp. XXVIII-XXX.
 - *Sousa Martins*. Separata de Bibliografia Literária dos Serviços de Bibliografia Científica do Instituto Pasteur de Lisboa. 1987.
 - “Lugares seletos – A cremação (1884)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. I. Nº 1 (1946), pp. 26-39.
 - “Lugares seletos – Saneamento do Porto – A sanitariedade urbana (1888)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. I. Nº 2 (1946), pp. 139-152.
 - “Lugares seletos – A Medicina portuguesa de há 62 anos (Prólogo ao «Anuário dos Progressos da Medicina em Portugal» de Maximiano de Lemos) (1884)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. I. Nº 3 (1946), pp. 222-231.
 - “Lugares seletos – Algumas frases de Ricardo Jorge”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. I. Nº 4 (1946), p. 317.

⁷⁸⁶ Publicado também no *Portugal Médico*. Cf. JORGE, Ricardo – “Beati Mortui” *Portugal Médico* (abril de 1937).

- “Lugares seletos – O professor de Medicina em Portugal em 1885”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. II. Nº 5 (1947), pp. 46-69.
- “Lugares seletos – Prostituição e profilaxia antivenérea (1911)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. II. Nº 7 (1947), pp. 209-224.
- “Lugares seletos – A propósito de Pasteur (1923)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. II. Nº 8 (1947), pp. 283-295.
- “Lugares seletos – Relatório que precede o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública de 24 de dezembro de 1901”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. II. Nº 10 (1947), pp. 424-439.
- “Lugares seletos – Sousa Martins (1897)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. III. Nº 11 (1948), pp. 39-54.
- “Lugares seletos – «Ex imo» (1897)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. III. Nº 13 (1948), pp. 247-249.
- “Lugares seletos – A peste bubónica no Porto (1899)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. III. Nº 14 (1948), pp. 331-346.
- “Lugares seletos – O Professor – Condições económicas (1885) - (1923)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. III. Nº 15 (1948), pp. 383-401.⁷⁸⁷
- “Lugares seletos – Discurso proferido na sessão de homenagem aos beneméritos do Hospital de Tomar (1928)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. IV. Nº 17 (1949), pp. 27-35.
- “Lugares seletos – A Saúde Pública em Portugal – Declaração das moléstias infecciosas - Estatística e profilaxia das doenças infecciosas – A utilidade da História da Medicina (1926-1927)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. IV. Nº 18 (1949), pp. 156-160.
- “Lugares seletos – História da Medicina (Sermões dum leigo) (1925)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. IV. Nº 21 (1949), p. 400.
- “Lugares seletos – Prefácio da «Demografia e Higiene da cidade do Porto» (1898)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. V. Nº 24 (1950), pp. 142-150.
- “Lugares seletos – Deficiências do ensino médico (1885)” [Texto extraído do “Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública, na sessão de 1 de outubro de 1885”]. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. V. Nº 26 (1950), pp. 315-316.
- “Lugares seletos – A peste no Porto (Primeiro relatório)” [Texto extraído do “Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública, na sessão de 1 de outubro de 1885”]. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. V. Nº 27 (1950), pp. 353-364.
- “Lugares seletos – Deficiências do ensino médico (1885)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. V. Nº 28 (1950), pp. 470-476.
- “Lugares seletos – Algumas páginas de Ricardo Jorge – Duas cartas ao Dr. José Alberto de Faria – Política sanitária”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. VI. Nº 29 (1951), pp. 75-77.
- “Lugares seletos – A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. VI. Nº 30 (1951), pp. 159-160.

⁷⁸⁷ Texto retirado do “Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública, na sessão de 1 de outubro de 1885”.

- “Lugares seletos – Sobre os «Livros antigos portugueses»”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol.VI. Nº 31 (1951), pp. 232-238.
- “Lugares seletos – Dois discursos – Alguma páginas de Ricardo Jorge. I - A higiene em Portugal 1884”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. VIII. Nº 38 (1953), pp. 40-44.
- “Lugares seletos – Dois discursos – Alguma páginas de Ricardo Jorge. II - I-H-S 1929”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol. VIII. Nº 38 (1953), pp. 45-51.
- “Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano”. In *Homenagem ao Doutor João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano)*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 1955, pp. 57-123.
- *De Ceca e meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Minerva [1958?].
- *Passadas de erradio*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Minerva [1958?].
- *Sermões dum leigo. Discursos e alocações*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Minerva [1958?].
- *Camilo Castelo Branco. Recordações e impressões. Camilo e António Aires*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Minerva, [1958].
- *O médico penitente*. Lisboa: [s.n.], 1959.
- *Canhenbo dum vagamundo: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: [s.n.], 1960.
- *De Ceca e Meca: impressões e estudos de viagem*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961.
- *Passadas de erradio: impressões e estudos de viagem*. 3ª ed., aumentada. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961.
- *Amato Lusitano. Comentos à sua vida, obra e época*. Ciclo peninsular. [1ª ed., completada com o capítulo inédito “As conquistas e drogas das Índias”]. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.
- “Amato Lusitano”. *Imprensa Médica*. Vol. 28. Nº 2 (1963), pp. 58-68.
- *Camilo Castelo Branco. Recordações e impressões. Camilo e António Aires*. Lisboa: Of. Gráf. Edit. Minerva, 1968.
- *Sermões de um leigo*. 2ª ed. Lisboa: 1972.
- *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*. Reed. Fac-similada. Lisboa: Fenda, 1999.
- “Prefácio de Ricardo Jorge à obra Terra e Azul, de Manuel Duarte de Almeida”. *Cadernos culturais*. Série 4. 2 (2007). Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, Câmara Municipal, 2007.

6.5.3 – Prefácios, prólogos e introduções

- ALMEIDA, Manuel Duarte de – *Terra e Azul: poesias*. Com uma introdução de Ricardo Jorge sobre Manuel Duarte e a sua obra. Porto: Imp. Moderna, 1933.
- ANDRADE, Isaura Matias de – *Chão de flores*. Prefácio do Professor Ricardo Jorge. Figueira da Foz: Tip. e Papelaria Figueirense, 1936.
- CASCAIS. CÂMARA MUNICIPAL – *Moscas e mosquitos: campanha da Câmara Municipal de Cascais contra Moscas e mosquitos*. Prefácio do Prof. Ricardo Jorge. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1939.
- CASTELO BRANCO, Camilo – *De como me casei (Le mariage de Sylvestre)*. Versão Francesa de Olivier du Chastel. Prefácio e comentos de Ricardo Jorge. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de – *Homens de outros tempos*. Prefaciado pelo Dr. Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.
- JORGE, Ricardo – [Prefácio] *Sobre os «Livros Antigos Portugueses»*, in El-Rei D. Manuel II – *Livros Antigos Portugueses, 1489-1600, da Biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima, descritos por S.M. El-Rei D. Manuel em Três Volumes*. Vol. 3. Cambridge: Maggs Bros., 1935, [s.p].
- LEMOS, A. Tovar de – *O serviço de inspeção de toleradas em 1939*. Introdução de Ricardo Jorge. Lisboa: Imprensa Nacional, 1940.
- LEMOS, Maximiano – *Anuário dos progressos da medicina em Portugal*. Com um prólogo de Ricardo de Almeida Jorge. 1º Ano, 1883. Porto: 1884.
- LEMOS, Maximiano – *Anuário dos progressos da medicina em Portugal*. Com um prólogo de Ricardo de Almeida Jorge. 2º Ano, 1884. Porto: 1885.
- LEMOS, Maximiano – *Anuário dos progressos da medicina em Portugal*. Com um prólogo de Ricardo de Almeida Jorge. 3º Ano, 1885. Porto: Lemos & C.ª, 1886.
- LIMA, Américo Pires de – *Na costa d'África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Prefácio do Dr. Ricardo Jorge. Gaia: Edições Pátria, 1933.
- LOBO, Francisco Rodrigues (ed.) – *Cartas dos grandes do mundo. Coligidas por Francisco Rodrigues Lobo (1612). Cartas dos reis, senhores e homens insignes portugueses*. Treladadas do Códice do Museu Britânico e editadas com prefácio e notas de Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.
- MONIZ, Egas – *Júlio Denis e a Sua Obra*. Com inéditos do romancista e uma carta-prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1924.
- PIMENTA, Alfredo – *Estudos filosóficos e críticos*. Prefácio do Prof. Dr. Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
- RAPOSO, Pedro António de Bettencourt – *Sonetos*. Prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: Imprensa Médica, 1936.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de – *Poeira do caminho: (páginas escolhidas) vinte e sete anos de vida literária*. Prefácio do Dr. Ricardo Jorge. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.
- SCHWARZ, Samuel – *Os cristãos novos em Portugal no século XX*. Prefácio de Ricardo Jorge. Lisboa: S. Schwarz, [1925].⁷⁸⁸
- SPENCER, Herbert – *Educação. Intelectual, moral e física*. Trad. De Emídio d'Oliveira. Prefácio de Ricardo d'Almeida Jorge. Porto: Livraria Moderna, 1884.

6.5.4 – Obras traduzidas

- TISSANDER, Gaston – *Os heróis do trabalho. Obra vertida livremente e consideravelmente aumentada com notícias e exemplos de varões ilustres de Portugal e do Brasil, pelo professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto Ricardo Jorge*. Porto: Livraria Moderna de Alcino Aranha & C.ª, 1886.
- LACASSAGNE, A. – *Guia médico-legal pelo prof. Lacassagne. Versão e adaptação portuguesa: para uso dos peritos, delegados, juizes e advogados*. [Ricardo Jorge e Maximiano Lemos]. Lisboa: Manoel Gomes, 1899.
- MONCEL, Conde Theodore Achille Louis du – *O telefone*. Trad. de Ricardo d'Almeida Jorge. Porto: Magalhães & Moniz, 1900.

⁷⁸⁸ O título do prefácio é “Pro Israel”. Trata-se da obra que divulgou pela primeira vez a comunidade judaica de Belmonte.

6.5.5 – Presidência de dissertações inaugurais⁷⁸⁹

- AMARAL, José Felício Nunes Paes Coelho do – *Oclusão intestinal*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1880.
- BARBOSA, João Júlio A. Vieira – *Nitrito d'amilo*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1880.
- FONTES, Tito Augusto – *A metaloscopia e a metaloterapia*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Universal de A. Viana & C^a, 1880.
- LIMA, António Martins de Sousa – *A higiene e o trabalho das crianças*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Comercial, 1880.
- SILVA, José Soeiro da – *Operação da catarata. Método da extração linear*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1880.
- CAMPOS, João Pedro de Sousa – *O glaucoma*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Internacional de Ferreira de Brito, 1881.
- FERREIRA, António Joaquim – *Peletierina*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1881.
- JUNIOR, Rodrigo Soares Lobo – *Litase renal*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1881.
- PEREIRA, João António – *As prisões*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de V. Gandra, 1881.
- CORDEIRO, José Afonso – *O sonambulismo provocado*. Dissertação inaugural apresentada e defendida na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1882.
- LEMOES, António de Sousa Magalhães e – *A região psicomotriz*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1882.
- JUNIOR, Augusto António dos Santos – *Aclimação dos portugueses na província de Angola*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. do Comércio do Porto, 1883.
- LEITÃO, António Teixeira da Silva – *A Anestesia Geral pelo Brometo D'Étilo*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Civilização, 1883.
- MELO, João Carlos Mascarenhas de – *Insuficiência mental primitiva*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1885.
- D'ORNELAS, António Evaristo (Barão d'Ornelas) – *Dilatação do Estomago*. Tese inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Moderna, 1886.
- LOUREIRO, Baltazar Castiço – *Breve estudo sobre a patogenia e sintomatologia do tétano*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de A. F. Vasconcelos, 1887.
- SILVA, F. E. Leite da – *Breve estudo sobre a ressecção das costelas*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Viúva Gandra, 1887.
- FIGUEIRINHAS, João S. Ferreira – *Autointoxicação renal*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1888.

⁷⁸⁹ Teses inaugurais a que presidiu enquanto professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto dispostas por ordem cronológica.

- RAMALHO, Celestino Gaudêncio – *Retenção de urinas por hipertrofia da próstata*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Elzeviriana, 1890.
- SOUTO, Ricardo Maria Nogueira – *Questões de Patologia e Higiene social. Desejo de contribuir para a regeneração da sociedade portuguesa*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1891.
- BORGES, Bernardo José – *A apendicite*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Moderna, 1893.
- SANTOS, Serafim Martins dos – *Dois palavras sobre o leite e regímen lácteo*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. da Real Oficina de S. José, 1896.
- CARVALHO, Arthur Gomes de – *A tuberculose pulmonar dos alcoólicos*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Papelaria e Tip. Azevedo, 1897.
- MONTEIRO, Ilídio Fernandes – *Diarreias infantis (Tentativa de soroterapia)*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1897.
- ROCHA, Raul Larose – *Estudo sobre a cirurgia pulmonar*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1898.
- RODRIGUES, José Antunes – *A flebotomia nas cardiopatias, uremia e pneumonia*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Alexandre F. Vasconcelos, 1898.
- CAMPOS, Américo Herculano d’Azevedo – *Breve estudo sobre a apendicite e seu tratamento*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. do «Comércio do Porto», 1899.
- D’ALMEIDA, Alfredo A. Gomes – *Breve estudo sobre tuberculose testicular e seu tratamento*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Século XX, 1899.
- FERNANDES, António Augusto – *Tratamento da espinha bifida*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de A. F. Vasconcelos, Sucessores, 1899.

6.6 – Fontes e bibliografia subsidiária

- AAVV – *Relatório da Epidemia da Febre-Amarela em Lisboa no ano de 1857 feita pelo Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino criado por decreto de 29 de setembro de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.
- AAVV – *XV Congrès International de Médecine. Lisbonne, 19-26 Avril 1906. Volume Général*. Lisbonne: Imprimerie Adolfo de Mendonça, 1906.
- ABREU, Eduardo – “A raiva (Extrato do relatório apresentado ao governo)”, *A Medicina Contemporânea*. Ano 5. Nº 3 (1887), p. 17.
- ACCIAIUOLI, Luís de Meneses – *Águas de Portugal. Minerais e de Mesa. História e Bibliografia*. Vol. III. Lisboa: Ministério da Economia. Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos; Sociedade Tipográfica, 1944.
- ACKERKNECHT, Erwin H. – “Anticontagionism between 1821 and 1867”. *Bulletin of the History of Medicine*. 22 (1948), pp. 562-593.
- ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de – “Dr. Lourenço d’Almeida e Azevedo (Notas bio-bibliográficas)”. *O Instituto: jornal científico e literário*. Vol. XXXVIII (1890-1891), pp. 903-909.

- ALMEIDA, Eduardo Paulino Torres e – *Hidroterapia. Suas indicações no tratamento das nevroses*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1885.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos – “Os deputados da 1.^a República Portuguesa: inquérito prosopográfico”. *Revista de História das Ideias*. Vol. 27 (2006), pp. 399 - 417.
- ALVES, Jorge – “Emigração portuguesa: o exemplo do Porto de meados do século XIX”. *Revista de História*. Vol. IX (1989), pp. 267- 289.
- ALVES, Jorge – “Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no Século XIX”. *Revista Ler História*. Nº 48 (2005), pp. 141-156.
- ALVES, Jorge Fernandes – “Sociabilidade Cultural no Porto de Oitocentos: em torno da figura de Joaquim de Vasconcelos”. In *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos - a sua projeção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2013, pp. 169-187.
- ALVES, Jorge; ALVES, Rita C. – “Ferreira da Silva e o laboratório químico Municipal do Porto (1884-1917)”. *Estudos do Século XX*. Nº 12 (2012), pp. 15-30.
- AMARAL, Francisco Augusto Monteiro do – *O emprego do iodo nascente em terapêutica cirúrgica. (Método de Louge). Algumas observações feitas no Hospital de Santo António*. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tip. Industrial Portuguesa, 1912.
- ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz. Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva, 2010.
- AZEVEDO, Lourenço d’Almeida – *A cólera-morbus. Sua profilaxia e tratamento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884. [AZEVEDO, Lourenço d’Almeida – *Le choléra-morbus. Sa prophylaxie et son traitement*. Coimbre: à l’Imprimerie de l’Université, 1884.]
- AZEVEDO, Lourenço d’Almeida – “Le choléra-morbus. Notions abrégées sur l’origine, la genèse et la transmissibilité de la maladie...”. *O Instituto: jornal científico e literário*. Vol. XXXVIII (1890-1891), pp. 914-917.
- BARRADAS, António – “Service de santé portugais pendant la guerre” *La Presse Médicale*. Nº 4 (14 janvier 1920), pp. 55-57.
- BARROS, J. A. Correia – *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto apresentado à Câmara Municipal em sessão extraordinária de 26 de setembro de 1881 pelo seu Presidente José Augusto Correia de Barros*. Porto: Tip. José da Silva Teixeira, 1881.
- BRAGA, António Augusto Gonçalves – “A Conferência Sanitária Internacional de Paris de 1911-12. Relatório”. *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Secção de Higiene. Vol. II. Fasc. 1º (1916), pp. 16-65.
- BELÉM, A. M. da Cunha; ENES, Guilherme José – *Os lazaretos terrestres de fronteira nos anos de 1884 e 1885. Relatório a sua ex.^a o Ministro do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- BENCHIMOL, Jaime L. – *Dos Micróbios aos Mosquitos. Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Ed. UFRJ, 1999.
- BERRIDGE, Virginia – “History Matters? History’s Role in Health Policy Making” *Medical History*. Vol. 52. Nº 3 (May 2008), pp. 311-326.
- BOMBARDA, Miguel – “Instruções populares sobre a natureza do cólera morbus e sobre precauções individuais a por em prática em tempo de epidemias, apresentado à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa por uma comissão composta por [...]”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 20 (1886), pp. 163-166.
- BOMBARDA, Miguel – “A vacina da raiva. Extrato do relatório apresentado ao conselho da Escola médico-cirúrgica de Lisboa, pelo prof. Miguel Bombarda”. *A Medicina Contemporânea*.

- Ano 5. Nº 14 (1887), pp. 105-108; Ano 5. Nº 15 (1887), pp. 113-116; Ano 5. Nº 17 (1887), pp. 129-132.
- BOMBARDA, Miguel – “Instituto Central de Higiene”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 18. Nº 7 (1900), p. 53.
- BYNUM, W. F. – *Science and the practice of medicine in the nineteenth century*. Cambridge: CUP, 1994.
- BYNUM, W. F.; LOCK, Stephen; PORTER, Roy (ed.) – *Medical journals and medical knowledge: historical essays*. Routledge: London, 1992.
- CALMETTE, Albert; SALIMBENI, Alessandro – “La peste bubonique: etude de l’épidémie d’Oporto en 1899”. *Annales de l’Institut Pasteur*. 13^{ème} anné. T. 13. Nº 12 (1899), pp. 865-936.
- CAMACHO, Brito – “Cartas de Paris”. *Porto Médico*. Ano 1^o. Nº 3 (1904), pp. 99-100.
- CARDOSO, Júlio – *A peste do Porto. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Tip. Gutenberg, 1899.
- CARVALHO, Augusto da Silva – “O jornalismo médico português e «A Medicina Contemporânea»”. *A Medicina Contemporânea*. III^a Série. Ano 50. Nº 1 (3 de janeiro de 1932), pp. 1-13.
- CASELLI, Graziela – “National Differences in the Health Transition in Europe”. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*. Vol. 29. Nº 3 (1996), pp. 107-125.
- CAYOLLA, Lourenço – *Revivendo o passado*. Lisboa: Imprensa Limitada, 1929.
- CHADWICK, Edwin – *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*. London: Clowes and Sons, 1843.
- CHAGNON, Marie-Ève – *Le Manifeste des 93: la nature de la mobilisation intellectuelle allemande au déclenchement de la Grande guerre (1914-1915)*. Mémoire de Maîtrise en histoire. Montréal: Université du Québec à Montréal, 2006.
- CID, José Sobral – *Coimbra: demografia e higiene*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902.
- COELHO, Carlos Alberto da Cunha – *A peste do Porto de 1899*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1900.
- CONCEIÇÃO, Alexandre da – “O Marquês de Pombal” *Galeria Republicana*. Nº especial (8 de maio de 1882) [s.p].
- CORREIA, Fernando da Silva – “O papel moderno do subdelegado de saúde”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Ano I. Nº 1 (1946), pp. 123-124.
- CORREIA, Fernando da Silva – “Subsídios para a história de 25 anos de defesa da Saúde Pública em Portugal (1926-1950)”. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*. Vol.VI. Nº 29 (1951), pp. 12-57.
- CORREIA, Manuel da Encarnação Simões – *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder*. Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.
- COSTA, Alfredo da – “O relatório do Sr. Burnay sobre a fundação de um instituto antirábico pelo método pasteuriano”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 7 (1889), pp. 51-53, 73-75.
- COSTA, António Plácido – *Apontamentos de micrologia médica*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico Porto: Imprensa Comercial, 1879.
- COSTA, Rui Manuel Pinto – *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839 - 1974)*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.
- COSTA, Rui Manuel Pinto; VIEIRA, Ismael Cerqueira – “O trabalho académico como fonte histórica: as teses inaugurais da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1827 – 1910)”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. Nº 3 (2012), pp. 251-260.

- COSTA, Gomes da – *O Corpo de Exército Português na Grande guerra. A batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920.
- COSTA SIMÕES, António Augusto da – *Relatórios de Uma Viagem Científica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.
- DANTAS, Júlio – “Crónica – Os médicos e a política”. *Ilustração Portuguesa* (II.ª Série). Nº 387 (21 de julho de 1913), p. 65.
- DARMON, Pierre – *L’homme et les microbes: XVIIe-XXe siècles*. Paris: Fayard, 1999.
- DASTRE, A. – “Questions scientifiques - La Peste”. *Revue des Deux Mondes*. 4e période. T. 155 (1899), pp. 676-708.
- DAVID, Henrique – “Alguns aspetos da mortalidade em finais do século XIX – as cidades do Porto e Lisboa”. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. IX (1992), pp. 269-294.
- DEBRÉ, Patrice – *Louis Pasteur*. Paris: Flammarion, 1994.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia – “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) – Uma alemã, mulher e erudita em Portugal”. *Bíblis. Revista da Faculdade de Letras*. LXI (1985), pp. 217-248.
- DELUMEAU, Jean – *História do Medo no Ocidente 1300-1800. Uma Cidade Sitiada*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- DIAS, José Pedro Sousa – “O Instituto Bacteriológico: espaço, instrumentos e memória da medicina laboratorial”. In LOURENÇO, Marta C.; NETO, Maria João – *Património da Universidade de Lisboa. Ciência e Arte*. Lisboa: tinta da China, 2011, pp. 138-154.
- DIAS, José Pedro Sousa Dias – “Da Cólera à Raiva. O materialismo e a introdução da investigação biomédica em Lisboa”. In CORREIA, C. P.; DIAS, J. P. S. – *Assim na Terra como no Céu. Ciência, Religião e estruturação do Pensamento ocidental*. Lisboa: Relógio d’Água, 2003, pp. 435-449.
- DINIS, Júlio – *Uma família inglesa*. 5ª edição. Lisboa: Ulisseia, 1998.
- DUARTE, José A. – *Hidrologia Médica. Generalidades sobre Águas Termais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1894.
- DUFFY, John – *The sanitarians: a history of American public health*. Urbana: University of Illinois Press, 1990.
- ECHENBERG, Myron J. – *Plague Ports: The Global Urban Impact of Bubonic Plague, 1894–1901*. New York, NY: New York University Press, 2007.
- ESTEVES, Alexandra – “Praias, Termas e caldas do norte de Portugal no século XIX: Espaços de cura e de lazer”. In FOLGUERA, Pilar, *et. al.* (ed.) – *Pensar con la Historia desde el siglo XXI*. Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2015, pp. 279-289.
- FARIA, Armindo Freitas Ribeiro de – *Vizela e suas águas minerais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de A. J. da Silva Teixeira, 1890.
- FARIA, José Alberto de – *Administração Sanitária*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1934.
- FERNANDES, Barahona – “Miguel Bombarda - Personalidade e posição doutrinária”. *Revista filosófica*. 4 (1952), pp. 44-64.
- FERRAN, Jaime; VINÁS Y CUSI, Frederico; GRAU, Rosendo de – *La Peste bubónica: memoria sobre la epidemia ocurrida en Porto en 1899*. Barcelona: Tip. Sucesor F. Sanchez, 1907.
- FERRARI, António de Mello – *Subsídios para o estudo da demografia e higiene do distrito de Viseu*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Occidental, 1904.

- FERRARI, José de Mello – *As amputações da coxa, perna, braço e antebraço encaradas pelo lado clínico*. Dissertação de concurso apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1877.
- FERREIRA, Claudino – *Os usos sociais do termalismo. Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das termas da Curia*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Economia de Coimbra, 2004.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves – *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- FREIRE, António Jorge – *Plano Geral de Defesa Sanitária permanente contra a invasão e difusão de doenças infecciosas compreendendo a reorganização da Beneficência Pública*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1900.
- GARCIA, Emídio – “Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”. *Galeria Republicana*. Nº 14. 1º Ano (junho de 1882) [s.p].
- GARNEL, Maria Rita Lino (coord.) – *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da 1ª República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.
- GARNEL, Maria Rita Lino – “Médicos e Saúde Pública no Parlamento Republicano”. In CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de (coords.) – *Res publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República/ Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 230-257.
- GARNEL, Maria Rita Lino – “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 9 (2009), pp. 229-251.
- GOMES, Bernardino António – *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865 par le Délégué du Gouvernement Portugais a La Conférence Sanitaire Internationale Réunie a Constantinople*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.
- GOMES, Bernardino António – *Memória sobre a epidemia da cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*. Lisboa: Tip. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.
- GOMES, Bernardino António – *Sur la transmissibilité et l'importation de la fièvre jaune, du choléra, et de la peste. État actuel de la question. 1858*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.
- GOMES, Bernardino António – *O esgoto, a limpeza e o abastecimento das águas em Lisboa: o que foram ou são, e o que devem ser, considerado tudo à luz das boas práticas e doutrinas*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1871.
- GOMES, Bernardino António; RODRIGUES, José Júlio – *Breve noticia sobre a composição química e propriedades terapêuticas das águas minerais das Pedras Salgadas*. Coimbra: Imprensa Literária, 1871.
- GONÇALVES, Francisco António – *Breves considerações sobre medicina popular*. Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tipografia “Porto Médico”, 1917.
- GONÇALVES, Maia – “Uma Sinopse do Conselho Regional do Norte”. *Revista Norte Médico*. Nº 25 (2005), pp. 38-43.
- HAMLIN, Christopher – *Public health and social justice in the age of Chadwick*. Cambridge: CUP, 1997.
- HAMLIN, Christopher – “Predisposing causes and public health in early nineteenth century medical thought”. *Social History of Medicine*. Vol. 5. Nº 1 (1992), pp. 43-70.

- HARRISON, Mark – “Disease, diplomacy and international commerce: the origins of international sanitary regulation in the nineteenth century”. *Journal of Global History*. Vol.1. Nº 2 (2006), pp.197-217.
- HARTZ, Zulmira Maria de Araújo – “Ricardo Jorge e a história da saúde pública em Portugal”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 19, nº 3 (2012), pp.1098-1102.
- HOWARD-JONES, Norman – *The scientific background of the International Sanitary Conferences 1851-1938*. Geneva: WHO, 1975.
- INTERNATIONAL SANITARY CONFERENCE – *Conférence Sanitaire Internationale de Venise, 16 février –19 mars 1897: Procès-Verbaux*. Rome: Forzani et Cie, Imprimeurs du Sénat, 1897.
- JARRASSÉ, Dominique – “La importancia del termalismo en el nacimiento y desarrollo del turismo en Europa en el siglo XIX”. *Historia Contemporánea*. 25 (2002), pp. 33-50.
- JÚNIOR, João Lopes da Silva Martins – *O Congresso Internacional de Higiene e Demografia em Budapeste. Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- KOTOWICZ, Zbigniew – *Psychosurgery - The Birth of a New Scientific Paradigm. Egas Moniz and the Present Day*. Lisbon: Centre for Philosophy of Science, University of Lisbon, 2012.
- LACASSAGNE, A. – *Précis d’hygiène privée et sociale*. 2^{ème} edition. Paris: G. Masson, 1879.
- LACASSAGNE, A. – *Précis de médecine judiciaire*. Paris: G. Masson, 1878.
- LATOURE, Bruno – *The Pasteurization of France*. Trad. Alan Sheridan e John Law. Cambridge, London: Harvard University Press, 1988.
- LEMOS, Alberto Ferreira de – *A França como fator principal da Ciência*. Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Tip. Artes & Letras, 1912.
- LEMOS, António de Sousa Magalhães e – *A Região Psicomotriz: apontamentos para contribuir ao estudo da sua anatomia*. Dissertação inaugural apresentada e defendida na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1882.
- LATOURE, Bruno – “Au théâtre des preuves”. In SALOMON-BAYET, Claire (dir.) – *Pasteur et la révolution pastorienne*. Paris: Payot, 1986, pp. 337-384.
- LEMOS, Maximiano – “A peste em Portugal”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 17 (1899), pp. 286-287, 300-301, 309-310, 328-330, 330-332, 340-342, 348-349, 368-370, 380-382 e 438-440.
- LEMOS, Maximiano – “A Reforma Pombalina e os estudos médicos. Verney, Ribeiro Sanches e Pombal”. *Revista Científica*. Ano I (1882), pp. 239-251.
- LEMOS, Maximiano – *Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra*. Porto: Eduardo Tavares Martins, editor, 1907.
- LEMOS, Maximiano – *A Medicina em Portugal até aos fins do século XVIII (Tentativa histórica)*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Comercial, 1881.
- LEMOS, Maximiano – *História da Medicina em Portugal: instituições e doutrinas. Vol. I e II*. Lisboa: D. Quixote e Ordem dos Médicos, 1991. (1^a ed. 1899).
- LEMOS, Maximiano de – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. A vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925.
- LESSA, Almerindo – *Livro de Higiene*. Lisboa: Nunes de Carvalho Editor, 1936.
- LESKI, Erna – *Medicina Social. Estudios y testimonios históricos*. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo, 1984.

- LIMA, Helena – *Os diários portugueses e o desafio da atualidade na imprensa: Tradição e ruturas*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras, 2008.
- LOPES, Alfredo Luís – *Águas minero-medicinais de Portugal*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1892.
- MACEDO, M. E. Machado – “Ordem dos Médicos”. In BARRETO, António; MÓNICA, M. Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VIII. Suplemento F/O. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 648-649.
- MAGALHÃES, Alfredo de – “Aspetos sanitários”. *Porto Médico*. Ano 2º. Nº 1 (1905), pp. 2-5.
- MAGRO, Cerqueira – “Curas de diurese e Água do Seixoso”. *Portugal Médico*. Nº 5 (maio de 1935), pp. 250-252.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda – “As finanças públicas”. In MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República*. Coleção Nova História de Portugal, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 240-280.
- MARQUES, Isabel Pestana – *Os Portugueses nas trincheiras. Um quotidiano de guerra*. Lisboa: Comissão portuguesa de História Militar, 2002.
- MARTINS, A. – *As tropas do 1º Grupo de Saúde em França na Grande Guerra (1917-1919)*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.
- MARTINS, José Tomás de Sousa – *A Febre Amarela importada pela barca Imogene em 1879*. Lisboa: Tipografia portuguesa, 1880.
- MARTINS, José Tomás de Sousa – “Elogio histórico do Doutor Caetano da Silva Beirão”. *Gazeta Médica de Lisboa*. (1872), p. 576.
- MARTINS, José Tomás de Sousa – *Relatório dos Trabalhos da Conferência Sanitária Internacional reunida em Viena em 1874, apresentada pelo Delegado português a essa conferência*. J. T. Sousa Martins. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- MARTINS, Rocha – *D. Carlos. História do seu reinado*. Lisboa: Nova Eclética, 1946.
- MEIRA, João Monteiro de – *O concelho de Guimarães (Estudo de demografia e nosografia)*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor da Empresa Guedes, 1907.
- MENDELSON, J. Andrew – “From eradication to equilibrium: how epidemics became complex after World War I”. In LAWRENCE, Christopher; WEISZ, George (eds.) – *Greater than the parts: holism in biomedicine 1920–1950*. Oxford: OUP, 1998, pp. 303–31.
- MENDES, José Pereira – “Necessidade da organização regulatória e permanente da higiene pública em nosso país”. *Gazeta Médica de Lisboa*. Ano 4. Nº 74 (1856), p. 20.
- MIRANDA, Sacuntala – “A base demográfica”. In MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República*. Coleção Nova História de Portugal, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 20.
- MÉTIN, Edmond – “La Peste de Porto”. *Annales d’hygiène et de médecine coloniales*. Nº 03 (1900), pp. 218 - 265.
- MOLLARET, H. H. – “The discovery by Paul-Louis Simond of the role of the flea in the transmission of the plague”. *Bull Soc Pathol Exot*. 92 (5 Pt2) (1999), pp. 383-387.
- MONTALDO Y PERÓ, Federico – *La peste bubónica en Oporto (Portugal) 1899-1900*. Madrid: Establecimiento Tipografico de Fortanet, 1900.

- MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia portuense*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926.
- MORAIS, Maria da Graça David – *Causas de Morte no Século XX. Transição e estruturas da mortalidade em Portugal continental*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- MORGADO, Artur Martins – *Subsídios para o estudo da higiene e demografia da cidade de Bragança*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1903.
- MORGADO, F. – *Da linha de fogo às Ambulâncias*. Porto: Livraria Chardron, 1917.
- MOTA, António Ferreira Pinto da – *As Caldas de S. Jorge*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Artur José de Sousa e Irmão, 1890.
- MURAD, Lion; ZILBERMAN, Patrick – *L'hygiène dans la République. La santé publique en France ou l'utopie contrariée, 1870-1918*. Paris: Fayard, 1996.
- NULAND, S. B. – “Doctors and historians”. *J. Hist. Med.* 43. 2 (1988), pp. 137-40.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do – “«Não é meu intuito estabelecer polémica»: a chegada da peste ao Brasil, análise de uma controvérsia, 1899”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 20. Supl. (novembro 2013), pp. 1271-1285.
- NEGREIROS, Trigo de – “Podemos encarar com confiança e otimismo o futuro da Saúde Pública em Portugal”. *Boletim da Assistência Social*. Ano 6º. Nº 62 a 64 (abril a junho 1948), p. 5.
- NUNES, Maria de Fátima – “Ricardo Jorge and the construction of a medical-sanitary public discourse. Portugal and International scientific networks”. In PORRAS GALLO, Maria-Isabel; RYAN, Davies A. – *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-1919 - Perspectives from the Iberian Peninsula and the Americas*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2014, pp. 56-71.
- NUNES, Maria de Fátima – “O III Congresso Internacional de História da Ciência. Portugal, 1934. Contextos científicos, contextos culturais e políticos”. In MACHADO, Fernando (coord.) – *Caminhos de Cultura em Portugal*. Braga: Ed. Húmus, 2009, pp. 130-160.
- OFFICE INTERNACIONAL D'HYGIÈNE PUBLIQUE – *Vingt-cinq ans d'activité de L'Office International D'Hygiène Publique. 1909-1933*. Paris: OIHP, 1933.
- ORNELAS, Aires de – *Um Ano de Guerra (agosto de 1914 a agosto de 1915)*. Porto: Magalhães & Moniz, 1916.
- ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de caldas e águas minerais. Ilustrado por Emídio Pimentel*. Introdução de Júlio César Machado. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1875.
- OSÓRIO, José Frutuoso Aires de Gouveia – *Projeto de Código Sanitário Português. Advertência*. Lisboa: [s.n], 1888.
- PACHECO, Joaquim António (ed.) – *Almanach da saúde: contendo a indicação do que deve fazer-se, antes da vinda do médico, nos casos urgentes, e a notícia de todas as águas minerais portuguesas aproveitáveis no tratamento das doenças*. Lisboa: Livraria Católica, 1889.
- PERDIGUERO, E.; BERNABEU, J.; HUERTAS, R.; RODRIGUEZ-OCAÑA, E. – “History of health, a valuable tool in public health”. *Journal of Epidemiology and Community Health*. Vol. 55. Nº 9 (2001), pp. 667-73.
- PEREIRA, Ana Leonor – *Darwin em Portugal [1865-1914]: Filosofia, História, Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Augusto Rocha, introdutor da microbiologia em Portugal”. *In Vivo*. 2 (3) 2001, pp. 43-45.

- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Ciências”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 652-667.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Ce qu'on pensa au Portugal, au cours du temps, de la France scientifique”, *Revue d'Histoire de la Pharmacie*. 45, 316 (1997), pp. 429-430.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Egas Moniz (1874-1955). Marinheiro da ciência e da tecnologia, Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia, 1949”. *Estudos*. Nova série, 5 (2005), pp. 331-346.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Org.) – *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo”. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), pp. 437-559.
- PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui (coord.) – *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – “Public health, municipalities and the state: founding microbiological laboratories in Portugal”. In DINGES, Martin (ed.) – *Health and health care between self-help, intermediary organizations and formal poor relief (1500-2005)*. Edições Colibri /CIDEHUS-UE/PhoenixTN, 2007, pp. 121-130.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui; RODRIGUES, Rosa Maria – *Retrato de Egas Moniz*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- PEREIRA, Gaspar Martins – “As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX”. In: SANTOS, Carlota (Coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, 2011. pp. 477 - 493.
- PEREIRA, Gaspar Martins – “Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*. III Série. Vol. 1 (2000), pp. 113-125.
- PESTANA, Câmara – “Relatórios das investigações bacteriológicas da atual epidemia de Lisboa”. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. Ano 59. Vol. 58 (1894), pp. 100-109.
- PIMENTA, António Coutinho de Araújo – *Assepsia e Antisepsia em Cirurgia*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. de Pereira e Cunha, 1892.
- PINA, Luís de – *O professor Gouveia Osório na génese da escola histórico-médica portuense (Um expressivo centenário 1860-1960)*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1960.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – “Escritos maiores e menores sobre Amato Lusitano”. *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*. Nº 17 (novembro de 2003), pp. 6-17.
- PITA, João Rui – “Filatelia. Ricardo Jorge e a Farmácia”. *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*. 35 (2000), p. 32.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – “A receção da ciência de Pasteur na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1882-1911)”. In AMARAL, Isabel; et al. (Coord.) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX - a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM, 2010, pp. 145-154.
- PLÁCIDO, António – “Micrologia. O microscópio e as suas revelações”. *Revista Científica*. Ano I (1882), pp. 420-435; 460-472.
- PONTES, David – *O cerco da peste no Porto. Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

- PORTER, Dorothy – *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London: Routledge, 1999.
- PORTER, Dorothy (ed.) – *The History of Public Health and the Modern State*. Amsterdam & Atlanta: Rodopi, 1994.
- PORTER, Dorothy – “Public health”. In BYNUM, W. F. and PORTER, Roy (eds.) – *Companion encyclopedia of the history of medicine*. Vol. 2. London and New York: Routledge, 1993, pp. 1231-1261.
- PORTER, Dorothy – “Introduction”. In PORTER, Dorothy (ed.) – *The History of Public Health and the Modern State*. Amsterdam & Atlanta: Rodopi, 1994, pp. 1-44.
- PORTER, Roy – *The Greatest Benefit to Mankind: A Medical History of Humanity*. London: W.W. Norton & Co., 1999.
- PROUST, A. – *La Défense de L'Europe contre la Peste. La Conférence de Venise de 1897*. Paris: Masson et C. Editeurs, 1897.
- REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – “Bases para a compreensão do desenvolvimento urbano do Porto”. *Revista Povos e Culturas*. Nº 2 (1987), pp. 412-413.
- REGO, António Balbino – *Pneumonia pestosa: (a peste bubónica no Porto - 1899-1900)*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor de José da Silva Mendonça, 1900.
- REIS, Andreia – *A circulação de informação médica. Análise da revista “A Medicina Moderna”*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: FLUP, 2009.
- RELATÓRIO da epidemia de cólera-morbus em Portugal nos anos de 1855 e 1856. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.
- REPOLHO, Sara – *Sousa Martins; ciência e espiritualismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa – *A mortalidade do Porto em 1888. Ensaio estatístico*. Porto: Imprensa Civilização, 1889.
- RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa – *A mortalidade do Porto em 1889. Anuário demográfico*. Porto: Imprensa Civilização, 1890.
- ROCHA, Augusto – “Portugal no Congresso de Higiene e Demografia de Londres”. *Coimbra Médica*. Vol. 11. Nº 17 (1891), pp. 253-255.
- RODRIGUEZ-SÁNCHEZ, Juan Antonio – “Una alternativa restringida: la introducción de la hidropatía en España”. In ARQUIOLA, Elvira; MARTÍNEZ-PÉREZ, José (eds.) – *Ciencia en expansión: Estudios sobre la difusión de las ideas científicas y médicas en España (Siglos XVIII-XX)*. Madrid: Editorial Complutense, 1995. pp. 321-349.
- ROMÉRO, Sílvio – *Uma Esperteza. Os Cantos e Contos populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga*. Protesto. Rio de Janeiro: Tip. da Escola de Serafim José Alves, 1887.
- ROSA, Álvaro Barros – *Da A.N.T. ao S.L.A.T: História Sumária da Instituição. 1899-1979*. Lisboa: Serviço de Luta Antituberculosa, 1979.
- ROSEN, George – *A history of public health*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- ROSEN, George – *De la policía médica a la medicina social. Ensayos sobre la historia de la atención a la salud*. Trad. do inglês de Humberto Sotomayor. México: Siglo XXI editores, 1985.
- ROSENBERG, Charles – *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: CUP, 1995.

- SAAVEDRA, Mónica Alexandra de Almeida Monteiro – “*Uma Questão Nacional*” *Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade: Antropologia Social e Cultural. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2010.
- SAMODÃES, Conde de – “O Porto ante a epidemia de 1899”. *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferências*. III Série. Vol. 1. Nº 17 (1900), p. 268.
- SANTOS, Fernando – *Subsídios para o estudo das águas termais e potáveis do Gerês. A sílica e o fluor das águas minerais*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Oficinas do «Comércio do Porto», 1903.
- SANTOS, Francisco Reis – *A patologia dos grandes centros e as estações de águas*. Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Lisboa: Tipografia Costa Sanches, 1896.
- SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – “O Porto Oitocentista”. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2001, pp. 377 – 521.
- SERRANO, J. A. – “Uma visita ao laboratório de Pasteur”. *A Medicina Contemporânea*. Ano 4. Nº 13 (1886), pp. 106-109.
- SHADWELL, Arthur – “The plague in Oporto. A recent outbreak.” *The Nineteenth Century*. Vol. 46 (1899), pp. 833-847.
- SILVA, A. J. Ferreira da – *Memória e estudo químico sobre as águas minerais e potáveis de Moledo*. Porto: Tip. de Artur José de Sousa & Irmão, 1895.
- SILVA, A. J. Ferreira da – *As águas minerais das Caldas da Saúde nas proximidades de Santo Tirso*. Porto: Tip. a vapor da Empresa Guedes, 1899.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – “O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de oitocentos” *Revista da Faculdade de Letras-História*. IIIª série. Vol. I (2000), pp. 53-66.
- SILVA, J. Gomes da – *A peste bubónica: epidemias de peste em Macau em 1895, 1897 e 1898 e andação do Porto em 1899*. Porto: Magalhães & Moniz, 1899.
- SILVA, Martins da – *Derivados do fluor em terapêutica*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1889.
- SOARES, José – *A higiene d’Aveiro*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Civilização, 1904.
- SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula; SOUSA, Paulo Silveira (orgs.) – *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- SOCIÉTÉ DES NATIONS – *Bulletin de L’Organisation d’Hygiène. Bibliographie des travaux techniques de L’Organisation d’Hygiène de la Société des Nations, 1920-1931*. Vol. XI. Genève: 1945.
- SOCIÉTÉ DES NATIONS – *L’Organisation d’Hygiène*. Genève: Section d’information, 1931.
- SOUSA JÚNIOR, António Joaquim de – “Uma autópsia. Diagnóstico retrospectivo de peste. Rim em ferradura e volumoso quisto seroso de rim”. *Gazeta Médica do Porto*. Ano 4. Nº 1 (20 de outubro de 1900), pp. 19-25.
- SOUSA JÚNIOR, António Joaquim de – *Peste Bubónica. (Estudos da epidemia no Porto)*. Dissertação de concurso apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Porto: Tip. a vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1902.

- SOUTO, Ricardo Maria Nogueira – *Questões de patologia e higiene social. Desejo de contribuir para a regeneração da sociedade portuguesa*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Tip. Ocidental, 1891.
- TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coords.) – “O Liberalismo (1807-1890)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- WEISZ, George – “The emergence of medical specialization in the nineteenth century”. *Bulletin of the History of Medicine*. 77, n. ° 3 (2003), pp. 536-575.
- WEISZ, George – *The Medical Mandarins: the French Academy of Medicine in the nineteenth and early twentieth centuries*. New York: OUP, 1995.
- WILSON, L. G. – “Medical history without medicine”, *J. Hist. Med.* 35. 1 (1980), pp. 5-7.
- VALLEJO, Gustavo; HUERTAS, Rafael – “La ciencia en el disciplinamiento de la ciudad moderna”. *Dynamis*. Vol. 32. Nº 1 (2012), pp. 13-19.
- VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui – “Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. pp. 441-457.
- VIANA, Francisco J. da Cunha; BARBOSA, António Maria – *Ensaio sobre a cólera epidémica*. Lisboa: na Livraria de J. P. M. Lavado, 1854.
- VICENTE, Carlos de, MENDOZA, Antonio – *Memorias clínica y bacteriológica sobre la epidemia de Oporto*. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos de S. C. de Jesús, 1900.

ÚLTIMOS TÍTULOS PUBLICADOS

- 1 - Ana Leonor Pereira; João Rui Pita
[Coordenadores]
– *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época* (2006)
- 2 - João Rui Pita; Ana Leonor Pereira
[Coordenadores]
– *Rotas da Natureza. Cientistas, Viagens, Expedições e Instituições* (2006)
- 3 - Ana Leonor Pereira; Heloísa Bertol Domingues; João Rui Pita; Oswaldo Salaverry Garcia
– *A natureza, as suas histórias e os seus caminhos* (2006)
- 4 - Philip Rieder; Ana Leonor Pereira; João Rui Pita
– *História Ecológica-Institucional do Corpo* (2006)
- 5 - Sebastião Formosinho
– *Nos Bastidores da Ciência - 20 anos depois* (2007)
- 6 - Helena Nogueira
– *Os Lugares e a Saúde* (2008)
- 7 - Marco Steinert Santos
– *Virchow: medicina, ciência e sociedade no seu tempo* (2008)
- 8 - Ana Isabel Silva
– *A Arte de Enfermeiro. Escola de Enfermagem Dr. Ângela da Fonseca* (2008)
- 9 - Sara Repolho
– *Sousa Martins: ciência e espiritualismo* (2008)
- 10 - Aliete Cunha-Oliveira
– *Preservativo, Sida e Saúde Pública* (2008)
- 11 - Jorge André
– *Ensinar a estudar Matemática em Engenharia* (2008)
- 12 - Bráulio de Almeida e Sousa
– *Psicoterapia Institucional: memória e actualidade* (2008)
- 13 - Alírio Queirós
– *A Recepção de Freud em Portugal* (2009)
- 14 - Augusto Moutinho Borges
– *Reais Hospitais Militares em Portugal* (2009)
- 15 - João Rui Pita
– *Escola de Farmácia de Coimbra* (2009)
- 16 - António Amorim da Costa
– *Ciência e Mito* (2010)
- 17 - António Piedade
– *Caminhos da Ciência* (2011)
- 18 - Ana Leonor Pereira, João Rui Pita e Pedro Ricardo Fonseca
– *Darwin, Evolution, Evolutionisms* (2011)
- 19 - Luís Quintais
– *Mestres da Verdade Invisível* (2012)
- 20 - Manuel Correia
– *Egas Moniz no seu labirinto* (2013)
- 21 - A. M. Amorim da Costa
– *Ciência no Singular* (2014)
- 22 - Victoria Bell
– *Penicilina em Portugal (anos 40-50 do século XX): receção, importação e primeiros tratamentos* (2016)
- 23 - Aliete Cunha-Oliveira
– *Para uma História do VIH/Sida em Portugal e dos 30 anos da epidemia (1983-2013)* (2017)

(Página deixada propositadamente em branco)

A presente coleção reúne originais de cultura científica resultantes da investigação no âmbito da história das ciências e das técnicas, da história da farmácia, da história da medicina e de outras dimensões das práticas científicas nas diferentes interfaces com a sociedade e os media.

Ciências e Culturas assume a complexidade das relações históricas entre as práticas científicas, o poder político e as utopias sociais.

A própria ciência é considerada uma cultura e fonte de culturas como a ficção científica, o imaginário tecnológico e outras simbologias enraizadas nas práticas científicas e fortemente comprometidas com os respetivos contextos históricos.

Em *Ciências e Culturas* o *e* não é apenas união; é relação conjuntiva, fonte de inovação pelo enlace de *diferentes*, como dois mundos abertos um ao outro em contínuo enamoramento.

ÚLTIMOS TÍTULOS PUBLICADOS

12 - Bráulio de Almeida e Sousa — *Psicoterapia Institucional: memória e actualidade* (2008)

13 - Alírio Queirós — *A Recepção de Freud em Portugal* (2009)

14 - Augusto Moutinho Borges — *Reais Hospitais Militares em Portugal* (2009)

15 - João Rui Pita — *A Escola de Farmácia de Coimbra* (2009)

16 - António Amorim da Costa — *Ciência e Mito* (2010)

17 - António Piedade — *Caminhos de Ciência* (2011)

18 - Ana Leonor Pereira, João Rui Pita e Pedro Ricardo Fonseca (Eds.)
— *Darwin, Evolution, Evolutionisms* (2011)

19 - Luís Quintais — *Mestres da Verdade Invisível* (2012)

20 - Manuel Correia — *Egas Moniz no seu labirinto* (2013)

21 - A. M. Amorim da Costa — *Ciência no Singular* (2014)

22 - Victoria Bell — *Penicilina em Portugal (anos 40-50 do século XX):
recepção, importação e primeiros tratamentos* (2016)

23 - Aliete Cunha-Oliveira — *Para uma História do VIH/Sida em Portugal
e dos 30 anos da epidemia (1983-2013)* (2017)

24 Coleção
Ciências e Culturas
Coimbra 2018

